

Helena Cristina Moura da Silva Cruz

O SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL: PERCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSIONALIDADE

Tese de doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Educação Permanente e Formação de Adultos, orientada pelo Professor Doutor Joaquim Luís Medeiros Alcoforado e pela Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Agosto 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**O SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL:
PERCURSOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSIONALIDADE**

Helena Cristina Moura da Silva Cruz

Tese de doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Educação Permanente e Formação de Adultos, orientada pelo Professor Doutor Joaquim Luís Medeiros Alcoforado e pela Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Esta tese resulta da experiência adquirida enquanto profissional de Serviço Social no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., quer como Técnica de Serviço Social num Centro de Formação Profissional, quer enquanto Interlocutora Regional de Serviço Social, que me cativou desde o início da minha carreira profissional e que continua a revelar-se aliciante.

Gostaria de agradecer em especial:

À Professora Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque e ao Professor Doutor Joaquim Luís Medeiros Alcoforado, enquanto orientadores de excecional competência científica, pelo incentivo, disponibilidade e apoio ao longo deste projeto.

Ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., pela possibilidade que me proporcionou para ministrar os inquéritos por questionário aos Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional e aos Interlocutores Regionais.

A todos quantos participaram neste estudo e possibilitaram o desenvolvimento do mesmo, nomeadamente, através da resposta aos referidos questionários, bem como através da elaboração dos relatos biográficos que permitiram a realização deste trabalho.

À minha Mãe, pela paciência infinita que teve para comigo, ao longo deste desafio.

Aos meus Amigos pelo apoio e incentivo fundamentais.

Resumo

Vários países europeus começaram a instituir, na primeira década, da segunda metade do século XX, os seus sistemas de formação profissional (SFP) ligados ao mundo do trabalho, procurando responder às necessidades das suas economias e da urgência em aumentar os níveis de qualificação dos seus trabalhadores. Nas décadas de 60 e 70, em simultâneo com a criação e desenvolvimento do movimento da Educação Permanente, as pessoas passaram a ver garantido, por lei, o seu direito à formação profissional (FP), ao longo de toda a sua vida ativa. Também em Portugal, a década de 60 assistiu às primeiras medidas políticas de criação de um SFP, ligado ao trabalho, estando previsto, desde a sua criação, a existência de Técnicos de Serviço Social (TSS), que deveriam contribuir para criar as condições necessárias para que todas as pessoas envolvidas pudessem frequentar com sucesso os diferentes percursos que lhes eram propostos. Apesar dos estudos que se foram desenvolvendo sobre a criação e desenvolvimento do SFP inserido no Mercado de Emprego, a identidade e a atividade dos TSS, nunca foi investigada. Por isso mesmo, o presente trabalho apresenta a seguinte questão central de partida: “Como se configurou e evoluiu a profissionalidade dos profissionais de Serviço Social, ao longo do tempo, no Sistema Público de Formação Profissional, em Portugal, na perspetiva dos próprios profissionais”. Visa-se, desta forma, caracterizar o enquadramento dos TSS, no referido sistema, procurando compreender os fundamentos e a importância que atribuem à sua atividade. Procurou-se, igualmente, identificar as transformações da sua identidade profissional e a maneira como percebem a sua influência na construção e consolidação da sua profissionalidade, tendo em vista melhorar a sua intervenção profissional.

Dadas as características da problemática estudada optou-se pela adoção de um modelo compreensivo-interpretativo. Para a recolha de dados, procedeu-se, primeiro, à análise da documentação encontrada no acervo documental do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) e à revisão dos mais relevantes normativos e orientações produzidas, referentes à evolução do Sistema de Formação Profissional português (SFP) e ao aparecimento e consolidação do Serviço Social (SS), enquanto profissão. Depois, foram construídos dois questionários. Um de tipo misto, ministrado a cerca de 50% da totalidade dos TSS, dos Centros de Formação Profissional, a nível nacional, que pretendia avaliar até que ponto as atividades desenvolvidas por estes correspondem ao que se

encontra previsto nos normativos em vigor. O segundo, não estruturado, com objetivo semelhante, destinou-se aos Interlocutores Regionais de SS e foi ministrado à totalidade de Técnicos (5), pertencentes às Delegações Regionais do IEFP (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). Recorremos, por fim, à recolha de relatos biográficos, junto de quatro TSS cuja atividade profissional foi exercida nos seguintes períodos: o primeiro, entre 1966–1978, durante a vigência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e, conseqüentemente, da Formação Profissional Acelerada (FPA); o segundo, entre 1979–1998, após a criação do IEFP; e o terceiro, a partir de 1999, data em que foram recrutadas as últimas TSS para os quadros de pessoal desta instituição, de forma a proporcionar-nos uma abordagem diacrónica da intervenção profissional.

A presente investigação levou-nos a concluir que a profissionalidade do SS, no SFP, em Portugal, emergiu, numa primeira fase, no âmbito da FPA, onde assumiu essencialmente um perfil integrador, facilitador e educativo, influenciado pelo carácter assistencial. Numa segunda fase, após a criação do IEFP, sem cortar totalmente com as práticas anteriormente desenvolvidas foi adquirindo uma identidade participativa e promotora dos direitos sociais dos formandos, com características técnica e funcionalizada, de acompanhamento, mas em simultâneo, desenvolvimentista, tendo em conta uma maior orientação do sistema para a promoção do desenvolvimento pessoal e social dos formandos. Reconstruiu-se, numa terceira fase, à volta de uma identidade essencialmente capacitadora, após a formalização das funções do SS, e com a conseqüente adoção de atitudes de acompanhamento, de ativação e de capacitação dos formandos para a permanência e aproveitamento na ação de formação, integrando, igualmente, a preocupação generalizada com a gestão do “não trabalho” conquistando, em função dessa orientação uma posição de significativa importância.

Esta evolução configurou-se, sempre, de forma estreitamente ligada, quer às políticas de FP e respetivos públicos, quer às transformações operadas ao nível das políticas sociais, sendo possível identificar a indubitável capacidade dos TSS para se fazerem sentir como profissionais indispensáveis na gestão do processo formativo, ao longo do tempo.

Palavras-chave: Formação Profissional; Mercado de Emprego; Serviço Social; Construção da Profissionalidade

Abstract

In the first decade of the second half of the 20th century, several European countries began to establish their vocational training systems connected to the working world with the aim of meeting the needs of their economies and their urgency to increase the qualification levels of their workers. In the 60's and 70's, together with the creation and development of the Permanent Education movement, people were granted the right to Vocational Training by law, throughout their working life. Also in Portugal during the 60's, the first policy measures to create an SFP connected to work were implemented. From the beginning, this system provided for the existence of Social Services Technicians, who should ensure the necessary conditions for the people involved to successfully attend the different courses offered to them. Despite the studies regarding the creation and development of the SFP within the Labour Market, the identity and the activity of the TSS have never been researched. Consequently, this work raises the following starting central question: "How was the professionalism of the Social Services professionals shaped and how has it evolved over time in the Vocational Training Public System, in Portugal, from the perspective of its own professionals". For this reason, the aim is to characterize the framework of the TSS in the said system, as well as to understand the fundamentals and the importance given to their activity. Furthermore, it was sought to identify the transformations of its professional identity and how they perceive their influence in the construction and consolidation of their professionalism in order to improve their professional intervention.

Given the characteristics of the studied issue, a comprehensive interpretative model was adopted. For the data gathering, first the documentation of the Portuguese Institute of Employment and Vocational Training (IEFP) was analyzed and the most relevant normative acts and guidelines regarding the evolution of the Portuguese System of Vocational Training, as well as the appearance and consolidation of the Social Services (SS) as a profession were reviewed. Then, two surveys were drawn up. One of mixed type, provided to about 50% of the whole TSS group from the Centers of Vocational Training nationwide and intended to evaluate if their developed activities are in accordance with what is described in the normative acts in force. The other, which is not structured and has a similar goal, was aimed to the SS Regional Speakers and was

provided to all the Technicians (5) belonging to the Regional Delegations of the IEFP (North, Center, Lisbon and Vale do Tejo, Alentejo and Algarve). Finally, we collected biographical reports from the four TSS whose professional activity was carried out in the following periods: the first one, between 1966 and 1978, during the term of the Labour Development Trust and, consequently, the Accelerated Vocational Training; the second one, between 1979 and 1998, after the establishment of the IEFP; and the third one, as of 1999, the date in which the last TSS were recruited to the staff of this institution, in order to provide a diachronic approach of the social intervention.

The present research concluded that, in Portugal, the professionalism of the SS in the SFP emerged at an early stage, within the FPA, where it has taken an integrator, facilitator and educator role, influenced by a supportive nature. In a second stage, after the establishment of the IEFP and without breaking completely with the practices previously developed, it has acquired a participating and promotor of the social rights activity of the trainees, with technical and functional support features, but also a developmentalist perspective, since the system is mainly oriented to the promotion of the personal and social development of the trainees. In a third stage, it has been rebuilt around an empowering identity, after the formalization of the SS functions and with the subsequent adoption of a follow-up, activation and empowering approach so that the trainees remain and benefit from the training sessions. Moreover, it is generally concerned with the management of the “non-work” which, according to that orientation, conquered a position of significant importance.

This evolution has always shaped itself in close relation with both the FP politics and the related public, as well as the transformations at the social politics level, being possible to identify an undeniable capacity of the TSS to make themselves feel as vital professionals in the management of the training process over time.

Keywords: Vocational Training, Job Market, Social Services, Professionality Construction

Índice

Introdução, Objeto de Estudo e Opções Metodológicas	23
i. – Objeto de Estudo	25
ii. – Questões de Investigação	45
iii. – Método de Investigação	45
iv. – Técnicas de Recolha de Dados	48
iv.i. – Análise Documental	49
iv.ii. – Inquérito por Questionário	50
iv.iii. – Relatos Biográficos Profissionais	54
v. – Estrutura da Tese	59
PARTE I – Enquadramento Teórico	61
CAPÍTULO I	
Trajetórias da Construção da Identidade e Profissionalidade do Serviço Social em Portugal	63
1.1. – Contextualização Histórica da Construção Profissional do Serviço Social	63
1.1.1. – Construção Profissional do Serviço Social Português	65
1.1.1.1. – Pré-Institucionalização do Serviço Social Português	68
1.2. – A Construção Progressiva da Identidade e Profissionalidade do Serviço Social Português	71
1.2.1. – A Profissionalização e a Construção da Identidade Assistencialista / Assistencial do Serviço Social (Década de 1940-50)	71
1.2.2. – Consolidação Profissional e Identidade Assistencial/Corporativista do Serviço Social (Década de 1950 – 60)	81

1.2.3. – Reorganização Profissional e Identidade Assistencial/Promocional do Serviço Social (Década de 1960 – 70)	89
1.2.4. – Refundação Profissional e Identidade Participativa e Promotora dos Direitos Sociais do Serviço Social (Década de 1970 – 80)	89
1.2.5. – Tecnicização Profissional e Identidade Técnica e Funcionalizada do Serviço Social (Década de 1980 – 90)	110
1.2.6. – Recriação Identitária e Identidade Capacitadora do Serviço Social (Pós Anos 1990)	120
1.2.6.1. – Nova Geração das Políticas Sociais	124
1.2.6.2. – Refundação da Intervenção do Serviço Social	142
1.3. – Síntese do Capítulo	171

CAPÍTULO II

O Sistema Público de Formação Profissional em Portugal e o Contributo do Serviço Social na sua Concretização	179
2.1. – Formação Profissional Ligada ao Mundo do Trabalho: Génese e Princípios de Desenvolvimento	179
2.2. – A Formação Profissional em Portugal e a Intervenção do Serviço Social	187
2.2.1. – Primeiros Anos de Uma Política Pública Pensada para a Preparação dos Trabalhadores, Ligada às Empresas e à Economia	187
2.2.2. – Formação em Cooperação e a Criação do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP (1979 – 1986)	196
2.2.3. – Novas Iniciativas para a Organização da Formação Profissional (1987 – 1999)	202
2.2.3.1. – Regime Jurídico da Formação Profissional Inserida no Mercado de Emprego	202
2.2.3.2. – Novas Modalidades da Formação Profissional	215
2.2.3.2.1. – A Qualificação Inicial	215
2.2.3.2.2. – O Sistema Aprendizagem em Alternância	216
2.2.3.2.3. – Percursos Formativos Organizados em Unidades Capitalizáveis	217

2.2.3.3. – A Intervenção do Serviço Social no Âmbito das Novas Modalidades de Formação Profissional	218
2.2.3.4. – Extinção do Núcleo de Serviço Social	224
2.2.3.5. – Fundo Social Europeu: Novos Recursos e Novas Oportunidades para a Formação Profissional Inserida no Mercado de Emprego	228
2.2.3.5.1. – Quadro Comunitário de Apoio I – QCA I	234
2.2.3.5.2. – Quadro Comunitário de Apoio II – QCA II	236
2.2.4. – A Implementação da Aposta numa Oferta Formativa de Dupla Certificação (2000 – 2008)	239
2.2.4.1. – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos – ANEFA	242
2.2.4.2. – Os Centros de Validação e Certificação de Competências – CRVCC	243
2.2.4.3. – Os Cursos de Educação e Formação de Adultos- EFA – Nível Básico	243
2.2.4.4. – Os Cursos de Formação Social e Profissional	244
2.2.4.5. – Os Cursos de Educação e Formação – Nível Básico	246
2.2.4.6. – Os Cursos de Especialização Tecnológica – CET	246
2.2.4.7. – Evolução da Intervenção do Serviço Social no Limiar do Novo Século	247
2.2.4.8. – Agência Nacional para a Qualificação, I.P. – ANQ, I.P. e os Centros Novas Oportunidades – CNO	254
2.2.4.8.1. – A Iniciativa Novas Oportunidades	255
2.2.4.8.2. – Os Cursos de Educação e Formação: Implicações para a (Re) Organização da Oferta Formativa do IEFP	261
2.2.4.8.3. – O Sistema Aprendizagem em Alternância: Uma Oferta que se Procura (Re) Afirmar	262
2.2.4.8.4. – Os Cursos de Especialização Tecnológica – CET: Uma Aposta com Novo Fôlego	264
2.2.4.8.5. – Os Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA – Nível Básico e Secundário: Contributo para a Elevação dos Níveis de Escolaridade e Qualificação	264
2.2.4.8.6. – Sistema Nacional de Qualificações – SNQ	265

2.2.4.9. – Revisão do Estatuto do IEFP, I.P. e Alteração da Estrutura Orgânica	267
2.2.4.10. – Financiamento Comunitário – Quadro Comunitário de Apoio III – QCA III	268
2.2.5. – A Consolidação da Oferta Formativa de Dupla Certificação (A partir de 2009)	269
2.2.5.1. – Ajustamento do Regime Jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA e Regulamentação das Formações Modulares	269
2.2.5.2. – Relançamento do Serviço Público de Emprego	272
2.2.5.3. – Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado	273
2.2.5.4. – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional – CQEP	274
2.2.5.5. – A Intervenção do Serviço Social no Âmbito dos Atuais Modelos Organizativos da Formação Profissional	275
2.2.5.6. – Extinção do Núcleo de Apoio Técnico e da Interlocação Regional do Serviço Social	278
2.2.5.7. – Quadro Referência Estratégico Nacional – QREN	280
2.2.5.8. – Portugal 2020	281
2.2.6. – Síntese do Capítulo	282
PARTE II – Contributo Empírico	289
CAPÍTULO III	
Apresentação e Discussão dos Resultados	291
3.1. – Análise dos Questionários Ministrados aos Técnicos Superiores de Serviço Social	291
3.1.1. – Caracterização da Amostra	292
3.1.2. – Caracterização das Funções Desempenhadas pelos Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional	292
3.1.3. – Relevância do Serviço Social no IEFP	299

3.2. – Análise dos Questionários Ministrados aos Interlocutores Regionais de Serviço Social	304
3.2.1. – Caracterização da Amostra	304
3.2.2. – Caracterização das Funções Exercidas pelos Interlocutores Regionais de Serviço Social	305
3.2.3. – Relevância do Serviço Social no IEFP	313
3.3. – Análise dos Relatos Biográficos e Discussão dos Resultados	315
3.3.1. – Contexto	317
3.3.1.1. – Posição dos Técnicos de Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP	317
3.3.1.2. – Relação com as Chefias e com Outros Profissionais	321
3.3.1.3. – Processo de Construção do Espaço Profissional	327
3.3.2. – Intencionalidade	345
3.3.2.1. – Objetivos do Serviço Social	346
3.3.2.2. – Processos de Tomada de Decisão	354
3.3.3. – Processos de Ação	356
3.3.3.1. – Metodologias Utilizadas pelo Serviço Social	356
3.3.3.2. – Funções/Atividades Exercidas pelos Técnicos de Serviço Social	359
Conclusões e Recomendações	381
Bibliografia	407
Anexos	437
Anexo 1: Questionário Técnicos Superiores de Serviço Social	439
Anexo 2: Questionário Interlocutores Regionais de Serviço Social	445

Índice de Quadros

Quadro 1	Serviço Social na Década de 1940 – 50 – Fase de Profissionalização	80
Quadro 2	Serviço Social na Década de 1950 – 60 – Fase de Consolidação Profissional	89
Quadro 3	Serviço Social na Década de 1960 – 70 – Fase de Reorganização	98
Quadro 4	Políticas Sociais na Década de 1970 – 80	103
Quadro 5	Serviço Social na Década de 1970 – 80 – Fase de Refundação	109
Quadro 6	Políticas Sociais na Década de 1980 – 90	115
Quadro 7	Serviço Social na Década de 1980 – 90 – Fase de Tecnização	120
Quadro 8	Serviço Social Pós Anos 90 – Fase de Recriação Identitária	171
Quadro 9	Síntese das Transformações Contextuais Identitárias do Serviço Social	177
Quadro 10	Intervenção do Serviço Social no IFPA – 1966	189
Quadro 11	Intervenção do Sector Social Central do S.F.P. – 1968 a 1975	194
Quadro 12	Intervenção dos Profissionais de Serviço Social nos Centros de F.P.A. S.F.P. – 1968 a 1975	195
Quadro 13	Conteúdo Funcional dos Profissionais de Serviço Social dos Centros de F.P. – IEFPP – 1986	201
Quadro 14	Intervenção do Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional – Entre 1986 e 1991	204
Quadro 15	Distribuição de Atribuições no Sistema de Certificação Profissional	207
Quadro 16	Padrões de Trabalho	212
Quadro 17	Equipa de Formação – 1990	219
Quadro 18	Intervenção dos Técnicos de Serviço Social nos Centros de F.P. – 1990	220

Quadro 19	Proposta de Intervenção dos Técnicos de Serviço Social nos Centros de F.P. no Sistema de Aprendizagem - 1990	222
Quadro 20	Fase de Revalidação do Projeto	224
Quadro 21	Fundos Estruturais	237
Quadro 22	Intervenção da Coordenadora Nacional de Serviço Social – Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional a partir de 2000	249
Quadro 23	Intervenção dos Interlocutores Regionais de Serviço Social a partir de 2000	250
Quadro 24	Intervenção dos Técnicos de Serviço Social dos Centros de F.P. a partir de 2004	252
Quadro 25	Intervenção dos Técnicos de Serviço Social dos Centros de F.P. a partir de 2009	277
Quadro 26	Caracterização dos Técnicos de Serviço Social	292
Quadro 27	Descrição que os Técnicos de Serviço Social Fazem Sobre a Frequência com que exercem as Funções Previstas	293
Quadro 28	Utilização do Sistema de Gestão da Formação	296
Quadro 29	Coordenação de Ações de Formação	296
Quadro 30	Representação do Centro	297
Quadro 31	Outras Atividades Executadas	297
Quadro 32	Funções a Desempenhar – (Re) Inserção Profissional dos Formandos	298
Quadro 33	Outras Funções a Desempenhar	299
Quadro 34	Importância do Serviço Social – Características dos Públicos	300
Quadro 35	Importância do Serviço Social – Acompanhamento Transversal dos Formandos	301
Quadro 36	Importância do Serviço Social – Especificidade Técnica	302
Quadro 37	Importância do Serviço Social – Outros Motivos	303
Quadro 38	Caracterização dos Interlocutores Regionais de Serviço Social	305

Quadro 39	Coordenação, Acompanhamento e Apoio Técnico	305
Quadro 40	Articulação com os Serviços Centrais	306
Quadro 41	Emissão de Pareceres Técnicos/Resposta às Questões Colocadas pelos TSS	307
Quadro 42	Mapas de Atividade do Serviço Social	307
Quadro 43	Outras Atividades Executadas no Âmbito do Serviço Social	308
Quadro 44	Outras Atividades Executadas – Coordenação do NDQPINO	309
Quadro 45	Outras Atividades Executadas – Noutras Áreas de Intervenção	310
Quadro 46	Outras Funções a Desempenhar no Âmbito do Serviço Social – Coordenação, Acompanhamento e Apoio Técnico	311
Quadro 47	Outras Funções a Desempenhar – Coordenação, Interlocação e Representação do IEFP	312
Quadro 48	Importância do Serviço Social – Especificidade Técnica	313
Quadro 49	Importância do Serviço Social – Reconhecimento Institucional	314
Quadro 50	Aspetos Diferenciadores da Coordenação do Serviço Social pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional – Entre 2000 a 2012	323
Quadro 51	Interlocutores Regionais de Serviço Social – Atividades Exercidas IEFP – Entre 2000 a 2012	324
Quadro 52	Serviço Social dos Centros F.P.A. – Atividades e Identidades S.F.P. – 1968 a 1975	363
Quadro 53	Serviço Social nos Centros de F.P. – Atividades e Identidades – IEFP – A partir de 1986	368
Quadro 54	Serviço Social nos Centros de F.P. – Atividades e Identidades IEFP – A partir de 2004	376

Índice de Figuras

Figura 1	Ciclo e Dimensões de Desenvolvimento da Profissionalidade	43
Figura 2	Fatores Determinantes na Construção Profissional do Serviço Social Português	66
Figura 3	Fatores Influentes na Consolidação do Serviço Social	67
Figura 4	Estrutura Orgânica do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra	192
Figura 5	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do SFP a partir de 1968	193
Figura 6	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 1985	200
Figura 7	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 1986	205
Figura 8	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 1992	225
Figura 9	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 2000	248
Figura 10	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 2008	276
Figura 11	Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 2012	279
Figura 12	Frequência com que os Técnicos de Serviço Social Exercem as suas Funções	294

Lista de Siglas

ACP	Ação Católica Portuguesa
AFPA	Association pour la Formation Professionnelle des Adultes
ANEFA	Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
ANQ	Agência para a Qualificação
APSS	Associação de Profissionais de Serviço Social
ARS	Administração Regional de Saúde
AS	Assistente Social
BEI	Banco Europeu de Investimento
CAP	Certificat d'Aptitude Professionnelle/Certidão de Aptidão Profissional
CD	Conselho Diretivo
CEDEFOP	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
CE	Comissão Executiva
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEI	Contrato Emprego-Inserção
CERCI	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade, CRL
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CFPA	Centro de Formação Profissional Acelerada
CFP	Centro de Formação Profissional
CNFM	Centro Nacional de Formação de Monitores
CNO	Centro Novas Oportunidades
COP	Conselheiro de Orientação Profissional

CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
COS	Charity Organization Society
CQEP	Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional
CRVCC	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
CRVCC PRO	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais
CTE	Comissão Técnica Especializada
DAFSE	Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu
DEC-LEI	Decreto-Lei
DFP	Departamento de Formação Profissional
DGFV	Direção Geral da Formação Vocacional
DLD	Desempregado de Longa Duração
DTP	Dossier Técnico Pedagógico
EEE	Estratégia Europeia para o Emprego
EFA	Educação e Formação de Adultos
EFTA	European Free Trade Association
FAOJ	Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis
FDMO	Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FP	Formação Profissional
FPA	Formation Professionnelle Accélérée
FPA	Formação Profissional Acelerada
FPC	Formação Profissional Contínua
FPCT	Formação Prática em Contexto de Trabalho

FSE	Fundo Social Europeu
IDT	Instituto das Drogas e Toxicodependência
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público
IFA	Instituto de Apoio à Família
IFPA	Instituto de Formação Profissional Acelerada
IGFSE	Instituto de Festão do Fundo Social Europeu
INO	Iniciativa Novas Oportunidades
INSERJOVEM	Metodologia de Acompanhamento de Jovens no Âmbito do PNE
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
MQPDI	Medidas de Qualificação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
NDQPINO	Núcleo de Desenvolvimento da Qualificação e Promoção da Iniciativa Novas Oportunidades
NDSP	Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
PASITFORM	Programa de Ação para a Sensibilização e Intervenção nas Toxicodependências no Contexto da Formação Profissional
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PFSC	Plano de Formação Social e Corporativo
PIEF	Plano Integrado de Educação e Formação
PMI	Programas Mediterrâneos Integrados
PNACE	Plano Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
PNAI	Plano Nacional para a Inclusão

PNE	Plano Nacional de Emprego
POC	Programa Ocupacional
POEFDS	Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
PRA	Portefólio Reflexivo de Aprendizagens
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PT	Posto de Trabalho
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QEQ	Quadro Europeu de Qualificações
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
REAGE	Metodologia de Acompanhamento de Adultos no Âmbito do PNE
REAPN	Rede Europeia Anti Pobreza Nacional
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RMI	Renda Mínima de Inserção
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SFP	Serviço de Formação Profissional
SGFOR	Sistema de Gestão da Formação
SIGAE	Sistema de Informação e de Gestão da Área do Emprego
SIGO	Sistema Integrado da Gestão da Oferta
SNE	Serviço Nacional de Emprego
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SPFP	Sistema Público de Formação Profissional

SRP	Serviço de Reabilitação Profissional
SS	Serviço Social
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TS	Técnico Superior
TSS	Técnico de Serviço Social
UFCD	Unidade de Formação de Curta Duração
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO, OBJETO DE ESTUDO E OPÇÕES METODOLÓGICAS

Na década de 60, à semelhança do que já vinha acontecendo, desde os anos 50, em diferentes países europeus e tendo como referência mais próxima a experiência francesa, é implementado, em Portugal, o sistema de formação profissional contínua. Na sua génese esteve a criação do Instituto de Formação Profissional Acelerada, a funcionar, desde 1962, na dependência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra, o qual visava incrementar a preparação e a adequação da mão-de-obra nacional, à luz da reorganização industrial em curso, no país. Em Portugal, as ações de formação profissional seguiam o método de formação profissional acelerada, que permitia reduzir consideravelmente o período de aprendizagem e qualificar os trabalhadores adultos num curto espaço de tempo.

Os trabalhadores portugueses viam, desta forma, através das políticas públicas, consagrado o direito à formação e à possibilidade de acederem a uma qualificação profissional que, desejavelmente, devia contribuir para valorizar e dignificar a sua (re) inserção no mercado de emprego e contribuir para o seu desenvolvimento de carreira. Com os fluxos sectoriais dos anos 60 e 70 e a complexificação dos processos produtivos e organizacionais, a oferta formativa foi-se tornando mais holística e integrada, apelando a novas formas de construção e aplicação do conhecimento, a que todo o movimento emergente, à época, da Educação Permanente veio dar visibilidade, reconhecimento e condições para novas formas de investimento e desenvolvimento.

Com a criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em 1979, as ações de formação profissional acelerada, são complementadas por outras modalidades de formação, para dar resposta às novas políticas de emprego e formação e às características dos novos públicos alvo da sua intervenção.

A consolidação e evolução histórica do sistema de formação profissional, em Portugal, fez emergir um conjunto de novos agentes e funções, sendo de registar, desde o início, a presença do profissional de Serviço Social, convocado para intervir num espaço contraditório e complexo, onde a realidade se revela e onde os problemas se expressam. É

a partir desta conjuntura, que estes profissionais identificam os acontecimentos, contextos, políticas, relações de força, públicos, etc., o que lhes permite saber onde e como atuar, através de uma base sólida de conhecimentos.

Na formação profissional, a prática dos profissionais de Serviço Social¹ foi evoluindo no sentido de, desejavelmente, se direcionar para enfrentar a realidade de uma forma crítica e desvendar adequadamente as tramas conjunturais e as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre políticas, contextos e públicos que a sua prática se realiza. O privilégio de se encontrarem muito próximos do quotidiano dos públicos da formação profissional, proporciona-lhes uma dimensão da realidade muito grande, abrindo-lhes a possibilidade constante de se adaptarem e de construir e reconstruir as suas identidades profissionais, realizando e consolidando, assim, a sua profissionalidade. Todo este esforço, por parte dos profissionais de Serviço Social, para a construção das diferentes formas identitárias, realiza-se, recordando as reflexões de Dubar (1997) sobre esta temática, em estreita interação com os outros profissionais, que estão inseridos na mesma organização, dando assim origem à identidade coletiva deste grupo profissional, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, a qual implica, portanto, saberes partilhados e habilidades comuns (Autès, 2003).

Os profissionais de Serviço Social conquistaram, deste modo, como afirma Albuquerque (2010), uma legitimidade associada a uma perspetiva política e institucional, de compensação das falhas do social, no sentido do acolhimento, da integração e do acompanhamento dos públicos vulneráveis que ocorrem ao Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No entanto, as mutações da sociedade atual, nomeadamente no âmbito da formação profissional, exigem uma readaptação do modo como os profissionais de Serviço Social executam as suas práticas, o que conduz a uma reformulação do seu perfil identitário, face a públicos cada vez mais heterogéneos e aleatórios. Como referem Albuquerque, Almeida e Santos (2013), Beck (1992), Castel (1998) e Habermas (1990), atualmente, o Serviço Social está perante o desafio da gestão social do “não trabalho”, obrigando a uma revisão

¹ Ao longo da presente tese, é utilizada a designação de profissionais de serviço social, quando nos referimos ao serviço social enquanto profissão. Utilizamos o termo Técnicos de Serviço Social, quando fazemos referência ao enquadramento técnico destes, no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

das respetivas finalidades e processos de trabalho que, no limite, poderá acentuar alguns dos seus paradoxos constitutivos (Autès, 1999). Neste contexto, a dimensão teleológica modifica-se; a componente educativa tende a diluir-se; o acompanhamento social pode transformar-se num fim em si mesmo e não somente num meio (Albuquerque, 2010).

Num mundo de mudança, os profissionais de Serviço Social necessitam, assim, de uma reflexão profunda sobre processos renovados de legitimação e de refundação profissional (Albuquerque, 2010), uma vez que a profissionalidade enquadra mais do que um conjunto de competências, implica a capacidade de interpretação e adequação pertinente aos contextos, inclui um “como fazer” e “porquê fazer” e não somente um “saber fazer” (Donnay & Verhoeven, 2007; Santos, 2008).

Consequentemente, o presente trabalho de investigação pretende caracterizar o enquadramento funcional dos profissionais de Serviço Social, no sistema público de formação profissional português, procurando compreender a importância e fundamentos da sua atividade, bem como as transformações em curso na sua identidade profissional e sua influência na construção e consolidação que a sua profissionalidade tem vindo a assumir, nas últimas cinco décadas, tendo em vista melhorar a sua intervenção profissional.

i. – Objeto de Estudo

A profissionalidade do Serviço Social consiste, portanto, no nosso objeto de estudo, a qual se caracteriza por uma dinâmica associada à sua construção social, à sua consolidação profissional, às funções sociais que foi cumprindo, às identidades históricas que foi assumindo, constituindo a matriz identificadora da profissão (Santos, 2008).

A mesma singulariza-se, igualmente, pela heterogeneidade da sua conformidade nas diferentes áreas de atuação profissional, tornando o seu agir diferenciado, mas com traços comuns no que concerne ao seu exercício profissional. Enquanto profissão centenária, a sua profissionalidade reflete os seus ciclos de recriação, onde se iniciou a relação com a produção do conhecimento e com o universo das profissões sociais. Deste modo, uma análise sobre esta questão não pode ser, simplesmente, narrativa, mas sim reflexiva, na

medida em que implica uma análise aprofundada de toda a dinâmica que lhe está subjacente.

Para analisar a profissionalidade do Serviço Social, na sociedade contemporânea, torna-se importante um olhar dirigido à construção e reconstrução da profissão (Alcoforado, 2014). O Serviço Social, enquanto profissão, legitima-se, como se explicitará no capítulo I, no quadro de um novo paradigma societário, emergente na sociedade industrial, tendo como finalidade principal a criação de uma prática de assistência social. Assume, assim, o seu aspeto diferenciador relativamente às restantes profissões que adquiriram algum protagonismo no âmbito do controlo institucional da pobreza (tais como, a animação e educação sociais, a enfermagem, a psicologia, a sociologia, etc.).

A sua afirmação no mercado de trabalho particulariza-se pela qualificação do seu saber fazer, pela utilização de metodologias profissionais específicas, por uma linguagem que foi construindo, através da articulação entre conhecimento adquirido e prática profissional, bem como pela organização do seu código de ética e deontologia. Os seus profissionais investem na definição de capacidades próprias de relacionamento profissional, com todos os atores envolvidos no controlo das desigualdades sociais (Castel, 1998).

O Serviço Social, enquanto profissão, consiste num processo de ajuda peculiar e distintivo, caracterizado por interações sociais complexas entre os elementos que constituem a sua estrutura matricial: o profissional de Serviço Social, os destinatários da intervenção e o contexto institucional, onde se desenrola a ação (Andrade, 2001; Ferrario, 1994; Payne, 2002). Ou seja, traduz-se num processo realizado por um profissional que se encontra integrado num sistema organizado de serviços, dirigido a indivíduos, grupos ou sujeitos coletivos, propenso a ativar uma mudança, tanto no modo de estar dos indivíduos, grupos ou coletividades, face aos problemas que os afetam, como na relação entre as exigências do meio e as respostas pessoais, coletivas e institucionais, por ativar ou já disponíveis (Ponticelli, 1994).

O campo das práticas do Serviço Social centra-se, portanto, numa intervenção em termos individuais e no desenvolvimento de recursos sociais, que possam responder às necessidades de um grupo ou de uma comunidade. Estes recursos são, em primeiro lugar,

personais (a própria capacidade de reagir e de enfrentar os problemas), mas também ambientais-familiares (a capacidade de utilizar as redes naturais de solidariedade social e de ajuda), sociais e de apoio político e económico (os recursos institucionais ou coletivos organizados em serviços, estruturas e prestações (Santos, 2009).

A relação profissional, através da qual se executa o processo de ajuda tende a apoiar a pessoa, o grupo ou a coletividade, no esforço para entender melhor a sua própria situação, analisar quais os recursos disponíveis na sociedade e ativá-los. Trata-se, portanto, de um processo de mudança em primeiro lugar ao nível racional-emotivo, que leva a um diferente entendimento da situação e promove a capacidade de reação e de iniciativa do utente. Este é estimulado a recuperar a sua própria capacidade de agir e de empreender atividades, para suprimir as causas da sua situação de mal-estar.

As potencialidades a desenvolver encontram-se no indivíduo, mas também no seu meio ambiente. Logo, a solução dos problemas passa pela interação recíproca entre ambos, tendo início com a análise da relação entre os vários elementos do sistema. Trata-se de construir um conjunto de relações entre sujeito, com características e papéis diferentes (pessoas significativas no contexto, responsáveis de serviços, representantes de redes sociais, etc.) e construir um *sistema de ajuda*, que desenvolva funções promocionais e reparativo-curativas, mas também preventivas (Ponticelli, 1994, p. 24).

Ou seja, segundo tais pressupostos é possível destacar, dois domínios próprios e particulares do Serviço Social: o da relação e o do acesso (Amaro, 2012). A especificidade do trabalho do profissional de Serviço Social assenta na relação, enquanto elemento fundamental, ou seja, este assume-se como um profissional da relação, dotado de um pensamento complexo e, conseqüentemente, capaz de articular fenómenos e gerar respostas específicas dirigidas a indivíduos em situações concretas, adotando um papel facilitador no acesso a direitos, informações, recursos, como já foi referido (Amaro, 2012).

Estas especificidades estão, por sua vez, interligadas a cinco tipos de funções características dos profissionais de Serviço Social: as funções relacionais, de acompanhamento, assistenciais e políticas, contribuindo para as mesmas uma função de natureza distinta, marcada pela reflexividade e pela dimensão técnico-operativa (Amaro, 2012). Ou seja, espera-se dos profissionais de Serviço Social uma atuação reflexiva e refletida e metodologicamente suportada (Amaro, 2012; Faleiros, 1997), no âmbito do acolhimento e estabelecimento de relações, bem como ao nível do acompanhamento, construção de projetos de vida e contratualização da intervenção, numa vertente de índole mais paliativa de assistência aos indivíduos com maior vulnerabilidade e, ainda, no que se refere à influência das estruturas, da elaboração de políticas, da explicitação dos diversos projetos societários e da consciencialização dos destinatários (Amaro, 2012). Com estas funções, a atividade continuada exercida pelo profissional de Serviço Social, enquanto trabalhador primordialmente assalariado (Netto, 1992), “pode operar-se no patamar da ação, no do planeamento e da gestão e no da investigação e conceção de políticas, constituindo uma orientação para a intervenção atenta aos níveis micro, meso e macro” (Amaro, 2012, p.167).

Por outro lado, Amaro (2012) refere também três tipos de vínculos inter-relacionais com os quais o profissional de Serviço Social se responsabiliza: os vínculos axiológico-políticos que remetem para o quadro valorativo da profissão e abordam os direitos, a justiça, a democracia e o bem-estar; os vínculos funcionais direcionados para a natureza e sentido dos “fazeres” dos profissionais de Serviço Social, integrando a execução de políticas, bem como a advocacia social, a qualidade do serviço e a transformação pessoal e social; e os vínculos interacionais que se dirigem para os atores envolvidos nos processos de intervenção, integrando um compromisso inicial ente o destinatário e o utente, não descurando as instituições, a comunidade, a sociedade e o próprio profissional.

Por sua vez, aliadas a estes compromissos do Serviço Social surgem três dimensões de responsabilidades profissionais que enfatizam: a visibilidade e divulgação das problemáticas sociais existentes; a capacidade de compreensão e clarificação das

dinâmicas do tecido social; e a resolução dos problemas e melhoria das situações apresentadas (Amaro, 2012).

Na verdade, não basta a mudança individual e comportamental. É necessário um trabalho sobre os contextos vivenciais, as políticas e as estruturas de oportunidades.

Os fenómenos sociais e os problemas humanos, na sua globalidade, complexidade e densidade, implicam atualmente uma vasta intervenção, requerendo que a totalidade dos sectores de política social integre nas suas dinâmicas institucionais, profissionais de Serviço Social como condição fundamental para garantia de eficiência, eficácia e rentabilidade dos serviços. A multiplicidade de políticas sociais, bem como o ajustamento permanente dos organismos institucionais e, ainda, as abordagens sectoriais confluem numa transversalidade de saberes, de competências e de profissões, concorrendo para a concretização do objetivo comum da melhoria da qualidade de vida das populações (APSS, 2003).

Na sua intervenção, os profissionais de Serviço Social têm aspetos convergentes com outros profissionais, no que diz respeito à missão e aos objetivos a atingir, distinguindo-se, no entanto, relativamente à particularidade do seu conteúdo funcional e respetivas estratégias e desígnios inerentes ao seu exercício profissional.

Numa perspetiva dinâmica, que acompanha o desenvolvimento social e científico, os profissionais de Serviço Social detêm atribuições, saberes, competências, métodos e técnicas de intervenção específicas, decorrentes da sua qualificação académica e inerentes ao seu desempenho profissional que lhes permitem conceber, planear, organizar recursos e prestar cuidados ao nível psicossocial, relacional e cultural, no sentido do desenvolvimento das condições de vida de cidadãos, de grupos e de comunidades (APSS, 2003, Preâmbulo).

Devido, quer à sua formação, quer ao seu desempenho, os profissionais de Serviço Social, encontram-se particularmente aptos para pôr em prática processos de intervenção social baseados em competências, tais como a articulação, a negociação, a interação institucional permanentes e a mediação entre serviços e cidadãos, determinados pela necessidade de maximizar capacidades e recursos. Como tal, os profissionais de Serviço

Social são considerados como agentes potenciadores de mudança não só na sociedade, mas também nas condições de vida dos cidadãos, famílias e comunidades com quem trabalham (APSS, 2003).

Os profissionais de Serviço Social, ao nível institucional, têm em consideração diversidades sociais, culturais e institucionais dos contextos; identificando problemas e necessidades, quer das comunidades, quer dos seus habitantes; potenciando os recursos da instituição onde trabalham; conciliando a racionalização de recursos com a eficácia e a eficiência das respostas; desenvolvendo processos de trabalho em parceria e em rede; proporcionando a articulação, a negociação e a mediação entre agentes institucionais, entidades e organismos públicos ou privados, contribuindo para a construção e acompanhamento de protocolos de colaboração e de responsabilidade conjunta; assessorando a administração e a gestão da sua instituição no processo de compreensão e implementação das medidas de política social; recomendando a criação e implementação de estruturas orientadas para a satisfação de necessidades e direitos dos utentes ou potenciais utentes; e precavendo as condições gerais do acesso, da humanização e da qualidade dos serviços (APSS, 2003).

Em simultâneo com as referências teórico-conceituais extraídas das ciências sociais, existem alguns princípios que alicerçam a prática dos profissionais de Serviço Social e configuram a sua profissão. O processo de ajuda promovido por estes é sobretudo orientado e condicionado por três fatores: o sistema de serviços, as políticas públicas e as teorias de referência. Juntamente com a teorização da praxis, as teorias de referência contribuem para a elaboração dos modelos operativos do Serviço Social, isto é, dos esquemas de referência conceituais que orientam a aplicação de instrumentos pelos profissionais de Serviço Social (Ponticelli, 1994).

O procedimento metodológico representa um elemento central constante do processo de teorização da prática, a partir da qual se pode avançar para a elaboração de modelos teóricos que sirvam de referência à operatividade concreta (Viscarret, 2007). É também o elemento que garante a unidade dos diferentes tipos de intervenção, de acordo com as características do seu público-alvo e do objetivo da intervenção do Serviço Social. Mas é de salientar que é possível utilizar o mesmo procedimento metodológico, quer no

processo de ajuda individual, quer nas atividades com grupos, quer ainda na ação de promoção da participação comunitária. O procedimento metodológico do Serviço Social é o mesmo das ciências sociais aplicadas: praxis – teoria – praxis (Santos, 2009). Como o Serviço Social está orientado para uma relação mais rentável entre necessidades e recursos, o seu procedimento metodológico segue o esquema concetual-operativo do processo de solução dos problemas e de tomada de decisões. Este procedimento específico traduz-se nas seguintes etapas: individualização-valorização do problema, fixação de objetivos, execução do plano e verificação dos resultados (Ponticelli, 1994; Santos, 2009). A verificação de resultados e a preocupação com a eficácia e eficiência das respostas delineadas é mesmo, atualmente, um elemento central para um Serviço Social mais racionalizado e gestionário, que parece emergir dos novos referenciais políticos e ideológicos das sociedades contemporâneas e da portuguesa em particular, tal como teremos oportunidade de argumentar nos capítulos I e II.

O processo de ajuda, ativado pelo profissional de Serviço Social e co-construído com os cidadãos-utentes, pode manter, em termos de enquadramento, o mesmo esquema concetual operativo, mas ajusta-se às características ambientais e circunstanciais existentes, adaptando modalidades de aproximação ao contexto. É por isso sempre uma ação situada, espacial e temporalmente.

Assim, como forma de afirmar um arquétipo não assistencial, as práticas do Serviço Social passaram a privilegiar o contexto que, segundo Jean Lave (1988), assume duas dimensões: a dimensão objetiva, ou seja, com as suas restrições; e a dimensão subjetiva, que se refere às práticas sustentadas em situações vividas pelo profissional de Serviço Social e construídas subjetivamente.

Deste modo, no que diz respeito à capacidade de desempenhar uma determinada tarefa, esta depende do ambiente e das possibilidades que o profissional de Serviço Social tem ao seu dispor. Este age sobre o ambiente, para o organizar e, em contrapartida, esse ambiente oferece-lhe as condições de adaptação ao meio e abre espaço para a emergência de recursos e de uma nova lógica necessários à renovação da intervenção profissional (Lave, 1988; Norman, 1993b). Cada recurso mobilizado pode considerar-se então como um “artefacto cognitivo”, ou seja, um instrumento, ferramenta ou dispositivo natural ou

artificial, “concebido para conservar, expor e tratar a informação com o objetivo de satisfazer uma função representativa” (Norman, 1993a, p. 18).

Segundo esta linha orientadora da renovação das práticas profissionais do Serviço Social e conseqüentemente da reinvenção da sua profissionalidade, Gibson (1986) considera os artefactos como possibilidades e oportunidades.

Por sua vez, Norman (1993b) fala de ambiente “inteligente”, uma vez que parte dos recursos cognitivos do profissional de Serviço Social está localizada no ambiente. Deste modo, não é possível desenvolver a sua prática, sem ter em conta o ambiente no qual esta se desenvolve e no qual deixa a sua marca (Hutchins, 1995). Assim, a sua intervenção divide-se entre os seus recursos cognitivos e os recursos do ambiente, o que leva o mesmo autor a considerar a ação como estando relacionada com “uma inteligência distribuída” (Hutchins, 1995).

Daí que se compreenda, também, o surgimento da noção de quadro de experiência de Goffman (1991), que consiste no

dispositivo cognitivo e prático da organização da experiência social, que permite ao Assistente Social compreender o que acontece e tomar uma atitude perante a situação. Este quadro estrutura tanto a forma como este interpreta uma situação, como o seu modo de intervenção no decurso da ação (Joseph, 1998, p. 122).

É, portanto, importante realçar que nas relações entre ambiente e sistema, surgem sempre influências provenientes de duas fontes diferentes (Varela, 1989): o ambiente, como origem dos acontecimentos independentes do sistema, e o próprio sistema, como origem de manifestações destinadas a compensar estas influências independentes. O processo de interações contínuas entre um sistema que vai procurar conservar a sua própria identidade aceitando, contudo, um determinado número de perturbações é denominado como “acoplagem estrutural”. Para compreender a dinâmica deste processo, é indispensável que o profissional de Serviço Social tenha em consideração as transformações do sistema e do respetivo ambiente que se codeterminam (Maturana & Varela, 1994; Varela, 1989).

No âmbito da ação situada, é de salientar, também, a definição de Theureau e Jeffroy (1994) de ação em curso. Esta noção, aplicada ao domínio do Serviço Social, consiste na atividade do profissional de Serviço Social inserido num determinado ambiente físico e social, pertencendo a uma determinada cultura, que é significativa para esse ambiente, ou seja, que pode ser mostrada, narrada e comentada em qualquer altura do seu desenvolvimento, a um observador-interlocutor. A definição da ação em curso é fundada com base no pressuposto de que o nível de atividade que pode ser mostrado, narrado e comentado pelo profissional de Serviço Social constitui um nível de organização relativamente autónomo quando comparado com outros níveis de análise da atividade e que pode dar lugar a observações, descrições e explicações suficientemente válidas e úteis (Theureau, 1992).

O curso de ação é um todo dinâmico, que se caracteriza pela auto-organização, realizada em três níveis: (a) na organização intrínseca do curso de ação (a sua organização própria, ligada à afirmação do ponto de vista do profissional de Serviço Social sobre o mundo); (b) dentro das suas restrições extrínsecas (a delimitação e a estruturação do ambiente com o qual interage); e c) dentro dos seus efeitos extrínsecos (as transformações que o curso de ação produz neste ambiente). Através da noção de curso de experiência, Theureau (2002) põe como hipótese que o que pode ser mostrado, narrado e comentado num dado instante, ou seja, a compreensão das vivências ou a consciência pré-reflexiva do profissional de Serviço Social nesse instante, ultrapassa grandemente a simples possibilidade que o mesmo tem de descrever o seu fluxo de ação e de perceção nesse instante. Assim, podemos distinguir dois níveis de análise do curso da experiência. O nível local que designa a compreensão da construção situada da atividade no instante “t” (a criação dos sinais hexáticos). O nível global que designa a introdução dessa construção situada da atividade no instante “t”, numa história em curso que aí constitui o contexto dinâmico para o profissional de Serviço Social.

Concretamente, a maioria das situações em que o profissional de Serviço Social atua são dinâmicas, imprevisíveis e complexas, fazendo com que seja impossível planificar a sua intervenção e executá-la cumprindo à risca um plano. O plano não consegue abranger todas as variações de contexto e dinâmica do desenvolvimento da sua atuação, não

podendo, por si só, definir no que se vai tornar a sua ação. No entanto, Suchman (1987) propõe a distinção entre duas concepções de relações entre plano e ação. Segundo a primeira, o plano é considerado um programa, pois comporta uma série de instruções ou restrições que determinam a ação, e é diretamente executável. De acordo com a segunda concepção, o plano é considerado um recurso, na medida em que comporta um conjunto de indicações ou recursos que participam na realização da ação à semelhança de outros recursos, tais como, os do ambiente. A ação reveste as propriedades da autonomia: resulta de um processo de auto-organização, guiado pelas circunstâncias locais e é construída, em parte, pelos recursos ou “possibilidades” que o ambiente oferece. De acordo com esta segunda perspectiva, o plano é um recurso que permite improvisar em função das circunstâncias: ele orienta a ação, guia-a sem, contudo, controlar a execução. Deste modo, a ação é encarada como “situada”, não só no plano como no ambiente.

Segundo Theureau (1992, 2000), a atividade humana pode ser modelada pelo encadeamento de unidades (este encadeamento constitui o curso da experiência do profissional de Serviço Social). Cada uma destas unidades tem, como base fixa, um sinal dito hexático, na medida em que estabelece uma ligação, numa estrutura relacional precisa, com seis componentes que supostamente resumem o processo em causa numa unidade de atividade significativa para o mesmo. Estes seis componentes são: a) o envolvimento do profissional de Serviço Social na situação, constituído por um conjunto de preocupações inerentes à atividade em curso, que corresponde a um campo de possibilidades para o profissional no momento “t”; b) a atualidade potencial, que diz respeito às expectativas do profissional de Serviço Social relativas à situação dinâmica em que este se encontra, ou seja, o que, tendo em conta o seu envolvimento, é esperado, pelo mesmo, nesse instante “t”; c) os tipos de relações entre tipos pertencentes à sua cultura e que este pode mobilizar no instante “t”, tendo em conta o seu envolvimento e a sua atualidade potencial (referencial); d) o que no instante “t” tem efetivamente significado para o profissional de Serviço Social na situação; e) a fração de atividade pré-reflexiva. Essa unidade pode ser uma ação prática, uma ação de comunicação, um sentimento, uma interpretação, que corresponde ao que faz, pensa e/ou sente o profissional de Serviço Social no instante “t”; e f) o aumento ou diminuição da fiabilidade

de um tipo já constituído ou construção de novos tipos. A interpretação traduz a hipótese de que toda a atividade se faz acompanhar de uma aprendizagem (intérprete).

A transformação e renovação da prática do profissional de Serviço Social provoca, também, uma mudança do seu arquétipo, das tipologias de ação, do significado atribuído à tipificação, bem como dos elementos basilares caracterizadores da ação profissional. A noção de estrutura arquétipo é indissociável da noção de estrutura significativa. Na abordagem do “curso de ação” (Theureau, 1992, 2000; Theureau & Jeffroy, 1994), as unidades do curso de ação são unidades significativas para o profissional de Serviço Social, sendo classificadas pelas estruturas significativas de diferentes tipos. O carácter arquétipo de uma estrutura significativa traduz a ideia de uma semelhança entre as ocorrências das estruturas significativas particulares, que podem ser reagrupadas segundo os critérios da tipicidade. Assim, a comparação sistemática das estruturas significativas que compõem um (ou vários) cursos de ação(ões) é suscetível de evidenciar as estruturas arquétipo cujas estruturas significativas são ocorrências singulares.

No contexto da ação situada, assumem especial relevância os conceitos de tipos, protótipos e tipificação. Os tipos são definidos por Theureau (2000, p. 183), como os “esquemas típicos de atenção, percepção, ação, comunicação, interpretação e emoção”, que não são considerados de forma separada da atividade, mas numa conceção holística desta, constituindo um todo dinâmico. A noção de tipo designa o que permite ao profissional de Serviço Social dar um significado à situação em curso para a continuação dessa ação. O tipo é então o resultado de uma operação de tipificação, processo pelo qual um indivíduo reconhece determinadas experiências tão singulares como os fenómenos típicos, ou seja, recorrentes nos contextos entendidos como semelhantes. Neste conceito estão incluídas também as noções de “vivências-tipo”, os “acontecimentos-tipo” e as “ações-tipo”. Segundo J. Theureau (2000), os tipos podem organizar-se em categorias (conjunto de objetos considerados equivalentes) a partir da sua semelhança com os objetos dessa mesma categoria, designando-se neste caso por protótipos. A pertença a uma categoria é julgada pelo profissional de Serviço Social, em função do grau de semelhança que partilham com os protótipos, ou seja, pela sua tipicidade.

Relativamente ao contexto, este não constitui, portanto, uma realidade estática, mas um sistema em contínuo desenvolvimento, a respeito do qual os conhecimentos devem atualizar-se e a relação deve recalibrar-se. O profissional de Serviço Social representa, dentro deste sistema, um elemento de ativação e mudança evolutiva, ainda que o mesmo se veja envolvido num jogo de influências recíprocas (Ferrario, 1994; Santos, 2009).

Por sua vez, este processo expressa-se na capacidade de planejar, face aos problemas e necessidades, respostas articuladas e complexas, nas quais o utente assume um papel central e onde uma relação profissional constitui a base da intervenção. Trata-se de um processo holístico, pois consagra a atenção constante e central, à pessoa na sua globalidade; a utilização de distintos recursos; a aplicação de um procedimento metodológico articulado em fases que se sucedem logicamente; a pluridimensionalidade da intervenção expressa na simultaneidade de ações dirigidas à pessoa, aos diferentes contextos, ao território e à organização; a relevância da relação profissional, que medeia a definição e realização de um plano, a valorização da pessoa e a descoberta e utilização dos recursos (Aristu, 2004; Santos, 2009).

A alusão à multiplicidade de atores e sujeitos implicados no processo de ajuda permite compreender melhor a pluridimensionalidade da intervenção e, conseqüentemente, a variedade de competências metodológicas, argumentativas, políticas e relacionais exigidas ao profissional de Serviço Social. Esta profissão prevê ações diversificadas e simultâneas, que articulam e influenciam quatro dimensões: o sujeito, o seu ambiente, a organização dos serviços e a sociedade. As etapas do procedimento metodológico não se limitam a uma mera operação intelectual, envolvendo também uma série de relações de negociação entre vários sujeitos, que desempenham papéis e alimentam interesses diversificados (Ferrario, 1994). Intervir na relação entre os diferentes sujeitos de um sistema é uma constante no trabalho do profissional de Serviço Social, motivo pelo qual este profissional é considerado um agente de conexão e de recomposição de competências e recursos (Santos, 2009).

A atividade do Serviço Social foi criada independentemente de, no âmbito do processo de transformação da sociedade moderna, se ter presenciado, no evoluir do tempo, uma ambigüidade crescente entre ação (desenvolvimento profissional), saberes e

competências; carreira e desenvolvimento profissional. Numa primeira fase de consolidação profissional (com a emergência do Estado Social), privilegiaram-se mais as competências funcionais do que os saberes profissionais. Estas mantiveram o seu ícone profissional como exercício da ação social por força das dinâmicas dos outros saberes profissionais que se foram produzindo e da execução terminal de políticas sociais. No entanto, essas competências foram-se alargando de acordo, não só com as exigências das políticas sociais, como também das políticas institucionais.

O campo de ação do Serviço Social é um universo intermediário que cria um espaço de relações e mediatiza os conteúdos próprios da produção interna do campo (elementos textuais) e do contexto social envolvente (elementos contextuais). É ainda o universo no qual estão inseridos os agentes sociais e as instituições que produzem, reproduzem e difundem o Serviço Social, considerando as dimensões conceituais, políticas e operativas (Andrade, 2001).

Este universo obedece a leis sociais próprias, mais ou menos específicas, que se articulam com leis mais gerais. Uma e outras imprimem uma certa direção à produção, reprodução e difusão dos conteúdos e dos modos de estar, sentir, pensar e fazer. Porém, essa articulação e essa direção obedecem tanto a normas estabelecidas, como a estratégias de alteração das normas, o que confere aos profissionais de Serviço Social uma liberdade relativa de ação. A prevalência da manutenção ou da alteração de normas depende de uma complexa correlação de forças internas e externas ao campo profissional, assim como do próprio processo de produção desse campo. A noção de campo obriga-nos a pensar relacionalmente. Obriga a pensar os sistemas e os subsistemas institucionais como espaços de relações mutantes. A pensar em áreas de poder e de saber, eventualmente convergentes ou conflitantes. Neste sentido, o campo do Serviço Social é um campo de forças e de lutas com vetores transformadores e vetores conservadores e com dinâmicas mutáveis (Andrade, 2001).

Partindo destas noções, é possível inferir que o campo profissional do Serviço Social é socialmente constituído e constituinte, quer seja tomado como área científica e de investigação, quer como área de intervenção, quer ainda como domínio de organização da categoria profissional em si. Seja qual for o vetor de abordagem, é um universo onde se

cruzam e mutuamente se influenciam os conteúdos de produção interna no campo e os conteúdos do contexto social envolvente. Existe uma relação caracterizadora do campo do Serviço Social. Essa relação é produzida por dois tipos de agentes sociais, elementos essenciais constitutivos do campo: os profissionais de Serviço Social e os destinatários da sua intervenção. É no espaço de aproximação construído por essa relação que se opera a alteração daquilo que pertence à esfera íntima/privada (como por exemplo: necessidades sentidas pelos sujeitos sociais de bens produzidos pela sociedade; desejos e aspirações; dificuldades vivenciadas) e que configuram situações sociais particulares, para uma esfera institucional pública. A alteração daquilo que pertence ao modo privado da esfera íntima para o modo público da esfera institucional faz-se, por imposição institucional, por meio da regulação de um grupo profissional, os profissionais de Serviço Social. Ou seja, o agenciamento do Serviço Social leva à subordinação das suas finalidades às diretrizes das instituições, quer públicas, quer privadas. A sua transformação em trabalho assalariado constrange as suas convicções políticas e ideológicas, o que eventualmente desvirtua a sua finalidade primordial de defesa dos direitos sociais. Mas essa alteração só é possível com o consentimento/cumplicidade dos destinatários da intervenção e implica a mobilização de outros elementos constitutivos do campo do Serviço Social (Andrade, 2001).

No campo da intervenção, o profissional de Serviço Social ocupa espaços organizacionais, numa dada sociedade e a partir dos quais desenvolve a sua ação. Aqui, advêm três características essenciais para a configuração do seu modo de agir: o profissional de Serviço Social é sobretudo um trabalhador assalariado; o seu agir comporta duas dimensões igualmente importantes, uma dimensão simbólica e uma dimensão operativa; e o ato do profissional de Serviço Social possui duas fontes de legitimação que agem em simultâneo: a organização empregadora e os destinatários do seu ato (Andrade, 2001).

O Serviço Social não pode ser entendido à margem do contexto socio-histórico em que se desenvolve (Lecomte, 2000; Lorenz, 1994; Van den Hoven, 2005). Isto é, “reduzir a análise desta profissão aos seus elementos constitutivos internos significa extrair, artificialmente, o Serviço Social das condições e relações sociais que lhe dão

inteligibilidade e nas quais se torna possível e necessário” (Iamamoto & Carvalho, 2000, p. 15-16). Ou seja, interpretações homogêneas do campo do Serviço Social não são plausíveis, uma vez que este assume formas distintas e constrói tradições diferenciadas consoante o contexto político, económico, científico e ideológico das sociedades em que se inscreve (Santos, 2009).

O Serviço Social é predominantemente uma ação de teor reflexivo. Como todo o agir, constitui-se na transição do pensar para o fazer e completa-se pelo circuito inverso. Este processo implica decisão – ação – movimento – interferência – estratégias – comunicação – conflitos – consensos, e envolve poderes – saberes – subjetividades (Santos, 2009). Neste sentido, o agir do Serviço Social tem vindo a evoluir desde o controlo das desigualdades sociais, até ao estudo dos problemas sociais mais atuais e à implementação das respetivas formas de intervenção.

O Serviço Social constitui-se, enquanto profissão, com a exposição pública, com a publicitação do seu saber e do seu saber-fazer, com a legitimação da sua produção (Guerra, 1995). A mesma é conferida institucionalmente, pela atribuição e ocupação de um lugar na divisão social e técnica do trabalho, pelo reconhecimento da formação e conferência de grau académico, pelo reconhecimento das organizações de defesa e de apoio da categoria profissional (Andrade, 2001; Branco, 2009a; Negreiros, 1999).

Essa legitimação é, ainda, conferida socialmente, através dos destinatários da sua intervenção, no reconhecimento que estes fazem do trabalho e competência dos Assistentes Sociais, quando os procuram ou aceitam a sua interferência nas situações-problema por eles vivenciados (Andrade, 2001, p. 157-158).

A ação do profissional de Serviço Social envolve interações sociais complexas, pois prevê a influência recíproca entre pessoas, grupos e diferentes forças sociais. Segundo Andrade (2001), estas interações assentam na construção e desconstrução de espaços de mediação, onde se torna possível, pela delimitação e provisoriedade, atuar na transição entre os processos de subjetivação (vivência pessoal) e os processos de objetivação (o instituído, o normalizado).

A intervenção profissional do Serviço Social está associada a um desenvolvimento contínuo das suas funções que advém, por um lado da evolução das políticas socioinstitucionais e das intencionalidades que comportam, bem como da produção e adaptação do conhecimento, determinante para dar especificidade ao exercício da sua profissão, tendo contribuído, particularmente, para este facto, a produção teórica desenvolvida por Mary Richmond, Virgínia Robinson, Gordon Hamilton, Florence Hollis, Clara Kaiser, Grace Coley, J. Liberman, Doroty Sullivan, Harleigt Trecker, Gisela Konopka, Annett Garret, Walter Petit e Murray Ross (Mouro, 2004). E, por outro lado, da sua academização, a que se seguiu a criação dos níveis de formação pós-graduados e, mais recentemente, a criação de centros de investigação. Esta complexificação conduziu ao alargamento de novas práticas, que implicam novos saberes e, conseqüentemente conduzem à construção e reconstrução da profissionalidade do Serviço Social.

Tendo, pois, como referência o conceito de profissionalidade, tratado por diferentes autores, consideramos como mais pertinentes para a compreensão da profissionalidade do Serviço Social, os conceitos defendidos por Roldão (2005) e Alcoforado (2014). Segundo Roldão (2005), profissionalidade é um conjunto de atributos, socialmente construídos, que permitem distinguir uma profissão de muitos outros tipos de atividades, também relevantes e valiosas. Deste modo, a concetualização da profissionalidade consiste na procura do que distingue, sociologicamente, uma profissão, relativamente a outras profissões.

Com base na investigação de vários autores como Giméno Sacristán, Claude Dubar e António Nóvoa, Maria do Céu Roldão (2005) identifica quatro características que estão na base da construção da profissionalidade:

- 1) o reconhecimento social da especificidade da função associada à atividade (por oposição à indiferenciação);
- 2) o saber específico indispensável ao desenvolvimento da atividade e sua natureza;
- 3) o poder de decisão sobre a ação desenvolvida e conseqüente responsabilização social e pública pela mesma, ou seja o controlo sobre a atividade e a autonomia do seu exercício;
- e 4) a pertença a um grupo coletivo que partilha, regula e defende, dentro desse coletivo, quer o exercício da função e o acesso a ela, quer a definição do saber necessário, quer

naturalmente o seu poder sobre a mesma, que lhe advém, essencialmente, do reconhecimento de um saber que o legitima (p. 109).

Como refere Alcoforado (2014), a profissionalidade encontra-se no centro da procura de uma recomposição de identidades profissionais, no trabalho e nas organizações, no âmbito de contextos caracterizados por estruturas descentralizadas, de evolução e interdependência dos saberes, de dinamismo e reconfiguração permanente das funções, de valorização simultânea de interações e contribuições individuais e coletivas. A profissionalidade procura responder à complexidade, articulação e desenvolvimento permanente de capacidades e competências, permitindo leituras e consequente informação da situação, presente e prospetiva, de uma determinada identidade profissional.

Enquanto nos conceitos de profissão e qualificação, os saberes, as competências e as funções estão definidas e estabilizadas à partida, consistindo o processo de profissionalização, na sua aquisição, construção e desempenho; a profissionalidade remete-nos para um processo de reconstrução contínua das identidades profissionais, através de uma reconfiguração dinâmica dos saberes e competências a ela associadas (Alcoforado, 2014).

Seguindo a linha de pensamento do mesmo autor, esta reconfiguração deve ser entendida numa lógica profissional de quem exerce, habitualmente, um agregado coerente de atividades, usa métodos e processos de trabalho com coesão própria, tem uma linguagem específica, partilhada e reconhecida pelos pares e dispõe de condições adequadas, tendo um campo de possibilidades para alargar, reforçar e valorizar o seu estatuto profissional e social comum. Desenvolver profissionalidades apela, portanto, ao aumento da interação de sujeitos, desafiados a encontrar novas formas coletivas de negociação e de luta por um renovado reconhecimento e valorização social (Alcoforado, 2014).

O Serviço Social possui três tipos de finalidades que lhe são características. No que concerne ao saber especializado indispensável ao desenvolvimento da atividade, embora não exista uma especificidade muito evidente, há um saber específico, não só sobre a história da profissão, mas também sobre as suas metodologias de intervenção profissional, as suas identidades e a sua representação social. O poder de decisão e de contribuir para a decisão, o controlo sobre a atividade e autonomia do exercício do

profissional de Serviço Social, são mais evidentes na relação que se estabelece entre este e o utente, mediante o diagnóstico social que deve estar na base de toda a tomada de decisão. Por outro lado, o Serviço Social formou-se através de um grupo de profissionais que se empenhou em defender uma finalidade simbólica, social e política da profissão, estando esta, inicialmente, adstrita ao controlo efetivo das desigualdades sociais e, no presente, na partilha da importância do estudo dos problemas sociais e respetivas formas de intervenção, bem como na defesa e concretização da cidadania e na luta contra desigualdades ilegítimas.

Pode-se, portanto, considerar que a profissionalidade do Serviço Social não é estática, vai-se construindo e reconstruindo de acordo com as influências produzidas pela inovação endógena e exógena, em sintonia com o significado que o profissional, a instituição e o respetivo sector de atividade onde este se integra, atribuem à sua ação profissional, bem como às opções teóricas em que o mesmo se baseia, para definir uma estratégia de intervenção social e institucional.

A problemática subjacente à construção da profissionalidade dos profissionais de Serviço Social constitui-se assim como o núcleo central da nossa discussão socio-histórico-narrativa. Para o efeito, centrar-nos-emos especificamente no contexto do trabalho exercido no âmbito das políticas públicas de formação profissional.

O modelo de análise conceptual utilizado consiste basicamente no esquema teórico representativo, exposto na figura 1, o qual reflete as dimensões essenciais a serem estudadas, ou seja, os fatores-chave, conceitos ou variáveis e as presumíveis relações que se estabelecem entre elas (Miles & Huberman, 1994; Sousa & Baptista, 2011). Este modelo é o prolongamento da problemática. É composto por conceitos, dimensões e indicadores articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro analítico coerente (Quivy & Campenhoudt, 2008).

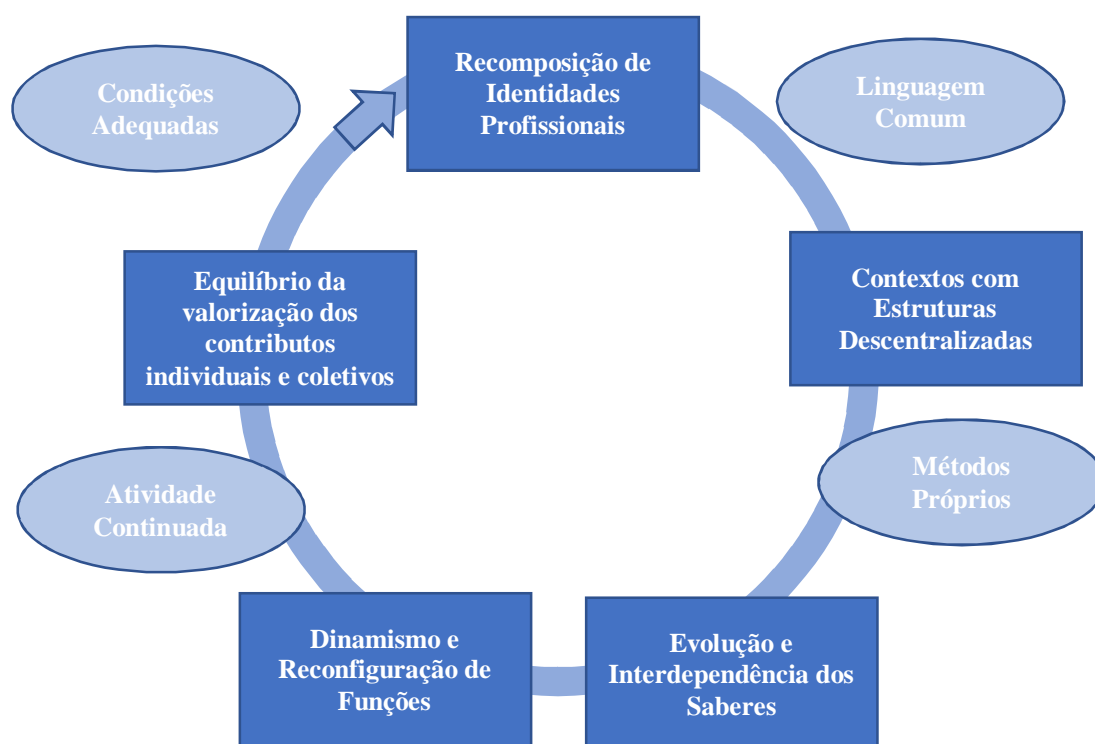


Figura 1. Ciclo e Dimensões de Desenvolvimento da Profissionalidade.

Fonte: Adaptado de Alcoforado (2014, p. 71).

Desde 1966, que o sistema público de formação profissional, em Portugal, reconhece a necessidade da intervenção dos profissionais de Serviço Social. Estes têm vindo a desempenhar um papel basilar na concretização dos seus objetivos, nomeadamente no que respeita ao acolhimento e integração dos públicos, com particular preocupação junto dos mais desfavorecidos, ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, bem como ao apoio social e ao acompanhamento dos formandos, cujas problemáticas

associadas à situação de desemprego, fazem apelo à intervenção do Serviço Social e às competências dos seus profissionais.

Face à integração destes em equipas multidisciplinares, onde trabalham numa lógica de projeto, desempenhando novas atividades, o Serviço Social construiu um espaço próprio e tem vindo a reconfigurar-se no quadro do sistema público de formação profissional, pelo que se torna muito pertinente e atual conhecer as suas funções, ao longo dos tempos, e a forma como tem vindo a (re) configurar, neste sector de atividade, a sua profissionalidade.

Definida esta opção, considera-se indispensável analisar reflexivamente as mudanças ocorridas nas políticas públicas de formação profissional e compreender a importância e fundamentos da atividade nelas desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social. Mais especificamente, a presente investigação centra-se numa abordagem panorâmica da atuação dos profissionais de Serviço Social, no âmbito da formação profissional, uma vez que estes, contrariamente a outras categorias profissionais, no IIEFP, que se foram moldando a funções previamente determinadas e previstas, não dispuseram de normativos que regulassem o seu exercício profissional, durante 38 anos de atividade. É igualmente estudado o esforço contínuo que os próprios profissionais de Serviço Social desenvolveram, no sentido de, através do seu agir, ultrapassarem a sobreposição de funções, alcançarem o seu espaço profissional e reconhecimento institucional, o que lhes permitiu conquistar a formalização das suas funções, através de atitudes proposicionais de atuação, métodos e instrumentos de trabalho, posições de correção da sua forma de intervenção e defesa conjunta da sua identidade profissional. Para o efeito, são analisados os elementos vetoriais que contribuíram para a emergência, construção e legitimação, e reconstrução, da profissionalidade do Serviço Social, neste contexto.

Simultaneamente, esta investigação emerge, sobretudo, da necessidade de capitalizar todo o conhecimento e experiência adquiridos sobre o Serviço Social, na área da formação profissional, tendo em vista a produção de conhecimento, num campo onde este, ainda, é relativamente escasso.

ii. – Questões de Investigação

No que se refere às questões de investigação, afigura-se como primordial:

- Como se configurou e evoluiu a profissionalidade dos profissionais de Serviço Social, ao longo do tempo, no Sistema Público de Formação Profissional, em Portugal, na perspetiva dos próprios profissionais?

Procurar-se-á, ainda, que a presente investigação responda às seguintes questões mais específicas:

- Como se caracteriza a evolução do Sistema Público de Formação Profissional Português?
- Qual o enquadramento funcional do Profissional de Serviço Social, no Sistema Público de Formação Profissional?
- Como evoluiu a intervenção e o reconhecimento profissional do Serviço Social nesse mesmo Sistema?
- Como é que os profissionais de Serviço Social, da área da formação profissional, procuraram adequar-se e construir as suas funções e objetivos em diferentes espaços institucionais e ideológicos e em diferentes temporalidades e como procuram adequar-se aos atuais desafios e novos contextos, num processo de acelerada mudança?

iii. – Método de Investigação

As características das questões de investigação, anteriormente formuladas, conduzem-nos a opções metodológicas de natureza qualitativa, tendo-nos levado à adoção de um modelo de orientação predominantemente compreensivo-interpretativo. A explicitação dos pontos centrais deste modelo, é o nosso ponto de partida para uma reflexão sobre os paradigmas não positivistas na investigação em ciências humanas e sociais. O termo “qualitativo” “implica uma ênfase na qualidade das entidades estudadas e nos processos e significações que não são examináveis experimentalmente, nem mensuráveis em termos de quantidade, crescimento, intensidade ou frequência” (Denzin & Lincoln, 2003, p. 13). Ainda segundo os mesmos autores,

os investigadores qualitativos realçam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o investigador e o estudado e, os constrangimentos situacionais que dão forma à investigação. Procuram respostas a questões em torno de como a experiência social é criada e lhe é conferido um sentido (p. 13).

Central, nesta investigação, é a compreensão das intenções, significações, crenças, perceções, representações, perspetivas, conceções, etc., que os profissionais de Serviço Social colocam nas suas próprias ações e discursos, com os outros e com os contextos com os quais e nos quais interagem. Procura-se o que, na realidade, faz sentido e como faz sentido para os profissionais de Serviço Social contactados. Ou seja, procuram-se os significados dos fenómenos tal como são percebidos e manifestados pela linguagem e, ao mesmo tempo, reconhece-se que essa significação é contextual, isto é, que se constrói e se estabelece em relação a outros significantes.

Em oposição a um desmembramento da realidade em variáveis manipuláveis laboratorialmente, a investigação qualitativa, sob o modelo identificado, assenta numa visão holística da realidade a investigar, sem a isolar do contexto natural (histórico, socioeconómico e cultural) em que se desenvolve e procurando atingir a sua compreensão, através de processos inferenciais e indutivos (construindo hipóteses durante e depois da análise dos dados). Pode dizer-se que este é o aspeto central e nuclear da investigação qualitativa, que aqui encontra a sua unidade, para além da diversidade de objetos e objetivos (investigação das experiências de vida, dinâmicas subjetivas da sociedade e da cultura, linguagem e comunicação), estratégias e métodos usados (Amado, 2014).

No âmbito de uma metodologia compreensiva-interpretativa, os fenómenos sociais são considerados como o resultado de um sistema complicado de interações dos sujeitos humanos entre si (em sociedade) e com o mundo natural. De facto,

no mundo humano, os objetos, as situações, as ações e as atitudes valem mais pelos contextos, pelas interações que lhe dão sentido e validade, pelos

significados culturalmente elaborados que possuem, do que por si mesmos, ou seja, enquanto meros estímulos (Boavida & Amado, 2008, p. 157).

A realidade só é realidade porque é social e, portanto, construída pela e na consciência dos sujeitos em interação. Temos, assim, uma realidade social produto das opções, da liberdade, das interações e valores dos sujeitos e, ao mesmo tempo, produtora dessas mesmas opções, intenções e valores.

Cada ser humano é “o resultado da presença e da ação de todos os outros seres humanos (enquanto está imerso na sociedade e na cultura)” (Boavida & Amado, 2008, p. 157). Mas é, simultaneamente, um livre decisor dos seus destinos, independentemente de condicionalismos externos e um criador de significados que se tornam parte da própria realidade social e cultural e, aí, o ser humano é, ao mesmo tempo, um produto e um produtor de cultura.

A investigação de “realidades” sociais centra-se pois no modo como elas são interpretadas, entendidas, experienciadas e produzidas pelos próprios atores, neste caso concreto pelos profissionais de Serviço Social, no contexto da formação profissional, com o objetivo de passar do registo descritivo de condutas, gestos, expressões, afirmações, etc., à sua compreensão e interpretação na situação em que tudo isso se verifica. Esta abordagem interessa, sobretudo, pelos significados que os profissionais atribuem às ações em que se empenham. A atribuição de significado é histórica e intersubjetiva, na medida em que os dois sujeitos (o investigador e o investigado) partilham, numa espécie de sociabilidade originária, as significações socioculturalmente construídas e encerradas na linguagem por eles usada. Os métodos utilizados são flexíveis e adaptáveis aos contextos sociais (para além da riqueza de pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, pormenores que, uma vez observados, sugerem perguntas e hipóteses a formular, durante o próprio processo de pesquisa), de modo a permitirem uma investigação que tenha em conta os contextos em que os fenómenos se verificam e a complexidade de fatores que lhes dão origem (Amado, 2014).

Deste modo, o principal interesse do investigador interpretativo é a possibilidade de particularizar, mais do que generalizar; a representatividade das conclusões, longe de ser estatística é social e teórica assente em critérios de compreensão e de pertinência. “Os

fatores universais descobrem-se quando se manifestam em forma concreta e específica, não em abstração e generalidade” (Erikson, 1989, p. 223). Trata-se de uma aproximação ideográfica (contextualizada na vida quotidiana), de casos únicos ou de um número restrito de casos, estando arredada a preocupação pelas generalizações. Como diz Guba (1989, p. 150) “as diferenças são pelo menos tão importantes como as semelhanças para compreender o que sucedeu”.

iv. – Técnicas de Recolha de Dados

A investigação realizada privilegiou a análise documental, o inquérito por questionário e os relatos biográficos profissionais. Esta diversidade metodológica, que fornece dados empíricos muito diversos, envolve a análise qualitativa de conteúdo da informação recolhida e é assumida como forma de garantir a compreensão de uma realidade complexa e favorecer a triangulação dos dados.

Um dos primeiros propósitos desta investigação consiste em gerar informação que possa contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno social em estudo, o que implica, necessariamente, identificar a investigação anterior relevante, com a qual este fenómeno se relaciona. A investigação nunca parte do zero. Existe um corpo de conhecimentos que foi estabelecido por outros investigadores e, por isso, a literatura publicada constitui um importante recurso para o investigador no processo de planificação, implementação e interpretação dos resultados da investigação que vai iniciar.

Deste modo, no quadro da nossa investigação procedeu-se à identificação, localização e análise de documentos que contêm informação relacionada com o tema específico. Esta análise documental foi realizada em duas fases distintas e teve como objetivo situar o estudo no contexto e, com isso, estabelecer um vínculo entre o conhecimento existente sobre o tema, o chamado *estado de arte*, e o problema que se pretende investigar (Coutinho, 2013).

iv.i. – Análise Documental

Consequentemente, numa primeira fase, procedeu-se à análise documental existente, no IEFP, relativamente às políticas públicas de formação profissional, que apelaram, logo no seu início, à intervenção do Serviço Social, desde o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, através do Instituto de Formação Profissional Acelerada – IFPA (1966), passando pelo Serviço Nacional de Emprego – SNE (1967) e pelo Serviço de Formação Profissional – SFP, (1968), até à criação do atual Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP (1979). Esta documentação foi encontrada no acervo documental do IEFP, mais concretamente dos Serviços Centrais (Lisboa) e do Centro de Formação Profissional de Coimbra.

Esta pesquisa incidiu na totalidade da documentação disponível, sendo os documentos consultados, exclusivamente, produções internas do IEFP, tais como:

- Comunicações aos Monitores;
- Instruções de Serviço;
- Esquemas Síntese da Atuação da Divisão Social;
- Projetos de Instrução da Divisão de Serviço Social do SNE;
- Projetos de Instrução da Divisão de Serviço Social do SFP;
- Programas de Atividades do Serviço Social;
- Relatórios de Atividade do Sector Social;
- Informações de Serviço relacionadas com as funções do Serviço Social;
- Projetos de Intervenção do Serviço Social;
- Informações/Propostas/Despachos da Comissão Executiva do IEFP, designadamente relacionadas com Atribuições e Estrutura Orgânica do Serviço Social;
- Atas de Reuniões;
- Programas de Seminários;
- Boletins de Imprensa;
- Circulares Normativas;
- Orientações Técnicas;
- Regulamentos Específicos.

Para a prossecução dos objetivos desta investigação, procedeu-se, numa segunda fase, à revisão dos mais relevantes normativos no domínio em estudo, concretamente no que se refere à evolução do sistema de formação profissional português, bem como à constituição do Serviço Social, enquanto profissão, visando explicitar o quadro operacional em que se ancorou o trabalho empírico realizado. Neste contexto, os textos analisados incluem:

- Orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT); da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); da Comunidade Económica Europeia (CEE); do Fundo Social Europeu (FSE); do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA); da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE),
- Legislação
- Orientações dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA's);
- Programas do Governo
- Programas políticos de ação;
- Textos que explicitam estratégias políticas e de intervenção no âmbito da Formação Profissional
- Relatórios de avaliação.

A documentação analisada, nestas duas fases, permitiu-nos conhecer as características das políticas públicas de formação, em Portugal, desde 1966 até à atualidade, proporcionando-nos o conhecimento das funções formais dos profissionais de Serviço Social, no âmbito da formação profissional, ou a ausência destas, servindo-nos de base à compreensão dos relatos biográficos e a uma parte dos resultados obtidos, através do inquérito por questionário, técnicas também utilizadas nesta investigação.

iv.ii. – Inquérito por Questionário

A análise documental foi complementada com o inquérito por questionário. Este consiste numa técnica que teve a sua génese no seio de instâncias interessadas em obter respostas

imprescindíveis à prossecução de determinadas finalidades, geralmente de controlo e com a possibilidade de se arrogarem da legitimidade para perguntar (Ferreira, 1986). Este instrumento justifica-se sempre que há necessidade de obter informações de uma grande variedade de comportamentos, para compreender fenómenos como atitudes, opiniões, preferências e representações, para obter dados de alcance geral sobre fenómenos que se produzem num dado momento, ou numa determinada sociedade (Sousa & Baptista, 2011). O inquérito por questionário é, de facto, a técnica de construção de dados que mais se compatibiliza com a racionalidade instrumental e técnica que tem predominado nas ciências e na sociedade em geral. A sua natureza quantitativa e a sua capacidade de “objetivar” informação conferem-lhe o estatuto máximo de excelência e autoridade científica no quadro de uma sociedade e de uma ciência dominadas pela lógica formal e burocrático-racional, mais apropriadas à captação dos aspetos contabilizáveis dos fenómenos. Consequentemente, a aplicação da expressão “inquérito por questionário”, em toda a sua propriedade, remete necessariamente para um tratamento quantitativo dos resultados, na medida em que a informação recolhida pode ser transformada em números ou dados quantitativos, utilizando técnicas de escalas de atitudes e escalas de avaliação, ou contando o número de sujeitos que deram determinada resposta, dando, assim, origem a dados de frequência (Ferreira, 1986; Sousa & Baptista, 2011; Tuckman, 1994).

As respostas obtidas a partir de um único questionário são tratadas como artefactos equivalentes. Isto é, uma exigência da operação de agregação daquelas respostas, com a qual se espera alcançar a base de caracterização dos grupos sociais. Esta agregação só se torna possível quando se postula um único e determinado protótipo de inquirido. Esta define-se, em primeiro lugar, por uma competência linguística e uma capacidade de estruturação dos problemas análogos, ou pelo menos próximos, dos implicados no protocolo de pesquisa e, em segundo lugar, por uma autodeterminação racional que o torna consciente das razões do seu comportamento e dos fundamentos das suas opiniões e, ainda, por uma honestidade e uma vontade de cooperação suficientes para evitar “mentir” ao inquiridor. De facto, a rigidez do questionário implica postular, teórica e analiticamente, uma sociedade de iguais, necessariamente não muito distantes do investigador (Ferreira, 1986; Sousa & Baptista, 2011).

É importante assumirmos que aquilo que nos pode ser dito num contexto marcadamente artificial, como o é a situação de inquérito, é teoricamente pertinente em relação ao problema que motiva a pesquisa. As respostas a um questionário não encerram “a realidade”, que não existe, mas a descrição e avaliação de uma certa realidade, determinada pelo contexto de interação entre o inquiridor e o inquirido e referenciada ao conjunto de representações e categorizações que presidem a essa interação. Este instrumento, impedindo por completo o vaivém entre teoria e dados, durante a pesquisa, que outras técnicas proporcionam, acaba por ser a que mais reifica o dado, pois as respostas surgem enformadas em tabelas quantitativas que dão a ilusão de serem completamente despidas de qualquer ação não-lógica. O questionário continua, pois, a ser fecundo na exploração dos fenómenos e, por seu intermédio, é possível entrever ligações e interpretações antes insuspeitadas. Por outro lado, é uma das vias de acesso às racionalizações que os sujeitos fazem das suas escolhas e das suas práticas (Ferreira, 1986), mas não deve ser a única.

O inquérito por questionário foi, como já referido, um dos métodos de recolha de dados utilizado, na presente investigação, com o objetivo de identificar a intervenção dos profissionais de Serviço Social, no sistema público de formação profissional português, ou seja, no IEFP, nomeadamente no âmbito do acolhimento, recrutamento dos formandos e no acompanhamento dos mesmos, ao longo do processo formativo. Deste modo, este instrumento dirigiu-se à totalidade dos profissionais de Serviço Social deste organismo, a nível nacional (61 Técnicos em exercício nos Centros de Formação Profissional e 5 Interlocutores Regionais de Serviço Social, um por cada Delegação: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), tendo em vista o levantamento de dados relacionados com a idade, tempo de serviço, experiência profissional anterior, vínculo contratual, funções específicas exercidas, outras funções executadas, outras funções que considerassem que deviam desempenhar e, por fim, a importância que consideram que o Serviço Social tem no IEFP atualmente. Em relação aos Interlocutores Regionais de Serviço Social, colocou-se, ainda a questão do número de profissionais que cada um coordena.

Dada a recolha extensiva de dados pretendidos, o elevado número de profissionais inquiridos, a sua distribuição geográfica dispersa por todo o país, num período circunscrito, este instrumento afigurou-se de enorme vantagem, acedendo a dados que vão ao encontro dos indicadores definidos como necessários para a pesquisa. Por outro lado, ao responder exatamente às perguntas que são colocadas, os indivíduos não dispersam a informação (Silvestre & Araújo, 2012; Sousa & Baptista, 2011).

Para o efeito, foram construídos dois tipos de questionário. Um questionário do tipo misto (Sousa & Baptista, 2011), dirigido aos profissionais de Serviço Social, o qual se caracteriza maioritariamente por perguntas fechadas, ou de resposta fixa (21 questões), possibilitando a triangulação com outros instrumentos de recolha de dados, como a análise documental e os relatos biográficos, tendo sido determinadas previamente quais as opções de respostas possíveis, levando o inquirido a assinalar qual das opções refletia melhor a sua opinião ou a sua situação profissional. O seu objetivo consistia, ainda, em avaliar até que ponto as atividades desenvolvidas, por estes profissionais, correspondem ao que se encontra previsto nos normativos em vigor. Foi também introduzido um conjunto de perguntas abertas (9 questões), proporcionando respostas de maior profundidade e possibilitando uma resposta livre em relação ao seu conteúdo (Sousa & Baptista, 2011), com o intuito de perceber melhor as dinâmicas da sua atividade profissional.

O segundo questionário de tipo aberto, destinado aos Interlocutores Regionais de Serviço Social e elaborado com igual objetivo, permitiu aos mesmos, construir a resposta com as suas próprias palavras, proporcionando-lhes maior liberdade de expressão (Sousa & Baptista, 2011).

O momento de definir as perguntas a incluir nos questionários foi antecedido por um conjunto de resoluções. Estas dizem respeito a aspetos absolutamente fundamentais e determinantes da qualidade dos resultados da pesquisa empírica, mas também se relacionam com os problemas da explicação e da causalidade nas ciências sociais (Ferreira, 1986; Sousa & Baptista, 2011). Deste modo, partindo do conhecimento da população a que se aplicavam os questionários e a clareza do objetivo da pesquisa (Sudman & Bradburn, 1996), a sua construção teve subjacente as seguintes premissas:

- Formular questões passíveis de compreensão pelos profissionais de Serviço Social (Converse & Presser, 1994);
- Não influenciar a natureza das respostas dadas;
- Garantir que as respostas dos diferentes inquiridos a cada questão particular pudessem ser comparadas entre si (Moreira, 2007).

Numa primeira fase, foram contactados, telefonicamente, todos os profissionais de Serviço Social, incluindo os Interlocutores Regionais, tendo sido exposto o objetivo da presente investigação, solicitando o seu contributo e explicado, pormenorizadamente, o pretendido com os questionários em geral, assegurando a garantia da privacidade dos inquiridos e informando da autorização do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., para o efeito (Sousa & Baptista, 2011; Tuckman, 1994). Nesta pesquisa, optou-se pelo inquérito autoadministrado, pelo que o mesmo, numa segunda fase, foi disponibilizado *online*. Deste modo, foi dada a possibilidade do sujeito poder responder ao seu ritmo e em condições de privacidade, permitindo-lhe maior abertura para responder a questões de natureza sensível. Esta abertura está ligada a uma noção de “à-vontade”, decorrente sobretudo de três aspetos. O primeiro é o facto de o sujeito não ter que verbalizar o seu comportamento ou a sua forma de pensar a um desconhecido. O segundo decorre de uma sensação de maior confiança em relação à garantia de anonimato. O terceiro está ligado ao facto do sujeito poder responder ao questionário num ambiente que entenda como mais confortável (Silvestre & Araújo, 2012). Passado o tempo razoável para o preenchimento do mesmo (cerca de 3 semanas), foram compiladas 5 respostas do total de Interlocutores Regionais e 25 do conjunto de Técnicos (cerca de 50%), as quais passaram a constituir a amostra do presente estudo. Os resultados obtidos, que serão apresentados na Parte II da tese, permitiram-nos complementar os relatos biográficos a que também recorreremos, enquanto instrumento de investigação.

iv.iii. – Relatos Biográficos Profissionais

Os relatos biográficos profissionais consistem num tipo de investigação que visa captar, através de um relato ou narrativa, a interpretação que determinada pessoa faz do seu

percurso de vida (ou parte dele, neste caso profissional), com a respetiva diversidade de experiências e sentimentos pessoais que tiveram lugar ao longo do tempo e por fases, nas mais diversas circunstâncias ou contextos em ligação com uma multiplicidade de sujeitos (pais, colegas, patrões) e de sistemas (família, escola, emprego).

Estes estudos devem ser considerados, como referem Bogdan e Biklen (1994), veículos para a compreensão dos aspetos básicos do comportamento humano ou das instituições existentes. Esta compreensão permite ultrapassar uma visão hermética na análise da informação recolhida e, em simultâneo, adquirir uma dinâmica ativa e aprofundada em termos qualitativos.

Estes estudos podem ser também uma verdadeira fonte de conhecimento sociocultural dos indivíduos e dos grupos, comunidades e sociedades em que eles se inserem, de relevo para a (re) construção da memória e da identidade individual e coletiva em si mesmas, sobretudo quando enriquecidos através de outros níveis de conhecimento do social (Durão & Cardoso, 1996; Gonçalves, 1997; Vieira, 1999). Destes decorre “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, o que acontece, ou o que toca” (Larrosa, 2002, p. 21).

Ao aprofundar o (auto) conhecimento sobre o passado e, em resultado do seu relato, emergem significados que não haviam sido explorados e novas leituras do presente, as quais desenvolvem a perspetiva de futuro que se constrói. É neste sentido que se posicionam autores como Josso (2004, p. 16), quando nos recorda que “no processo não há somente as coisas que ocorreram, há também todo o potencial que cada indivíduo tem para prosseguir a sua existência no futuro”.

Com autores como Bertaux (1979, 1981, 1991, 2005), Ferrarotti (1988, 2007) e Poirier, Clapier-Valadon e Raybault (1999), este método tornou-se verdadeiramente autónomo e com identidade própria. Pode dizer-se, também, que eles comprovam que as abordagens (auto) biográficas surgem de “uma mutação cultural que, pouco a pouco, faz reaparecer os sujeitos face às estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído” (Nóvoa, 1992, p. 18).

A natureza dos dados (auto) biográficos confirma o objeto central da investigação qualitativa: a racionalidade dos indivíduos, o sentido que conferem às suas ações e

experiências de vida e as estratégias individuais que desenvolvem em função das interpretações que fazem das situações em que estão ou estiveram envolvidos ou implicados (Bertaux & Thompson, 2007).

Este método “equivale a uma tentativa feita para captar o não explicado, o não retido, para se situar nessa encruzilhada da pessoa e da sociedade que é a própria vida” (Poirier et al., 1999, p. 51). A sociedade engendra as ideologias, os valores e as técnicas, mas são os homens que as fazem, transportam e vivem e, isto, ao longo do desenrolar diário de cada existência.

Desta forma, têm vindo a ser recorrentemente afirmadas as potencialidades heurísticas e formativas dos métodos biográficos, entendidos numa perspectiva de que a pesquisa sobre o vivido e a influência dele resultante permite reunir a informação pertinente para desenvolver uma visão contextualizada sobre o passado.

Segundo Correia (1996), estes métodos procuram observar e registar as marcas e as experiências passadas para as contextualizar no espaço e no tempo da sua produção. Já o trabalho de formação, em torno das histórias experienciais procura desenvolver dispositivos de escuta e de interpretação das experiências passadas e dos saberes a elas associados para promover uma articulação e recontextualização e compreender melhor o presente, ajudando-nos a projetar no futuro (Correia, 1996).

Nos relatos biográficos, o que é apreendido não é a subjetividade, mas sim, através da subjetividade, certos aspetos da realidade social. Não se trata de recolher uma narrativa, mas de multiplicar os relatos de maneira a recolher os acontecimentos sociais, o seu sentido e o seu impacto sobre os indivíduos. Os relatos biográficos visam não somente transcrever a vivência individual do informante, mas exprimir os modelos culturais do seu grupo, através do conhecimento que ele tem deles (ou a imagem que deles entende dar), portanto, para lá da idiosincrasia, espera-se atingir a sociedade de que o indivíduo faz parte (Poirier et al., 1999).

Os relatos biográficos constituem somente um meio, entre outros, mas sem dúvida o melhor, de apreender o sentido das práticas individuais. No entanto, não é ainda esta a sua característica principal. Esta decorre do facto de podermos observar, através das

narrativas, que nenhuma outra técnica nos permite atingir: as próprias práticas, os seus encadeamentos, as suas contradições, o seu movimento (Bertaux, 1981).

Entre os métodos biográficos, enquanto estratégia de investigação, destacam-se para a presente pesquisa, os relatos biográficos profissionais, em que se procura mais estabelecer a relação do indivíduo com os contextos sociais e culturais do seu trajeto profissional. São várias as vantagens das abordagens biográficas profissionais, na medida em que: facultam o acesso, em profundidade, ao universo das relações sociais primárias (Gonçalves, 1997); oferecem a possibilidade de ter em conta as perspetivas subjetivas e as interpretações individuais dos sujeitos no contexto dos processos sociais; servem de controlo das perspetivas globais e macro, ao contrapor-lhes a sua visão específica e micro (Green & Thorogood, 2009; Roberts, 2002); permitem uma abordagem exploratória ou complementar, em desenhos mais amplos de investigação (Creswell, 1998; Green e Thorogood, 2009; Roberts, 2002).

O recurso a esta metodologia afigurou-se de grande pertinência, nesta investigação, tendo em conta que um dos principais objetivos consiste em adquirir uma visão diacrónica da profissionalidade do Serviço Social, ao longo de sucessivas gerações, na perspetiva dos próprios profissionais, no âmbito das políticas de formação profissional em Portugal. Ou seja, esta metodologia fornece-nos informação que as outras técnicas de pesquisa utilizadas não proporcionam, na medida em que conduz os inquiridos a uma reflexão da sua própria experiência profissional, permitindo-lhes ter uma participação ativa no processo de investigação, transmitindo informações/opiniões que os outros métodos não permitem verbalizar, tais como a forma como os próprios profissionais de Serviço Social se posicionam na estrutura orgânica do serviço, como “sentem” e traduzem a sua relação com as chefias e com os outros profissionais, o modo como interpretam a construção do seu espaço profissional e, por outro lado, a forma como encaram os seus objetivos e as suas funções, bem como as metodologias utilizadas, desde o início da sua atividade até aos nossos dias.

Na escolha das quatro autoras dos relatos biográficos, procurámos que as mesmas reunissem capacidade de fornecer uma relação detalhada da sua atividade profissional, tendo em consideração as próprias características dessa atividade, pela posição social e

circunstâncias de vida que as dotaram de relações numerosas e diversas, no sector profissional, numa perspectiva de enquadramento histórico-institucional. Logo, foram contactadas profissionais de Serviço Social cuja atividade profissional foi exercida nos seguintes períodos: o primeiro, entre 1966 – 1978, ou seja, durante a vigência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e, conseqüentemente, da Formação Profissional Acelerada; o segundo, entre 1979 – 1998, isto é, após a criação do Instituto do Emprego e Formação Profissional; e o terceiro, a partir de 1999, data em que foram recrutadas as últimas profissionais de Serviço Social para os quadros de pessoal do IEFP, de forma a proporcionar-nos o conhecimento das mudanças estruturais ocorridas no sistema público de formação profissional português e uma abordagem transversal da intervenção profissional desta valência técnica², neste sistema.

Assim, foi solicitado, às quatro participantes, representantes destes três períodos, a elaboração escrita de um relato da sua atividade profissional, enquanto profissionais de Serviço Social, num Centro de Formação Profissional. Após a receção dos referidos relatos, procedeu-se a uma leitura atenta, a que se seguiu a solicitação, às mesmas, da descrição circunstanciada e em maior detalhe de alguns aspetos dos seus relatos, em relação ao contexto e à concretização de determinadas funções, objetivos de algumas práticas e ausência de exemplos dessas mesmas práticas, o que conduziu à sua devolução, solicitando o esclarecimento desses pontos. Após clarificação dos referidos aspetos, recolheram-se as versões definitivas. Aspetos de maior pormenor serão apresentados na Parte II da presente tese.

Dados os pressupostos enunciados, desde a seleção do tema, universo de investigação e metodologias investigativas utilizadas, esta tese torna-se essencialmente de cariz exploratório, podendo ser considerada inovadora, nesta área de trabalho, uma vez que os estudos realizados, até ao momento, têm privilegiado a dimensão operativa e funcional e não o trabalho imaterial e a construção progressiva da profissionalidade do Serviço Social.

² No âmbito da presente tese, é utilizado o termo valência técnica em consonância com a retórica habitual no IEFP.

v. – Estrutura da Tese

A presente tese apresenta uma estrutura composta pela introdução, objeto de estudo e opções metodológicas, onde se procede à apresentação genérica do tema a investigar, justificando as razões e a pertinência da escolha empreendida, identificando, também, os objetivos e método de investigação e as técnicas de recolha de dados utilizados. Simultaneamente, define-se a estratégia de investigação utilizada e explicita-se a forma como se pretendeu utilizar os testemunhos recolhidos, como fonte de conhecimento.

No primeiro Capítulo da Parte I, procede-se a uma contextualização histórica dos objetivos e intenções da prática do Serviço Social, sob o pressuposto de que os contextos sociais, económicos e políticos (com o conjunto de normativos que norteiam a prática e os enquadramentos organizacionais) determinam, em maior ou menor grau, a configuração da prática profissional e a intervenção dos profissionais de Serviço Social em tempos e espaços diferenciados.

O segundo Capítulo debruça-se sobre o Sistema Público de Formação Profissional em Portugal e o contributo do Serviço Social na sua concretização. Neste Capítulo, identificam-se as principais políticas de formação profissional, desde a década de 60, no Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, atravessando a criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em 1979, até aos nossos dias. Caracterizam-se também as principais modalidades de formação e os respetivos públicos que nos remetem para um processo de reconstrução contínua das identidades dos profissionais de Serviço Social, de forma a compreender como se configurou e evoluiu a profissionalidade dos mesmos, ao longo do tempo, neste sistema.

Dadas as características da matéria abordada, este capítulo singulariza-se por ser mais descritivo do que analítico. No entanto, não deixa de tornar claras todas as dinâmicas subjacentes às transformações das políticas, quer de formação, quer da gestão do “não trabalho”.

A Parte II apresenta os contornos do desenho da investigação empírica, justificando a constituição e delimitação da amostra, e simultaneamente, são descritos e discutidos os resultados obtidos, através da análise documental; do inquérito por questionário, ministrado quer aos profissionais de Serviço Social, quer aos Interlocutores Regionais; e

dos relatos biográficos das profissionais de Serviço Social que aceitaram colaborar conosco na presente investigação.

Finalmente, as conclusões apresentam-se com o propósito de sintetizar os conteúdos tratados ao longo da investigação, realçando a evolução do sistema público de formação profissional português e o enquadramento dos factos que contribuíram para a emergência, construção e legitimação, e reconstrução da profissionalidade do Serviço Social na formação profissional, terminando com algumas recomendações, no que se refere às modalidades de formação a disponibilizar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., bem como quanto à forma como o perfil capacitador dos profissionais de Serviço Social se deverá consolidar na sociedade contemporânea, neste contexto.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I

TRAJETÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E PROFISSIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

A construção da profissionalidade do Serviço Social é determinada pela conjugação complexa entre o objeto de intervenção, o contexto e respetivas normatividades e o enquadramento axiológico e ideológico da profissão.

De forma mais ampla e dinâmica que a qualificação e a profissão, que lhe servem de suporte, a profissionalidade procura responder à complexidade, articulação e desenvolvimento permanente de capacidades e competências, permitindo leituras e consequente informação da situação presente e prospetiva de uma determinada identidade. Tal como já referido, a profissionalidade tem subjacente um processo de construção permanente das identidades profissionais, pela reconfiguração dinâmica dos saberes e competências a elas inerentes (Alcoforado, 2008).

Neste sentido, a compreensão da historicidade na construção das finalidades, princípios, metodologias e campos de ação é essencial para identificar aqueles que são, na atualidade, e ao longo do tempo, os eixos estruturantes dessa profissionalidade.

Deste modo, ao longo do presente capítulo, vamos procurar compreender o contexto histórico onde esteve inserida a construção profissional do Serviço Social português, as alterações identitárias que o mesmo foi assumindo, procurando refletir sobre a reconfiguração das suas metodologias, das suas práticas, das suas finalidades e do seu campo de ação, desde a sua institucionalização, até ao presente, de forma a perceber como se foi construindo a sua profissionalidade.

1.1. – Contextualização Histórica da Construção Profissional do Serviço Social

Em termos internacionais, o Serviço Social institucionalizou-se, primeiramente, nos Estados Unidos, no ano de 1898, com a criação da Escola de Filantropia Aplicada e, em Inglaterra, em 1903, aquando da abertura de um curso de formação, na London School of

Sociology³, para os trabalhadores sociais. Esta institucionalização surge na sequência de um processo de organização de uma política assistencial de cariz paliativo e residual, que se desenvolve em concomitância com a criação do mercado de trabalho para profissionais de Serviço Social, como “obreiras da arte de bem-fazer”.

A profissionalização deste “bem-fazer” decorre de toda uma dinâmica de intervenção social que, tendo já uma trajetória histórica, se torna enfática e politicamente pertinente, a partir de 1869, ano em que é instituída a Charity Organization Society (COS), na Inglaterra. Esta tem como objetivo coordenar os esforços das diversas organizações de caridade que intervêm junto de uma mesma população, sob a forma de federação, no seio da qual cada uma conserva a sua independência financeira e administrativa, unindo-as os ensinamentos recíprocos e o interesse em cada uma conhecer os esforços das demais (Ander-Egg, 1994; Martins, 1999).

Seguindo o pensamento de Martins (1999), na COS, a organização e o tecnicismo da caridade, caracterizado pela entrevista aos indivíduos, pelo respetivo registo e arquivo, bem como pela visita domiciliária, que permitem decidir se se presta ou não ajuda e de que tipo, vão superar as ações de tipo benéfico-assistencial e filantrópico. Institucionaliza-se, assim, outra forma de assistência – a assistência social, cujo princípio consiste em estimular a independência dos que recorrem à caridade, oferecendo-lhes uma verdadeira “amizade” (*friendly visitors*), que os ajude a recuperar o respeito por si próprios e a capacidade de se manterem socialmente ativos, de lhes fortalecer o carácter e de ajudar a preservar a família, como unidade fundamental da sociedade, conhecendo também as circunstâncias que os fizeram dependentes da caridade⁴.

Sob tais pressupostos e após a primeira escola de formação de profissionais de Serviço Social, a década de 1920 correspondeu, na maioria dos países, ao momento do reconhecimento efetivo do Serviço Social, enquanto profissão. Em 1928, na I Conferência Internacional de Serviço Social, que teve lugar em Paris e que marcou a criação da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais, René Sand (1931) propôs uma

³ A sociologia está estreitamente ligada ao desenvolvimento do trabalho social inglês.

⁴ Salienta-se que, o princípio da independência dos que recebem ajuda, leva a COS a não prestar ajudas económicas, a opor-se à extensão dos socorros públicos e a lutar pela redução de gastos estatais, defendendo o desenvolvimento da caridade e o auxílio de voluntários, na ajuda individual às famílias (Martins, 1999).

definição de Serviço Social, que claramente ilustra a preocupação em ir além da tradição filantrópica, ainda muito ligada à imagem do Serviço Social

Deste modo, no início do século XX, o Serviço Social adquire um carácter mais complexo e é definido como

todo o esforço tendente a aliviar os sofrimentos provenientes da miséria (assistência paliativa) e a devolver aos indivíduos e às famílias as condições normais de existência (assistência curativa), a prevenir os flagelos sociais (assistência preventiva), a melhorar as condições sociais e elevar o nível de existência (assistência construtiva), seja através do Serviço Social de casos individuais, através de serviços sociais coletivos, através da ação legislativa e administrativa ou através de investigações e inquéritos sociais (Núncio, 2010, p. 79).

1.1.1. – Construção Profissional do Serviço Social Português

Partindo do pressuposto que o Serviço Social Português, tal como o exercício profissional do Serviço Social em termos internacionais, se foi recriando, em consonância com o processo de transformação dos contextos políticos, económicos, sociais e culturais onde está inserido, uma análise reflexiva, quer sobre as alterações que se foram processando na sua representação profissional, quer sobre a legitimação e relegitimação do seu exercício prático, na sociedade portuguesa, desde a sua institucionalização até ao presente, torna-se estrategicamente mais precisa se, para o efeito, forem utilizadas balizas cronológicas que facilitem a identificação das suas mudanças.

Deste modo, uma desconstrução do Serviço Social português, por décadas, apresenta-se como uma estratégia analítica que, não só assegura a compreensão da construção histórica da profissão do Serviço Social, como se torna imprescindível para o entendimento da sua construção identitária e da sua consolidação, face às alterações que se foram processando, quer na forma do agir político, face à reprodução da pobreza e das desigualdades, quer relativamente às mudanças que os profissionais foram processando, ao nível do seu exercício profissional, das suas práticas e metodologias, que levaram à constituição da matriz identificadora da profissão, ao longo do seu tempo de vida profissional.

Segundo Santos (2008), a consolidação da profissão de Serviço Social em Portugal encontra-se relacionada com três causas importantes: o aparecimento das escolas de

Serviço Social (aspeto formativo); as mutações sociais, ideológicas e económicas que tiveram lugar nos anos 40/50 e a política de controlo dos danos sociais produzidos pela reprodução das desigualdades sociais, desenvolvida, quer por organismos tutelados pelo Estado, quer por iniciativas privadas, na sua maioria pertencentes à Igreja (como é o caso das Misericórdias), ou à sociedade civil organizada, como sejam as Instituições de Solidariedade Social.

Assim, no que se refere à construção profissional inicial do Serviço Social, em Portugal, podem-se considerar como fatores determinantes: a) o movimento dos higienistas sociais, a necessidade de controlo da mortalidade infantil e doenças infetocontagiosas e a elitização da arte do bem-fazer; b) o controlo das más condições de vida e de habitação; e c) a preservação e consolidação da ideologia moralizante do Estado Novo (Figura 2).



Figura 2. Fatores Determinantes na Construção Profissional do Serviço Social Português.

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à sua consolidação, enquanto profissão social, esta foi-se processando, tendo em linha de conta diferentes variáveis, as quais interferiram sobre a mudança que se ia processando, não só na sua imagem, mas também na sua identidade profissional.



Figura 3. Fatores Influentes na Consolidação do Serviço Social.

Fonte: Elaboração própria.

1.1.1.1. – Pré-Institucionalização do Serviço Social Português

Em Portugal, à semelhança do que se verificou sobretudo em França, logo após a instauração da ditadura, em outubro de 1926, procede-se à reorganização geral dos serviços de saúde pública. No preâmbulo do Decreto nº 12477 de 1926, reconhece-se que, em matéria de higiene pública, Portugal está em “considerável atraso, lesivo para a existência e saúde dos cidadãos, vexatório para o brio nacional”.

Como assume Martins (1999), a reorganização dos serviços de saúde pública tornava-se urgente, destacando-se como princípios básicos: a concentração técnica e administrativa dos serviços que se encontravam dispersos por diferentes Ministérios; o serviço de salubridade dos lugares e das habitações; a sanidade escolar; a propaganda dos princípios da higiene e da profilaxia individual e social, no meio escolar, e o ensino da medicina sanitária; a criação de brigadas sanitárias com pessoal e materiais próprios, que não estivessem sujeitas à improvisação, quer pessoal, quer material, e a criação de um corpo especial de enfermeiras de visita para as doenças infecciosas.

Como esclarece Bernardo (1991), a medicina social desempenhou um papel importante, a partir das descobertas científicas dos últimos séculos, especialmente no seu combate ao obscurantismo religioso a respeito das doenças contagiosas, as causas sociais, o carácter profissional, a prevenção através da educação sanitária, exigindo o intervencionismo estatal. “Trata-se de uma mutação paradigmática ao nível do exercício da medicina” (p. 12).

Neste contexto, foi dada prioridade à luta contra a mortalidade infantil, sendo criados os Dispensários de Higiene Social e Postos de Proteção à Infância, em Lisboa e Porto, com a inclusão das “visitadoras contra as doenças infecciosas” (Martins, 1999, p. 69).

Era, portanto, necessário expandir novas mentalidades, hábitos e costumes no que diz respeito às “noções de higiene e prática da sanidade” (Henriques, 2009, p. 64).

Em 1929, é instalado o primeiro dispensário, em Lisboa, que inicia o trabalho de visitadoras sanitárias, com um pequeno grupo de senhoras que tinham recebido uma formação académica para tal, ministrada pelo seu Diretor, Alfredo Tovar de Lemos. São as primeiras visitadoras oficiais de crianças, em Portugal.

O curso de visitadoras, no Posto de Proteção à Infância, a funcionar desde 1930 no Instituto de Higiene, começou, em 1934, a preparar também algumas voluntárias, além do curso geral, para poderem dedicar-se ao serviço de luta antivenérea.

Como afirma Mouro (1995), este período caracteriza-se, em termos internacionais e nacionais, pela proliferação de um sem número de preocupações relativas às diferentes “doenças sociais” e, fundamentalmente, no que respeita à denominada “peste branca”, nome vulgarmente atribuído à tuberculose, que particulariza as condições de vida da época. Com efeito, desde os finais do séc. XIX, na sequência do reconhecimento das exigências com que se prende a valorização médica da noção de prevenção, que a tuberculose tende a impor-se como alvo das atenções sociais e científicas. A maturação deste processo conduz à sua transformação em problema social.

Perante a particularidade da conjuntura social, a sociedade civil revela a sua capacidade em se empenhar na mobilização de energias humanas e sociais necessárias para assegurar a consistência de um plano de recuperação da vitalidade do tecido social. Toda esta dinâmica estimula o esforço de captação de mão-de-obra disponível para promover o exercício da despistagem das “doenças sociais” (Mouro, 1995).

Seguindo a lógica de Mouro (1995), estamos perante uma conjuntura caracterizada pela projeção das correntes ligadas à “Medicina Social”, pelo crescimento da instalação de serviços e equipamentos locais e, ainda, pela distensão da necessidade lógica em formar profissionais no âmbito médico-social.

Entre 1925 e 1934, Pacheco Miranda, Branca Rumina, Sara Benoliel, em Lisboa; António Emílio Magalhães, Gil da Costa, Veiga Pires e Almeida Garrett, no Porto; Adelino Vieira de Campos e Bissaya Barreto, em Coimbra, sustentados nos apoios de José Alberto de Faria, Tovar de Lemos, Augusto de Oliveira, José Lopes Dias e Beleza dos Santos, dão continuidade à defesa de um projeto articulado de prevenção das “doenças sociais”.

Deste modo,

No século XX, os médicos e as suas organizações juntam-se para se imporem como guardiões da saúde pública, implantando o movimento higienista e de medicina social, defendendo a ciência médica e influenciando as decisões governamentais (Henriques, 2009, p. 64).

Neste âmbito, principalmente a partir dos anos 30, verifica-se a penetração na intimidade das famílias, a bem da população em geral, construindo-se, assim, novos hábitos e costumes no espaço social (Henriques, 2009).

Como salientam Branco (2009a), Martins (1999) e Mouro (1995), é precisamente a relação dos médicos associados ao movimento higienista e de medicina social com a proteção da infância e com a organização da assistência, que leva alguns deles a propor, na vigência do regime republicano e, posteriormente, no período da ditadura militar e do Estado Novo, a organização de uma nova profissão e formação que, à semelhança do que acontecia noutros países, no âmbito da Assistência e do Serviço Social, pudesse contribuir para o desenvolvimento da Medicina Social, da Assistência e de um Estado mais interventor, do ponto de vista social. Essa profissão é o Serviço Social.

Como refere Bernardo (1991), podemos concluir que o higienismo social não só foi pioneiro no que diz respeito à introdução do conceito de Serviço Social em Portugal, mas também estava na disposição de equacionar a formação académica dos profissionais no seu próprio terreno.

O primeiro ensaio de Serviço Social ocorre no Sanatório Popular de Lisboa, em 1924, por iniciativa do seu Diretor, o médico José Guilherme Pacheco de Miranda, conhecedor dos trabalhos americanos e franceses, na área do Serviço Social, tendo elaborado um *Breviário das Senhoras Assistentes Sociais do Sanatório*. Este documento tinha como objetivo transmitir um conjunto de orientações pragmáticas com especial preocupação pela postura e ação profissional das profissionais de Serviço Social, tais como, a necessidade: de método e ordem, para que outra profissional de Serviço Social pudesse dar continuidade ao trabalho; de se adaptar ao meio e não pretender o inverso; de ser ativa; de não se deixar dominar pela utopia, nem semear esperanças irrealizáveis; de bom senso e discernimento; de demonstrar os resultados práticos da sua atividade. Esta experiência denota não só a necessidade do Serviço Social, mas também, na ausência de uma escola, de se traçarem os primeiros princípios e valores a adotar pelas futuras profissionais, marcados, desde logo, pela ótica da instituição e pela divisão social do trabalho (Martins, 1999; Santos, 2008).

Branca Rumina, também médica dos serviços hospitalares e igualmente informada do que de melhor e mais avançado se realizava em Serviço Social nos Estados Unidos e em vários países da Europa, defende, em 1925, a implantação do Serviço Social Hospitalar, em Portugal. Esta, argumentando que o trabalho voluntário não produzia a vinculação necessária à ação profissional, alerta, também, para a necessidade da profissionalização do Serviço Social, à semelhança do que se fazia nesses países. Esta “reconhece que o facto de ser remunerada não diminui a possibilidade da pessoa se dedicar ao serviço, com a vantagem do trabalho ser efetivamente feito, o que nem sempre acontece nas ações voluntárias” (Martins, 1999, p. 77).

Neste contexto, as primeiras escolas de formação de profissionais de Serviço Social surgem em Portugal na década de 1930, marcadas por influências do Serviço Social praticado em outros países, mas também, e sobretudo, com uma identidade muito particular. Influenciada por valores conservadores a formação e a prática do Serviço Social português foi fortemente marcada por uma ideologia que determina uma representação paliativa da profissão, que tende a persistir, ainda que de forma mais ou menos intensa ou difusa e disseminada, em diversos momentos de construção da sua profissionalidade. É o que procuraremos clarificar e discutir no ponto seguinte do presente capítulo.

1.2. – A Construção Progressiva da Identidade e Profissionalidade do Serviço Social Português

1.2.1. – A Profissionalização e a Construção da Identidade Assistencialista / Assistencial do Serviço Social (Década de 1940-50)

A construção académica e profissional do Serviço Social têm por contexto o Estado Novo. Este, constituído em plena ditadura (1926-1933), associa-se às pretensões da Igreja de recristianização da sociedade da 1ª República caracterizada pelo movimento de laicização, ou seja, de separação dos valores religiosos da esfera civil e política. O novo regime político autoritário, liderado por António de Oliveira Salazar, não só tolerava esta

ação de revigoração religioso, como procurava aproveitá-la para reforço do seu poder sobre a sociedade portuguesa (Martins, 1999).

Neste contexto, nasce, em 1933, o chamado Estado Novo e, no mesmo momento, a Ação Católica Portuguesa (ACP) pela mão do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, sob o incentivo do Papa Pio XI. A ACP visava contribuir para o fortalecimento da Igreja na sociedade (“recristianização”), tendo em vista a moralização do proletariado urbano e a aproximação das classes sociais, através da formação de uma elite dirigente influente. A formação de agentes sociais interessa, pois, à Igreja no quadro da sua influência no domínio da moralização e da difusão doutrinária (Carvalho & Mouro, 1987).

Neste sentido, em 1935, sob o patrocínio da ACP, foi fundado, em Lisboa, o Instituto de Serviço Social, a partir das propostas da Condessa de Rilvas, apresentadas no I Congresso da União Nacional. A formação assegurada neste Instituto estabelece um paralelo entre a medicina e a assistência; acentua a necessidade de formação moral aos assistidos e defende uma aprendizagem associando valores religiosos (“espírito de caridade cristã”) e conhecimentos de várias ciências. Dois anos mais tarde (1937), é fundada, em Coimbra, através da Junta da Beira Litoral, a Escola Normal Social, a partir de propostas de Bissaya-Barreto, que defende uma perspetiva moralizante da intervenção social, advogando que a instrução sanitária e moral deve caber essencialmente à mulher, dando grande relevância à assistência materno-infantil.

Ainda muito ligado à medicina social e ao movimento higienista, o ensino de Serviço Social é legalizado por diploma oficial em 1939 (Decreto-Lei nº 30135 de 14 de dezembro). No seu preâmbulo este diploma atribui

às obreiras do Serviço Social, dirigentes idóneas, responsáveis e ativas cooperadoras da Revolução Nacional, animadas por sãs doutrinas – as de sentido humano, corporativo e cristão” as funções de “ atuar junto de fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e particularmente entre as famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis, com objetivos higiénicos, morais e intelectuais.

O grande objetivo subjacente ao Serviço Social, claramente assumido durante esta fase de construção do Estado Novo (1933-45), consiste, pois, segundo Braga da Cruz (1982) e Santos (2008), na necessidade de controlo das massas populares e numa orientação para a família, através da propaganda e do doutrinação moral e religioso, tornando-se, assim, em mais um contributo para reforçar a estabilidade e, a longo prazo, contribuir para a consolidação da estrutura ideológica do regime autoritário.

Deste modo, o Serviço Social, como sustenta Martins (1999, p. 234), é concebido como “uma técnica que introduz a racionalização dos casos, fazendo ressurgir e atualizar um espírito social idêntico ao das antigas Misericórdias” e os profissionais de Serviço Social como uma solução para suprir muitos erros e deficiências que as Misericórdias apresentam. Como afirmava o deputado Calheiros Veloso, “o serviço social é uma forma de caridade cristã que se especializou em profissão: acomodando-se ao tempo e às circunstâncias”⁵ (citado por Martins, 1999, p. 234). Revela-se, assim, o carácter conservador e assistencialista e a função paliativa do Serviço Social nos primeiros tempos de constituição.

Por sua vez, o deputado António Pinheiro Torres confere às elites formadas nestas escolas outra função importantíssima, junto dessas classes, como meio de transmissão da doutrina do Estado Novo, contribuindo, assim, para a formação de uma consciência nacional. Segundo este autor, “Não há propaganda melhor do que aquela que é feita por forma a que os desgraçados se sintam amparados pelos que governam”.⁶ (citado por Martins, 1999, p. 235). Como o pensamento máximo do Estado Novo é o fortalecimento da família, as profissionais de Serviço Social vão ter como principal objetivo divulgar a doutrina entre famílias modestas, sem cultura e facilmente influenciáveis (Decreto-Lei nº 30135 de 14 de dezembro de 1939).

O inquérito social e a visita domiciliária constituem-se, nesta época, como os principais instrumentos no levantamento das necessidades materiais e morais das famílias e na condução do processo de despistagem das “doenças sociais”, tais como, alcoolismo, prostituição, promiscuidade, alimentação deficitária, alojamento degradado e doenças infetocontagiosas. A razão de todos os males parecia residir na “desorganização da

⁵ Diário das Sessões, 9 de janeiro de 1940, p. 245

⁶ Diário das Sessões, 9 de janeiro de 1940, p. 242

família” e na “decadência do indivíduo” (Carvalho & Mouro, 1987, p. 71). A este propósito, José de Saavedra (1941, p. 146), afirmava que “há pobres, não há pobreza”, isto é, cada caso de pobreza é individual, tem que ser combatido nas suas causas, de cariz singular e familiar, e não apenas nos seus efeitos. Para “tratar” dos pobres, as profissionais de Serviço Social, consideradas pelo Estado Novo como um instrumento da sua política, têm de concentrar a sua ação nas famílias, vistas como instâncias causadoras e, por sua vez, reparadoras de todas as situações de carência.

Seguindo a perspetiva de Carvalho e Mouro (1987), Iamamoto (1992) e Martins (1999), o Estado Novo luta pela regeneração da “célula base” da sociedade, que é a família, centrando a sua intervenção, fundamentalmente, em três aspetos: na educação dos patrões para reconhecerem os seus trabalhadores como chefes de família; no combate à imoralidade, através de práticas de moralização e proibição de adultério e divórcio em casamentos religiosos; na idealização da família sem ambições de enriquecimentos, centrada na autoridade do marido e nas atividades domésticas e educativas da mulher no Lar, a quem era reservada a função de esposa, mãe e educadora. Ou seja, com o esforço do trabalho doméstico não remunerado, a fixação ao “lar”, a gestão dos salários escassos e a educação dos filhos circunscrita à família, pretendia-se baixar o custo da reprodução da força de trabalho. O Estado não investia na criação de infraestruturas de apoio à família, como creches, infantários, etc., deslocando, assim, para o interior da família, a responsabilidade da gestão das situações de precaridade em que viviam alguns trabalhadores, bem como a renovação moral, pela promoção de valores como o trabalho, a honestidade, a dignidade e o orgulho no lugar social que ocupam. O Estado Novo constitui-se, portanto, restabelecendo a ordem social simbolizada pela tríade “Deus, Pátria e Família” e consolidando o regime corporativo subordinado à lógica da “solidariedade e à revalorização das iniciativas privadas de beneficência” (Rodrigues, 1999, p. 89).

Surgem, assim, dois protagonistas importantes: o Estado e a Igreja, cuja relação de continuidade e rutura vai influenciar o percurso do Serviço Social, nos seus primeiros tempos, enquanto atividade social e profissional (Santos, 2008). A Igreja Católica constitui-se como o único interlocutor válido entre o Estado Novo e a Sociedade Civil na sua vertente social. No que se refere à Assistência, a Igreja assume uma posição

privilegiada na prossecução dos objetivos da política social corporativista (Carvalho & Mouro, 1987).

Neste contexto, cabe aos organismos corporativos a organização de instituições de previdência em função das necessidades sectoriais da economia e uma conceção de múltiplos organismos previdenciais influenciados pela lógica contributiva dos seguros e baseada na vontade mutualista dos interessados, com vista a proteger os trabalhadores na doença, invalidez, desemprego involuntário e pensões de reforma. O financiamento de todo este sistema é da responsabilidade das entidades patronais e dos trabalhadores, sem que o Estado contribua com alguma comparticipação financeira, reservando para si uma função de coordenação e fiscalização (Martins, 1999; Pimentel, 1999; Rodrigues, 1999). A transformação do papel do Estado, no domínio da organização das instituições de Previdência revela-se num segundo decreto da mesma data. O Decreto-Lei nº 30711 de 29 de agosto de 1940 possibilita ao Estado a criação de Caixas de Reforma e Abono de Família, cujo desenvolvimento marcou toda a década de 40. A partir de 1946, o Estado promove, também, a implementação de uma nova área da política social, as casas de renda económica.

Como salientam Carvalho e Mouro (1987), esta intervenção do Estado pode justificar-se pela estagnação corporativa e sua repercussão num conjunto de irregularidades registadas no financiamento do Regime Geral de Previdência. No entanto, estas perturbações da organização corporativa devem ser entendidas num contexto mais alargado, ou seja, no âmbito de uma crise a nível europeu, pelo deflagrar da II Guerra Mundial. É neste contexto que podemos entender não só a criação do Regime de Abono de Família, mas ainda, a reestruturação da Assistência Social, através da Lei nº 1998, de 15 de maio de 1944 e do Decreto-Lei nº 35108, de 7 de novembro de 1945, que passa a integrar as funções sociais do Estado e a ter um novo entendimento da ação social que a afasta do modelo de beneficência até então desenvolvido.

Na verdade, a publicação do Estatuto da Assistência e a reorganização dos seus Serviços devem-se, por um lado, à insuficiência das entidades particulares na promoção da assistência, principalmente sanitária; ao elevado índice de mortalidade infantil e doenças infetocontagiosas, que persistia na sociedade portuguesa; e à necessidade de ultrapassar a

dimensão simplesmente curativa da assistência, conferindo-lhe um carácter preventivo. Deste modo, competia, ainda, ao Estado, o estabelecimento de um plano, que permita o desenvolvimento de iniciativas públicas, e a orientação das particulares, através da definição das necessidades e dos objetivos prioritários a atingir. Assim, os dois campos tradicionais da assistência - a saúde e a família - obrigam a uma reestruturação profunda e à sua integração na administração pública. Com esta transferência das funções da assistência para o Estado, dá-se início a um movimento que se traduz num conjunto de alterações, no seio do próprio Serviço Social, e que se manifestam, particularmente, no decorrer dos anos 1950 e 60 (Carvalho & Mouro, 1987).

As ciências sociais assumem, entretanto, uma forte influência na formação do Serviço Social, quer no impacto na criação de serviços sociais; quer no plano curricular da formação, ao integrar disciplinas ligadas à pedagogia e psicopatologia, que acentuam a perspectiva de adaptação do indivíduo à sociedade (Martins, 1999).

Cabe, assim, aos profissionais de Serviço Social agir sobre a personalidade dos indivíduos, através da persuasão e da educação, com vista a: modificar comportamentos e atitudes menos consentâneos à sua situação e a melhorar o funcionamento da família e as relações desta com o meio onde se insere, tendo em vista adaptar indivíduos e famílias ao seu meio e à sociedade vigente. Neste sentido, Assis Gonçalves, Presidente do Instituto de Assistência à Família, afirmava que “na assistência social, no fim de contas, tudo se reduz a aconselhar a todos a grande virtude da resignação” (citado por Martins, 1999, p. 342). Ou seja, a área de intervenção do Serviço Social, na época em apreço, tendo por base uma ação dirigida às famílias, incide no seu ajustamento social à sua realidade de pertença, daí que o modelo de atuação profissional, então desenvolvido, se caracterize por uma dimensão ideológica profundamente valorativa e por uma finalidade de teor paliativo. Este agir na situação, através de uma interpretação dos dados e exercendo uma ação pessoal normalizadora, tinha como objetivo proporcionar condições que visassem a integração social do indivíduo, de acordo com as normas de regulação legitimadas pelo Estado (Santos, 2008) e traduzindo a influência das correntes funcionalistas e positivistas no Serviço Social. A sociedade era de facto considerada como um organismo social e os problemas sociais como patologias a diagnosticar e controlar. Deste modo, a valorização

da ação com os indivíduos e famílias tornou-se no expoente, à época, da profissionalização do Serviço Social.

Nesta fase, o Case-Work era o método profissional dominante (embora não único), ao nível do exercício profissional do Serviço Social. Este consistia no trabalho com indivíduos e famílias baseado, designadamente, no estudo de caso concetualizado por Mary Richmond (Carvalho, 2005). O estudo de caso define-se como o processo que desenvolve a personalidade, tendo como finalidade a adaptação consciente do indivíduo e da família ao modelo de sociedade em que estão inseridos (Vieira, 1981).

A técnica preferencialmente utilizada pelos profissionais era, pois, o inquérito social, através do qual se procurava “classificar a necessidade como se classifica a enfermidade” (Monteiro, 1992, p. 128), com uma referência clara ao diagnóstico social, numa perspetiva médico-terapêutica.

Tendo em consideração os fatores endógenos e exógenos⁷, determinantes na consolidação profissional, pode-se efetivamente considerar que, numa primeira fase (anos 1940), a identidade do Serviço Social se particulariza por fazer a simbiose entre assistencialismo e assistência. Isto, não só pelo facto da cultura religiosa ser dominante, nas instituições sociais, onde os profissionais de Serviço Social desenvolviam a sua atividade, mas também, porque ao nível do seu processo académico formativo, a Doutrina Social da Igreja se assumia como eixo axial da preparação para a vida profissional. Numa segunda fase, a partir da publicação do Estatuto da Assistência (1944) e devido à implementação dos profissionais de Serviço Social no mercado de trabalho em crescimento, por parte do sector público e confirmada, política e socialmente, a sua consolidação profissional, os profissionais investem num exercício mais qualificado, do ponto de vista técnico, o que fará com que se torne mais significativa uma identidade assistencial.

Considerando o conceito diferenciador entre assistencialismo e assistencial definido por Alayón (1992), as práticas assistencialistas desenvolvidas, através do exercício da assistência, sustentam-se num cariz ideológico-político conservadorista pelo facto de, na sua essência, traduzirem a relativização da pobreza e do conflito social, como meio de

⁷ Salientam-se, como fatores endógenos, a metodologia profissional, o perfil das práticas, a representação profissional, e as características da ação e do exercício profissional e, como fatores exógenos, a contextualização no sistema económico, político, cultural e a influência do conhecimento dominante, referidos na figura 2, do subponto 1.1.1.

garantir a preservação de privilégios e estatutos dos sectores dominantes e de uma ordem social funcional. Por conseguinte, o assistencialismo não tem como finalidade erradicar as causas geradoras da pobreza e as suas sequelas, caucionando uma ação paliativa e sempre insuficiente para equilibrar os problemas vividos pelos grupos mais carenciados. Por outro lado, a prática assistencial distingue-se por utilizar meios analíticos das diferentes situações, tal como o Diagnóstico Social⁸. Através desta ferramenta, criam-se as condições para, no âmbito do seu exercício profissional, desenvolver um estudo e avaliação do caso social, mais organizada em termos de parâmetros de análise, e simultaneamente mais objetiva potencialmente. Esta objetividade não deixa, contudo, de incorporar uma carga subjetiva, que deriva da forma como o/a profissional gere os seus valores morais e ideológicos, na observação e avaliação dos comportamentos do seu “cliente”, face à natureza do problema, ou às atitudes ou estilos de vida, por parte de quem compartilha desta relação profissional. Portanto, quer as práticas assistencialistas, quer as de teor assistencial, revelavam um sentido controlador muito acentuado. Se, por um lado, o modelo de intervenção social assumia características profundamente residuais, por outro, a assinatura da Concordata com a Igreja Católica, influenciava o exercício social da ajuda social. Consequentemente, as práticas profissionais revelaram-se paliativas, uma vez que a ajuda estava essencialmente identificada com um processo residual, onde o “fazer o bem” se sobrepunha à forma como era exercido e as finalidades de mera regulação e controlo dos efeitos dos problemas se sobrepunham à análise crítica das suas causas. Centrado que estava nos grupos sociais mais carenciados e, tendo em linha de conta o peso que a Doutrina Social da Igreja tinha no processo formativo das profissionais de Serviço Social, o exercício da ajuda sustentava-se nos valores humanistas defendidos pela Igreja Católica, nos quais se alicerçava a moralização da vida quotidiana das franjas da população que criavam, com as instituições sociais, uma relação de dependência fundamental, para assegurarem o seu estágio de sobrevivência social. Nesta medida, gera-se uma relação paradoxal entre a dimensão positivista que estava presente na forma de analisar os problemas sociais e, como referem Carvalho e Mouro (1987), a

⁸ O Diagnóstico Social foi sistematizado por Mary Richmond, em 1922, e serviu de paradigma no exercício profissional das profissionais do Serviço Social, em qualquer área de atuação.

cientificação da política, como necessidade de legitimação resultante do vazio aberto pela crise das ideologias, que constitui o projeto subjacente à formação das ciências sociais no século XIX.^{9 10}

A necessidade política e económica de controlar a pobreza, através de um modelo de intervenção social de características positivistas e residuais, veio na verdade criar a necessidade de introduzir processos seletivos na distribuição das ajudas sociais e de criar regras para o acesso às mesmas. Facto que tornou a organização do processo de ajuda social numa realidade que não poderia deixar de ser levada em consideração. A redução da subjetividade do profissional, essencial para que fosse levada a cabo a criação e consolidação de um processo devidamente estruturado, no exercício da ajuda, gerou o reforço da importância da articulação entre a dimensão subjetiva e a objetividade da ação. Os canais, através dos quais, se conduzia o controlo da pobreza eram as instituições sociais públicas ou privadas que partilhavam da mesma finalidade, isto é a distribuição de ajudas económicas, sociais e morais, como meio de adaptar o pobre à sua condição de pobreza.

Quanto ao exercício profissional assistencial, conduzido como direito da população mais carenciada, identifica as causas das necessidades sociais sem que, no entanto, atue sobre as mesmas. Ainda que a prática assistencial não solucione, por si mesma, os problemas de ordem estrutural, não impede, porém, que não participe na concretização de respostas a necessidades sociais tangíveis, articulando-se com reivindicações maiores (Alayón, 1992).

Em suma, a construção da identidade profissional do Serviço Social que, nesta década, se configurava como uma fusão entre assistencialista e assistencial foi política e culturalmente influenciada, quer pelo Estado Novo, quer pela Igreja Católica, que desenvolvia uma ação complementar à organização do Estado, no que se refere ao processo de controlo da pobreza e da adaptação dos indivíduos à sua condição social.

⁹ A afirmação do Positivismo de Auguste Comte, nos domínios da vida social permite, ao eliminar o irracional, o ilusório e o vago, determinar as leis da evolução social – quadro de referência necessário à realização do progresso social.

¹⁰ Deste modo, surge uma prática de intervenção social baseada num conjunto de procedimentos lógico-formais, que permitem o racional encadeamento dos factos. Nesta esfera e, segundo o projeto positivista, era necessário eliminar o acessório, o particular, por um princípio metodológico que, reconduzido à investigação das causas, se limitasse a estabelecer as leis dos fenómenos sociais (Carvalho & Mouro, 1987).

Estas interferências fizeram com que a representação profissional do Serviço Social se integrasse no âmbito do humanismo assistencial. Daí que, ao definir as metodologias a desenvolver, no quadro da sua atividade profissional, nunca deixasse de ter presente uma função paliativa e controladora.

Em termos gerais, e pela leitura do quadro 1, pode-se concluir que, por um lado, a identidade profissional dos profissionais de Serviço Social é o produto da conjugação entre vários eixos (histórico, político, conjuntural) e da dinâmica interna, que reflete o processo como o Serviço Social gere estes mesmos eixos, em função de uma missão profissional. Por outro lado, a identidade, enquanto fruto da simbiose destes eixos, que por sua vez se recriam em função do processo de transformação social, não é, por isso mesmo, estática. Pelo contrário, vai-se reinventando, em sintonia com as alterações, que se vão colocando no conjunto dos eixos influenciadores, na sua globalidade e, separadamente, num ou mais do total dos eixos.

Quadro 1

Serviço Social na Década 1940-50 – Fase de Profissionalização

IDENTIDADE	Assistencialista / Assistencial
CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA	Estado Novo
INFLUÊNCIAS	Positivismo; Funcionalismo
METODOLOGIAS	Clássicas (sobretudo Casework)
PRÁTICAS	Paliativas e Reguladoras
FINALIDADE	Gestão da Pobreza Função Paliativa Regulação e Controlo Comportamental e Sanitário
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	Assistencialista e Assistencial
MERCADO DE TRABALHO	Instituições Assistenciais Públicas e Filantrópicas

Fonte: Elaboração própria.

1.2.2. – Consolidação Profissional e Identidade Assistencial / Corporativista do Serviço Social (Década de 1950 – 60)

Como salientam Carvalho e Mouro (1987), a partir da década de 1950, os objetivos do Serviço Social alargam-se, procurando não apenas a integração do indivíduo no meio, mas ainda o melhoramento do próprio meio, pelo reconhecimento da autonomia individual. A própria assistência estende o seu campo de ação ao aperfeiçoamento da personalidade do indivíduo, melhorando, simultaneamente, a célula familiar e o meio profissional, tendo em conta os fatores psicológicos, económicos e morais da decadência individual, ou da desorganização familiar, e estimulando os interessados, ou “merecedores”, para a melhoria das suas condições de vida.

À época, ainda se faz sentir a influência do positivismo, a qual se traduz, por um lado, na forma como os profissionais interpretam as situações, os problemas e os fenómenos sociais, como factos existentes na sociedade, que devem ser controlados, para que não se desvirtue a coesão social. Por outro lado, manifesta-se na forma como agem profissionalmente, de forma a privilegiar o primado da sociedade sobre o indivíduo (Carvalho & Mouro, 1987; Martins, 1999).

Sustentado no exercício do controlo dos problemas sociais, o Serviço Social consolida-se assim progressivamente como uma profissão social, que apresenta uma hegemonia no campo profissional da intervenção social. A aquisição política e ideológica deste poder hegemónico, neste domínio, com cariz profissional, faz-se acompanhar de um processo de tecnicização do exercício da Assistência. O desenvolvimento do Plano de Assistência Social, regulado pelo Estatuto da Assistência projetou, não só a importância vital das profissionais de Serviço Social na avaliação das necessidades sociais e económicas de todos os que recorriam às organizações assistenciais, como lhes atribuiu competências específicas, na gestão das ajudas sociais. Daí a sua imagem e representação sociais estarem muito associadas ao exercício da assistência (Negreiros, 1995).

No âmbito das suas práticas profissionais, dada a reorganização do sistema assistencial e, por influência da evolução das práticas de ajuda em termos internacionais, os profissionais de Serviço Social confrontam-se, então, com a necessidade de desenvolver a planificação da ação a executar, a inventariação das necessidades, a definição das suas

prioridades e a coordenação das informações. Deste modo, os profissionais de Serviço Social privilegiam as visitas domiciliárias, desenham o seu propósito pedagógico de ordem social, orientam no acesso ao advogado e ao tribunal, ensinam as medidas práticas da economia doméstica, o arranjo e a alegria do lar, bem como as bases da alimentação racional (Martins, 1999). É, portanto, esta nova forma de atuação profissional que conduz ao aparecimento, em Portugal, ao nível curricular, dos três métodos clássicos do Serviço Social: Caso, Grupo e Comunidade, assim como de uma formação teórica no âmbito das ciências sociais (Branco, 2009a).

Ainda assim continuará a verificar-se a subordinação do espírito científico ao humanismo cristão. Por outro lado, os campos de atuação do Serviço Social alargam-se, surgindo a necessidade de promover mecanismos alternativos à integração do indivíduo em grupos de pertença, que já não podem reduzir-se à família (Lar Português) (Carvalho & Mouro, 1987).

Assiste-se, ainda, à criação do Serviço Social de Empresa, através da organização de obras sociais nas empresas, entendidas como elementos paralelos aos interesses patronais e dos trabalhadores, nomeadamente, organização de creches, refeitórios e cantinas (apoio à família); ocupação de tempos livres, através da formação de grupos desportivos e corais, organização de festas de Natal, colónias de férias, etc.; informação aos trabalhadores dos benefícios que lhe são concedidos pelo Regime Geral de Previdência; acompanhamento dos problemas psicológicos e morais dos trabalhadores e suas famílias; constituindo-se como o elo de ligação entra a hierarquia da empresa e os trabalhadores (Carvalho & Mouro, 1987).

Assim entendida, a empresa inscreve-se no movimento humanista, que caracteriza a influência do corporativismo humanista. Este incorpora as novas conceções de bem-estar, que passam a estar subjacentes às políticas de proteção social. O bem-estar não se confina doravante somente à satisfação das necessidades básicas do indivíduo, mas implica a sua realização pessoal, criada na capacidade crescente de autonomia individual pelo aproveitamento integrado das dimensões humanas da personalidade e dos recursos materiais que a sociedade lhe pode oferecer. Não só as formas de proteção social, mas também a própria empresa, se definem como o lugar onde se procura promover este

“desenvolvimento harmonioso” do ser humano e onde se inscrevem as novas funções do Serviço Social e o espaço interventor atribuído às profissões na área das ciências sociais. Em Portugal, a afirmação do indivíduo integral, subjacente ao humanismo do Estado Corporativista, é consagrado no Plano de Formação Social e Corporativo (PFSC), publicado em 1956, através da Lei nº 2085, que se propõe fortificar e difundir o espírito de cooperação entre a propriedade, o capital e o trabalho e consolidar a doutrina corporativa (Carvalho & Mouro, 1987; Costa, 2008).

Como instrumentos de realização do PFSC são criados três grandes organismos. O Centro de Estudos Sociais e Corporativos (para estudar os princípios informadores do sistema Corporativo); o Instituto de Formação Social e Corporativa (com funções logísticas e organizativas para assegurar o funcionamento da formação em articulação com o Centro de Estudos Sociais e Corporativos) e o Serviço Social Corporativo e do Trabalho (com a missão de esclarecimento e orientação dos trabalhadores e das suas famílias) (Costa, 2008).

O Serviço Social Corporativo e do Trabalho surge, assim, como um dos principais instrumentos para a concretização dos objetivos do PFSC, uma vez que, ao proteger os trabalhadores e as suas famílias, fomenta o espírito de cooperação social, entre os patrões e os trabalhadores e entre estes e os organismos corporativos e instituições de previdência ou de abono de família, ou outras entidades particulares ou oficiais de carácter social.

Neste contexto, assiste-se à integração do Serviço Social nos Sindicatos, Grémios, Casas do Povo e Casas dos Pescadores, bem como nos organismos de previdência, nomeadamente nos serviços médico-sociais e nos serviços ligados à atribuição e acompanhamento do abono de família.

A contextualização dos profissionais de Serviço Social, nos organismos corporativos, trabalhando no sistema e, com o mesmo, vai sedimentando uma relação de contratualização de serviços, em função de uma relação que, podendo ser analisada, do ponto de vista político, pode igualmente ser desconstruída, do ponto de vista cultural e ideológico.

A expressão deste contrato social, com as organizações corporativas ou religiosas, é consumado, de forma muito concreta, perante a legitimação político-ideológica do Plano

de Formação Social e Corporativo, criado, em 1956, em articulação com as reformas do sistema de proteção social. Este Plano visava a resolução de dois tipos de preocupações: por um lado, modernizar o regime, integrando neste concepções humanistas desenvolvidas nos países de capitalismo avançado, sem que fossem postos em causa os seus fundamentos político-ideológicos; por outro lado, desenvolver novas concepções, através de uma alteração de mentalidades, ou seja, por uma renovação do corporativismo (Carvalho & Mouro, 1987; Costa, 2008).

Integrando a vertente humanista no corporativismo, cabe ao Serviço Social desenvolver-se em campos prioritários. Deste modo, as áreas de intervenção do Serviço Social, na década de 1950-60, são: a administração pública; os organismos corporativos; as empresas e as instituições particulares de assistência social e à família.

À data, inicia-se a reivindicação da alteração das estruturas socioeconómicas, como condição do desenvolvimento económico português. Já em 1945, se sustentava a necessidade de industrialização da agricultura e dinamização do mercado interno. Estas questões são retomadas nos anos 50 do século XX, promovendo a revisão do condicionamento industrial, pela Lei nº 2052 de 1952, e posteriormente, pela integração de Portugal na European Free Trade Association (EFTA) e o aparecimento dos Planos de Fomento (Carvalho & Mouro, 1987)¹¹.

A economia portuguesa passou assim a dispor de condições até então inexistentes. A abertura ao mercado externo e a intensificação das relações comerciais com os países da EFTA, em detrimento do comércio colonial, levaram ao esbatimento do protecionismo e do condicionamento, ainda que sem desaparecerem por completo, permitindo o fomento de relações económicas, até então pouco exploradas, como o investimento externo ou a criação de empresas estrangeiras em Portugal.

¹¹ Portugal assina a Convenção que criou a EFTA, em 30 de dezembro de 1959. A EFTA é uma organização europeia fundada a 4 de janeiro de 1960, na cidade de Estocolmo, Suécia, da qual fazem parte o Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE). Estes Estados decidiram juntar-se para defender os seus interesses económicos, através da criação de uma área de comércio livre e o seu funcionamento alicerçou-se num princípio simples: os produtos importados de estados-membros não estavam sujeitos ao pagamento de impostos aduaneiros, o que naturalmente serviu para fomentar as trocas internacionais no espaço desses países.

O fim do isolamento de Portugal, como consequência da sua integração na EFTA, gera a necessidade do país se reposicionar no âmbito das políticas sociais.

A partir da segunda metade da década de 1950, o Estado Novo tenta promover a coordenação da assistência social com a previdência social. Com uma tónica preferencialmente preventiva ou recuperadora, em detrimento do carácter curativo, a assistência deveria ser prestada em coordenação com a previdência e com os organismos corporativos, não favorecendo a “preguiça” ou a “pedinçice” e tendo em vista “o aperfeiçoamento da pessoa e da família” (Pimentel, 1999, p. 504).

Nas discussões sobre a proposta do Estatuto da Saúde e Assistência, que deveria substituir o Estatuto da Assistência Social de 1944 e sobre o projeto de lei da reforma da previdência social, considerou-se que, enquanto a assistência social devia fazer incidir a sua ação direta sobre os sectores “economicamente mais débeis” da população, a previdência social deveria apoiar os “economicamente inseguros, afetados pelas vicissitudes da vida ou por insuficiência dos recursos salariais face às suas necessidades e às da sua família” (Pimentel, 1999, p. 505).

Neste aspeto, salienta-se a obstrução ao reposicionamento das formas de proteção social que surgem entre um Regime Geral de Previdência, em extinção, e um novo Regime de Proteção Social, que só na teoria foi assumido (Carvalho & Mouro, 1987; Pimentel, 1999).

Embora a necessidade de revisão do Regime Geral de Previdência se tenha manifestado, ao longo dos anos 50, só vem a concretizar-se em 1962. As alterações introduzidas por esta reforma implicam uma nova estrutura:

- Instituições de 1ª categoria, que se dirigem aos trabalhadores por conta de outrem, e que integram, por um lado, as Caixas de Previdência e o Abono de Família, protegendo-os na doença, maternidade e abono de família. Por outro lado, a Caixa Nacional de Pensões, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores, que asseguram a proteção dos beneficiários na invalidez, velhice e morte.
- Instituições de 2ª categoria, onde se integram as Caixas de reforma ou Previdência, que cobrem os riscos de velhice, invalidez e morte, dos trabalhadores autónomos.

- Instituições de 3ª e 4ª categorias, que contemplam as Associações de Socorros Mútuos e Instituições do Funcionalismo Público (Carvalho & Mouro, 1987).

O Serviço Social, no campo da Assistência Social, atuava assim, essencialmente, na redução dos efeitos e danos decorrentes de situações de pobreza evidente. Deste modo, a intervenção dos profissionais de Serviço Social abrangia um certo número de categorias caracterizadas por uma falta, ou seja, um défice em comparação ao regime comum: idosos sem recursos, famílias destruídas, crianças em perigo ou com problemas, delinquentes ou pré-delinquentes, deficientes psíquicos ou físicos. Ao Serviço Social competia mobilizar recursos suplementares para compensar essa diferença: em suma, fazer mais por aqueles que menos tinham (Castel, 1998).

Simultaneamente, o Serviço Social da Previdência englobava duas vertentes: as Caixas de Previdência e o Serviço Social Cooperativo e de Empresa. As Caixas de Previdência centravam-se na atribuição dos benefícios e acompanhamento individual dos respetivos beneficiários, bem como na cobertura de necessidades, que podiam passar pela atribuição de subsídios complementares (bolsas de estudo, colónias de férias, pagamento de óculos e próteses, etc.). Por sua vez, o Serviço Social Cooperativo e de Empresa, constituía-se como o executor das políticas internas das empresas e dinamizador de iniciativas de ordem recreativa e cultural, adstritas ao processo de reprodução da força do trabalho (família e lazer) (Carvalho & Mouro, 1987).

Ou seja, à época, assiste-se a uma dualização na intervenção do Serviço Social. Por um lado, ao nível da pobreza, através do exercício da Assistência Social, que se traduz numa atuação direta ou indireta junto do indivíduo ou família, de forma a minimizar as situações de grande carência económica, que passavam pela incapacidade de fazer frente às necessidades de sobrevivência social e humana. Neste âmbito, o subsídio era a resposta mais utilizada e prestada, mediante uma análise “intuitiva” das situações, que poderia ser complementada por um diagnóstico social, tendo em vista a intervenção direta ou o encaminhamento, para outras instituições.

Por outro lado, o Serviço Social na área da Previdência caracterizava-se por uma dimensão mais executora das políticas de proteção aos trabalhadores e respetivas famílias, veiculadas quer pelo Sistema Previdencial, quer por Grémios, Casas do Povo e Casas dos

Pescadores. Esta atuação estava centrada na gestão de benefícios e na atribuição de apoios complementares, que respondiam a necessidades de ordem económica dos trabalhadores, assim como à promoção de iniciativas de ordem cultural e recreativa, que tinham como finalidade a integração do trabalhador no sistema social, na organização do trabalho (Carvalho & Mouro, 1987).

Tendo em linha de conta a relação concertada entre Serviço Social, Estado e Igreja, a atuação do Serviço Social, não só na Assistência, como também na Previdência, assume características reformistas. Esta dimensão reformista, da sua atuação profissional, aprofundou-se, perante a crise em que o sistema político se encontrava “mergulhado” e a narrativa política em que se sustentava. Ao tomar, como epicentro da sua ação a atitude reformista, o Serviço Social não só partilhou a necessidade política e social do país deixar o seu isolamento económico, como reforçou a sua consolidação, através dos princípios de relacionamento do Serviço Social, incluídos no Código de Moral do Serviço Social (Heylen, 1962). O Serviço Social aprofunda o seu sentido reformista, no quotidiano da sua prática profissional, desenvolvendo o acesso às ajudas sociais disponibilizadas, tanto pelo sector público, como pelo privado, criando desenhos de intervenção, que articulam o uso das instituições sociais e dos serviços por elas prestados, com a catalisação ideológica dos conflitos subjacentes à reprodução das desigualdades.

Em termos da sua cultura profissional e da sua atuação, o Serviço Social, nesta década de 1950-60, reflete as influências produzidas pelo corporativismo sobre a forma como age profissionalmente, como se posiciona na relação dicotómica entre desigualdade e direitos humanos e como estabelece a interação com os indivíduos em situação de risco social. Muito centrado na assistência e na previdência, perfila-se com base numa representação dualizada, entre a gestão dos excluídos do sistema de previdência social e a produção do exercício da assistência, num processo de emergência e legitimação de um sistema de proteção social que, não sendo universal e solidário, respondia às necessidades de segurança daqueles que para o mesmo contribuíam. Sustentado num papel controlador dos não beneficiários do sistema de proteção social e, ao mesmo tempo, de executor de uma política que pressupunha a integração dos indivíduos no sistema de proteção social, o Serviço Social capitaliza as suas competências na área assistencial. Para o efeito serve-se

destas competências, utilizando-as como meio de consolidação de uma estratégia de intervenção que tinha como finalidade a harmonização da sociedade. O exercício profissional da harmonização social era conduzido, através da integração social da população pobre, em risco de pobreza, ou em situação de preservar a estabilidade social conseguida.

Nesta medida, a adaptação torna-se no centro nevrálgico do agir profissional. A sua profusão na representação profissional justifica o facto da identidade profissional ter acompanhado o novo entendimento dado ao exercício da assistência. A dimensão paliativa começa a ser progressivamente subalternizada relativamente à perspectiva integradora. Nesta medida, adota-se a integração como eixo norteador do exercício profissional, realçando as suas competências no controlo dos conflitos sociais, interpessoais e individuais.

Em suma, nesta mesma década, o Serviço Social dualiza as suas práticas ao nível da assistência e da previdência. Ao papel assistencial acrescenta-se uma nova dimensão de ação, que se traduz na execução de medidas de ordem social. A sua identidade constituiu-se, tendo como referência a simbiose que faz entre humanismo e controlo social. Deste modo, não faz uma cisão com a identidade assistencial, mas transfere o exercício assistencial para uma dimensão integradora que, por sua vez, faz a síntese, entre a adaptação do indivíduo ao sistema social, económico e político e a inclusão nas respostas sociais então existentes. O quadro 2 sistematiza as particularidades que caracterizam o Serviço Social desta década.

Quadro 2

Serviço Social na Década de 1950-60 – Fase de Consolidação Profissional

IDENTIDADE	Assistencial / Corporativista
CONTEXTO POLÍTICO	Estado Novo
INFLUÊNCIAS	Positivismo; Funcionalismo
METODOLOGIAS	Clássicas (Casos, Grupos e Comunidades)
PRÁTICAS	Paliativas/Adaptadoras/ Paternalistas
FINALIDADE	Controlo dos Problemas Sociais e Laborais Organização das Políticas Previdenciais de Intervenção Social
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	Assistencial / Corporativista
MERCADO DE TRABALHO	Instituições Assistenciais e Organismos Corporativos (Previdência Social, Casas do Povo e Casa dos Pescadores) e Empresas

Fonte: Elaboração própria.

1.2.3. – Reorganização Profissional e Identidade Assistencial/Promocional do Serviço Social (Década de 1960 – 70)

O governo de Marcelo Caetano¹², que assumiu a liderança política após a morte de Salazar em 1968, propôs-se modernizar o aparelho do Estado e as estruturas económicas, assim como a liberalizar o regime, concedendo algumas liberdades políticas e sindicais (Negreiros, Queirós, & Andrade, 1992; Santos, 2008) aos trabalhadores e à população. Deste novo processo de intenção política resulta, no plano da intervenção social, uma reorganização, embora gradual e ainda de forma incipiente, de uma confluência de propósitos políticos, que se prendem com uma reconfiguração do papel do Estado no

¹² Período político e histórico conhecido por “Primavera Marcelista”.

campo social, e que, tendencialmente e por influência da pressão externa, pretendiam aproximar-se do que se denominava por Estado de Bem-Estar¹³.

Como defende Caeiro (2008), destacam-se neste âmbito, em termos gerais, quatro elementos históricos que influenciam a transformação do Estado não interventor em Estado Interventor, que se apelida de Estado de Bem-Estar Social. Estes elementos, de ordem económica e política, traduzem o impacto da II Guerra Mundial na gestão dos riscos sociais calculados, tendo em linha de conta: o conseqüente desejo de estabilidade na Europa e a defesa contra o comunismo e o fascismo; a memória do desemprego resultante da crise de 1929-30, decorrida entre a I e II Guerras Mundiais, que conduziu a um maior compromisso entre o pleno emprego e as reformas sociais; o crescimento económico sustentado e sem precedentes, apoiado pelo Plano Marshall; e a adoção das teorias económicas Keynesianas como estratégia de revitalização da economia por via do consumo.

Neste sentido, o Estado Marcelista consignou politicamente o seu interesse, tendo por base o modelo de política social dos países europeus, num processo continuado de expansão económica, sustentado numa relação intrincada entre bem-estar e consumo¹⁴.

Compreende-se, assim, que no contexto da “Primavera Marcelista” se tenham multiplicado as instituições sociais, verificando-se, em simultâneo, um aumento progressivo do mercado de trabalho no sector público social, que obedece a uma lógica conjunta de seriação das populações e das modalidades técnico-institucionais da responsabilização das profissões sociais (Castel, 1998). Ou seja, devido às influências externas passa-se a assistir ao crescimento das organizações sociais e à definição mais concreta das competências e capacidades dos profissionais de Serviço Social para utilizarem a assistência e a providência, como meios de controlo das desigualdades sociais.

¹³ É preciso ter em atenção a dinâmica europeia existente, que se caracterizava pelo assumir de responsabilidades pelo Estado, no sentido de promover o bem-estar e o desígnio político português, em não ser associado às Economias Planificadas da Europa do Leste.

¹⁴ Decorrente da necessidade do sistema económico dominante se reproduzir, desenvolveu-se toda uma cultura de consumo que, ao criar uma nova dinâmica na aquisição de bens, precisava que os compradores tivessem poder de compra.

Consequentemente, emerge uma nova dinâmica política em torno do sistema de proteção social, o qual assumiu características contributivas, o que veio a aprofundar a separação entre quem beneficia do sistema e os que não têm acesso a esses benefícios decorrentes do exercício de uma atividade assalariada. A recriação do sistema de proteção social português, no contexto de uma relativa liberalização do sistema político e económico¹⁵, ao ativar uma atitude seletiva em termos de direitos e benefícios sociais, também reforça a necessidade de um planeamento económico, conduzindo à elaboração dos Planos de Fomento que caracterizam a política de desenvolvimento do Estado Novo (Coutinho, 1999).

Os Planos de Fomento, desta época, são já um exemplo das intenções do Estado ao nível da proteção social dos trabalhadores e podem ser considerados, como refere Coutinho (1999), como o primeiro esforço de planeamento económico e social. Os dois primeiros Planos de Fomento (1953-1958 e 1959-1964) privilegiam, particularmente, o desenvolvimento económico e social (tendo em conta as orientações europeias), com maiores investimentos ao nível da indústria, com prioridade para a criação de infraestruturas, mas não anunciando, ainda, uma grande articulação com o social.

No entanto, segundo Coutinho (1999) e Santos (2008), o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e o III Plano de Fomento (1968-1973), revelam já a necessidade de uma maior articulação entre o domínio social e o domínio económico, com apelo à promoção do desenvolvimento económico e social e ao equilíbrio entre crescimento e condições de vida das regiões. Pela primeira vez, os problemas ligados ao bem-estar das populações deixam de estar somente relacionados com as condições estruturais (água, luz, saneamento, habitação, etc.), para se considerarem também outros domínios como a saúde, a educação, a família e a assistência.

Concomitantemente ao aparecimento dos planos de fomento, desenvolve-se uma nova estratégia de controlo das desigualdades e assimetrias sociais, que se concretiza na emergência dos denominados projetos de desenvolvimento comunitário, em consonância com o proclamado internacionalmente. Na verdade, o programa das Nações Unidas para o

¹⁵ Este processo está, igualmente, interligado às consequências da assinatura, do pacto fundador da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1948, que integrou Portugal nas estruturas de cooperação previstas no Plano Marshall.

decénio 1962-1972, assenta o seu conceito de desenvolvimento em três questões fundamentais: a dimensão simultaneamente económica e social; a valorização humana como objetivo de todo o desenvolvimento; e a programação técnica para melhor aproveitamento dos recursos (Coutinho, 1999). Facto que põe ênfase no desenvolvimento comunitário, como técnica do progresso social.

Em Portugal, a adoção, a partir de 1965, da definição das Nações Unidas de desenvolvimento comunitário, enquanto conjunto de processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos, com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social, bem como de se integrar na vida da nação e no progresso nacional geral, traduz uma mudança de orientação ao nível da política da Assistência que, pensada na sua múltipla dimensão, se organiza dentro de um espírito de multidisciplinaridade. A consequência e inovação mais marcantes desta mudança foram a intervenção do Estado, com uma atividade própria regida por critérios de justiça social; planeamento da ação; participação das populações; organização/gestão dos serviços, garantindo operacionalidade, trabalho de equipa e participação dos técnicos em estruturas de consulta e de preparação de decisão e formação de recursos humanos, a vários níveis (Coutinho, 1999).

Neste contexto, estruturou-se um organismo de Estado que permitiu o entrosamento das várias profissões implicadas no exercício da intervenção social, reformulando a conceção de Assistência e a própria categoria de “assistido”. Este, que, até então, era considerado como figura burocratizada, passa a ter um estatuto humano, com direitos próprios e interferência na sociedade de que faz parte (Coutinho, 1999), ou seja, passa a ser considerado como um Ator Social com potencialidades e linguagem próprias, sendo redefinido o seu papel na sociedade (Santos, 2008).

No modelo proposto, a partir de 1965 e desenvolvido até 1971, a Assistência passou assim a habilitar-se de especialistas múltiplos, os quais promovem a abertura a uma economia política e social e a uma permanente reivindicação de direitos, até então vedados (Coutinho, 1999; Santos, 2008).

O estudo e implementação de programas de Promoção Social Comunitária, dominantes, a partir de 1965, correspondem a um renegar das práticas paternalistas, inaugurando um

período de participação “tutelada” ideologicamente. A Assistência assume-se assim como parte integrante da estratégia global de Política Social, impondo-se, inclusivamente, uma nova conceção:

Assistência Social é a colaboração da sociedade com as pessoas para a intervenção ativa destas na vida social e mediante a remoção de carências, o suprimento de disfunções e o estímulo ao exercício ordenado das faculdades físicas e intelectuais e morais (Coutinho, 1999, p. 67).

Estas alterações tiveram como principais consequências a criação de novos serviços, que procuravam exercer os seus fins, numa ótica de prevenção das situações de necessidade e promoção dum papel individual e comunitário, na melhoria das condições de vida, individual, familiar e das próprias comunidades. Ou seja, a componente propriamente reparadora e paliativa da Assistência tradicional foi dando os primeiros passos no sentido de um enriquecimento.

Efetivamente, ao nível da Direção Geral da Assistência, e como salientam Coutinho (1999) e Santos (2008), assiste-se, neste período, à criação de serviços de “Promoção Social Comunitária”, de “Cooperação Familiar”, de “Preparação de Pessoal” e do “Gabinete de Estudos Sociais”, que se propõem responder, de uma forma mais eficaz, às exigências sociais e cuja filosofia de atuação passa por reinventar a intervenção do IAF, de forma a responder adequadamente a uma intervenção constante no social. Uma intervenção que desse capacidade às populações para evoluírem no sentido da sua promoção, tendo em conta a evolução e tendências da política económica e social global. A promoção humana é, portanto, um dos principais aspetos dos seus programas. Deste modo, a Assistência altera-se nitidamente, no sentido de atribuir novas ou diferentes responsabilidades ao Estado, às autarquias e às populações.

Especificamente no que diz respeito à Promoção Comunitária, a formação humana, o estreitamento de laços sociais e a adaptação ou renovação administrativa necessitam de rumos convergentes de ação. Deste modo, ao nível institucional, o funcionamento da Assistência altera-se, isto é, passa a ser a nível central que se define e planeia a política a seguir. No entanto, estas decisões estão, fundamentalmente, ligadas a orientações globais.

Assim, os serviços dos diferentes ministérios articulam entre si e estabelecem vias de colaboração permanente, de forma a que a política seja executada com unidade e coerência (Coutinho, 1999).

Neste contexto, surgem duas estratégias de intervenção. Uma sustentada na promoção social, através da educação social. Outra suportada no desenvolvimento comunitário, mais centrado na criação de recursos sociais que permitem regular a diferença entre centros urbanos desenvolvidos e zonas territoriais sem equipamentos sociais, fomentando a articulação com organismos que pudessem ativar as sinergias necessárias para que os níveis precários do desenvolvimento económico e social fossem minimizados.

Como afirma Mouro (2012), o desenvolvimento da industrialização da sociedade portuguesa, neste período histórico, pelo desenvolvimento de uma economia de mercado e pela afirmação de uma cultura da modernidade, trouxe consigo uma nova relação do indivíduo com o seu universo de vida e de trabalho. Ou seja, ao segmento de população que veio para as cidades à procura de trabalho e de melhores condições de vida, vulgarmente conhecidos como camponeses pobres, foi-lhes desvalorizado o seu capital cultural e subalternizado o seu *éthos* social e ideológico. Estes, politicamente, passaram a ser segregados, uma vez que o entendimento que a sociedade moderna atribuía ao fenómeno da pobreza traduzia as influências do liberalismo, explicando-o como forma de vadiagem ou como resultado de um fracasso individual.

Deste modo, agravou-se a desqualificação da imagem social da pobreza, que se tornou mais perturbadora perante a sua concentração acentuada, em torno dos locais onde existia maior oferta de trabalho. Este fenómeno de concentração da pobreza em zonas periféricas ou degradadas, do ponto de vista habitacional, desencadeou um processo de “guetização” social, ideológica e económica da mesma, provocando uma maior visibilidade das questões das desigualdades sociais (Mouro, 2012).

Tendo em conta que a disciplinarização da força de trabalho e a própria defesa da hegemonização do modelo económico, obrigava a uma reorganização da gestão da vida social, moral e de trabalho, da população não integrada, o poder político reconheceu interesse às iniciativas que pudessem contribuir para uma alteração da realidade social

que serviu e serve, ainda hoje, como ícone da sociedade moderna (Carvalho & Mouro, 1987).

É, pois, neste contexto, que surgem os Centros Sociais, como organizações formais, ou não, com a finalidade de promover meios de cooperação entre as pessoas residentes numa determinada área geográfica. Como modelo de intervenção, os Centros Sociais assumiram a promoção social como um modelo de intervenção social alternativo ao assistencial. Este modelo pretendia especificamente incrementar um conjunto de iniciativas que permitissem ao indivíduo desenvolver os seus comportamentos sociais, através da educação, bem como ter acesso à utilização de serviços e de recursos, que apesar de não resolverem os problemas da exclusão, podiam criar um padrão básico de inclusão¹⁶. Deste modo, a promoção social visava promover uma dinâmica de participação social, que utilizava a elaboração de projetos para, junto das comunidades locais, encontrar e desenvolver respostas que reduzissem a precaridade das suas condições de vida social. Assim, eram definidos planos e estratégias de intervenção, cuja prioridade não se traduzia em ações de carácter assistencial, materializadas em ajudas económicas imediatas, mas em projetos de dimensão comunitária, dirigidos para um coletivo populacional, os quais eram liderados por organizações privadas, maioritariamente ligadas ao movimento filantrópico (Mouro, 2012).

No período entre os anos 1960-70, o Serviço Social de Comunidades confirmou-se, pois, como uma metodologia pioneira de intervenção comunitária. Esta metodologia de intervenção bifurca-se entre a assistência e a promoção social. Enquanto a assistência consagra a individualização dos problemas sociais, a promoção social focaliza-se, não tanto nos problemas da pobreza, nem tão pouco no alívio dessa pobreza, quer seja temporária ou crónica, mas mais nos elementos circundantes a essa mesma pobreza, tal como a habitação, a educação e a saúde pública e comunitária. Isto é, preconiza uma ação que faz a simbiose entre assistência e desenvolvimento, podendo liderar processos de

¹⁶ Segundo a mesma autora (Mouro, 2012), na prática, este modelo de intervenção comunitária particulariza-se por rejeitar a dimensão caritativa e beneficente, que servia de suporte às intervenções sobre a pobreza na sociedade teocêntrica e, uma cultura mercantilista de gestão das desigualdades que fomentava o clientelismo e a centralização decisória do processo de ajuda social. Este modelo partia da conceção de que, uma reforma nas políticas assistenciais, no sentido da laicização, pressupunha uma reestruturação que, contando, desde logo, com a ausência do Estado, como parceiro na gestão social, não deveria deixar de se comprometer com a eficiência no território de ação.

construção de equipamentos sociais e, em simultâneo, organizar serviços de rentabilização de recursos (Mouro, 2012).

Por sua vez, a prática dos profissionais de Serviço Social, fruto deste contexto económico e político, assume, conseqüentemente, uma postura vocacionada para a promoção social e comunitária, que vem substituir a visão individualizada dos problemas sociais, participando em equipas multidisciplinares; utilizando novas técnicas como “a valorização humana, a articulação entre o desenvolvimento económico e desenvolvimento social, assim como a importância dada ao processo de planeamento em termos de rentabilização dos recursos e gestão de serviços” (Santos, 2008, p.106).

Deste modo, é acrescentada uma perspetiva promocional à prática profissional do Serviço Social, uma vez que a atuação dos técnicos contribuía, ou pretendia contribuir, para o desenvolvimento e autonomia dos cidadãos, contando para este efeito, com a participação dos grupos e líderes locais. Simultaneamente, o Serviço Social estreita a sua ligação com as inúmeras instituições sociais que foram emergindo, de acordo com a dinâmica política vigente. Assim, os profissionais de Serviço Social tornam-se numa alternativa à dureza das instituições para com os indivíduos psicológica e socialmente mais frágeis, transformando-se num intermediário entre eles (Castel, 1998), tendo em vista o seu desenvolvimento social e comunitário e mantendo, deste modo, a autoridade moral, enquanto mecanismo redutor dos conflitos sociais (Mouro, 2001).

Esta perspetiva promocional, ao ter como pressuposto a educação social de grupos de indivíduos que coabitam numa comunidade, tem igualmente implícita uma dimensão pedagógica. Na prática, a intervenção social, ao nível de grupos sociais com um défice de ordem social e educacional, tem como objetivo a transmissão de informação social que, ao criar conhecimento, produz mudanças nos comportamentos sociais. Todo este investimento na alteração de comportamentos, através da transmissão de conhecimentos, ou mesmo na aquisição de conhecimentos empíricos, reflete significativamente a influência construtivista¹⁷ e, sobretudo, do construtivismo social, no exercício profissional da promoção social, por via da intervenção comunitária.

¹⁷ Quando nos referimos ao construtivismo, torna-se fundamental referir que contém duas grandes tradições. Segundo Matthews (1994), uma primeira tradição está fundamentada no construtivismo psicológico, que conserva, em grande medida, o programa piagetiano. Nela, a aprendizagem é um processo pessoal, individual, ou como refere Howe (1996),

Tal como defendem Laburú, Carvalho e Batista (2001) e Macedo (1994), o construtivismo parte da conceção de que o indivíduo, através de um ativo envolvimento, é o construtor, o arquiteto do seu próprio conhecimento, edificador de representações mentais do mundo em torno de si, servindo-se delas para interpretar novas situações e guiar as suas ações, valorizando a aprendizagem em grupo e a aprendizagem cooperativa. Compreende-se assim que, no âmbito do exercício profissional da promoção social, por parte do Serviço Social, os seus profissionais tenham investido numa intervenção com grupos, para desenvolver uma aprendizagem social. De base empirista, não deixou de pôr em prática um programa de debates, colóquios e palestras subordinados a interesses de ordem política, social e religiosa. O papel do profissional de Serviço Social consiste, pois, em dirigir a aprendizagem, servindo de modelo e de orientador, elaborando as perguntas, examinando os valores em discussão, confrontando os grupos com a falta de informação e conhecimentos, de modo a que a informação, canalizada pelo profissional, seja ouvida e interiorizada. Este processo de atuação profissional tem como finalidade ajudar o indivíduo a tornar-se participante e responsável pela aceitação das regras sociais e psicológicas como eixos essenciais, no processo de desenvolvimento social (Laburú et al., 2001; Macedo, 1994).

De uma forma mais pragmática, o Serviço Social serviu-se essencialmente do construtivismo social, ou socio construtivismo, para enfatizar o grupo cultural e as suas ferramentas psicológicas, representadas pelos signos partilhados da cultura, tal como a linguagem comunitária, como fatores determinantes da aprendizagem e do desenvolvimento do indivíduo. Ou seja, através da mediação simbólica e da interferência direta ou indireta de outra pessoa, são oferecidas ao indivíduo formas de perceber e organizar o real (Oliveira, 1993). Esta lógica está bem presente na intervenção comunitária que, na prática, se fundamenta em estratégias que subalternizam a

“solitário”, em que a construção intelectual surge das interações do indivíduo com o mundo. A segunda tradição, denominada construtivismo sociológico, contrasta com as influências educacionais piagetianas anteriores. Este ignora os mecanismos psicológicos dos indivíduos, centrando-se nas circunstâncias sociais extra-individuais, que determinam as crenças dos sujeitos. Assim, o crescimento da ciência e as mudanças nas suas teorias e compromissos filosóficos são interpretados em termos de mudanças das condições e interesses sociais (Matthews, 2000).

acomodação do indivíduo à sociedade e tornam, também, mais eficaz o exercício da intervenção social. Estas estratégias particularizam-se por desempenharem o papel de “andaimés” ou suportes, que auxiliam na construção de novos conceitos, que vão permitir recriar a sua relação com a comunidade e a sociedade (Laburú et al., 2001; Macedo,1994).

Por outras palavras, na promoção social, o profissional de Serviço Social, ao definir o seu plano de intervenção comunitário, considera que as respostas ou ideias erradas do indivíduo deixam de ser encaradas como uma questão sem interesse teórico maior. Elas passam a ser concetualizadas como uma alternativa que está ontológica e epistemologicamente articulada a uma forma de entender o mundo. Daí ao partirem deste novo pressuposto, tornam a sua atuação como promotora da participação e as suas práticas profissionais, para além de ativarem as atitudes participantes, confirmam-se igualmente como mediadoras, num contexto em que as assimetrias culturais e sociais geram processos de não-integração social (Mouro, 2012). Os aspetos mais relevantes do Serviço Social, nesta década, encontram-se estruturados no quadro 3.

Quadro 3

Serviço Social na Década 1960-70 – Fase de Reorganização

IDENTIDADE	Assistencial / Promocional
CONTEXTO POLÍTICO	Primavera Marcelista
INFLUÊNCIA	Funcionalismo/Construtivismo
METODOLOGIAS	Clássicas (Novo Enfoque no SS Comunitário)
PRÁTICAS	Assistenciais e Participativas
FINALIDADE	Gestão da Ação Social Execução das Políticas Sociais Controlo das Desigualdades Sociais
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	Assistencial Executora de Medidas Sociais
MERCADO DE TRABALHO	Organismos Corporativos na Área da Previdência Social, Apoio à Família, Trabalho e Saúde

Fonte: Elaboração própria.

1.2.4. – Refundação Profissional e Identidade Participativa e Promotora dos Direitos Sociais do Serviço Social (Década de 1970 – 80)

Como retratam Barreto e Pontes (2007), a Revolução de 1974 não só resulta das mudanças que ocorreram na sociedade, como também produziu mudanças nessa mesma sociedade. Fundou-se um novo sistema político que a todos reconhece os direitos de cidadania social e, por conseguinte, o acesso universal à educação, à saúde, e à segurança social, entre outros consignados constitucionalmente (1976). Desde logo, a emergência da Democracia criou a necessidade de se processar um distanciamento relativamente ao poder de influência política da Igreja Católica, o que implicou a perda da relação privilegiada que, anteriormente, tinha criado com o Estado.

De um ponto de vista plural, o “princípio democrático” generalizou-se e legitimou-se não só política como ideologicamente. Nas autarquias, entre sindicatos e patrões, nas escolas, nas universidades, nos organismos de concertação social, nos conselhos de redação, no parlamento, tudo se discute e negocia (Barreto & Pontes, 2007).

Com a garantia de direitos para todos os cidadãos e o estabelecimento de limites ao poder autoritário do Estado, e particularmente da Igreja Católica, a sociedade transforma-se, reconhecendo o acesso do cidadão aos seus direitos sociais. Segundo os mesmos autores, a integração da mulher na população ativa e o acesso ao estatuto de cidadã, em termos iguais aos dos homens, é um dos mais importantes traços da nova sociedade.

Neste contexto, a defesa de direitos leva os cidadãos a recorrer à justiça e a abandonar os reflexos antigos de justiça privada, de vingança individual e de mera submissão ou resignação. Para a sua plena realização, o Estado de Direito exige o conhecimento, pelos cidadãos, dos seus direitos, assim como um sistema judicial capaz de resolver, a tempo, os conflitos e de garantir a defesa desses mesmos direitos (Barreto & Pontes, 2007).

Ou seja, como refere Rodrigues (2002), a alteração política de 1974, em Portugal, mais do que qualquer outro facto, agendou a prioridade da proteção social, com particular relevo para a atenção à população mais carenciada. A rutura com o Estado autoritário marca a transição entre uma conceção mutualista de proteção social, que se tinha baseado nas corporações e comprometia o Estado apenas com as funções de vigilância interventiva e a sua reorientação para um investimento profundo numa política social pública. Assim,

começa a tornar-se significativa a responsabilização política do Estado, muito por pressão do circunstancialismo político gerado pela nova atitude da sociedade civil emergente, com o objetivo de uma redistribuição mais igualitária e da garantia de um mínimo social de padrões nacionais de vida e de proteção social (Hespanha et al., 2000).

Tal orientação visava produzir efeitos na composição dos direitos sociais, na prioridade orçamental, numa ajustada orgânica, num explícito compromisso estatal com patamares de provisão adequados às desigualdades sociais, numa implicação cívica da coletividade (Rodrigues, 2002). No domínio da proteção social, é desenhado um conjunto de políticas sectoriais que, em parte, já tinham sido anunciadas nas intenções reformistas do início da década, mas que só agora podiam ser concretizadas (Hespanha et al., 2000).

O projeto de construção integrado de segurança social assume novo fôlego, num contexto de expansão programaticamente definida da proteção social. A expectativa política de universalizar, a curto prazo, a cobertura de riscos de grupos populacionais apresenta-se entre 1974-1976, como referencial angular das medidas a implementar (Rodrigues, 2002). Maia (1985) reitera, também, que a urgência de um verdadeiro sistema de segurança social se tornou cada vez mais inadiável. Segundo o Decreto-Lei nº 203 de 15 de maio de 1974, o Programa do I Governo Provisório, de acordo com os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, incluiu, nas grandes linhas de orientação que se propunha seguir, um conjunto de medidas referentes à política social, nomeadamente: “substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social” (alínea h) do ponto 5 do Decreto-Lei nº 203 de 15 de maio de 1974).

A Constituição Portuguesa, revista em 1976, permite-nos concluir que:

É reconhecido a todos o direito à segurança social;

Este direito, de que a segurança social é objeto, deverá ser tornado efetivo, através de um sistema de segurança social;

Este sistema compõe-se de dois elementos fundamentais: os regimes e as instituições de segurança social que asseguram a sua gestão;

A organização, a coordenação e o apoio financeiro das instituições do sistema são cometidas à responsabilidade do Estado;

A unificação, a descentralização e a participação afirmam-se como princípios fundamentais de caracterização do sistema;

A participação não se esgota como um direito das associações sindicais, ela é extensiva a outras organizações representativas dos trabalhadores e a associações representativas dos demais beneficiários da segurança social;

Embora não fazendo parte do sistema de segurança social, é reconhecido o contributo que as instituições particulares de solidariedade social sem fins lucrativos podem assegurar, na prossecução dos objetivos da segurança social consignados ... na Constituição ... (Maia, 1985, p. 92).

Como afirma Carreira (1996), à solidariedade profissional acresce assim a solidariedade nacional. Ou seja, com o sistema de Beveridge, ultrapassa-se o risco exclusivo dos trabalhadores e o esquema limitado do seguro social obrigatório para se enfrentarem também os riscos sociais de todos os cidadãos, através da responsabilidade nacional.

Assim se explica, à luz da dimensão alargada do exercício da solidariedade, a introdução da pensão social, que veio a tornar-se no primeiro direito gerado fora da esfera contributiva e foi também um marco significativo da nova filosofia que introduziu, no sistema de proteção social, o reconhecimento da esfera não contributiva e, mais particularmente, o campo da assistência social como um domínio vinculado a direitos, embora as prestações baseadas em direitos da assistência social, não se constituíssem em regra, mas antes em exceção (Rodrigues, 2002).

Em fevereiro de 1975, o Programa de Política Económica e Social enuncia os objetivos a alcançar no campo da repartição de rendimentos e propõe-se a eliminação de formas extremas de pobreza, através da garantia de um padrão mínimo de vida. É, pois, no contexto de uma orientação governativa socializante, que se explica o compromisso com uma política de mínimos, tal como já era prática nos países europeus centrais (Rodrigues, 2002).

O período que decorreu até ao fim dos anos 1970 permitiu registar um apreciável esforço tendente a promover os necessários ajustamentos da proteção social às novas condições de vida propostas para a construção da cidadania no país, na sequência da Revolução e dos imperativos constitucionais referentes ao sistema de segurança social (Maia, 1985).

É neste contexto, que emerge a proposta política de dar expressão ideológica à construção de um Estado de Bem-Estar Social de tipo Keynesiano (Hespanha et al., 2000). Ou, como afirma Caeiro (2008), à constituição de um Estado Providência em Portugal, obrigando o poder político a reorientar as suas formas de intervenção no campo da ação social. O Estado Providência pode ser considerado, segundo o mesmo autor, como aquele cuja natureza e objetivo seria o de promover o bem-estar social dos cidadãos, assente numa lógica de regulação social, económica e política da sociedade. No sentido restrito do termo, significaria a monopolização pelo Estado das funções de solidariedade social. Deste modo, o Estado Providência encontra-se ligado aos conceitos de liberdade, propriedade, segurança e igualdade. O Estado Providência incorpora, portanto, a dimensão da regulação económica a par da regulação social. No âmbito desta regulação, reconhece-se um novo estatuto de cidadão, portador de direitos sociais, e um novo papel do Estado, com dever de proteção e libertação da sociedade da “necessidade e do risco” (Caeiro, 2008).

O Estado Providência assenta, assim, como salienta Santos (1987, p. 15) “na ideia de compatibilidade e até complementaridade entre o crescimento económico e políticas sociais, entre acumulação e legitimação, ou mais amplamente, entre capitalismo e democracia”. O mesmo autor explica que as políticas sociais distributivas vão dando lugar, de uma forma gradual, a políticas sociais produtivas. Políticas que produzem serviços na área da saúde, habitação, educação, segurança social, e que podem ser consideradas como o conjunto de bens e serviços diretamente produzidos pelo Estado, quer no domínio do consumo social, quer no domínio do investimento social. O Estado substitui-se deste modo ao capital social. Esta linha de pensamento reflete a tese defendida pelo autor sobre o facto das políticas sociais distributivas, indiretamente, criarem condições para que o investimento nos recursos e serviços sociais cresça, tornando-se num capital produtivo, não só ao nível do emprego, como também ao nível da economia e do bem estar social. Está, portanto, implícita a ideia de que o investimento no sector social e no bem-estar, se por um lado regula os conflitos e mau estar das pessoas, por outro, cria emprego e reduz os custos sociais da ausência de uma política de proteção social.

No âmbito das políticas de intervenção social, estruturadas entre os anos do pós-guerra e os anos 1975/80, o sistema de ação social constitui-se de maneira articulada, contínua e universal, relativamente às necessidades e exigências sociais, recorrendo a uma prática de forte intervencionismo económico e político do Estado na sociedade. A componente burocrática e centralizada e, nalguns casos, o estatismo predominam tanto nos comportamentos políticos, como na representação coletiva da sociedade. No entanto, é igualmente a fase da forte presença dos grupos sociais e económicos intermediários nas instâncias de negociação social e económica e, ainda a fase da evolução institucional da lógica dos direitos de cidadania (Hespanha et al., 2000; Mozzicafreddo, 2002). Deste modo, a orientação Beveridgiana, fundada no critério de tendencial universalidade do sistema, vem a ser substituída pela categorização dos destinatários em contribuintes e não contribuintes. Recria-se, assim, o ambiente fragmentado e dualista da proteção social que provê diferentes prestações assentes, não na proporcionalidade dos riscos, mas na correlação com os pré-pagamentos efetuados para a segurança social (Hespanha et al., 2000; Rodrigues, 2002).

Para Maia (1985) são vários os exemplos de medidas sociais levadas a cabo, neste período (quadro 4):

Quadro 4

Políticas Sociais na Década de 1970-80

BASE LEGAL	POLÍTICAS SOCIAIS
Decreto-Lei 484/73 27 de setembro	Foi criada uma prestação substitutiva da remuneração das mães, que tivessem de faltar ao trabalho, para prestar assistência aos filhos doentes.
Decreto-Lei 217/74 27 de maio	Foi instituída uma pensão social para todas as pessoas com mais de 65 anos de idade ou inválidas, que fossem beneficiárias de meros subsídios de assistência, e não se encontrassem abrangidos por quaisquer esquemas de previdência.
Decreto-Lei 411/74 5 de setembro	Foi reconhecido aos trabalhadores vítimas de desemprego, que fossem beneficiários das Caixas de Previdência e Abono de Família, o direito à assistência médica e medicamentosa, na doença e na maternidade, extensiva aos seus familiares, bem como o direito ao abono de família e prestações complementares.
Decreto-Lei 410/74 5 de setembro Decreto-Lei 67/74 12 de novembro	Foi definido o limite do montante mensal recebido a título de pensões de velhice e invalidez, o qual não podia exceder o vencimento mensal legalmente fixado para o cargo de ministro.

Decreto-Lei 724/74 18 de setembro	Foi atribuído um subsídio de Natal, aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral e dos regimes especiais de previdência. Esse subsídio passa a ser concedido anualmente, de valor igual ao da pensão mensal.
Decreto-Lei 169-D/75 31 de março	Foi criado, a título experimental, um subsídio de desemprego atribuído à generalidade dos trabalhadores, por conta de outrem, desempregados.
Decreto-Lei 270/75 de 30 de maio Decreto-Lei 491/77 23 de novembro	Foi criado o serviço cívico estudantil que foi substituído, posteriormente, pelo ano propedêutico.
Circular 1/75 19 de julho	Foi implementada a unificação dos primeiros anos dos ensinos liceal e técnico, lançando o 9º ano de escolaridade unificada. Este sistema entrou em vigor no ano letivo de 1975-1976, e tinha como objetivo a combinação de uma formação adequada à inserção profissional e à sequência dos estudos.
Decreto-Lei 112/76 7 de fevereiro	Foram definidas normas mínimas relativas às prestações da segurança social na maternidade, sendo definido o período de interrupção do trabalho, para 90 dias.
Decreto-Lei 792/76 5 de novembro	Foi criado o Centro de Estudos da Profilaxia e da Droga, com o objetivo de procurar solução para o gravíssimo problema que a toxic dependência representa, para o próprio, para os seus familiares e para o conjunto da sociedade, através do tratamento médico e da sua reinserção social.
Lei 56/79 15 de setembro	Foi instituído o Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e gratuito. Através do SNS pretendia-se criar, dentro do Estado, uma organização de prestação de cuidados globais de saúde a toda a população, garantindo o acesso a todos os cidadãos, em regime de gratuidade.
Leis 5 e 6/77 1 de fevereiro Decreto-lei 542/79 31 de dezembro	Foi criado o “sistema público de educação pré-escolar”, designando os respetivos estabelecimentos por “jardins-de-infância. Foram, também criadas as escolas normais de educadores de infância e aprovado o estatuto destes estabelecimentos.
Decreto-Lei 197/77 17 de maio	Regulamentou-se o abono de família e prestações complementares dos trabalhadores da função pública e dos abrangidos pelas caixas de previdência e abono de família. Em simultâneo, foi redefinida a titularidade do direito ao abono de família, considerando que tal prestação devia “constituir, de futuro, essencialmente um direito das crianças”.
Decreto-lei 397/77 15 de setembro	Foram introduzidos os <i>numerus clausus</i> , no ensino superior, devido à desorganização das universidades, resultante da falta de avaliação dos conhecimentos e capacidades, bem como à necessidade de regular o número de diplomados, a fim de evitar o desemprego.
Despacho Normativo 140-A/78 22 de junho Decreto-Lei 240/80 19 de julho	Foram introduzidas alterações no ensino secundário, que deram origem ao 10º e 11º anos. Foi criado o 12º ano de escolaridade, via de ensino e via profissionalizante, que completa o ciclo terminal do ensino secundário. Este sistema confere o duplo objetivo de preparação para o ingresso no ensino superior e início de uma profissionalização orientada para a inserção direta na vida ativa.
Decreto-lei 288/79 13 de agosto	Foi consagrada a colocação familiar como uma das respostas de proteção social à infância e juventude, em situação de carência relativamente à família de origem. O objetivo fundamental era o de fazer acolher, temporariamente, por famílias idóneas, crianças e jovens cujas famílias naturais não reunissem condições para desempenhar de modo adequado a sua função educativa e social.
Decreto-Lei 374/79 11 de setembro Decreto-Lei 396/79 21 de setembro	Foram estabelecidos os novos valores do subsídio de desemprego, indexados ao salário mínimo nacional e foi prevista a extensão conjuntural da duração do subsídio e o alargamento do seu âmbito, a novas categorias da população ativa.
Decreto-Lei 513-L/79, 26 de setembro	Foi instituído, um esquema mínimo de proteção social, destinado a abranger todos os cidadãos nacionais residentes, independentemente do vínculo laboral ou de contribuição prévia, incluindo prestações de saúde e prestações de segurança social.

Fonte: Sistematização de dados pela Autora.

Paradoxalmente, sendo Portugal um país de menor desenvolvimento económico em relação à Comunidade Económica Europeia, veio a afirmar-se como um dos mais avançados em matéria dos direitos sociais legislados, paradoxo que veio a ser relativizado pela modéstia dos efeitos práticos (Rodrigues, 2002).

Como refere Santos (1987), as novas despesas do capital social, tanto em investimento social, como em consumo social, envolveram a criação de novos organismos estatais que regulam ou reproduzem os novos serviços de que o Estado se encarregou, dos mecanismos de regulação económica, às instituições do Serviço Nacional de Saúde, da administração da Segurança Social ao aparelho escolar, do planeamento urbano e habitação social, aos organismos coordenadores da atividade científica.

Na opinião do mesmo autor, é de salientar o teor simbólico e pragmático, que o Estado Providência forneceu ao Serviço Social. Simbólico pela clarificação de objetivos e funções, pela possibilidade de conservação dos princípios intrínsecos de intervenção, que deram legitimidade ao Serviço Social nas décadas anteriores (pragmatismo e controlo social). Pragmático devido ao forte enquadramento institucional, que proporcionou o consequente reforço do número de profissionais, contribuindo para uma maior visibilidade sociopolítica. A absorção intensiva dos profissionais de Serviço Social pelo aparelho de Estado e a redefinição do exercício da intervenção social, por via predominantemente legislativa, produziu porém uma alteração no enfoque do exercício profissional e um fenómeno de governamentalização e burocratização da profissão. Nesta medida, o Serviço Social assumiu-se como “ferramenta” profissional e simultaneamente de execução das políticas sociais. Ao enfatizar a sua vertente executora desenvolve um papel de mediação de interesses sociais, bem como de regulador das desigualdades.

As suas práticas diferenciam-se pelo facto de, ao refletirem as influências funcionalistas, investirem mais na integração do individuo no sistema, do que na sua autonomia social. Sem problematizar a resiliência social ou mesmo a dependência dos indivíduos face às instituições sociais, corroboram a perspetiva da funcionalidade do sistema, face aos défices sociais dos cidadãos. Em termos concretos, projetam a sua atuação segundo uma vertente que supunha fazer o cruzamento entre a engenharia social e a instrumentalidade da intervenção social. Por esse mesmo motivo, em termos da sua representação, estes

profissionais passaram a ser identificados como técnicos com capacidades acrescidas na gestão das situações consideradas como problemáticas, pela sua natureza ou pelo seu significado social (Santos, 1987).

Em contrapartida e face à emergência de novos problemas sociais associados ao envelhecimento, toxicodependência, deficiência e desenvolvimento local, é dada muita importância, pelo Estado, por um lado à constituição profissional de novas áreas de intervenção, assim como aos projetos de intervenção social relacionados com as problemáticas identificadas, quer pelo poder local, quer pelos agentes locais. E, por outro, ao alargamento das áreas tradicionais, fruto das novas necessidades e dos novos públicos como idosos, adolescentes e crianças. Consequentemente assiste-se a uma diversificação nas respostas sociais, uma polivalência das práticas, na medida em que, para além de se manterem as denominadas práticas de emergência social, surgem as práticas de intervenção sistémica e mesmo da intervenção psicossocial, bem como a adoção de uma linguagem técnica e racionalizante, adaptada aos padrões burocráticos dos serviços. A lógica executiva sobrepõe-se assim à lógica analítica e o Serviço Social vê reconhecido o seu estatuto profissional (Santos, 1987).

Por este motivo, o Serviço Social adquire uma nova identidade. Paradoxalmente, de teor político apesar de usar o exercício das políticas sociais para se afirmar como neutro, refugiando-se no tecnicismo da sua ação profissional. Ou seja, em termos do seu próprio código deontológico, o exercício do Serviço Social afirma o seu cariz neutro, independentemente de, na prática, e em termos antagónicos, a execução das políticas sociais conduzidas pelos profissionais de Serviço Social serem um processo eminentemente político e que está na origem da “funcionalização” da prática profissional, no contexto das instituições governamentais de grande impacto ao nível do sistema de proteção social. Perante as transformações operadas, quer ao nível das problemáticas sociais, quer ao nível da desfragmentação das respostas sociais, o Serviço Social passa, sobretudo, a ser identificado com o perfil das práticas profissionais desenvolvidas no âmbito das instituições e reflete o discurso estereotipado e excessivamente vinculado às orientações instrumentais da política social. Ao integrar-se no mercado de trabalho predominantemente público, domina as respostas técnicas que, com treino, permitem

construir respostas rápidas às procuras, dá pois prioridade ao como fazer em detrimento do para quê e do porquê fazer. Nesta medida, refuta a sua identidade assistencial, para valorizar uma identidade tendencialmente tecnicista, considerando que a execução de políticas e a criação de respostas sociais fazem a simbiose entre as competências técnicas e o reconhecimento de direitos sociais.

Em contraponto, também nesta fase, os profissionais de Serviço Social apropriam-se do exercício da intervenção social e refletem a influência crítica do Serviço Social na construção identitária da profissão, quer na formação académica, quer na conceção de novas ideologias e metodologias de intervenção (Santos, 2008). Neste sentido, e face às transformações políticas operadas na sociedade portuguesa, o Serviço Social descontextualiza-se tendo como referência os Movimentos de Reconceptualização do Serviço Social legitimados na América Latina e Central, empenhando-se em criar um discurso crítico de

Forte dimensão política/ideológica do curso neste período, a componente da análise crítica da sociedade e das estruturas sociais e políticas em detrimento da aquisição do instrumental técnico/operativo que é manifestamente reduzido, a desproporção relativa das áreas teóricas de natureza técnica/operativa e uma dominância da área da economia (Negreiros et al., 1992, p. 40).

Segundo as mesmas autoras, os novos processos metodológicos caracterizam-se pela negação parcial da ideologia do Serviço Social clássico e tradicional (caso, grupo, comunidade) de forma a renovar, melhorar e reforçar a sua vertente teórico-prática adequando-a à nova realidade, ou seja, à participação ativa das populações no seu processo de desenvolvimento e mudança social.

Negreiros (1995) aponta mesmo como objetivo principal da intervenção social “contribuir para a ação coletiva de transformação social que visa a autonomia das classes dominantes (...) conquista da sua própria expressão e desenvolvimento de uma prática crítica, segundo formas de organização por elas criadas e controladas” (p. 32).

Nesta fase, verifica-se assim também uma confusão entre dois campos, o profissional e o político-partidário.

No entanto, o movimento predominante preconiza a mudança social, não em termos de total contestação do Estado e da ideologia política, mas através da mudança e transformação social, considerando as condições objetivas das relações sociais e a capacidade de intervenção profissional, no sentido de delimitar claramente as reais possibilidades do serviço social, nomeadamente através de uma maior reflexão sobre a articulação e interdependência das práticas profissionais com as políticas sociais (Santos, 2008, p. 112).

Este período caracteriza-se pois pela rutura metodológica e concetual com um Serviço Social considerado reparador, assistencial e individual. Na prática profissional se, por um lado, se assiste à governamentalização do Serviço Social e à sua vertente executora das políticas, por outro, surgem novos campos de atuação (bairros, grupos locais, comunidades) que impuseram ao Serviço Social a adaptação de novos procedimentos metodológicos.

As autoras Negreiros et al. (1992) e Santos (2008) mencionam que a metodologia de ação pôs fim ao processo anterior e que os novos procedimentos metodológicos se caracterizam por três aspetos, nomeadamente, o diagnóstico da situação partilhada com os sujeitos envolvidos e a definição e discussão de estratégias conjuntas; a diversificação de grupos e áreas geográficas abrangidas; e a utilização de várias técnicas de comunicação (mass-média, plenários) que privilegiam a relação com o pequeno grupo. A atuação profissional impõe-se, deste modo, pela participação, o coletivo e a transformação social. Durante esta fase de refundação do Serviço Social surgem assim experiências novas, tais como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), as CERCI e o trabalho com as comissões de moradores, ao nível dos bairros camarários e sociais (Santos, 2008).

Enquanto na vertente executora, o Serviço Social não necessita de desenvolver explicitamente a participação do utente no uso dos seus direitos enquanto cidadão, já na vertente do trabalho no terreno social, a questão da participação transformou-se no eixo axial da atuação com grupos ou comunidades. Inicia-se, assim, o exercício profissional, que sai dos limites da execução, para entrar no território do empoderamento social.

Neste processo de refundação do Serviço Social, que tinha como finalidade alterar a sua imagem simbólica, muito vincada pelo assistencial, gera-se uma necessidade de se

relegitimar como profissão social promotora da mudança. Apesar da necessidade de redefinição da sua finalidade ser consensual, uma vez que toda a classe profissional pretendia associar-se ao processo de mudança social da sociedade portuguesa, o facto é que, como foi salientado, emergiram duas tendências dentro do Serviço Social: uma conservadora, outra reformista. A conservadora distingue-se pela sua dimensão institucional e pelo seu papel executor de políticas públicas, ligado ao controlo das desigualdades sociais. A reformista perfila o exercício da intervenção profissional, fundamentando-se num processo coletivo de participação social que tem como finalidade a capacitação e o conhecimento, no terreno, dos problemas sociais.

O seu envolvimento na construção de um Portugal Democrático traduz-se no esforço de se transfigurar profissionalmente, mediante a aquisição de competências sustentadas, no exercício da capacitação social da população mais desprotegida, que o regime tinha levado a conformar-se com o destino da sua classe (Bertaux, 1978). Capacitar traduzia-se, portanto, numa ação de consciencialização dos direitos de cidadania e de poder lutar por melhores condições de vida. O quadro 5 sintetiza as principais características do Serviço Social desta década.

Quadro 5

Serviço Social na Década 1970-80 – Fase de Refundação

IDENTIDADE	Participativa e Promotora dos Direitos Sociais
CONTEXTO POLÍTICO	Estado Democrático
INFLUÊNCIA	Estruturalismo, Construtivismo, Cidadania Social
METODOLOGIAS	Clássicas Reconceptualizadas Participativas
PRÁTICAS	Executoras de Políticas Sociais Interventoras e de Desenvolvimento Comunitário
FINALIDADE	Gestão da Ação Social Execução das Políticas Sociais Regulação das Desigualdades Sociais
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	Agente de Mudança e de Promoção da Cidadania Social
MERCADO DE TRABALHO	Organismos Públicos e privados; Executores das Políticas Sectoriais

Fonte: Elaboração própria.

1.2.5. – Tecnicização Profissional e Identidade Técnica e Funcionalizada do Serviço Social (Década de 1980 – 90)

No contexto da década de 1980–90, o Estado Democrático confronta-se com uma conversão dos seus postulados políticos e ideológicos e com uma complexidade no campo da economia, que legitimam politicamente a reconfiguração do papel desenvolvido na área social. No âmbito de todo este processo, que coincide com a crise do que foi apelidado de Estado Providência, o Estado Português foi, progressivamente, desenvolvendo uma retração ao nível do exercício da responsabilidade social que, desde o pós-25 de abril de 1974, tinha assumido na área da proteção social e no que se refere à gestão das vulnerabilidades sociais geradas pelo crescente aumento do desemprego e da pobreza.

Considerando a tese defendida por Santos (1987), através da qual o Estado Providência se projetou tendo como pressuposto a lógica de que há correspondência entre os imperativos do crescimento económico e as exigências da equidade social, ou seja, entre a economia e a política, torna-se lógico que, neste jogo, a soma se torne positiva para a cobertura dos riscos sociais que, no quadro de uma nova mudança de paradigma da gestão do social passam a ter uma nova fisionomia social.

No entanto, o exercício interventor por parte do Estado foi-se recriando. Na fase dos anos 1980, foi crescendo, à medida que se democratiza a luta política, independentemente da conjuntura económica. E isto por três motivos. O primeiro, porque os direitos sociais, uma vez concedidos, são rígidos e não recíprocos, ou seja, constituem um interesse incondicional, a que não se renuncia, porque simplesmente a ele se tem direito. Qualquer deterioração deste padrão e a consequente limitação ou eliminação dos direitos sociais tendem a ser vistas como ataques injustos a uma posição social conseguida e fundada num contrato social e, portanto, podem trazer custos políticos ao governo que tomar medidas nesse sentido. O segundo prende-se com o facto da concessão de direitos tender a criar necessidades que suscitam a exigência de novos direitos. O terceiro, dado o carácter geral e abstrato dos direitos sociais, as despesas financeiras tendem a aumentar, em períodos de inflação e de desemprego, isto é, nos períodos em que a conjuntura

económica se deteriora. Deste modo, a necessidade de políticas sociais é tanto maior quanto menos são os recursos financeiros para as levar a cabo (Santos, 1987).

Apesar das despesas do Estado com as políticas sociais dependerem dos limites económicos por ele impostos, verifica-se uma desarticulação entre as despesas efetuadas e esses limites, dando origem ao aumento dessas despesas, ou seja, “o Estado tende a fazer despesas acima dos seus recursos. Nisto consiste a crise financeira do Estado” (Santos, 1987, p. 24) e com ela a progressiva falência do Estado Providência, o qual assenta numa dinâmica igualitária que, cada vez mais, choca com a aspiração a novas formas de solidariedade orgânica (Durkheim, 1984) e com o desejo da diferença.

Apesar do Estado ter tentado dispersar a contradição entre as exigências do crescimento económico e, portanto, da acumulação, e as exigências da equidade e da harmonia sociais e, logo, da legitimação do Estado, são duas, as causas principais da moderação da redução efetiva das despesas públicas. A primeira está relacionada com os já mencionados custos políticos para os governos que empreenderam reduções drásticas nas despesas públicas. A segunda causa diz respeito à composição interna das despesas (Santos, 1987).

Rodrigues (2002) explica que as tendências de expansão dos direitos sociais sempre estiveram sujeitas a pressões contraditórias entre, por um lado, a necessidade reconhecida de alcançar patamares mais consentâneos com o projeto político apenas iniciado e que visava também inserir Portugal na Europa dita desenvolvida e, por outro lado, a vaga neoliberal generalizada de forte contestação ao papel interventor do Estado Providência. Também na assistência social se repercute esta duplicidade, amplificada pelo agravamento dos indicadores macroeconómicos e pela influência de organizações internacionais onde estava instalado o debate e propostas para a reconceção do papel do Estado.

Enfrenta-se, então, a restrição da intervenção estatal com base em procedimentos quer de desvalorização progressiva dos direitos sociais, quer por via de orientações privatizantes (ou de envolvimento do sector privado) na produção de alguns bens e serviços de proteção social (Rodrigues, 2002). Ou seja, a inversão no sentido do exercício político da responsabilidade do Estado para com os seus cidadãos é acompanhada de uma estratégia compensatória, que se prendeu com a reabertura do espaço de intervenção social, não só

às instituições clássicas com tradição no campo da assistência, como sejam as Misericórdias, mas também, o reconhecimento do interesse político e social atribuído às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e, em sentido lato, ao terceiro sector (Santos, 1987).

Na segurança social, verifica-se o reforço do apoio financeiro às iniciativas privadas, particularmente na criação e gestão de equipamentos sociais. A ideologia da privatização, primeiramente surgida no domínio económico, invade o campo da política social, no pressuposto de que o válido e adequado naquela área é extensível ao domínio social (Rodrigues, 2002)

O Estado começa a alterar, progressivamente, o conteúdo do seu orçamento de capital social, de modo a compatibilizá-lo com as exigências de capital económico, privilegiando o investimento social em detrimento do consumo social. Assim, o Estado socializa parte destes custos e, com isso, cria condições para a rentabilização dos investimentos privados. Mesmo as despesas de consumo social, ou seja, as despesas com as políticas sociais em sentido restrito, começam a sofrer alterações na sua composição interna. Confrontado com a crise financeira e impossibilitado de produzir cortes radicais nas políticas sociais, o Estado procura que a produção de bens e serviços de consumo coletivo (educação, saúde, habitação, etc.) se torne mais atrativa para o capital privado. Deste modo, o Estado mantém o papel regulador mas retira-se, sempre que pode, da produção direta desses bens e serviços e subcontrata a sua produção, com organismos privados, ou sempre que tal não seja possível, subsidia esta mesma produção. Em vez de produzir hospitais e respostas sociais para idosos e para a 1ª e 2ª infância, o Estado subcontrata a sua produção ao capital privado (as Misericórdias, as IPSS's e as ONG's). Em vez de produzir habitação social, cria incentivos à sua produção, por parte do capital privado. Em vez de ampliar a segurança social, estimula a criação de seguros privados para riscos específicos (Santos, 1987). Estamos, hoje, perante um Estado Implicacionista, sustentado no princípio político da vigilância social, que coloca o enfoque na necessidade de participação dos diversos agentes, sociais, económicos e políticos, na conexão e implementação de respostas mais adequadas à complexidade dos problemas atuais e às necessidades e expectativas dos

cidadãos, mas também potenciadoras de uma gestão mais eficiente e eficaz de recursos escassos e diferenciados.

Ainda assim, segundo Mishra (1995), Rein e Rainwater (1986), e posteriormente Ferrera, Hemerijck e Rhodes (2000), o pluralismo assistencial deve ser visto não como uma retração do Estado Providência, mas como uma reatribuição de tarefas entre os diferentes propiciadores. Ou seja, verifica-se o “desvanecer das fronteiras sectoriais” entre as esferas pública e privada da assistência social. Logo, é necessária uma abordagem holística que examine todas as formas de proteção social, independentemente do sector que as administra, financia ou controla.

A política de assistência social, segundo estes autores, é agora uma política de transferência de custos de um sector para outro. A “assistência ocupacional privada” não leva necessariamente a perverter a redistribuição e ao aumento de desigualdades. Muito depende da forma e das causas da introdução da privatização. Estamos, portanto, perante um Estado “possibilitador”, que dá mais importância “aos serviços de financiamento, planeamento, promoção e regulação, do que à sua produção e distribuição” (Mishra, 1995, p. 103).

A questão, na perspectiva de Mishra (1995), é que as formas de assistência social não podem ser encaradas como “equivalentes funcionais”. Baseiam-se em princípios diferentes e diferem no seu âmbito. A assistência mista é mais do que uma simples questão de decidir quem pode fazer o melhor em termos de vantagens comparativas na produção de serviços de assistência. Neste contexto, é importante distinguir entre os fins e os meios da assistência social, isto é, o princípio de assistência social como direito a um rendimento ou nível de serviços adequados, coisa que só pode ser garantida pelo governo, e o meio mais eficaz de distribuição ou prestação de tais serviços.

Segundo Mozzicafreddo (2002) trata-se do acionamento de instrumentos e mecanismos de ação que, por um lado, contribuem para estimular a atividade económica privada, através da dinamização da procura global efetiva e, por outro, constituem estratégias de condicionamento e reorientação da atividade empresarial e do crescimento económico.

Estamos, portanto, perante um conjunto de regras de enquadramento e de reorientação da atividade económica, que constituem o que se denomina a “economia administrada”, a

qual se caracteriza tanto pela produção pública de bens, como pela administração pública da economia privada. Esta administração realiza-se através de normas de regulação da atividade económica nacional enquanto principal consumidor de bens privados. Assim, apesar de se evidenciar uma retração do Estado no sentido da intervenção direta na esfera privada, não deixa de ser evidente a tendência para a expansão do Estado na atividade reguladora e dinamizadora da mesma (Mozzicafreddo, 2002).

Esta linha de raciocínio ilustra a importância atualmente atribuída à dimensão económica do Terceiro Sector, a qual passou, estrategicamente, a ser considerada fundamental num contexto de crise social e económica. Se, por um lado, se revela como um importante recurso para explorar a construção de respostas socioeconómicas e inovadoras que revalorizam o potencial de agentes sem fins lucrativos na produção de bens e serviços orientados para o bem comum e para a reconstituição e consolidação da coesão social (Santos & Nunes, 2013), por outro, outorgou o desfasamento do papel do Estado, como gestor do processo de redistribuição dos contributos dos cidadãos e, simultaneamente, ao afirmar-se como regulador, atribuindo aos restantes parceiros sociais o papel ativo do exercício do controlo social e da seletividade na divisão da aquisição de direitos.

O conceito de solidariedade constitui-se assim, sobretudo nas últimas décadas, como eixo estruturante das reformas em curso nos modelos europeus e, em particular, no contexto português.

Todas estas alterações, no mapa das respostas sociais em Portugal, verificam-se no âmbito de uma pretendida integração na Comunidade Económica Europeia, onde já estava a decorrer a racionalização apelidada por alguns analistas de “americanização da política social europeia”, com o que se pretende designar o ambiente restritivo do papel do Estado e defensor do maior protagonismo da sociedade civil e do espaço da oferta mercadorizada. Todo o período de preparação da adesão (1976-1986) foi marcado pela pluralidade de requisitos que a mesma supunha, desde o nivelamento de padrões mínimos, até à necessidade de fazer repercutir a restritiva intervenção pública no campo social (Rodrigues, 2002).

Em termos de intervenção social, Maia (1985) salienta que, na década de 1980-90, houve lugar à transformação das políticas sociais, constantes no quadro 6:

Quadro 6

Políticas Sociais na Década de 1980-90

BASE LEGAL	POLÍTICAS SOCIAIS
Decreto-Lei 139/80 20 de maio	Depois de se ter alargado, aos trabalhadores rurais, o suplemento de pensão a grandes inválidos, esta prestação passou a ser extensiva a todos os pensionistas de invalidez com incapacidade total e permanente, para todo e qualquer tipo de trabalho, que não pudessem dispensar a assistência constante de uma terceira pessoa. Para o efeito, clarificaram-se com maior rigor as diferentes situações e a atuação dos Centros Regionais de Segurança Social, no controlo das declarações dos interessados.
Decreto-Lei 170/80 29 de maio	Foi estabelecido que a proteção à infância e juventude e à família se concretizaria mediante a concessão das prestações pecuniárias de abono de família, abono complementar a crianças e jovens deficientes, subsídio mensal vitalício, subsídio de nascimento, subsídio de aleitação, subsídio por frequência de estabelecimentos de educação especial, subsídio de casamento e subsídio de funeral.
Decreto-lei 274/80 13 de agosto Decreto-Lei nº 184/84 29 de maio	Foi estabelecida a intervenção das instituições de Segurança Social, no domínio da adoção, tendo em conta os objetivos de garantia e salvaguarda do interesse da criança. Foi, também definido que os menores em causa são equiparados aos descendentes do beneficiário ou do cônjuge, para efeitos de atribuição das prestações por encargos familiares.
Decreto-Lei nº 60/80 10 de outubro	Foram definidas as competências dos organismos e serviços relativamente à colocação familiar, os princípios sobre a audiência dos menores, as obrigações da família de origem, e as prestações pecuniárias a atribuir às famílias de acolhimento.
Decreto-Lei 464/80 13 de outubro	Na sequência da implantação dos Centros Regionais de Segurança Social, em todos os distritos e a deteção de pessoas beneficiando indevidamente da pensão social, em 1980, foram tomadas medidas, no sentido de transferir, para aqueles Centros Regionais, a responsabilidade pela organização dos processos referentes àquela prestação, cabendo ao Centro Nacional de Pensões, o respetivo processamento e pagamento. Passou, também, a ser exigida prova periódica de insuficiência de recursos, e ainda a obrigatoriedade de declaração da carência de rendimentos. Foram, ainda, atualizados os valores referentes às condições de recursos, os quais passaram a ser definidos em função do salário mínimo nacional.
Decreto nº 89/81 14 de julho	Foi instituído que, o direito à assistência a filhos cabe “aos trabalhadores por conta de outrem, que exerçam exclusivamente o poder paternal”. Para este efeito, passaram a considerar-se equiparados os filhos, os enteados e os adotados.
Decreto-Lei 144/82 27 de abril	No âmbito da pensão de invalidez, e considerado o elevado número concedido, sem fundamento, foi integrado, no âmbito da Segurança Social, o sistema de verificação das incapacidades permanentes, passando as respetivas comissões a atuar com base nos relatórios fornecidos pelos médicos, cuja função foi criada pelo mesmo diploma.
Decreto-Lei 119/83 25 de fevereiro	Foi aprovado o novo estatuto das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), que valoriza a sua autonomia e aponta, como objetivos para estas instituições: apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice, invalidez e, em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente, através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; e resolução dos problemas habitacionais das populações.

Decreto-Lei 164/83 27 de abril	Foi estabelecida a proibição total de cumulação de pensão de invalidez e de exercício de atividade para a qual o trabalhador tinha sido considerado incapaz, permitindo a cumulação de pensões de velhice e de rendimentos do trabalho pelo exercício de atividade profissional, desde que não fosse exercida nas mesmas condições que se verificavam à data da reforma.
Decreto-Lei 297/83 4 de junho	Foram redefinidas as condições de acesso ao subsídio de desemprego e seu controle, passando a penalizar-se as práticas fraudulentas, e nivelaram-se as condições de recursos e montantes do subsídio pelo valor mais elevado do salário mínimo nacional, redefinindo-se o regime especial de concessão deste subsídio aos candidatos ao primeiro emprego.
Despacho Normativo 194-A/83 1 de outubro de 1993	Foi institucionalizada “uma estrutura de ensino profissional no ensino secundário, através de um plano de emergência para a reorganização do ensino técnico, que permitisse a satisfação das necessidades do país em mão-de-obra qualificada, bem como a prossecução de uma política de emprego para os jovens”. Foram criados, como experiência pedagógica, os cursos técnico-profissionais e os cursos profissionais. Os primeiros com a duração de três anos, correspondentes ao 10º, 11º e 12º anos de escolaridade; os segundos com um ano de duração, completado por um estágio profissional de seis meses. Os cursos técnico-profissionais conferem um diploma de fim de estudos secundários que permitem o acesso ao ensino superior e um diploma de formação técnico-profissional, para efeito de ingresso no mundo do trabalho (Carreira, 1996).
Decreto-Lei 158/84 17 de maio	Foi instituída uma nova forma de apoio às crianças – a ama – e definidas as condições do seu enquadramento em creches familiares, tendo em conta a crescente participação da mulher em atividades profissionais, facto que aumentou a necessidade de criação de serviços que assegurassem o acolhimento de crianças, durante o período de trabalho dos pais.
Portaria 333/84 2 de junho	Foram regulamentadas as formas de articulação entre a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e os serviços descentralizados da Segurança Social e da Saúde, tendo em vista assegurar maior eficácia na proteção social dos trabalhadores vítimas de doença profissional. Este diploma clarificou as prestações a assegurar pela Saúde, as obrigações a cargo da Segurança Social e da referida Caixa.
Despacho Normativo 130/84 22 de julho	Foram aprovadas as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos lares com fins lucrativos de apoio a idosos, assim como as referentes à instalação e funcionamento dos infantários e jardins-de-infância, com fins lucrativos.
Lei 46/86 14 de outubro	Foi publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo, que definiu o atual sistema de ensino, baseado nos seguintes princípios: reconhecimento do direito à educação e à cultura; direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolares; liberdade de aprender e de ensinar; descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e ações educativas; correção das assimetrias e do desenvolvimento regional e local; coeducação; contribuição para o desenvolvimento do espírito e da prática democráticos. Esta lei cria uma nova estrutura do sistema educativo, que compreende a educação pré-escolar, a escolar e a extra-escolar. A educação escolar engloba os ensinamentos básico, secundário e superior. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, com um 1º ciclo de quatro anos, um 2º ciclo de dois anos, e um 3º ciclo de três anos. O ensino secundário tem a duração de três anos. O ensino superior é universitário ou politécnico.

Fonte: Sistematização de dados pela Autora.

É no âmbito desta conjuntura, que se processam alterações ao nível da formação em Serviço Social. Depois de vários anos de negociação com o poder político, para que criasse o ensino do serviço social público, avança-se numa nova etapa dentro do Serviço Social Português, que se particulariza por estar centrada no reconhecimento de grau académico de licenciatura, ao curso de Serviço Social, ministrado nas escolas de serviço social existentes em Lisboa, Porto e Coimbra.

O reconhecimento do grau de licenciatura e da integração da formação em serviço social na universidade pública teve na sua base uma dinâmica que marcou para sempre o processo de desenvolvimento académico e profissional do serviço social em Portugal (Amaro, 2012; Branco, 2009a; Carvalho, 2010). Este movimento, que associou, a nível nacional, escolas e organizações profissionais e estudantes, na mais significativa dinâmica académico-profissional do Serviço Social culminou com o grau de licenciatura, em setembro de 1989 e, a consagração da carreira específica de serviço social, na administração pública, em 1990 (Carvalho, 2010; Negreiros, 1999).

No domínio mais especificamente profissional, assiste-se ao questionamento dos campos tradicionais de intervenção social (assistência, previdência, trabalho e saúde) e à emergência de novas áreas de intervenção tais como segurança social, justiça, habitação e educação (Carvalho, 2010). Nesta fase de normalização democrática e institucional, a abertura de novos campos profissionais vai ter lugar, através do alargamento das funções sociais do Estado e da descentralização político-administrativa.

Deste modo, compreende-se o facto de investir mais na criação de equipamentos, do que no desenvolvimento de competências sociais das pessoas envolvidas. Isto porque se considera que a criação de recursos/equipamentos gera alterações nos restantes elementos e, simultaneamente, possibilita prever as reações na comunidade, face às alterações produzidas no seu quotidiano de vida social. Estas alterações são, porém, consideradas não observáveis em si mesmo, gerando, contudo, fenómenos observáveis. Assim se explica que muitos dos profissionais de Serviço Social tenham privilegiado a identificação das semelhanças dentro da comunidade, enquanto estrutura. Com base nas semelhanças observadas, estabelecem as condições consideradas como necessárias para

que sejam definidas as estratégias de conciliação que permitem o desenvolvimento da interdependência dentro da comunidade (Mouro, 2012).

Neste sentido, alicerçando as mudanças no perfil político do Estado e, articulando-as com a nova fisionomia do pluralismo das políticas sociais e a recriação da perspetiva sistémica de intervenção do Serviço Social, o agir dos seus profissionais reinventa-se, tendo em linha de conta dois parâmetros: o poder institucional, por parte das entidades empregadoras dos profissionais de serviço social, e a forma como, no quotidiano profissional, estes profissionais desenvolvem o seu saber, assim como as suas competências. Está, assim, criado o espaço para uma reformulação do seu agir profissional, tendo como referencial a reconceptualização do conceito de instituição social e a recriação das metodologias de intervenção profissional.

Em termos de perspetiva de análise global sobre a gestão das políticas de intervenção social, pode-se considerar que, no caso português, a integração na União Europeia em 1986, com o conseqüente acesso aos fundos estruturais e a um conjunto de diretrizes internacionais, tendo em vista o seu desenvolvimento económico, marcaram, profundamente, esta década (Rodrigues, 1999). No âmbito dos programas comunitários, surgem os projetos integrados de desenvolvimento social, que implicam uma grande necessidade de trabalho em articulação e parceria (Santos, 2008).

A partir do momento em que as políticas sociais entram num processo de retração, assiste-se ao surgimento de uma nova dinâmica interventora, consolidada através do apelo ao dever cívico do exercício da solidariedade social que, progressivamente, saiu das fronteiras das Misericórdias, IPSS's, ONG's, fundações e instituições privadas, passando para o domínio do coletivo, baseadas no exercício da cidadania.

Na verdade, apesar das mutações nas políticas e processos de intervenção, em termos das práticas profissionais do Serviço Social, não se pode falar de práticas verdadeiramente inovadoras, mas sim de práticas de regulação e de intermediação, as quais, podendo apresentar características mais sintonizadas com a compreensão do exercício da gestão dos problemas sociais, não deixam de estar inspiradas no exercício tradicional do Serviço Social, cujo epicentro se situa na gestão das desigualdades sociais e da insatisfação social. Deste modo, a sua identidade, nesta década, modernizou-se do ponto de vista contextual,

mas não concetual. Ou seja, a partir do momento em que, no mercado de trabalho, se cria uma concertação mais ou menos sustentada, entre a oferta e a procura de trabalho, permitindo uma diminuição dos riscos da pobreza, a identidade assistencialista e assistencial torna-se mais limitada. Deste modo, conjugam-se diferentes eixos axiais da ação profissional: o eixo executor, o eixo técnico, o eixo mediador e o eixo ativador, o que permite, na prática, aos profissionais de Serviço Social, investirem numa identidade mais técnica e executora (intermediadora).

Simbolicamente, o Serviço Social perdeu parte da sua importância, na defesa da justiça social, na medida em que se tornou mero executor, e deixou de ser o “Provedor” dos excluídos, para se assumir como funcionário de um sistema que, paradoxalmente, cria o espectro da cidadania, mas se refugia na regulação social, com o propósito de controlar as iniquidades sociais.

Em suma, nesta década, se, por um lado, se assiste a uma pluralização dos agentes institucionais direcionados para a gestão das respostas sociais, de acordo com a reconfiguração dos problemas sociais, dividindo-os em tradicionais (pobreza persistente) e emergentes (envelhecimento, toxicod dependência, nova pobreza, etc.), por outro lado, ao nível do Serviço Social público e não público, a importância de controlar a coesão social manteve-se como finalidade primordial.

O fazer profissional do Serviço Social recriou-se, assim, tendo em linha de conta a necessidade sentida de se distanciar ativamente do assistencialismo e, a importância atribuída à renovação das suas práticas profissionais. Ou seja, o exercício profissional do Serviço Social centra-se na integração, como meio de se implicar num processo de mudança controlado das desigualdades, dos comportamentos e da gestão da cidadania como reforço da Democracia. O quadro 7 sistematiza os principais aspetos que caracterizam o Serviço Social desta década.

Quadro 7

Serviço Social na Década de 1980-90 – Fase da Tecnização

IDENTIDADE	Técnica e Funcionalizada
CONTEXTO POLÍTICO	Estado Democrático
INFLUÊNCIA	Estruturalismo/Construtivismo/ Análise Sistémica
METODOLOGIAS	Regulação / Articulação / Execução de Políticas
PRÁTICAS	Integradoras e Participativas
FINALIDADE	Controlo das Desigualdades Sociais
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	Agente de Mudança Regulador do Bem-Estar
MERCADO DE TRABALHO	Instituições Públicas de Carácter Social e Instituições de Solidariedade Social

Fonte: Elaboração própria.

1.2.6. – Recriação Identitária e Identidade Capacitadora do Serviço Social (Pós Anos 1990)

Nos anos 90, como refere Branco (2009b), o grande impacto da crise do Estado Social e o problema do desemprego tornaram-se progressivamente o centro nevrálgico do debate sobre a transfiguração da pobreza, tendo como epicentro a nova pobreza, alicerçada no crescimento e complexificação significativa da (nova) questão social e associada ao fenómeno político de retração das políticas sociais especificamente na sua dimensão de universalidade.

Simultaneamente, a crise do Estado Social, a qual desagregou os processos de regulação social das desigualdades, politicamente justificada pelas dificuldades de financiamento a que está ligado o desemprego e a emergência de novas formas de relações de trabalho e, conseqüentemente, do agravamento da pobreza, contribuiram para a transformação do

exercício protetor por parte do sistema público. Por sua vez, este processo veio recolocar o debate político sobre a questão dos direitos adquiridos, e ainda, sobre os direitos sociais e de cidadania (Branco, 2009b; Santos & Nunes, 2013).

Assim se compreende que, entre outros problemas sociais, o desemprego se tenha tornado no problema central que, não só constitui a perversão do direito ao trabalho, como gera um impacto negativo sobre os que vivem das fontes de rendimento provenientes do mesmo. Ou seja, o desemprego afigura-se, agora revestido de novas características – o “desemprego de exclusão” (Branco, 2009b; Wuhl, 1996).

Simultaneamente, há a destacar os efeitos do processo de globalização económica, onde adquire especial lugar a flexibilização dos mercados de trabalho e dos regimes laborais, com particular incidência na precarização do trabalho. Se a condição transitória do desemprego se converte em condição estrutural, com o pleno emprego a tornar-se, cada vez mais, uma meta inatingível, é também verdade que os próprios padrões do emprego pautados pela estabilidade, segurança e remuneração adequada aos níveis de produtividade, se degradam (Esping-Anderson, 2000), refletindo-se, por um lado, em taxas de desemprego elevadas, particularmente para grupos sociais mais vulneráveis, como os desempregados de longa duração e trabalhadores pouco qualificados, os jovens e as mulheres, os trabalhadores mais idosos e os trabalhadores do sector dos serviços e, por outro lado, em taxas de precarização do trabalho igualmente elevadas. O impacto social destes fenómenos, no tecido social, manifesta-se num agravamento das situações de pobreza e de exclusão social e, na procura de novas sustentabilidades para as organizações sociais, a par de uma relativa retração intervencionista do Estado (Hespanha & Valadas, 2002).

Neste quadro, a dimensão económica do terceiro sector constitui um recurso fundamental na construção de respostas socioeconómicas inovadoras que revalorizam o potencial dos agentes sem fins lucrativos na produção de bens e serviços dirigidos para o bem comum e para a reconstituição e consolidação da coesão social (Santos & Nunes, 2013).

Compreender esta nova realidade, que singulariza o novo paradigma societário, implica desconstruir muitas das reações dos Estados nacionais aos efeitos de precarização do mercado de trabalho gerados pela globalização económica e objeto de determinadas

decisões, que decorrem, quer de discussões alargadas entre os Estados, quer do envolvimento destes com outros atores sociais, designadamente com as forças patronais e sindicais, no interior ou fora das organizações internacionais.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelos diferentes atores sociais, no sentido de preservar a continuidade de uma Europa social terem sido, muitas vezes, remetidos para segundo plano, em favor de outros interesses, nomeadamente os de desenvolver o mercado único ou o sistema monetário europeu, adquire consistência político-ideológica, a ideia de criação de um espaço económico-político, combinando e conciliando estabilidade económica com bem-estar social. Esta mesma proposta foi ganhando força, perante o agravamento das condições sociais que se generalizou às diferentes realidades nacionais (Hespanha & Valadas, 2002).

Com efeito, como sustenta Castel (1998), a realidade mudou face às dinâmicas do sistema económico e financeiro. Atualmente, para além da crise de emprego existe igualmente uma alteração substancial do mercado de trabalho e do paradigma tradicional das relações de trabalho. Ou seja, existe cada vez menos emprego, facto que não depende do indivíduo mas dos contextos da sociedade moderna, conduzindo à invalidação de certos indivíduos, com condições para serem integrados no mercado de emprego mas, ainda assim, inúteis para as empresas. Estes, como “ultrapassados pelos acontecimentos”, são colocados à margem, não dispendo, em si mesmos, de recursos suficientes, para se integrarem no mundo do trabalho.

Na sociedade contemporânea, a agravar o “não trabalho”, surgem, portanto, a incerteza e o risco, frutos do já referido processo de globalização acelerada e conseqüente formação de grande insegurança. As teorias e as respostas institucionais que estiveram na base da vivência da sociedade industrial deixam assim de ser praticáveis (Albuquerque, 2013).

A precariedade do trabalho produziu, de facto, um fenómeno de fragilização do quotidiano, face à incerteza com que se passaram a confrontar os trabalhadores, uma vez que pode fazer vacilar as pessoas que parecem integradas, criando, assim, “novos pobres” ou “normais inúteis”. Estes “novos pobres” diferem dos antigos, porque são os náufragos das mutações económicas, tecnológicas e sociais em curso, os náufragos de uma sociedade salarial profundamente abalada. As sociedades atuais impõem exigências que

não são fáceis de ultrapassar, conduzindo à produção de “sobrenumerários”, em sociedades incapazes de gerar dinâmicas de empregabilidade e oportunidades adequadas e suficientes à participação económica de grupos cada vez mais vastos e diferenciados (Castel, 1998). Deste modo, o Estado reajusta a sua intervenção, desenvolvendo formas de atuação que lhe proporcionem gerir a especificação e a vulnerabilidade, através de uma “ação mais personalizante do que normalizante” (Albuquerque, 2010, p. 71).

Daqui resulta uma interferência dos pontos de referência no exercício profissional do Serviço Social, uma subalternização das suas metodologias de intervenção e respetivas técnicas e uma interrogação alargada sobre a sua finalidade: que pode querer dizer “trabalhar” a favor de pessoas a quem supomos, cada vez mais, que não seremos capazes de ajudar a obter o que mais necessitam, ou seja, trabalho? (Castel, 1998).

Assim, o campo de atuação profissional do Serviço social, no âmbito da integração social, confronta-se com a necessidade de uma mudança de paradigma.

Neste contexto, impõe-se uma readaptação do modo como os profissionais de Serviço Social desenvolvem o seu agir profissional e, de uma forma específica, como consubstanciam as suas práticas, o que conduz a uma reformulação do seu perfil identitário, face a públicos cada vez mais heterogêneos e aleatórios. Atualmente, o Serviço Social está perante o novo desafio da gestão social do “não trabalho” (Castel, 1998; Habermas 1990), que se traduz na reinvenção da sua forma de agir, perante a necessidade de ativar, obrigando a uma revisão das suas metodologias de intervenção e de recriação das suas respetivas competências e processos de trabalho que, no seu limite, poderão aprofundar alguns dos seus paradoxos constitutivos (Autès, 1999). Assim, a dimensão teleológica da prática profissional modifica-se; a componente educativa tende a diluir-se; o acompanhamento social pode transformar-se num fim em si mesmo e não somente num meio (Albuquerque, 2010). Consequentemente, os critérios de avaliação da dinâmica dos sistemas coletivos modificam-se e com estes as lógicas inerentes à definição das novas políticas públicas.

1.2.6.1. – Nova Geração das Políticas Sociais

Após a década de oitenta do século XX, o Estado-Providência tem-se focalizado na renovação do papel da sociedade civil, dos cidadãos e do mercado, numa perspetiva de produção mista de bem-estar social. Como já salientámos, no âmbito da intervenção social, o Estado omnipresente das décadas de 1950-70, com capacidade de “libertar a sociedade da necessidade e do risco”, perante manifestações de ineficácia e de produção de dependência nos indivíduos, transformou-se progressivamente num Estado cada vez mais implicacionista, apelando à participação dos vários agentes na elaboração de respostas mais adaptadas às reais necessidades sociais atuais, potenciadoras de uma gestão mais eficiente de recursos (Albuquerque, 2010).

A renovação do arquétipo das políticas sociais em Portugal, é tardia, limitada e pouco consistente, como, em regra-geral, é o caso dos países do Sul da Europa e foi muito influenciada pela integração europeia (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). Ora a partir da década de 1990 esta “renovação”, de alguma forma experimental e inacabada, acentua-se. A nova modalidade de produção de políticas sociais caracteriza-se por uma tomada de decisões conjunta, conduzida por uma combinação complexa do interesse nacional, das ideologias e da praticabilidade; a criação de uma rede política acima e abaixo do Estado nacional; a criação de um regime de políticas sociais que deixou de ser exclusivamente controlado por cada Estado-membro; uma redução da autonomia dos Estados-membros relativa às políticas sociais, pela regulamentação europeia; e uma redução da autonomia dos Estados-membros relativa às políticas sociais, pelas exigências do mercado. A aplicação descentralizada das orientações estratégicas e o envolvimento de burocracias nacionais com alguma margem de manobra tornam mais eficaz e eficiente a realização dos programas, tirando o maior proveito da combinação da “europeização” com a “nacionalização” das políticas sociais (Ferrera et al., 2000).

A intervenção individualizada com os utentes; a consideração do modo/meio de vida e particularidades/singularidades do utente; a ativação dos destinatários; e a reformulação da contrapartida são identificados por Branco (2009b) como as quatro orientações que presidem aos atuais dispositivos e medidas de política social, incluindo a ação social. A primeira orientação refere-se, portanto, a uma lógica de intervenção individualizada com

os utentes, ou seja, “as políticas públicas privilegiam hoje a individualização do utente correspondendo quer à emergência do sujeito na modernidade tardia quer à personalização dos riscos coletivos quer ainda à responsabilização individual” (Branco, 2009b, p. 84). Desta forma, a atenção relativamente ao “Outro”, enquanto pessoa, bem como a necessidade de um tratamento personalizado (Astier, 2007) dizem respeito a uma intenção de ajustamento da relação de serviço das instituições sociais ao atual processo de individuação (Branco, 2009b). A segunda orientação, com estreita ligação com a anterior, remete para a necessidade fundamental da tomada em consideração do modo/meio de vida e particularidades/singularidades do utente, na conceção da ajuda social proposta. Deste modo, o diagnóstico social e de vida apresenta-se como

uma lógica e um instrumento crucial à apreensão do *processo de construção identitária do utente e da sua trajectória social*, à captação do modo como as desigualdades sociais se expressam, nas suas diferentes dimensões (trabalho, formação, família e redes sociais, proteção social, saúde, ...), no processo biográfico de exclusão/inclusão (Dubar, 1996) (...). A ativação dos destinatários é um dos desígnios vincados na nova geração de dispositivos e medidas de política social, constituindo a terceira orientação matricial. Associada ao paradigma do Estado Social activo visa-se a produção de um utente sujeito participante, responsável. Reformula-se assim, de forma profunda, o *princípio da contrapartida*, agora já não assente, como na lógica do Estado Social clássico, na contrapartida contributiva, mas na manifestação expressa da vontade activa de integração social (Branco, 2009b, p. 84-85).

Complementarmente, e como refere Albuquerque (2010), a nova geração de políticas sociais centra-se em pressupostos de:

a) territorialização, valorizando a intervenção sociopolítica dos territórios locais pelo aproveitamento das respetivas potencialidades; b) inserção e ativação, apelando ao papel ativo dos cidadãos na (re)construção de um projeto de vida e associando a efetivação de deveres, devidamente contratualizados, à prestação de um direito, e finalmente, c) singularização, procurando adequar as respostas

sociais aos percursos de vida, às potencialidades e às expectativas pessoais e sociais de cada sujeito (p. 68)

Assim, a nova geração de políticas sociais abandona a lógica da homogeneização e procura valorizar a equidade, enfatizando prioritariamente o que é específico das situações de dificuldades, quer individuais, quer territoriais.

Por outras palavras, na sociedade contemporânea, os conceitos anteriormente criados (risco, socialização, integração, cidadania, etc.) mostram-se inadequados, porque designam realidades muito diferentes, de forma a especificar e delimitar um campo profissional e, porque a definição abstrata de um objeto é inadequada a profissões que exigem precisamente uma ancoragem no terreno existencial dos indivíduos. Por outro lado, são as características dos públicos ou a natureza dos problemas e não o seu enquadramento institucional que especificam, acima de tudo, o social como um objeto. A inscrição cada vez mais local do exercício profissional, tendo em conta a descentralização e a singularização cada vez mais acentuadas das características económicas, sociais e culturais de cada território, especifica os modos de gestão e de organização da intervenção social, tornando-se mais difícil, do que no passado, as generalizações e dando ainda a impressão de um desmembramento social e económico (Aballéa, Ridder, & Gadéa, 2003).

Neste sentido, afigura-se, a partir deste momento, uma reorientação do que se considera o arquétipo clássico das políticas sociais, no sentido das designadas políticas de inserção¹⁸. Estas, contrariamente às políticas de integração, características do Estado Providência, têm subjacente uma lógica de discriminação positiva, orientadas para populações e zonas sociais específicas (Branco 2009b).

Progressivamente, as políticas sociais assumem rumos mais adaptados às novas circunstâncias sociais e económicas. As suas principais tendências estão relacionadas, com políticas sociais ativas, orientadas por um princípio de solidariedade ativa em

¹⁸ O objetivo da nova geração das políticas sociais consiste, precisamente, em ajudar as pessoas a inserirem-se socialmente, quer no mercado de trabalho, quer em atividades socialmente reconhecidas. Inserção passou a ser uma palavra-chave. Neste contexto, a inserção é mais do que o mero direito de subsistência, pois reconhece ao seu titular um papel positivo na sociedade, o de contribuir com a sua atividade para a utilidade social.

substituição da lógica de solidariedade passiva desenvolvida mecanicamente pelo Estado Providência; flexibilidade dos dispositivos institucionais, baseados na descentralização, segundo uma lógica horizontal e descompartmentada da ação administrativa, na constituição de redes de atores entre a esfera pública e a sociedade civil, na abertura à participação ativa do movimento associativo formal e informal e por via destas características com mais capacidade de adaptação a uma configuração mutável, evolutiva e cada vez mais diferenciada da questão social; e a procura de uma nova coerência e articulação entre políticas sociais e políticas económicas, através dos dispositivos de inserção (Wuhl, 1996).

A nova geração de políticas sociais traduz-se, assim, através de duas características fundamentais. Em primeiro lugar o reconhecimento do indivíduo não como assistido, mas como cidadão ativo, com direito à utilidade social e à vivência em sociedade (Albuquerque, 2010; Castel, 1995); em segundo lugar, a corresponsabilização, quer do cidadão beneficiário, quer da sociedade, na efetivação de um percurso de participação plena na sociedade (Albuquerque, 2010; Chopart, 2003; Roche, 1992).

A uma seletividade social, contraponto do universalismo das políticas sociais clássicas junta-se, agora, também uma seletividade geográfica como orientação dominante das formas de intervenção pública (Sousa et al., 2007). Deste modo, abre-se espaço à territorialização, a qual desenvolve os dispositivos sociais, inspirados na política social diferenciada e territorializada, que se apoiam amplamente no sistema local. O desenvolvimento de uma política de gestão social diferenciada e territorializada surge como um instrumento mais rigoroso do conhecimento e da prática da sociedade, sobre todo o local. Recentemente, têm-se implementado iniciativas locais de desenvolvimento da sociedade civil. O seu objetivo consiste, não somente em responder à crise socioeconómica, mas também desenvolver uma imagem positiva de si mesmo e construir o social de forma a permitir a cada indivíduo sentir-se cidadão (Albuquerque, 2013). O Estado central desempenha o seu papel de regulador, mas o discurso e as práticas políticas sociais orientam-se cada vez mais em torno dos poderes regionais e locais. Se no passado a intervenção social global e local dependia de uma política ancorada na filosofia redistributiva e desterritorializada, pelo contrário, o social atual baseia-se cada vez mais

numa política denominada ativa, através de uma gestão de territorialização, de sinalização e de responsabilização dos beneficiários. A aproximação do tratamento da questão social limita-se a um marco de gestão localizada de problemas diferentes. Esta aproximação centra-se nos segmentos mais vulneráveis dos trabalhadores, com um tratamento espacial da desigualdade social. O local e o território são lugares que permitem tomar consciência dos fenómenos de precarização e de marginalização, são terrenos de ação relativamente controlados, podendo deduzir-se que é localmente que estes fenómenos podem ser resolvidos. Deste modo, o desenvolvimento local, incluindo a política ativa da gestão territorial dos problemas, converteu-se num marco político e num dos instrumentos privilegiados da articulação do económico com o social. Consequentemente observa-se uma transferência gradual de algumas responsabilidades assumidas pelo Estado para organismos supranacionais para gerir a regulação económica, e para os poderes locais para gerir a regulação social (Hamzaoui, 2005).

Segundo as orientações e os interesses próprios de cada um dos atores e protagonistas, o desenvolvimento local assume múltiplas direções, uma vez que está relacionado com as diferentes lógicas das políticas locais (Hamzaoui, 2005; Moulaert & Demazière, 1996). Qualquer que seja a linha de intervenção, encontramos esta tendência dominante em vários países da Europa, apoiada pela OCDE, no âmbito do “trabalho de desenvolvimento territorial”. A Comissão Europeia justifica-o, em concreto, com a reforma dos fundos estruturais. Esta reforma contribuiu para criar a divisão do desenvolvimento local, na Direção Geral de Políticas Regionais. Deste modo, o desenvolvimento local converteu-se num assunto de política estrutural, cujo principal instrumento é o Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) (Hamzaoui, 2005).

Outra linha de intervenção inscreve-se numa perspetiva designada alternativa ou denominada como perspetiva de iniciativa ou de desenvolvimento “desde baixo”. Esta tem como objetivo promover um processo integral que dá todas as oportunidades aos indivíduos, grupos sociais e comunidades locais e mobiliza o conjunto das capacidades e dos recursos em benefício da comunidade, em termos sociais, económicos e políticos. Esta tendência de desenvolvimento local, “por baixo” e endógena, apoia-se na sociedade civil, apostando na mobilidade coletiva. Do mesmo modo, apoia-se menos no governo e

mais na iniciativa empresarial e sobre organizações mais informais, que têm a forma de redes (Hamzaoui, 2005; Klein, 1989).

A individualização das medidas constitui, portanto, uma das inovações mais relevantes das novas políticas sociais, como já foi referido. Em vez de dispositivos abstratos de aplicação universal, os novos programas sociais privilegiam medidas de carácter concreto, ajustadas ao perfil dos destinatários. O programa de inserção social dos excluídos ou o programa de (re) inserção no mercado de trabalho dos desempregados de longa duração têm em conta, não só a experiência e as motivações dos beneficiários, mas também a capacidade de resposta dos serviços. Logo, são distintos de pessoa para pessoa (Sousa et al., 2007). A lógica da subjetivação, no sentido de priorização do sujeito, em concreto, sobre o qual incidirá primordialmente a reflexão, assenta e decorre de princípios e processos de trabalho que valorizam, em primeira linha, os percursos pessoais. A atual política e prática dos agentes sociais vem questionar os processos de avaliação e de acompanhamento dos sujeitos, que se afiguram como os recursos fundamentais em processos de construção e de (re) construção de si próprios. A autoprodução e autoapropriação das vivências pessoais, sociais e profissionais de cada sujeito, constituem, agora, o centro das práticas dos diferentes interventores sociais, sob mediação. Estes novos eixos que caracterizam a reformulação da intervenção social minimizam alguns efeitos de passividade e desresponsabilização dos sujeitos, característicos das políticas sociais tradicionais, mas continuam a permitir enviesamentos paternalistas e moralistas. No entanto, o paternalismo atual caracteriza-se, contrariamente, pela sobrerresponsabilização dos indivíduos na reconstrução ou salvaguarda das situações de desvantagem social e da sua identidade e experiências (Albuquerque, 2013; Castel, 1995).

A ativação, também, uma das características mais marcantes da nova geração das políticas sociais tem como objetivo fundamental, prevenir situações de exclusão que possam decorrer de uma atitude passiva, face a políticas sociais meramente indemnizatórias. A ativação processa-se através da realização de tarefas socialmente úteis que, em última instância, promovem a inserção social, ou seja, uma participação ativa (Roche, 1992). Estas destinam-se a estimular a autonomia dos trabalhadores e atuar como

trampolim entre situações de exclusão e uma efetiva inserção socioprofissional (Hansen & Hespanha, 1998).

Neste quadro de mudança, o objetivo das políticas de inserção consiste em responder aos desafios dos “novos territórios da questão social” e às novas prioridades da ação pública, que proporcionam a implementação da implicação, com base no conhecimento, na definição coerente de estratégias de intervenção social e novas metodologias orientadoras da ação. Na prática, os novos modelos de intervenção profissional exigem uma implicação do profissional na situação problemática e na construção de respostas às necessidades sentidas (Albuquerque, 2013).

Por outro lado, salientam-se os novos dispositivos de inserção baseados num conjunto de condutas sociais de luta contra a exclusão, face às alterações profundas nas relações entre o indivíduo e a comunidade. O destino de cada um está cada vez menos ligado ao destino comum, podendo o indivíduo contar cada vez menos com a ação coletiva para a resolução dos seus problemas. Os indivíduos encontram-se mais emancipados, mas também mais abandonados a si mesmos, destituídos de apoios e solidariedades, mais inseguros. Este mal-estar identitário manifesta-se de várias formas, como o sofrimento psíquico, a crise do laço conjugal, a delinquência, a toxicomania, etc (Rosanvallon, 1995).

Mas, os programas de ativação, característicos da nova geração das políticas sociais, revestem-se não só de aspetos positivos, mas também de alguns aspetos negativos. Os aspetos positivos prendem-se com o facto de permitirem melhorar as qualificações e estimular a empregabilidade dos trabalhadores desempregados, através da sua participação no mercado de trabalho, contribuindo, em simultâneo, para o aumento da autoestima e para a autonomia desses trabalhadores. Por outro lado, tratando-se de medidas que permitem evitar a disseminação de práticas, ou mesmo de uma cultura de dependência e que se preocupam com a realização de direitos sociais básicos, nomeadamente o direito ao trabalho, existe um elevado potencial emancipatório nestes programas ao favorecer o acesso à plena cidadania e ao elevarem a ética do trabalho a pilar central da sociedade. Os aspetos negativos, por sua vez e, em primeiro lugar, relacionam-se com o seu carácter punitivo, o condicionamento que criam ao acesso a benefícios sociais, bem como as limitações à liberdade e à autonomia dos próprios

trabalhadores. Por outro lado, verifica-se, com frequência, uma redução do nível de bem-estar pela realização de tarefas socialmente pouco valorizadas ou mesmo degradantes, com o risco de se estar a criar uma nova classe de excluídos. Em terceiro lugar, as políticas ativas, por se fazerem acompanhar de elevadas obrigações para os desempregados, tendem a responsabilizar os mesmos pela sua situação de exclusão, isentando os patrões, as empresas e o capital de qualquer responsabilidade por tal situação. Além disso, levantam sérios problemas de direitos laborais, na medida em que quem participa em projetos de ativação não goza dos mesmos direitos dos outros trabalhadores, nomeadamente o de negociar o conteúdo, o tempo e as condições de trabalho. Por fim, elas tendem a gerar um mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e de empregos inapropriados para conduzir à efetiva inserção profissional dos trabalhadores ativados. As trajetórias ocupacionais dos trabalhadores ativados revelam, em muitos casos, uma sequência interminável de ocupações precárias (Sousa et al., 2007).

Antes da influência europeia se ter feito sentir, a noção de ativação, em Portugal, era praticamente desconhecida da lei e do discurso político. No entanto, em poucos anos disseminou-se rapidamente e passou a constar como princípio fundador dos principais diplomas legais que regulam a proteção social, desde a Lei de Proteção Contra o Desemprego de 1999, até à Lei de Bases da Segurança Social de 2002, ou do Regime do Rendimento Social de Inserção de 2003, à mais recente legislação sobre a Proteção no Desemprego de 2006.

No presente, as políticas sociais baseiam-se na teoria de que a integração social deve ter como pressuposto a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Por conseguinte, e não obstante a desregulação entre a oferta e a procura de trabalho, constituem-se como fundamentais as estratégias consubstanciadas em medidas de incentivo ao emprego, ou a compensação da sua ausência.

É de salientar que, a medida que começou a pôr em prática esta nova filosofia foram os Programas Ocupacionais (POC's), promovidos pelos Serviços Públicos de Emprego, mais concretamente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Estes surgem em 1985 (Decreto-Lei nº 20/85 de 17 de janeiro) e destinam-se a garantir aos,

desempregados beneficiários de subsídio de desemprego, a possibilidade de poderem ser temporariamente ocupados em atividades socialmente úteis, de modo que, enquanto não lhes surjam alternativas de trabalho ou de formação profissional, estes se mantenham em contacto com outros trabalhadores e com outras atividades, evitando, desta forma, a tendência para a desmotivação e a marginalização. Formalmente, os POC's não se destinavam nem à criação de emprego, nem à integração em empregos produtivos do mercado de trabalho. As colocações restringiam-se aos serviços públicos ou a organizações sem fins lucrativos, tinham um carácter temporário e a finalidade clara de inserção social. Posteriormente, este objetivo foi-se subordinando ao de uma participação mais compulsiva. Ou seja, os titulares de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego ficam obrigados a aceitar uma oferta de trabalho, no âmbito destes programas, sob pena de perderem o direito ao subsídio (Sousa et al., 2007).

De forma particular, em Portugal, a reforma do Sistema de Segurança Social e a implementação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), atualmente Rendimento Social de Inserção (RSI), permitem-nos observar, mais de perto, as novas orientações do campo da ação social. Nesta perspetiva, a intervenção da ação social passa a ser orientada para a inserção, nas suas vertentes de inserção no mercado de trabalho normal, de formação profissional e qualificação, de atividades de utilidade social e comunitária, de autonomização, deslocando o centro de gravidade da ação da ajuda financeira assistencial para as “tarefas de desenvolvimento” assentes na procura de novas formas de articulação entre o económico e o social. Outra inovação introduzida pelo (RMG) é a da contratualização das relações entre o cidadão-beneficiário e a sociedade. Como instrumento pedagógico de responsabilização do utente, traduzindo as suas obrigações positivas, o contrato integra igualmente a identificação dos apoios e recursos facultados ao cidadão, para a viabilização do seu programa de inserção.

Deste modo, observou-se uma transposição e/ou adaptação para o contexto específico da Acção Social, e para o campo assistencial em geral, da lógica introduzida pela 3ª geração das políticas de garantia de rendimentos – o RMI em França (1989) e o RMG em Portugal (1996/7) – traduzida designadamente nos

princípios da orientação para a inserção, contratualização, intervenção territorial e administração em parceria (Branco, 2009b, p. 84).

As duas últimas Leis de Base da Segurança Social (Lei nº 17/2000, de 8 de agosto e Lei nº 32/2002, de 20 de dezembro) reconhecem, com efeito, a inclusão social e a ativação como princípios básicos da intervenção social. O artigo 60º da Lei nº 32/2002 “... prevê ... sempre que tal se mostre ajustado, a assunção, por parte dos beneficiários, de um compromisso contratualizado de inserção e do seu efetivo cumprimento.” O mesmo princípio de “contratualização das respostas numa ótica de envolvimento e de responsabilização dos destinatários” aplica-se ao subsistema da assistência social (alínea g) do artigo 83º). Por sua vez, o artigo 86º acrescenta, ainda: “O desenvolvimento público da ação social não prejudica o princípio da responsabilidade das pessoas, famílias e das comunidades na prossecução do bem-estar social”.

Foi dado um passo importante para regular as obrigações dos desempregados subsidiados, com o novo Regime de Subsídio de Desemprego (Decreto-Lei nº 119/99 de 14 de abril). Para além dos dois tipos de subsídio já existentes, o subsídio de desemprego, de base contributiva, e o subsídio social de desemprego, para quem não tinha direito a este e provasse não ter recursos, foi criado o subsídio de desemprego parcial (para quem pode aceder a um emprego a tempo parcial). De acordo com este diploma, o direito a qualquer destes subsídios é condicionado pelo cumprimento cumulativo das seguintes obrigações: procurar ativamente um emprego; ser controlado pelos Serviços de Emprego; aceitar um emprego adequado (art.9º); trabalho socialmente útil (art.10º); formação profissional (art.31º); seguir um plano pessoal de emprego; não usar meios fraudulentos para obter o subsídio.

O Decreto-lei nº 79-A/89 de 13 de março, que regulou a atribuição do subsídio de desemprego foi finalmente revisto, em 2006, pelo Decreto-Lei nº 220/2006 de 03 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 68/2009 de 20 de março, pela Lei nº 5/2010 de 5 de maio, pelo Decreto-Lei nº 72/2010 de 18 de junho, pelo Decreto-Lei nº 64/2012 de 15 de março, pela Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 13/2013 de 25 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 167-E/2013 de 31 de dezembro. Este novo regime, a partir de março de 2012 agravou, por um lado, as obrigações dos desempregados

(apresentação quinzenal nos Serviços de Emprego; prova documentada de procura ativa de emprego; aceitação de emprego anteriormente considerado inconveniente) e limitou, por outro lado, as condições de elegibilidade para receber o subsídio de desemprego. Todas estas medidas provam que a prática da ativação, embora mais recente do que noutros países da União Europeia, não é de todo insignificante e os números mostram que o Estado Português seguiu a mesma orientação dos seus parceiros europeus ao privilegiar as medidas ativas de combate ao desemprego e como estímulo à empregabilidade.

Em Portugal, a ativação aumentou significativamente, desde o primeiro Plano Nacional de Emprego – PNE. Ou seja, no âmbito da Estratégia Europeia para o Emprego – EEE, adotada na Cimeira do Luxemburgo, em novembro de 1997, e tendo em conta as particularidades dos problemas de emprego e desemprego, o Estado Português, no seu PNE para o período 1998-2003 (Resolução do Conselho de Ministros nº 59/98 de 6 de maio), embora procure desenvolver políticas no âmbito de cada um dos quatro pilares constantes das diretrizes para o emprego (empregabilidade, empresarialidade, adaptabilidade e igualdade), o pilar da empregabilidade constituiu a grande aposta, uma vez que a melhoria das condições de empregabilidade é vista como um poderoso instrumento para promover a adequação entre a oferta e a procura de trabalho, para elevar os níveis e a qualidade do emprego. Um dos objetivos prioritários, nesta perspetiva, foi a abordagem precoce do desemprego, que implicou uma alteração significativa da lógica de funcionamento dos Serviços Públicos de Emprego, mudando a postura passiva, de mera receção de oferta e de procura de emprego, para uma postura ativa, de resolução dos problemas registados. Visa-se, assim, um acompanhamento personalizado dos desempregados, a partir do momento da sua inscrição nos Centros de Emprego, através dos programas INSERJOVEM e REAGE. No âmbito destes programas, cada desempregado deverá beneficiar de uma nova oportunidade antes de completados 6 meses de desemprego, no caso dos jovens, e 12 meses de desemprego, no caso dos adultos, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, de emprego ou de qualquer outra medida adequada para favorecer a sua empregabilidade, com vista a uma integração efetiva no mercado de trabalho.

Mais uma vez, os PNE's para os períodos de 2003-2006, 2005-2008¹⁹ e 2008-2010²⁰ ilustram a importância que é atribuída ao desenvolvimento de programas que aumentam a empregabilidade, com particular incidência nos desempregados com maiores dificuldades de integração no mercado de trabalho e das pessoas empregadas em risco de perderem o seu emprego. Estes documentos salientam a importância de alargar o princípio de ativação. Ou seja, os jovens com abandono escolar, os deficientes, os desempregados à procura de emprego, os trabalhadores com baixas qualificações e os desempregados de longa duração, os imigrantes e as minorias étnicas, assim como outros grupos com baixa participação no mercado de trabalho têm que ser procurados e tornar-se alvo de programas ativos e preventivos destinados à sua inclusão (GEP/MTSS, 2005, 2010; Resolução do Conselho de Ministros 185/2003 de 03 de dezembro de 2003).

No mesmo sentido, o Programa Nacional de Ação para a Inclusão – PNAI, para o período 2001-2003 (Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2001 de 06 de agosto), incorpora todos os princípios básicos anteriormente mencionados, tais como a responsabilização, a ativação e a contratualização. “A responsabilização e a mobilização do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço de erradicação das situações de pobreza e exclusão, com particular enfoque na contratualização das respostas da proteção social” (Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2001, p. 7). Para as pessoas identificadas como socialmente excluídas, o Plano prevê que estas sejam contactadas pelos serviços locais de assistência social, no prazo de um ano, a fim de entrarem no Plano de Inserção Social ajustado à sua situação pessoal e envolvendo um largo conjunto de medidas, cobrindo as áreas da educação e da formação, do alojamento, da saúde, da proteção social, do Rendimento Social de Inserção (RSI) e do acesso aos serviços sociais. Ou seja, de acordo com este Programa, todos os grupos sociais desfavorecidos devem ser ativados, através de planos de inserção social pessoais ou familiares contratualizados (ISSS, 2004). O PNAI para o período 2003-2005 (Resolução do Conselho de Ministros nº 192/2003 de 23 de dezembro) e o PNAI para o período 2006-2008 (Resolução do Conselho de

¹⁹ Consultado em www.cite.gov.pt, no dia 3 de março de 2015.

²⁰ Consultado em www.igfse.pt, no dia 3 de março de 2015.

Ministros nº 166/2006 de 15 de dezembro) vêm dar continuidade aos princípios de responsabilização, ativação e contratualização implementados anteriormente.

A Rede Europeia Anti Pobreza Nacional (REAPN), em 5 de outubro de 2010, no Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, defendeu que a nova economia social implica proximidade e integração de forma participada dos cidadãos, promovendo “novas e melhores formas de governação em que se produza um maior equilíbrio entre o Estado, Mercado e Terceiro Sector, fomentando a forte cooperação entre os 3 sectores desde a conceção até à implantação e avaliação das políticas” (Santos & Nunes, 2013).

Nas sociedades salariais modernas, as políticas sociais fundamentam-se, assim, na teoria de que a integração social incide sobretudo no emprego. Por isso, o incentivo ao emprego, ou a compensação da sua ausência, têm-se instituindo como a base das políticas inclusivas e compensatórias (Albuquerque, 2010; Castel, 1995).

Os Programas Ocupacionais (POC's), implementados desde 1985, como já foi mencionado, que permaneceram em funcionamento, com as necessárias adaptações, durante mais de duas décadas vêm a ser substituídos, em 2009, pela medida Contrato Emprego-Inserção (CEI), criada pela Portaria nº 128/2009 de 30 de janeiro, atualmente em vigor, com os devidos ajustamentos legais. Esta medida (com uma componente de obrigatoriedade), destina-se a desempregados inscritos nos Serviços de Emprego, podendo ser beneficiários de Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, ou Rendimento Social de Inserção. Os CEI's, à semelhança dos POC's, têm como objetivo promover a empregabilidade de pessoas desempregadas, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho, evitando o seu isolamento, desmotivação e marginalização, enquanto não lhes surgem reais possibilidades de emprego ou de formação profissional.

Neste aspeto, salientam-se, também, os Estágios Profissionais criados em 1997 (Portaria nº 268/97 de 18 de abril). Estes têm como objetivos complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos jovens qualificados; através da frequência de um estágio em situação real de trabalho, possibilitando uma maior articulação entre a saída do sistema educativo/formativo e a inserção no mundo do trabalho; facilitar o recrutamento e a integração de novos quadros nas entidades, através do apoio técnico e financeiro;

dinamizar o reconhecimento, por parte das entidades, de novas formações e novas competências profissionais, potenciando novas áreas de criação de emprego; e facilitar a inserção de diplomados de áreas de formação com maiores carências de mão-de-obra. Os Estágios Profissionais destinam-se a jovens com idade entre os 16 e os 30 anos, possuidores de uma qualificação de nível superior ou intermédio, que se encontrem desempregados à procura do 1º emprego, que não tenham exercido atividade profissional durante um período de tempo superior a um ano; desempregados à procura de novo emprego, desde que tenham, entretanto, adquirido formação qualificante que lhes permita o acesso a nível de formação distinto e não tenham tido ocupação profissional, nessa área, por período superior a 12 meses. Estes destinam-se, igualmente, a pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade.

Os Estágios Profissionais mantêm-se em funcionamento até 2013, com as necessárias adaptações jurídicas, data em que são revogados pela criação da Medida Estágios Emprego e pela Medida Reativar, criada em 2015. Os objetivos dos Estágios Emprego (Portaria nº 204 - B/2013 de 18 de junho) consistem em: complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade; promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida; apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas; apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva. São destinatários desta medida os inscritos como desempregados no IEFP, nomeadamente jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, inclusive, detentores de uma qualificação de nível 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ); as pessoas com idade superior a 30 anos, desde que tenham obtido há menos de três anos uma qualificação de nível 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8 do QNQ, estejam à procura de novo emprego e não tenham desenvolvido atividade profissional nos 12 meses anteriores à data da sua seleção.

Por sua vez, os Estágios no âmbito da Medida Reativar (Portaria nº 86/2015 de 20 de março), residem no desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho,

com o objetivo de promover a reintegração no mercado de trabalho ou reconversão profissional de desempregados de longa duração e desempregados de muito longa duração, não podendo consistir na ocupação de postos de trabalho. Esta medida dirige-se aos desempregados inscritos no IEFP, há pelo menos, 12 meses, com idade mínima de 31 anos, que não tenham sido abrangidos por uma medida de estágios financiados pelo IEFP nos três anos anteriores à data da sua seleção e que detenham no mínimo uma qualificação de nível 2 do QNQ.

Podem, ainda, beneficiar destas duas medidas as pessoas com deficiência e incapacidade; as pessoas que integrem família monoparental; as pessoas cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente inscritos como desempregados no IEFP; as vítimas de violência doméstica; ex-reclusos e aqueles que cumpram ou tenham cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade, em condições de se inserirem na vida ativa; e toxicodependentes em processo de recuperação.

O objetivo fundamental de qualquer uma das medidas ativas de emprego acima enunciadas consiste, portanto, na promoção da inclusão profissional dos adultos e jovens desempregados, inscritos no IEFP. Mas, contrariamente, ao que se encontra legislado, estas têm-se revelado uma mera ocupação, e não uma verdadeira hipótese de integração, dando lugar, posteriormente a um novo período de desinclusão do mercado de trabalho. Deste modo, as políticas de ativação estão a contribuir para a responsabilização dos excluídos e para um mercado de trabalho incapaz de gerar reais possibilidades de integração (Albuquerque, 2010; Geldof, 1999).

Neste contexto, e no sentido de contrariar esta tendência, embora já estivesse prevista, desde a sua criação, a aferição da empregabilidade potenciada pelos Estágios Profissionais (1997), apenas com a terceira revisão do Regulamento Específico dos Estágios Emprego, de 31 de março de 2014, é introduzido, na grelha de análise das candidaturas a estas medidas, o critério de empregabilidade. Este critério, que também se aplica à medida Reativar, estabelece que, para a candidatura ser aprovada, a entidade promotora tem, obrigatoriamente, que ter contratado, respetivamente, pelo menos um terço ou um quarto dos estagiários que terminaram o estágio proporcionado por ela, nos últimos três anos, à data da candidatura. Esta postura, dos Serviços Públicos de Emprego

procura evitar que o objetivo destas medidas seja desvirtuado, garantindo assim a inserção, no mercado de trabalho, de um maior número de ex-estagiários.

Mas as transformações no mercado de trabalho revelam a desadequação ou insuficiência dos mecanismos de política social tradicionais. É necessário aprender a viver com a imprevisibilidade do futuro, aproveitando as poucas hipóteses de integração existentes. Na sociedade contemporânea, assiste-se à passagem progressiva de um modelo caracterizado pela solidariedade face ao risco social, para um modelo caracterizado pela responsabilização do indivíduo, que é submetido a um conjunto de provas sociais. Abandona-se a conceção de *direitos-crédito* para assumir a conceção de *direitos-autonomia*. A ideia de ter a possibilidade de é, portanto, substituída pela ideia de *ser capaz e de demonstrar ser capaz* (Albuquerque, 2010).

Deste modo, o indivíduo, presentemente, é confrontado com a necessidade de produzir a sua própria existência, assumindo as respetivas consequência e responsabilidade. No entanto, o indivíduo sem perspectiva de futuro encontra-se constantemente em risco de inclusão e desinclusão. Atualmente pode atingir-se a situação paradoxal de estar, em simultâneo, “dentro” e “fora” da sociedade, sob uma lógica de mero adiamento da “morte social” (Albuquerque, 2010, p. 73).

A inscrição no espaço público é essencial para assegurar uma existência social e política. Deste modo, cada indivíduo está, constantemente, dependente da reconstrução de si próprio, enquanto membro da sociedade, de forma a comprovar a sua utilidade social, o seu contributo pessoal, de acordo com as regras que a própria sociedade institui. Neste quadro, o indivíduo contemporâneo encontra-se sujeito àquilo a que Soulet (2007) e Albuquerque (2010), entre muitos outros, apelidam de sofrimento social, o qual advém do hiato entre a obrigatoriedade para provar a utilidade social e a inexistência dos meios sociais, económicos e políticos passíveis de proporcionar a efetivação da mesma.

O Serviço Público de Emprego não é alheio a este sofrimento. O Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego, celebrado entre o Governo e os Parceiros Sociais em sede de Concertação Social, em janeiro de 2012, prevê a necessidade de adotar medidas urgentes e estruturais ao nível das políticas económicas, das políticas ativas de emprego e formação e, da legislação laboral, subsídio de desemprego e relações de trabalho. Este

acordo tem como objetivos, por um lado, lançar as bases para o relançamento do crescimento económico, de forma a aumentar o nível de emprego e melhorar as condições de vida e de trabalho, bem como adotar medidas que possam minorar o impacto social da crise e que contribuam para um maior equilíbrio social e, por outro lado, reforçar as políticas ativas de emprego que permitam, nomeadamente, apoiar os desempregados na sua inserção no mercado de trabalho, incentivar a criação e a manutenção de emprego e reforçar a qualificação e empregabilidade dos trabalhadores no ativo e dos desempregados, bem como promover políticas de reforço da capacidade de adaptação das empresas portuguesas à mudança, nomeadamente, através da negociação coletiva (Acordo celebrado entre o Governo e os Parceiros Sociais em sede de Concertação Social, em janeiro de 2012).

O Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2012 de 9 de março, insere-se também, na nova geração de políticas ativas de emprego, preconizada no Programa XIX do Governo e incorpora a definição de uma estratégia integrada para a atuação do Serviço Público de Emprego. Este Programa visa acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desempregados de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas ativas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica de funcionamento dos Centros de Emprego. Este Programa desenvolve-se através de oito eixos de intervenção: 1 – Reforçar a empregabilidade dos desempregados; 2 – Fomentar a adaptação de ofertas de emprego por parte dos Centros de Emprego; 3 – Cooperar com parceiros para a colocação de desempregados; 4 – Modernizar os sistemas de informação; 5 – Alterar o sistema de medidas ativas de emprego; 6 – Articular medidas ativas e medidas passivas de emprego; 7 – Criar mecanismos de avaliação permanente das unidades orgânicas locais do Serviço Público de Emprego; 8 – Reestruturar a rede de Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional.

Neste contexto, salienta-se o eixo de intervenção 5, com a sistematização das medidas ativas de emprego atualmente em vigor, nomeadamente: apoios à criação de emprego, incluindo isenção de contribuições para a segurança social; estágios emprego; trabalho

socialmente necessário; apoio à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo; e formação profissional (Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2012 de 9 de março, Anexo).

Tendo em vista o desenvolvimento das atividades associadas à programação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários, no âmbito da Estratégia Europeia 2020 e as condições institucionais para o processo de negociação com a Comissão Europeia, o Governo estabeleceu, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 26 de novembro, que a intervenção, em Portugal, dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum para o período 2014-2020 é subordinada às prioridades de promoção da competitividade da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável que, em conjunto, fornecem as bases para a recuperação de uma trajetória de crescimento e de emprego sustentável para o país, em sintonia com as orientações estratégicas comunitárias enunciadas na Estratégia Europa 2020 e, tendo presentes as exigências do processo de consolidação orçamental (Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 26 de novembro, nº 1).

A Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2013 de 23 de dezembro, assenta num programa elaborado com o contributo de entidades de referência dos diversos sectores da economia, destinado a promover a reindustrialização nacional. Centrada na competitividade e na valorização da produção nacional, a Estratégia é constituída por nove eixos de atuação e, por um conjunto de medidas a implementar até 2020. No âmbito dos Serviços Públicos de Emprego, destacam-se as medidas relacionadas com a área do emprego e formação, incluídas no eixo 3 – Qualificação: educação e formação. As medidas previstas apostam no reforço dos níveis de qualificação dos recursos humanos, através de uma maior articulação entre instituições de ensino e empresas, assente no ensino profissionalizante e no sistema dual de aprendizagem.

Reconhece-se, assim, uma transformação, quer no paradigma de gestão das políticas sociais, quer no exercício da intervenção social. No que se refere ao novo paradigma de gestão das políticas sociais, este passou a singularizar-se pela transformação do seu perfil

providencial, para um perfil regulador; pelo seu pluralismo que tornou possível criar a divisão entre políticas públicas e privadas; por uma diversificação na construção de respostas sociais; pelo novo modelo de políticas sociais ter implícita uma redefinição da ação interventora, constituindo-se como seletiva; e pelo elemento diretamente relacionado com a territorialização. Em acréscimo, verifica-se uma tendência para a “empresarialização” da ação social associando a lógica de investimento social a uma gestão por objetivos e demonstração de resultados. A lógica, que no âmbito do Programa Portugal Inovação Social, se apelida de filantropia de impacte, passa a nortear uma nova filosofia de intervenção mais gestonária e ancorada em evidências empíricas de resultados e eficiência, com fortes implicações para a intervenção do Serviço Social doravante permeada por preocupações de planeamento e gestão que garantam a “produção bem”, ou seja, com resultados mensuráveis e replicáveis.

1.2.6.2. – Refundação da Intervenção do Serviço Social

O aumento gravíssimo do desemprego constitui-se como um dos primordiais desafios que se apresenta atualmente à intervenção dos profissionais de Serviço Social, tendo, igualmente em linha de conta o aparecimento de novos ofícios concorrentes e complementares das profissões organizadas do social (Donzelot & Roman, 1998).

Se, por um lado, as profissões instaladas continuam a ocupar posições sólidas, não só profissionais como institucionais, no seu domínio tradicional de intervenção, por outro lado, não deixam de diversificar os seus domínios de ação. O sistema de valores e as referências deontológicas que a formação dos trabalhadores sociais integram não apresentam uma rigidez que obstaculize a diversificação da sua prática. A sua consciência é suficientemente abrangente, para aceitar as evoluções e as transformações de posições, sem afetar o sentimento de pertença ao social. No entanto, as profissões estabelecidas, entre as quais se conta o Serviço Social, perderam a capacidade de controlar tão bem ou com tanta abrangência o acesso aos seus lugares e às funções que lhes estavam tradicionalmente atribuídas (Aballéa, 2003).

Assiste-se, portanto, a uma luta pela conquista das posições de poder entre os profissionais sociais “antigos” e intervenientes modernos, inovadores e libertadores de pessoas alienadas, próprios da intervenção social contemporânea (Autès, 2003).

Atualmente, já não se sabe ao certo o lugar específico que o Serviço Social ocupa, na medida em que se tornou difícil saber qual é o universo do social. O social, em sentido restrito, ou seja, como campo de emergência e de aplicação de políticas públicas sociais, é apreendido como um princípio identitário, onde os atores se reconhecem como fazendo parte de uma categoria profissional, designada de intervenção social e a investigação tende a centrar-se na atualização deste princípio identitário e na análise da sua eficiência, para realizar uma classificação pertinente do ponto de vista operatório, que permita a esses atores situarem-se e situarem os outros (Aballéa et al., 2003).

O Serviço social não esgota o campo da intervenção social, ou esta última não pode mais reduzir-se ao Serviço social. Mas esta divisão do trabalho serve de apoio à promoção no terreno de muitos dos novos atores e ao reposicionamento de atores mais antigos. Podemos mesmo identificar a intervenção social como a entrada do social na era da racionalização (Aballéa et al., 2003).

Por outro lado, o conceito de administração social e o papel que o serviço social assumiu enquanto gestor de equipamentos, de respostas e de serviços sociais foi e continua a ser fundamental, designadamente nas organizações do terceiro sector. No entanto, apercebemo-nos que administração e gestão social começam a ter implicações distintas exigindo, de igual modo, um novo perfil identitário ao serviço social (Ander-Egg & Aguilar, 1991; Drucker, 2004; Maia, 2005; Santos & Nunes, 2013).

Deste modo, o processo de gestão social contemporâneo afigura-se de extrema importância para o aprofundamento do papel do Serviço Social, bem como para a necessidade da sua reconfiguração ideológica e intervencionista. A gestão social implica a plena assunção do novo pacto social, onde a sociedade civil organizada e os movimentos de cidadania são indispensáveis para o desenvolvimento económico e social das sociedades atuais. Neste contexto, em constante mudança, a legitimidade e a identidade profissional do Serviço Social são, permanentemente, questionados o que implica que o efeito dos problemas sociais atuais conduza ao desenvolvimento e ao aproveitamento de

solidariedades concretas, ligando diferentes grupos sociais e profissionais (Albuquerque et al., 2013).

Na sociedade atual, a gestão social é determinada pelos fluxos societários, designadamente pelo diálogo existente entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil, orientada por uma lógica de solidariedade e de autossustentabilidade. É igualmente um processo de gestão, no qual o outro (as parcerias, as redes, os significantes, entre outros) deve ser incluído num propósito de diálogo coletivo (Conti, 2010; Santos & Nunes, 2013).

A gestão social conjugando os valores individuais com os valores coletivos, exige ao profissional de Serviço Social fundamentos teóricos e metodológicos firmes, baseados em modelos de estruturação da prática profissional, numa ótica reformadora da intervenção social. Ou seja, implica competências para propor, orientar e trabalhar a favor da mudança social, o que exige ir, muito além das rotinas profissionais e de instrumentos metodológicos padronizados, promovendo a construção da justiça social e a diminuição da precariedade e do desânimo social. Este esforço dos profissionais de Serviço Social inclui uma compreensão analítica e reflexiva das novas teorias sociais, bem como a conceção da gestão social, como um novo desafio teórico e metodológico de intervenção social (Santos & Nunes, 2013).

Com efeito, a particularidade da intervenção social será a de se apoiar, de cada vez, no que a situação tem de diferente e de específico. Enquanto o Serviço Social procura no seio das informações diferentes ou das situações particulares o que pode levar a procedimentos comuns, à aplicação de técnicas adaptadas às situações particulares; a intervenção social apoia-se nas particularidades da situação para aí desenvolver os possíveis e as potencialidades. Não é tanto a ideia de que cada situação é diferente é, sobretudo, a ideia de fazer desta diferença o próprio objeto da intervenção (Autès, 2003).

As transformações que se produzem na construção social das profissões e nas atividades quotidianas dos profissionais, nomeadamente do Serviço Social, não são uma simples geração de novas práticas, mas dependem das evoluções que se produzem no seio das políticas públicas. Estamos perante uma realidade que necessita de se recompor, de se reorganizar, segundo regras e regulamentos diferentes. O Serviço Social não é construído

como um campo já delimitado, uniforme e perfeitamente conhecido. Por isso, é necessário observar, em simultâneo, as permanências e as mudanças, as continuidades e as ruturas. A configuração da intervenção é a chave da compreensão do serviço social. As alterações concetuais e operativas nas políticas sociais atuais têm, portanto, inúmeras implicações nas práticas dos profissionais de Serviço Social e na definição do seu universo profissional (Autès, 2003).

Na sequência do referenciado no ponto anterior, estas mutações são, naturalmente, acompanhadas de uma recentragem do trabalho social no pontual, no imediato e no urgente em desfavor de uma visão mais educativa e de uma preocupação a longo prazo, tendente a substituir uma abordagem mais coletiva por uma abordagem mais personalizada. Deste modo, as transformações do contexto social, ideológico e institucional, assim como a evolução das políticas públicas, exigem aos profissionais de Serviço Social uma implicação mais pessoal, mais improvisada, segundo o momento vivido, menos enquadrada em códigos deontológicos e, conseqüentemente, menos segura. Esta situação põe em causa as representações e as práticas tradicionais do Serviço social. No entanto, a capacidade de prever e intervir no âmbito da incerteza deve possibilitar que o profissional de Serviço Social adquira o papel de perito da incerteza, promovendo o desenvolvimento de relações de confiança e respeito mútuos com os utentes, a produção de avaliações de risco de qualidade e da capacidade de trabalhar de forma criativa e inovadora (Amaro, 2012; Stalker, 2003). O profissional de Serviço Social tem, para além de se defender de um contexto de incerteza, deve aprender a atuar no mesmo (Amaro, 2012; Soulet, 2003).

Aprender a viver com a incerteza e a precarização das expectativas e dos percursos constitui-se como um referencial cultural, social e político da maior relevância. Deste modo, trabalhar com os indivíduos competências sociais e de adaptabilidade a contextos em perpétua mudança, afigura-se como uma dimensão profissional fundamental, no seio da intervenção social contemporânea (Autès, 2003).

Atualmente, o presente impõe-se como a temporalidade adequada para a ação dos profissionais de serviço social, devendo agir no aqui e agora, na concretização da situação presente. O atual contexto da sua atuação caracteriza-se, em alguns campos profissionais

mais do que em outros, pela quotidianidade, imediatez, contingência, particularidade e pela proximidade (espacial, temporal e cultural), apelando às suas competências de adaptação e de profissionalidade. Segundo a lógica durkheimiana, vislumbra-se, nesta profusão de novidades, o sinal da entrada numa nova etapa da transformação secular das relações sociais. Deste modo, os processos e técnicas de trabalho tradicionais revelam-se ineficazes, ou mesmo desaconselhados, as categorias administrativas e os normativos político-institucionais mostram-se desadequados ou ultrapassados, apelando a uma reflexão profunda sobre os processos atualizados de legitimação e de reconstrução profissional (Aballéa et al., 2003; Albuquerque, 2010; Amaro, 2012; Hatzfeld, 1998; Maurel, 2003).

Produz-se, deste modo, a sociedade que Nicolas-Le Strat (1996) denomina de sociedade “pós disciplinar”, uma sociedade que deve promover a igualdade e, conseqüentemente, um movimento constante de confirmação daquilo que é e daquilo que deve manter-se, através da relativização da norma e da introdução dos adequados ajustamentos.

Tem-se vindo a descobrir uma nova maneira de gerir o social, que se designa por “magistratura social” (Rosanvallon, 1995). Passou-se de uma análise sociológica clássica, baseada em variáveis como a localização geográfica, idade, sexo e diploma, para uma análise biográfica. Existem pois novas orientações para gerir o social, passando de uma época de classificação e categorização administrativa, para uma época de genealogia e de territorialização (Astier, 1995; Autès, 1999; Rosanvallon, 1995).

A nova geração das políticas sociais requer, portanto, para a sua concretização, a construção de um trabalho com o “Outro”, assumindo-se como forma de trabalho que exige,

em primeiro lugar, a capacidade de se ajustar com a maior *proximidade da situação dos utentes* para melhor os acompanhar; em segundo lugar, a procura de uma certa *proximidade social entre o interventor e o utente*; e, em terceiro lugar, a *proactividade*, adotando uma posição não de expectativa face à procura, mas suscitando a sua expressão pelo utente(s). (...) em variadas situações está em causa não só a *produção do cidadão sujeito de direitos* mas a *produção do cidadão como pessoa*, o que requer um trabalho de *instauração ou restauração*

identitária, um *trabalho social no singular* (...) como dimensão de um processo de inserção mais pleno, isto é, um processo de produção local de laços sociais, de pertença social (Branco, 2009b, p. 85-86).

Assim, o papel do Serviço Social *assenta* numa relação de poder e numa figura de mediação, procurando a autonomia do cliente. O conceito de cidadão apela, neste momento, ao profissional de serviço social, para pensar o utente como um sujeito de direitos e deveres, incluído e realizado numa sociedade. Deste modo, neste período, o cliente deve ser entendido como sujeito, como construtor e transformador do mundo e de si mesmo (Clark, 2002; Pinto, 1998).

Este movimento torna-se possível através de uma atuação do profissional de Serviço Social que,

Permita (i) a construção do “utente-cidadão” (potenciação da participação social do utente e da sua construção enquanto cidadão capaz de potenciar o desenvolvimento e progressão pessoal); (ii) a administração dos direitos sociais dos assistentes sociais, reforçando a dimensão ética da prática profissional e reforçando o processo de capacitação social do utente-cidadão, através das seguintes estratégias: 1) o sigilo rigoroso sobre os problemas apresentados pelos utentes; 2) a flexibilização e humanização dos procedimentos institucionais e 3) a participação do utente no diagnóstico e projeto de ajuda. E, por fim, (iii) o papel dos assistentes sociais na objetivação, reformulação e alargamento dos direitos sociais, relacionado com a dimensão política do Serviço Social e o recurso a processos de informação e participação coletiva no seu agir profissional (Branco 1996, p. 50-51).

Nesta perspetiva, o trabalho de “subjetivação” assegurado pelos profissionais de serviço social concretiza-se sobretudo por três vias: a singularização ou a personalização no âmbito das interações; a responsabilização no campo da abordagem contratual; a mobilização, no domínio da construção motivacional e das competências. A ativação constitui, portanto, a base da nova geração das políticas sociais, responsabilizando os profissionais de Serviço Social pelos percursos de inserção/desinserção do mercado de

trabalho de grupos muito distintos, quer no que se refere às capacidades e percursos de vida, quer em termos de participação social e expectativas futuras. Consequentemente, os dispositivos abstratos transformam-se em medidas concretas e adaptadas às características dos destinatários. Deste modo, a singularização, ou seja a avaliação das características, experiências, aptidões e objetivos de cada cidadão transforma-se no foco da intervenção social (Albuquerque, 2013).

Considerando o encadeamento entre função de inserção e função de acompanhamento para a qual tendem os problemas sociais mais atuais, podemos constatar que um dos objetivos originários do Serviço Social – a integração encontra-se progressivamente substituído por um outro que podemos designar de construção de mecanismos redutores da desintegração. Mas isso não se faz reduzindo as resistências individuais, desenvolvendo uma dinâmica de resiliência à mudança. Pelo contrário, no presente, é preciso produzir a sociedade, reconhecendo o rompimento com essa mesma resiliência. É necessário produzir a sociedade por ela mesma, como um bem próprio, como uma necessidade objetiva, porque à perda de pontos de referência sociais, de regras comuns de respeito e de reconhecimento mútuo juntam-se, os danos que produzem a carência de empregos disponíveis, o enfraquecimento da integração pela produção. É preciso, então, produzi-la não submetendo os indivíduos, mas solicitando-os, mobilizando os seus afetos, as suas aspirações, os seus desejos, construindo com eles, pedindo-lhes para fazer existir a sociedade pelo seu desejo de provar a sua utilidade (Donzelot & Roman, 1998).

Passa-se, portanto, de uma lógica de serviço, assente naquilo a que chamamos o pedido de ajuda das populações, e conseqüente resposta às suas necessidades, que pretende apenas distribuir ajudas ou criar ofertas de serviço, libertando-se de toda a lógica de reconhecimento ou de solidariedade, rompendo com a problemática da dívida social, para uma lógica de relação, fruto da construção de um espaço relacional que inscreve os sujeitos numa lógica de reconhecimento social e que estabelece a pertença social dos indivíduos e os meios que identificam a sua existência como sujeitos (Autès, 2003).

Segundo Smale, Tuson e Statham (2003), a recriação dos processos de intervenção social e profissional vão acompanhar, de forma mais ou menos significativa, uma reestruturação influenciada pela triangulação, espelhada no ponto anterior, que se foi criando entre

territorialização; inserção e ativação; e singularização. Para que a intervenção social territorial se torne eficaz, é imprescindível o levantamento dos problemas sociais locais, através da denominada cartografia social. Por esse facto, os profissionais de Serviço Social passam a assumir um papel fundamental, no exercício da intervenção social, devido às suas aptidões básicas de intervenção tais como a iniciativa social, a reflexão, o desafio e a reformulação. A iniciativa social é a capacidade e a disposição para se responsabilizar por dar início à mudança e, de forma direta ou indireta, dirigir-se aos outros, mediante um processo colaborativo de definição e implementação de soluções para os problemas. O profissional de Serviço Social é um agente proactivo de mudança, que medeia e atua como “gestor” de alguns recursos escassos. Como tal, desempenha um papel significativo para assegurar um enfoque holístico, surgindo como líder da iniciativa na negociação e mediação, através das redes de pessoas e organizações implicadas nos problemas sociais. A reflexão, por sua vez, é outra aptidão do profissional de Serviço Social que consiste na capacidade de dar sentido à informação, em qualquer das suas formas, incluindo o impacto do seu próprio comportamento e da sua organização sobre os outros. Sem dúvida que o profissional de Serviço Social tem que ser capaz de pensar e promover ações proativas, independentes e reflexivas, que contribuam para a resolução dos problemas e satisfaçam os níveis adequados de atuação. A capacidade de reflexão e a utilização de uma metodologia reflexiva apresentam-se como novas vias de relegitimação profissional, no âmbito da sociedade da incerteza. Por sua vez, o desafio supõe a capacidade de analisar e explicar o que pode parecer inexplicável de forma calculada, contribuindo para a reconstrução de um problema social. O objetivo fundamental reside em negociar entre definições e soluções encontradas. As pessoas que utilizam os serviços têm, frequentemente, percepções diferentes dos problemas e suas possíveis soluções e dos interesses conflituais que influenciam as suas escolhas. O profissional de Serviço Social pode desafiar a enfrentar estas diferenças e negociar um caminho, através do qual possa chegar a um acordo viável acerca de quem deseja e pode fazer, quem é o apoio de quem. A reformulação consiste na capacidade para ajudar a redefinir as circunstâncias, de modo a levar à resolução do problema. Deste modo, os profissionais de Serviço Social necessitam de possuir criatividade e pensamento lateral, qualidades imprescindíveis para

ajudar as pessoas a redefinir ou encontrar uma perspetiva diferente acerca da sua situação. A reformulação está relacionada com a capacidade de ajudar os outros a ver as coisas numa perspetiva diferente. Ou seja, levar um indivíduo com necessidades insatisfeitas a observar a fiabilidade da situação social e examinar os recursos disponíveis que possam ultrapassar essas necessidades (Smale et al., 2003).

As trajetórias profissionais misturam, agora, mais do que no passado, os perfis, as qualificações e as competências (Aballéa, 2003). A sociologia das profissões sublinhou a importância das qualificações certificadas como um dos fundamentos essenciais da legitimidade profissional, assentes na qualificação adquirida pela formação nos institutos e escolas de trabalho social. No entanto, na sociedade contemporânea, afigura-se de importância acrescida a aptidão inata para as relações pessoais, de pessoas que se caracterizam por biografias profissionais complexas e por itinerários ou trajetórias não lineares, que compensam a sua ausência de saber especializado, pela sua proximidade e conhecimento prático do terreno e pelos seus saberes-fazer experienciais (Aballéa et al., 2003; Dubar, 1997; Maurel, 2003).

Deste modo, as competências dos profissionais de Serviço Social mais importantes já não se encontram tão ligadas à sua qualificação técnica, mas mais à sua capacidade para se posicionar adequadamente nas situações, de modo a que, perante distintos e diversificados espaços e públicos, possam reconhecer e superar a norma, utilizando a sua autonomia, para atuar de forma eficaz e eficiente (Albuquerque, 2010; Cauquil, 1994). Ou seja, atualmente, a intervenção social marca uma viragem na regulação do campo profissional. Face às qualificações estabelecidas, impõe-se, agora, uma lógica de competência individual, determinada por percursos profissionais e aptidões para a mobilidade. Isto é, passa-se de uma lógica das qualificações para uma lógica das competências (Autès, 2003).

Neste quadro, a competência dos profissionais de Serviço Social inclui a competência na ação, a competência no ato e é também uma competência coletiva desenvolvida no seio das organizações de trabalho. Esta competência relacional é partilhada pelo conjunto dos intervenientes. Esta completa-se com competências técnicas e aquisições em termos de qualificações ligadas aos postos de trabalho que os profissionais ocupam nas

organizações e no campo social. No centro desta competência, é a relação com a pessoa com dificuldades que faz a especificidade e a legitimidade do interveniente profissional (Autès, 2003).

Atualmente o papel do Serviço Social baseia-se, naturalmente, na construção de um processo de acompanhamento social, que se caracteriza pelo seu carácter continuado e prolongado, por uma forte componente de natureza interativa, situacional e pouco centrada em procedimentos institucionais. O acompanhamento social constitui-se, basicamente, como um dispositivo processual, interativo, de construção de um domínio comum de preocupações, de inteligibilidade comum, que permitirá ao utente reorientar a sua vida. Neste sentido, a interação de face a face é construída como um espaço no qual o utente reconsidera os seus recursos, a sua identidade e as suas relações, na perspetiva de um horizonte de ação partilhada. O acompanhamento social permite, também, a construção de elos entre o indivíduo, que é obrigado a viver e a provar as suas competências, e a sociedade, através da apelidada “clínica do elo desfeito”, que tem em conta a dialética entre o individual e o coletivo, entre o particular e o geral, a valorização da pessoa, do seu registo de cidadania e de dignidade, e a construção de sinergias com outros agentes sociais, políticos e económicos, conciliando elementos passados e futuros que facilitam a avaliação dos seus perfis individuais e profissionais (Albuquerque, 2013; Giuliani, 2006; Ravon, 2005).

Esta abordagem ultrapassa a tentação de atitudes paternalistas, de proteção excessiva e de tomadas de decisão unilaterais, por parte dos profissionais, uma vez que o seu objetivo é a autonomia das pessoas desfavorecidas e a sua participação a um nível de “igualdade” com os técnicos, numa perspetiva de parceria. Logo, apela-se hoje a uma mudança de atitude dos profissionais de Serviço Social, principalmente, em relação à partilha do poder e ao reconhecimento das capacidades dos seus clientes. Insere-se, neste contexto, a questão do *empowerment*, enquanto mecanismo de capacitação, reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, que se traduz num aumento de poder psicológico, sociocultural, político e económico, que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania. Assim, o poder é entendido como a capacidade e autoridade para: influenciar o pensamento dos outros (poder sobre); ter acesso a recursos

e bens (poder para); tomar decisões e fazer escolhas (poder para); e resistir ao poder dos outros, se necessário (poder de) (Pinto, 1998). O *empowerment* consiste, portanto, num encadeamento concomitante de etapas, que conjuntamente e pela sua interação, promovem a passagem de um estado sem poder, a um estado que capacita o indivíduo a agir mediante as suas próprias opções (Branco, 2009b).

O papel do profissional de Serviço Social consiste, precisamente, em preparar clientes em situação de *desempowerment*, para lutarem por uma divisão mais justa dos recursos e defenderem um papel mais válido e ativo na sociedade. A mudança é também vista como adaptação, pelos profissionais que seguem o paradigma ecossistémico do relacionamento indivíduos – meio envolvente, baseado nas trocas recíprocas e contínuas. Nesta perspetiva, o papel do profissional de Serviço Social consiste em ajudar quem por ele é acompanhado a modificar os seus padrões de relacionamento com o meio envolvente, de forma a maximizar o crescimento e desenvolvimento de ambas as partes (Pinto, 1998). Neste contexto, o profissional assume a relação, a proximidade, a troca, a ligação, a criatividade, isto é o social em si, com as suas ambiguidades, limites e potencialidades, como as dimensões mais enriquecedoras do trabalho social (Albuquerque, 2013; Lavoue, 1986).

Neste caso, é dada maior importância às capacidades interiores dos clientes, indivíduos ou grupos, que são fomentadas e desenvolvidas pelo processo de *empowerment*. O profissional deve, em primeiro lugar, diagnosticar essas capacidades, conjuntamente com o cliente, saber mobilizá-las e desenvolvê-las (Pinto, 1998).

Contudo, para que os indivíduos possam implementar a sua capacitação, necessitam de possibilidades para por em prática as suas opções, o que implica, conseqüentemente, investimento na criação de estruturas quer públicas, quer privadas de oportunidades equitativamente disponíveis. Atualmente, num contexto social de desemprego de massa e de precarização das relações de trabalho, de fragilização dos laços sociais e isolamento, de redução dos suportes coletivos proporcionados pelas instituições tradicionais de socialização, o processo de *empowerment* raramente se afigura concretizável (Albuquerque, 2013; Branco, 2009b), apesar dos esforços envidados pelas instituições governamentais de prestações de serviços, como é o caso da Segurança Social e do

Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou mesmo por algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Ou como refere Castel (1995), os indivíduos que se encontram em situação de precaridade ou a caminho da desfiliação, não reúnem condições para se implicar, participar em projetos de inserção e tornarem-se cidadãos responsáveis, quando se lhes nega, na maior parte das vezes, o mínimo de reconhecimento na vida quotidiana. Estes indivíduos encontram-se num processo de gestão das suas próprias dificuldades, para lutar contra o impedimento, a desinserção e a desqualificação sociais, mais do que num processo de participação-implicação, num projeto de vida aberto, que lhes permita reafirmar as suas próprias escolhas e exercer a sua capacidade de autonomia (Castel, 1995). No atual contexto, podemos rezear, a longo prazo, que a modernização das políticas sociais, utilizando a implicação dos beneficiários em situação de precaridade ou de desfiliação, se encontre reduzida a uma participação na “gestão dos riscos”, ou na “gestão social da pobreza”, correndo o risco de gerar um processo de culpabilização e de estigmatização (Hamzaoui, 2005). Ou segundo a perspetiva de Albuquerque (2010), o indivíduo incapaz de demonstrar a sua vontade de integração, por um motivo que o ultrapassa, fica entregue a si mesmo, reduzido ao momento ou ao problema que vivencia, sendo julgado pelos êxitos ou fracassos da sua história de vida. Estamos novamente perante as questões de inadaptação e da dissimulação das desigualdades sociais.

As múltiplas e profundas mudanças características da sociedade contemporânea, a nível social, económico e político, que se afiguram como os principais constrangimentos e desafios à intervenção profissional do Serviço Social, proporcionam, concomitantemente, hipóteses e opções de atualização, a nível de finalidades, competências e processos de trabalho. Ou seja, a inovação social afigura-se não só como uma necessidade, mas também como uma oportunidade para efetivar a reconstrução da verdadeira finalidade do Serviço Social, no que diz respeito à promoção de justiça social e cidadania. Deste modo, nos dias de hoje, o Serviço Social não é objeto de uma desprofissionalização, mas pelo contrário, é alvo de redescoberta e restauração dos seus processos de intervenção. O campo de intervenção dos profissionais de Serviço Social enfrenta, portanto, não uma

dissolução, mas antes, um processo ativo de recomposição (Aballéa et al., 2003; Albuquerque, 2013; Garnier, 2000).

No que se refere às lógicas institucionais, isto é, à definição da ação relativamente aos objetivos das instituições que tende a impor-se e a ser imposta aos intervenientes sociais, cada vez mais inseridos em hierarquias de controlo e avaliados com base nos seus resultados, mas este facto não significa necessariamente a perda de toda a autonomia de conceção e de intervenção. Também a relação com o utente no quadro de uma relação de serviço, ou com os representantes das instituições, se joga muitas vezes na imediatez e inscreve-se num plano de urgência, no aleatório e até no inexplicável. Esta relação, que é da ordem do acontecimento e não do normativo, deixa margem de interpretação e de autonomia ao agente para que este aprecie e enfrente as situações (Aballéa et al., 2003).

Neste contexto, e como refere Almeida (2013), os profissionais de Serviço Social adotam práticas e processos específicos, tais como a estão do caso e a mediação social.

O utente espera o envolvimento do profissional de Serviço Social para encontrar uma solução pessoal, institucional ou política, que possibilite a resolução do seu problema, a nível pessoal, sociofamiliar ou profissional, proporcionando uma transformação, em situação de mudança, de resistência à mudança ou para a mudança, através destas metodologias (Almeida, 2013).

Desta forma, os profissionais de Serviço Social procuram proporcionar: 1) uma atitude de cariz pessoal, quando a solução do problema passa por uma análise ou aconselhamento quer de atitudes quer de comportamentos a adotar na relação consigo próprio, com os outros e com o contexto em que se encontra inserido, quer no acesso aos serviços e cuidados prestados; 2) uma atitude a nível institucional, quando a resolução implica a utilização dos recursos fornecidos pelo serviço a que recorre; e 3) uma atitude de carácter político quando, o utente conhecendo as limitações da resolução do problema, confia na autoridade e competência do profissional de Serviço Social para criar opções alternativas. Assim, da mesma forma que o utente cria expectativas em relação ao profissional de Serviço Social, a instituição, onde trabalha, reconhece-lhe competência, para atuar na procura e distribuição dos recursos e serviços disponíveis. Neste contexto, este

profissional assume um papel de ligação, na procura da resolução e a sua intervenção assume diferentes contornos (Almeida, 2013).

A gestão de caso pode afigurar-se uma estratégia de atuação e coordenação que faz a gestão de serviços, põe em prática várias competências, implica um trabalho cooperante e em equipa entre diversos profissionais, com partilha de responsabilidades e atuações, que conduz a uma forma diferente de pensar e atuar, adotando modelos de intervenção voltados para a situação/problema e promovendo uma nova atitude profissional (Almeida, 2013).

O modelo de gestão de caso é pois,

Um processo colaborativo no âmbito do qual se executa avaliação diagnóstica, planeamento, implementação, coordenação, monitorização e avaliação de opções e serviços, com vista a responder, com qualidade, às necessidades e potencialidades do indivíduo. Para tal, implica o investimento na comunicação e na utilização eficaz e eficiente dos recursos disponíveis (CRPG & ISCTE, 2007, p. 15).

Com efeito, a gestão de caso assenta, em três estratégias-chave: a) colaboração, que consiste na promoção de uma cooperação articulada entre todos os agentes chave, incluindo o próprio indivíduo, família e redes secundárias; b) comunicação, ou seja, consideração dos objetivos, dos destinatários e da partilha de informação assegurando a compreensão da mesma e tendo um carácter bidirecional e em permanente atualização; c) coordenação, que reside na mobilização, integração, supervisão e organização de recursos, serviços e parceiros no sentido de uma real efetivação do trabalho integrado (Santos, 2012).

Em Serviço Social, compete ao Gestor de Caso a prestação de assistência, de forma sensível e solidária ao cliente e às populações com base no conhecimento do comportamento humano e habilidades de observação e de comunicação, em contextos diversos. O trabalhador social - gestor de caso, integra um serviço ou uma equipa no âmbito de organizações sociais que providenciam serviços designadamente, em escolas, hospitais e outras instituições de saúde, serviços de

reabilitação, equipamentos de proteção social a idosos, menores, deficientes e doentes mentais, serviços de formação e inserção profissional e social: estabelece relações de ajuda, avalia problemas complexos, promove a resolução de problemas e ajuda os clientes a funcionar de forma eficaz (Almeida, 2013, p. 37).

Tal como defende Viscarret (2007), os objetivos da gestão de caso caracterizam-se por serem: 1) uma intervenção que tem subjacente uma relação entre cliente e profissional de Serviço Social que deve ser simplificadora e autêntica; 2) uma prestação de serviços ao indivíduo/família que deve ser flexível no tempo, no tipo e na intensidade, permitindo a adaptação às alterações que surgem, produzindo novas formas em termos das suas necessidades e potencialidades; 3) um modo de levar os clientes a desenvolver as suas capacidades e a funcionarem autonomamente; 4) uma intervenção que tem por base um “continuum” tendo em conta a complexidade das relações e a diversidade dos problemas; 5) dirigidos a indivíduos/famílias que se encontram envoltos por um conjunto de serviços, onde encontram vários tipos de apoio acompanhamento: saúde, habitação, economia, educação, entre outros; 6) uma avaliação contínua do indivíduo/família, de forma a promover, por um lado, a sua autonomização, por outro a sua integração social que está relacionada com a criação/alargamento de rede de suporte social.

A falta de poder decisório do profissional de Serviço Social não impede a sua autonomia relativa e a sua autoridade, as quais refletem a sua capacidade para intervir na resolução da situação, apoiando o processo de escolha, apresentando alternativas para a solução de situações complexas e problemáticas (Santos, 2012).

A gestão de caso de Serviço Social procura a melhoria e o bem-estar do cliente, através do fornecimento e da coordenação de serviços caracterizados pela qualidade, eficiência e eficácia. Este método requer que o profissional de Serviço Social

desenvolva e mantenha a relação terapêutica com o cliente, o que pode incluir a relação que o cliente tem com os sistemas que providenciam e criam serviços, recursos e oportunidades adequadas às suas necessidades. Os serviços providenciados podem estar localizados numa única organização ou espalhados por várias agências ou organizações (Almeida, 2013, p. 39).

A gestão de casos envolve, também, as seguintes fases: 1) avaliação e o diagnóstico do indivíduo/grupo/família; 2) planificação do serviço e identificação de recursos; 3) vinculação dos clientes aos serviços que precisam; 4) implementação do serviço e coordenação; e 5) seguimento da prestação do serviço (Viscarret, 2007). Durante o acompanhamento, o profissional de Serviço Social auxilia o cliente no desenvolvimento das suas capacidades, de modo a evitar a utilização prolongada dos serviços: efetivamente, os objetivos de emancipação, autonomia e responsabilização social são fundamentais (Santos, 2012).

A mediação social não é somente uma nova forma de ultrapassar os conflitos, mas assume-se, também, como um instrumento conceptual e operativo na composição e restauração de laços sociais, bem como uma metodologia eficaz contra a discriminação e exclusão social (Almeida, 2013).

Clarificar os direitos, as oportunidades e constrangimentos institucionais, assim como divulgar as suas necessidades e negociá-las coletivamente, com os responsáveis são aptidões profissionais que promovem a recuperação ou instauração de laços sociais. Deste modo, salienta-se o papel de mediador do Serviço Social, na restauração do laço social, através da promoção de redes de socialização dos excluídos. A mediação mobiliza um projeto de restauração de laços sociais, tornando-se um processo comunicacional de transformação do social e uma requalificação das relações sociais (Oliveira, 2005).

A mediação tem como objetivo restabelecer ligações onde não existe comunicação. Ou seja, o profissional de Serviço Social é um agente de comunicação que atua entre os excluídos e a sociedade instituída, entre os excluídos e as redes e, entre as redes e as instituições (Almeida, 2013).

A mediação do Serviço Social consiste numa metodologia que contempla os seguintes passos: promoção das capacidades dos excluídos; apoio dos recursos do meio; luta contra a exclusão; avaliação do processo com todos os atores envolvidos. Para o efeito, é necessário conquistar uma relação de parceria entre o profissional e os sujeitos, através de uma disponibilidade total e adotando uma postura de escuta ativa, que não se deixe influenciar por parâmetros da ação institucionalizada (Almeida, 2013).

Neste contexto, a mediação, pelas suas características de ação, no sentido de proporcionar uma maior responsabilização individual, proporciona, conseqüentemente, uma maior responsabilidade social, a qual é fundamental para o pleno exercício da cidadania (Oliveira, 2005).

Como defende Almeida (2013), a posição intermediária do profissional de Serviço Social nos mecanismos de proteção social “tem sido estruturante do seu saber, fazer e ser profissional (...) não se pode falar de Serviço Social sem lhe associar uma função mediadora (...) constituindo um dos desafios a nível conceptual” (p. 53). A autora define a mediação social como

uma conceção global de ação e modelo de intervenção, como um produto construído na interação e como um processo de intervenção, onde se destacam modalidades de ação transversais, orientações estratégicas da ação e competências mobilizadas, em contextos de intervenção diversificados do setor público e do terceiro setor em domínios como a saúde, educação, segurança social, poder local, ação comunitária, reabilitação e trabalho-emprego (Almeida, 2013, p. 54).

A mediação social não pode, portanto, reduzir-se apenas à resolução de conflitos, na medida em que surge como estratégia de intervenção em problemáticas de integração na e da sociedade (Oliveira, 2005).

O profissional de Serviço Social “não é nem uma mediação nem um mediador, ele é um articulador de mediações, no quotidiano daqueles que procuram os seus serviços” (Almeida, 2013, p. 55). Se o profissional de serviço Social “atua ao nível do quotidiano dos grupos excluídos e se a sua mediação permite ultrapassar essa situação, então ele não é um mero mediador, ele é um agente que trabalha com e nas mediações” (Almeida, 2013, p. 55).

Comum a estes modelos está a sua dimensão estratégica (...) Tanto a gestão de caso, como a mediação possuem uma dimensão política (...) A visão de controlo que lhes está subjacente funciona como um amortecedor dos problemas sociais. Mas tanto um processo como o outro integram uma dupla função: gerir de forma

coordenada os sistemas de prestação de serviços para assegurar que os mesmos sejam mais eficientes e produzam maior bem-estar, solucionar problemas tendo a comunicação como elemento estruturante (Almeida, 2013, p. 59).

No entanto, como refere Dustin (2007) “este tipo de trabalho social autêntico apenas é possível em organizações voluntárias” e a capacidade de influenciar e afetar os problemas sociais enquanto “agente de mudança” efetivo deixou de ser possível, na sociedade contemporânea (p. 157).

No âmbito dos estados de bem-estar modernos, o Serviço social encontrou em definitivo o seu lugar na divisão social do trabalho, mas transformou-se, concomitantemente, e de uma forma gradual, numa peça da engrenagem burocrático-administrativa dos sistemas públicos de aplicação e execução das medidas de política e proteção social. Esta tendência tem feito com que o Serviço Social se confunda com uma atividade de gestão administrativa e tecnocrática do social, que encontra como bases para o seu desempenho profissional enquadramentos legais, mais do que axiológicos ou teóricos.

Este excesso de burocratização, aliado à ultrarracionalidade instrumental do mundo contemporâneo, drena a profissão de conteúdos substantivos e conduz a um processo que se conceptualizou como “finalismo metodológico”, pois, mais do que a pessoa, a relação, a construção de narrativas e a consciencialização de direitos e valores, passam a interessar na prática profissional as técnicas de diagnóstico, de planeamento e avaliação, os níveis de eficiência e eficácia alcançados e o número de respostas atribuídas (...) Fala-se de finalismo metodológico precisamente porque se verifica que o cumprimento do método passa a adquirir estatuto de fim e resume o que de mais importante é tido em conta nas práticas profissionais (Amaro, 2012, p. 94).

Apesar da criação e consolidação dos sistemas de Segurança Social ter sido facilitadora da inserção dos profissionais de Serviço Social no mercado de trabalho, esta evolução constrangeu, de alguma forma, a sua intervenção a um trabalho meramente administrativo (Bouquet & Garcette, 2005). “Esta situação tem vindo mais recentemente a agravar-se com a tendência (...) de estabelecer protocolos de intervenção que invariavelmente

acabam por se reificar e resultar em práticas rigidificadas, padronizadas, impessoais e estigmatizantes” (Amaro, 2012, p. 73).

Face à competitividade, o Serviço Social enfrenta pressões, que o leva a valorizar uma lógica de eficiência e eficácia, implicando uma racionalização, conducente a uma padronização dos procedimentos. Este processo, caracterizado pela rigidificação de procedimentos, pode levar a efeitos mais negativos, aquando da aplicação de processos de avaliação que reduzem a capacidade de análise a indicadores, tais como lista de espera para o atendimento, número de atendimentos efetuados, número de apoios atribuídos, etc. Assim, o êxito da intervenção pode levar a que se confunda a rapidez e brevidade verificadas no acolhimento e na resposta e promoção da autonomia do utente, com processos de intervenção de curta duração (Amaro, 2012).

Existe, deste modo, uma tendência crescente para que a atuação dos profissionais de Serviço Social incida sobre o que observam à superfície, descurando a procura de uma compreensão mais aprofundada das situações. Com efeito, a intervenção do Serviço Social centra-se numa abordagem orientada para a tarefa e para a contratualização, restringindo a elaboração da história pessoal e o percurso do cliente, assim como a exploração dos mecanismos psicológicos e sociológicos (Howe, 1996).

Atualmente, o crescente processo de informatização das práticas profissionais permite rentabilizar e otimizar os recursos, no entanto, o mesmo conduz a implicações sérias, relacionadas com a automatização e formatação de procedimentos (Amaro, 2012).

Os profissionais de Serviço Social são forçados a desempenhar um papel de mediador entre as exigências dos complexos sistemas de tecnologias de informação e as necessidades humanas básicas (Dustin, 2007).

Todavia, os processos de concessão de medidas, como o Rendimento Social de Inserção, ou associados a serviços, como o de atendimento social, ficam sujeitos a critérios substancialmente caracterizados pela necessidade de tratar o processo de acordo com os parâmetros essenciais à elaboração de um *software*, em detrimento da construção de suportes informáticos que vão ao encontro das necessidades dos processos de intervenção, sendo mais comum verificar-se a necessidade de adaptação dos profissionais de Serviço Social a sistemas informáticos, adotados pelas instituições, do que o inverso. Assim,

assiste-se a uma mudança do foco de atenção mais para o preenchimento de formulários, do que para a escuta ativa e para a construção da relação empática entre o profissional e o utente (Amaro, 2012).

A nova civilização tecnológica, com que se confronta a sociedade contemporânea, conduz o Serviço Social a um profundo paradoxo para a sua intervenção, isso é, embora as suas práticas exijam a individuação e a construção de narrativas e projetos de vida com os utentes, promovendo a sua participação e desenvolvimento da autonomia, é defendida a ideia de que o profissionalismo e o rigor na intervenção são alcançados através de um objetivismo instrumentalista, apoiado em procedimentos que recusam os aspetos mais subjetivos da intervenção. Embora as situações identificadas se afigurem de maior complexidade de diagnóstico e de intervenção, a par de uma maior necessidade de perdurabilidade do processo de ajuda, é valorizada a rapidez na intervenção. Assiste-se, assim, ao desenvolvimento de planos de ação instrumentais, quando a ação deveria estar mais dirigida para questionar e repensar o indivíduo no seu contexto e na realidade mais abrangente, que o envolve (Amaro, 2012).

É neste sentido que pode, por vezes, falar-se de uma inversão da relação meios/fins como fenómeno que afeta profundamente a prática do Serviço Social contemporâneo. A instituição e a organização dos serviços segundo uma racionalidade instrumental veio, efetivamente, dirigir a ação do Assistente Social, já transformado em Técnico de Serviço Social, para a execução das medidas de política social – com especial destaque para a atribuição de benefícios sociais - fazendo confundir a finalidade da sua intervenção com esse processo de aplicação de medidas. Esta tendência, de pendor tecnocrático, tem vindo a aprofundar-se, esvaziando a prática profissional do seu sentido ético e político ou transformando essas esferas em apenas uma retórica distante das realidades efetivas (Amaro, 2012, p. 74).

Assistimos, assim, ao que Bouquet e Garcette (2005) designam por “funcionarização do Serviço Social”. Ou seja, como salienta Dustin (2007), a natureza da prática do trabalho social afigura-se crescentemente funcionalista e motivada pelos processos institucionais. O Serviço Social está a tornar-se cada vez mais num instrumento do Estado e os

princípios utilitários que lhe estão subjacentes parecem não ter espaço para a expressão emocional. Às chefias é solicitado que se foquem nos indicadores de desempenho, enquanto os profissionais de Serviço Social estão cada vez mais embrenhados no processo de “comercialização”, havendo relativamente pouca consideração pelos utilizadores do serviço. O trabalho social tem vindo a tornar-se cada vez mais gestor na sua abordagem, marginalizando os sentimentos e as emoções do profissional de Serviço Social, rotulados como impedimentos para o processo de avaliação e de fornecimento de serviços por parte das organizações, onde trabalham (Dustin, 2007).

Tal como referem Amaro (2012) e Andrade (2001), a intervenção dos profissionais de Serviço Social centra-se, essencialmente, em estratégias operativas de políticas sociais ou em projetos institucionais pré-estabelecidos e abrange um conjunto de aspetos dos quais se destacam o apoio em automatismos de repetição; o foco nos domínios objetivos das políticas sociais e institucionais; o afastamento dos referenciais teórico-metodológicos e ético-político do Serviço Social; a falta de ligação aos projetos dos destinatários; a compartimentação das histórias de vida em problemas sociais; o encaminhamento para a norma sem a pôr em causa e sem apresentação de alternativas. No âmbito desta intervenção, as práticas tecno-burocráticas adquirem importância em detrimento da inovação, da crítica e dos procedimentos criativos e em permanente mudança, articulados com a vida real. Neste contexto, ganham também “primazia sobre uma racionalidade mais substantiva e profunda, dirigida às visões do mundo, ao papel de função da profissão e às finalidades da intervenção” (Amaro, 2012, p. 75).

Atualmente, o eixo principal da atuação profissional deixou de estar no direito, considerando a sua concessão e explicitação, para se situar no indivíduo e na sua situação específica, de forma a que este consiga as condições mínimas, que lhe permitam adquirir motivação e lutar por si, de forma a produzir os seus meios de vida (Amaro, 2012; Faleiros, 2001). A intervenção baseada no laço social e na inserção, a partir da conceção de um projeto que detenha um contrato com a pessoa que se acompanha, tendo em conta procedimentos de avaliação adquire, portanto, importância, em detrimento de um modelo psicorrelacional personalizado (Amaro, 2012; Bouquet & Garcette, 2005).

A intervenção do Serviço Social assume, deste modo, as seguintes configurações: a

análise e gestão do risco; o managerialismo; a *evidence-based practice*; a *competence-based practice*; e a gestão do cuidado (Amaro, 2012; Dominelli, 2004; McDonald, 2006; Mohan, 2005; Parton, 2004; Stalker, 2003; Webb, 2006).

A análise e gestão do risco estão relacionadas com uma conceção da realidade social e profissional, que passou a privilegiar o risco e a sua distribuição, em detrimento do direito e da garantia. Deste modo, os profissionais de Serviço Social, através da análise dos riscos de que cada situação se reveste, determinam a necessidade/capacidade de intervenção institucional (Amaro, 2012, Webb, 2006). Estes profissionais ajudam os indivíduos a gerir os seus riscos pessoais, através de princípios burocratizados de ação (Amaro, 2012; Dominelli, 2004).

O managerialismo está relacionado com a aplicação, cada vez maior, das regras da gestão à esfera da intervenção social. A reestruturação, sobretudo, dos serviços públicos, tem vindo a assumir esta configuração, de forma a orientar-se mais para o mercado. O profissional de Serviço Social utiliza a avaliação de riscos, as abordagens assentes na competência e a prova para regular o poder profissional sobre os seus utentes e as possibilidades de discricionariedade nas suas práticas. O managerialismo traduz-se na utilização de um sistema burocrático no exercício profissional. Esta atuação reveste-se de aspetos positivos, como o fortalecimento de critérios de rigor e normalização das exigências mínimas no que se refere à qualificação e à responsabilização dos profissionais, quer pela sua atuação, quer pela maneira como distribuem os recursos disponíveis. No entanto, esta atuação não se tem traduzido no aumento de recursos nem de serviços, na capacitação das populações, na autonomia dos profissionais para a conceção e promoção de práticas inovadoras e centradas no cliente, nem tem contribuído para uma maior estabilização dessas práticas (Amaro, 2012; Dominelli, 2004). Pelo contrário, aparenta contribuir para um processo de desprofissionalização das práticas, através da padronização (Amaro, 2012, Webb, 2006).

A *evidence-based practice* procura a separação entre sujeito e objeto e a hipótese de se estabelecer uma objetividade e planificação das práticas de forma antecipada e que se estende a diversas situações. Apoiar-se na investigação enquanto produtora de indicadores de procedimentos, concebidos com pouca ligação e participação dos profissionais de

terreno. Tendo um objetivo de rigor e de cientifização, este princípio tende a operar como um “receituário” para a intervenção, afastando o profissional do terreno da reflexão, da criatividade e da inovação das suas práticas. A *evidence-based practice* investe mais na eficiência e racionalização dos serviços do que na compreensão empática dos utentes (Amaro, 2012; Webb, 2006). Quando tomada como exclusiva da configuração para a prática, restringe gravemente as perspetivas do desempenho e projeto para a profissão (Amaro, 2012; McDonald, 2006).

A *competence-based practice* traduz-se na tendência de proletarização do Serviço Social, por via da simplificação e também da massificação de procedimentos, consistindo, assim, na redução de um trabalho qualitativo e complexo a procedimentos separáveis, quantificáveis e que permitam a sua monitorização (Amaro, 2012; Dominelli, 2004). Deste modo, a intervenção é concebida como um procedimento que pode ser separado, de acordo com os princípios da divisão e da especialização do trabalho (Aballéa, 2003; Amaro, 2012).

Por sua vez, na gestão do cuidado o profissional de Serviço Social, enquanto gestor de caso, tem a responsabilidade de fazer o planeamento, a assessoria e a consultoria do cuidado, nas diferentes áreas sociais, junto do utente. Para o efeito, a intervenção do profissional de Serviço Social orienta-se por um conjunto de indicadores de avaliação quantitativos, que calculam a eficácia dos resultados alcançados e permitem avaliar a melhor prática para alcançar determinado resultado. Deste modo, o profissional de Serviço Social passa a ser entendido como um perito e processador de informação. A complexidade é reduzida por um processo de geração de dados superficiais no terreno, fazendo surgir um profissional de Serviço Social administrativo (Amaro, 2012; Webb, 2006).

Verifica-se, assim, uma vez mais, a passagem para segundo plano das dimensões mais relacionais da prática profissional, a favor de uma alegada eficiência e eficácia, que os serviços não podem deixar de evidenciar. Como refere Dustin (2007), todos estes procedimentos estão de acordo com o conceito do trabalho social “McDonaldizado” e tornam tudo completamente previsível e, acima de tudo, quantificável.

Estes resultados em que a prática profissional se tem transformado resultam do que Webb

(2006) e posteriormente Amaro (2012) apontam como movimento do empiricismo no Serviço Social, o qual se baseia em cinco fatores: a) as intervenções de curto prazo estão mais de acordo com a cultura vigente nas instituições, uma vez que se afiguram mais eficientes economicamente e na distribuição de recursos; b) o empirismo adquire legitimidade pela sua ligação às ciências duras, sobretudo às relacionadas com uma abordagem positivista; c) os planos focalizados na tarefa e na solução não são suficientemente exigentes para os intervenientes; d) o síndrome de “o que funciona?” alicia, uma vez que faz sentido, face às realidades complexas; e) os modelos que têm por base os resultados adaptam-se perfeitamente à atual cultura de auditoria e de mensuração das intervenções.

Esta visão pragmática da intervenção afigura-se muito aliciante para o profissional de Serviço Social, face à sua dificuldade em gerir a complexidade das situações sociais e à necessidade de diálogo e negociação mais firme com os gestores profissionais. Neste contexto, são ultrapassadas as dimensões relacionais, compreensivas e holísticas do agir deste profissional, podendo falar-se de uma desprofissionalização (Amaro, 2012; Dominelli, 2004; Webb, 2006), ou de um perigo de esvaziamento do projeto ético-político da profissão (Amaro, 2012; Andrade, 2001; Faleiros, 2001), e da transformação do profissional de Serviço Social num gestor administrativo da política social.

O processo de “desprofissionalização” do Serviço Social (...) que é inerente às mutações analisadas, coloca, de acordo com alguns pontos de vista, a questão do perigo de desaparecimento da profissão, por se tornar numa prática desqualificada e de natureza fundamentalmente administrativa. Mas, de facto, se esta nova civilização em emergência, pautada pelo risco e pela incerteza e pelo ímpeto neo-liberal, formata o Serviço Social, isso não significa que a profissão deva olhar para que estas realidades e para a sua própria transformação como uma inevitabilidade (Amaro, 2012, p. 82-83).

O controlo exercido sobre os profissionais de Serviço Social tem vindo a crescer e a “confiança” nestes profissionais decresceu, tendo-se vindo a assistir ao desenvolvimento de um processo pouco comum, no qual os “Assistentes Sociais vigiam os utilizadores do

serviço e, por sua vez, as chefias vigiam os Assistentes Sociais” (Dustin, 2007, p. 138). Deste modo, se os profissionais de Serviço Social se tornarem demasiado assertivos na defesa dos utilizadores dos serviços, podem pôr em risco o seu emprego (Dustin, 2007). Nesta versão “McDonaldizada” do trabalho social, os profissionais de Serviço Social são controlados e monitorizados de forma crescente pelas respetivas chefias através de sistemas de gestão do desempenho, cada vez mais sofisticados; interagem cada vez menos com os seus clientes, sendo as suas atividades transformadas em “mercadorias” (Dustin, 2007, p. 106); e deixam de se sentir dignos de confiança ou valorizados pelas respetivas chefias e entidade empregadora (Dustin, 2007).

Estes profissionais estão cada vez mais limitados pelos sistemas de trabalho que lhes impõem a necessidade de reduzir as suas intervenções à avaliação de risco e ao fornecimento de serviços; os utilizadores do serviço deixam de ver o profissional de Serviço Social como responsável pelo seu caso e adquirem maior contacto com as pessoas envolvidas no fornecimento de serviços diretos; estes profissionais são progressivamente burocratizados tendo as tarefas verdadeiramente práticas sido passadas a outras entidades nomeadas para o fornecimento de serviços específicos (Dustin, 2007). Neste âmbito, tem vindo a ser imposto ao Serviço Social uma lógica de gestão, como já foi referido, que faz emergir o controlo, contratualiza a dimensão relacional, redefine a natureza dos *interfaces* entre os profissionais de Serviço Social/empregadores profissionais de Serviço Social/utentes, utentes/Estado.

Face a estas tendências da prática profissional, está em causa a capacidade dos profissionais de Serviço Social e dos seus empregadores terem em conta o utente, como beneficiário principal do acompanhamento social de que necessita e de o considerarem como o centro das suas estratégias de intervenção social, contribuindo para a renovação das práticas do Serviço Social, no sentido de um acompanhamento social individualizado que se adapte à diversidade e heterogeneidade dos “novos” públicos (Amaro, 2012).

Como refere Iamamoto (1996) e, posteriormente, Amaro (2012), o Serviço Social confronta-se com seis desafios aos quais tem necessidade de dar resposta: proteger as conquistas sociais já conseguidas, designadamente a conservação do aspeto público e universal das políticas sociais; aproximar-se das condições de vida e de trabalho das

classes dominadas, procurando estratégias para esclarecer os seus interesses e necessidades, e tentando fazer ouvir a sua voz no diálogo social; fortalecer os direitos sociais, através da sua concretização e relegitimação; promover uma cultura pública democrática, que demonstre o carácter estrutural dos problemas dos utentes dos serviços, colocando-os na agenda política enquanto matéria de justiça social; intervir na construção de uma outra cidadania que promova a consolidação dos direitos já adquiridos e a criação de novos que possam responder às atuais problemáticas e fomentem a construção de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, defendendo e ampliando a esfera pública, tendo em vista a diminuição da disparidade e das tensões entre excluídos e incluídos.

Com a entrada no século XXI, enfrentando as pressões managerialistas para um finalismo técnico metodológico, o Serviço Social não pode desistir da sua natureza política, quer enquanto espaço de intervenção, quer enquanto forma de olhar sobre o mundo. Este cenário afigura-se na reafirmação da profissão através de um ideal de justiça social, democracia e realização do potencial individual. O conceito de cidadania inclusiva assume, deste modo, uma proposta interessante para a reflexão do Serviço Social, nas sociedades contemporâneas, ao espelhar esta preocupação com o individual, mas tendo em consideração o contexto local e global que o influencia e condiciona, não abdicando de propor um projeto societário e de defesa de direitos universais (Amaro, 2012; Mohan, 2005).

O Serviço Social é responsável pelo acesso à plena cidadania por parte dos públicos mais vulneráveis (Amaro, 2012; Dominelli, 2004). São reforçadas, assim, as visões do Serviço Social com uma nova incumbência, que saiba trabalhar o *interface* entre o político e o técnico e que adote, concomitantemente, a responsabilidade de intervir como uma voz da consciência da sociedade, uma vez que, os profissionais de Serviço Social ocupam um lugar privilegiado na compreensão daquilo que deve ser denunciado (Amaro, 2012; Bouquet & Garcette, 2005). O Serviço Social deve, portanto, assumir-se enquanto uma profissão propositiva, e não apenas executiva, desempenhando um papel ativo na elaboração das medidas de política onde intervém (Amaro, 2012; Iamamoto, 2001).

A relação entre o indivíduo e a sua *entourage* social, política, económica, cultural e ambiental são considerados como o âmago do trabalho do profissional de Serviço Social.

Deste modo, Dominelli (2004) e, posteriormente, Amaro (2012) sugerem onze princípios considerados essenciais para o serviço Social contemporâneo: tendo em conta os níveis micro, meso e macro da intervenção, esforçar-se para conceber relações contextualizadas; assumir a incerteza e ambiguidade, sabendo trabalhar com elas; reconhecer a essência interativa da relação entre o profissional e o utente; identificar a natureza interativa da relação entre o profissional e o utente; adotar como modelo para a intervenção os direitos humanos e a cidadania; conhecer a diversidade e a fluidez da identidade humana; entender e esforçar-se no sentido de dismantelar as dinâmicas de opressão; saber trabalhar com a complexidade e delicadeza das questões do poder; fomentar as forças dos utentes, não esquecendo as suas fraquezas; identificar as diferenças e legitimar a diversidade como parte do seu referencial; tratar o outro, incluindo os utentes, enquanto sujeitos de saber, e perceber as repercussões, do trabalho desenvolvido, quer a nível emocional, quer intelectual.

Com a chegada de uma nova era da civilização tecnológica, focada na produção e caracterizada pela incerteza e falta de garantias, o desafio do Serviço Social consiste, principalmente, na subversão de uma lógica centrada na aceleração competitiva e produtivista aplicada ao social, observando o indivíduo no seu contexto, holisticamente, avaliando os condicionalismos provocados por fatores políticos, económicos e sociais, rejeitando uma intervenção focada no individual e excessivamente voluntarista sobre a sua capacidade de ação. A estratégia do *empowerment* permanece e tende a ocupar um lugar essencial no referencial de ação dos profissionais de Serviço Social, contudo torna evidente a necessidade de ser assumida também nas suas esferas estruturais e coletivas e não como apenas como um trabalho individualizado (Amaro, 2012). O profissional de Serviço Social deverá esforçar-se, também, para ver reforçado o seu papel de protagonista político da ação/reflexão sobre a sociedade, rejeitando um pensamento único e de inevitabilidade sobre as sociedades e para o estímulo ao desenvolvimento de uma perspetiva crítica no âmbito do Serviço Social (Amaro, 2012; Bouquet & Garcette, 2005; Faleiros, 2001). Em síntese, no difícil caminho por entre as perturbações da atualidade, o Serviço Social deverá persistir na sua capacidade de sonhar, de resistir e de conceber novas práticas, conciliando idealismo e realismo (Amaro, 2012; Iamamoto, 2001), ou

seja, reinventando a utopia sem se perder no presente (Amaro, 2012; Faleiros, 2001).

O Serviço Social necessita, como já foi referido, de uma nova visão que equacione a cidadania ativa para as pessoas mais pobres, uma cidadania de igualdade, que exige mudanças pessoais e estruturais na ordem social. As atuais tecnologias da governamentalidade mencionadas geraram um grande desperdício de aptidão profissional, causando grande sofrimento.

Deste modo, torna-se necessário substituir estes modelos de atuação, por outros fundamentados na igualdade entre pessoas, que para além de partilharem recursos, se tratam mutuamente com dignidade, respeitando os recursos, quer físicos quer sociais da Terra, herança comum a todos os indivíduos e comunidades do planeta (Dominelli, 2004), surgindo, assim, como refere Amaro (2012), a nova vertente capacitadora do Serviço Social.

Em suma, nos contextos de mudança, incertos e complexos, e simultaneamente caracterizados pelo funcionalismo/agenciamento do Serviço Social, próprios da sociedade contemporânea, os profissionais de Serviço Social perdem a liberdade para agir numa perspetiva de futuro, circunscrevendo-se à intervenção ou iniciativa mínima e à ausência de perspetiva estratégica, uma vez que nas mais diversas áreas de intervenção, designadamente educação, saúde, justiça, trabalho, segurança social e poder local, a sua atuação têm-se vindo a alterar, restringindo-se a uma intervenção imediatista, centrada no aqui e agora, assim como em dispositivos operativos de políticas sociais ou em projetos institucionais pré-fixados, rigidificados, padronizados, impessoais e estigmatizantes. Ou seja, limitando-se a uma intervenção reprodutora do *status quo*, quer dos públicos-alvo, quer das instituições e dos parceiros. Estas características exigem uma nova e urgente compreensão, intervenção e abertura a lógicas inovadoras (Albuquerque et al., 2013).

Os profissionais de Serviço Social caracterizados pela deontologia da sua profissão que enquadra a sua prática, pela sua formação, competência técnica e metodológica reúnem condições para proceder a um gradual projeto de mudança, reequacionando os pedidos dos cidadãos e as novas exigências sociais das finalidades políticas e sociais (Santos & Nunes, 2013).

Estes profissionais, enquanto agentes de mediação e ligação entre níveis de ação e temporalidades distintas, têm capacidade para se assumirem como agentes de recriação do futuro, adotando um projeto de sociedade que ultrapasse o imediato e as situações individuais, sem no entanto as omitir. Eles reúnem potencialidades para uma intervenção social renovada adequada às características da sociedade contemporânea, através da utilização e aperfeiçoamento de competências de mediação entre espaços, existências, discursos, projetos e temporalidades, exercendo influência sobre as questões políticas, sociais e económicas (Albuquerque et al., 2013).

O pensamento social do Serviço Social é, nesta medida, o resultado do entendimento dos seus agentes, vivendo na dialética constante entre a teoria e a prática, assim como na relação que se estabelece na mesma, tendo uma componente reflexiva que responde às exigências e às responsabilidades, num quadro de valores éticos partilhados pela permanente mutabilidade do contexto social envolvente (Payne, 2000; Santos & Nunes, 2013).

Assim, o trabalho de (re)construção identitária do Serviço Social, hoje, consiste na interdependência entre o passado, presente e futuro, onde o presente é o resultado de uma herança, um prolongamento do que foi realizado e instituído no passado e que se reflete no presente e no futuro (Albuquerque et al., 2013).

Sobretudo nas últimas duas décadas, é possível reconhecer uma mudança crescente de uma intervenção social com um propósito educativo, para uma intervenção focada no acompanhamento social. Este procedimento profissional, ligado a uma noção de “estar atrás” perdeu pertinência relativamente a uma função de acompanhamento, ligado às noções de “estar ao lado” (Albuquerque, 2010, p. 79). A mudança nas práticas dos profissionais de Serviço Social é, a este nível, muito relevante, já não se trata de “fazer por”, ou “fazer no lugar de”, mas de “fazer com” ou de simplesmente “fazer fazer” (Albuquerque, 2010, p. 80; Donnay & Verhoeven, 2007).

O Serviço Social, neste período, afasta-se do seu eixo clássico de intervenção, centrado num agir sobre a exclusão social, associada à pobreza, marginalidade, indigência, incapacidade, e deficiência, para responder aos problemas inerentes à questão do “não trabalho”. Deste modo, emerge um novo Serviço Social que passa pela

destraditionalização da sua identidade clássica recriando-a, ao assumir uma identidade capacitadora, adaptada às alterações estruturais e conjunturais que vão emergindo, nomeadamente no que se refere à proliferação do desemprego, tornando-se, assim, num agente das novas políticas sociais, que impõem uma nova forma de exercício das suas práticas. O quadro 8 sintetiza as principais particularidades do Serviço Social deste período.

Quadro 8

Serviço Social Pós Anos 90 – Fase de Recriação Identitária

IDENTIDADE	Capacitadora
CONTEXTO POLÍTICO	Estado Democrático
INFLUÊNCIA	Pós-Estruturalismo/ Construtivismo
METODOLOGIAS	Gestão de Caso Mediação Social Gestão Social
PRÁTICAS	Ativação Acompanhamento Social
FINALIDADE	Gestão das Novas Políticas Sociais Públicas e Privadas
REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	Executor de Mudança Profissional da Ajuda Social
MERCADO DE TRABALHO	Instituições Públicas da Área Social Instituições de Solidariedade Social Organizações não Governamentais Instituições Sociais Privadas

Fonte: Elaboração própria.

1.3. – Síntese do Capítulo

A reflexão sobre a construção e transformação do Serviço Social, desde as suas raízes, à sociedade contemporânea, particulariza-se, no presente capítulo, pela especial ênfase atribuída ao Serviço Social Português. Com base num olhar reflexivo sobre a construção

e transformação do Serviço Social, desde a sua institucionalização, em Portugal, até ao presente, pode-se identificar que, ao longo dos anos, endogenamente, sofreu alterações, ao nível do seu exercício profissional. Estas alterações, de forma mais ou menos sintomática, geraram anátemas na recriação da sua identidade. Ao longo do tempo, respondeu, conjunturalmente, à necessidade de se ir relegitimando, face aos desafios exógenos e identitários com que se foi confrontando. Dentro destes mesmos desafios, destacam-se a sua necessidade de aferir as suas práticas profissionais à recriação dos problemas sociais, em termos políticos, culturais e sociais; a sua necessidade de produzir conhecimento, para poder adquirir poder profissional; a importância em desenvolver a sua ação em consentâneo com a renovação das metodologias de intervenção social, tendo por base as políticas sociais públicas; e por último, consolidar a relação entre passado, presente e futuro.

Assim, a construção profissional do Serviço Social concretiza-se na década de 1940-50, no contexto do Estado Novo, tendo como finalidade o controlo da pobreza, através da intervenção na família (Carvalho & Mouro, 1987). A sua atuação profissional caracteriza-se por uma função paliativa e reguladora, através da adaptação do indivíduo ao meio envolvente (Cruz, 1982; Santos, 2008), utilizando, sobretudo o casework (Carvalho, 2005). A identidade do Serviço Social, nesta fase, particulariza-se pela simbiose entre assistencialismo e assistência, consequência da influência da cultura religiosa e higienista, tanto nas instituições assistenciais, onde os profissionais de Serviço Social estavam integrados, como ao nível da sua formação académica.

O Serviço Social vai-se consolidando, a partir da década de 1950, assumindo uma função paliativa, adaptadora e paternalista, tendo em vista o controlo dos problemas sociais e a organização das políticas previdenciais de intervenção social, recorrendo, não só ao Serviço Social de Caso mas também de Grupos e de Comunidades, tendo em conta a necessidade de integração do indivíduo em grupos de pertença, que já não se podem reduzir à família. Neste contexto, não faz um corte com a identidade assistencialista, mas transfere o exercício assistencial para uma dimensão reguladora (corporativista), a qual faz a síntese entre a adaptação do indivíduo ao sistema social, económico e político e a

inclusão nas respostas sociais existentes, alargando a sua intervenção aos organismos corporativos.

Com a Primavera Marcelista, que se caracteriza por uma maior abertura do Estado para os problemas sociais, o Serviço Social reorganiza-se, sendo acrescentada uma identidade promocional, à sua prática profissional, na medida em que a sua atuação é promotora da participação e, as suas práticas profissionais, para além de ativarem as atitudes participantes, confirmam-se como assistenciais e participativas, desempenhando um papel fundamental na gestão da ação social, da execução das políticas e do controlo das desigualdades sociais, num contexto em que as assimetrias culturais e sociais geram processos de não-integração social (Mouro, 2012), verificando-se um novo enfoque no Serviço Social de Comunidades.

Com o Estado Providência, o Serviço Social adquire o seu teor simbólico e pragmático, quer pela clarificação dos seus objetivos e funções, quer pelo seu enquadramento institucional (organismos públicos e privados executores das políticas sectoriais), que proporcionou, por um lado, o reforço do número de profissionais, contribuindo para a sua visibilidade sociopolítica (Santos, 1987), e por outro lado, para a sua governamentalização e para a sua vertente executora das políticas públicas.

O Serviço Social refunda-se profissionalmente, no contexto do Estado Democrático, legitimando-se como profissão social promotora de mudança e da cidadania social e reguladora das desigualdades sociais. Consequentemente, assume uma identidade participativa e promotora dos direitos sociais, considerando que a execução de políticas sociais interventoras e de desenvolvimento comunitário e a criação de respostas sociais fazem a ligação entre o tecnicismo e o reconhecimento destes direitos (Santos, 1987). O objetivo de renovar e reforçar a sua vertente teórico-prática, adequando-a à nova realidade, isto é, à participação das populações no seu processo de desenvolvimento e mudança social, implicou a adaptação de novos procedimentos metodológicos (Negreiros et al., 1992). Estes caracterizam-se pela reconceptualização da ideologia do Serviço Social clássico (caso, grupo, comunidade) e pela adoção de metodologias participativas.

A tecnização profissional do Serviço Social coincide com a crise do Estado Providência, que levou à reconfiguração do mercado de trabalho dos profissionais de Serviço Social

(instituições públicas de carácter social e instituições de solidariedade social) e conduziu à desgovernamentalização da sua atuação profissional, sem que, todavia, se subalternizasse o seu papel executor, o seu cariz polivalente e a sua dimensão técnica e administrativa (Branco, 2009b).

A década de 1980-90 marcou definitivamente o processo de desenvolvimento académico e profissional do Serviço Social, em Portugal, que se caracterizou pelo reconhecimento do grau de licenciatura, do curso de Serviço Social ministrado nas escolas de Serviço Social, em 1989 e, a consagração da carreira específica de Serviço Social, na administração pública, em 1990 (Branco, 2009a; Carvalho, 2010; Negreiros, 1999).

No âmbito especificamente profissional, assiste-se ao questionamento dos campos tradicionais de intervenção social dos profissionais de Serviço Social (assistência, previdência, trabalho e saúde) e ao surgimento de novas áreas de intervenção, como a segurança social, justiça, habitação e educação (Carvalho, 2010).

O equilíbrio e coesão alcançados, nesta fase, permitem, aos profissionais de Serviço Social, reduzirem, ainda mais a sua identidade assistencialista e assistencial, promovendo uma identidade mais técnica e funcionalizada, através das suas práticas integradoras e participativas, enquanto agente de mudança, de controlo das desigualdades sociais, de regulação do bem-estar e da gestão da cidadania como reforço da democracia.

É, no âmbito da gestão do “não trabalho”, que o Serviço Social recria a sua identidade clássica, assumindo uma identidade capacitadora e, conseqüentemente, um papel de executor de mudança e de ajuda social, através da ativação e do acompanhamento social.

Na sociedade contemporânea, a intervenção dos profissionais de serviço social circunscreve-se ao presente, marcado pela contingência e particularidade, caracteriza-se pelo agir no aqui e agora, invocando as suas competências de adaptação e de profissionalidade, recorrendo à gestão de caso, à mediação e gestão sociais, enquanto principais metodologias. Ou seja, passa a estar centrada em três aspetos fundamentais: a territorialização, valorizando os territórios locais; a inserção e ativação, apelando ao papel ativo dos cidadãos, através do *empowerment*, na construção de um projeto de vida; e a singularização, procurando adequar as respostas sociais aos percursos de vida, às

capacidades e às expectativas pessoais e sociais de cada sujeito (Albuquerque, 2010; Branco, 2009b).

Em contrapartida, a transição civilizacional vivenciada pelo mundo moderno trouxe consigo a funcionarização (Amaro, 2012; Bouquet & Garcette, 2005) ou a versão “McDonaldizada” do trabalho social (Dustin, 2007), que implicou, forçosamente, como prática predominante dos profissionais de Serviço Social uma intervenção centrada em dispositivos operativos de políticas sociais ou em projetos institucionais pré-fixados, cujas bases para o seu desempenho profissional consistem no encaminhamento para a norma sem a questionar ou apresentar propostas alternativas, ou seja, consistem em enquadramentos legais, mais do que axiológicos ou teóricos. Na atualidade, a verificação de resultados e a preocupação com a eficácia e eficiência das respostas delineadas consiste no elemento central para um Serviço Social mais racionalizado e gestionário.

Tal como já foi referido, o agenciamento do Serviço Social conduz à subordinação das suas finalidades às diretrizes das instituições públicas e privadas (Andrade, 2001).

A análise, patente neste capítulo, constitui-se, como um desafio desconstruído, tendo como pressupostos, por um lado, a mudança dos paradigmas societários que se foram desenvolvendo e legitimando no tempo e, por outro, como meio para conhecer a forma como o poder político criou as suas estratégias para controlar a desordem na produção contextualizada das desigualdades sociais e económicas em termos globais e territoriais, proporcionando uma visão mais profunda da complexidade dos fatores endógenos e exógenos inerentes ao processo de restauração contínua da profissão do Serviço Social.

A identidade do Serviço Social, se por um lado permaneceu muito ligada ao exercício da assistência, por outro, tentou, de igual modo, ao longo do tempo, desqualificar estas práticas, em detrimento de novos processos de intervenção, cada vez mais, diretivos e participativos. A mesma esteve sempre ligada às exigências políticas, sociais e económicas, ou seja, à mudança, encontrando-se a sua finalidade relacionada com a integração total ou parcial do indivíduo na sociedade; com a sua inclusão num modelo de sociedade de direitos; ou ainda com a resposta a situações de crise ou catástrofe de grupos sociais mais vulneráveis, designadamente, relacionadas com a gestão do “não trabalho”.

Entre os vários domínios de intervenção do Serviço Social, em Portugal, salienta-se, na presente investigação, o papel fundamental desta valência técnica, no âmbito da formação profissional. O exercício profissional do Serviço Social nesta área manteve, desde as suas origens, como explicitaremos no próximo capítulo, uma relação direta com as finalidades atribuídas, pelo Governo, às políticas públicas de formação profissional, levadas a cabo pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.. Deste modo, ao longo do próximo capítulo procuraremos refletir sobre a prossecução destas políticas e sobre o contributo do Serviço Social para a sua concretização, de forma a compreender o desenvolvimento da profissionalidade do Serviço Social neste domínio de intervenção.

Quadro 9

Síntese das Transformações Contextuais Identitárias do Serviço Social

EXERCÍCIO PROFISSIONAL (DÉCADAS)	IDENTIDADE	CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA	INFLUÊNCIAS	METODOLOGIAS	PRÁTICAS	FINALIDADE	REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	MERCADO DE TRABALHO
1940-50 Profissionalização	Assistencialista Assistencial	Estado Novo	Positivismo Funcionalismo	Clássicas (sobretudo Casework)	Paliativas e Reguladoras	Gestão da Pobreza Função Paliativa Regulação e Controlo Comportamental e Sanitário	Assistencialista Assistencial	Instituições Assistenciais Públicas e Filantrópicas
1950-60 Consolidação	Assistencial Corporativista	Estado Novo	Positivismo Funcionalismo	Clássicas (Casos, Grupos e Comunidades)	Paliativas Adaptadoras Paternalistas	Controlo dos Problemas Sociais Laborais Organização das Políticas Previdenciais de Intervenção Social	Assistencial Corporativista	Instituições Assistenciais e Organismos Corporativos (Previdência Social, Casas do Povo Casas dos Pescadores)
1960-70 Reorganização	Assistencial Promocional	Primavera Marcelista	Funcionalismo Construtivismo	Clássicas (Novo Enfoque no Serviço Social Comunitário)	Assistenciais Participativas	Gestão da Ação Social Execução das Políticas Sociais Controlo das Desigualdades Sociais	Assistencial Executora de Medidas Sociais	Organismos Corporativos na Área da Previdência Social, Apoio à Família; Trabalho e Saúde
1970-80 Refundação	Participativa e Promotora dos Direitos Sociais	Estado Democrático	Estruturalismo Construtivismo Cidadania Social	Clássicas Reconceptualizadas Participativas	Executoras de Políticas Sociais Intervenção e Desenvolvimento Comunitário	Gestão da Ação Social Execução das Políticas Sociais Regulação das Desigualdades Sociais	Agente de Mudança e de Promoção da Cidadania Social	Organismos Públicos Executores das Políticas Sectoriais
1980-90 Tecnização	Técnica e Funcionalizada	Estado Democrático	Estruturalismo Construtivismo Análise Sistémica	Regulação Articulação Execução de Políticas	Integradoras Participativas	Controlo das Desigualdades Sociais	Agente de Mudança Regulador do Bem-Estar	Instituições Públicas de Carácter Social e Instituições de Solidariedade Social
Pós Anos 90 Recriação Identitária	Capacitadora	Estado Democrático	Pós Estruturalismo Construtivismo	Gestão de Caso Mediação Social Gestão Social	Ativação Acompanhamento Social	Gestão das Novas Políticas Sociais Públicas e Privadas	Executor de Mudança Profissional da Ajuda Social	Instituições Públicas de Carácter Social Instituições de Solidariedade Social Organizações não Governamentais e Instituições Sociais Privadas

CAPÍTULO II

O SISTEMA PÚBLICO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL E O CONTRIBUTO DO SERVIÇO SOCIAL NA SUA CONCRETIZAÇÃO

2.1. – Formação Profissional Ligada ao Mundo do Trabalho: Génese e Princípios de Desenvolvimento

Segundo Dubar (1996), a Formação Profissional Contínua (FPC) teve na sua origem as mutações em curso em todos os países industrializados, uma vez que se tornava necessário acompanhar as reestruturações provocadas pelas novas realidades produtivas e encontrar soluções para lutar contra conjunturas cíclicas de desemprego. Concebida num período de crescimento económico, no seio da revolução industrial, a formação profissional contínua teve que se ir adaptando, muitas vezes sem tempo para se repensar, a situações de crise, devido à emergência dos novos problemas, trazidos por certas formas de desenvolvimento e à necessidade de, recorrentemente, ser chamada a reforçar a luta contra a exclusão.

Como é sublinhado por diferentes autores, foi já após a II Guerra Mundial que começaram a aparecer por toda a Europa as primeiras ofertas integradas e coerentes de formação profissional contínua destinadas a trabalhadores adultos. Dubar (1996), Jobert (1993) e Alcoforado (2000), identificam este momento com o aparecimento em França, no ano de 1949, da *Association pour la Formation Professionnelle des Adultes* (AFPA). Na sequência das opiniões de Jobert (1993) e Alcoforado (2000), entendemos que a AFPA, e outros organismos similares que posteriormente foram surgindo, inclusivamente noutros países ocidentais, apareceram numa lógica de serviço aos aparelhos produtivos, reproduzindo, como metodologias de formação, o modelo de produção industrial.

Podemos entender melhor as características desta oferta formativa, quando lemos a caracterização que dela faz Dubar (1996, p. 17):

Batizada originalmente de *formation accélérée* foi colocada sob a tutela do Ministério do Trabalho recebendo essencialmente adultos à procura de emprego para um ensino intensivo de seis meses, que seria certificado por um diploma FPA (*formation professionnelle accélérée*) considerado equivalente a um CAP (*certificat d'aptitude professionnelle* – atribuído pelo ensino técnico) em muitas convenções coletivas do trabalho.

Como descreve Alcoforado (2000, p. 29):

Tratava-se, portanto, de dar respostas a necessidades organizacionais fortemente influenciadas por princípios tayloristas, construindo programas de conceção marcadamente behavioristas, ainda que complementados com contribuições oriundas da aprendizagem social.

Tendo em conta a forte influência do Sistema de Formação Profissional Contínua francesa, nas políticas e práticas, posteriormente, implementadas em Portugal, será forçoso que lhe dediquemos algum tempo, fazendo uma caracterização, necessariamente breve, da sua história e natureza. Então, como recordou Dubar (1996), a génese de uma preocupação com a preparação para o trabalho, na legislação francesa, pode ser encontrada na lei Astier, votada em 1919 e apresentada como a “carta do ensino técnico”, a qual contribuiu para resolver, parcialmente, o problema da formação profissional operária. Se ela instituiu os cursos profissionais obrigatórios para os estagiários que adquiriam, em três anos, o certificado de aptidão profissional (CAP), criado nessa ocasião, ela não obrigava, em nada, os empregadores a contratar os estagiários, valorizando-lhes os percursos educativos e formativos, que tinham percorrido com sucesso. A par e em complemento aos cursos profissionais, esta lei criou cursos de aperfeiçoamento destinados aos trabalhadores adultos que desejavam beneficiar de um complemento de qualificação. Estes cursos foram aprovados e correspondiam a uma qualificação suplementar, permitindo teoricamente o acesso às funções de técnicos e de chefia.

O sistema inaugurado pela lei Astier renunciava já, largamente, os dispositivos posteriores de formação contínua: pluralismo das instituições de formação, obrigação de financiamento de empresas, alternância entre aulas teóricas e aprendizagem prática em empresa. Apresentava também, teoricamente, vantagens para o jovem, que podia receber uma remuneração e podia inserir-se num posto de trabalho, e para o empregador, que tinha a possibilidade de controlar a adequação da formação recebida.

Segundo um estudo conduzido pelo Comissariado Geral da Produtividade (Dubar, 1996), a economia francesa teve, para preencher o seu atraso em relação aos seus parceiros, de aumentar metade do seu número de operários qualificados, duplicar as capacidades de formação dos engenheiros e triplicar os efetivos de técnicos e gestores. A educação nacional não poderia satisfazer estas necessidades a curto prazo, através de um crescimento das suas formações iniciais, pelo que se impunha um esforço sem precedentes de promoção dos trabalhadores, do ponto de vista económico, reunindo as exigências de justiça social.

Isto explica-se parcialmente, como refere Dubar (1996), pelo contexto de forte crescimento económico, suscitando por vezes uma forte necessidade de mão-de-obra qualificada e acolhendo as aspirações dos assalariados à promoção profissional. Dando sentido a este movimento, já na segunda metade do século XX, vale a pena, ainda, lembrar a lei Debré, de 31 de julho de 1959²¹, a qual, se é verdade que em termos práticos não introduz nenhuma inovação no campo da formação contínua, antecipa, no entanto, três princípios fundamentais da futura política de formação profissional: a) o reconhecimento do direito à formação aos trabalhadores; b) a convenção entre o Estado e os Centros de Formação, como instrumentos jurídicos essenciais da FPC; e c) a coordenação das instituições públicas responsáveis pela repartição dos apoios financeiros do Estado.

Um pouco mais tarde surge, em França, a lei de dezembro de 1963²², que criou o Fundo Nacional de Emprego (FNE) destinado a

²¹ Loi Debré du 31 juillet 1959.

²² Loi n° 63-1240 de 18 décembre 1963.

Facilitar aos assalariados a continuidade da sua atividade de trabalho, através das transformações que o desenvolvimento económico implica e de favorecer para esse fim, em caso de mudanças profissionais devidas à evolução técnica ou à modificação das condições de produção, a adaptação de novos trabalhadores aos novos empregos (Dubar, 1996, p. 21).

Enquanto em 1963, a lei de dezembro consagrava a possibilidade de:

Completar as ações tradicionais conduzidas no seio do aparelho público de formação, pela preparação de atividades de formação profissional, organizadas por centros criados por estabelecimentos públicos, organizações profissionais ou sindicais. Estes centros poderiam receber uma ajuda financeira do Estado dentro das condições definidas pelas convenções (Dubar, 1996, p. 21).

As medidas previstas diziam respeito à ajuda financeira do Estado aos diferentes estagiários, através de cinco tipos de ações definidas pela lei de dezembro, nomeadamente ações de conversão, de prevenção, de promoção, de manutenção e aperfeiçoamento, e ações que permitissem adquirir uma formação profissional ou adaptar a adquirida a um posto específico de trabalho.

Como descreve o autor que estamos a seguir, a partir dos anos 60, na maioria dos países da OCDE, verifica-se uma generalização da formação profissional mais ligadas ao mercado de trabalho, ou seja, realiza-se a expansão dos sistemas de formação inicial devido às exigências sociais que os mesmos suscitam. Por outro lado, o desenvolvimento das políticas industriais exige uma adaptação da qualificação da mão-de-obra aos processos de produção em rápida mudança, na maior parte dos países industrializados. Esta exigência veio favorecer o direito à formação, por parte dos trabalhadores, direito esse que passa a permitir aos trabalhadores ausentarem-se durante o período laboral para seguir uma formação, beneficiando, em certas condições, da manutenção do seu salário e da gratuidade da formação. Um outro aspeto diz respeito ao papel dos parceiros sociais nas negociações necessárias à implementação da formação contínua e da competência das comissões comuns de emprego para promover a política de formação e participar no

estudo de meios de formação, de aperfeiçoamento e de readaptação profissionais, públicos ou privados, existentes para os diferentes níveis de qualificação.

Mas tudo isto é inseparável, no caso francês, de todo um clima político e social que, em 1971, fez da formação profissional, concertada entre todos os parceiros sociais, uma das pedras angulares da “nova sociedade”, fundada sobre a participação e o consenso, após tempos de lutas sociais e conflitos ideológicos. A inovação essencial da lei de 1971²³ é a obrigação da participação dos empregadores no financiamento da FPC, ou seja, de facto, a necessidade das empresas industriais e comerciais com mais de dez empregados dedicarem anualmente à formação dos seus funcionários, uma percentagem da sua massa salarial. Esta foi fixada em 0.8% para o ano de 1972 e devia, nos termos da lei, ser ajustada para 2% a partir de 1976.

Em resumo, o sistema FPC pode ser considerado como o resultado de três movimentos de curto, médio e longo prazo. A curto prazo, constituiu uma resposta ao movimento de maio-junho de 1968, acolhendo o essencial das negociações sindicais e dos acordos interprofissionais de julho de 1970. A médio prazo, e de forma mais estruturada, representava o culminar de um movimento que visava, ao longo de toda a década de 60, ligar a formação contínua aos problemas de emprego e organizar uma partilha das tarefas entre o Estado e as empresas (e sectores profissionais) para tentar solucioná-los. A longo prazo e, de um modo mais cultural ou social, a FPC francesa é o resultado de uma longa e velha lacuna entre a escola e o mundo do trabalho, entre a educação e a formação profissional, entre a cultura escolar legítima e culturas técnico-profissionais de oficina, fábrica ou empresa.

Como faz notar Dubar (1996), o sistema francês de FPC resulta de um movimento geral comum a todos os países industrializados comparáveis e de uma configuração específica de agentes e estratégias patronais, sindicais e estatais. A especificidade francesa será a de esclarecer, por comparação a diversas soluções elaboradas pelos países da OCDE, o problema do direito à formação. Mais globalmente, a lógica subjacente à escolha de estratégias, em matéria de formação profissional, permite esboçar uma tipologia de modelos associados a grandes opções nacionais ou de sociedade.

²³ Loi n° 71-575 du 16 juillet 1971.

A partir dos anos sessenta, na maioria dos países da OCDE, uma dinâmica dupla resultou na generalização do direito à formação profissional. Por um lado, como resultado da expansão dos sistemas de formação inicial e das exigências sociais que suscita, a fórmula de cursos noturnos orientada sobre promoção individual de uma ínfima minoria é posta, manifestamente, em causa, pelo movimento sindical. Por outro lado, o desenvolvimento de políticas industriais exige uma adaptação das qualificações da mão-de-obra aos processos de produção em rápida mudança conduzida, na maioria dos países industrializados, para estender aos problemas de formação o campo de negociações contratuais entre empregadores e trabalhadores. A intervenção do Estado preocupado em adaptar mais eficazmente a formação contínua ao emprego, tendo em conta a demanda social, favorece igualmente o desenvolvimento de diversas fórmulas de direito à formação profissional.

Acompanhando a lógica do mesmo autor, é notável constatar que, no decorrer dos anos 60, nos países da OCDE, o sistema escolar não está na origem do movimento para a formação permanente²⁴. É entre parceiros sociais, empregadores, sindicatos e intervenções do Estado que são desencadeados os dispositivos de formação autónomos para complementar os sistemas escolares. Reprovando os sistemas escolares pela sua inadaptação às realidades da produção e da empresa, os empregadores de todos os países capitalistas desenvolvem novos dispositivos de adaptação das qualificações aos desafios técnicos.

Esboça-se uma nova divisão de tarefas entre o Estado e as empresas na viragem dos anos 60. As organizações sindicais criticam a função de seleção social dos sistemas escolares, bem como a sua incapacidade para responder às aspirações dos trabalhadores. As preocupações do ensino ou das orientações das políticas escolares raramente incidem na reivindicação do direito à formação. Isto explica a ausência de agentes escolares nas negociações, de então, sobre o direito à formação profissional.

²⁴ Como explica Alcoforado (2008, p. 48), o movimento de Educação/Formação Permanente, por um lado, “refere-se ao campo total das aprendizagens do indivíduo, quer estas sejam conscientes, quer inconscientes, intencionais ou não intencionais, feitas por iniciativa própria ou por iniciativa alheia, independentemente das circunstâncias de lugar e de tempo ...”. Por outro lado, “são todas as influências capazes de dar forma ao ser humano.” “A Educação permanente torna-se a expressão duma relação compreendendo todas as formas, expressões e momentos do ato educativo”.

É sob pressão sindical que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) começa a debater o direito à formação profissional desde 1965, exigindo que

Os trabalhadores possam beneficiar de diversas formas do direito à formação profissional paga, exceto a licença paga prevista para descanso, que lhes dá a possibilidade de completar a sua educação, a sua formação e os encoraja a fazê-lo a fim de poderem preencher as suas tarefas profissionais e assumir as suas responsabilidades como membros da comunidade (Dubar, 1996, p. 49-50).

Em 1974, a OIT vota, por larga maioria, uma convenção e uma recomendação, a favor do direito à formação profissional, entendida como permissão concedida ao trabalhador, para fins educativos, por um determinado período, durante o horário de trabalho normal e sem perda de remuneração, em virtude da legislação, das convenções coletivas ou de outras disposições. Mas a OIT incita os países membros a preocuparem-se igualmente com a inserção dos jovens trabalhadores e dos desempregados vítimas de despedimento.

Será importante relembrar, neste ponto do debate, que as décadas de setenta e oitenta do século XX assistiram a significativos fluxos intersectoriais de trabalhadores, que geraram, muitas vezes, incrementos expressivos do número de desempregados, levando a que os sistemas de formação profissional ligados ao mercado de trabalho começassem a ser utilizados, também e em certos momentos de forma predominante, para a gestão dos mercados de emprego.

Por tudo isto, retomando Dubar (1996), são os Estados e não as empresas que vão, em todos os países da OCDE, desenvolver novos dispositivos para que estas populações sejam consideradas prioritárias, a partir dos anos 1975-1980. O mesmo autor refere ainda um documento intitulado “Educação e Vida Ativa”, que surgiu em 1978, no qual a OCDE preconiza uma transformação profunda dos sistemas educativos para permitir que estes façam face aos problemas colocados pela inserção dos jovens no mercado de emprego. Esta problemática reflete bem a situação presente em todos os países capitalistas desenvolvidos, face ao elevado desemprego dos jovens: a multiplicação de experiências de alternância, procurando estreitar a ligação entre a escola e a empresa.

No que se refere à formação contínua, no decorrer dos anos de 1965-1975, o movimento geral, no sentido de alcançar o direito à formação, referido por Dubar (1996), caracteriza-se por especificidades nacionais importantes, podendo identificar dois dispositivos: em alguns países como a Bélgica (lei de 1973 sobre as “horas de crédito”), a Suécia (lei de 1974 sobre a licença de formação) ou Itália (“direito ao estudo”), é o princípio do direito individual à formação que predomina realmente: o trabalhador escolhe, sob certas condições, a formação que quer frequentar no exterior da empresa, particularmente no seio do sistema escolar e a sua remuneração é parcial ou totalmente mantida durante a formação. Na Bélgica, por exemplo, a lei de 1973 reconhece aos trabalhadores com menos de quarenta anos o direito de se ausentarem, com manutenção da remuneração normal, para frequentar um curso de promoção social organizado ou financiado pelo Estado: metade dos encargos é suportada pelo Estado, e outra pelos empregadores. Se os cursos têm lugar à noite ou ao fim de semana, o estagiário beneficia de uma compensação no contexto das suas “horas de crédito”. Na Suécia, os trabalhadores podem escolher entre numerosos tipos de ensino, desde cursos de repescagem escolar nas escolas municipais de adultos, até aos círculos de estudos geridos por associações (sindicatos, igrejas, religiões), passando pela formação profissional e beneficiando, sob certas condições, da compensação da perda salarial.

Existe também o direito coletivo de frequentar a formação por iniciativa do empregador ou aprovada por ele, na medida em que fazem parte dos planos de formação das empresas ou de convenções dos sectores profissionais. É o tipo de dispositivo previsto pela lei inglesa de 1964, sobre a formação industrial ou pela lei relativa à promoção do emprego, de 1969, na República Federal da Alemanha.

O apoio à formação individual não é acordado, neste tipo de legislação, em que o programa escolhido é julgado de acordo com os objetivos da política de emprego da empresa ou do sector. Embora muito mais ligado do que em França à obtenção de diplomas profissionais reconhecidos e necessários para aceder a empregos superiores, o sistema alemão deixa menos lugar à iniciativa individual do que os dispositivos fundados na licença individual. Reconhecidas e sancionadas positivamente, na maioria dos casos, as formações contínuas estão estritamente dependentes das políticas de emprego e das

qualificações das empresas. No limite, como em Inglaterra, há uma separação total entre a formação industrial ligada à empresa e a formação cultural escolhida pelos indivíduos.

A França situa-se entre dois polos: um, reconhecido pela lei, o direito individual à formação profissional, que permanece até ao presente pouco utilizado; outro, o plano de formação, pouco regulamentado até 1984, que diz respeito à grande maioria dos estágios financiados pela empresa. Os estágios inscritos nos planos de formação desenvolvem-se raramente dentro dos diplomas e são muito valorizados no plano de trabalho, enquanto a formação de “promoção social”, raramente inscrita nos planos de formação, é mais frequentemente sancionada pelas qualificações.

Neste contexto do plano de formação, o novo compromisso que constitui o “coinvestimento-formação” (acordo de lei de 1991), pelo qual um empregador se compromete a reconhecer os progressos alcançados, através de uma formação qualificante, de mais de 300 horas, efetuada com o acordo do trabalhador, em parte fora do horário de trabalho, poderá, pelo seu desenvolvimento, consagrar uma nova lógica (Dubar, 1996).

2.2. – A Formação Profissional em Portugal e a Intervenção do Serviço Social

2.2.1. – Primeiros Anos de Uma Política Pública Pensada para a Preparação dos Trabalhadores, Ligada às Empresas e à Economia

Na década de 60, na opinião de Grilo (1992), reiterada por Cardim (1999) e posteriormente por Alcoforado (2000) e em consonância com o preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), chega o momento de Portugal implementar o seu Sistema de Formação Profissional Contínua. Na verdade, a origem de uma preocupação legislativa direcionada exclusivamente para esta matéria, pode ser encontrada no Decreto-Lei nº 21699 de 19 de setembro, de 1932, o qual criou transitoriamente o comissariado para o desemprego. Contudo, os resultados práticos desta medida foram nulos, sendo preciso esperar por 1962 e pelo Decreto-Lei nº 44506, para que, no âmbito da Direção

Geral do Trabalho e Corporações fosse criado o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO). Com este serviço, pretendia-se encontrar uma resposta para o “desemprego tecnológico” resultante das transformações da indústria portuguesa e subsidiar os trabalhadores desempregados, através de despedimentos coletivos.

No mesmo ano, através do Decreto-Lei nº 44538 de 23 de agosto, foi criado o Instituto de Formação Profissional Acelerada (IFPA) incumbido da elevação do nível profissional dos trabalhadores. Este Decreto-Lei reconhecia a importância da formação profissional como um investimento rentável e meio de promoção social dos trabalhadores, reconhecendo que, embora não se devesse substituir ao Sistema Educativo, os trabalhadores tivessem acesso a uma quantidade de saberes fundamentais que, por razões diversas, não lhes haviam sido facultados anteriormente.

Como evidenciam Grilo (1992), Cardim (1999) e Vieira (2004), as ações de formação profissional, tal como em França, seguiam o método de Formação Profissional Acelerada (FPA), com a duração até seis meses, dando resposta às urgentes necessidades de mão-de-obra, às aspirações de promoção social dos trabalhadores e às qualificações requeridas pelo funcionamento do mercado de emprego. Segundo Alcoforado (2000), a FPA, em Portugal, tal como o seu congénere francês, onde foi buscar a sua essência e vocação, decalcava dos métodos de produção industrial e consequente divisão do trabalho, toda a sua lógica formativa. Também como no caso francês, os Monitores eram principalmente recrutados no meio empresarial, enquanto o período de formação era considerado um estágio que permitia aos estagiários, após cumprirem com êxito um conjunto de exercícios compostos por fases, operações e tarefas organizadas em progressão única, entrarem já qualificados no mercado do emprego. Os programas, no entanto, integravam sempre um conjunto de conhecimentos teóricos considerados necessários, quer à compreensão e execução dos exercícios práticos, quer ao desempenho semiautónomo da atividade profissional futura.

Desta forma, em 1966, pelo Decreto-Lei nº 47254 de 10 de outubro, o IFPA passou a depender do FDMO, reconhecendo-se a necessidade de ligar as respostas que eram disponibilizadas pela formação profissional, às suscetibilidades do mercado de emprego. Na prática, entregava-se à mesma entidade a responsabilidade da gestão das ofertas de

emprego, que traduziam as necessidades das empresas e a obrigatoriedade de encontrar respostas para os desempregados que procuravam emprego. Ainda em 1962, dando coerência à vontade política e legislativa, o Governo, através da Portaria nº 19432 de 11 de outubro, publica o Regulamento Geral do IFPA, cuja principal inovação consistia em envolver os parceiros sociais nos atos de gestão mais importantes e decisivos.

Desde 1966, que aos profissionais de Serviço Social é atribuído um papel fundamental, no âmbito das políticas públicas de formação profissional em Portugal. Em novembro desse mesmo ano, surge o Serviço Social (SS), no IFPA, mais propriamente no Centro de Formação Profissional Acelerada de Lisboa. Nesta época, as funções dos profissionais de Serviço Social concretizam-se em duas fases, que se encontram elencadas no quadro 10.²⁵

Quadro 10

Intervenção do Serviço Social no I.F.P.A. – 1966

Fase	Público – Alvo	Funções
1º Fase	Candidatos à Formação Profissional – Estagiários com dificuldades de adaptação, resultantes dos processos de reorganização industrial, bem como necessidade de fazer face aos problemas familiares, económicos e sociais que afetam a sua aprendizagem e que não conseguem resolver.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajudar o Estagiário a ver claramente o seu problema e a consciencializá-lo das suas próprias capacidades para encontrar soluções, informando-o da existência de recursos exteriores, onde pode encontrar resposta adequada para algumas dificuldades e auxiliando-o a utilizar esses recursos. ▪ Detetar problemas de grupo e propor soluções.
2º Fase	Estagiários, sobretudo aqueles a quem falta o enquadramento familiar e social, uma vez que se encontram deslocados da sua residência, exclusivamente para a frequência da Formação Profissional Acelerada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a formação integral dos Estagiários, através de um programa de “Educação Social”, que permite simultaneamente ajudar os Estagiários a ocupar, utilmente, parte dos seus tempos livres, afastando-os da frequência de locais que os possam prejudicar física e moralmente. ▪ Proporcionar aos mesmos, um clima de bem-estar, segurança e confiança, de que vão beneficiar os próprios estágios, pois o rendimento individual e do grupo será menos afetado pelos problemas psicossociais, favorecendo a sua integração na empresa onde serão colocados, pois vão melhor informados, sentindo-se valorizados profissional e culturalmente.

²⁵ Serviço de Formação Profissional, Comunicação aos Monitores do SFP em 19/07/69 – Ação do Serviço Social nos Centros de FPA e no SNE (FDMO, 1969).

Como resulta do quadro supra, o Serviço Social surge no IFPA, como uma modalidade específica de intervenção, para apoiar os indivíduos com dificuldades económicas e sociais, que pretendiam frequentar cursos de formação profissional e cujas situações de desfavorecimento afetavam a sua aprendizagem. Fruto deste trabalho, foram implementadas medidas para minorar problemas do estagiário em situação de mais grave carência, designadamente, o sistema de empréstimos reembolsáveis; o pagamento de viagens de visita à família (tendo por base o estudo da situação económica – familiar dos estagiários); a criação de um ficheiro de alojamento (em consequência do levantamento das condições habitacionais dos estagiários deslocados). A estes objetivos não serão alheios os fins de adaptabilidade dos indivíduos aos contextos e de maior abertura e promoção económica do país que, na época em apreço, tal como foi destacado no capítulo anterior, caracteriza a política do Estado e, em consequência, os objetivos de intervenção do Serviço Social.

Assim, com a finalidade de melhorar a formação integral dos estagiários, o programa de “Educação Social”, referido no quadro acima, mereceu aprovação Ministerial a 13 de abril de 1967. É interessante constatar que o mesmo se mantém até aos nossos dias, embora com a introdução de um carácter mais científico, propiciador do desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos formandos, tendo sido atualizada, a sua designação para Formação Sociocultural, ou Formação Complementar.

Em 1965, através do Decreto-Lei nº 46173 de 23 de janeiro, é criado o Centro Nacional de Formação de Monitores²⁶ (CNFM), destinado à preparação dos Monitores (através de cursos com a duração de dois meses) em serviço nos Centros de Formação Profissional Acelerada. Como explica Alcoforado (2000), estes centros deveriam dispor de “Secções de Formação devidamente apetrechadas e dirigidas por um monitor, coadjuvado por um monitor ajudante”. Deste modo, as secções disporiam de um conjunto de postos de trabalho equipados como se de uma empresa se tratasse, sem, contudo, existir qualquer preocupação que ultrapassasse os objetivos estritamente ligados à formação.

Na direta dependência do FDMO, surgiu, também em 1965, através do Decreto-Lei nº 46731 de 9 de dezembro, o Serviço Nacional de Emprego – SNE. A criação deste

²⁶ A Formação Profissional Acelerada era ministrada por formadores recrutados no meio empresarial que, à época, eram designados por Monitores.

Serviço, como menciona Moura (1991) tornou-se essencial, devido à necessidade de haver uma entidade que contribuísse para uma afetação, tão correta quanto possível, da procura de emprego à oferta, através da colocação, da informação e orientação profissionais e recorrendo, sempre que necessário, à mobilidade profissional e geográfica, de forma a contribuir para um pleno emprego quantitativo e qualitativo.

A integração do SNE no FDMO marcou, logo de início, uma estreita articulação entre o emprego e a formação profissional. O Estado assumia, como destaca Alcoforado (2000) não só a importância de prestar assistência económica aos desempregados, de lhes garantir a sua promoção social e profissional, através da formação profissional, mas também de lhes facultar a possibilidade de os reintegrar em atividades profissionais adequadas.

No SNE também trabalham profissionais de Serviço Social, desde 1967, cuja função consiste em contribuir para que os utentes possam usufruir da ajuda dos restantes sectores e saibam recorrer aos Serviços Sociais exteriores, adequados à resolução dos seus problemas. Esta função traduz-se pela ajuda especializada aos utentes, na procura em comum de soluções que interferem, ou afetam, a sua situação de emprego. No âmbito da atuação do Serviço Social a este nível, verificam-se, duas situações: a articulação entre o Serviço Social e os outros sectores do SNE e vice-versa; e a colaboração entre este e outros serviços de equipamento social, quer da área territorial, quer a nível nacional.²⁷

Podemos considerar esta intervenção do Serviço Social no SNE, como um marco histórico desta valência técnica, uma vez que, desde a sua extinção, em 1972, até aos nossos dias e, apesar de ter sido reequacionada a sua atuação na área do Emprego, em 1997, a atividade do Serviço Social continua limitada à área da formação profissional.

Verifica-se, porém, como faz notar Félix (1991) que a referida possibilidade, proporcionada aos desempregados, de fazer formação profissional e de os reintegrar em atividades profissionais adequadas não pode atingir em plenitude os seus objetivos sem promover a resolução do premente problema dos trabalhadores, em número sempre crescente e já muito elevado, que se encontram incapacitados para o trabalho por

²⁷ Serviço Nacional de Emprego – Sector Social, março de 1970 – Instrução SO/3, Articulação do Sector Social com os outros Sectores do SNE e Entidades Exteriores (FDMO, 1970); Serviço Nacional de Emprego – Sector Social, 1971, Perspetiva Social dos Problemas de Emprego (FDMO, 1971).

diminuição física e carência de meios adequados à sua readaptação profissional. Assim, com a finalidade de assegurar a recuperação e readaptação profissional destes trabalhadores, é criado, em 1966, através do Decreto-Lei nº 46872 de 15 de fevereiro, o Serviço de Reabilitação Profissional (SRP).

A necessidade de coordenação e centralização dos serviços de formação profissional existentes determinou a criação, em 1968, do Serviço de Formação Profissional – SFP (Decreto-Lei nº 48275/68 de 14 de março) dependente da Direcção Geral do Trabalho, através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, que passou a integrar o IFPA, o CNFM e uma Divisão de Formação Profissional criada, entretanto, dentro do mesmo (Félix, 1991). À data, o FDMO encontra-se organizado segundo a seguinte estrutura:

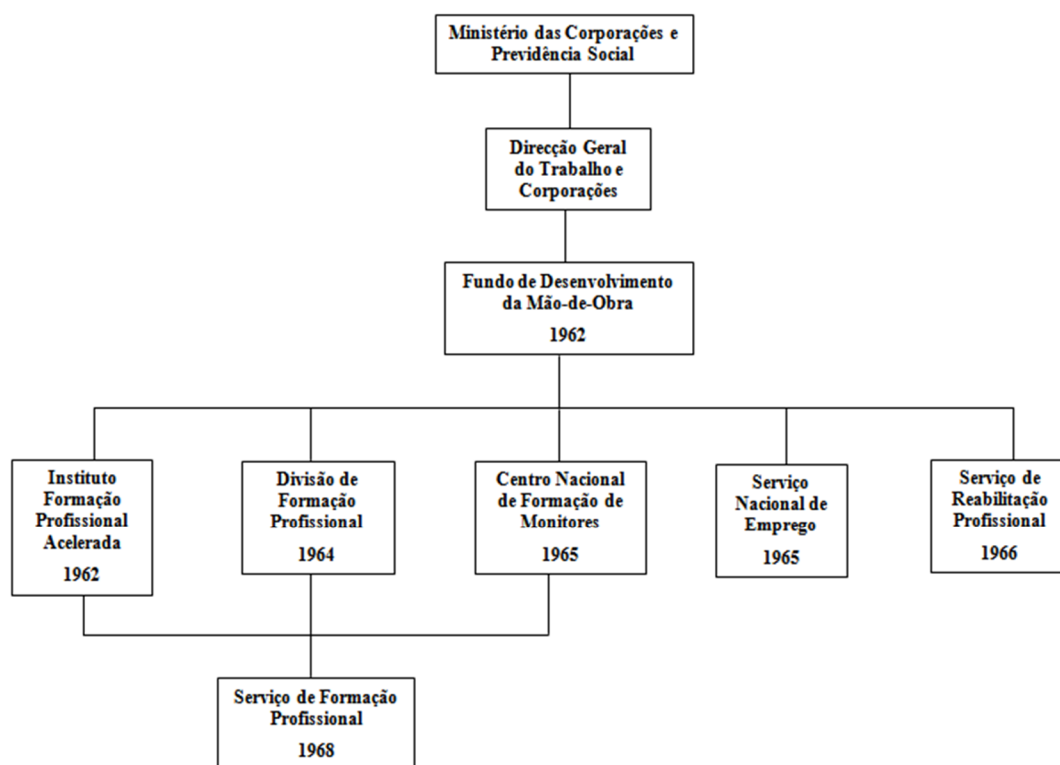


Figura 4. Estrutura Orgânica do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

Fonte: Elaboração própria.²⁸

²⁸ Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

Em 1968, no SFP, constituiu-se o Sector de Coordenação do Serviço Social dos Centros de FPA, embora ainda na dependência técnica do SNE. Deste modo, o Serviço Social encontra-se, a nível local, na direta dependência do Diretor do Centro, sendo coordenado pelo Sector Social Central. Este Sector é constituído por um responsável, Chefe de Divisão, e por dois Adjuntos. Um deles apoia a Divisão em assuntos do SNE e o outro apoia-a em assuntos do SFP.

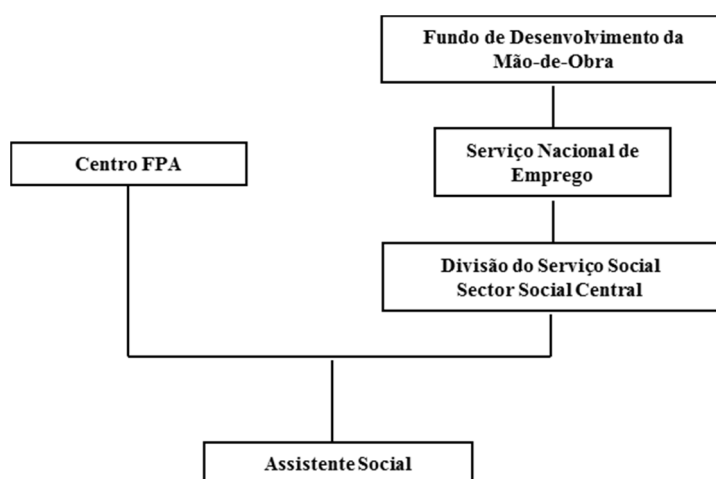


Figura 5. Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do SFP a partir de 1968.

Fonte: Elaboração própria.²⁹

Ao Serviço Social, no Serviço de Formação Profissional, à data, eram atribuídas as funções sistematizadas nos quadros 11 e 12.³⁰

²⁹ Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

³⁰ Serviço de Formação Profissional, Comunicação aos Monitores do SFP em 19/07/69 – Ação do Serviço Social nos Centros de FPA e no SNE (FDMO, 1969); Serviço de Formação Profissional, Informação n° 1017/SO/72 de 15 de março; Serviço Nacional de Emprego, 20 de fevereiro de 1973 – Esquema Síntese da Atuação da Divisão Social

Quadro 11

Intervenção do Sector Social Central do S.F.P. – 1968 a 1975

Funções
▪ Coordenação do trabalho dos Técnicos de Serviço Social dos Centros, apoiando-os na sua atuação técnica, fomentando a comunicação entre todos para conhecimento dos problemas, com vista à adoção de critérios uniformes de atuação, respeitando as especificidades de cada Centro.
▪ Emissão de pareceres sobre informações dos Centros, referentes a rescisões de contrato com Estagiários, ou outros eventualmente pedidos ao Sector.
▪ Levantamento dos Serviços existentes no meio, tendo em vista um inventário do equipamento social existente e uma possível colaboração recíproca.
▪ Colaboração com a Associação dos Trabalhadores da DSFP, na organização e dinamização de empréstimo de livros escolares.
▪ Reunião com todos os Técnicos de Serviço Social e reuniões com pequenos grupos para reflexão e definição de linhas de atuação.
• Difusão de toda a documentação considerada útil e pertinente, aos Técnicos de Serviço Social, em ordem à sua atualização permanente.

Pelo conteúdo do quadro anteriormente exposto, podemos concluir que o Serviço Social, no SFP, contava, desde o início, com o apoio de uma coordenação que proporcionava o apoio técnico aos profissionais de Serviço Social dos Centros de FPA, através, não só de reuniões, mas também da emissão de pareceres relacionados com o sector, assegurando a divulgação e difusão da documentação relevante, permitindo-lhe uma atuação baseada em critérios uniformes, indispensáveis à sua intervenção.

(SO/SNE) de 23 de março de 1970 a 5 de dezembro de 1972; Serviço de Formação Profissional, Informação n° 230/SO/1975, de 11 de abril – Relatório de Atividade do Sector Social (FDMO, 1975); Serviço de Formação Profissional, Informação n°1017/SO/1972, de 15 de março – Atividades circum -estágio nos cursos de qualificação a duas turmas. Ocupação de tempos livres (FDMO, 1972); Serviço Nacional de Emprego, 20 de fevereiro de 1973 – Esquema Síntese da Atuação da Divisão Social (SO/SNE) de 23 de março de 1970 a 5 de dezembro de 1972 (FDMO, 1973).

Quadro 12

Intervenção dos Profissionais de Serviço Social dos Centros F.P.A. S.F.P. – 1968 a 1975

Funções
<ul style="list-style-type: none">▪ Integração do Estagiário, que envolve o acolhimento, através de reuniões de grupo e entrevistas individuais; despiste de problemas, através do conhecimento prévio do mesmo, bem como dos elementos fornecidos pelos técnicos que já tiveram contactos anteriores com este, completados pelo contacto direto; e análise do grupo por especialidade. Este estudo destina-se a prever situações que podem vir a constituir problemas, quer sejam eles motivados pelas características individuais dos Estagiários, quer por estes, face ao grupo onde estão inseridos e que vão necessitar de maior acompanhamento durante o estágio.
<ul style="list-style-type: none">▪ Acompanhamento dos Estagiários, o que pressupõe uma ajuda direta junto destes, através de entrevistas e outros contactos, tais como visitas às oficinas, permanência nos locais de convívio, etc.
<ul style="list-style-type: none">▪ Organização dos Tempos Livres, através de Atividades de Grupo, que implicam formação de grupos de Estagiários, normalmente representantes de cada turma, para a execução de uma determinada tarefa (elaboração de um jornal, organização de atividades desportivas, programação de atividades culturais, comissões de funcionamento da sala de convívio, dormitório, cantina, etc.). Estas atividades têm como principal objetivo a valorização dos indivíduos através, das tarefas a realizar.
<ul style="list-style-type: none">▪ Emitir pareceres e colaborar na criação e apoio ao funcionamento de instalações sociais (dormitórios, salas de convívio, cantina, infantário, etc.).
<ul style="list-style-type: none">• (Re) integração socioprofissional do Estagiário – Toda a atuação do Serviço Social, nos Centros, deve visar a reintegração socioprofissional do Estagiário, independentemente da necessidade de maior atenção a este aspeto na fase final do estágio.

A caracterização da intervenção do Serviço Social, referida no quadro 12, permite concluir que o acolhimento/integração, o acompanhamento ao longo do processo formativo, a promoção de atividades de formação sociocultural e a (re) integração socioprofissional do Estagiário afiguram-se, desde o início do SFP, como os vetores fundamentais da intervenção dos profissionais de Serviço Social em funções nos Centros FPA.

Na sequência da reunião do dia 17 de janeiro de 1977, com o grupo de reestruturação da Direção de Serviços de Formação Profissional, o Sector de Serviço Social deixa de figurar no organograma dos Serviços.³¹ Deste modo, em março, os profissionais de

³¹ SFP – “Serviço Social na D.S.F.P”, 28 de janeiro de 1977 (FDMO, 1977a).

Serviço Social elaboram uma proposta, reiterando o seu campo de ação e as suas funções e recomendando que seja considerado, na programação dos cursos de formação profissional, um tempo semanal de 3 horas, essencialmente para reuniões e debates de temas, de acordo com as motivações e interesses dos grupos, ou seja, para a realização da Formação Complementar. Este documento foi tacitamente aprovado, no ano seguinte, pela referida Direção de Serviços.³²

Podemos afirmar que, nesta época, a intervenção do Serviço Social, quer no SNE (através da ajuda especializada que presta aos utentes de modo a que possam usufruir dos diferentes sectores deste serviço e dos serviços sociais exteriores), quer no IFPA e nos Centros FPA (através do contributo que presta para a adaptação e integração dos estagiários na formação e no centro) revela uma atitude assistencial, facilitadora e integradora. No que se refere especificamente à educação social/organização dos tempos livres (através de atividades de grupo, que têm como principal objetivo a ocupação dos tempos livres e a valorização dos estagiários), os profissionais de Serviço Social adotam um papel educativo. Ou seja, assumem uma intervenção característica do Serviço Social exercido, na década de 1960-1970, em Portugal, como pudemos constatar, no capítulo anterior.³³

2.2.2. – Formação em Cooperação e a Criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP (1979 – 1986)

Apesar do conjunto de iniciativas, já mencionado, no que à formação profissional se refere, quando, já em pleno regime democrático, uma missão da UNESCO chegou a Portugal para estudar a educação portuguesa, encontrou um subsistema de formação profissional com a consciência de estar a disponibilizar respostas já ultrapassadas pela

³² Serviço de Formação Profissional, 1977 – A Intervenção Social nos Centros de Formação Profissional (FDMO, 1977b); Direção de Serviços de Formação Profissional, 1978 – Papel do Serviço Social na Formação Profissional (FDMO, 1978).

³³ As instituições públicas e privadas recriaram-se no âmbito de uma dinâmica sociopolítica, que nem sempre está sincronizada em absoluto no tempo em que se processa, em Portugal, a evolução e transformação das práticas do Serviço Social. Por outro lado, as mesmas são intrincadas no quadro da lógica do seu funcionamento e dos fins a que se propõem.

realidade, quase completamente estatais, pouco eficazes, excessivamente enredadas por uma burocracia central sufocante e demasiado onerosas para os resultados conseguidos (UNESCO, 1975).

Procurando enfrentar este recorrente problema, o novo poder promove uma alteração estrutural significativa, com a criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP, através do Decreto-Lei nº 519-A2/79 de 29 de dezembro de 1979, sob a tutela do Ministério do Emprego e Segurança Social. Como afirmam Grilo (1992) e Alcoforado (2000), com a criação deste instituto pretendia-se encontrar uma solução integrada para a gestão e execução das políticas de Emprego e Formação Profissional, visando uma adequada resposta a quatro exigências fundamentais:

- Descentralização efetiva ao nível das grandes regiões;
- Participação institucionalizada a nível consultivo dos parceiros sociais;
- Modernidade, racionalidade e operacionalidade dos seus elementos organizativos e dos seus métodos de gestão;
- Autonomia administrativa e financeira e património próprio.

A regulamentação desta lei, com a conseqüente criação de uma orgânica própria, apenas decorreu em 20 de maio de 1982 (Decreto-Lei nº 193/82 de 20 de maio). De acordo com Grilo (1992), este Instituto não só veio substituir o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, como deu origem, também, ao desaparecimento de duas Direções Gerais criadas em 1974, a Direção-Geral do Emprego e a Direção-Geral da Promoção do Emprego. De referir que o Serviço de Formação Profissional se encontrava integrado na Direção-Geral do Emprego, desde aquele ano. Em julho de 1985, foi aprovado o Estatuto do Instituto do Emprego e Formação Profissional (Decreto-Lei nº 247/85 de 12 de julho), que institui a gestão tripartida com representação dos parceiros sociais e adota uma estrutura extremamente desconcentrada reforçando as atribuições das estruturas regionais.

O IEFP é um Instituto Público desconcentrado, dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, que prossegue as políticas de emprego e formação profissional definidas e aprovadas pelo Governo (Decreto-Lei nº 247/85, Preâmbulo).

O Estatuto do IEFP adota as orientações emanadas da Organização Internacional do Trabalho, no que se refere à organização dos Serviços de Emprego e à execução das políticas definidas para as áreas do emprego, da formação e reabilitação.

A estrutura de serviços do IEFP encontra-se desconcentrada, de acordo com a divisão do país em regiões, sendo consideradas como tal, as estabelecidas para as Comissões de Coordenação Regional, compreendendo, de acordo com a sua estrutura orgânica, definida no seu Estatuto, criado ao abrigo do Decreto-Lei nº 247/85 de 12 de julho, órgãos centrais, regionais e serviços locais.

Diretamente dependentes das respetivas Delegações Regionais passam a funcionar os Centros de Emprego, os Centros de Formação Profissional de Gestão Direta, os Centros de Reabilitação Profissional, os Centros de Emprego e Formação Profissional (Mistos) e os Centros de Apoio à Criação de Empresas. Compete aos Centros de Emprego incentivar e promover, em articulação com o meio socioeconómico da respetiva área geográfica de intervenção, a realização das ações conducentes à adequada organização, gestão e funcionamento do mercado de emprego envolvente. Aos Centros de Formação Profissional compete genericamente programar, preparar, executar, apoiar e avaliar ações de formação profissional, inicial ou contínua, e assegurar, a nível local, o funcionamento do sistema de certificação profissional definido, promovendo, por essa via, a valorização dos recursos humanos e a dinamização do desenvolvimento da região em que se insere. Os Centros de Reabilitação Profissional detêm as mesmas competências que os Centros de Formação Profissional, tendo, contudo, em vista promover a valorização das pessoas portadoras de deficiência e a dinamização da sua integração social e económica. Por sua vez, os Centros de Emprego e Formação Profissional prosseguem as competências previstas para os Centros de Emprego e para os Centros de Formação Profissional. Compete aos Centros de Apoio à Criação de Empresas fomentar o aparecimento de novas empresas na área geográfica em que estiverem implantados, proporcionando-lhes condições técnicas e físicas, tendo em vista a criação de postos de trabalho (Decreto-Lei nº 247/85 de 12 de julho).

Apesar da alteração estrutural de fundo, introduzida com a criação do IEFP, as ações de formação continuam a seguir o método de Formação Profissional Acelerada. No entanto,

começam a sofrer alterações, primeiro pelas exigências comunitárias de uma duração mais alargada e da inclusão de matérias teóricas não tão diretamente relacionadas com a atividade profissional, depois pela necessidade de incorporar alguns contributos técnicos e científicos. Deste modo, e por orientações dos Serviços Centrais, esta formação deixa de ser ministrada em monodocência, passando as diferentes componentes de formação a ser ministradas por diferentes formadores.

Antevendo a adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia (CEE), como refere Alcoforado (2000), o ano de 1985 assiste ao aparecimento de uma medida legislativa de importância inquestionável. Trata-se do Decreto-Lei nº 165/85 de 16 de maio, ou Lei-Quadro da Formação em Cooperação, que visa o lançamento da ação formativa do Ministério do Trabalho e Segurança Social em novos moldes. Na opinião de Cardim (2005), pretende-se uma reformulação das alternativas da política da formação, encarar a formação profissional como agente essencial ao desenvolvimento e não como simples fator de ajustamento entre a oferta e a procura de emprego. Recusa-se o entendimento da ação do Ministério do Trabalho e Segurança Social na formação, como um meio de intervenção que, de facto, serve objetivos assistemáticos, ao nível do mercado de trabalho, antes se pretende que ele passe a ter um carácter idêntico ao do ensino técnico, cuja intervenção não se remete à conjuntura, mas se pretende permanente e estruturante da qualificação da mão-de-obra.

Este Decreto-Lei veio definir o regime jurídico dos apoios técnico-financeiros por parte do IEFP, à formação profissional em cooperação com outras entidades. Na prática, vem permitir que a formação profissional seja realizada em ações específicas, a desenvolver por qualquer entidade do sector público, cooperativo e privado, e responda a necessidades de formação profissional permanentes, de um ou vários sectores de atividade. Esta última situação veio possibilitar a criação de Centros de Formação Profissional Protocolares sectoriais, intersectoriais, regionais, inter-regionais e interempresariais, resultantes de protocolos entre o serviço público e diferentes entidades.³⁴

³⁴ Desde esta data, que a estrutura de serviços do IEFP passa a contar com Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, que resultam precisamente dos protocolos firmados entre este e outras entidades públicas ou privadas, os quais são geridos por Conselhos de Administração, em que as diferentes partes estão representadas (IEFP, 2000).

A Lei Orgânica do Instituto do Emprego e Formação Profissional, publicada em 1985,³⁵ prevê a existência do Serviço Social, e na alínea j) do nº 1 do seu artigo 36º, atribui-lhe a função genérica de “preparar e propor medidas relacionadas com a problemática social dos candidatos a Emprego e dos Estagiários de Formação Profissional”. O Serviço Social na formação profissional destina-se, portanto, a proporcionar, ao estagiário as melhores condições individuais em ordem à formação profissional, bem como a formação socioprofissional, durante a sua estada no Centro de Formação, e ainda, e posteriormente, já como empregado. Assim, o Serviço Social aparece integrado nos Centros de Formação Profissional, fazendo parte da Equipa de Apoio Técnico, que envolve as valências de Orientação Profissional, Medicina do Trabalho e Serviço Social, encontrando-se na direta dependência do Diretor do Centro (ver Figura 6).

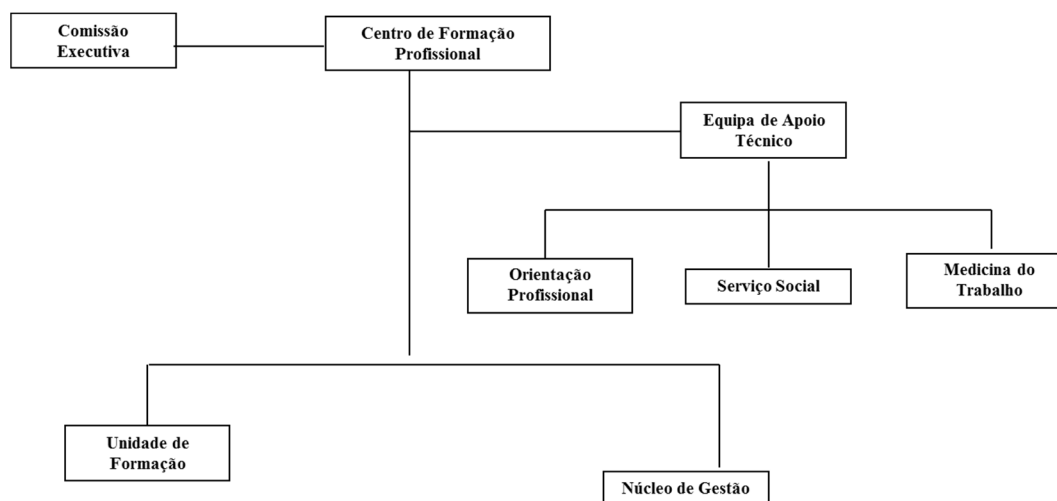


Figura 6. Estrutura Orgânica dos Centros de Formação Profissional a partir de 1985.

Fonte: Elaboração própria.³⁶

³⁵ Decreto-Lei nº 247/85 de 12 de julho.

³⁶ Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

Tendo em conta esta situação e, conscientes dela, os profissionais de Serviço Social elaboram uma proposta definindo a competência do Serviço Social na formação profissional, que colocam à consideração das estruturas dirigentes do IIEFP, a 11 de junho de 1986, a qual vem a ser aprovada, por despacho da Comissão Executiva, de 16 de julho, e cujo conteúdo se apresenta no quadro 13.³⁷

Quadro 13

Conteúdo Funcional dos Profissionais de Serviço Social dos Centros de F.P. IIEFP – 1986

Funções
Acolhimento dos Estagiários – Este envolve uma sessão informativa sobre: <ul style="list-style-type: none">• Estatuto do Estagiário• Contrato do Estagiário• Instalações e normas disciplinares do Centro• Conhecimento do grupo e individual (motivação, família, carências, etc.)• Função da equipa de formação• Equipamento social da zona em que se insere o Centro.
Acompanhamento dos Estagiários: <ul style="list-style-type: none">• Despistar, diagnosticar e tratar problemas que possam vir a ter ou tenham incidência no aproveitamento do estágio.• Facilitar o acesso a recursos para a resolução de situações que se apresentem ao Estagiário, o qual devido à sua estadia no centro, não tem, por si só, condições para resolver.• Inculcar e fazer manter uma disciplina de comportamento que, como parâmetro de formação complementar à oficial concorre para o estabelecimento do espírito de grupo e para a valorização social.• Formalizar em processo individual o relato do acompanhamento individual do Estagiário, de modo a poder tomar posição na avaliação conjunta, com os vários elementos da equipa de formação.
Dinamização de atividades socioculturais – Tendo em vista: <ul style="list-style-type: none">• Fomentar a criatividade, estimulando e desenvolvendo a capacidade de iniciativa e de participação, através da realização de trabalhos de grupo ou individuais no campo cultural e recreativo, tais como: utilização da biblioteca, representações teatrais, expressão musical, dança, exposições, cinema, jornal de curso, ginástica de manutenção, jogos, modelagem de barro, visitas de estudo, desenvolvimento de temas (droga; alcoolismo; tabagismo; planeamento familiar; emprego - relação empregado/empregador; higiene e segurança no trabalho; sindicalismo).
Reintegração socioprofissional do Estagiário <ul style="list-style-type: none">• Transmitir a informação útil ao acompanhamento do 1º emprego.

³⁷ Comissão Executiva, Informação/Proposta da Assessoria da Comissão Executiva de 11 de junho de 1986 – Competência do Serviço Social da Formação Profissional (IIEFP, 1986a); Comissão Executiva – Despacho da Comissão Executiva de 16 de julho 1986 – Competência do Serviço Social da Formação Profissional (IIEFP, 1986b).

Os referidos documentos encerram, uma vez mais, os eixos de intervenção fundamentais dos profissionais de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional (Cruz, Alcoforado, & Albuquerque, 2012), indicados até ao momento, não se revestindo de carácter inovador, relativamente ao seu conteúdo funcional. No entanto, ali se determina:

Para cumprimento da sua função e a fim de estabelecer idêntica forma de atuação do Serviço Social nos vários Centros de Formação Profissional, é estabelecida, para atividades específicas, a inclusão, no programa de formação, de uma tarde de quinze em quinze dias (1 dia por mês).

Por outro lado, é aprovado “delimitar o número de Estagiários que cada profissional de Serviço Social deve ter a seu cargo, que deverá ser próximo de 100.”³⁸

Deste modo, os profissionais de Serviço Social desempenham um papel de regulação do bem-estar dos formandos, no curso, no centro e na comunidade envolvente; assumem uma função promotora dos seus direitos, durante a fase de acolhimento; tecnicista e funcionalizada e de integração, durante o acompanhamento, ao longo de todo o processo formativo e, posteriormente, na fase da sua (re) integração socioprofissional; e afiguram-se como um agente de mudança, no âmbito da dinamização das atividades socioculturais. Estas características são comuns ao papel do Serviço Social, praticado, em Portugal, neste período, conforme descrito no capítulo I.

2.2.3. – Novas Iniciativas para a Organização da Formação Profissional (1987 – 1999)

2.2.3.1. – Regime Jurídico da Formação Profissional Inserida no Mercado de Emprego

Na sequência da adesão de Portugal à, então, Comunidade Económica Europeia, da promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, do Acordo Económico e

³⁸ Comissão Executiva, Informação/Proposta da Assessoria da Comissão Executiva de 11 de junho de 1986 – Competência do Serviço Social da Formação Profissional (IEFP, 1986a); Comissão Executiva – Despacho da Comissão Executiva de 16 de julho 1986 – Competência do Serviço Social da Formação Profissional (IEFP, 1986b).

Social, celebrado a 19 de outubro de 1990, e no âmbito do Acordo de Política de Formação Profissional subscrito a 30 de julho de 1991³⁹, foi estabelecido o enquadramento legal da Formação Profissional, através do Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de outubro. Como salienta Alcoforado (2000), aqui é feita a distinção entre Formação Profissional Inserida no Mercado de Emprego e Formação Profissional inserida no Sistema Educativo, atribuindo a primeira à tutela do Ministério do Emprego e da Segurança Social (com a colaboração de outros Ministérios quando se justifique), e a segunda ao Ministério da Educação. Em sequência surge o Decreto-Lei nº 405/91, também de 16 de outubro, que define o regime jurídico específico da Formação Profissional inserida no Mercado de Emprego. Em suma, este Decreto-Lei vem estabelecer os papéis do Estado, dos parceiros sociais e das entidades, esclarecendo o entendimento oficial de formação profissional e definindo os regimes de financiamento. De acordo com o referido Decreto-Lei, e como destaca Cardim (2005), ao Estado, com participação dos parceiros sociais, são atribuídas as funções de definição de políticas e de coordenação e apoio, promoção e até realização de atividades, através de estruturas específicas. As empresas e as entidades empregadoras em geral são consagradas como “realidade polarizadora e espaço de formação, enquanto as outras entidades formadoras surgem como sendo subsidiárias e complementares”. A formação profissional inserida no mercado de emprego é referida agora como sendo

Destinada especificamente a ativos empregados, por conta própria ou de outrem, e a desempregados, incluindo os candidatos ao primeiro emprego, cujo objetivo principal é o exercício qualificado de uma atividade profissional (Decreto-Lei nº 405/91 de 16 de outubro, ponto 2 do Artigo 1).

Esta é “realizada por empresas, centros de formação e outras entidades empregadoras ou formadoras” e abrange a formação inicial e contínua, nas suas diferentes modalidades. O diploma considera a questão da articulação entre este sistema de formação, e o serviço público de emprego e outras entidades, fazendo compreender que esta arquitetura

³⁹ Conselho permanente de Concertação Social. (1991). Acordo de Política de Formação Profissional. Lisboa: Conselho permanente de Concertação Social.

corresponde a uma estrutura conceptual, em que as “políticas de emprego” têm um papel central.

A 4 de novembro de 1986, a Portaria nº 656/86 que aprovou “a estrutura orgânica dos Serviços Centrais do Instituto do Emprego e Formação Profissional” cria, formalmente, o Núcleo de Serviço Social, cujas competências, de acordo com o seu artigo 25º, se encontram sistematizadas no quadro 14:

Quadro 14

Intervenção do Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional - Entre 1986 e 1991

Funções
• Definir as normas que promovam a inserção dos formandos no mundo do trabalho.
• Inventariar os recursos de equipamento social existentes no País com vista a proporcionar aos estagiários a sua utilização.
• Colaborar com os restantes serviços do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em ordem a assegurar a unidade de ação.
• Articular com os outros serviços do IEFP e outras entidades públicas e privadas para a prossecução das suas atividades.
• Assegurar a realização das suas atribuições a nível nacional através da afetação de técnicos aos Centros de Formação Profissional.
• Assegurar a coordenação da função social entre as delegações regionais.

A partir deste momento, o Serviço Social no Instituto do Emprego e Formação Profissional enquadra-se nos Centros de Formação Profissional, ligado a uma estrutura Central – O Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional.

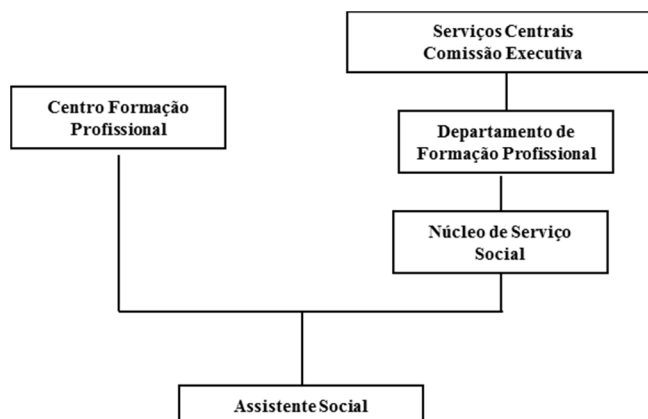


Figura 7. Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 1986.

Fonte: Elaboração própria.⁴⁰

Durante a vigência do Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional, que constituiu um marco histórico para o Serviço Social (Cruz et al., 2012), foram tomadas medidas importantes, para esta valência técnica, nomeadamente, procedeu-se ao reforço do quadro de recursos humanos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, face à relação anteriormente aprovada de 100 Formandos / 1 Técnico de Serviço Social.⁴¹

Embora a atribuição dos apoios sociais aos formandos não fosse da responsabilidade dos Técnicos de Serviço Social, torna-se sua função prestar a informação relativa às regalias sociais em vigor, num contexto de emergência do Estado Social, e aferir a sua correta aplicação técnica. Neste contexto, por exemplo, tendo em conta que os subsídios são pagos no final do mês, estes Técnicos tomam consciência de que há formandos alojados que não podem dispor da quantia necessária para pagar a mensalidade do quarto, cujo aluguer está condicionado ao pagamento antecipado da mensalidade. Para ultrapassar esta

⁴⁰ Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

⁴¹ Serviço Social de Formação Profissional – Ata nº 1 – Reunião do Núcleo de Serviço Social de 11-09-1986 (IEFP, 1986c).

situação, em novembro de 1988, o Núcleo de Serviço Social, elabora um documento onde propõe que

No início do primeiro mês de formação e, após assinatura do Contrato de Formação, seja adotado o procedimento de efetuar o pagamento do valor do subsídio de alojamento a todos os formandos que a ele tivessem direito, evitando discriminações...⁴².

Esta proposta foi aprovada pela Comissão Executiva do IEFP.






É de salientar que, desde o início da intervenção dos profissionais de Serviço Social nos Centros de FPA, esta valência técnica assume um papel importante na defesa e concretização dos direitos dos formandos. No entanto, só após a criação do IEFP é que se torna mais claro e formalizado este objetivo, no âmbito do acolhimento/integração e do acompanhamento dos mesmos. O conteúdo funcional descrito, no quadro 13, é prova desse reconhecimento e da conseqüente consciencialização, quer por parte dos elementos da Equipa de Apoio Técnico, quer por todos os intervenientes no processo formativo.

Tal como previsto nos referidos Decretos-Lei nº 401 e nº 405, ambos de 16 de outubro de 1991, em 23 de maio de 1992, é criado o Sistema Português de Certificação Profissional, pelo Decreto-Lei nº 95/92. Este Sistema pretende regular e certificar toda a formação profissional inserida no mercado de emprego, bem como permitir a certificação de saberes adquiridos pelas vias formal e informal de formação e das competências construídas por um profissional em qualquer espaço e tempo da sua vida. Aspeto que se afigura verdadeiramente inovador. As atribuições deste sistema encontram-se descritas no quadro 15:

⁴² Informação nº 192/FP/SCC/88 de 25-11-1988 – Pagamento antecipado do Subsídio de Alojamento (IEFP, 1988a).

Quadro 15

Distribuição de Atribuições no Sistema Nacional de Certificação Profissional

MSST/ OUTROS MINISTÉRIOS		<ul style="list-style-type: none"> • HOMOLOGA NORMAS DE CERTIFICAÇÃO • NOMEIA ENTIDADES CERTIFICADORAS
COMISSÃO PERMANENTE		<ul style="list-style-type: none"> • CRIA AS CTE • APROVA PERFIS E NORMAS DE CERTIFICAÇÃO
COMISSÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS		<ul style="list-style-type: none"> • DÃO PARECER SOBRE PERFIS PROFISSIONAIS • PROPÕEM AS NORMAS DE CERTIFICAÇÃO
ENTIDADES CERTIFICADORAS		<ul style="list-style-type: none"> • AVALIAM E CERTIFICAM OS PROFISSIONAIS • AVALIAM E HOMOLOGAM CURSOS
IEFP		<ul style="list-style-type: none"> • APOIA O FUNCIONAMENTO DAS CTE E DAS ENTIDADES CERTIFICADORAS

Fonte: Adaptado de Alcoforado (2004, p. 77).

Como refere Alcoforado (2004), este documento coloca o Sistema sob a tutela do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, apostando numa composição tripartida, envolvendo a Administração Pública e a participação dos Parceiros Sociais (Associações Patronais e Sindicais) na sua administração (Comissão Permanente), gestão (Comissões Técnicas Especializadas – CTE) e operacionalização (Júris de Certificação) e enuncia, como objetivos principais a atingir:

- Promover uma maior transparência das qualificações profissionais
- Facilitar a circulação dos trabalhadores
- Promover a empregabilidade
- Incentivar o aparecimento de novas formas de organização do trabalho
- Valorizar a formação ao longo e em todos os espaços da vida.

Este Sistema permite a obtenção de um Certificado de Aptidão Profissional (CAP), quer pela via do reconhecimento da experiência profissional e das aprendizagens não formais e informais dela resultantes, quer do reconhecimento e homologação de cursos de formação profissional, quer ainda através do reconhecimento de títulos e diplomas obtidos noutros países, procedendo à atribuição da respetiva equivalência.

A evolução das qualificações e da formação profissional tem de ser analisada no contexto da transformação da economia com novas exigências de mercado, das novas aspirações por parte dos recursos humanos, da difusão de novas tecnologias e de novas formas de organização e métodos de gestão (Moniz & Kovács, 2001). O mercado tende a ser instável e diferenciado, com novas exigências referentes à qualidade, flexibilidade e inovação. A economia é, cada vez mais, marcada pela internacionalização e globalização, implicando uma crescente competição. Como refere Ferreira (1999), Portugal, enquanto membro da União Europeia e possuidor duma economia assente essencialmente em mão-de-obra intensiva e com carências avultadas ao nível dos serviços de proximidade, tem agora oportunidade de potenciar a terciarização da economia, crescendo em atividades com baixo ou médio valor acrescentado na área de novos serviços a pessoas e famílias: saúde, assistência, apoio aos idosos, cultura, ambiente, lazer, enquadramento infantil, etc. Por outro lado, a indústria do tipo tradicional de trabalho intensivo, fundada na mão-de-obra barata, encontra-se em crise face à ascensão de um novo tipo de indústria baseada na informação e em recursos humanos competentes. Ou seja, a inovação tecnológica permitirá a terciarização da indústria (Ferreira, 1999), onde serão criados empregos com elevados conteúdos de conhecimento e a criação e o manuseamento de aplicações relacionadas com a informação e a comunicação, nomeadamente tratamento da informação, multimédia, telemática, marketing interativo, comércio eletrónico e economia digital, gestão de redes, processamento de dados, *software*, etc.

Como faz notar Teixeira (1996), a indústria e os serviços convergem em direção a um sistema produtivo complexo, intensivo em capital orientado para a qualidade e flexibilidade, enquanto a difusão de novas tecnologias flexíveis cria novas potencialidades para responder aos desafios do mercado, mas ao mesmo tempo, coloca novas exigências e possibilidades em termos de qualificação, modos de organização do

trabalho e métodos de gestão. O contexto organizacional e a qualificação dos recursos humanos, ou seja, a maneira como as novas tecnologias são utilizadas determina a exploração das suas potencialidades. Os recursos humanos tornam-se cada vez mais escolarizados e têm novos valores e aspirações face ao trabalho, tais como a autonomia, responsabilidade, desenvolvimento pessoal e profissional, e participação.

As formas de organização do trabalho e métodos de gestão que desvalorizam os recursos humanos, limitando as suas competências e formação, encontram-se numa profunda crise. Essa crise manifesta-se no baixo nível de produtividade, nos problemas de qualidade e na incapacidade de aproveitar as potencialidades das novas tecnologias.

Como refere Kovács (1998) a crescente atenção atribuída aos recursos humanos, nomeadamente à sua qualificação, formação e motivação, tem por base o reconhecimento de que a melhoria, nestes aspetos, permite enfrentar as exigências de competitividade, impostas pelas novas condições de mercado. Estas novas condições requerem eficiência de custos; desenho e qualidade dos produtos; melhoria pós-venda aos clientes; flexibilidade técnica, organizacional e dos recursos humanos, para poder dar resposta rápida às mudanças de mercado; procura da produtividade total, pela otimização da organização para garantir a continuidade do funcionamento dos equipamentos. Segundo a mesma autora, para enfrentar os novos desafios do mercado, as empresas investem cada vez mais em tecnologias avançadas. Mas muitas empresas que introduziram e introduzem novas tecnologias continuam a funcionar com base em princípios de organização e gestão marcados pela rigidez e orientados para a redução de custos. Assim, procuram não tanto a flexibilidade, mas a redução de custos de mão-de-obra, o aumento da produtividade e o reforço do controlo centralizado sobre o processo produtivo e sobre as pessoas. A produtividade é entendida como dependente das máquinas que substituem cada vez mais as pessoas. Essas empresas privilegiam o fator tecnológico e negligenciam os outros fatores relacionados com a organização e recursos humanos. Deste modo, não há, ou há insuficiente esforço para mudar a organização e formar as pessoas. Esta tem sido a orientação dominante em todos os sectores produtivos portugueses. No entanto, um número crescente de empresas que investiu em equipamentos tecnologicamente avançados começa a chegar à conclusão que não consegue rendibilizar a capacidade

instalada. Inclusivamente, do ponto de vista político existe uma noção clara de que a modernização tecnológica tem implicações no domínio da organização e da formação. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Regional refere, embora de um modo determinístico, que a mutação tecnológica provoca a obsolescência rápida de instalações fabris, formas de organização e qualificação específicas, provocando uma alteração nos perfis de emprego e das profissões.

Ao mesmo tempo, como fazem notar Moniz e Kovács (1997), a experiência de empresas inovadoras em diversos países, tem vindo a demonstrar que a integração vertical e horizontal das tarefas e a descentralização da responsabilidade para o nível operacional, organizado em unidades de trabalho com autonomia, permite melhorias significativas em termos de produtividade, flexibilidade e qualidade. Porém, para este tipo de funcionamento são necessários recursos humanos adequados, isto é, qualificados, motivados, formados, capazes de trabalhar em equipa e de passar de uma tarefa para outra e/ou de uma máquina para outra, com iniciativa e responsabilidade.

Uma parte das mudanças nas qualificações relaciona-se com a transformação da produção no sentido da sua intelectualização engendrada pela utilização de novas tecnologias. Isto é, as fases mais intelectualizadas (conceção, preparação, estudo, gestão, programação, planeamento) aumentam (em termos de tempo, custo e de pessoal) em detrimento das fases de transformação física. A produtividade deixa de depender do ritmo de transformação física e ganha um carácter sistémico. Para a compreensão dos novos requisitos de ensino-formação, é indispensável, mas não é suficiente, tomar em consideração o efeito da mudança tecnológica na natureza e no conteúdo do trabalho, nas competências, nas qualidades e nas responsabilidades requeridas. É necessário ainda considerar o tipo de divisão e organização do trabalho (Kovács, 1998).

Segundo Teixeira (1996), os estudos realizados permitem indicar várias tendências de mudança nos sistemas produtivos. Neste contexto, podemos referir a supressão gradual das atividades de transformação física (operações primárias) e aumento do peso das atividades de manipulação de informação da indústria, a par da informatização das tarefas administrativas rotineiras, quer na indústria, quer nos serviços. Verifica-se o deslocamento do centro de qualificações para as funções qualificadas ou altamente

qualificadas (conceção, preparação, programação, gestão, manutenção, etc.) e, por conseguinte, o aumento da procura de especialistas com elevada qualificação (engenheiros e técnicos) em matéria de informática, *marketing*, gestão, engenharia da produção, gestão financeira e formação.

Como fazem notar Moniz e Kovács (2001), surge, assim, a exigência de um novo saber de carácter essencialmente intelectual: de uma nova lógica e de uma nova linguagem e de um conhecimento técnico mais geral, não limitado a uma profissão (conhecimento abstrato relativo a símbolos, códigos, que permite realizar operações abstratas e tridimensionais). Deste modo, maior polivalência, capacidade para trabalhar em equipa, capacidade de comunicação, fazem parte das qualidades exigidas, devido à maior interdependência de funções e tarefas. Verifica-se ainda, um aumento da responsabilidade a nível operacional resultante da necessidade de resolver situações imprevistas e de lidar com a vulnerabilidade face aos erros e falhas inerentes aos sistemas com uma complexidade crescente.

Como referem Lopes et al. (1998), as características da organização flexível do trabalho vão ao encontro das novas exigências impostas pela produção flexível orientada para a qualidade: divisão maleável e integração de funções de conceção, controlo e execução; definição de tarefas de acordo com as circunstâncias e as necessidades; integração horizontal e vertical de tarefas que permitam criar um trabalho “completo”, identificável e com resultados visíveis; iniciativa e autonomia dos indivíduos para programarem o seu trabalho e determinarem os procedimentos na sua execução; realização de funções e tarefas em grupos de trabalho; mão-de-obra qualificada e polivalente; informações claras sobre os resultados obtidos no trabalho e autocontrolo.

Com a utilização de novas tecnologias em organizações qualificantes, surgem novos padrões de trabalho, bem diferentes dos tradicionais (Moniz & Kovács, 2001), como podemos identificar, através do quadro 16:

Quadro 16

Padrões de Trabalho

Padrões Tradicionais	Novos Padrões de Trabalho
▪ Qualificações simples	▪ Qualificações múltiplas
▪ Rígidas demarcações hierárquicas e profissionais	▪ Imprecisão de fronteiras
▪ Forte divisão do trabalho	▪ Fraca divisão do Trabalho
▪ Operação baseada sobretudo na intervenção direta	▪ Práticas de trabalho flexíveis ▪ Sobretudo, supervisão de operações
▪ Baixo nível de autonomia	▪ Alto nível de autonomia e delegação de competências
• Formação é secundária	• Formação é prioritária

Fonte: Adaptado de Moniz & Kovács (2001, p. 132).

Os desenvolvimentos técnicos/tecnológicos, científicos, económicos e socioculturais, desde sempre, tiveram consequências e determinaram modificações importantes nos sistemas de trabalho. Tais modificações podem verificar-se ao nível das finalidades de trabalho, formas de produção, modos de organização, conceitos de gestão, etc.

Segundo Teixeira (1996) e Vieira (2004), podemos considerar que, no século XX, particularmente na segunda metade, os modos de produção, em linhas gerais, evoluíram da mecanização para a informatização, passando pela automação; as finalidades produtivas tiveram de responder às exigências de uma nova ordem económica, que evoluiu da economia restrita para a globalização; os modos de organização tiveram de atender às novas finalidades, às novas formas de produção e aos desenvolvimentos científicos e socioprofissionais; os procedimentos de gestão tiveram de se confrontar com a nova ordem social e cultural.

Estas novas finalidades e modos de produzir, organizar e gerir os sistemas de trabalho implicam naturalmente novas exigências no domínio das qualificações e competências profissionais dos trabalhadores. Como evidencia Vieira (2004), é assim que a formação profissional (ao contrário do que alguns creem, nunca poderá deixar de ter em conta e ser dissociada das características e condicionalismos dos sistemas de trabalho) tem de evoluir e organizar-se para responder às novas exigências profissionais.

Como já foi referido anteriormente, e segundo a mesma autora, o método de Formação Profissional Acelerada surgiu, na década de 60, para dar resposta às necessidades do país: preparar rapidamente mão-de-obra qualificada para responder à indústria que se encontrava em acelerada transformação tecnológica; qualificar/reconverter trabalhadores desempregados por falta de qualificação adequada às novas exigências da indústria; proporcionar, simultaneamente com a prática, alguns suportes teóricos exigidos pelas novas formas de produção; promover uma formação adequada às características dos adultos, do ponto de vista psicológico e social. Este método tinha como principais características a rapidez, uma vez que tinha a duração de 6 meses; utilidade imediata, na medida em que garantia emprego, à saída da formação; essencialidade, pois pontuava-se pela seleção dos conteúdos fundamentais para o trabalho a desenvolver; prática, uma vez que primava pelo treino das tarefas da profissão; e responsabilidade, dada a sua exigência e rigor.

O principal objetivo da Formação Profissional Acelerada, como faz notar Vieira (2004), consistia em preparar os trabalhadores executantes para saber fazer o seu trabalho, saber operar no respetivo posto, o que respondia às exigências da produção e organização do trabalho no período da mecanização, em que o trabalhador/operário devia comportar-se como um simples executante das ordens do seu superior que era naturalmente um técnico pensante.

Com o desenvolvimento da automatização dos sistemas de produção, já não basta que o trabalhador/operário saiba fazer, operar com os mecanismos, torna-se imprescindível que este seja também capaz de “compreender os processos” e resolver casos de pequenas avarias ou problemas dos equipamentos, isto é, deve saber atuar adequadamente em situações problemáticas. Em consequência, a formação profissional tem de procurar

responder a estas novas exigências do trabalho, devendo propor como seu objetivo global preparar trabalhadores capazes de interpretar situações criadas pelos novos meios de produção, tomar decisões e resolver problemas mais ou menos complexos, isto é, capacitá-los para agir intelectualmente, saber pensar (Vieira, 2004).

Com as vertiginosas mudanças tecnológicas, económicas e sociais e consequentes mudanças nas condições de vida e de trabalho, torna-se necessário que a formação profissional aponte para o apetrechamento dos trabalhadores, no sentido da sua adaptação à permanente instabilidade dos empregos e diversidade de tipos e formas de trabalho a que terá que ocorrer, proporcionando-lhes competências pessoais e sociais, ao nível do saber ser/estar (Vieira, 2004).

O seu objetivo fulcral é, não só facultar-lhes uma multiplicidade de aprendizagens, que se ajustem a diferentes situações, mas sobretudo capacitá-los para a apropriação autónoma de novas competências necessárias à integração em diferentes sistemas de trabalho, ou seja preparar profissionais responsáveis e competentes para atuarem de forma independente, não apenas ao nível das realizações profissionais, mas também e principalmente ao nível da apropriação e adequação constante dos saberes indispensáveis à diversidade e imprevisibilidade das situações que se lhes deparem, isto é, capacitá-los para aprender a aprender, saber aprender (Vieira, 2004).

No final do Século XX, em sequência de mutações estruturantes no domínio do emprego, provocadas pela desregulação do sistema capitalista tradicional e pela imposição progressiva de entendimentos mais neoliberais nas relações laborais e na orientação dos modelos produtivos e de prestação de serviços, aumentar as qualificações e competências tornou-se, essencialmente, uma forma de aumentar a empregabilidade, enquanto capacidade individual para conseguir um posto de trabalho e mantê-lo com sucesso, levando, consequentemente, a um alinhamento das políticas públicas de formação com estas novas ortodoxias, traduzidas em novas propostas e novas práticas formativas.

2.2.3.2. – Novas Modalidades da Formação Profissional

Deste modo, ao longo dos tempos, os conteúdos da formação tiveram de ser alterados e diversificados ao nível das teorias e das práticas e adotadas modalidades e metodologias compatíveis com estes novos objetivos. Isto é, como refere Alcoforado (2008), as novas modalidades de formação deixam apenas de dar resposta às necessidades mais imediatas dos indivíduos e das empresas, sendo introduzida uma vertente de formação geral e de desenvolvimento pessoal e social, bem como uma componente de formação prática em contexto de trabalho, tendo em vista uma familiarização com ambientes profissionais marcados por elevados graus de imprevisibilidade e gerando possibilidades de desenvolvimento de competências mais alargadas, a partir dos próprios percursos formativos.

2.2.3.2.1. – A Qualificação Inicial

No âmbito das novas ofertas formativas disponibilizadas pelo IEFP, as “velhas” ações de Formação Profissional Acelerada, já reorganizadas, dão lugar às ações de Qualificação Inicial. Só com a publicação do já referido Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de outubro, que vem definir as diferentes modalidades de formação, é que surge formalmente esta designação. A Qualificação Inicial é uma modalidade de formação que se centra no desenvolvimento de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista adquirir ou completar uma qualificação profissional de nível 2 ou 3, favorecendo o aumento da empregabilidade e facilitando a transição para a vida ativa. Os cursos de Qualificação Inicial têm como público-alvo jovens e adultos, candidatos ao primeiro emprego ou desempregados, não qualificados ou sem qualificação adequada ao mercado de trabalho, que tenham completado a escolaridade obrigatória. Estes cursos baseiam-se na interação de três componentes de formação, sociocultural, científico-tecnológica e prática. A duração dos percursos formativos pode variar entre 1.340 a 1540 horas (nível 2) e 1.520 e 1950 horas (nível 3), dependendo do nível de qualificação que os mesmos conferem, do perfil de ingresso dos candidatos e, ainda, das especificidades da área de formação em que se inserem (IEFP, 2004a; POEFDS, 2001).

2.2.3.2.2. – O Sistema Aprendizagem em Alternância

Nesta oferta formativa, incluem-se também as ações do Sistema Aprendizagem em Alternância que foi instituído, através do Decreto-Lei nº 102/84 de 29 de março e complementado pelo Decreto-Lei nº 436/88 de 23 de novembro, que regista uma expansão assinalável a partir de 1990. O Sistema de Aprendizagem em Alternância reveste-se de uma importância estratégica no quadro das políticas de Educação – Formação – Trabalho, na medida em que, sendo um dispositivo profundamente implantado a nível regional e local, constitui uma alternativa ao sistema formal de ensino, contribuindo decisivamente, para o aumento das qualificações profissionais dos jovens, que abandonam precocemente a escola, associado ao crescimento das respetivas qualificações escolares, bem como para a reorientação de contingentes significativos de jovens para vias profissionalizantes, potenciando o desenvolvimento de novos profissionais, altamente qualificados, para dar resposta à necessidade das empresas e, particularmente das PME's, em quadros médios e especializados, numa perspetiva de aumento da sua competitividade. Neste contexto, a Aprendizagem em Alternância visa qualificar candidatos ao primeiro emprego, de forma a facilitar a sua integração, na vida ativa, através de perfis de formação que contemplam uma tripla valência: reforço das competências académicas, pessoais, sociais e relacionais; aquisição de saberes no domínio científico-tecnológico; e uma sólida experiência na empresa. O Sistema Aprendizagem tem como finalidade a integração nas empresas de profissionais qualificados, com uma preparação técnica adequada a uma participação ativa no desenvolvimento das organizações em que se inserem. Destina-se fundamentalmente a jovens até aos 25 anos, candidatos ao primeiro emprego não abrangidos pelas disposições legais relativas à escolaridade, que procuram uma via alternativa para a entrada na vida ativa, obtendo simultaneamente uma certificação profissional e uma progressão escolar. No final do processo formativo, os diplomados do Sistema obtêm uma certificação profissional relativa a uma formação de nível 1, 2, ou 4 associada a uma progressão escolar, com equivalência ao 2º e ao 3º Ciclos do Ensino Básico ou ao Ensino Secundário. A duração dos cursos de Aprendizagem em Alternância varia entre 970 e 1.020 horas (nível 1); 3.000 a 3.600 horas (nível 2); 4.000 e 4.500 horas (nível 4) (POEFDS, 2001).

2.2.3.2.3. – Percursos Formativos Organizados em Unidades Capitalizáveis

O PNE adotado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 59/98, de 6 de maio de 1998, surgiu como um instrumento que responde às orientações aprovadas na Estratégia Europeia para o Emprego (EEE), adotada na Cimeira do Luxemburgo, em novembro de 1997, a qual teve as suas raízes no Tratado de Amesterdão, do mesmo ano. Com o Tratado de Amesterdão, os Governos comprometem-se a orientar as suas políticas de emprego de forma coerente com a política económica da Comunidade; promover uma mão-de-obra qualificada e adaptável; favorecer mercados de trabalho que reajam positivamente a uma economia em mutação; reforçar a ação social da União, através da luta contra a exclusão e a pobreza. Ou seja, reforçar, com novas disposições, os direitos individuais já previstos no Tratado de Maastricht (Comissão Europeia, 2004)

Pretende-se que o PNE constitua um instrumento vivo, permanentemente capaz de responder aos diversos desafios com que se defronta, no sentido de prosseguir os resultados de modernização e qualificação do emprego, elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional dos ativos, de combate ao desemprego e de promoção da coesão social e da igualdade de oportunidades, elementos centrais quer do programa do Governo, quer do Plano de desenvolvimento Económico e Social (Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2001).

O PNE obedece à lógica plurianual da Estratégia Europeia para o Emprego (EEE), desenhada na sua primeira fase para um período de cinco anos (1998 e 2003), sendo os principais objetivos desta Estratégia a promoção do pleno emprego, a melhoria da qualidade e da produtividade no trabalho, e o fortalecimento da Coesão e Inclusão Sociais. Neste contexto, o PNE (1998-2003) desenvolveu-se em torno de quatro pilares: melhorar a empregabilidade; desenvolver o espírito empresarial e a criação de emprego; incentivar a adaptabilidade das empresas e dos seus trabalhadores; reforçar as políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. (Ministério do Trabalho e Solidariedade, 2001).

Para implementar estas opções políticas nos domínios do emprego e formação profissional, a partir de 1998, o IEFP assume um carácter determinante na resposta às necessidades de qualificação dos jovens e de formação de ativos desempregados, com

especial relevância para os Desempregados de Longa Duração (DLD's), grupos de exclusão social e outros públicos com baixo nível de escolaridade, bem como de formação contínua dos ativos empregados ou em risco de desemprego. Deste modo, desenvolve um processo de reorganização da sua oferta formativa, tendo em vista torná-la tão flexível que permita disponibilizar uma resposta à medida do projeto de cada pessoa, adaptando-se aos diferentes públicos-alvo considerados prioritários, a uma diversidade de contextos formativos e, às mutações de natureza social, tecnológica e organizacional que atingem, sistematicamente o mercado de trabalho (IEFP, 2000).

Neste âmbito, o IEFP envolve-se na construção de Referenciais de Formação, que estruturam Percursos Formativos organizados em Unidades Capitalizáveis, no quadro de Itinerários de Qualificação reconhecidos, em termos de certificação, para efeitos de desempenho profissional. A estrutura dos Itinerários de Qualificação baseia-se numa associação/justaposição das componentes de formação sociocultural, científico-tecnológica e prática em contexto de trabalho (IEFP, 2000). Ou seja, como salienta Alcoforado (2000), o IEFP procede à reforma da organização dos seus cursos de formação contínua, englobando os cursos de curta e média duração, até 400 horas, e os de longa duração, até 1500, em percursos formativos baseados em Unidades Capitalizáveis, podendo ser frequentados por qualquer ativo que, conforme os casos, pode ser certificado pela frequência e aproveitamento numa qualquer unidade, ou pela frequência e aproveitamento num percurso completo, coincidente com um perfil profissional, também completo, previsto, ou a prever, no sistema nacional de certificação.

2.2.3.3. – A Intervenção do Serviço Social no Âmbito das Novas Modalidades de Formação Profissional

Apesar das funções dos Técnicos de Serviço Social, nos Centros de Formação Profissional não revelarem alterações de fundo, ao longo destas décadas, a forma como são desempenhadas começam a expressar alguma evolução. Em fevereiro de 1990, é publicado o Regulamento da Equipa de Formação, o qual contou com os contributos das unidades orgânicas Centrais e Regionais, nomeadamente do Sector Social que já, em abril

de 1988, tinha elaborado um projeto de Regulamento.⁴³ Integram a Equipa de Formação: o Diretor do Centro, o Formador, o Conselheiro de Orientação Profissional, o Técnico de Serviço Social e, o Médico e/ou Enfermeiro (Medicina do Trabalho). São funções de âmbito geral desta Equipa, as elencadas no quadro 17.⁴⁴

Quadro 17

Equipa de Formação – 1990

Funções
• Intervir na constituição dos grupos definitivos de formandos referentes a cada ação de formação.
• Promover sessões de acolhimento dos formandos de cada ação de formação.
• Assegurar o acompanhamento dos formandos ao longo do processo formativo.
• Colaborar na definição das estratégias pedagógicas indispensáveis à eficiência da formação.
• Intervir na análise da evolução do aproveitamento dos formandos através de reuniões de avaliação.
• Participar na análise e resolução de casos de formandos que revelem dificuldade de aprendizagem, de inserção ou adaptação social e, de uma maneira geral, em todas as situações que possam comprometer o seu bom aproveitamento.
• Colaborar na elaboração de processos que conduzam a rescisões de contrato, emitindo parecer por escrito.
• Promover o estudo e diagnóstico das necessidades de atividades complementares da formação profissional.
• Participar no processo de integração profissional do Formando.
• Intervir na avaliação do seu trabalho, no final de cada ação, em reunião extraordinária.
• Colaborar na programação anual de ações de formação.

⁴³ Informação FP-SSc/88/EM-OPF/27 de 26 de abril de 1988 – Projeto de Regulamento da Equipa de Formação dos Centros de Formação Profissional (IEFP, 1988b).

⁴⁴ Circular Normativa 7/90 de 17 de setembro – Regulamento da Equipa de Formação (IEFP, 1990b).

No âmbito desta Equipa, cabe especificamente ao Técnico de Serviço Social contribuir para o recrutamento dos formandos, promover ações que impulsionem e capacitem o formando a relacionar-se estreitamente com o meio e permitam a participação no seu próprio desenvolvimento em ordem a uma melhor integração no curso, no Centro e posteriormente na vida ativa. Para o efeito, deverá desempenhar as funções descritas no quadro 18.⁴⁵

Quadro 18

Intervenção dos Técnicos de Serviço Social nos Centros de F.P. – 1990

Funções
▪ Participar na 2ª fase de Orientação Profissional - Recrutamento dos Formandos , a fim de facultar à equipa de formação os aspetos relevantes da situação social do candidato e da sua perspetiva face ao processo de orientação em curso.
▪ Prestar ao Formando, informações úteis e de carácter global sobre os recursos sociais do Centro e do exterior.
▪ Promover um acolhimento facilitador da integração do Formando no centro.
▪ Contribuir para que o Formando se situe e participe na procura da resolução de situações/problema de inserção e adaptação social.
▪ Contribuir para o aumento da cultura geral dos formandos nos aspetos cívico, intelectual e físico, estimulando a criatividade e desenvolvendo o espírito de iniciativa, através de: ➤ Coordenação de programas de formação complementar ➤ Dinamização de atividades em tempo de lazer.
▪ Fomentar o intercâmbio de atividades dos Centros e da comunidade como meio do desenvolvimento de relação intergrupos e instituições.
▪ Fornecer em reuniões de avaliação, informação de carácter psicossocial aos membros da equipa e ao Técnico de Emprego, tendo em vista promover a integração dos formandos e a concretização da sua futura colocação.
▪ Estabelecer contacto com organismos e instituições sempre que as ações em curso o exijam.
▪ Participar na avaliação da atividade desenvolvida pela equipa.

⁴⁵ Circular Normativa 7/90 de 17 de setembro – Regulamento da Equipa de Formação (IEFP, 1990b).

Tal como podemos verificar, através do quadro supra, o Regulamento da Equipa de Formação faz referência, pela primeira vez, à participação dos Técnicos de Serviço Social, no recrutamento dos formandos, no âmbito de uma nova Metodologia de Intervenção, composta por duas fases, a desenvolver respetivamente, nos Centros de Emprego, a 1ª Fase e nos Centros de Formação, a 2ª Fase. Esta Metodologia de Orientação Profissional previa para a 2ª Fase, que tinha a duração de uma semana, o desenvolvimento de uma intervenção articulada entre o Técnico de Serviço Social, o Conselheiro de Orientação Profissional e o Monitor e, introduziu, de uma forma pioneira, a possibilidade dos Candidatos passarem por uma experimentação de áreas de formação profissional, durante o processo de orientação, reconhecendo a importância do “sentir”, para a decisão do seu projeto profissional.

Relativamente às atividades de formação complementar, verifica-se alguma evolução do ponto de vista da intervenção do Serviço Social, na medida em que passa a ter à sua responsabilidade não só a promoção, mas também a coordenação de alguns programas de formação desenvolvidos em parceria com as Delegações Distritais da Direção Geral das Relações Coletivas do Trabalho; Direção Geral de Higiene e Segurança do Trabalho; Serviços Locais do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça; e Associação do Planeamento Familiar. As unidades temáticas que integram estes programas de formação complementar são designadamente Legislação do Trabalho; Higiene e Segurança no Trabalho e Saúde.⁴⁶

Um aspeto que merece destaque, durante a vigência do Núcleo de Serviço Social, é precisamente a implementação do Sistema Aprendizagem em Alternância, nos Centros de Formação Profissional, uma vez que o Serviço Social começa a ser solicitado a intervir pontualmente, neste Sistema de Formação. No entanto, é importante referir que este programa ultrapassa, em larga medida, a esfera dos Centros de Formação Profissional, implicando um trabalho fundamental da parte dos Centros de Emprego, onde o Serviço Social já não tem qualquer intervenção, desde 1972.

⁴⁶ Informação 221/FP/SSc/1987 de 14 de dezembro – Atividades no âmbito do SS da F.P. para 1988 – Formação Complementar à Oficina (IEFP, 1987).

Em maio de 1990, os Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional elaboram uma proposta de Intervenção no Sistema Aprendizagem, a qual se encontra sistematizada no quadro 19.⁴⁷

Quadro 19

Proposta de Intervenção dos Técnicos de Serviço Social dos Centros de F.P. no Sistema Aprendizagem – 1990

Objetivos
<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar o enquadramento dos Aprendizizes nas estruturas de formação e nas da comunidade em geral, para minimizar nos seus utilizadores o risco de eventuais consequências negativas do Sistema.
<ul style="list-style-type: none">▪ Promover o seu enquadramento de modo a desenvolver a sua capacidade de comunicação, de iniciativa e de participação, enquanto indivíduo integrado em grupo, preparando-o para aceitar as novas orientações económicas, sociais e tecnológicas.
<ul style="list-style-type: none">▪ Proporcionar um clima de abertura entre as famílias e as estruturas de formação, em especial com o Técnico de Serviço Social, e principalmente durante o 1º ano.
A prossecução destes objetivos implica as seguintes Funções:
Acolhimento dos Aprendizizes, através de: <ul style="list-style-type: none">• Reuniões de grupo, onde são prestadas informações que proporcionam um correto conhecimento do Sistema ao Aprendiz e encarregado de educação, de modo a facilitar a sua integração na nova estrutura de formação, revelando a função pedagógica da família;• Entrevista individual com o Aprendiz, para obter a sua caracterização sociofamiliar e cultural.
Acompanhamento dos Aprendizizes, ao longo do processo formativo, que inclui: <ul style="list-style-type: none">• Atendimento permanente ou em horário estabelecido.• Reuniões mensais de turma para detetar eventuais disfunções do sistema e dificuldades de articulação entre as várias estruturas de formação e, se possível, combinar estratégias articuladas com os restantes elementos da Equipa de Formação, para ultrapassar as dificuldades apresentadas.• Trabalho de grupo para hierarquizar interesses culturais, desportivos e recreativos, utilizando as interações e a dinâmica estabelecida entre os elementos da turma, como forma de compensar o stress provocado por possíveis disfunções estruturais.• Contactos com os Aprendizizes, no sentido de reduzir as barreiras entre os vários tipos de formação, de modo a estimular, no Aprendiz, a curiosidade intelectual e desenvolver comportamentos e atitudes críticas e de reflexão.• Contactos regulares com as famílias, a fim de as envolver, de forma sistemática e coordenada, no processo de Aprendizagem.

⁴⁷ Esquema de Intervenção do Serviço Social no Sistema de Aprendizagem, maio 1990 (IEFP, 1990a).

A proposta apresentada, no quadro acima, torna claro que, o Técnico de Serviço Social deve ser um elemento confiável, com disponibilidade, sensibilidade e competência técnica, que permita, aos Aprendizes e seus representantes legais, uma procura espontânea e, em simultâneo, que possibilite, ao Serviço, o poder contar com um elemento que trabalhe em rede, numa perspetiva de intervenção sistémica.

As alterações introduzidas no sistema formativo, com a implementação das Unidades Capitalizáveis, e que vieram potenciar os níveis de flexibilização e de adequação daquele sistema às atuais exigências do mercado de trabalho implicaram a necessidade de uma redefinição dos procedimentos a adotar, no processo de recrutamento de candidatos para a formação profissional, tanto nos Centros de Emprego como nos Centros de Formação. Consequentemente, em agosto de 1998, foi publicada a Orientação Técnica 3/98, que vem elencar um conjunto de procedimentos técnicos de suporte ao envolvimento dos Centros de Formação no recrutamento dos candidatos para os respetivos cursos, onde se destaca a introdução de uma Fase de Revalidação do Projeto Pessoal do Candidato. Esta intervenção tem a duração de dois dias, devendo realizar-se com a antecedência de 15 dias, relativamente ao início de cada curso. A Fase de Revalidação do Projeto tem como objetivo proporcionar ao candidato consolidar o seu projeto relativamente ao percurso formativo em causa, sendo desenvolvida, de uma forma articulada, por todos os elementos da Equipa Formativa, designadamente pelo Serviço Social, através dos procedimentos descritos no quadro 20.⁴⁸

⁴⁸ Orientação Técnica 3/98 de 18 de agosto – Metodologia de Intervenção da Orientação para a Formação Profissional (IEFP, 1998b).

Quadro 20

Fase de Revalidação do Projeto

Procedimentos
<ul style="list-style-type: none">• Apresentação mútua da equipa formativa e dos candidatos.
<ul style="list-style-type: none">• Visita ao Centro, que contempla, entre outros aspetos, o contacto direto dos candidatos com as diferentes áreas socioprofissionais, devendo ser particularmente focalizada a área que enquadra o motivo da candidatura.
<ul style="list-style-type: none">• Reflexão em grupo visando a revalidação do projeto de cada participante.
<ul style="list-style-type: none">• Tomada de decisão conjunta entre a equipa formativa e o candidato, relativamente à integração no percurso formativo em causa.
<ul style="list-style-type: none">• Confirmação ou redefinição do itinerário pessoal do candidato, nomeadamente no que diz respeito à componente pessoal e sociocultural.

A Fase de Revalidação do Projeto do Candidato vem, portanto, substituir a 2ª Fase de Orientação Profissional das novas metodologias de orientação para a formação profissional, em prática, nos Centros de Formação, desde 1990.

2.2.3.4. – Extinção do Núcleo de Serviço Social

Por decisão da Comissão Executiva do IEFP, o Núcleo de Serviço Social foi extinto, através de deliberação interna, no final de 1991. Deste modo, a partir de 1992, denota-se uma desvalorização progressiva da valência do Serviço Social. Isto é, o Serviço Social é esvaziado em termos de coordenação, nos Serviços Centrais, passando a ser coordenado, na prática, a nível regional, pelas Direções de Serviços de Programas de Emprego e Formação e, a nível local, pelos Diretores dos Centros de Formação Profissional.

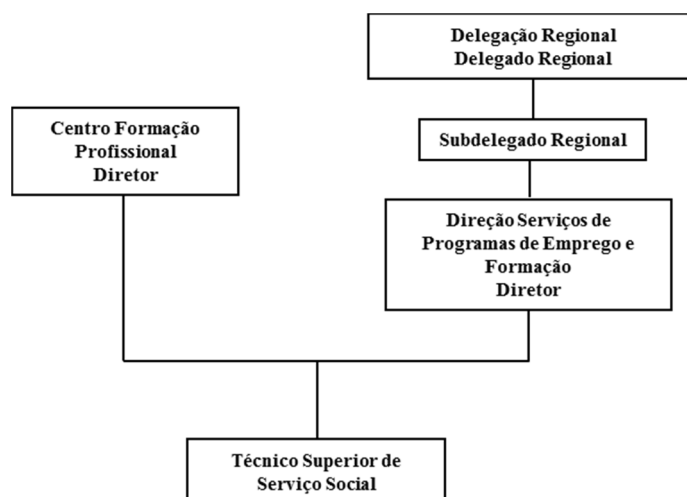


Figura 8. Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 1992.

Fonte: Elaboração própria.⁴⁹

Neste contexto, em 1992, o Serviço Social elabora um novo projeto de intervenção no Sistema de Aprendizagem, com conteúdo idêntico ao anterior.⁵⁰ Embora a intervenção do Serviço Social, neste Sistema, não tenha sido formalmente aprovada, o modelo proposto funciona como referencial de ação, na sua generalidade, variando, no entanto, de Centro de Formação para Centro de Formação, no que se refere a aspetos mais específicos.

Segundo o Relatório de Atividades do Centro de Formação Profissional de Coimbra, de 1992,⁵¹ a seleção/recrutamento dos formandos, o seu acolhimento/integração na ação e no Centro, o acompanhamento ao longo do processo formativo e a promoção de atividades de formação sociocultural, que vêm sendo referenciados, são referidas como

⁴⁹ Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

⁵⁰ Aprendizagem - Projeto de Intervenção - Serviço Social, 1992 (IEFP, 1992a).

⁵¹ Posteriormente ao esvaziamento do Serviço Social em termos de Coordenação, nos Serviços Centrais, esta valência técnica deixa de dispor de decisões que configurem normativos de atuação, ficando, conseqüentemente, apenas à nossa disposição os Relatórios de Atividades dos Centros, nomeadamente, Centro de Formação Profissional de Coimbra 1992 (IEFP, 1992b).

realizadas, na prática, pelos Técnicos de Serviço Social, em exercício nos Centros de Formação Profissional. No entanto, não podemos deixar de salientar que este Relatório não faz referência à (re)inserção profissional dos formandos, como uma atividade desenvolvida por estes Técnicos.

A 16 e 17 de junho de 1997, realizou-se um Seminário sobre “O Serviço Social no IEFP”,⁵² o qual mereceu a publicação de um artigo, no Boletim de Imprensa do IEFP, nº 8.⁵³ Esta iniciativa partiu da necessidade sentida, de produzir uma reflexão atualizada sobre a profissão e reequacionar a sua intervenção no campo do Emprego e da Formação, de acordo com as novas orientações comunitárias. Numa fase em que a problemática social da inserção e reinserção de grupos mais vulneráveis à exclusão social, surgia cada vez mais a par da problemática do desemprego, entendeu-se ser oportuno promover a reflexão e o debate, em torno da política social do emprego e formação, pelo reforço e valorização do trabalho social pluridisciplinar. Ou seja, como refere Albuquerque (2010), num contexto de mudança, os profissionais de Serviço Social sentem necessidade de uma reflexão profunda sobre processos renovados de legitimação e de refundação profissional. Deste modo, esta iniciativa permitiu perspetivar o desenvolvimento social na cultura organizacional, contextualizando a intervenção do Serviço Social no IEFP, reproduzindo a sua trajetória no campo do Emprego e da Formação Profissional.

Em consequência, foi desencadeado um processo ativo de reestruturação do Serviço Social, com vista à operacionalização das funções dos Técnicos de Serviço Social, face aos desafios sociais que se colocavam ao IEFP. No entanto, o mesmo não teve qualquer repercussão ao nível da intervenção do Serviço Social na área do Emprego. No âmbito da formação profissional, em julho de 1997, é apresentada uma proposta de estrutura e atribuições genéricas e específicas do Serviço Social, aos níveis Central, Regional e Local, ao Diretor do Departamento de Formação Profissional.⁵⁴ Neste âmbito, a Coordenação Regional assumiria uma particular relevância face à necessidade de:

⁵² Seminário “O Serviço Social no IEFP” – Costa da Caparica 16 e 17 de junho 1997 – Programa (IEFP, 1997a).

⁵³ Boletim de Imprensa nº 8, de abril, maio e junho 1997 – “Técnicos discutem a Valorização do Trabalho Social” (IEFP, 1997b).

⁵⁴ Documento “Atribuições Genéricas e Específicas do Serviço Social”, julho de 1997 (IEFP, 1997c).

- Participar na definição das políticas sociais regionais;
- Prestar apoio técnico e coordenar as atividades do Serviço Social;
- Apoiar o desenvolvimento de Programas Especiais e Projetos Regionais de carácter interinstitucional;
- Operacionalizar a uniformização de competências específicas na intervenção direta com os públicos-alvo;
- Operacionalizar a uniformização de critérios de aplicação de regulamentos e normativos específicos de suporte aos programas desenvolvidos pelo IEFP, nomeadamente os programas de formação;
- Estabelecer a articulação com os Serviços Centrais;
- Articular com os recursos humanos designadamente no recrutamento/seleção e formação interna dos Técnicos de Serviço Social.⁵⁵

A partir de 1997, pela análise das práticas, constata-se o aparecimento de uma Equipa de Projeto, constituída por representantes das Técnicas de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional das Delegações Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, coordenadas por uma Técnica do Departamento de Formação Profissional dos Serviços Centrais, as quais promovem reuniões periódicas, em ordem à elaboração de um Projeto de Intervenção do Serviço Social na formação profissional. Simultaneamente, são promovidas reuniões regulares com a Equipa Regional, da qual fazem parte a Representante Regional e as Técnicas de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional da sua Delegação, tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração do referido projeto. Os objetivos gerais desta Equipa consistem em preparar, experimentar e validar um Projeto de Intervenção do Serviço Social na formação profissional, com vista à integração, em todas as modalidades de formação, de módulos de desenvolvimento pessoal e social do Formando. Os seus objetivos específicos consistem em elaborar os referidos módulos, bem como reestruturar as atividades

⁵⁵ Informação de 28 de julho 1997 – Criação da Coordenação Técnica do Serviço Social no IEFP (IEFP, 1997d).

desenvolvidas pelo Serviço Social na formação profissional.⁵⁶ Este Projeto a ter sido concluído, não teve qualquer implicação prática.

Estas Equipas manifestavam, também, alguma preocupação com a aplicação dos normativos do QCA em vigência, no que se refere aos encargos com formandos, tendo elaborado uma proposta com vista à uniformização de critérios, no que respeita à atribuição de regalias sociais, nomeadamente bolsa de formação, transportes e alimentação, uma vez que, na prática, o cumprimento dos normativos em vigor levantava questões quanto à interpretação de conceitos, bem como relativamente a aspetos relacionados com a adequação à realidade dos formandos.⁵⁷ Por outro lado, esta Equipa proporciona, ainda, a todas as Técnicas de Serviço Social o seu contributo para a reformulação do Regulamento do Formando.⁵⁸

2.2.3.5. – Fundo Social Europeu: Novos Recursos e Novas Oportunidades para a Formação Profissional Inserida no Mercado de Emprego

Em Portugal, o grande impulso para a formação profissional surgiu a partir de 1986, com a possibilidade de utilizar as verbas do Fundo Social Europeu. O FSE, o mais antigo dos fundos estruturais foi criado pelo Tratado de Roma, em 1957, a fim de melhorar as perspetivas profissionais na Comunidade Europeia, estimular o emprego e aumentar a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores. O mesmo investe nos recursos humanos e o seu objetivo consiste em melhorar as perspetivas daqueles que têm maiores dificuldades em conseguir, manter ou reencontrar um emprego, permitindo, assim, a

⁵⁶ DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 10, de 4 de fevereiro de 1998 (IEFP, 1998a).

⁵⁷ DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 2, de 17 de outubro de 1997 (IEFP, 1997e); DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 3, de 22 de outubro de 1997 (IEFP, 1997f); DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 5, de 5 de novembro de 1997 (IEFP, 1997g).

⁵⁸ DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 6, de 19 de novembro de 1997 (IEFP, 1997h); DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 7, de 10 de dezembro de 1997 (IEFP, 1997i).

milhões de pessoas, em toda a União Europeia, desempenhar o seu papel na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida. O FSE financia em larga medida os programas para desenvolver e atualizar a empregabilidade dos cidadãos, permitindo-lhes adquirir as competências adequadas, tanto para o trabalho, como para facilitar as suas relações sociais, aumentando assim a sua autoestima e a sua capacidade de adaptação ao mercado de emprego. O princípio subjacente a toda a ação do FSE é garantir, sem discriminação, o acesso ao mercado de emprego aos homens e mulheres, às pessoas com *handicaps* e aos públicos mais desfavorecidos expostos à exclusão social. O apoio do FSE é implementado, através de programas estratégicos a longo-prazo. Estes apoiam as regiões de toda a Europa, em particular as menos desenvolvidas, de forma a melhorar, modernizar e aumentar as qualificações da mão-de-obra e promover o espírito de desenvolvimento. O FSE é o principal instrumento à disposição da União Europeia para concretizar os objetivos de ação em matéria de emprego. O princípio do financiamento conjugado com os Estados Membros permite ao FSE reforçar o campo de ação e impacto das medidas ativas desenvolvidas pelos Estados Membros para melhorar as perspetivas profissionais das pessoas. Os objetivos deste Fundo são mais de natureza preventiva do que curativa. Tendo em vista prevenir o desemprego de longa duração, o FSE concentra a sua ajuda nos programas que visam preparar melhor os jovens para a vida profissional, ajudar as pessoas a conseguir um emprego, adaptar ou melhorar as suas qualificações para enfrentar os desafios das mudanças no trabalho, intervir o suficiente para que os novos desempregados, expostos ao risco do desemprego de longa duração, possam reingressar rapidamente no mercado de emprego (Commission Européenne, 1998).

Numa fase inicial, entre 1957 e 1971, a gestão do FSE foi confiada à Comissão Europeia, assistida pelo Comité do Fundo Social, que reúne os representantes dos governos, das entidades sindicais e patronais, o qual continua hoje em funcionamento.

Nesta época, o desemprego estava longe de se tornar um problema tão grave como hoje em dia, e no momento em que se coloca pensa-se poder resolvê-lo através de uma política de apoio à formação e à mobilidade dos trabalhadores que aproveitam a sua liberdade de circulação no seio da comunidade. Assim, no período entre 1960 e 1973, o FSE concedeu

apoios que financiaram a reconversão de 700.000 trabalhadores e a reciclagem de quase um milhão (Commission Européenne,1998).

Do ponto de vista do número de pessoas apoiadas, Itália destaca-se como o primeiro beneficiário, com 65% do total e, a Alemanha o segundo com 25.5%. No plano financeiro, é a Alemanha, com o seu sistema de formação bem desenvolvido e o seu vasto programa de reinserção de trabalhadores desfavorecidos, que constitui o principal beneficiário (42%), seguida da Itália (36%). O Fundo é financiado pelas contribuições diretas dos Estados Membros, desde 1969. Deste modo, é compreensível que alguns dos referidos Estados participem com montantes mais elevados do que outros. A Itália ao fazer parte destes países, como o beneficiário principal, ilustra a necessidade de confiar ao FSE um papel de redistribuição. Esta ausência de redistribuição de recursos surgiu como uma das principais lacunas do FSE, tal como a exclusão da influência da Comunidade sobre as políticas nacionais de emprego e formação profissional, aspetos que surgiram no momento da primeira revisão.

A Comissão Europeia apresenta, em 1969, a primeira reforma do FSE, que pretende reforçar o papel deste, enquanto instrumento responsável pelos objetivos comunitários, introduzindo mais eficácia e flexibilidade na sua gestão. A nova estrutura é fruto de um compromisso entre os Estados Membros adeptos de uma ajuda prioritária a certas categorias de trabalhadores e à concentração dos seus esforços no desemprego estrutural nas regiões menos desenvolvidas. A decisão do Conselho adotada em 1971 (Decisão do Conselho⁵⁹ 71/66/CEE) reafirma os dispositivos do Artigo 126 do Tratado de Roma para um novo sistema, instituindo dois tipos de intervenção: O Artigo 4º prevê que a intervenção do FSE deve melhorar o equilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho no seio da Comunidade, ou nas regiões onde o emprego é afetado pelas políticas comunitárias. O Artigo 5º prevê o aumento de ações de desenvolvimento no quadro das políticas nacionais a fim de estimular o emprego nas regiões menos desenvolvidas e nos sectores económicos ou empresariais em vias de reestruturação, assim como a reinserção de pessoas desfavorecidas.

⁵⁹ Refere-se ao Conselho Europeu, o qual reúne os Primeiros-Ministros de todos os Estados Membros.

A abertura do apoio do FSE ao sector privado foi também uma inovação. Pela primeira vez, os organismos privados podem beneficiar dos apoios do FSE. Outra inovação consiste no financiamento de ações piloto destinadas à promoção da inovação no domínio da formação profissional. A nova regulamentação relativa à elegibilidade das ações apoiadas pelo FSE (Regulamento do Conselho nº 2396/71/CEE) refere-se à formação e reconversão dos trabalhadores, deste modo, surge apoio financeiro para a formação de formadores e de formandos. A maior parte dos recursos postos em prática (90%) destinam-se à formação profissional (Commission Européenne, 1998).

O agravamento sério da situação do emprego, em particular dos jovens e nas regiões menos desenvolvidas implicou alterações, durante o período entre 1977 e 1978. Deste modo, em 1977, o público prioritário, no quadro do Artigo 4º, são os trabalhadores emigrantes e as suas famílias (Decisão do Conselho 77/803/CEE); mulheres com mais de 25 anos desempregadas e aquelas que desejam retomar uma atividade profissional, depois de um longo período de inatividade profissional (Decisão do Conselho 77/804/CEE); e desempregados com menos de 25 anos, à procura do primeiro emprego (Decisão do Conselho 77/802/CEE).

Face à preocupação cada vez maior com o desemprego, o Conselho Europeu de 6 e 7 de julho de 1978, em Bremen, preconiza uma maior ação do FSE neste domínio. Deste modo, é introduzido um novo apoio à criação de emprego, em vigor desde 1979, no quadro dos Fundos Europeus. O FSE fica habilitado a conceder um subsídio que pode atingir 30 écus, por semana, durante um máximo de doze meses, aos jovens com menos de 25 anos, à procura de emprego (Regulamento do Conselho nº 3093/78/CEE).

O aumento do desemprego, sobretudo dos jovens influencia profundamente a revisão do FSE de 1982. Nesse ano, o número total de desempregados na Comunidade Europeia atinge 10.5 milhões, dos quais 42% têm menos de 25 anos. A maioria dos jovens não possui habilitações escolares nem formação profissional necessárias para obter emprego. Por outro lado, as qualificações tradicionais, mesmo ao nível da universidade não se adaptam às exigências do mercado de trabalho. Deste modo, os programas destinados aos jovens representam cerca de 44% do apoio do FSE, em 1982, de modo a garantir uma formação a todos os jovens e de promover uma resposta dinâmica para o problema do seu

desemprego.⁶⁰ As prioridades dos programas consagrados aos jovens são definidas de acordo com as orientações decorrentes da Decisão da Comissão de 30 de abril de 1985, relativas à gestão dos fundos e incluem: programas para os menores de 18 anos combinando formação e experiência profissional e criando perspectivas de emprego; formação profissional destinada aos jovens entre os 18 e os 25 anos, com qualificações insuficientes, para os empregos que implicam o uso de novas tecnologias; e programas que privilegiam o emprego nas regiões de prioridade absoluta. A nova decisão conduz à afetação de 40% do orçamento à Grécia, Gronelândia, França, Itália e Irlanda. Esta proporção passa para 44.5%, em 1985, quando a lista se estende a Portugal e Espanha (Decisão do Conselho nº 85/568/CEE). O restante crédito deve apoiar as políticas nacionais de emprego nas zonas mais afetadas pelo desemprego de longa duração, e a reestruturação industrial.

Os primeiros verdadeiros exemplos de ação integrada são os programas mediterrâneos integrados (PMI) que surgem em 1986, a fim de proteger as regiões mediterrâneas da França, Itália e Grécia, contra o impacto do alargamento da Comunidade a Espanha e a Portugal. Estes programas preveem o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) com vista à conversão industrial e agrícola, aspeto essencial dos “recursos humanos” relevante do FSE, no quadro de uma programação plurianual. A adoção do Ato Único Europeu entra em vigor a 1 de julho de 1987, prevendo a constituição do mercado único, que contempla um compromisso novo para com a coesão económica e social da Comunidade. É neste contexto, que é preparada a reforma fundamental dos Fundos Estruturais propostos para a Comunidade em 1988. A noção de solidariedade comunitária não é nova, foi instituída, em 1957, pelo Tratado de Roma. O FSE e o FEDER comportam uma ajuda substancial às regiões menos desenvolvidas. A extensão desta medida torna-se evidente, com a chegada, na segunda metade dos anos 1980, dos novos Estados Membros (Grécia, Espanha e Portugal) que têm graves problemas de subdesenvolvimento regional. O Artigo 130 do referido Tratado encarrega a Comunidade

⁶⁰ COM (2) 485 du 8/10/82 – Avis de la Commission sur le bilan du FSE.

de reduzir as disparidades entre as regiões e melhorar a situação das regiões menos desenvolvidas.

A reforma fundamental adotada em 1988 transforma radicalmente o funcionamento isolado dos Fundos Estruturais. Esta privilegia um sistema global de integração dos respetivos papéis na prossecução de um objetivo comum, a coesão económica e social. Os outros instrumentos financeiros da Comunidade, tais como o Banco Europeu de Investimento (BEI), são igualmente incluídos nesta aproximação coordenada. Esta nova aproximação assenta em quatro princípios fundamentais: concentração, programação, parceria e adicionalidade. O princípio da concentração aplica-se de várias maneiras. Há cinco objetivos que são comuns aos Fundos Estruturais e cada um dos Fundos procura a sua realização e a sua missão específica. A repartição das tarefas entre os diferentes fundos depende de cada Objetivo. Dois destes Objetivos combatem o desemprego de longa duração (Objetivo 3) e garantem aos jovens um primeiro emprego (Objetivo 4), aplicando-se simultaneamente aos Estados Membros e utilizando apenas o FSE. O Fundo Social está igualmente implicado nos Objetivos Regionais (1, 2 e 5b) respeitantes a certas regiões específicas. O seu papel consiste em assegurar o desenvolvimento dos recursos humanos necessários para tirar o maior partido dos investimentos do FEDER e do FEOGA, no desenvolvimento regional e rural. O princípio da concentração encontra-se também na prioridade acordada para as regiões menos desenvolvidas na avaliação de recursos. No âmbito do princípio da programação, cada Estado Membro apresenta os seus Planos, elaborados a nível regional, analisando a sua situação e definindo as estratégias nacionais ou regionais para adequar aos novos Objetivos. Estes Planos são analisados e discutidos no seio de um parceria, implicando os serviços da Comunidade responsáveis pelos diversos Fundos Estruturais, bem como as autoridades nacionais e regionais dos Estados Membros. Deste modo, os Quadros Comunitários são elaborados, definindo as prioridades de intervenção dos Fundos Estruturais, com o título indicativo dos apoios dos diferentes fundos, para o período de programação 1989-1993.

O princípio de parceria está presente nas fases de execução e controlo. A Comissão colabora com as autoridades nacionais, regionais e locais a fim de acompanhar a entrada de fundos dos diferentes programas operacionais e os planos de apoio globais e definir,

assim, à luz da experiência, as adaptações e as mudanças necessárias. O princípio da adicionalidade implica que os Fundos Estruturais não devam ser simplesmente utilizados para repor os fundos nacionais. A ajuda da União Europeia deve conduzir a um aumento pelo menos equivalente à ajuda total nacional nos Estados Membros. O respeito por este princípio é verificado durante as negociações do partenariado sobre os QCA (Commission Européenne, 1998).

2.2.3.5.1. – Quadro Comunitário de Apoio I – QCA I

Na sequência da reforma dos Fundos Estruturais Comunitários e particularmente com a aprovação do Regulamento CEE nº 2052/88 do Conselho, de 24 de julho, Portugal preparou e submeteu às instâncias da Comunidade Europeia o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), o qual mereceu, após alguns meses de negociação, o acordo da Comissão das Comunidades Europeias, através do primeiro Quadro Comunitário de apoio para o período de 1990-1993.

No QCA I, o FSE tem uma preocupação principalmente dirigida para a luta contra o desemprego de longa duração e a integração profissional dos jovens, preocupando-se em contribuir para a promoção de uma política económica e social e, consistindo, deste modo, num instrumento de importância decisiva para a promoção de uma política coerente de emprego nos Estados Membros e na Comunidade. Em Portugal, este QCA induziu a criação de aproximadamente 80 mil postos de trabalho, o que representa cerca de um quarto do emprego total criado, no período da sua execução.⁶¹ O QCA I, na vertente do FSE, compreende 21 programas operacionais de emprego e formação. Destes, 14 são diretamente geridos pelo IEFP (Cardim, 1999, 2005).

Neste período, a gestão do financiamento da formação desenvolvida nos diversos sectores é essencialmente da responsabilidade do IEFP, assumindo as diversas entidades públicas e ministérios o papel de “promotores” (Alcoforado, 2000). Neste período, a formação

⁶¹ Consultado em www.ifdr.pt, no dia 2 de janeiro de 2012.

profissional foi, de longe, a área de atividade que mais fundos absorveu (25%), seguida da indústria e serviços (18%), dos transportes (15%), e da agricultura e pescas (15%).⁶²

O QCA I caracteriza-se pela instrumentalidade da formação profissional face ao emprego. Isto é, esta tem obrigatoriamente de ser perspectivada numa ótica de emprego, tendo como objetivo servir de ponte para o mercado de trabalho (DAFSE, 1992). Deste modo, procura evitar-se que a finalidade do grande esforço financeiro que a formação profissional representa para o país, seja desvirtuada, procurando que as ações de formação sejam um meio eficaz de aumento da qualificação profissional e, portanto, de um mais perfeito ajustamento entre a oferta e a procura de emprego (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1995).⁶³

A revisão dos Fundos Estruturais de 1993 teve lugar num contexto específico: aumento do desemprego, progresso da coesão económica e social, e reação enérgica dos diferentes Conselhos Europeus no plano do financiamento e das políticas. Assim, o Livro Branco da Comissão Europeia sobre o crescimento, a competitividade e o emprego, aprovado no Conselho Europeu de Bruxelas, em dezembro de 1993, propõe soluções para o aumento da competitividade da União Europeia, fundadas num crescimento são, conducente a empregos estáveis e à progressão da flexibilidade sobre o mercado de trabalho com uma prioridade para os novos tipos de emprego.

O Livro Branco institui um aumento significativo do investimento em capital humano e esforços mais importantes e mais eficazes em matéria de formação profissional. Isto significa elevar o nível de qualificações, nomeadamente no que se refere às novas tecnologias e promover a aprendizagem ao longo da vida. O Livro Branco preconiza quatro objetivos independentes: adaptar o tempo do trabalho e a incidência de impostos, a fim de estimular a criação de emprego e a flexibilização dos mercados de trabalho; melhorar a situação de emprego nas regiões menos desenvolvidas e a favor dos grupos socialmente desfavorecidos, combatendo o desemprego de longa duração e dos jovens e a exclusão social e promovendo a igualdade de oportunidades; aumentar o potencial do

⁶² Consultado em www.ifdr.pt, no dia 2 de janeiro de 2012.

⁶³ O montante de fundos estruturais comunitários destinados a Portugal, através do QCA I, totaliza 1.708 milhões de contos, cabendo à vertente do FSE 439 milhões de contos. Fonte: Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (1995). Fundos Estruturais 10 Anos. Portugal: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

capital humano graças à aprendizagem ao longo da vida e ao aumento das qualificações; desenvolver a formação de base das novas tecnologias; alargar as possibilidades de emprego nos sectores da saúde e dos serviços de apoio às pessoas, estimular o emprego nos sectores de audiovisual, das artes, da cultura e do turismo. Prioridade às PME (Commission Européenne,1998).

2.2.3.5.2. – Quadro Comunitário de Apoio II – QCA II

Em Portugal, novos objetivos são fixados para o período 1994-1999, mas a estrutura e os princípios gerais adotados em 1988 mantêm-se com alguns ajustamentos destinados a tirar partido da experiência precedente. Um novo Objetivo 3 sintetiza os anteriores Objetivo 3 e 4 (combater o desemprego de longa duração e favorecer a inserção profissional dos jovens). Outro faz especificamente referência à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e à inserção profissional de pessoas ameaçadas pela exclusão social. As definições são mais flexíveis, englobam a elegibilidade de pessoas ameaçadas pelo desemprego de longa duração ou exclusão do mercado de trabalho e não apenas pessoas que já se encontram numa destas situações. Um novo Objetivo 4 é criado para aplicar simultaneamente em toda a União, sem limitações regionais, formação e orientação dos trabalhadores confrontados com as mutações industriais e a evolução dos sistemas de produção, e para desenvolver ou melhorar as estruturas de formação neste sector. Outra inovação é a antecipação das mudanças e dos seus impactos sobre as qualificações profissionais, sublinhando a característica preventiva deste combate. Outro novo Objetivo, o Objetivo 6, é estabelecido na sequência da adesão de novos Estados Membros, em 1 de janeiro de 1995. A Suécia e a Finlândia dispõem de vastas zonas de fraca densidade populacional, onde o desenvolvimento estrutural possui problemas particulares, que não correspondem aos critérios dos objetivos existentes. Os outros Objetivos mantêm-se, o FSE age em consonância com as missões desenvolvidas pelos outros Fundos tendo em vista favorecer o crescimento e a estabilidade, como podemos constatar no quadro 21 (Commission Européenne,1998).

Quadro 21

Fundos Estruturais

	Objetivos	Fundos Implicados
1	Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas.	FSE, FEDER, FEOGA
2	Reconverter as regiões gravemente afetadas pelo declínio industrial.	FSE, FEDER
3	Lutar contra o desemprego de longa duração e facilitar a inserção profissional dos jovens e das pessoas expostas à exclusão do mercado de trabalho; combater o desemprego de longa duração; promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.	FSE
4	Facilitar a adaptação dos trabalhadores às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção.	FSE
5	(a) Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas e da pesca. (b) Promover o desenvolvimento das zonas rurais.	FSE, FEDER, FEOGA
6	Promover o desenvolvimento das regiões com muita falta de densidade populacional.	FSE, FEDER, FEOGA

Fonte: Commission Européenne (1998).

A linha de intervenção seguida pelo QCA II, para o período de 1994-1999, reflete o conteúdo do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) português, assentando nos seguintes objetivos: aproximar a economia e sociedade portuguesas dos níveis e padrões de vida médios comunitários, e reduzir progressivamente as disparidades regionais no interior do País. Neste âmbito, foram desenvolvidos 17 Programas Operacionais, agrupados em 4 eixos prioritários, onde se integram 14 Programas de Iniciativa Comunitária, que traduzem objetivos estratégicos da política de desenvolvimento do país: qualificar os recursos humanos e o emprego; reforçar os fatores de competitividade da economia; promover a qualidade de vida e a coesão social; e fortalecer a base económica regional.⁶⁴

No eixo da valorização dos recursos humanos e o emprego, o II QCA, consagra os seguintes objetivos: melhorar as qualificações de base da população ativa, através da

⁶⁴ Consultado em www.qca.pt, no dia 2 de janeiro 2012.

melhoria da qualidade do ensino e o maior peso das vertentes tecnológicas e profissionalizantes, nos níveis básico e secundário; generalizar gradualmente a formação inicial, de pelo menos um ano, para os jovens ou adultos à procura do primeiro emprego que abandonem o sistema educativo sem uma formação profissional e apoiar a sua inserção na vida ativa; aumentar o número e a qualidade dos quadros intermédios e superiores e fomentar programas de formação avançada de recursos humanos no país e no estrangeiro; melhorar a articulação entre diversos graus de ensino, o sistema de Ciência e Tecnologia e as atividades produtivas, criando plataformas de colaboração entre as instituições de ensino, os centros de investigação e as atividades económicas e estimulando a mobilidade de quadros altamente qualificados para o tecido empresarial; melhorar a qualidade e o nível do emprego, através da formação contínua, da criação de postos de trabalho, da atuação preventiva e da procura de alternativas de atividade económica para as regiões, com particular incidência dos efeitos de evolução sectoriais e empresariais negativas; apoiar os grupos desfavorecidos e excluídos atuando nas condições que viabilizem o seu acesso às medidas de emprego e formação e à vida ativa; melhorar as estruturas humanas, técnicas e físicas da política de emprego e formação e a organização e gestão do mercado da formação; incentivar o desenvolvimento do emprego e formação numa ótica local e regional. Neste contexto, a formação constitui, portanto, um vetor estratégico da política de emprego, na medida em que permite uma adaptação permanente do capital humano do país às exigências de desenvolvimento do tecido social e económico.⁶⁵

A reforma do Sistema de Formação subjacente à nova legislação visa a qualificação efetiva dos recursos humanos e o desenvolvimento do país, a que não pode ser alheio um direcionamento mais preciso na aplicação dos fundos públicos, comunitários e nacionais, em torno de quatro grandes vetores de enquadramento:

- Canalização do financiamento público de acordo com as grandes prioridades da política nacional de recursos humanos, nomeadamente, ao nível da formação de qualidade para os jovens, desempregados e excluídos; formação no âmbito dos

⁶⁵ Consultado em www.qca.pt, no dia 2 de janeiro 2012.

programas de reconversão das empresas; formação dirigida às PME; e formação destinada à preparação de novos perfis profissionais.

- Reforço da qualidade da formação, na área do necessário investimento na melhoria da qualidade da formação, através da introdução de mecanismos tendentes à consolidação, especialização e profissionalização das estruturas de formação e, neste âmbito a aplicação de um sistema de acreditação das entidades formadoras como condição para a concessão de financiamentos no quadro do FSE.
- Maior eficácia na gestão dos financiamentos. Neste âmbito, identificam-se como objetivos precisos: maior eficácia e transparência na administração dos fundos; maior rapidez e flexibilidade na definição dos apoios financeiros e, neste quadro, introdução de um novo sistema de custos - padrão; maior celeridade nos pagamentos e prestação de contas, que tenha em vista também uma nova metodologia para o processamento de reembolsos.
- Abertura de novas perspetivas de formação aos desempregados e empregados, tendo em atenção os baixos níveis de qualificação da população portuguesa.⁶⁶

2.2.4. – A Implementação da Aposta numa Oferta Formativa de Dupla Certificação (2000 – 2008)

A segunda fase da Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) abrange o período entre 2003 e 2006, e influencia o PNE para este período, o qual estabeleceu três níveis de atuação estratégica: Pleno Emprego, Qualidade e Produtividade no Trabalho e Coesão e Inclusão Sociais. Estas novas orientações identificam 10 prioridades de ação: promover medidas ativas e preventivas dirigidas aos desempregados e aos inativos; criar mais emprego e fomentar o espírito empresarial; fazer face à mudança e promover a adaptabilidade e a mobilidade do mercado de trabalho; fomentar o desenvolvimento do capital humano e da aprendizagem ao longo da vida; aumentar a oferta de mão-de-obra adequada e a promoção do envelhecimento em atividade; garantir a igualdade entre homens e mulheres; promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas

⁶⁶ Consultado em www.qca.pt, no dia 2 de janeiro 2012.

desfavorecidas e combater a discriminação de que são alvo; tornar o trabalho compensador através de incentivos para aumentar o seu carácter atrativo; transformar o trabalho não declarado em emprego regular; e eliminar as disparidades em matéria de emprego (Decisão do Conselho nº 2003/578/CE; Resolução do Conselho de Ministros nº 185/2003 de 3 de dezembro).

O Conselho Europeu de março de 2005 relançou a Estratégia de Lisboa, propondo fazer da Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social. Neste contexto, foi determinada a obrigatoriedade de cada Estado Membro elaborar um plano nacional de reformas, a fim de dar resposta às 24 linhas orientadoras saídas da referida estratégia. Assim, o Plano Nacional de Reformas de Portugal traduziu-se no Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 (Neves, 2005). Este documento enquadrou em particular o Programa de Estabilidade e Crescimento, na dimensão macroeconómica; o Plano Tecnológico, na dimensão da competitividade e qualificação; e o Plano Nacional de Emprego, na dimensão do emprego (Neves, 2005).

O Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) surge também como um instrumento de atuação integrado no PNACE, respondendo às orientações para o emprego aprovadas na EEE. Face à estratégia nacional de inclusão social apresentada pelo PNAI, o governo português, nos períodos 2001-2003 e 2003-2005 adota como objetivos promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços; prevenir os riscos de exclusão; atuar em favor dos mais vulneráveis; e mobilizar o conjunto dos intervenientes. No âmbito do PNAI 2006-2008, assume como prioridades combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação; ultrapassar as discriminações, reforçando nomeadamente a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2001 de 06 de agosto; Resolução do Conselho de Ministros nº 192/2003 de 23 de dezembro; Resolução do Conselho de Ministros nº 166/2006 de 15 de dezembro).

Constituindo área estratégica prioritária em todos os sectores por onde se processa o desenvolvimento do nosso país, a aprendizagem ao longo da vida ganha no PNAI um relevo específico, dada a sua tripla incidência junto dos destinatários principais deste plano. Assim, ela é essencial para prevenir os novos riscos de exclusão emergentes da economia do conhecimento e da sociedade da informação, para promover a cidadania junto de todas as gerações e para promover a reinserção dos grupos socialmente excluídos. Modernizar o sistema educativo de forma a facilitar a transição dos jovens para a vida ativa, assegurar a todos os trabalhadores a possibilidade de participação em ações de aprendizagem ao longo da vida, promover o sistema de verificação e certificação de competências e desenvolver o sistema de educação/formação de jovens e adultos sem a escolaridade básica e sem qualificações, incluindo conteúdos capazes de conduzir à aquisição de capacidades a partir do referencial de competências básicas, e utilizando sistematicamente as novas TIC como suportes de ação pedagógica.

O Plano Tecnológico, enquanto pilar do PNACE, permite a concretização das dimensões de Inovação, Investigação e Qualificação, entendidas como vetores determinantes para a mudança do posicionamento competitivo de Portugal, para o aumento da produtividade e para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento. Deste modo, o mesmo encontra-se estruturado em 3 eixos de ação: Conhecimento – Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento; Tecnologia – Vencer o atraso científico e tecnológico; e Inovação – Imprimir um novo impulso à inovação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005 de 16 de dezembro).

Por sua vez, os grandes desafios identificados no PNE 2005-2008⁶⁷ consistem em promover a criação do emprego, prevenir e combater o desemprego; gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial; promover a flexibilidade com segurança no emprego; reforçar a educação e qualificação da população portuguesa; e modernizar o sistema de proteção social. As principais prioridades do PNE, relativo a este período, são consubstanciadas em 3 eixos: atrair mais pessoas para o mercado de trabalho e fazer do trabalho uma opção real para todos;

⁶⁷ Consultado em www.cite.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas; e investir mais e com maior eficácia no capital humano e na aprendizagem ao longo da vida (GEP/MTSS, 2005).

Da operacionalização destas opções políticas resulta um vasto conjunto de intenções, traduzidas em medidas concretas que, preveem o reforço sistemático da oferta formativa, especialmente da educação e da formação ao longo da vida, assumindo como causa nacional a diminuição dos défices de qualificação e uma preocupação particular com os adultos portadores de níveis de escolaridade inferiores a nove anos, os quais representam aproximadamente dois terços da população portuguesa, com idades compreendidas entre os quinze e os sessenta e cinco anos.

2.2.4.1. – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos – ANEFA

Como faz notar Alcoforado (2012), o aspeto mais visível da iniciativa política no virar do século passa pela criação de uma estrutura nacional com dupla tutela dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade, designada como Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), criada pelo Decreto-Lei nº 387/99 de 28 de setembro, à qual compete:

- Construir um sistema nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas pela população maior de dezoito anos, nas mais variadas situações da vida, promovendo, para isso, o aparecimento gradual de uma rede de Centros da responsabilidade de parceiros sociais, entidades privadas e organizações ligadas à administração pública;
- Desenvolver, apoiar e divulgar experiências, práticas, modelos e metodologias de Educação e Formação de Adultos que melhor se enquadrem nos princípios teóricos defendidos pelos documentos de reflexão mais recentes que a elas se dedicam, cuidando, particularmente, de encontrar soluções transversais e integradas de elevação dos níveis educativos e profissionais;
- Promover e apoiar a formação especializada dos agentes envolvidos, criando, simultaneamente, uma cultura de produção de conhecimento e de reflexões críticas

interativas, para o que deveria realizar e promover estudos e trabalhos de avaliação e investigação.

2.2.4.2. – Os Centros de Validação e Certificação de Competências – CRVCC

Para a prossecução do referido programa, compete à nova estrutura gerir uma oferta articulada de educação e formação de adultos, assente em dois pilares: implementação de uma rede de Centros de validação e certificação de saberes e competências informalmente adquiridos (CRVCC); desenvolvimento de cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), de média ou longa duração, conducentes à elevação simultânea dos níveis escolares e profissionais; de Ações S@ber Mais, de curta duração, destinadas a adquirir ou aprofundar conhecimentos em áreas específicas; e da instalação de uma rede de Centros de Recursos destinados, quer ao apoio à educação e formação dos adultos, quer à formação e desenvolvimento dos agentes envolvidos.

Surge, assim, pela primeira vez, na legislação portuguesa, um instrumento integrado de elevação dos níveis educativo e profissional, o que pressupõe o reconhecimento da indissociabilidade das duas vertentes. Trata-se de um corte com a cultura vigente, no IEFP, que deu origem à implementação de cursos de dupla certificação, escolar e profissional (Alcoforado, 2000).

2.2.4.3. – Os Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA – Nível Básico

Pelo Despacho Conjunto nº 1083/2000 de 20 de novembro, são criados os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), os quais visam proporcionar uma oferta integrada de educação e formação destinada a públicos adultos pouco escolarizados e qualificados; contribuir para a redução do défice de qualificações da população portuguesa, potenciando as suas condições de empregabilidade; contribuir para a redução do défice de certificação da população portuguesa face às competências e aos saberes adquiridos ao longo da vida. Os cursos EFA têm como público-alvo adultos com idades não inferiores a 18 anos, candidatos ao primeiro emprego ou desempregados, sem

qualificação profissional, dirigindo-se, numa primeira fase, aos que não possuem a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos. Os Cursos EFA são estruturados em função dos saberes e competências previamente adquiridos pelos adultos. A sua conceção curricular é flexível, respeitando um sistema modular, numa perspetiva de individualização e diferenciação de trajetos formativos, que incluem componentes integradas de Formação de Base, constituída por três níveis de desenvolvimento (B1, B2 e B3) nas áreas de competência-chave; e de Formação Profissionalizante, orientada pelos Referenciais de Formação específicos do IEFP, organizados em unidades capitalizáveis, que permitam a obtenção de uma dupla certificação escolar e profissional. Os percursos formativos são complementados com formação prática em contexto real de trabalho. A duração dos Cursos EFA varia consoante os percursos de formação: Básico 1 ou 2, entre 385 e 840 horas; Básico 1+2, entre 385 e 1.240; Básico 3, entre 1.105 e 3.080; e Básico 2+3, 1.105 e 2.480 (POEFDS, 2001).

2.2.4.4. – Os Cursos de Formação Social e Profissional

No Acordo Político de Formação Profissional, de 30 de julho de 1991⁶⁸, subscrito no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, já ficou estabelecida a adoção de medidas específicas destinadas a grupos sociais mais desfavorecidos, que levou à publicação do Despacho Normativo nº 140/93 de 6 de julho. Como a promoção da inserção socioprofissional e o combate ao desemprego de longa duração e à exclusão, bem como o reforço da articulação entre a política social e a política de emprego e formação, como charneira entre as situações de exclusão e inclusão social, assumem cada vez mais relevância ao nível da atuação com grupos em risco ou em situação de exclusão, são implementados os Cursos de Formação Socioprofissional, mais tarde designados por Formação Social e Profissional, através do Despacho Conjunto nº 102-A/2001 de 01 de fevereiro de 2001.

⁶⁸ Conselho permanente de Concertação Social (1991). Acordo de Política de Formação Profissional. Lisboa: Conselho permanente de Concertação Social.

Tal como se encontra tipificada pelo POEFDS (2001), a Formação Social e Profissional, como o nome indica, tem como objetivo promover a qualificação e integração socioprofissional, através da realização de cursos de formação orientados para o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e técnicas dos indivíduos socialmente desfavorecidos, tendo em vista o aumento das condições de empregabilidade, para facilitar a sua inserção socioprofissional, numa lógica mais abrangente de integração económica e social. Sempre que possível, estes cursos organizados para participantes que, independentemente do grau de escolaridade a que estão obrigados, não tenham concluído o 3º Ciclo do Ensino Básico, são estruturados de forma a favorecer o reforço das competências de tipo académico, possibilitando a progressão escolar, a partir dos respetivos perfis de ingresso. São destinatários destes cursos, os ativos a partir dos quinze anos, com particulares fragilidades no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente sem escolaridade obrigatória e com baixos níveis de qualificação profissional, pertencentes a grupos cuja integração social e profissional se encontra dificultada, em resultado de situações de pobreza, discriminação ou marginalidade, tais como desempregados de longa duração (DLD), beneficiários do Rendimento Social de Inserção, jovens em risco, pessoas sem-abrigo, pessoas pertencentes a minorias étnicas e culturais, (ex) toxicodependentes, bem como (ex) reclusos.

Estes percursos formativos baseiam-se em modelos flexíveis, estruturados preferencialmente com base em referenciais de formação, assentes em unidades ou módulos de formação, correspondentes a competências creditáveis para efeitos de certificação, numa lógica de formação ao longo da vida, e são dimensionados em função dos perfis de saída visados pelos participantes, dos respetivos perfis de ingresso e dos contextos culturais, sociais e económicos que caracterizam a situação de cada indivíduo face à sociedade em geral e ao mercado de emprego em particular. Estas unidades ou módulos de formação contínua incidem, geralmente, em domínios específicos das componentes de formação sociocultural, científico-tecnológica e formação em contexto de trabalho (POEFDS, 2001).

2.2.4.5. – Os Cursos de Educação e Formação – Nível Básico

O aumento dos níveis de qualificação escolar e profissional da população portuguesa, não só adulta, mas também jovem, é uma forte exigência que decorre das constantes mutações científicas e tecnológicas, da contínua transformação do quadro de vida das populações, bem como da natureza da própria sociedade do conhecimento que a todos se impõe como uma sociedade de aprendizagem. Neste contexto, foram criados os cursos de Educação e Formação, ao abrigo do Despacho Conjunto nº 279/2002 de 12 de abril, os quais visam a aquisição de competências académicas, técnicas, sociais e relacionais, correspondentes a uma qualificação profissional de nível 1 e nível 2, associada à equivalência do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. São destinatários destes cursos, os jovens candidatos ao primeiro emprego com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos que não tenham concluído o 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico, por abandono ou em risco de abandono precoce da escola, e pretendam a obtenção do diploma e uma qualificação profissional, para ingresso no mercado de trabalho. Os cursos de Educação Formação baseiam-se na interação de três componentes de formação: sociocultural, científico-tecnológica e prática em contexto de trabalho. A sua duração varia consoante os percursos de formação: Tipo 1, 700 horas; Tipo 2, 800; Tipo 1+2, 990; Tipo 3, 1.670; Tipo 4, 2.270; Tipo 5, 1.360, que correspondem, respetivamente, aos seguintes níveis de certificação escolar e profissional: 1º ciclo do ensino básico e nível 1; 2º ciclo do ensino básico e nível 1; 2º ciclo do ensino básico e nível 1; 3º ciclo do ensino básico e nível 2; e 3º ciclo do ensino básico e nível 2. (POEFDS, 2001).

2.2.4.6. – Os Cursos de Especialização Tecnológica – CET

As crescentes necessidades do tecido económico ao nível de quadros médios, capazes de responder a um mercado de trabalho em rápida mutação e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, exigem o desenho de estratégias e percursos formativos adequados a estas novas exigências. Para responder a estes desafios, a Portaria nº 989/99 de 3 de novembro, cria os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), que vêm a ser implementados no início do ano seguinte, no contexto das formações pós-secundárias não

superiores. Em termos gerais, e de acordo com a tipificação do POEFDS (2001), os Cursos de Especialização Tecnológica visam aprofundar o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio da formação profissional de base; desenvolver competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício profissional qualificado; e promover percursos formativos que integrem os objetivos de qualificação e inserção profissional e permitam o prosseguimento de estudos. Estes cursos têm como público-alvo os candidatos ao primeiro emprego que concluíram o ensino secundário ou curso de formação profissional que confira equivalência escolar a esse nível de ensino e possuam uma qualificação profissional de nível 4; bem como os indivíduos que, para preenchimento das condições referidas, tenham em atraso até duas disciplinas, desde que estas não integrem conteúdos considerados de precedência de qualquer disciplina curricular do CET a que se candidatam.

Os Cursos de Especialização Tecnológica podem organizar-se segundo diferentes modalidades de formação em alternância, envolvendo a sua estrutura curricular as componentes: formação sociocultural, formação científico-tecnológica e formação em contexto de trabalho. A conclusão com aproveitamento de um CET confere um diploma de Especialização Tecnológica e qualificação profissional de nível 5. Aos diplomados destes cursos, faculta-se, sem que seja posto em causa o objetivo prioritário da inserção profissional, a possibilidade de acesso específico ao ensino superior, desde que detenham experiência profissional demonstrada durante um período posterior à conclusão da formação de especialização. Os percursos formativos variam em função das características dos projetos e dos perfis dos participantes, tendendo, em geral, para uma duração global mínima de 1.200 e máxima de 1.880 horas (POEFDS, 2001).

2.2.4.7. – Evolução da Intervenção do Serviço Social no Limiar do Novo Século

Por Deliberação da Comissão Executiva do IEF, de 9 de agosto de 2000, é criado o Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional – NDSP, na dependência direta do Departamento de Formação Profissional, o qual “Coordena e apoia tecnicamente a atividade dos Técnicos de Serviço Social, a nível regional e local, nomeadamente na Rede

de Centros do IEFP”. Esta Deliberação permitiu também, na prática, a coordenação do Serviço Social a nível Regional. Neste âmbito, foi nomeada uma Coordenadora Nacional, para os Serviços Centrais – Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional e, cinco Interlocutores Regionais, um por cada Delegação (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) – Direção de Serviços de Emprego e Formação. A partir de então, a posição do Serviço Social na estrutura orgânica do IEFP altera-se, de acordo com a figura 9.

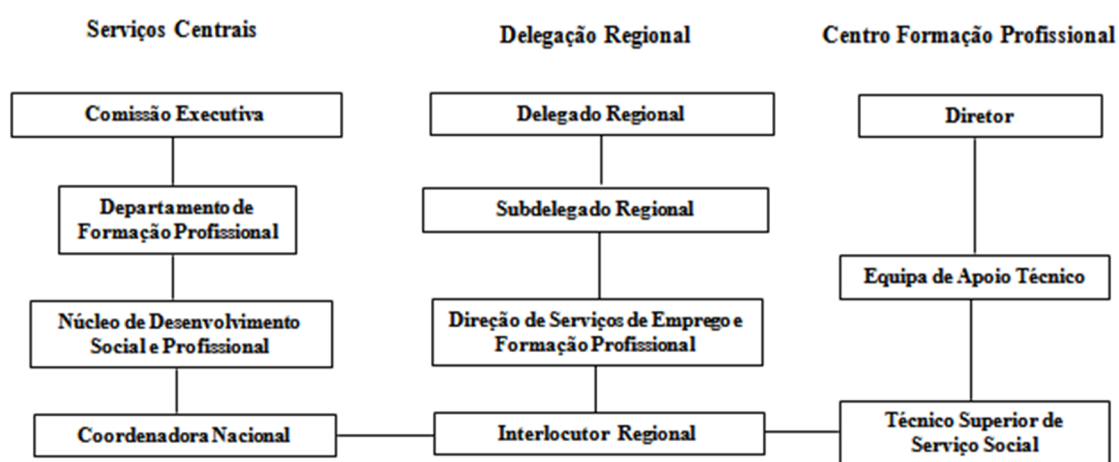


Figura 9. Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 2000.

Fonte: Elaboração própria.⁶⁹

De acordo com a referida Deliberação, a coordenação nacional e regional do Serviço Social encontra-se sistematizada no quadro 22 e 23, respetivamente.

⁶⁹ Resultado da sistematização da análise efetuada.

Quadro 22

Intervenção da Coordenadora Nacional de Serviço Social - Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional a partir de 2000

Funções
• Apoio técnico aos Técnicos Superiores de Serviço Social da Rede de Centros do IEFP.
• Articulação com os Interlocutores Regionais de Serviço Social.
• Tratamento e divulgação de informação e documentação.
• Apoio a iniciativas, eventos, ações no âmbito da atividade do Serviço Social.
• Articulação interna e externa com outros Serviços e Entidades no âmbito da intervenção do Serviço Social na Formação Profissional.
• Produção de normativos, instrumentos técnicos, metodologias e modelos de intervenção que potenciem a atividade do Serviço Social na Formação Profissional.
• Elaboração, de uma forma sistemática, do diagnóstico das necessidades técnicas decorrentes da atividade do Serviço Social.
• Desenvolvimento de sistemas e suportes de acompanhamento qualitativo da atividade de Serviço Social.
• Acompanhamento e monitorização da aplicação de instrumentos e normativos técnicos no âmbito da intervenção do Serviço Social na Formação Profissional.
• Acompanhamento da atividade do Serviço Social no IEFP produzindo, com carácter regular, Relatórios de Avaliação.
• Conceção de um Sistema de Boas Práticas no âmbito da intervenção do Serviço Social na Formação Profissional.

Tendo em conta as funções da Chefia do Sector Social Central no SFP, no período entre 1968 e 1975, assim como as atribuições da Coordenadora do Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional, em funcionamento entre 1986 e 1991, podemos concluir que as mesmas se encontram refletidas nas funções da atual Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional. No entanto, não podemos deixar de destacar novas atribuições, nomeadamente a produção de normativos, instrumentos técnicos,

metodologias e modelos de intervenção que potenciem a atividade do Serviço Social na formação profissional; o acompanhamento e monitorização da aplicação de instrumentos e normativos técnicos; e a conceção de um Sistema de Boas Práticas no âmbito da intervenção do Serviço Social na formação profissional.

Quadro 23

Intervenção dos Interlocutores Regionais de Serviço Social a partir de 2000

Funções
<ul style="list-style-type: none">• Coordenação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional.
<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento, apoio técnico, orientação e indicação de propostas de ação aos Técnicos Superiores de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, para uma atuação mais eficaz e uniforme.
<ul style="list-style-type: none">• Resposta a todas as questões colocadas, pelos Técnicos de Serviço Social dos Centros, nomeadamente no que se refere à aplicação dos normativos e da legislação em vigor.
<ul style="list-style-type: none">• Emissão de pareceres técnicos sobre as propostas apresentadas pelos Centros no que se refere à atribuição, a título excecional, de apoios sociais aos formandos.
<ul style="list-style-type: none">• Promoção e organização dos Encontros Regionais de Serviço Social.
<ul style="list-style-type: none">• Articulação funcional permanente com os Serviços Centrais, que envolve reuniões periódicas com o grupo de Interlocutores Regionais de Serviço Social e com o Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional do DFP.
<ul style="list-style-type: none">• Colaboração, com o DFP, na produção e divulgação de documentos normativos, recursos e instrumentos técnicos adotados a nível nacional, na atuação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional.

Pela análise das práticas, são de salientar as funções dos Interlocutores Regionais de Serviço Social, no que concerne à coordenação, acompanhamento e apoio técnico dos Técnicos de Serviço Social dos Centros de formação, designadamente, através da promoção e organização de Encontros Regionais de Serviço Social e da colaboração, com

os Serviços Centrais, na produção e divulgação de documentos normativos, recursos e instrumentos técnicos adotados a nível nacional.

A 16 de abril de 2004, é publicada a Circular Normativa 28/2004, que capeia o *Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional*, de março, presentemente em vigor de forma parcial, os quais definem as normas e os procedimentos a adotar pelos Técnicos de Serviço Social, no IEFP, ultrapassando, assim, a ausência formal de funções que temos vindo a acompanhar, até ao momento.

Estes diplomas, fruto do trabalho conjunto da Coordenadora Nacional e respetivos Interlocutores Regionais de Serviço Social, são inéditos, no IEFP, na medida em que constituem os primeiros e únicos documentos publicados com força legal relativos, exclusivamente, à valência de Serviço Social, ao longo de 38 anos de história na formação profissional. Salienta-se, também a conceção e elaboração do *Guia de Acolhimento do Formando* e da Brochura *Uma Escolha com Futuro* editados em março de 2005; e a revisão e reedição dos mesmos, em janeiro de 2009.

A referida Circular Normativa, atendendo às disposições legais consagradas na Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2002 de 18 de maio, que restringe a contratação de pessoal para o Quadro de Serviços e Organismos da Administração Central e dos Institutos Públicos e, considerando a ausência de renovação do Quadro Técnico de Serviço Social dos Centros de Gestão Direta do IEFP, as vagas por preencher e o desajustamento do número de Técnicos Superiores de Serviço Social, face ao número de utentes – formandos, integra a possibilidade de contratação, em regime de prestação de serviços, de Técnicos Superiores de Serviço Social, de forma a garantir o funcionamento desta valência técnica, nos Centros de Formação Profissional.

A intervenção do Serviço Social, consubstanciada nos referidos normativos, encontra-se exposta no quadro 24.⁷⁰

⁷⁰ Circular Normativa 28/2004 de 16 de abril – Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional (IEFP, 2004c) que publica o Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional de março de 2004 (IEFP, 2004b).

Quadro 24

Intervenção dos Técnicos de Serviço Social dos Centros F.P. a partir de 2004

Funções
<ul style="list-style-type: none">• Colaborar na promoção e divulgação dos programas e medidas de formação junto dos parceiros e comunidade local.
<ul style="list-style-type: none">• Impulsionar a rede social local no âmbito do desenvolvimento de programas/projetos especiais de formação, para a inserção de grupos socialmente desfavorecidos ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.
<ul style="list-style-type: none">• Promover estratégias de reforço da representação do Centro na comunidade em geral e nas empresas em particular.
<ul style="list-style-type: none">• Colaboração na avaliação periódica e final da intervenção da atividade formativa.
<ul style="list-style-type: none">• Elaborar estudos, propostas, pareceres técnicos e relatórios de progresso, acompanhamento, avaliação e execução.
<ul style="list-style-type: none">• Participar e colaborar na planificação anual das atividades do Centro.
Recrutamento dos Formandos <ul style="list-style-type: none">• Realizar sessão de acolhimento dos formandos.• Promover a caracterização/diagnóstico social dos formandos.• Prestar apoio social necessário à integração do candidato, colaborando na resolução das situações/problema, através da mobilização de recursos internos e externos ao Centro e do trabalho em rede com outras instituições de suporte social.• Participar na avaliação do processo.
Integração dos Formandos <ul style="list-style-type: none">• Assegurar o acolhimento dos formandos no Centro e na ação de formação, garantindo a informação sobre os seus direitos e deveres.• Colaborar no processo de admissão dos formandos e na organização dos dossiers técnico-pedagógicos, designadamente no que respeita aos apoios sociais.• Assegurar a informação sobre os apoios sociais aos formandos, elaborando as propostas e emitindo os pareceres necessários à sua atribuição, nos termos dos normativos em vigor.
Acompanhamento dos Formandos <ul style="list-style-type: none">• Promover o acompanhamento dos formandos ao longo do processo formativo, prestando apoio social, psicossocial e sociofamiliar em intervenções diretas e/ou em rede.• Promover e facilitar a articulação entre o formando, o IEFP e a rede de suporte social, assegurando o desenvolvimento de uma intervenção social integrada.• Promover a articulação com a família e/ou instituições que intervenham no acompanhamento do formando.• Participar na atividade das Equipas Formativas, colaborando no diagnóstico social dos formandos, na definição de estratégias e metodologias pedagógicas de suporte ao desenvolvimento do processo formativo e na gestão e aplicação dos normativos e regulamentos em vigor.
Coordenação/Promoção de Atividades de Formação Complementar <ul style="list-style-type: none">• Colaborar no desenvolvimento das competências sociais dos formandos no âmbito da formação para a cidadania.• Dinamizar atividades de formação complementar, promovendo atividades sociais, culturais, desportivas e de lazer, de acordo com os interesses e necessidades dos formandos.• Colaborar na gestão e supervisão dos equipamentos sociais do Centro.
Apoio Social aos Formandos na (Re) Inserção Profissional , após a intervenção formativa: <ul style="list-style-type: none">• Colaborando na resolução de situações/problema de natureza social, psicossocial ou sociofamiliar.

É de salientar que, os normativos atrás referidos, como podemos verificar pelo conteúdo do quadro supra, para além de virem formalizar as funções dos Técnicos Superiores de Serviço Social, que vêm sendo executadas, na prática, desde o início da sua intervenção na formação profissional, atribuem-lhe funções novas e mais abrangentes, tais como: a) colaborar na promoção e divulgação dos programas e medidas de formação junto dos parceiros e comunidade local; b) impulsionar a rede social local no âmbito do desenvolvimento de programas/projetos especiais de formação, para a inserção de grupos socialmente desfavorecidos ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; c) participar e colaborar na planificação anual das atividades do Centro; d) contribuir para a promoção do acompanhamento psicossocial em rede, para o desenvolvimento de projetos de formação especial, para a mobilização de recursos internos e externos ao Centro, para a implementação de respostas que conjuguem a eficácia da empregabilidade com o desenvolvimento de competências para o exercício pleno de uma cidadania ativa (mediação social).

Não podemos deixar, também, de acrescentar que, estes normativos encerram outro aspeto inovador, na medida em que conferem, finalmente, aos profissionais de Serviço Social, a responsabilidade, não só da informação, prestada, no acolhimento/ integração, sobre os apoios sociais a conceder aos formandos, no acesso à formação e durante a frequência da ação, como também a sua atribuição, através da elaboração do Mapa de Apoios Sociais (bolsa de formação, transporte, alimentação, alojamento e acolhimento de pessoas a cargo).

Por outro lado, é ainda de destacar que o atual modelo organizativo da formação preconiza, para a componente de Formação Sociocultural, no domínio da Formação para a Cidadania, uma duração de sessenta horas, devendo para cada ação de formação e em função dos interesses, motivações e necessidades dos formandos, serem desenvolvidas três unidades temáticas, com uma duração prevista de vinte horas cada. As unidades temáticas, que integram este domínio, sistematizam conteúdos já desenvolvidos no âmbito da intervenção do Serviço Social, designadamente Cidadania, Igualdade de Oportunidades, Relações Interculturais e Estilos de Vida Saudáveis. Neste domínio, e em ordem ao reforço e valorização das competências sociais e profissionais dos formandos, e

em função da caracterização/diagnóstico social, deve o Técnico de Serviço Social colaborar, com a Unidade de Formação dos Centros, na escolha das unidades temáticas e na operacionalização de projetos de atividades complementares de Formação para a Cidadania, bem como, no seu acompanhamento, de forma a induzir os ajustamentos pedagógicos mais adequados ao perfil individual dos formandos ou do grupo.

Por Deliberação do Conselho Diretivo, de 9 de março de 2008, o Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional e o Núcleo de Apoio Técnico à Gestão foram integrados num único – o Núcleo de Apoio Técnico. Ou seja, com a reestruturação do Departamento de Formação Profissional, as funções do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, no que se refere à coordenação do Serviço Social, ao nível dos Serviços Centrais, passaram a ser asseguradas pelo Núcleo de Apoio Técnico, tendo-se mantido a nível Regional a coordenação por parte dos Interlocutores.

2.2.4.8. – Agência Nacional para a Qualificação, I.P. – ANQ, I.P. e os Centros Novas Oportunidades – CNO

Após a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos ter sido transformada em Direção Geral da Formação Vocacional (Decreto-Lei nº 208/2002 de 17 de outubro), um novo Governo, com início de legislatura em 2005, rebatiza-a como Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, I.P.), destinando-lhe a função de coordenar e dinamizar a oferta de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o sistema RVCC e a homologação de cursos, numa lógica de adaptação ao mercado de trabalho (Decreto-Lei nº 213/2006 de 27 de outubro), contribuindo para ultrapassar a dupla lacuna da formação profissional portuguesa: a desarticulação com o sistema educativo e a desarticulação com o mercado de trabalho.

Como menciona Alcoforado (2012), de forma a fechar o quadro legal e organizativo que dá sentido a este esforço e a esta aposta, foi prevista a criação dos Centros de Reconhecimento e Validação de Competências Profissionais (CRVCC Pro) e, posteriormente, a construção do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), que, como se enuncia nas Bases para um Acordo de Reforma da Formação Profissional deve ser

consubstanciado no conjunto de perfis profissionais, referenciais de formação e critérios para reconhecimento de competências pela via da experiência, organizado segundo uma lógica de dupla certificação. É também nesta altura que surge uma alteração de terminologia, os CRVCC passam a ser designados por Centros Novas Oportunidades (CNO).

2.2.4.8.1 – A Iniciativa Novas Oportunidades

Um número considerável de estudos tem analisado a forma como a acumulação de capital humano confere benefícios aos indivíduos, às empresas e às sociedades. Alguns desses benefícios assumem a forma de ganhos mais elevados, em termos de produtividade ou crescimento económico. Adicionalmente, o investimento em capital humano tem sido também relacionado com um conjunto de benefícios não económicos que advêm do facto de haver mais pessoas com melhor educação e formação e de haver mais conhecimento disponível na sociedade (Neves & Figueiredo, 2009).

O investimento na qualificação dos portugueses tem constituído uma linha de aposta comum aos diferentes ciclos de políticas públicas, designadamente desde que Portugal tem beneficiado de fundos estruturais destinados a apoiar o percurso de ajustamento aos padrões médios de desenvolvimento da União Europeia. Apesar disso, a progressão dos indicadores que refletem os ganhos relativos ao investimento em capital humano tem sido lenta, mantendo Portugal numa posição de grande desvantagem face à maioria dos seus parceiros comunitários e da generalidade dos países da OCDE (Murray & Skarlind, 2005) e não permitindo perspetivar uma inversão da situação de partida num curto espaço de tempo. Torna-se imprescindível acelerar o ritmo de progressão dos níveis de escolarização secundária, ambicionando encurtar o intervalo de tempo que nos permitirá alcançar os valores médios europeus, e desse modo, reunir recursos fundamentais de competitividade equiparados à média dos países da União Europeia.

A necessidade de enfrentar e resolver este problema vem sendo fortemente reforçada com as preocupações desenvolvimentistas das políticas europeias, no âmbito da formação dos recursos humanos, reafirmadas, mais tarde pelo Tratado de Amesterdão e nas Cimeiras

intergovernamentais do Luxemburgo, Lisboa, Estocolmo e Barcelona. As mesmas inquietações são reiteradamente enunciadas pela generalidade dos textos oficiais da Comissão Europeia, passando a integrar o conjunto de meios enunciados para cumprir o grande objetivo de construir, na Europa, a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo (Alcoforado, 2008).

Para isso, tal como se afirma nos escritos e discursos que marcam a orientação política oficial, é necessário deter uma mão-de-obra qualificada e adaptável, favorecendo a construção de mercados de trabalho com reação positiva às contínuas mutações dos processos produtivos e das economias. Torna-se, então indispensável potenciar o contributo de todos os trabalhadores, investindo na formação profissional e na certificação, disponibilizando serviços de orientação e aconselhamento e apoiando a construção de projetos pessoais realistas, a partir das diferentes formas de vida pessoal, profissional, e social, de forma a maximizar o contributo de todos, no aumento da competitividade e na melhoria de aproveitamento das oportunidades de trabalho disponíveis, aumentando as hipóteses de mobilidade profissional (Murray & Skarlind, 2005).

Mas a necessidade de construir uma solução que contribuísse, decisivamente, para minorar os défices de certificação leva os últimos Governos a enunciar apostas pensadas como definitivas para resolver finalmente o problema. Após sucessivas profissões de fé na qualificação dos portugueses, como única via para aumentar a produtividade e competitividade da economia, bem como para a mobilidade e empregabilidade dos trabalhadores, a que se junta, desta vez, o desígnio de um combate sem tréguas à exclusão social, na legislatura de 2004 a 2009 é apresentado um programa de qualificação de jovens e adultos, designado de Novas Oportunidades, com metas muito impressivas e com a novidade de convocar para este esforço, quer as escolas do sistema educativo, quer os centros de formação, quer ainda, todos os parceiros sociais (Alcoforado, 2008).

A 14 de dezembro de 2005, é apresentada a Iniciativa Novas Oportunidades (INO). O texto do, então, Primeiro-Ministro⁷¹ começa por afirmar a importância da qualificação dos portugueses para o desenvolvimento do país e a promoção da coesão social,

⁷¹ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

declarando que a ambição que se propõe para a iniciativa é a de “dar um forte e decisivo impulso à qualificação dos portugueses”. Afirmando a convicção de que se trata de uma matéria consensual na sociedade portuguesa, que tem “proporcionado progressos importantes nos últimos anos”, declara a necessidade de fazer mais, melhor e mais rápido, estabelecendo objetivos ambiciosos.

A estratégia da Iniciativa Novas Oportunidades assenta em dois pilares fundamentais. O primeiro pilar consiste em dar “Novas Oportunidades aos nossos jovens”, fazendo “do ensino profissionalizante de nível secundário uma verdadeira e real opção”. “Esta é uma resposta há muito reclamada pelo País. É a melhor resposta para os inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar que ainda temos”. Deste modo, reafirma-se o objetivo “de fazer com que as vagas em vias profissionalizantes representem, em 2010, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário”. O objetivo deste pilar consiste, portanto, em fazer com que o 12º ano de escolaridade seja o patamar mínimo de escolarização dos jovens que saem hoje dos sistemas de educação e formação e que os trajetos de qualificação profissional garantam, em simultâneo, uma certificação escolar e profissional, o que implica um forte incremento das vagas disponibilizadas, em cada ano, para as ofertas profissionalizantes de nível secundário, tendo em vista a sua diversificação e o contributo para a melhoria do aproveitamento escolar.⁷²

Com a criação de um sistema de informação e gestão da oferta formativa de dupla certificação, a Iniciativa Novas Oportunidades pretende responder a dois grandes objetivos: por um lado, sustentar a tomada de decisão no que se refere à estruturação da oferta de formação, de modo a prevenir disfunções ao nível da cobertura territorial e dos públicos, bem como otimizar a afetação de recursos financeiros. Por outro lado, reforçar a elegibilidade da oferta formativa, proporcionando um instrumento formativo, integrado e exaustivo, que apoie a orientação escolar e profissional dos jovens e que seja uma ferramenta útil a todos os agentes envolvidos (do indivíduo à empresa).

Através da gestão integrada da rede de estabelecimentos de ensino e formação procura-se a promoção da eficácia na cobertura do território nacional e de públicos e a garantia de uma maior racionalização na utilização dos recursos existentes, bem como a partilha

⁷² Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

desses recursos entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

A Iniciativa Novas Oportunidades pretende, também, criar, de forma gradual, condições de permeabilidade entre as ofertas e sistemas de educação e formação, permitindo que o percurso de formação possa ser iniciado num determinado curso e concluído noutro, através de um processo célere de equivalência ou mecanismo de reconhecimento de competências adquiridas. Por outro lado, o IEFP tenta eliminar os incentivos à contratação de jovens até aos 23 anos que ainda não tenham concluído o 12º ano de escolaridade, reencaminhando os apoios públicos para a sua integração em cursos profissionalizantes que possibilitem a obtenção de habilitação escolar.⁷³

Nesta meta, o papel dos sistemas de educação e formação profissional é fundamental e está, na generalidade dos países europeus, a ser alvo de um conjunto de medidas que visam claramente reforçar a sua importância na redução do abandono escolar, na captação dos jovens que deixaram a escola sem qualificações (escolares e profissionais), na produção de qualificações e competências que são hoje consideradas imprescindíveis na sociedade do conhecimento e ainda na garantia de melhores níveis de inserção e de empregabilidade aos jovens saídos do sistema de educação e formação. Há aqui não apenas o pressuposto que o “aumento da educação possa estar associado a um aumento da empregabilidade em termos quantitativos e qualitativos”, mas sobretudo que a produção de certas qualificações e competências possa ser tão ou mais facilitadora dessa transição e empregabilidade (OCDE, 1997).

A transição dos jovens da educação para o trabalho tem de ser vista na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida, ou seja, ultrapassar o problema da transição envolve mais do que pôr os jovens a trabalhar. É também importante que os jovens portugueses tenham o conhecimento, as competências e as atitudes para se tornarem aprendentes ativos ao longo das suas vidas (p. 17).

Como a própria OCDE (1997) conclui, as características do próprio sistema de educação e formação profissional são decisivas para este objetivo que

⁷³ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

Requer um sistema de elevada qualidade de educação e formação inicial, assim como estruturas e percursos que providenciem efetivas transições da educação para o mercado de trabalho e deste para a educação novamente (p. 18).

O segundo pilar da Iniciativa Novas Oportunidades diz respeito aos adultos, e como afirma o, então, Primeiro-Ministro, no referido texto⁷⁴, visa

Dar a todos aqueles que entraram na vida ativa, com baixos níveis de escolaridade, uma Nova Oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos. São muitos, aqueles que não tiveram, enquanto jovens, a oportunidade para estudar mais e que entraram precocemente no mercado de trabalho. Não seria possível, por razões de justiça e de coesão social, abdicar do esforço da sua qualificação. Mas a verdade é que este esforço é também condição essencial para o nosso processo de desenvolvimento.

Nos diversos discursos e textos de apresentação e promoção do Programa, os responsáveis políticos apresentam argumentos considerados irrefutáveis, garantindo o Governo que, como

A simples mudança geracional não permitirá nas próximas décadas dotar o país das competências fundamentais de que todos necessitamos, é por isso necessário que a Iniciativa Novas Oportunidades assuma uma estratégia nova – prioridade à formação de base dos ativos – definindo objetivos exigentes: qualificar 1.000.000 de ativos até 2010.⁷⁵

Para os adultos, a estratégia definida é a de possibilitar aos que já estão no mercado de trabalho sem terem completado o 12º ano de escolaridade, uma nova oportunidade.

⁷⁴ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

⁷⁵ Deste 1.000.000 de ativos, 65.0000 deverão obter um certificado do ensino básico ou do ensino secundário, através do reconhecimento, validação e certificação de competências, enquanto 350.000 deverão obter uma dupla certificação, através dos cursos EFA. Para isso, prevê-se que a rede de centros (CNO) passe, dos 98 existentes em 2005, para 500 em 2010, devendo todos eles assegurar as funções de inscrição dos adultos, diagnóstico/triagem e encaminhamento para processos de certificação ou para percursos educativos/formativos. Este esforço levou ao envolvimento de um número muito significativo de escolas secundárias e centros de formação, para além das parcerias já constituídas (Alcoforado, 2012).

No âmbito desta Iniciativa, está prevista a promoção da gestão integrada das ofertas e da rede de estabelecimentos e cursos do ensino e formação de modo a garantir a eficácia na cobertura do território nacional e de públicos e uma monitorização adequada da oferta; bem como a implementação de um Sistema de Certificação de Qualidade regido por padrões internacionais e com reflexo nos critérios de financiamento, que permita qualificar as práticas formativas e os resultados alcançados.⁷⁶

Para a concretização deste desígnio podemos referir como ações do IEFP com maior impacto, junto dos seus destinatários, a expansão da oferta de Cursos EFA e o alargamento da rede e número de pessoas abrangidas pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de nível secundário. O reconhecimento das competências adquiridas ao longo da vida em contextos informais de aprendizagem constitui não só um importante mecanismo de reforço da autoestima individual e de justiça social, mas também um recurso fundamental para promover a integração dos adultos em novos processos de aprendizagem de carácter formal. O reconhecimento das competências adquiridas permite, a nível coletivo, estruturar percursos de formação complementares ajustados caso a caso. Mas mais importante, induz o reconhecimento individual da capacidade de aprender, o que constitui o principal mote para a adoção de posturas pró-ativas face à procura de novas qualificações. A consolidação e expansão dos dispositivos de reconhecimento e validação de competências são, pois, um recurso essencial para o desenvolvimento do país (Neves & Figueiredo, 2009).

Naturalmente que, neste desafio da qualificação em Portugal, o reconhecimento das competências adquiridas pelas vias não formais e informais assume uma dimensão estratégica e, muito provavelmente irá ser a principal tendência da educação e formação profissional, nos próximos anos. Sendo Portugal um campeão das baixas qualificações, terá agora a oportunidade de se afirmar “como campeão da aprendizagem informal e não formal, investindo na teoria e na prática da conversão da experiência de vida (e profissional) em saberes e competências reconhecidos” (Carneiro, Valente, & Carneiro, 2008, p. 65).

⁷⁶ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

2.2.4.8.2. – Os Cursos de Educação e Formação: Implicações para a (Re) Organização da Oferta Formativa do IEFP

No âmbito da criação de um sistema integrado de orientação escolar e profissional, prevê-se a elaboração de um referencial técnico comum que possibilite aproximar os serviços de orientação escolar e profissional, inseridos no sistema de educação e formação, em termos de comunicabilidade, harmonização de procedimentos técnicos e, eventualmente, partilha de recursos. Pretende-se que seja criada uma plataforma de trabalho comum e que seja garantida a portabilidade do diagnóstico produzido entre sistemas, de forma a tornar mais célere o processo de atendimento e encaminhamento.⁷⁷

Neste âmbito, o IEFP transforma-se no principal executor das políticas da Associação Nacional para a Qualificação (ANQ), desempenhando um papel fundamental, através da implementação dos Cursos de Educação e Formação de Nível Secundário, com a publicação do Despacho Conjunto nº 453/2004 de 27 de julho. Os mesmos conferem uma qualificação de nível 4 e equivalência ao 12.º ano de escolaridade - tipologias 5 (=> 2.276 horas) e 6 (=> 1.425 horas), a jovens que pretendam uma qualificação profissional para entrar no mundo do trabalho e se encontrem numa das seguintes situações: titulares de um curso de educação e formação de tipo 4; jovens que concluíram com aproveitamento o 10.º ou o 11.º ano de um curso do nível secundário de educação ou equivalente; ou que concluíram com aproveitamento um curso de qualificação inicial de nível 2 com formação complementar; ou jovens que frequentaram o 11.º ano com aproveitamento ou o 12.º ano de um curso do nível secundário ou equivalente na área de estudos afim, sem aproveitamento; ou que frequentaram um curso de qualificação inicial de nível 4, sem aproveitamento. Estes cursos conferem, ainda, uma qualificação de nível 4, a jovens titulares de um curso científico-humanístico ou outro vocacionado para o prosseguimento de estudos - tipologia 7 (=> 1.155 horas).

O mesmo diploma veio, também, introduzir alterações aos Cursos de Educação e Formação de nível básico, já em funcionamento, na medida em que, para além de conferirem uma qualificação de nível 1 ou 2 e equivalência ao 6.º ou 9.º ano de escolaridade, a jovens que não tenham concluído o 9.º ano de escolaridade ou se

⁷⁷ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

encontrem em risco de não o concluir - tipologias 1 (=> 1.125 horas), 2 (=> 2.109 horas) e 3 (=> 1.200 horas); proporcionam, também, uma qualificação de nível 2, com a possibilidade de certificação e creditação da formação obtida para prosseguimento de estudos em percursos de nível secundário, a jovens detentores do 9.º ano de escolaridade ou com frequência do secundário ou equivalente, sem o concluir, e que se encontram em risco de saída escolar precoce e de inserção desqualificada no mercado de trabalho - tipologia 4 (=> 1.230 horas).

Estas ofertas formativas de nível básico ou secundário integram as componentes de formação sociocultural, científica e tecnológica e formação prática em contexto de trabalho.

Para o efeito, o Plano de Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional privilegia a oferta de cursos de dupla certificação para os jovens sem escolaridade ao nível do secundário. Deste modo, prevê-se um período de transição dos Cursos de Qualificação Inicial, atrás referidos, e que ainda integram o Plano de Formação do IEFP, para ofertas de dupla certificação. Esta Iniciativa procura proporcionar, também, aos jovens que tenham concluído um Curso de Qualificação Inicial, a possibilidade de obtenção de uma certificação escolar, em particular de 12º ano. Esta possibilidade poderá passar pela equivalência das competências adquiridas e pela integração em eventuais percursos formativos complementares de curta duração.⁷⁸

2.2.4.8.3. – O Sistema Aprendizagem em Alternância: Uma Oferta que se Procura (Re) Afirmar

O Sistema de Aprendizagem em Alternância, reformulado pelo Decreto-Lei nº 205/96 de 25 de outubro, e posteriormente, pela Portaria nº 1497/2008 de 19 de dezembro, alterada pela Portaria nº 289/2009 de 20 de março, continua a fazer parte da oferta formativa do IEFP, contribuindo para a concretização deste objetivo. Como refere o preâmbulo do Decreto-Lei nº 205/96 de 25 de outubro:

⁷⁸ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

Esta modalidade de formação distingue-se entre as diversas ofertas de formação profissional inicial, pela importância que nela assume a formação em situação de trabalho, enquanto processo de aquisição de competências, ultrapassando a situação simples de aplicação prática de conhecimentos.

É necessário, assim, assegurar as condições para que as empresas possam envolver-se nesta metodologia de formação, contribuindo efetivamente para a realização dos objetivos pretendidos, através do reforço da utilidade da componente de formação em situação de trabalho, o que potenciará, naturalmente, os próprios níveis de empregabilidade do sistema. A sua reforma tem em conta que, nos últimos anos, assistiu-se a uma grande mudança no sistema de educação e formação profissional, que obriga a repensar o lugar da Aprendizagem, já não como um dispositivo de emergência para jovens que não têm alternativas ao mesmo nível, mas como parte integrante de um sistema de formação em que coexistem vias alternativas, com identidade própria, inseridos em diferentes subsistemas de formação.

Por outro lado, a formação no âmbito da Aprendizagem em Alternância organiza-se de forma que a qualificação inicial esteja associada à aquisição de competências que implicam uma progressão escolar, reforçando-se, assim, a articulação entre a educação e a formação. Neste contexto, entende-se que deve poder cobrir a diversidade de situações prioritárias para Portugal, desde a promoção da qualificação de base daqueles que foram excluídos precocemente do sistema escolar, até à contribuição para a modernização da economia, pela produção de qualificações intermédias, de peso determinante no desenvolvimento das condições necessárias ao crescimento da competitividade, bem como ao desenvolvimento da qualidade de vida dos portugueses (Decreto-Lei nº 205/96 de 25 de outubro, Preâmbulo).

Conforme previsto na Portaria nº 289/2009 de 20 de março e no Regulamento Específico dos Cursos de Aprendizagem, aprovado por deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, em 13 de março de 2014, têm acesso a esta oferta formativa, os jovens com idade inferior a 25 anos, que concluíram com aproveitamento o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente e que não detenham uma habilitação escolar de nível secundário ou equivalente. Podem, ainda, ter acesso a estes cursos os jovens que tenham frequentado um ou mais anos de

qualquer curso de nível secundário, devendo nestes casos, ser estabelecido um percurso de formação a realizar em função dos conhecimentos e competências certificados. Consequentemente, a duração total da formação varia entre as 2.800 e as 3.700 horas, em função das aprendizagens exigidas pelas diferentes qualificações. Estes cursos integram as componentes de formação sociocultural, científica, tecnológica e formação prática em contexto de trabalho, conferindo o nível 4 de formação e o ensino secundário.

2.2.4.8.4. – Os Cursos de Especialização Tecnológica – CET: Uma Aposta com Novo Fôlego

Com a publicação do Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de maio, o IEFP reforça gradualmente a oferta de Cursos de Especialização Tecnológica, permitindo, desde então, a possibilidade de participação, nestes cursos, aos jovens que tenham uma qualificação profissional de nível 3; jovens que detenham o 12º ano incompleto; aos titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente; bem como titulares de um diploma de especialização tecnológica ou de um diploma do ensino superior que pretendam a sua requalificação profissional. Como já foi referido, a conclusão com aproveitamento de um CET confere um diploma de Especialização Tecnológica e qualificação profissional de nível 5. Os CET baseiam-se na interação de três componentes, formação geral e científica, formação tecnológica e formação em contexto de trabalho. A soma destas componentes não pode ser inferior a 1.200, nem superior a 1.560 horas.

2.2.4.8.5. – Os Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA – Nível Básico e Secundário: Contributo para a Elevação dos Níveis de Escolaridade e Qualificação

No que se refere aos adultos, a Iniciativa Novas Oportunidades garante o alargamento do referencial de competências que permite assegurar o processo RVCC e a promoção de Cursos EFA ao nível do secundário, através da publicação da Portaria nº 817/2007 de 27 de julho. Por outro lado, promove a extensão das possibilidades de acesso à formação por

parte dos ativos empregados, através da modulação e ajustamento das ofertas e da adoção de mecanismos de organização e repartição de custos de formação que assegurem a efetivação do direito individual à formação e que sejam compatíveis com a competitividade atual e futura das empresas.⁷⁹

Neste contexto, a Educação e Formação de Adultos de Nível Básico e Secundário serve dois propósitos: combater os baixos níveis de qualificação inicial, por via da oferta de uma segunda oportunidade aos indivíduos que não realizaram um percurso formativo ou escolar adequado, quando eram jovens; e combater a obsolescência dos conhecimentos e competências dos indivíduos, que se encontram afastados do mercado de trabalho (inatividade ou desemprego) e/ou que mesmo encontrando-se ativos se defrontam com a evolução tecnológica e organizacional, através da sua atualização/reciclagem (Neves & Figueiredo, 2009; Rodrigues, 2009).

2.2.4.8.6. – Sistema Nacional de Qualificações – SNQ

O enquadramento legislativo da educação e formação profissional, em vigor desde 1991, sofre um processo de revisão global. Assim, o novo quadro normativo é aprovado, pelo Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, sendo criado o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ). Este sistema reestrutura a formação profissional inserida no sistema educativo e a inserida no mercado de trabalho, integrando-as como objetivos e instrumentos comuns e sob um enquadramento institucional renovado.

São objetivos deste Sistema promover a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população; elevar a formação de base da população ativa, possibilitando a sua progressão escolar e profissional; garantir que os cursos profissionalizantes de jovens confirmam a dupla certificação, escolar e profissional; estruturar uma oferta relevante de formação inicial e contínua, ajustada às necessidades das empresas e do mercado de trabalho, tendo por base as necessidades atuais e emergentes das empresas e dos sectores económicos; promover uma oferta formativa diversificada, no contexto da promoção da aprendizagem ao longo da vida, geradora de

⁷⁹ Consultado em www.novasoportunidades.gov.pt, no dia 3 de fevereiro de 2012.

qualificações baseadas em competências; desenvolver competências necessárias ao desenvolvimento dos indivíduos, à promoção da coesão social e ao exercício dos direitos de cidadania; reforçar e consolidar o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências; promover a efetividade do direito individual dos trabalhadores à formação anual certificada; promover a qualificação e integração socioprofissional de grupos com particulares dificuldades de inserção; promover a coerência, a transparência e a comparabilidade das qualificações a nível nacional e internacional; assegurar a informação e orientação escolar e profissional e a articulação e gestão partilhada dos respetivos recursos e instrumentos; promover a eficácia e eficiência da formação profissional; garantir a gestão de financiamento público orientada para as prioridades das políticas de educação e formação profissional; e contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso às profissões, bem como para a empregabilidade e para o empreendedorismo com superação das discriminações de género (Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, Artigo 2º).

No âmbito deste sistema, é criado o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) que constitui um instrumento de gestão estratégica das qualificações de nível não superior, contendo o conjunto de referenciais essenciais para o desenvolvimento profissional pessoal e social dos cidadãos. Possibilita, assim uma melhor adequação das respostas formativas às necessidades das empresas, do mercado de trabalho e dos cidadãos, estando organizado numa lógica de dupla certificação, escolar e profissional e estruturado em níveis de qualificação descritos no Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), entretanto também criado, tendo em conta o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), para a aprendizagem ao longo da vida, facilitando assim, a comparabilidade das qualificações dos portugueses no espaço europeu e conseqüentemente a sua mobilidade em condições mais favoráveis (Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, Artigos 5º e 6º).

A estratégia fundamental passa por assegurar a relevância da formação e das aprendizagens para o desenvolvimento pessoal e para a modernização das empresas e da economia, assegurando, ao mesmo tempo, que todo o esforço nacional em formação seja efetivamente valorizado, para efeitos de progressão escolar e profissional dos cidadãos, quer de forma direta, através da formação de dupla certificação inserida no Catálogo

Nacional de Qualificações, quer de forma indireta, através dos Centros Novas Oportunidades (CNO) e do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências (Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, Preâmbulo).

Embora os Cursos EFA sejam um instrumento basilar para a prossecução dos objetivos definidos para as políticas de educação e formação, onde assume particular destaque a generalização do nível secundário como patamar mínimo de qualificação da população, como já foi referido, torna-se igualmente fundamental a construção de uma oferta modular de curta duração, tendo por base os percursos de educação e formação de adultos previstos no Catálogo Nacional de Qualificações. Tendo em vista promover o acesso a itinerários de qualificação modularizados em unidades de formação de curta duração (UFCD) e capitalizáveis para uma ou mais do que uma qualificação, previsto como um dos compromissos do Acordo para a Reforma da Formação Profissional, celebrado entre o Governo e a generalidade dos parceiros sociais representados na Comissão Permanente de Concertação Social, incluíram-se no Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, as Formações Modulares como uma modalidade de formação certificada.

2.2.4.9. – Revisão do Estatuto do IEFP, I.P. e Alteração da Estrutura Orgânica

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos do Programa do XVII Governo, no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência, importa concretizar o esforço de racionalização estrutural consagrado no Decreto-Lei nº 211/2006 de 27 de outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, avançando na definição dos modelos organizacionais dos serviços que integram a respetiva estrutura. Para cabal cumprimento da missão, assim definida, e em obediência às orientações do Governo, para obter ganhos de eficiência e eficácia, de melhorar a qualidade dos serviços prestados, de simplificar procedimentos, de racionalizar custos e de contribuir para a aproximação entre a Administração e os cidadãos, procede-se à revisão do estatuto que, desde 1985, vem regendo a atividade do IEFP (Decreto-Lei nº 213/2007 de 29 de maio, Preâmbulo). Nesta revisão, mantém-se a

gestão tripartida, com representação dos parceiros sociais com assento efetivo no Conselho Permanente de Concertação Social, no Conselho de Administração e na Comissão de Fiscalização, por se ter revelado tão conforme às exigências de uma missão com muito expressivo alcance social. Também se mantém uma estrutura desconcentrada e com forte pendor regionalizado, que confere às estruturas regionais todas as atribuições que, dentro do princípio da subsidiariedade, não tenham de considerar-se de natureza nacional. Porém, a revisão do Estatuto do IEFP, levada a cabo, pelo Decreto-Lei nº 213/2007 e pela Portaria nº 637/2007 de 29 e 30 de maio, respetivamente, pretende operar significativas transformações, que racionalizam o emprego de recursos e que garantem os ganhos de eficiência e eficácia preconizados, através da extinção de um número significativo de cargos de direção e chefia, com reflexos de grande expressividade na estrutura orgânica e organização internas do IEFP.⁸⁰

2.2.4.10. – Financiamento Comunitário – Quadro Comunitário Apoio III – QCA III

Considerando, como fio condutor da ação dos Fundos Estruturais, o acréscimo de produtividade, como condição necessária e indicador chave da mudança estrutural e do desenvolvimento socioeconómico, o QCA III, para o período entre 2000 e 2006, adotou três domínios de intervenção: a valorização do potencial humano; o apoio à atividade produtiva; e a estruturação do território. A operacionalização destes domínios concretiza-se através de quatro eixos prioritários, que agrupam 19 Programas Operacionais, definidos por sectores e regiões e que contemplam, de forma inovadora, um funcionamento integrado e complementar entre si: elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social; alterar o perfil produtivo em direção às atividades do futuro; afirmar o valor do território e da posição geoeconómica do país; promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional.⁸¹

Deste modo, o Programa Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) é o programa que concretiza a valorização do potencial humano, integrando-se no esforço de

⁸⁰ A partir desta data, a Comissão Executiva assume a designação de Conselho Diretivo do IEFP, I.P.

⁸¹ Consultado em www.qca.pt, no dia 2 de janeiro 2012.

modernização e desenvolvimento de Portugal, em três perspetivas complementares: como instrumento essencial de concretização do PDR; como instrumento determinante da eficácia da política de recursos humanos suportada pelo FSE; e como peça central da concretização da Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) e consequentemente do PNE (POEFDS, 2001).

No Âmbito deste QCA, são criadas Medidas Desconcentradas de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, para as diferentes regiões do país. Deste modo, o POEFDS articula, de uma forma estreita, com as referidas medidas, inseridas nos Programas Regionais do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e Algarve, visando um conjunto integrado e alargado de respostas no âmbito das políticas de emprego e formação (POEFDS, 2001).

2.2.5. – A Consolidação da Oferta Formativa de Dupla Certificação (A partir de 2009)

O PNE, apresentado para o período 2008-2010 insere-se, também, no Plano Nacional de Reformas e procura dar continuidade e aprofundar as reformas já iniciadas e em curso. Assim, os seus desafios centram-se em torno de três eixos que dão continuidade e procuram consolidar essas mesmas reformas: melhorar a qualificação dos portugueses investindo na educação e formação; reforçar a lógica de prevenção e combate ao desemprego por via, quer da criação de emprego, quer da modernização dos sistemas de proteção social; e promover o equilíbrio entre flexibilidade e segurança no mercado de trabalho.

2.2.5.1. – Ajustamento do Regime Jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA e Regulamentação das Formações Modulares

A Portaria nº 230/2008 de 7 de março, alterada pela Portaria nº 711/2010 e pela Portaria nº 283/2011, de 17 de agosto e de 24 de outubro, respetivamente, procede ao ajustamento do regime jurídico dos Cursos EFA e à regulamentação das Formações Modulares,

integrando no mesmo instrumento jurídico as duas modalidades de formação fundamentais para a qualificação dos adultos.

Estas ofertas formativas destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem conclusão do ensino básico ou secundário.

De acordo com o referido diploma, os cursos EFA de nível básico passam a ter a seguinte duração, variável segundo as condições de acesso e a certificação que atribuem: B1, <1º ciclo – 790 horas, conferindo o 1º ciclo; B2, 1º ciclo – 840 horas e B1+B2, >1º ciclo – 1240 horas, proporcionando a obtenção do 2º ciclo e o nível 1 de qualificação; B3, 2º ciclo – 1940 horas e B2+B3, 1º ciclo – 2390 horas, concedendo o 3º ciclo e o nível 2 de qualificação (Portaria nº 283/2011 de 24 de outubro, Anexo 1). Estas ofertas formativas compreendem as componentes de formação de base, formação tecnológica (que pode integrar uma formação prática em contexto de trabalho) e aprender com autonomia.

A duração dos percursos EFA de nível secundário também variam de acordo com as condições de acesso e com a certificação que conferem. Assim, temos percursos mais prolongados: S3 – Tipo A, 9º ano – 2.045 horas; S3 – Tipo B, 10º ano – 1.680 horas; S3 – Tipo C, 11º ano – 1.575 horas, conferindo uma dupla certificação, escolar e profissional, ou seja, o ensino secundário e o nível 4 de qualificação (Portaria nº 283/2011 de 24 de outubro, Anexo 3).

Por outro lado, temos percursos com menor duração: S – Tipo A, 9º ano – 1.150 horas; S – Tipo B, 10º ano – 625 horas; S – Tipo C, 11º ano – 315 horas. Estes conferem, consequentemente, apenas o ensino secundário e o nível 3 de qualificação (Portaria nº 283/2011 de 24 de outubro, Anexo 4).

Enquanto os cursos EFA de nível secundário de dupla certificação contemplam, na sua estrutura curricular, formação de base, formação tecnológica (que pode integrar, também, uma formação prática em contexto de trabalho) e a área de portefólio reflexivo de aprendizagens (PRA), os cursos EFA que conferem apenas certificação escolar integram somente a formação de base e o portefólio reflexivo de aprendizagens (PRA).

As Formações Modulares Certificadas são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais de uma qualificação constante no CNQ e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada (que não pode exceder as 600 horas), caracterizados pela adaptação a diferentes modalidades de formação, públicos-alvo, metodologias, contextos formativos e formas de avaliação (Portaria nº 283/2011 de 24 de outubro, Artigo 2º).

Apesar de disponibilizados os Cursos de Educação Formação, os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e as Formações Modulares Certificadas, existe uma parte significativa dos adultos portugueses que não possui as competências básicas que lhe permitam aceder a tais ofertas de qualificação e envolver-se nos percursos formativos disponíveis. Importa, então, criar estratégias formativas que possibilitem a esses adultos a aquisição de competências imprescindíveis à entrada em percursos de qualificação que conduzam à obtenção de mais competências e à respetiva certificação, bem como à promoção da sua autonomia, autoaprendizagem e trabalho cooperativo. A aquisição destas competências básicas favorece, assim, o acesso ou o prosseguimento da formação em percursos qualificantes e, por essa via, contribui para a integração social desta população, ao mesmo tempo que aumenta os seus níveis de empregabilidade.

Desta forma, o Governo, através da Portaria nº 1100/2010 de 22 de outubro, alterada pela Portaria nº 216-C/2012 de 18 de julho, aprova o Programa de Formação em Competências Básicas, que visa a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias da informação e comunicação e a sua posterior integração, enquanto formandos, em cursos de Educação e Formação de Adultos ou em Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências de nível básico (Artigo 1º). Este Programa destina-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham frequentado o 1º ciclo do ensino básico ou equivalente ou que, tendo frequentado, não demonstrem possuir as referidas competências (Artigo 3º). A duração de cada ação de formação desenvolvida ao abrigo deste Programa é estabelecida em função dos objetivos de cada projeto e das características de cada grupo, não podendo ser inferior a 150 horas, nem exceder as 300 horas (Artigo 5º).

2.2.5.2. – Relançamento do Serviço Público de Emprego

Na atual conjuntura de elevados níveis de desemprego e, em particular, de desemprego de longa duração, bem como num quadro de aproximação ao modelo da flexissegurança, a importância do Serviço Público de Emprego torna-se cada vez mais considerável, pelo que se impõe dinamizar o seu modelo de funcionamento. Neste contexto, surge o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2012 de 9 de março, que visa acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, melhorando o acompanhamento que lhes é proporcionado como forma de promover o seu rápido regresso à vida ativa, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desemprego de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas ativas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento dos Centros de Emprego.

Este Programa insere-se na nova geração de políticas ativas de emprego preconizada no Programa do XIX Governo, estando também em consonância com o Acordo Tripartido entre Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, assinado pelo Governo e pela maioria dos parceiros sociais, a 18 de janeiro de 2012, e com o Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, de 17 de maio de 2011.

Um dos oito eixos deste Programa consiste em reestruturar, redimensionar e reorganizar a atual rede de Centros de Emprego e de Centros de Formação Profissional, refletindo-se na integração de Centros de Emprego, constituindo Unidades Orgânicas Locais de maior dimensão organizacional e maior cobertura territorial, bem como na fusão dos Centros de Formação Profissional de Gestão Direta com os Centros de Emprego, constituindo, assim, Centros de Emprego e Formação Profissional (Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2012 de 9 de março, Anexo). Esta reorganização vem a consolidar-se com a publicação do Decreto-Lei nº 143/2012 de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do IEFP, I.P. com a definição da sua missão e atribuições, bem como os órgãos que o constituem; e com a publicação da Portaria nº 319/2012 de 12 de outubro, que aprovou os seus Estatutos, os quais estabelecem a organização interna dos serviços centrais e dos

serviços desconcentrados, com vista a racionalizar os recursos e a garantir ganhos de eficácia e eficiência nos diversos níveis de intervenção.

2.2.5.3. – Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado

A atual estratégia política do Governo confirma a necessidade de serem adotadas medidas urgentes e estruturais que permitam modernizar as medidas ativas de emprego e melhorar o ajustamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho. Estes objetivos devem ser prosseguidos através da implementação de atuações concretas dirigidas aos desempregados inscritos nos Centros do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Para esse efeito, é criada, através da Portaria nº 203/2013 de 17 de junho, a Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado, que visa reforçar a qualidade, a eficácia e a celeridade das medidas ativas de emprego, particularmente no que respeita à qualificação profissional, através de: a) Percursos de formação modular, com base em unidades de formação de curta duração (UFCD), tendo como referência, predominantemente, o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ); b) Formação prática em contexto de trabalho (FPCT), que complemente o percurso de formação modular ou as competências anteriormente adquiridas pelo desempregado em diferentes contextos; c) Processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), adquiridas pelo adulto ao longo da vida, por vias formais, não formais ou informais, nas vertentes profissional ou de dupla certificação, em estreita articulação com outras intervenções de formação qualificantes, nomeadamente de formação modular (Portaria nº 203/2013 de 17 de junho, Artigo 2º).

Esta medida tem como destinatários adultos desempregados inscritos nos Serviços de Emprego do IEFP, I.P., há mais de 6 meses, desempregados de longa duração, sem o 9º ano de escolaridade, sem uma qualificação profissional, ou com uma qualificação desajustada face ao mercado de trabalho, que integrem agregados familiares em que ambos os membros se encontrem desempregados, e membros de agregados monoparentais (Portaria nº 203/2013 de 17 de junho, Artigo 3º).

Podem constituir-se, também, como destinatários da mesma os jovens desempregados, com idade entre os 18 e os 29 anos, inclusive, sinalizados como beneficiários da Garantia

Jovem (Resolução de Conselho de Ministros nº 104/2013, de 31 de dezembro, que cria o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem).

Enquanto o processo de ativação dos adultos desempregados deve ser efetuado no prazo máximo de três meses, após a sua inscrição, através do encaminhamento e integração em ações no âmbito desta medida, o encaminhamento para a Vida Ativa Jovem deve ser realizado no prazo máximo de quatro meses, de acordo com o previsto nos normativos legais relativos à Garantia Jovem (Regulamento Específico da Medida Vida Ativa – Emprego Qualificado, 1ª Revisão, publicado em 28 de abril de 2015).

Os percursos de formação podem integrar UFCD de diferentes domínios, designadamente, formação tecnológica específica, direcionada para a aquisição de competências de uma determinada profissão; formação tecnológica transversal, direcionada para a aquisição de competências inerentes a diferentes profissões ou atividades profissionais; formação de base ou sociocultural, direcionada para a aquisição de competências-chave, contribuindo para a obtenção do nível básico ou secundário; formação comportamental, direcionada para a aquisição de competências que promovam a adoção de atitudes e comportamentos valorizados em contexto de trabalho; formação em competências empreendedoras, direcionada para a aquisição de competências que contribuam para a definição de projetos pessoais de integração ou reintegração no mercado de trabalho, bem como para a criação do próprio emprego. Os percursos de formação devem, sempre que possível, ser acrescidos de uma componente de formação prática em contexto de trabalho.

Os referidos percursos têm uma duração entre 25 e 300 horas, sem prejuízo do encaminhamento posterior para outros percursos que complementem ou completem a respetiva qualificação (Portaria nº 203/2013 de 17 de junho, Artigo 5º).

2.2.5.4. – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional – CQEP

Enquanto prioridade estratégica do país, são criados, ainda, através da Portaria nº 135-A/2013 de 28 de março, os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), extinguindo, assim, os Centros Novas Oportunidades (CNO). A rede de CQEP visa uma

atuação mais rigorosa e exigente, designadamente nos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), construída a partir de estruturas de educação e formação que constituem uma garantia de qualidade ao nível das políticas de qualificação e de emprego e da aprendizagem ao longo da vida. Os CQEP operam de modo integrado e coordenado no território, constituindo-se como um *interface* com as demais respostas disponíveis no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, respondendo às verdadeiras necessidades de qualificação dos jovens e dos adultos.

2.2.5.5. – A Intervenção do Serviço Social no Âmbito dos Atuais Modelos Organizativos da Formação Profissional

Em março de 2009, é publicada a Orientação Técnica 1/2009 que especifica a Metodologia de Intervenção da Equipa de Apoio Técnico no Acolhimento dos Candidatos e Formandos. Em maio do mesmo ano, é publicada também a Orientação Técnica 2/2009 que divulga o Regulamento da Equipa Técnico-Pedagógica, que veio atualizar o modelo de funcionamento da antiga Equipa de Formação, tendo em conta as necessárias adaptações a introduzir face às mudanças operadas, em 2007, nos modelos organizativos da formação, com profundas implicações ao nível da gestão da formação, da estrutura e do modelo de funcionamento dos Centros de Formação Profissional. A necessidade de (re) definir o modelo de funcionamento desta Equipa decorre da reestruturação dos Centros de Formação Profissional, cuja atual Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação passa a agregar as diferentes Equipas que intervêm na atividade formativa, designadamente, a Equipa de Apoio Técnico, que integra a valência de Serviço Social.

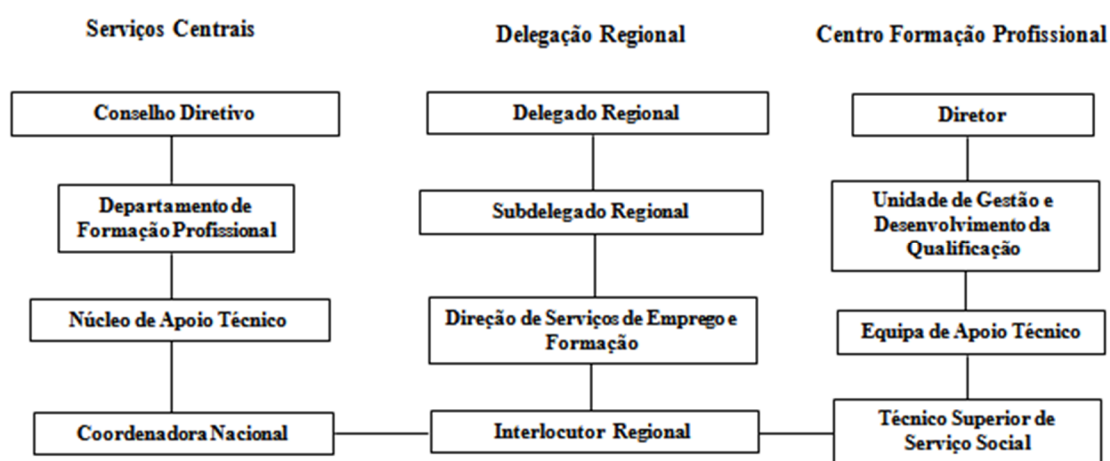


Figura 10. Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 2008.

Fonte: Elaboração própria.⁸²

O quadro 25 sintetiza as funções do Serviço Social nos Centros de Formação Profissional enunciadas, nos dois documentos atrás referidos, que vieram atualizar/complementar o conteúdo da Circular Normativa 28/2004, atualmente em vigor.⁸³

⁸² Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

⁸³ Orientação Técnica 1/2009 de 31 de março – Metodologia de Intervenção da Equipa de Apoio Técnico no Acolhimento dos Candidatos e Formandos (IEFP, 2009a); Orientação Técnica 2/2009 de 15 de maio – Regulamento da Equipa Técnico Pedagógica (IEFP, 2009b).

Quadro 25

Intervenção dos Técnicos de Serviço Social nos Centros de F.P. a partir de 2009

Funções
<ul style="list-style-type: none">• Acolhimento dos Candidatos – Dinamização da Sessão de Acolhimento 1, com uma duração de referência máxima de 3 horas, efetuada com recurso a uma intervenção coletiva, assegurada e/ou promovida, conjuntamente pelos elementos da Equipa de Apoio Técnico, de acordo com a sua especificidade técnica, cabendo ao Serviço Social:• Informação sobre as condições de frequência da formação e sobre os recursos sociais do Centro e do meio envolvente.• Diagnóstico socioeconómico dos candidatos e apoio social a desenvolver, através da realização de entrevistas individuais, de carácter obrigatório.• Caracterização diagnóstica dos candidatos, fornecendo à Equipa informação relevante sobre a situação social e económica do candidato e das suas condições para integrar a ação.• Preparação do Mapa de Apoios Sociais da ação.
<ul style="list-style-type: none">• Acolhimento dos Formandos – Promoção da Sessão de Acolhimento 2, com uma duração de referência máxima de 3 horas, que deverá ser realizada em função de um plano de acolhimento acordado entre os Técnicos da Equipa de Apoio Técnico e os Técnicos da Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação, cabendo ao Serviço Social:• Informação relativamente aos direitos e deveres dos formandos, designadamente, sobre o regime de apoios e regime disciplinar, através da apresentação do Contrato de Formação e do Regulamento do Formando.• Organização do Processo Individual do Formando, nomeadamente no que se refere às petições, de forma a assegurar a atribuição e a gestão dos apoios sociais aos formandos.
<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento dos Formandos ao longo do processo formativo e em todas as suas componentes.• Participação nas reuniões de avaliação facultando, aos membros da equipa, informação sobre os formandos, de carácter social, familiar e económico, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento em ordem à conclusão do processo formativo com aproveitamento.• Articulação e contacto com organismos e instituições sempre que as atividades ou os processos de acompanhamento assim o exijam.• Participação na avaliação desenvolvida pelas Equipas Formativas.
<ul style="list-style-type: none">• Promoção e dinamização de atividades complementares de formação para a cidadania, nomeadamente culturais, sociais, desportivas e de lazer.
<ul style="list-style-type: none">• Colaboração com o Centro de Emprego, no sentido de proporcionar uma correta integração profissional do Formando.

A nova metodologia de intervenção da Equipa de Apoio Técnico no Acolhimento dos Candidatos e Formandos, exposta no quadro acima, vem sistematizar a intervenção do Serviço Social no recrutamento dos candidatos e na integração dos formandos, com a

introdução das Sessões de Acolhimento 1 e Acolhimento 2, substituindo, assim, a Fase de Revalidação do Projeto do Candidato, em prática desde 1998, salientando, uma vez mais, a responsabilidade do Serviço Social na atribuição e gestão dos apoios sociais aos formandos.

A atualização do modelo de funcionamento da antiga Equipa de Formação veio alterar a composição da atual Equipa Técnico-pedagógica, a qual passou a integrar apenas Técnicos das áreas de Orientação Profissional; Saúde Ocupacional; Serviço Social e Formação. Esta atualização não incidiu tanto nas funções de âmbito geral da Equipa, mas mais ao nível das funções específicas das diferentes valências técnicas. No entanto, no que ao Serviço Social diz respeito, as alterações introduzidas, na prática, não se revelam inovadoras, uma vez que já se encontram previstas, nos normativos atrás mencionados.

2.2.5.6. – Extinção do Núcleo de Apoio Técnico e da Interlocação Regional do Serviço Social

A estrutura orgânica assumida pelo IEFP, I.P., a partir de 1 de agosto de 2012, com a entrada em vigor do já referido Decreto-Lei nº 143/2012 de 11 de julho, tem repercussões profundas no âmbito do Serviço Social. Estas repercussões não decorrem da reestruturação dos Centros de Formação Profissional, mas da extinção do Núcleo de Apoio Técnico que assegurava a Coordenação do Serviço Social, ao nível dos Serviços Centrais e, conseqüentemente, da Coordenação Regional, por parte dos Interlocutores de Serviço Social. Neste âmbito, sente-se, uma vez mais, uma desvalorização progressiva desta valência técnica, que perdura até aos nossos dias. Desde então, a intervenção dos Técnicos de Serviço Social encontra-se reduzida, exclusivamente, às Unidades Orgânicas Locais, que assumiram a designação de Serviços de Formação Profissional, na dependência do Núcleo de Gestão da Qualificação, o qual depende do Diretor.



Figura 11. Posição do Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP a partir de 2012.

Fonte: Elaboração própria.⁸⁴

No entanto, numa fase em que a problemática da exclusão de grupos mais vulneráveis surge, cada vez mais, a par da problemática do desemprego, mantem-se a necessidade cada vez maior da intervenção desta valência técnica, nos referidos Serviços, onde atua junto de públicos cada vez mais desfavorecidos e com problemáticas cada vez maiores e mais diversificadas, afigurando-se indispensável à prossecução das atuais políticas públicas de formação profissional. Pela análise das práticas, podemos afirmar que a intervenção dos Técnicos de Serviço Social é reconhecida por todos os intervenientes no processo formativo, designadamente pelos Diretores dos Centros. Infelizmente, com a ausência de coordenação a nível Central e Regional, estes Técnicos sentem um vazio no que se refere ao acompanhamento, apoio técnico e indicação de propostas de ação para uma atuação mais eficaz e uniforme, nomeadamente no que se refere à aplicação dos normativos e da legislação em vigor.

Pela intervenção dos Técnicos de Serviço Social nos Centros de Formação exposta, podemos concluir que, embora os seus principais eixos de atuação se venham mantendo,

⁸⁴ Resultado da sistematização da análise documental efetuada.

desde 1968 até aos nossos dias, vão-lhes sendo atribuídas, gradualmente, novas funções, sobretudo a partir de 2004, com a publicação dos primeiros normativos referentes à sua intervenção, denotando-se, ao longo dos tempos, a sua capacidade de adaptação e ajustamento, quer a novas funções, quer ao novo contexto socioeconómico, quer às novas políticas públicas de formação profissional, quer aos novos públicos, que ocorrem ao IEFP, I.P..

Neste período e, em todas as fases de intervenção, sobretudo no âmbito do acompanhamento social, psicossocial e sociofamiliar, os Técnicos de Serviço Social, ao procurarem contribuir para que o formando se situe e participe na procura da resolução da sua própria situação/problema de inserção e adaptação social, que afeta o seu aproveitamento na formação e, promovendo a sua inclusão de modo a desenvolver a sua própria capacidade de comunicação, de iniciativa e de participação, enquanto indivíduo integrado em grupo, preparando-o para aceitar e enfrentar as novas orientações económicas, sociais e tecnológicas, revela uma atitude de acompanhamento, de ativação e de capacitação dos formandos. Para o efeito, estes Técnicos recorrem à gestão de caso e à mediação e atuam numa perspetiva de intervenção sistémica, procurando promover e facilitar a articulação entre o indivíduo, o IEFP e a rede de suporte social, designadamente, no âmbito da Segurança Social, da Saúde e da justiça. Nesta medida, podemos afirmar que a intervenção do Serviço Social na formação profissional assume as características predominantes no domínio do Serviço Social, no período pós 90, em Portugal, conforme descrito no anterior capítulo.

2.2.5.7. – Quadro Referência Estratégico Nacional - QREN

A matriz de referência para o estabelecimento das prioridades estratégicas para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o período 2007-2013, é fornecida pelos objetivos inerentes à Estratégia de Lisboa que, na sua formulação privilegiam o crescimento da economia e do emprego. Deste modo, as referidas prioridades concentram-se em 5 domínios essenciais: promover a qualificação dos portugueses; promover o crescimento sustentado; garantir a coesão social; qualificar as cidades e o

território; assegurar a governança eficiente. A sua prossecução é assegurada pela concretização de 3 grandes Agendas Operacionais Temáticas, que incidem sobre três domínios essenciais de intervenção: o potencial humano; os fatores de competitividade da economia; e a valorização do território. No que se refere à agenda de potencial humano esta assume como principal objetivo o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, face aos restantes Estados Membros, centrando a aposta em estratégias de educação e formação dirigidas a jovens e adultos.⁸⁵

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) é, pois, o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano e visa estimular o crescimento sustentado da economia portuguesa, através de dez eixos prioritários, dos quais se salientam: a Qualificação Inicial; a Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida; a Gestão e Aperfeiçoamento Profissional; e o Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa. A concretização deste desígnio, em Portugal, centra-se, na preocupação com a qualificação inicial da população, sobretudo dos jovens, assim como com a qualificação da população ativa, nomeadamente no que se prende com a elevação dos níveis de qualificação da população adulta, o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial, bem como a promoção da adaptabilidade dos trabalhadores (Observatório do QREN, 2009).

2.2.5.8. – Portugal 2020

Portugal 2020 diz respeito ao novo Quadro de Referência Estratégica Nacional que inicia em 2014 e termina em 2020. Este resultou do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, no qual se estabelecem os princípios e as prioridades de programação para a política de desenvolvimento económico, social e territorial em Portugal. Estes princípios de programação estão alinhados com as prioridades definidas na Estratégia da Europa 2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo), com as Recomendações do Conselho a Portugal, no âmbito do Semestre Europeu e com as prioridades presentes no Programa Nacional de Reformas definido pelo Governo

⁸⁵ Consultado em www.qca.pt, no dia 2 de janeiro 2012.

Português. A programação do Portugal 2020 estrutura-se em torno de quatro domínios temáticos, a saber, Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Adicionalmente, o Portugal 2020 terá igualmente em atenção dois domínios transversais, que correspondem à territorialização das políticas públicas e à reforma da Administração Pública. Entre estes, destaca-se o domínio temático Capital Humano, que tem como principal objetivo (objetivo 10) investir na educação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 26 de novembro, nº 1).

2.2.6. – Síntese do Capítulo

Ao longo deste capítulo, caracterizámos o Sistema de Formação Profissional Contínua português, desde o aparecimento, em 1962, do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (Decreto-Lei nº 44506 de 10 de agosto de 1962), e do Instituto de Formação Profissional Acelerada, (Decreto-Lei nº 44538 de 23 de agosto de 1962), passando pela fundação, em 1968, do Serviço de Formação Profissional (Decreto-Lei nº 48275 de 14 de março de 1968), até à criação, em 1979, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (Decreto-Lei nº 519-A2/79), enquanto responsável pela execução das políticas públicas de emprego e formação definidas e aprovadas pelo Governo.

Ao percorrer a sua história, salientamos a forma tardia como o nosso país implementou o seu Sistema de Formação Profissional Contínua. Este, para além de só surgir passado mais de uma década, desde as primeiras iniciativas conhecidas noutros países europeus, nomeadamente em França, não deu resposta às verdadeiras necessidades de formação, mas apenas disponibilizou respostas já ultrapassadas pela realidade, pouco eficazes, excessivamente burocráticas e demasiado dispendiosas face aos resultados alcançados, como podemos comprovar através do estudo da UNESCO, de 1975 (UNESCO, 1975). Facto que contribuiu para repensar as soluções existentes e levou à criação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 1979.

Tal como refere Alcoforado (2000), o grande impulso para a formação profissional contínua surgiu só a partir de 1986, com a possibilidade de utilizar as verbas do Fundo Social Europeu. Na realidade, ao comparar a qualificação e, principalmente, a produtividade dos trabalhadores portugueses, com a dos restantes países comunitários, sentiu-se uma significativa diferença que nos separava, em termos de produtividade, considerando o Estado português, com o apoio financeiro comunitário, a necessidade absoluta de um investimento em força na formação de recursos humanos, que nos permitisse, num espaço de tempo tão curto quanto possível, esbater este enorme fosso, através de um incremento significativo do nosso desenvolvimento económico.

Com o apoio do FSE, assiste-se a um aumento exponencial de Centros de Formação Profissional. Dos menos de 10 Centros existentes no início deste período, Portugal tinha em finais de 1997 um total de 29 Centros geridos diretamente pelo IEFP e 26 Centros de Gestão Participada por diferentes parceiros, os quais se desdobravam em 62 estabelecimentos, com uma cobertura geográfica coincidente com o território nacional. (Alcoforado, 2000; Cardim, 2005).

Desde que Portugal é membro da União Europeia, os diferentes QCA negociados, têm por base os Planos de Desenvolvimento Regional do nosso país, encerrando sempre uma dimensão ligada à formação profissional e ao emprego. No QCA I, a formação profissional foi a área de atividade que mais fundos viu colocados à sua disposição; o QCA II adotou como um dos seus eixos prioritários “valorizar os recursos humanos e o emprego”; o QCA III definiu como um dos seus principais domínios de intervenção “elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social”; uma das prioridades estratégicas do QREN consistiu em “promover a qualificação da população portuguesa”; e mais recentemente, o Portugal 2020 definiu como um dos principais objetivos “Investir na educação, na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida”.

Deste modo, tornou-se possível, nesta longa caminhada, evoluir das modalidades de formação meramente destinadas a uma preparação instrumental de mão-de-obra, como a Formação Profissional Acelerada, ou qualificantes, como a Qualificação Inicial e Profissional e os Percursos Formativos baseados em Unidades Capitalizáveis, para as

modalidades de dupla certificação, escolar e profissional, tais como o Sistema Aprendizagem em Alternância, a Educação e Formação de Jovens, a Educação e Formação de Adultos, os Cursos de Especialização Tecnológica e as Formações Modulares Certificadas, que contribuem para a elevação dos níveis educacionais da população portuguesa, para a promoção da aprendizagem ao longo da vida e para a multiplicação de oportunidades de desenvolvimento de mais e novas competências, procurando dar resposta às exigências da economia, primeiramente marcada pela terciarização e posteriormente pela internacionalização e globalização, bem como às novas políticas públicas de emprego e formação e às características dos diferentes públicos-alvo da sua intervenção.

O sistema de educação e formação tem, portanto, assumido um protagonismo importante no combate às baixas qualificações e na geração de médias qualificações, em quantidade suficiente e em tempo oportuno, para inverter a estrutura de qualificações do país, ainda hoje marcadamente *low-skill*. A recuperação dos défices educativos, no caso português, não apenas teve de mobilizar uma significativa parte da população, jovens e adultos, como também teve de ser feita de uma forma acelerada.

Esta evolução tem-se concretizado com a resposta à estratégia definida pela Iniciativa Novas Oportunidades (2005-2010) e às metas do Programa de “Educação e Formação 2010”, da Comissão Europeia, centrados justamente na importância do ensino secundário, considerado como etapa fundamental para a participação dos cidadãos na sociedade do conhecimento: um primeiro *building block* que o Conselho de Ministros da Educação de 5 de maio de 2003 sublinhou como uma “base de conhecimento” mínima requerida para uma completa participação na sociedade e que deve estar garantida para todos. Por outro lado, níveis de educação e formação mais elevados, além de assegurarem melhores padrões de empregabilidade, desempenham um papel fundamental neste processo de aprendizagem ao longo da vida, o que está intimamente ligado não apenas com a necessidade que deriva dos novos requisitos dos empregos disponíveis, como também com motivações, perceções e atitudes mais positivas face às oportunidades de aprendizagem e ao investimento na educação e formação (Neves & Figueiredo, 2009).

Ou seja, a Reforma da Formação Profissional, no quadro das metas assumidas pelas Novas Oportunidades, lança as bases para uma profunda mudança no sistema de educação e formação, quer do ponto de vista institucional quer técnico: permitindo estruturar uma oferta de formação profissional relevante e certificada; reformar as instituições e a regulação da formação; definir prioridades e modelos de financiamento adequados; promover a qualidade da formação; facilitar o acesso e promover a procura de formação (Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, Preâmbulo).

Na concretização desta estratégia de qualificação ressaltamos também duas grandes opções de fundo: por um lado, a do princípio da dupla certificação, claramente assumido pela Reforma da Formação Profissional; por outro lado, a da acessibilidade à educação e formação e à qualificação formal por todos e em qualquer fase da vida.

Assim, em primeiro lugar, importa que toda a oferta de cursos profissionalizantes de jovens garanta a obtenção de uma dupla certificação, escolar e profissional e, em segundo lugar, importa garantir que a oferta de formação dirigida a adultos possibilite a sua progressão escolar e profissional, em que estas competências sejam cada vez mais vistas e valorizadas de uma forma integrada, isto é, fazer com que toda a formação contribua para a obtenção de uma qualificação (Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro, Preâmbulo).

Deste modo, parece legítimo concluir que a mobilidade horizontal e vertical, hoje visada, no seio do sistema de educação e formação, e entre este e o mercado de trabalho, vai encontrando respostas significativamente maiores. A progressão vertical no sistema de educação e formação profissional está agora mais garantida do que estava anteriormente: o princípio de dupla certificação veio garantir amplamente o prosseguimento dos estudos; e as passagens introduzidas entre o secundário, o pós-secundário e o ensino superior vieram facilitar a progressão vertical. No que respeita à mobilidade horizontal, são atualmente possíveis inúmeras combinações de percursos de aprendizagem com contabilização de competências adquiridas e/ou de módulos de formação realizados, particularmente entre as ofertas que se dirigem aos adultos, tais como os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, Cursos de Educação Formação, Formações Modulares (Carneiro et al., 2008), recentemente reforçados pela

criação da Medida Vida Ativa e dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP).

O Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), que surgiu em 31 de dezembro de 2007, com a criação do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), torna possível, hoje em dia, que toda a oferta formativa se regule pelos mesmos referenciais, estes organizados por “unidades de competências”, cada uma destas certificáveis autonomamente e conferindo créditos para uma ou mais do que uma qualificação final. Estas “unidades de competências” são acessíveis quer pela via formal de Educação e Formação, quer pelas vias informais e não formais de aprendizagem e são transferíveis entre subsistemas de Educação Formação no país ou na Europa. Neste sentido, as combinações são múltiplas e os percursos os mais variados, ajustando-se às necessidades e expectativas dos diferentes públicos, desde indivíduos a empresas, sectores ou regiões (Neves & Figueiredo, 2009).

Especificamente no que se refere ao Serviço Social, podemos afirmar que, a necessidade de apoiar os indivíduos (jovens e adultos) com dificuldades económicas e sociais, que pretendem frequentar cursos de formação profissional, mas cujas situações de desfavorecimento afetam as suas possibilidades de aprendizagem e as suas ambições de qualificação leva ao aparecimento do Serviço Social no Instituto de Formação Profissional Acelerada, em 1966, como uma modalidade específica de intervenção, criando-se, assim, no âmbito do sistema público de formação profissional, uma nova profissão, *Assistente Social* com uma ação estratégica para o sucesso e aproveitamento dos estagiários. Posteriormente, em 1968, com a criação do Serviço de Formação Profissional, e mais especificamente, nos Centros de Formação Profissional Acelerada, é esperado que a intervenção dos profissionais de Serviço Social se centre nos aspetos inerentes ao indivíduo e à sua relação com o meio, bem como com o seu projeto profissional, tendo em conta as dificuldades de ordem psicológica, social, cultural, económica e de integração na vida profissional.

Desde a criação, em 1979, do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, a prática profissional dos Técnicos de Serviço Social, passa a pautar-se pela satisfação das

necessidades das pessoas em formação e pela necessidade de contribuir para o desenvolvimento do potencial dos recursos humanos, a nível nacional, evoluindo a sua profissionalidade em conjunto com o novo entendimento da formação profissional, que passou a constituir-se como um dos grandes mitos do final do século XX. Neste âmbito, a intervenção dos Técnicos de Serviço Social, enquanto membros das equipas de apoio técnico e/ou formativas do quadro da rede de Centros de Formação Profissional do IEFP, I.P. assume um carácter determinante na prossecução dos objetivos do sistema, através da operacionalização de respostas eficazes às necessidades de qualificação dos ativos empregados ou em risco de desemprego, dos jovens à procura do primeiro emprego e dos ativos desempregados, principalmente dos que apresentam mais dificuldades de inserção profissional. É de salientar que, a intervenção do Serviço Social, na formação profissional, desde as suas origens, mantém uma relação direta com as finalidades atribuídas, pelo Governo, às políticas públicas de formação profissional, as quais se repercutem nas suas funções e metodologias de trabalho.

Por outro lado, salienta-se também que, apesar dos Técnicos de Serviço Social no IEFP, I.P. atuarem numa área muito específica, como a formação profissional, a sua intervenção, sobretudo no âmbito do acompanhamento dos formandos, vai mantendo aspetos comuns com os predominantes no domínio do serviço social português, caracterizado no capítulo anterior.

Portugal já percorreu, portanto, mais de cinco décadas de políticas públicas de formação profissional. Como já foi referido, aos Técnicos de Serviço Social sempre foi atribuído um papel fundamental na prossecução destas políticas, o que fez com que, ao longo deste capítulo, procurássemos estudar o seu desenvolvimento e relação interdependente. No entanto, ou porque o trabalho realizado apresenta sempre diferenças significativas em relação ao trabalho prescrito nos normativos e funções estudadas, ou porque a realidade das pessoas e as idiossincrasias da sua relação com as ofertas de formação e de emprego existentes se foram pautando por situações de imprevisibilidade recorrente, o Serviço Social foi desenvolvendo a sua atividade em condições muito condicionadas e potenciadas pelas circunstâncias históricas, económicas, sociais e pedagógicas da sua atuação, em situações muito concretas. Como esta intervenção nunca foi estudada, a partir

da percepção e dos discursos dos Técnicos que vivenciaram e vivenciam essa experiência profissional, e como só através deste estudo, é possível compreender o desenvolvimento da profissionalidade do Técnico de Serviço Social, no âmbito da formação profissional, propusemo-nos, exatamente, empreender esse trabalho de investigação, apresentando, de seguida, os resultados obtidos.

PARTE II

CONTRIBUTO EMPÍRICO

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. – Análise dos Questionários Ministrados aos Técnicos de Serviço Social

Como já foi referido na Parte I, recorreremos ao inquérito por questionário, no âmbito do presente trabalho de investigação, enquanto instrumento de pesquisa. Deste modo, elaborámos um questionário do tipo misto, com 21 questões fechadas, as quais correspondem às funções dos Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, do IEFP, com o objetivo de avaliar até que ponto as atividades desenvolvidas, por esta valência técnica, correspondem às funções previstas, no *Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional* (IEFP, 2004b). Foram também introduzidas, no mesmo questionário, 9 questões abertas, possibilitando uma resposta livre em relação ao seu conteúdo, de forma a proporcionar respostas de maior profundidade, com o intuito de conhecer a amostra do presente estudo e de perceber melhor as dinâmicas da sua atividade profissional (Anexo 1).

Numa primeira fase, foram contactados, telefonicamente, os 61 Técnicos de Serviço Social (TSS), a exercer funções no IEFP, a nível nacional, nos diversos Centros de Formação Profissional, afetos às Delegações Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, tendo sido exposto o objetivo da presente investigação, solicitando o seu contributo e explicado o pretendido com os questionários, assegurando a garantia da privacidade dos inquiridos e informando da autorização do Conselho Diretivo do IEFP, para o efeito. Procedeu-se, de imediato, à sua disponibilização *online*. A segunda fase consistiu no esclarecimento de dúvidas colocadas por alguns Técnicos de Serviço Social, bem como na insistência do pedido de colaboração. Passado o tempo razoável para o preenchimento do mesmo (cerca de 3 semanas), foram compiladas 25 respostas do conjunto de Técnicos, as quais passaram a constituir a amostra do presente estudo. De seguida, passamos a apresentar os resultados dos dados recolhidos, através deste instrumento.

3.1.1. – Caracterização da Amostra

De acordo com o quadro 26, os TSS encontram-se entre os 25 e os 64 anos, situando-se a média de idades nos 37 anos. O tempo de serviço dos mesmos varia entre 1 e 26 anos, sendo a sua média de 8 anos. Os 25 TSS tiveram, em média, apenas uma experiência profissional anterior ao IEFP.

Quadro 26

Caracterização dos Técnicos de Serviço Social

	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	37.36	9.23	25	64
Tempo de Serviço no IEFP	8.24	6.69	1	26
Nº Experiências Profissionais Anteriores	1.20	1.11	0	12

Todos os TSS são licenciados em Serviço Social. Dos 25, 7 pertencem ao quadro de pessoal do IEFP, integrados como Técnicos Superiores, desde o início da sua atividade, enquanto 18 se encontram ao serviço desta instituição, através de contrato de prestação de serviços. Apesar do reconhecimento da necessidade destes profissionais, pelo IEFP, a nível local, ou seja, nos Centros de Formação Profissional, este organismo recorre quase exclusivamente a prestadores de serviço, não recrutando TSS para o seu quadro de efetivos, nos 16 últimos anos. Esta situação deve-se à restrição das admissões para os quadros da função pública, impostas pelo Governo Português. É, ainda, de salientar que a profissão de TSS, nesta instituição, é essencialmente feminina, pois dos 61 técnicos de que dispõe, apenas 4 são homens, dos quais 3 responderam ao questionário.

3.1.2. – Caracterização das Funções/Atividades Desempenhadas pelos Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional

Os dados obtidos, através do inquérito por questionário, permitem-nos aferir a perceção da frequência com que os Técnicos de Serviço Social exercem as funções que se

encontram previstas para esta valência técnica e, conseqüentemente, a importância que as mesmas adquirem no seu desempenho profissional, tal como se encontra refletido no quadro 27.

Quadro 27

Descrição que os Técnicos de Serviço Social Fazem Sobre a Frequência com que Exercem as Funções Previstas

	Funções	1	2	3	4	5
A	Colaborar na promoção e divulgação dos programas e medidas de formação	3	2	18	2	0
B	Impulsionar a rede social local para a inserção de grupos socialmente mais desfavorecidos	4	1	5	15	0
C	Colaborar na humanização da estrutura dos Serviços, promovendo um acolhimento facilitador da integração do candidato/formando	20	4	1	0	0
D	Colaborar no processo de recrutamento dos formandos	21	4	0	0	0
E	Promover a caracterização/diagnóstico dos formandos	18	7	0	0	0
F	Colaborar na resolução das situações problema, através da mobilização de recursos internos e externos ao Centro	20	4	1	0	0
G	Assegurar o acolhimento dos formandos, garantindo a informação sobre os seus direitos e deveres, de acordo com os normativos em vigor	24	1	0	0	0
H	Colaborar no processo de admissão dos formandos e na organização dos Dossiers Técnico-Pedagógicos	24	1	0	0	0
I	Assegurar a informação sobre os apoios sociais aos formandos e assegurando a sua atribuição	24	1	0	0	0
J	Promover o acompanhamento dos formandos	21	4	0	0	0
L	Promover a articulação entre o candidato/formando, o IEFP e a rede de suporte social	10	12	3	0	0
M	Promover a articulação com a família e/ou instituições que intervenham no acompanhamento do formando	13	6	6	0	0
N	Participar na atividade das equipas formativas	14	11	0	0	0
O	Colaborar no desenvolvimento das competências sociais dos formandos	4	11	10	0	0
P	Dinamizar atividades de formação complementar no âmbito da cidadania	4	7	13	1	0
Q	Colaborar na gestão e supervisão dos equipamentos sociais do Centro	4	6	11	2	2
R	Promover estratégias de reforço da representação do Centro	1	2	10	12	0
S	Colaborar na avaliação periódica e final da atividade formativa	8	2	11	3	1
T	Elaborar estudos, propostas, pareceres técnicos e relatórios	2	8	10	3	2
U	Apoiar na (re)inserção profissional dos formandos	2	3	13	7	0
V	Participar e colaborar na planificação das atividades do Centro	4	3	14	1	3

Legenda: 1 – Frequentemente; 2 – Muitas Vezes; 3 – Algumas Vezes; 4 – Raramente; 5 – Nunca.

Procurando ilustrar melhor a percepção que os Técnicos de Serviço Social têm sobre a frequência com que exercem as suas funções, calculámos a sua média, desde a função exercida com menor frequência até à realizada com maior frequência, que passamos a apresentar na figura 12.

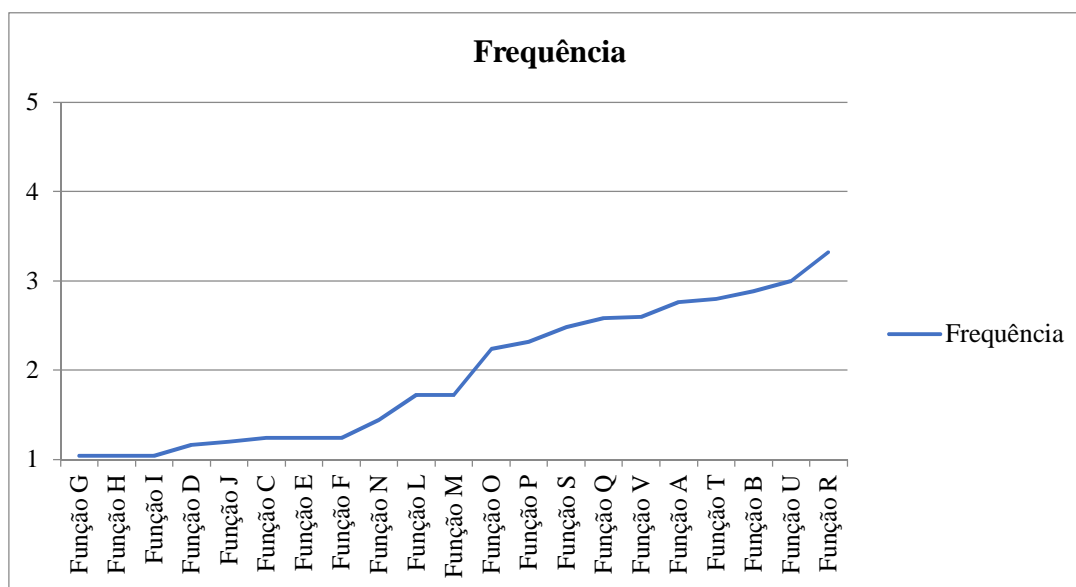


Figura 12. Frequência com que os Técnicos de Serviço Social Exercem as suas Funções.

Podemos, portanto, constatar que o acolhimento dos formandos (1.04), a colaboração no seu processo de admissão e na organização dos DTP (1.04) e a informação sobre os apoios sociais (1.04) são as funções exercidas com maior frequência, pelos TSS, assumindo, assim, a primazia no desempenho da sua atividade. Em segundo lugar, afiguram-se a colaboração no recrutamento dos formandos (1.16), a promoção do acompanhamento dos mesmos (1.20), a humanização da estrutura dos serviços (1.24), a promoção da caracterização/diagnóstico dos formandos (1.24), e a colaboração na resolução das situações problema (1.24), desempenhadas frequentemente e, ocupando uma parte muito importante do seu quotidiano profissional. Seguem-se, em terceiro lugar,

a participação na atividade das equipas formativas (1.44), a promoção da articulação entre o candidato/formando, o IEFP e a rede de suporte social (1.72) e a promoção da articulação com a família e/ou instituições (1.72) executadas muitas vezes e assumindo um papel importante no cômputo geral das atividades destes técnicos. Em quarto lugar, surgem o desenvolvimento das competências sociais dos formandos (2.24), a dinamização de atividades de formação complementar (2.32), a colaboração na avaliação da atividade formativa (2.48), a colaboração na gestão e supervisão dos equipamentos sociais (2.58) e a participação e colaboração na planificação anual das atividades do Centro (2.60), exercidas algumas vezes, assumindo, assim, uma expressividade normal, no âmbito das tarefas dos TSS. Surgem, em quinto lugar, a promoção e divulgação dos programas e medidas de formação (2.76) e a elaboração de estudos, propostas, pareceres técnicos e relatórios de progresso (2.80), atividades raramente exercidas pelos TSS, assumindo pouca expressividade, no âmbito da sua atuação. Por fim, em sexto lugar, afiguram-se a dinamização da rede social local para a inserção de grupos socialmente mais desfavorecidos (2.88), o apoio na (re) inserção profissional dos formandos (3.00) e a promoção de estratégias de reforço da representação do Centro (3.32), exercidas muito raramente pelos referidos técnicos, assumindo o lugar de menor destaque, no seu exercício profissional.

Os TSS inquiridos assumem que exercem outras atividades, para além das funções previstas. Destas, destaca-se o trabalho realizado no âmbito do Sistema de Gestão da Formação (SGFOR). Esta atividade consiste na inserção de dados, nesta plataforma informática, nomeadamente, encaminhamento dos formandos, associação dos formandos às ações, emissão de contratos, processamento de apoios sociais, inserção das avaliações, início e encerramento de ações. Destaca-se, no entanto, o trabalho executado pelos TSS no que se refere ao processamento mensal dos apoios sociais aos formandos, de carácter meramente administrativo, em detrimento das suas funções específicas. Esta questão é mencionada por 6 técnicos. Damos alguns exemplos, no quadro 28, das respostas recolhidas:

Quadro 28

Utilização do Sistema de Gestão da Formação

<i>... processamento mensal dos apoios sociais aos formandos ... que retira tempo para as minhas funções ... (T 7)</i>
<i>Ao nível do SGFOR, associo os formandos à ação ... emito os respetivos contratos e realizo o processamento dos apoios sociais... (T 10)</i>
<i>... tarefas mais administrativas ... (T 6) como ... registos no SGFOR; encaminhamento de Formandos; associação à ação e respetivos apoios; emissão de contratos e anexos; verificação dos mapas de processamentos dos apoios e sinalização das retificações; início e encerramento de ações; inserção de avaliação dos formandos ... (T11)</i>
<i>... são efetuados todos os procedimentos administrativos inerentes ao início, acompanhamento e encerramento de percursos formativos no SGFOR. (T 12)</i>
<i>Execução do processamento dos apoios sociais (T 17)</i>

A coordenação de ações de formação é outra atividade exercida pelos TSS. Embora estes mencionem diferentes modalidades de formação, as mesmas têm um elemento em comum, a sua duração. Ou seja, a coordenação de ações cuja responsabilidade é atribuída aos TSS recai nas ações de curta duração. O quadro 29 reflete o modo como esta atividade é expressa por 3 Técnicos

Quadro 29

Coordenação de Ações de Formação

<i>Coordenação de ações de Formação para a Inclusão – Programa de Formação em Competências Básicas e Português Para Todos (formação em língua portuguesa para imigrantes legalizados). (T1)</i>
<i>Coordenação das ações para estrangeiros. (T 20)</i>
<i>Coordenação de ações de formação modular de curta duração. (T 15)</i>

A representação do Centro em projetos de parceria com outras instituições é outra responsabilidade atribuída, pelos Diretores dos Centros de Formação, aos TSS. Estes são chamados a assumir esta atividade no que se refere, designadamente, a projetos de âmbito social. No quadro 30, exemplificamos a forma como 2 técnicos exprimem esta experiência:

Quadro 30

Representação do Centro

Representante do Centro em determinados projetos em que este é parceiro como é o caso de 3 Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF's), atualmente em curso ... (T 16)

Interlocutora designada para diversos projetos de parceria com outras entidades. (T 1)

Os Técnicos de Serviço Social descrevem outras atividades que executam, para além das suas funções específicas. O quadro 31 ilustra a forma 3 destes manifestam esta realidade:

Quadro 31

Outras Atividades Executadas

Atendimento do público em geral para prestar todas as informações relacionadas com a atividade formativa. (T 24)

Orientadora de estágios/prática pré-profissional de alunos do Curso Superior de Serviço Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico... (T 1).

Participação no desenvolvimento de Programas Transfronteiriços desenvolvidos em Portugal e Espanha. (T 1)

<i>Organização e gestão das refeições dos formandos no sistema informático ... (T 25)</i>
<i>Chefe de Equipa em Campeonatos regionais, nacionais e europeus das Profissões. (T1)</i>
<i>Mobilização de equipamentos necessários à boa instalação dos formandos na residência do Centro. (T 25)</i>
<i>Formadora interna em ações de Formação Pedagógica Inicial de Formadores. (T 1)</i>

Os TSS inquiridos consideram que deveriam desempenhar outras funções, designadamente colaborar na (re) inserção profissional dos formandos, em articulação com o Centro de Emprego e a comunidade em geral. Apesar desta consistir numa das funções específicas dos TSS, é referida por 4 deles, o que nos leva a constatar que a mesma é pouco desenvolvida no âmbito da sua atuação, sendo um dos motivos invocados a ausência de TSS nos Centros de Emprego. Este facto afigura-se de extrema importância, na medida em que nos leva a concluir que, embora a valência *de Serviço Social*, atualmente, esteja apenas prevista para os Centros de Formação Profissional, a necessidade da sua intervenção na Área do Emprego, é sentida, pelos próprios TSS. O quadro 32 exemplifica algumas das respostas recolhidas:

Quadro 32

Funções a Desempenhar – (Re) Inserção Profissional dos Formandos

<i>(Devíamos) participar mais ativamente na (re) inserção dos formandos na vida ativa (trabalho e comunidade) e estabelecer um contacto mais próximo com os parceiros sociais locais. (T 21)</i>
<i>Penso que a fase em que a participação do TSS é menos consistente é na fase de (re) ingresso no mercado de trabalho (pós-formação), mas isso implicaria que a intervenção do SS estivesse prevista também na área do Emprego, o que não acontece. (T 16)</i>

São, ainda, indicadas por 5 técnicos outras funções, que consideram que deveriam executar, mas sobre as quais não há coincidência de opiniões. É importante salientar que os TSS mencionam, uma vez mais, o peso administrativo do seu trabalho, sendo reconhecida, novamente, a necessidade da intervenção do Serviço Social, não só nos Centros de Formação, mas também nos Centros de Emprego, onde não está prevista. Damos alguns exemplos, no quadro 33, da forma como são expressas estas situações:

Quadro 33

Outras Funções a Desempenhar

<i>Todas as que, por demonstração de competência pessoal e profissional, demonstrem ter capacidade para assumir dentro da instituição e que mereçam a confiança das suas chefias. (T 1)</i>
<i>Participar na constituição das Equipas Formativas e participar na avaliação dos formadores. (T 9)</i>
<i>Deveríamos atuar mais em rede com a comunidade, nomeadamente ao nível de instituições de apoio social. É bem certo que já o fazemos, mas por vezes as outras tarefas mais administrativas acabam por nos ocupar imenso o tempo. (T 10)</i>
<i>Apesar do papel muito ativo do Serviço Social, na Formação, considero importante a intervenção na área do Emprego, uma vez que somos solicitadas, cada vez mais, pelos colegas a intervir. (T 19)</i>

3.1.3. – Relevância do Serviço Social no IEFP

De acordo com os técnicos inquiridos, o Serviço Social, hoje, no IEFP reveste-se de grande importância. Ou seja, o Serviço Social assume-se como uma valência fundamental, face ao público-alvo da instituição, o qual se apresenta com défices pessoais, sociais, familiares e profissionais potenciadores da pobreza e exclusão social e profissional. Face às características deste público e sendo a valência de Serviço Social

caracterizada pelo acompanhamento individualizado, baseado em intervenções em equipa e em rede, esta permite a negociação com o utente de um projeto socioprofissional adequado às suas necessidades, garantindo-lhe uma intervenção multisectorial e interdisciplinar, durante todo o processo formativo, criando condições para o seu futuro sucesso pessoal e profissional. Esta opinião é partilhada por 10 TSS. O quadro 34 exemplifica a forma como alguns deles caracterizam o seu público e a importância da sua atuação junto do mesmo:

Quadro 34

Importância do Serviço Social – Características dos Públicos

<i>...o público abrangido encontra-se fragilizado vivendo, o seu dia-a-dia, em cada vez piores condições, fruto de, entre outras razões, desemprego, redução de rendimentos e apoios. (T 15)</i>
<i>... cada vez mais nos chegam candidatos e formandos com situações socioeconómicas e familiares complexas, exigindo do Serviço Social um papel muito ativo, quer no âmbito do acompanhamento e mediação, quer no encaminhamento e na integração social na comunidade. (T 19)</i>
<i>Face ... aos públicos que acedem aos Centros de Formação Profissional, particularmente pessoas pertencentes a grupos em risco ou em situação de exclusão social e outros públicos com dificuldades acrescidas de inserção no mercado de trabalho, entendo que o Serviço Social tem um papel crucial na potenciação das possibilidades de inserção desses públicos... (T 16)</i>
<i>Diversas problemáticas sociais (toxicod dependência, alcoolismo, marginalidade, violência doméstica, famílias destruturadas) acompanham, com alguma frequência, o desemprego e as baixas habilitações literárias. Para que um percurso de formação profissional, seja efetuado por completo e com o mínimo de aproveitamento, é necessário minimizar essas mesmas problemáticas, que assumem com frequência a causa do insucesso dos percursos formativos. (T10)</i>
<i>Perante este mundo globalizado e desigual que se reflete também na formação, o Serviço Social tem uma extraordinária importância pois, mais que ninguém, o TSS pode criar condições para que a formação seja, também, uma forma para a inclusão social, de formação enquanto cidadãos, preparação para a vida ativa ... (T 15)</i>

O Serviço Social continua a assumir um papel muito importante, principalmente no acompanhamento do formando, ao longo de todo o processo formativo. Segundo 8 TSS, este acompanhamento permite a integração dos formandos, num percurso de formação adaptado e focado nas suas necessidades e expectativas, proporcionando a prevenção de comportamentos de risco, a obtenção de uma vida digna, a conquista da cidadania, promovendo, conseqüentemente, a sua preparação para a integração no mercado de trabalho. Ou seja, deste acompanhamento depende não só o sucesso da formação, mas também a futura realização pessoal e profissional dos formandos. O quadro 35 reflete alguns exemplos da importância de que se reveste esta atividade:

Quadro 35

Importância do Serviço Social – Acompanhamento Transversal dos Formandos

<i>Considero muito importante, uma vez que o Técnico de Serviço Social é o profissional que realiza um acompanhamento transversal durante todo o processo formativo de cada formando. (T 21 e 22)</i>
<i>... continua a ter um trabalho muito importante, principalmente no acompanhamento dos formandos no decorrer da ação. (T 4)</i>
<i>É importante ...na medida em que promove um acompanhamento focalizado no individuo e/ou grupo e sempre que necessário em rede. (T 16)</i>
<i>O técnico de Serviço Social é o Técnico que realiza um acompanhamento transversal ao longo do percurso formativo dos Formandos, ... é muito importante porque tenta ter em conta todo o ambiente que envolve e interage com o Formando. (T 23)</i>

A intervenção do Serviço Social, nos Centros de Formação Profissional, continua a desempenhar um papel de extrema importância, na medida em que procura assegurar a informação e o apoio social aos candidatos no acesso à formação; o acolhimento dos formandos, garantindo a informação sobre os seus direitos e deveres, no quadro dos normativos e regulamentos em vigor; e a atribuição e gestão dos apoios sociais aos

formandos, para efeitos de frequência da formação. Como podemos concluir, a integração dos candidatos/formandos nas ações de formação, em particular, e nos Centros de Formação, em geral, assim como o seu acompanhamento social, psicossocial, socioeconómico e sociofamiliar e, por outro lado, a conquista de uma cidadania ativa, através do desenvolvimento de atividades de formação complementar, só são possíveis através da intervenção específica da valência de Serviço Social, em funcionamento nos Centros de Formação Profissional, cujo objetivo último consiste na integração social e profissional dos formandos. Esta opinião foi emitida por 7 TSS. O quadro 36 reúne alguns exemplos da forma como é enunciada a importância da especificidade técnica do Serviço Social:

Quadro 36

Importância do Serviço Social – Especificidade Técnica

<p><i>Tem uma importância crucial a vários níveis, designadamente no que respeita ao acolhimento e acompanhamento das ações de formação; em suma, ao sucesso da própria formação profissional. (T 10)</i></p>
<p><i>...colabora no apoio aos formandos no processo de integração no Centro de Formação, no que respeita às condições de acesso à formação, nomeadamente na ... resolução de problemas relacionados com a documentação para o processo de admissão, alojamento e acolhimento de dependentes a cargo, transportes e alimentação... (T 6)</i></p>
<p><i>A planificação e execução de atividades de natureza transdisciplinar, a intervenção junto dos grupos e do indivíduo em particular, constituem um dos campos onde o Serviço Social se reveste de primordial importância no sentido de promover uma cidadania responsável, crítica e participativa. (T 7)</i></p>
<p><i>Continua a ter a mesma importância que sempre teve e que é inerente às suas funções específicas. (T 2)</i></p>

No quadro 37, são, ainda, mencionados, por 3 Técnicos outros aspetos inerentes à importância do Serviço Social, nesta instituição. Dos motivos elencados, salienta-se, uma vez mais, a alusão ao desempenho de “um trabalho muito burocrático”, por parte do Serviço Social. Destacando-se, por outro lado, a referência à necessidade sentida pelos TSS, em regime de prestação de serviços, de integrarem o quadro de efetivos do IIEFP, o que seria vantajoso para ambas as partes, na medida em que os TSS ultrapassariam a sua instabilidade e insegurança, e o IIEFP evitaria a rotatividade de técnicos, bem como a consequente necessidade de integração. O quadro 37 ilustra as respostas recolhidas:

Quadro 37

Importância do Serviço Social – Outros Motivos

<i>Não posso deixar de salientar a função de “gestor” de conflitos e promotor da constante articulação entre os intervenientes de todo o processo. (T 7)</i>
<i>A integração efetiva de muitos técnicos prestadores de serviços, que conhecem os procedimentos internos e as necessidades dos públicos-alvo, seria fundamental para a consolidação do Serviço Social no IIEFP. (T 14)</i>
<i>Uma vez que a questão estatística está supervalorizada, considero que esta valência técnica é cada vez mais importante, na medida em que valoriza ou deve valorizar o ser humano, social, pessoal, enquanto cidadão de plenos direitos. (T 13)</i>
<i>O reconhecimento da sua importância poderia aumentar com a flexibilização de recursos e procedimentos que permitissem libertar os técnicos para mais funções no terreno, de suporte aos indivíduos, grupos, família, trabalho em rede com outras instituições de suporte social, maior envolvimento com empresas e possíveis contratadores de formandos qualificados. (T 14)</i>
<i>O Serviço Social, apesar de desempenhar um trabalho muito burocrático, essencialmente no que diz respeito ao preenchimento de minutas e inserção de dados, desempenha um papel muito importante... (T 4)</i>

3.2. – Análise dos Questionários Ministrados aos Interlocutores Regionais de Serviço Social

Seguindo a mesma lógica, e com o objetivo de conhecer a intervenção prática dos Interlocutores Regionais de Serviço Social e, conseqüentemente, avaliar a coordenação regional do Serviço Social, bem como comparar a diversidade das suas funções, nas cinco Delegações Regionais, foi elaborado um segundo questionário de tipo aberto, proporcionando-lhes maior liberdade de expressão, composto por 12 questões (Anexo 2). O Serviço Social, no IEFP, é coordenado por 5 Interlocutores Regionais, 1 por cada Delegação, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Tendo em conta a representatividade dos Interlocutores Regionais para avaliar a referida coordenação, os mesmos foram contactados, através de telefone, no sentido de os sensibilizar para a importância da sua colaboração na concretização da investigação em causa, através do preenchimento do respetivo questionário. Estes aderiram com entusiasmo, e logo que o questionário foi disponibilizado *online*, procederam ao seu preenchimento. Deste modo, todos os Interlocutores contactados fazem parte da amostra para o presente estudo.

3.2.1. – Caracterização da Amostra

Como podemos constatar pelo quadro 38, a média de idades dos 5 Interlocutores Regionais é de 48 anos, variando entre os 37 e os 64. Os referidos técnicos têm, em média, 18 anos de serviço, oscilando entre os 11 e os 26. O número de experiências profissionais anteriores ao IEFP varia entre 0 e 1. A média de TSS que estes coordenam situa-se nos 12, e varia entre os 2 e os 18 técnicos. Relativamente ao número de reuniões de coordenação realizadas anualmente, pelos Interlocutores Regionais de Serviço Social, estas oscilam entre as 0 e as 3. No que se refere à sua carreira de origem no IEFP, 3 dos Interlocutores são Técnicos de Serviço Social, enquanto 2 possuem outras carreiras. Dos 5 Interlocutores, 3 são licenciados em Serviço Social, enquanto os restantes possuem outra licenciatura.

Quadro 38

Caracterização dos Interlocutores Regionais de Serviço Social

	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	48	10.66	37	64
Tempo de Serviço no IEFP	18	7.10	11	26
Nº Experiências Profissionais Anteriores	0.44	0.20	0	1
Nº Técnicos que Coordena	12	7.62	2	18

3.2.2. – Caracterização das Funções/Atividades desempenhadas pelos Interlocutores Regionais de Serviço Social

Enquanto Interlocutores Regionais de Serviço Social, estes assumem o desempenho habitual das atividades que passamos a expor. Dos 5 Interlocutores, 3 afirmam assegurar a coordenação, o acompanhamento e apoio técnico dos TSS dos Centros de Formação Profissional, das Delegações Regionais que representam. Esta atividade consiste, principalmente, na resposta às questões colocadas, pelos mesmos, no âmbito do regime disciplinar dos formandos, bem como na aplicação dos normativos e legislação em vigor, de forma a orientar e indicar propostas de ação, para uma atuação mais eficaz, coerente e uniforme. Damos alguns exemplos da forma como 3 Interlocutores enunciam esta atividade, no quadro 39.

Quadro 39

Coordenação, Acompanhamento e Apoio Técnico

<i>Coordenação do Serviço Social na Delegação Regional (15)</i>
<i>prende-se com o apoio aos Centros de Formação Profissional nas questões relacionadas com o Serviço Social. (11)</i>
<i>... esclarecimento de dúvidas colocadas pelos técnicos de serviço social. (13)</i>
<i>Resposta a todas as questões colocadas, pelos Técnicos de Serviço Social dos Centros.... (15)</i>

A articulação com os Serviços Centrais, que implica reuniões mensais do grupo de Interlocutores Regionais de Serviço Social com o Núcleo de Apoio Técnico do Departamento de Formação Profissional (DFP), é uma das funções imprescindíveis destes técnicos, na medida em que permite fazer a ponte entre estes Serviços, as Delegações Regionais e as Unidades Orgânicas Locais, ou seja, os Centros de Formação Profissional, onde os TSS exercem a sua atividade. Desta articulação depende a uniformização dos critérios de atuação a nível nacional. Esta atividade é assegurada por 4 Interlocutores Regionais. O quadro 40 exemplifica o modo como esta função é expressa por estes:

Quadro 40

Articulação com os Serviços Centrais

<i>... papel de representante da Delegação junto do Grupo de Acompanhamento da Atividade do Serviço Social que funciona integrado no DFP. (I 1)</i>
<i>Elo de ligação entre os Serviços Regionais e Nacionais. (I 4)</i>
<i>...reuniões com o grupo de Interlocutores Regionais de Serviço Social e com o Núcleo de Apoio Técnico do DFP. (I 5)</i>
<i>... participação em reuniões. (I 3)</i>

Embora a emissão de pareceres técnicos, sobretudo no que se refere à atribuição, a título excecional, de apoios sociais aos formandos, e a resposta às questões colocadas, pelos TSS dos Centros de Formação, nomeadamente no que se refere à aplicação dos normativos e da legislação em vigor, seja uma função dos Interlocutores Regionais, o desempenho destas atividades é referido apenas por 2, como se encontra refletido no quadro 41.

Quadro 41

Emissão de Pareceres Técnicos/ Resposta às Questões Colocadas pelos TSS

<i>Emissão de pareceres técnicos sobre as propostas apresentadas pelos Centros no que se refere à atribuição de apoios sociais aos formandos, assiduidade e pontualidade, regime disciplinar, etc. (I 5)</i>
<i>Emissão de pareceres em resposta às petições de apoios sociais apresentadas pelos formandos e que se revestem de carácter excepcional. (I 3)</i>
<i>Tratamento das reclamações dos (ex) Formandos dos Centros de Formação Profissional, que se prendem geralmente com questões de rescisão de contrato, aproveitamento, comportamento, etc. (I 5)</i>

A valência de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional é responsável pelo preenchimento dos mapas da sua atividade mensal, e pelo seu envio, aos respetivos Interlocutores Regionais que, por sua vez, asseguram, trimestralmente, a compilação dos dados a nível regional e envio para os Serviços Centrais. Estes mapas afiguram-se de grande relevância, uma vez que espelham a atividade dos TSS, a nível nacional. Damos exemplos, no quadro 42, da forma como 2 dos Interlocutores ilustram esta atividade:

Quadro 42

Mapas de Atividade do Serviço Social

<i>... elaboração do mapa de atividades trimestral da região, para posterior envio ao departamento de formação profissional. (I 3)</i>
<i>Recolha trimestral dos Mapas de Atividade do Serviço Social dos Centros, respetiva agregação dos dados a nível regional, e envio ao Departamento de Formação Profissional – DFP. (I 5)</i>

O quadro 43 menciona algumas atividades desempenhadas, exclusivamente, por 1 dos Interlocutores Regionais. O facto das mesmas serem desempenhadas apenas por este causa alguma admiração, uma vez que da sua realização depende a verdadeira coordenação do Serviço Social. Das atividades mencionadas, destaca-se, por um lado, a promoção e organização dos Encontros Regionais de Serviço Social, que consistem na realização de reuniões dos TSS de todos os Centros de Formação Profissional de uma determinada região, com o respetivo Interlocutor, para esclarecimento de dúvidas e resolução de problemáticas de atuação, implementação da legislação e dos normativos em vigor, bem como a partilha de boas práticas. Por outro lado, destaca-se a colaboração, com o Departamento de Formação Profissional, na produção e divulgação de documentos normativos, recursos e instrumentos técnicos adotados a nível nacional, na atuação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, atividade que é imprescindível à operacionalização, uniformização e validação dos procedimentos técnicos que regulam a atividade do Serviço Social.

Quadro 43

Outras Atividades Executadas no Âmbito do Serviço Social

<i>Promoção e organização dos Encontros Regionais de Serviço Social. (I 5)</i>
<i>Colaboração, com o DFP, na produção e divulgação de documentos normativos, recursos e instrumentos técnicos adotados a nível nacional, na atuação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional. (I 5)</i>
<i>Participação no processo de seleção dos Técnicos de Serviço Social a contratar, pelos Centros de Formação Profissional, em Regime de Prestação de Serviços. (I 5)</i>
<i>Promoção da integração dos Técnicos de Serviço Social contratados em Regime de Prestação de Serviços. (I 5)</i>
<i>Coordenação dos Estágios Académicos de Serviço Social, que contempla a articulação com os estabelecimentos de Ensino Superior, o apoio aos Centros de Emprego e Formação Profissional, a participação nas fases de negociação/planificação, avaliação periódica e participação no Júri da Prova Pública de Avaliação Final. (I 5)</i>

O quadro 44 sistematiza a atividade profissional de 1 dos Interlocutores Regionais. A sua atuação incidu, quase exclusivamente, na coordenação do Núcleo de Desenvolvimento da Qualificação e Promoção da Iniciativa Novas Oportunidades (NDQPINO), o que impediu que o mesmo desempenhasse, verdadeiramente, funções ao nível da coordenação regional do Serviço Social, à exceção da participação pontual nas reuniões dos Interlocutores Regionais, com os Serviços Centrais, e a coordenação da atribuição dos apoios sociais aos formandos, que reassumiu recentemente. A nomeação deste Interlocutor, como coordenador do NDQPINO, não deixa de causar alguma surpresa, sendo reveladora de que a respetiva Delegação Regional deu mais importância ao referido Núcleo, do que à coordenação do Serviço Social. A referida tabela reflete o modo como este técnico vivenciou esta experiência:

Quadro 44

Outras Atividades Executadas – Coordenação do NDQPINO

Desde novembro de 2007 que assumo o cargo de Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento da Qualificação e Promoção da Iniciativa Novas Oportunidades, pelo que a função de Interlocutora Regional de Serviço Social ficou aquém do que seria expectável ... uma vez que o trabalho no Núcleo absorvia quase 100% do meu tempo... (I 2)

Inclusive, deixei de participar assiduamente nas reuniões nacionais dos Interlocutores de Serviço Social, realizadas em Lisboa. (I 2)

Acresce ainda o facto de nestes últimos anos, as chefias desta Delegação terem atribuído a outras colegas as funções de coordenação no que diz respeito aos apoios sociais das diferentes modalidades de formação. (I 2)

Atualmente e uma vez que o Núcleo ao qual pertenço está em vias de extinção e o número de técnicos da Divisão de Formação ...reduziu drasticamente, retomei a coordenação dos Apoios Sociais... (I 2)

As atividades descritas no quadro 45 são inerentes às funções de Conselheiro de Orientação Profissional (COP) e de Técnico Superior (TS). Ou seja, referem-se aos 2 Interlocutores Regionais que não são licenciados em Serviço Social, já referidos, aquando da caracterização da amostra. A nomeação de um COP, para Interlocutor Regional de Serviço Social, não deixa, também, de suscitar alguma admiração, uma vez que a respetiva Delegação Regional tem ao seu serviço TSS disponíveis para o efeito, facto que não se verifica na Delegação onde foi nomeado o TS. O quadro 45 ilustra as respostas recolhidas:

Quadro 45

Outras Atividades Executadas – Noutras Áreas de Intervenção

<i>Apoio Técnico às Unidades Orgânicas Locais, durante um ou vários períodos de tempo, para realização de trabalho afeto à Área da Orientação Profissional, nomeadamente, através da realização de Sessões de Informação Coletiva, de apoio Psicodiagnóstico e de Entrevistas de Orientação Profissional. (1 1)</i>
<i>Elaboração dos Relatórios Individuais de Orientação Profissional e preenchimento das Fichas de Candidato à Formação. (1 1)</i>
<i>Envio dos Processos de Orientação Profissional dos Utentes e dos Candidatos para os Centros de Formação Profissional e registo no Sistema de Informação e de Gestão da Área do Emprego (SIGAE) das Intervenções realizadas. (1 1)</i>
<i>Divulgação da documentação informativa e técnica produzida pelo Departamento de Emprego - Direção de Serviços de Informação e Orientação Profissional. (1 1)</i>
<i>Participação na avaliação do grau de implementação da Metodologia de Intervenção dos Centros de Emprego. (1 1)</i>
<i>Colaboração com a Estrutura de Coordenação Regional ... do Programa Integrado de Educação e Formação. (1 1)</i>
<i>Tratamento de cartas e de outras exposições subscritas por Utentes que apresentam reclamações, pedidos de informação ou pedidos de emprego. (1 1)</i>

Análise de candidaturas, reembolsos e saldos no âmbito das Medidas de Qualificação Para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (MQPDI). (I 3)

...articulação com colegas das unidades orgânicas locais, no esclarecimento de dúvidas relacionadas com formação profissional. (I 3)

... gestão do Sistema Integrado da Gestão da Oferta (SIGO). (I 3)

Os Interlocutores Regionais mencionam, ainda, outras funções a desempenhar, no âmbito do Serviço Social. Muito embora a coordenação, acompanhamento e apoio técnico dos TSS façam parte das suas funções, como já tivemos oportunidade de constatar, as mesmas são apontadas por 2 deles, como outras funções a desempenhar, o que revela que os mesmos não exercem esta atividade, no seu quotidiano profissional. Tendo em conta que esta função é indispensável para a coordenação regional do Serviço Social, constata-se que a mesma fica aquém do que seria esperado. O quadro 46 exemplifica o modo como estes 2 Interlocutores enunciam esta necessidade:

Quadro 46

Outras Funções a Desempenhar no Âmbito do Serviço Social – Coordenação, Acompanhamento e Apoio Técnico

...importante retomar um trabalho de proximidade com os TSS, indo aos CFP e verificar/constatar as suas necessidades e dificuldades no terreno. (I 2)

... maior apoio aos Centros de Formação Profissional através da realização de: Reuniões de Coordenação, com a duração de um dia e a participação de todos os Técnicos de Serviço Social; Reuniões Temáticas, com a duração de meio-dia e a participação de um Técnico de Serviço Social de cada Centro de Formação Profissional... (I 1)

Para além das funções dos Interlocutores Regionais de Serviço Social, 3 mencionam outras atividades que fazem parte da sua atividade profissional, tais como coordenação, interlocução e representação do IEFP. Das atividades exemplificadas no quadro 47, podemos concluir que a sua globalidade está relacionada com projetos que envolvem públicos desfavorecidos e com dificuldades acrescidas de inserção no mercado de trabalho, designadamente jovens e adultos sem qualificações, emigrantes de leste, (ex) toxicodependentes, refugiados, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, etc. O quadro 47 reúne alguns exemplos ilustrativos das respostas recolhidas:

Quadro 47

Outras Funções a Desempenhar – Coordenação, Interlocução e Representação do IEFP

<i>Interlocutora Regional no Grupo de Acompanhamento do “Programa Portugal Acolhe – Português para Todos. (1 5)</i>
<i>Interlocutora Regional no Grupo de Acompanhamento do – “PASITForm – Programa de Ação para a Sensibilização e Intervenção nas Toxicodependências no Contexto da Formação Profissional, da responsabilidade conjunta do Instituto da Droga e da Toxicodependência – IDT e do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP. (1 5)</i>
<i>Representante do I.E.F.P ..., como Elemento da Comissão de Acompanhamento de 4 Projetos Transfronteiriços com a Junta de Castilla e Leon, na área da Formação Profissional e de 1 Projeto na área do Emprego. (1 5)</i>
<i>... representante da Delegação na Estrutura de Coordenação Regional do PIEF na Região.... (1 1)</i>
<i>Participação, como representante da Delegação Regional, no Grupo de Trabalho designado por Rede Alargada de Instituições para o Acolhimento e Integração de Refugiados. (1 1)</i>
<i>... representante ... nas reuniões dos Núcleos Locais de Intervenção 4, 5, 6 e 7 para a assinatura dos Acordos de Programa de Inserção dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção. (1 1)</i>
<i>... representante da Delegação Regional ... nas reuniões do Núcleo Executivo do Centro de Emprego no âmbito da Rede Social. (1 1)</i>

3.2.3. – Relevância do Serviço Social no IEFP

No contexto socioeconómico em que se encontra o nosso país, os utentes dos Centros de Formação Profissional, são desempregados de longa duração, desempregados subsidiados, beneficiários de RSI, emigrantes dos países de leste, (ex) reclusos, (ex) toxicodependentes, minorias étnicas, etc. Ou seja, públicos cada vez mais vulneráveis e com problemáticas cada vez maiores e mais variadas, que exigem a intervenção do Serviço Social. Deste modo, e na opinião dos Interlocutores Regionais, a importância que o Serviço Social tem, hoje, no IEFP, advém das suas funções específicas, ou seja, do papel que desempenha no acolhimento dos formandos, na participação na constituição dos grupos de formação, na integração dos formandos na ação, no Centro e na comunidade em geral e, sobretudo, no acompanhamento ao longo de todo o processo formativo. Esta importância foi transmitida por 4 Interlocutores Regionais. O quadro 48 reflete alguns exemplos das opiniões reunidas:

Quadro 48

Importância do Serviço Social – Especificidade Técnica

A seleção, o acolhimento e acompanhamento dos formandos são etapas cada vez mais importantes que requerem a intervenção do serviço social... (I 2)

Os técnicos de serviço social assumem um papel importante no esclarecimento aos formandos dos apoios existentes e requisitos para o benefício dos mesmos, bem como para conhecerem a realidade de cada um, nomeadamente, a situação socioeconómica dos mesmos. (I 3)

...a vertente do Acompanhamento Social, propriamente dito, ... deverá ser encarada como prioritária. (I 1)

Esse acompanhamento só é possível, através do contacto que se estabelece de uma forma direta e próxima entre formandos e técnicos do serviço social. (I 3)

Na opinião de 2 Interlocutores inquiridos, o Serviço Social assume um papel relevante nos Centros de Formação Profissional, sobretudo no que se refere ao acompanhamento dos formandos ao longo do processo formativo, sendo de salientar que este reconhecimento se verifica ao nível da estrutura orgânica local, ou seja, nos referidos Centros, designadamente pelos próprios Diretores. No entanto, torna-se evidente que os Técnicos de Serviço Social em Regime de Prestação de Serviços têm sido contratados para colmatar a escassez de recursos humanos noutras áreas de intervenção. No quadro 49, damos exemplos como 2 dos Interlocutores Regionais retratam esta situação:

Quadro 49

Importância do Serviço Social – Reconhecimento Institucional

Os Diretores dos Centros estão conscientes que este acompanhamento é imprescindível e reconhecem a importância da valência do Serviço Social, para o sucesso de todo o processo formativo. (I 5)

Os Diretores dos Centros de Formação Profissional estão a (re) tomar a consciência do papel relevante e fundamental da valência do serviço social nos seus Centros. (I 2)

...o Serviço Social não tem sido muito valorizado e muitas vezes, foi utilizado, como “instrumento fácil” de contratação de técnicos para exercerem outras funções que não as de serviço social ... Esta situação está a mudar! O Serviço Social está ...a fazer falta nos CFP! (I 2)

3.3. – Análise dos Relatos Biográficos e Discussão dos Resultados

A presente investigação centrou-se, como já foi referido, na análise documental, no inquérito por questionário e nos relatos biográficos profissionais. Esta opção metodológica envolveu a análise qualitativa de conteúdo da informação recolhida e é assumida como forma de garantir a compreensão de uma realidade complexa e favorecer a triangulação dos dados.

Recorremos, especificamente aos relatos biográficos, enquanto processo de recolha de dados, uma vez que um dos nossos objetivos fundamentais consistia em adquirir uma visão diacrónica da profissionalidade dos Técnicos de Serviço Social e sobre a forma como foi progressivamente construída, na perspetiva dos próprios profissionais protagonistas desse processo, no âmbito das políticas públicas de formação profissional em Portugal. Por outro lado, porque esta metodologia nos fornece informação que as outras técnicas de pesquisa utilizadas não proporcionam, na medida em que conduz os inquiridos a uma reflexão sobre a sua própria experiência profissional, permitindo-lhes ter uma participação ativa no processo de investigação e transmitindo informações/opiniões que os outros métodos não permitem verbalizar.

Para o efeito, contámos com a participação de quatro Técnicas de Serviço Social do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). A primeira participante (P1) tem, atualmente, 73 anos e encontra-se reformada desde 2002. Esta iniciou a sua atividade, como profissional de Serviço Social, em 1968, no Serviço Nacional de Emprego (SNE) e a partir de 1972, foi colocada, num Centro de Formação Profissional Acelerada. Com a extinção do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, foi integrada no Instituto do Emprego e Formação Profissional, num Centro de Formação Profissional, a exercer funções de Serviço Social, onde permaneceu até se reformar. É de salientar que a mesma exerceu, simultaneamente, funções de Interlocutora Regional de Serviço Social, a partir de 2001. A segunda participante (P2) tem 52 anos e integrou os quadros do IEFP, num Centro de Formação Profissional, em 1991, como Técnica Superior, onde exerceu funções de Serviço Social, até 1998. Desde então, encontra-se num Centro de Emprego como Coordenadora do Núcleo de Gestão do Mercado de Emprego. A terceira participante (P3) tem 49 anos e iniciou a sua carreira no IEFP, em 1999, como Técnica

Superior, num Centro de Formação Profissional, onde desempenhou funções de Serviço Social, até 2013. Atualmente encontra-se a exercer funções de Técnica Superior num Centro de Emprego. A quarta participante (P4) tem 43 anos e integrou os quadros do IEFP, também em 1999, como Técnica Superior, a exercer funções de Serviço Social, num Centro de Formação Profissional, onde permanece até ao momento.

Ao escolher as quatro participantes, procurámos que as mesmas pudessem facultar uma relação detalhada da sua atividade profissional, tendo em consideração, em particular, as próprias características dessa atividade, proporcionando-lhes relações numerosas e diversas, no sector profissional e cuja atividade profissional foi exercida nos seguintes períodos: o primeiro, entre 1966 – 1978, ou seja, durante a vigência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, e consequentemente da Formação Profissional Acelerada, correspondente à fase final do Estado Novo e como tal a uma conjugação entre pressupostos de cariz mais assistencialista e ao mesmo tempo de alguma abertura em termos de proteção social característica da primavera marcelista (P1); o segundo, entre 1979 – 1998, isto é, após a criação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, coincidente com o advento e expansão das políticas sociais e da cidadania social (P1 e P2); e o terceiro, a partir de 1999, data em que foram recrutadas as últimas TSS para os quadros de pessoal do IEFP, no contexto da transformação das problemáticas e das políticas sociais (P3 e P4), de forma a proporcionar-nos o conhecimento das mudanças estruturais ocorridas no Sistema Público de Formação Profissional português e uma abordagem transversal da intervenção profissional desta valência técnica, desde o início da sua atividade até à atualidade.

Como já referido, foi solicitado, às quatro representantes destes três períodos, a elaboração escrita de um relato da sua atividade profissional, enquanto Técnicas de Serviço Social num Centro de Formação Profissional. Reunidos os quatro relatos, procedeu-se a uma leitura cuidadosa, a que se seguiu o pedido, às participantes, de uma descrição mais pormenorizada de alguns aspetos dos seus relatos, tais como, em relação ao contexto e à concretização de determinadas atividades, aos objetivos de algumas práticas e exemplos das mesmas, o que levou, posteriormente, à devolução dos relatos,

solicitando o esclarecimento ou aprofundamento desses pontos. Após clarificação dos referidos aspetos, recolheram-se as versões definitivas.

Para a análise dos referidos relatos elaborámos uma sistematização que contempla três eixos de análise: o contexto, a intencionalidade e os processos de ação que, de forma integrada, permitiram caracterizar os elementos específicos que se destacaram em cada período.

3.3.1. – Contexto

Em primeiro lugar, debruçámo-nos sobre o contexto em que os Técnicos de Serviço Social exercem a sua profissão. Para o efeito é importante referir que a estrutura orgânica do IEFP é constituída por diferentes unidades orgânicas: os Serviços Centrais, localizados em Lisboa, os Serviços Regionais, dos quais fazem parte cinco Delegações distribuídas pelo país, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, e as Unidades Orgânicas Locais, constituídas pelos Centros de Formação Profissional, afetos às referidas Delegações. Neste eixo, ponderámos as seguintes dimensões: a posição dos Técnicos de Serviço Social na estrutura orgânica do serviço; a relação com as chefias e com outros profissionais; e o processo de construção do espaço profissional desta valência técnica, na formação profissional.

3.3.1.1. – Posição dos Técnicos de Serviço Social na Estrutura Orgânica do IEFP

A análise da posição dos Técnicos de Serviço Social na estrutura orgânica do serviço reveste-se de particular importância, na medida em que nos permite apreciar a conjuntura em que os profissionais do Serviço Social desenvolvem a sua atividade profissional, a autonomia e importância que lhes são atribuídas ou conquistadas, bem como a sua capacidade de ação.

Ao nível da estrutura local, e de acordo com a análise documental, durante a vigência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, o Serviço Social encontra-se na

dependência direta do Diretor dos Centros de Formação Profissional Acelerada, embora os relatos biográficos não reflitam esta situação.

A partir de 1985, cada Centro de Formação Profissional dispunha, no organograma, na direta dependência do Diretor, de uma Equipa de Apoio Técnico, constituída por diferentes valências: Orientação Profissional, Medicina do Trabalho e Serviço Social. Em 2008, a mesma deixa de estar na dependência direta do Diretor, para depender da Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação, passando, em 2012, para a dependência do Núcleo de Gestão da Qualificação, os quais dependem diretamente do Diretor, como tivemos oportunidade de constatar no Capítulo II.

Nesta dimensão, os relatos biográficos referentes aos três períodos, referem que, nos diferentes Centros de Formação Profissional, o Técnico de Serviço Social, permaneceu sempre na estrutura orgânica local, na Equipa de Apoio Técnico, na direta dependência do Diretor do Centro. Ou seja, as alterações registadas em 2008 e 2012, não aparecem espelhadas, nos mesmos:

... fazem parte de uma Equipa de Formação, ... constituída pelo Monitor ... o Médico e o Enfermeiro do Trabalho. Esta Equipa é coordenada pelo Diretor do Centro. (P1).

O Técnico de Serviço Social ...dependia do Diretor do Centro e estava integrado na equipa de apoio técnico, do qual faziam parte o Conselheiro de Orientação Profissional e o Médico do Trabalho. (P2).

...a Equipa de Apoio Técnico, constituída pelo Médico do Trabalho, pelos COP's e pelos TSS's. (P3).

Contrariamente, na estrutura orgânica Central, onde era suposto existir um órgão, cujo objetivo seria planear, coordenar e controlar tecnicamente a atividade dos Técnicos de Serviço Social das várias estruturas do Serviço, esta sofreu várias alterações ao longo dos

três períodos, como pudemos confirmar pela análise da documentação existente, sistematizada no Capítulo II.

Durante a vigência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, de acordo com o relato da profissional de Serviço Social que vivenciou o primeiro período, o Serviço Social dispunha de coordenação nos Serviços Centrais figurando, conseqüentemente, no respetivo organograma. A partir de 1977, de acordo com o conteúdo da documentação disponível, o Serviço Social caracteriza-se não só pela ausência de coordenação ao nível Central, como pela ausência no organograma dos Serviços, tal como se encontra espelhado no relato biográfico da mesma:

A TSS, na fase de instalação do Centro ... em consonância com orientações dos Serviços Centrais, propôs a dotação da sala de convívio, com um conjunto de jogos previstos num genérico, para todos os Centros.... (P1).

No final do chamado período revolucionário, início de 1977, as TSS ... constataram que não eram aceites pela nova estrutura do SFP, pelo contrário, elas não constavam do novo organograma da DSFP. (P1).

No segundo período, como pudemos constatar, através da Portaria nº 656/86 de 4 de novembro de 1986, já no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional, foi criado o Núcleo de Serviço Social, no Departamento da Formação Profissional, passando a figurar no organograma do referido Departamento, como se encontra espelhado no relato biográfico da referida TSS:

Com a criação do IEFP o Serviço Social passa a constituir um Núcleo do Departamento de Formação Profissional. (P1).

Podemos afirmar que o terceiro período foi o mais controverso, em termos de coordenação, como se pode concluir pelos relatos biográficos das duas TSS da época, que retratam o conteúdo da Deliberação da Comissão Executiva do IEFP, que extingue o

Núcleo de Serviço Social, no final de 1991. Embora formalmente o Serviço Social passe a ser coordenado, a nível Regional, pelas Direções de Serviços de Programas de Emprego e Formação, esta coordenação não se faz sentir na prática. O início da atividade profissional destas TSS, no IEFP, em 1999, espelha bem esta realidade:

...não existia nem ao nível Central nem Regional, qualquer estrutura de apoio à atividade do Serviço Social. (P4).

Por deliberação da Comissão Executiva do IEFP, de 9 de agosto de 2000, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, como podemos confirmar, pelos relatos biográficos das mesmas TSS, concretizando-se, assim, a criação da coordenação do Serviço Central, a nível Central e Regional:

Esta situação veio a alterar-se com a criação do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, no Departamento de Formação Profissional, ... uma das suas atribuições era coordenar e apoiar tecnicamente a atividade dos TSS, a nível nacional, regional e local. (P4).

Sendo de destacar o papel de apoio aos técnicos do terreno e mediação da Coordenadora Nacional, do Departamento de Formação e, das Interlocutoras Regionais, integradas nas Direções de Serviços de Emprego e Formação Profissional das Delegações Regionais. (P3).

No entanto, tal como previsto no Decreto-Lei nº 143/2012 de 11 de julho e na Deliberação (extrato nº 1877/12) de 10 de dezembro, confirma-se, pelos relatos das TSS deste período, que em 2012, se assiste a um esvaziamento da estrutura do SS, com a extinção do referido Núcleo e, conseqüentemente, com a falta de representação do Serviço Social nos Serviços Centrais e Regionais. Esta alteração decorre do facto do Serviço Social não ter conseguido o reconhecimento suficiente para manter a sua posição na estrutura orgânica da instituição. Situação que se mantém até à atualidade:

Agrava esta situação o facto do Núcleo que superintendia a valência de Serviço Social ter sido extinto (2012), caindo por terra, o apoio técnico que as Interlocutoras Regionais prestavam, às TSS a atuar nos serviços locais... (P3).

... não existindo a nível central um interlocutor privilegiado que transmita superiormente os constrangimentos que vão surgindo, e apresente propostas para os ultrapassar ou minimizar. (P3).

Atualmente considero estarmos a assistir a um retrocesso. O Serviço Social deixou de poder contar com o apoio técnico que teve... deixando de existir na Delegação Regional o Interlocutor que fazia a “ponte” com os Serviços Centrais. (P4).

... a nível central verifica-se também um vazio na coordenação e apoio técnico). (P4).

3.3.1.2. – Relação com as Chefias e com Outros Profissionais

Na segunda dimensão, pretendemos, com a reflexão sobre a relação com as chefias, conhecer o grau de dependência/autonomia entre os TSS e os seus superiores hierárquicos, bem como o apoio prestado a esta valência técnica. A análise documental sistematizada no Capítulo II é reveladora de uma relação funcional, quer a nível Local, quer Central. Os relatos biográficos referentes ao primeiro e segundo períodos testemunham esta relação e demonstram, simultaneamente, que embora coordenados pela Chefia Local, os TSS detêm uma dependência técnica relativa, que lhes permite o desempenho prático da sua atividade, com base numa relação de confiança.

Esta Equipa é coordenada pelo Diretor do Centro. (P1).

...cada técnica, para além do estipulado no regulamento das equipas de formação, ia desenvolvendo o seu trabalho de acordo com a sua iniciativa individual e também de acordo com o que a Direção ... do Centro lhe permitia. (P2).

Ao nível Central, embora essa relação também se revelasse funcional, afigurava-se mais distante e menos eficaz do que era desejável, como podemos confirmar, através das afirmações da TSS do segundo período:

Ao tempo existia uma coordenação nos Serviços Centrais ... os contactos com o Núcleo ... não eram relevantes. (P2).

No terceiro período, com a publicação da deliberação da Comissão Executiva do IEFP, de 9 de agosto de 2000, a relação com as chefias Central e Regional clarifica-se, transformando-se numa relação de mediação, com a criação do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, a nomeação da Coordenadora Nacional e dos respetivos Interlocutoras Regionais (uma por cada Delegação), que vieram permitir a coordenação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, tal comprova uma das TSS da época:

Sendo de destacar o papel de apoio aos técnicos do terreno e mediação da Coordenadora Nacional ... e das Interlocutoras Regionais. (P3).

Este eixo de análise reveste-se de grande importância, uma vez que, nos permite perceber a alteração da relação dos TSS com as Chefias Centrais que, por sua vez se encontra relacionada com as funções que estas desempenham. É de salientar que, a generalidade das funções do Sector Central do Serviço Social no SFP, que vigorou entre 1968 e 1975, assim como as atribuições do Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional, em funcionamento entre 1986 e 1991, sistematizadas no Capítulo II, encontram-se incluídas nas funções do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, no período entre 2000 e 2012. No entanto, para além dessas, foram-lhe atribuídas novas funções e muito mais

abrangentes, comprovando que o Serviço Social conquistou, neste período, ao nível dos Serviços Centrais, o maior reconhecimento em toda a história do Serviço Social, na formação profissional. As principais diferenças encontram-se refletidas no quadro 50:

Quadro 50

Aspetos Diferenciadores da Coordenação do Serviço Social pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional – Entre 2000 e 2012

Funções
• Articulação com os Interlocutores Regionais de Serviço Social.
• Produção de normativos, instrumentos técnicos, metodologias e modelos de intervenção que potenciem a atividade do Serviço Social na Formação Profissional.
• Elaboração, de uma forma sistemática, do diagnóstico das necessidades técnicas decorrentes da atividade do Serviço Social.
• Desenvolvimento de sistemas e suportes de acompanhamento qualitativo da atividade de Serviço Social.
• Acompanhamento e monitorização da aplicação de instrumentos e normativos técnicos no âmbito da intervenção do Serviço Social na Formação Profissional.
• Acompanhamento da atividade do Serviço Social no IEFP produzindo, com carácter regular, Relatórios de Avaliação.
• Conceção de um Sistema de Boas Práticas no âmbito da intervenção do Serviço Social na Formação Profissional.

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, o quadro 51 sistematiza os resultados obtidos através do inquérito por questionário, ministrado aos 5 Interlocutores Regionais de Serviço Social, refletindo a sua intervenção, neste período. Comparando as suas respostas com as funções, elencadas no Capítulo II, conclui-se que, enquanto as atividades mais abrangentes, como a coordenação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional e a articulação funcional permanente com os Serviços Centrais, através de reuniões periódicas com o Departamento de Formação Profissional, são assumidas por quase todos os Interlocutores

(4), as restantes atividades são assumidas por um número muito reduzido (2), o que se pode explicar pelo facto de exigirem uma especificidade académica e técnica, na área do Serviço Social, que nem todos os Interlocutores nomeados possuem, como pudemos comprovar, através do mesmo instrumento. Em contrapartida, 1 Interlocutor faz referência à colaboração no processo de seleção e contratação dos Técnicos de Serviço Social, em regime de prestação de serviços e à respetiva integração, bem como à coordenação dos estágios académicos de Serviço Social a decorrer nos Centros de Formação Profissional. Atividades que não se encontravam previstas.

Quadro 51

Interlocutores Regionais de Serviço Social – Atividades Exercidas IEFP – Entre 2000 e 2012

Atividades	Número Técnicos
• Coordenação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional.	4
• Acompanhamento, apoio técnico, orientação e indicação de propostas de ação aos Técnicos de Serviço Social.	2
• Resposta às questões colocadas, pelos TSS, nomeadamente no que se refere à aplicação dos normativos e da legislação em vigor.	2
• Emissão de pareceres técnicos no que se refere à atribuição, a título excecional, de apoios sociais aos formandos.	2
• Promoção e organização dos Encontros Regionais de Serviço Social.	2
• Articulação com os Serviços Centrais, que envolve reuniões periódicas entre a Coordenadora Nacional e os Interlocutores Regionais.	4
• Recolha, compilação e envio ao DFP dos Mapas de Atividade do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional.	2
• Colaboração, com o DFP, na produção e divulgação de documentos normativos, recursos e instrumentos técnicos adotados a nível nacional, tendo em vista a uniformização de procedimentos.	2
• Colaborar no processo de seleção e contratação dos Técnicos de Serviço Social, em regime de prestação de serviços.	1
• Integração dos Técnicos de Serviço Social contratados em Regime de Prestação de Serviços.	1
• Coordenação dos Estágios Académicos de Serviço Social a decorrer nos Centros de Formação Profissional.	1

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, a análise da relação entre o Técnico de Serviço Social e os outros profissionais permite-nos não só avaliar a dinâmica das diferentes valências técnicas entre si, mas também aferir o grau de importância que era reconhecido ao Serviço Social, pelos outros intervenientes no processo formativo. Como podemos compreender, pela análise dos relatos biográficos das TSS, nos três períodos, esta relação não foi estática, caracterizando-se, no primeiro período, por uma relação de conflito com os Monitores, que advém de um choque de funções e da importância reconhecida aos TSS, pela sua atuação, na área social. No entanto, os mesmos mantiveram sempre a colaboração com esta valência técnica:

O grupo de Monitores... tinha divergências com a TSS, pois entendiam com dificuldade uma relação paritária, uma vez que viam a sua posição como soberana... (P1).

... instalou-se o entendimento de que a TSS estava a extrapolar as suas funções e que a sua atuação punha em causa a autoridade dos Monitores... (P1)

(Os Monitores) ... eram um grupo por funções e por número com a maior força, formado por pessoas na maioria de grande valor técnico e pessoal, com largos anos de traquejo na FP, alguns deles elementos ativos de sindicatos, associações e grupos de diversas finalidades e objetivos. Pessoas com peso institucional e que acompanhando o clima geral do país tinham uma atitude de confronto. (P1).

... não permitindo (a TSS) que o diálogo fosse cortado, ou que houvesse qualquer inibição no diálogo indispensável ... nas diversas situações de articulação. (P1).

No segundo período, a relação de conflito manifesta-se relativamente aos Conselheiros de Orientação Profissional, fruto também do choque de funções e da importância que o Serviço Social assumiu no âmbito social e sociocultural. No entanto, tal como no período anterior, o Serviço Social manteve sempre a colaboração com esta categoria profissional:

Com o Conselheiro OP a articulação não foi menos complexa do que com os Monitores. (P1).

Mas... mantendo-se sempre a colaboração. (P1).

... a articulação entre os Técnicos de Serviço Social e os Conselheiros de Orientação Profissional não era pacífica. O Centro de Formação onde desenvolvemos atividade era exceção... (P2).

... os Conselheiros OP ... desejavam abarcar ... esta área social e muito especialmente a sociocultural. (P1).

No programa de Aprendizagem, a partir de certa altura, o acompanhamento das numerosas turmas passou a ser atribuído apenas a uma valência técnica ou de SS, ou OP. Assim se rentabilizavam os recursos humanos e se reduziam as divergências. (P1).

No terceiro período, a relação de conflito entre os Técnicos de Serviço Social e os Conselheiros de Orientação Profissional evoluiu para uma relação de colaboração, chegando, estes profissionais, a facilitar o início de atividade dos Técnicos de Serviço Social, nos Centros de Formação e nas respetivas equipas:

À data encontravam-se dois COP's, que foram de enorme importância para a minha integração no Centro, com os quais comecei a trabalhar em equipa... (P4)

Ao longo dos três períodos, o Serviço Social manteve, sempre, uma relação de colaboração, quer com a Medicina do Trabalho, quer com os funcionários:

*Com a Medicina do Trabalho houve sempre a melhor colaboração...
(P1).*

*... os funcionários, com raríssimas exceções eram amigos e ajudavam
para além do que seria exigível. (P1).*

Esta relação de conflito dos TSS quer com os Monitores, quer com os Conselheiros de Orientação Profissional deve-se essencialmente ao surgimento de um conjunto de novas profissões, para as quais não foi definida uma divisão clara relativamente às suas competências e desempenhos, ao nível do seu quotidiano e agir profissionais. Facto que leva à conquista pelos três, no que diz respeito ao reconhecimento da respetiva importância pela instituição, bem como à diferenciação do desempenho das respetivas atividades profissionais. Ou seja, à medida que se foram clarificando os espaços de atuação e conquistada a respetiva legitimidade, quer pelos TSS, quer pelos Conselheiros de Orientação Profissional, a sua relação foi assumindo um cariz de colaboração.

3.3.1.3. – Processo de Construção do Espaço Profissional

A reflexão sobre o processo de construção do espaço profissional dos TSS, na formação profissional, teve como principal objetivo conhecer a dimensão do seu campo de intervenção técnica, ao longo dos tempos, bem como a forma como este foi sendo conquistado/formalizado. Tendo em conta a ausência de normativos relativamente à atuação do Serviço Social, os TSS preocupam-se, desde o início da sua atividade, com a conquista do seu espaço profissional, tal como testemunham, quer os relatos biográficos apresentados, quer os documentos elaborados por esta valência técnica, na época, aos quais fizemos referência no Capítulo II. No primeiro período, o Serviço Social assume uma atitude proposicional de funções. Ou seja, a ausência formal de funções no que se

refere à valência de Serviço Social, leva estes Técnicos a formular e colocar à consideração superior propostas das suas funções específicas, com o intuito de as ver formalizadas:

... propõe-se que na programação de todos os cursos de FP seja incluído um horário de 3 horas semanais para a realização de uma Formação Complementar... (P1).

O trabalho em rede/parceria, no Centro, e com outras instituições nomeadamente a Direção Geral de Higiene e Segurança, a Direção Geral de Desportos, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis – FAOJ e a Extensão Educativa, também contribuiu para a conquista do seu espaço profissional:

... a TSS ajuda com os recursos do Centro ou de outras Instituições, procurando a resposta necessária ... (P1).

... um Curso de Socorros Urgentes dado pelos Socorristas da Direção Geral de Higiene e Segurança ... (P1).

... Colaborações com a Direção Geral de Desportos e FAOJ foram-nos permitindo organizar Torneios de Jogos Tradicionais, Cursos de Fotografia e acrescentar a Biblioteca do Centro com três Bibliotecas Gulbenkian. A colaboração com a Extensão Educativa proporcionou-nos o empréstimo de máquina de projetar filmes super 8 e máquina de vídeo. (P1).

Neste primeiro período, e no que se refere ao processo de construção do espaço profissional, o próprio reconhecimento, pela instituição, do trabalho desenvolvido por esta valência técnica revestiu-se de grande valor:

Neste documento em forma de proposta, foram reiteradas as funções específicas do Serviço Social ... Esta proposta foi aceite ... (P1).

No segundo período, após a criação do IEFP, os Técnicos de Serviço Social, face ao vazio formal na definição de funções, assumem posturas de assertividade na definição de regras de intervenção, uma vez que tentaram esclarecer/formalizar a sua forma de atuar. Facto que pudemos concluir pelas propostas elaboradas, por esta valência técnica, refletidas no Capítulo II e, através dos relatos biográficos das TSS, referentes ao segundo período:

... as primeiras reuniões de SS ... aquando da criação do Núcleo de SS eram extremamente agitadas pela forma como as TSS exprimiam a sua enorme frustração e desacordo com a falta de regras que enquadrassem a sua intervenção. (P1).

Uma grande preocupação do SS era de que as Bolsas de Formação fossem pagas no início do mês e não no fim como vigorava até então, o que inviabilizava o pagamento adiantado da mensalidade dos quartos ... Em pouco tempo foi regulamentado que o TSS informa sobre as Regalias Sociais e zela pela sua correta aplicação. Embora esta norma sempre tivesse vigorado no papel, à época, em cada Centro a sua aplicação era feita conforme os entendimentos locais. (P1).

Salientam-se, neste contexto, dois fatores distintos. Um relacionado com a importância da articulação dos TSS, no sentido de formalizarem as suas funções. O outro, ligado à construção partilhada de argumentos que derivam do contexto onde estão inseridos, bem como da relação que estabelecem com a sua chefia local.

Face à necessidade sentida, os Técnicos de Serviço Social assumem, também, atitudes proposicionais de métodos e instrumentos de trabalho, contribuindo para o enriquecimento do seu campo de atuação:

... pelo que se elaboraram instrumentos que permitiram fazer uma mais eficaz e eficiente avaliação dos candidatos. (P2).

Foi também criada uma ficha ... onde constavam todos os elementos, não confidenciais dos formandos e, que poderia ser usada por qualquer um dos membros da equipa formativa. (P2).

Tendo frequentado uma formação em Animação Sociocultural ... fiquei entusiasmada com as novas perspetivas abertas Troquei impressões com colegas ... também presentes, que concordaram comigo em estabelecer um diálogo com o Formador. ... desse diálogo resultou a possibilidade de uma investigação com metodologia de Investigação-Ação sobre a Formação Sociocultural ministrada nos Centros de Formação Profissional no Programa de Qualificação. A análise feita pretendia identificar “O Formando” e responder a diversas perguntas sobre Quem é, De onde é, O que Pensa, os seus Gostos e Aspirações, Experiências e Expectativas, de forma a atingir dois objetivos: aferir a Formação Complementar a ministrar e fazer participar este público-alvo das Redes Europeias de Caracterização de Jovens, no âmbito de um Observatório de Jovens que contemplou uma Investigação em que participaram diversas instituições e que foi financiada pela Fundação Gulbenkian entre outras.... Coordenava a nível nacional a Responsável do Núcleo de SS e a nível local cada TSS envolvida na investigação. A equipa de SS integrou dois estagiários do 4º ano de SS do ISSSC, representantes dos Sectores OP, MT e um Formador em representação dos Técnicos de Formação ... No final desta Investigação, cujos resultados foram publicamente apresentados no CFP do Cerco do Porto, o governo mudara e com ele a gestão do IEFP. O Núcleo do SS foi dissolvido. Publicações com a organização dos módulos das diversas áreas de formação sociocultural, organizados a partir dos resultados da investigação só ocasionalmente chegaram às mãos dos TSS. (P1).

Comecei a sentir que faltava ao meu trabalho a possibilidade de ... ter uma ferramenta de quantificação e análise de dados de forma a

melhorar o processo do Sector Social permitindo um estudo prático e sistemático da população que em cada época frequentava as ações de formação. A possibilidade de o fazer surgiu com um pedido de estágio específico de Métodos Quantitativos aplicados às Ciências Sociais – constando de um curso da FCTUC apoiado pelo FSE – para uma Assistente Social que fizera connosco o seu estágio curricular de SS. Assim foi dada resposta ao meu desejo expresso de ter um instrumento de trabalho que tomou a forma de Grelha de Diagnóstico Social do Formando. Este trabalho acabou por ser útil a todos os TSS dos Centros. (P1).

Pela análise documental realizada no âmbito da presente investigação, sistematizada no Capítulo II e corroborada pelos relatos biográficos apresentados, podemos confirmar que ao longo dos tempos, houve da parte dos Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, várias propostas de iniciativas, mas a sua dependência dos Serviços Centrais, fez com que a maior parte não fosse bem acolhida.

São características, deste segundo período, a assunção de posições de correção das formas de intervenção, ou seja, são elaboradas propostas de alteração da atuação dos Técnicos de Serviço Social, por parte do Núcleo de Serviço Social, que se repercutiram positivamente no seu espaço profissional:

Após as primeiras reuniões com todas as TSS dos Centros, esta responsável começa a fazer uma autêntica correção de anomalias. (P1).

A partir de 1986, os Técnicos de Serviço Social, começam a intervir, junto dos Institutos de Serviço Social, proporcionando, assim, um maior enriquecimento do seu campo de atuação:

*... intervenções nos dois Institutos de Serviço Social existentes, no sentido de dar a conhecer aos futuros profissionais de Serviço Social
... a intervenção do Serviço Social na Formação Profissional, abrindo*

a possibilidade de dar estágio curricular a jovens finalistas, o que constituiu ...um enriquecimento mútuo. (P1).

Esta valência técnica preocupou-se, igualmente, com a defesa conjunta da sua identidade profissional, facto que se revelou também um contributo para a conquista do seu espaço profissional, nomeadamente através da realização, em junho de 1997, do Seminário sobre “O Serviço Social no IEF”, já referida no Capítulo II. Esta preocupação encontra-se confirmada pelos relatos biográficos das duas TSS que aceitaram colaborar conosco nesta investigação:

Esta iniciativa culminou com a constituição de um grupo de trabalho que, em articulação com as TSS de outras Delegações e com o Departamento de Formação Profissional, organizou o Seminário de Serviço Social a nível nacional ... O SS sente necessidade de mostrar ao Serviço de Formação Profissional ...e às novas Chefias, o que foi e o que é o SS no IEF. O que tem feito para valorizar a sua intervenção. (P1 e P2).

De igual modo, neste segundo período, o Serviço Social socorreu-se muito do trabalho em rede e da formação contínua de competências renovadas, no âmbito da Formação Sociocultural, o que também lhe deu projeção:

Esta formação é transversal ao grupo, de acordo com as modalidades de formação e ministrada à medida, de acordo com as características específicas de cada grupo. Como exemplo de ações podemos referir ... à medida e desenvolvidas por técnicos das redes de suporte local (Centro de Saúde, Hospital, Bombeiros Voluntários) ... Higiene e Segurança no Trabalho, Planeamento Familiar, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção de incêndios ... (P2).

O reconhecimento da intervenção técnica do Serviço Social, pelo IEFP, afigurou-se, também, muito expressivo, neste segundo período, na medida em que se procedeu ao reforço do quadro de recursos humanos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, face à relação anteriormente aprovada de 100 Formandos / 1 Técnico de Serviço Social. Salienta-se, também, a importância da legitimidade da intervenção do Serviço Social, que se refletiu na publicação do Regulamento da Equipa de Formação, da qual faz parte esta valência técnica que veio proporcionar um aprofundamento do acompanhamento sistemático da formação, através de reuniões mensais e a participação na avaliação final das ações de formação, como se encontra refletido no Capítulo II. Destaca-se, ainda, a participação como elemento do júri do concurso para a seleção de Técnicos de Serviço Social. Estes factos vêm a ser comprovados pelos relatos biográficos das TSS:

O número de TSS foi muito alargado, uma vez que a quantidade de trabalho ... era impossível de cumprir apenas com uma valência técnica de SS. Foi instituído um rácio de 1 TSS por cada 100 formandos. A rede de CFP foi muito alargada e, todos ou quase todos tinham nos seus quadros TSS. (P1).

O TSS passa a fazer parte do processo de seleção dos formandos, em parceria com todos os outros elementos da Equipa de Formação... (P1).

A constituição da Equipa de Formação (da qual faz parte o SS) é regulamentada, o que consideramos ter sido uma medida decisiva para a efetivação e a dignificação do processo de acompanhamento das ações. (P1).

A obrigatoriedade de reuniões mensais de acompanhamento das ações de formação, pela Equipa de Formação, torna-se uma prática mais

efetiva, o que permite ao SS aprofundar o acompanhamento sistemático da formação. (P1).

O novo Regulamento da Equipa de Formação torna, na prática, impossível que as rescisões de contrato sejam realizadas sem a intervenção de todos os seus elementos, que, têm que dar o seu parecer por escrito, referindo a sua participação no processo formativo e tentativas de recuperação do formando. (P1).

... toda a Equipa de Formação participa na avaliação final das ações de formação e distribuição dos diplomas em reunião presidida pelo Diretor do Centro. (P1).

Tive oportunidade de fazer parte de alguns júris de seleção de colegas. (P1).

... a nomeação, pelo Sr. Delegado Regional, de ... TSS, em exercício de funções para participar como júri do concurso para Técnico Superior ... entendeu-se como sinónimo de reconhecimento de uma classe sem voz e sem visibilidade ... (P2).

Esta valência técnica foi desde o início da sua intervenção na formação profissional, até à atualidade, responsável pela gestão da formação sociocultural, aspeto patente na documentação analisada e sistematizada no Capítulo II. Por outro lado, foi-lhe proporcionada a possibilidade de supervisionar estágios curriculares de Serviço Social e de desenvolver investigação social, o que constituiu um verdadeiro reconhecimento, pelo IEFPP, como refletem os relatos biográficos analisados:

O facto de haver estágios de SS, de haver Investigação Social e de o SS gerir uma Formação Sociocultural despertou enormes ciúmes... (P1).

Não fazendo parte das suas funções, os Técnicos de Serviço Social são também chamados a desempenhar atividades que nunca lhe tinham sido atribuídas, o que revela igual reconhecimento do seu trabalho e das suas competências, nomeadamente, a promoção e coordenação de semanas abertas; organização de visitas e/ou reuniões nos Centros de Formação, coordenação de cursos, participação como elemento do júri do exame final dos cursos ministradas nos Centros de Formação, enquanto representante do IEFP, participação como elemento das comissões de análise de propostas de empresas para fornecimento do refeitório:

Promovem-se ... as semanas abertas à comunidade. Essa prática iniciou-se nos anos noventa e poderei afirmar que serei pioneira na coorganização das mesmas, em estreita colaboração com a equipa, sendo que os contactos com o exterior eram exponencialmente desenvolvidos pelo Serviço Social. Também toda a logística era da sua responsabilidade. (P2).

A organização logística de visitas e/ou reuniões no/ao Centro de Formação, eram também uma das tarefas realizadas com regularidade. (P2).

A coordenação do 1º Curso de Artes Domésticas, que implicava ser responsável pela seleção dos formadores; corresponsável pela aquisição de materiais e equipamentos; júri do exame final como elemento representante do IEFP... (P2).

Destacamos ainda a participação, por nomeação do Sr. Delegado Regional, na comissão de análise de propostas de empresas para fornecimento de serviços de refeitório/bar. (P2).

Neste segundo período, à semelhança do que aconteceu ao Serviço Social exercido em Portugal, descrito no Capítulo I, o Serviço Social na formação profissional, ficou marcado pela resolução do problema do estatuto profissional dos profissionais de Serviço Social que, há muito, causava constrangimentos a esta valência técnica:

Por decreto de maio de 1990, a questão da licenciatura do Curso Superior de SS foi finalmente resolvida, dando equiparação aos profissionais com diploma superior. Ficou assim, de certa maneira resolvido um problema ...que estava pendente, há largos anos. (P1).

É de salientar que a licenciatura veio permitir a aquisição de um reconhecimento via diploma, validando a legitimidade já conquistada do ponto de vista funcional, no quadro da instituição. Ou seja, não é a licenciatura que cria espaço interventivo dá-lhe apenas uma legitimidade formal pelo reconhecimento académico da área.

No terceiro período, como tivemos oportunidade de constatar através da análise documental, refletida no Capítulo II e, tal como é possível confirmar, através dos relatos biográficos, os Técnicos de Serviço Social mantiveram a conquista pelo seu espaço profissional, mas com um objetivo diferente. Enquanto, nos períodos anteriores, lutavam pela construção desse espaço, agora, a preocupação é de reflexão conjunta, de transversalidade de questões e, como tal, de consolidação e recriação da especificidade desse mesmo espaço. Este processo concretiza-se, através da defesa conjunta do seu modo de intervenção:

Realizavam-se ... reuniões periódicas entre as TSS dos Centros de Formação da Região Centro ... que basicamente consistiam na partilha de experiências e de alguma forma promoviam a ajuda e apoio mútuos para ultrapassar dificuldades que se nos apresentavam no dia-a-dia profissional e para as quais não estavam definidos procedimentos ou resoluções. (P4).

Através de posturas de assertividade na definição de métodos de intervenção, nomeadamente pela construção de instrumentos de trabalho:

Como o Centro, antes da minha integração não tinha a valência de Serviço Social preenchida, de alguma forma me competiu criar esse espaço ... Assim, à medida das necessidades que ia sentindo, fui construindo o meu acervo de formulários e instrumentos de apoio à minha atividade diária tendo ... por base a partilha de instrumentos utilizados por colegas de outros Centros. (P4).

... quando relembro os meus primeiros passos no IEFP, I.P., considero que foi uma fase importante de descoberta e construção. (P4).

Através do trabalho com as redes de suporte locais que se afigura, também, no terceiro período, como um recurso cada vez mais utilizado, pelo Serviço Social, levando ao alargamento do seu espaço de intervenção:

... promovendo a articulação entre o indivíduo, o IEFP e a rede de serviços locais ... Segurança Social, Saúde, Justiça, IPSS' s ... (P3).

... e desenvolvendo ... intervenções junto da família próxima e alargada ... assegurando o desenvolvimento de uma intervenção social integrada. (P3).

Tal como previsto na Deliberação da Comissão Executiva do IEFP, de 9 de agosto de 2000, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, tendo sido nomeada uma Coordenadora Nacional, para os Serviços Centrais e cinco Interlocutores Regionais, um por cada Delegação, como já foi referido, o que testemunha que, o período entre 2000 e 2012 é o de maior reconhecimento funcional da valência de Serviço Social, pelo IEFP. A criação desta estrutura proporcionou, também, a formalização das funções do Serviço

Social e a uniformização de procedimentos, como podemos comprovar através da publicação, em 2004, da Circular Normativa 28/2004 (IEFP, 2004c) e do *Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional* (IEFP, 2004b), assim como através da conceção e elaboração do *Guia de Acolhimento do Formando* e da Brochura *Uma Escolha com Futuro* editados em março de 2005 e a revisão e reedição dos mesmos, em janeiro de 2009, a que já fizemos referência no Capítulo II. Esta conquista formal de um espaço de intervenção técnica em conjunto com as outras valências encontra-se refletida nos relatos das TSS que aceitaram colaborar connosco nesta investigação:

Sendo de destacar o papel de apoio aos técnicos do terreno e mediação da Coordenadora Nacional, do Departamento de Formação e, das Interlocutoras Regionais, integradas nas Direções de Serviços de Emprego e Formação Profissional das Delegações Regionais. (P3).

... com o objetivo de coordenar, acompanhar e apoiar tecnicamente a atividade do Serviço Social a nível local, nas diversas Unidades Orgânicas Locais da respetiva Delegação Regional ... (P4).

... pela primeira vez, surge, em 2004, uma Circular Normativa que define e divulga o Manual da Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional ... que veio uniformizar procedimentos ... e instrumentos técnicos... para todo ... o IEFP. (P4).

Tendo sido nomeada Interlocutora Regional, passei a acumular as referidas funções com as de TSS do Centro de Formação. Tive assim a enorme satisfação de participar no grande dinamismo do Centro, dando cumprimento a todas as funções que me estavam cometidas, tanto na Equipa de Formação, como na Equipa de Aprendizagem ... e em simultâneo, vivenciar o salto qualitativo impresso pela nova Coordenadora e participar na reflexão e organização de novos

instrumentos técnicos destinados a tornar perceptível aos próprios TSS e aos restantes atores o âmbito da sua intervenção, organizando documentos normativos, metodologias e modelos de intervenção. (P1).

Com a criação deste Núcleo ... foi possível sistematizar normativos, nomeadamente ... o Regulamento do Formando, o Regime de Apoios a Formandos, e instrumentos (Guião de Entrevista, Ficha de Acompanhamento Social, Minuta de Cessação de Contrato de Formação), traduzidos em documentos que se transformaram em norteadores do trabalho desenvolvido pelos TSS do IEFP em todo o país. (P3).

Foi ainda criado pelo Núcleo e editado pelo IEFP, o Guia de Acolhimento do Formando, documento de extrema importância, uma vez que veio uniformizar e sistematizar a informação prestada em todo o IEFP ... no âmbito das sessões de acolhimento de novos formandos. (P4).

Esta regulamentação ... trouxe outro reconhecimento e visibilidade, por parte das chefias, à valência, permitindo a conquista formal de um espaço de intervenção técnica indispensável, em conjunto com outras valências ... e reforço dos TSS já existentes e para os Centros onde a valência nunca tinha existido. (P3).

Foi também um período de grande investimento do IEFP na formação interna dos trabalhadores, o que me permitiu frequentar inúmeras ações de formação contínua. Umhas mais direcionadas para o âmbito da atuação do SS ... outras de competências transversais. (P3).

Tal como já pudemos constatar, aquando da análise documental, o Decreto-Lei nº 143/2012 de 11 de julho e a Deliberação (extrato nº 1877/12) de 10 de dezembro de 2012, levaram à extinção do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, entretanto,

designado por Núcleo de Apoio Técnico, que assegurava a coordenação do Serviço Social, ao nível dos Serviços Centrais e, conseqüentemente, a coordenação Regional, por parte dos Interlocutores de Serviço Social. Deste modo, sente-se, uma vez mais, uma desvalorização progressiva desta valência técnica, em termos macro, ou seja, ao nível Central e Regional, mantendo-se, no entanto, a sua valorização ao nível micro, isto é, a nível Local, nos Centros de Formação Profissional, a qual perdura até aos nossos dias. Desde então, a intervenção do Serviço Social encontra-se reduzida, exclusivamente, às Unidades Orgânicas Locais, ou seja, aos Centros de Formação Profissional. Os relatos biográficos das TSS que vivenciaram este período, confirmam estes acontecimentos/sentimentos:

... agrava esta situação o facto do Núcleo que superintendia a valência de Serviço Social ter sido extinto, caindo por terra, o apoio técnico que as Interlocutoras Regionais prestavam, às TSS a atuar nos serviços locais, e não existindo a nível central um interlocutor privilegiado que transmita superiormente os constrangimentos que vão surgindo e apresente propostas para os ultrapassar e/ou minimizar. (P3).

Atualmente considero estarmos a assistir a um retrocesso. O Serviço Social deixou de poder contar com o apoio técnico que teve, ... deixando de existir na Delegação Regional, o Interlocutor que fazia a ponte com os Serviços Centrais. A nível Central verifica-se também um vazio na coordenação e apoio técnico aos TSS. Isto reflete-se, por exemplo, na estagnação dos normativos existentes, verificando-se que alguns deles, ainda não revogados carecem de atualização ... (P4).

Também deixaram de se fazer encontros entre os TSS, que se constituíam como um espaço de excelência para partilha de experiências. (P4).

Apesar desta ausência de coordenação e apoio técnico do Serviço Social, por parte dos Serviços Centrais e Regionais e, à semelhança do primeiro e segundo períodos, permanece, no terceiro período, o reconhecimento desta valência técnica, a nível Local, uma vez que continua a ser solicitada, pelos Diretores dos Centros de Formação Profissional, para a realização de atividades não inerentes às suas funções, contribuindo para a defesa e alargamento do seu espaço profissional, como se encontra espelhado nos relatos biográficos das TSS da época:

... tenho procurado corresponder às solicitações que me vão sendo feitas com o surgimento de novos programas ou necessidades ... (P4).

... em 2000 ...o Centro foi “palco” dos Concursos Regionais de Formação Profissional. Sendo o Centro a organizar este evento, fiz parte da equipa organizadora ... colaborei na preparação logística do evento, na divulgação junto do tecido empresarial e de escolas, receção dos concorrentes e jurados ... e como team-leader. (P4).

No mesmo ano, em junho, realizaram-se os Concursos Nacionais de Formação Profissional, em Lisboa, nos quais colaborei, juntamente com mais dois colegas, como team leader – ou seja responsável pelo acompanhamento dos Concorrentes representantes da Região Centro. (P4).

... Participação como Chefe de Equipa em Campeonatos Regionais e Nacionais das Profissões e no Euroskills (Campeonato Europeu das Profissões), em 2010, que consistiu no acompanhamento ... de um determinado grupo de formandos que me foi atribuído e zelando para que cumprissem com todas os seus deveres enquanto concorrentes, nomeadamente no que diz respeito a horários, equipamentos de proteção individual, mas também promovendo o seu bem-estar físico e

mental, procurando que as condições de estadia, alimentação, descanso fossem as adequadas. (P3).

... Representação do IEFP como presidente de júri em provas de avaliação final de percursos formativos – sendo responsável pela criação de condições para o normal desenvolvimento das provas, desde a organização do processo burocrático, à criação de condições materiais, processo de avaliação e coordenação da equipa de jurados ... (P3).

... Coordenação das ações de Língua Portuguesa para Estrangeiros, sendo responsável pela receção de inscrições e organização dos grupos de formação, desenvolvimento da ação (aquisição de espaços e equipamentos, contratação de formadores, gestão da ação no SGFOR, acolhimento dos formandos, organização do dossier técnico pedagógico ...). (P3).

Interlocutora para o Programa Português Para Todos ... visa contribuir para o acolhimento e inserção socioprofissional de imigrantes legalizados e tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações de formação em língua portuguesa, e português técnico ... (P3).

... Participação em Iniciativas Comunitárias de âmbito Transfronteiriço, desenvolvidas entre Portugal e Espanha, que consistiam na qualificação de recursos humanos e no favorecimento da inserção profissional dos jovens da zona transfronteiriça e no fomento da mobilidade na União Europeia ... que implicou a promoção do acompanhamento dos formandos espanhóis envolvidos e a sua integração no Centro de Formação e nos locais de alojamento. (P3).

... era responsável pelo atendimento e encaminhamento de utentes no âmbito do Programa Vida-Emprego. (P4).

Colaboração no desenvolvimento de uma metodologia de intervenção articulada em conjunto com o Centro de Atendimento a Toxicodependentes, com vista a facilitar a integração socioprofissional de ex-toxicodependentes e/ou facilitar o encaminhamento de formandos para o tratamento e acompanhamento por profissionais especializados nesta matéria. Esta metodologia implica um trabalho articulado permanentemente entre estes dois serviços ... Esta metodologia foi apresentada numa comunicação num Encontro Nacional de Serviço Social, tendo sido considerada uma Boa Prática. (P4).

... fui indigitada como Interlocutora Local do PASITForm - Programa de Ação para a Sensibilização e Intervenção nas Toxicodependências no contexto da Formação Profissional, tendo em articulação com o IDT (Instituto da Droga e Toxicodependência) levado a cabo ... uma atividade, realizada com os formandos do Centro, denominada "Drogas? Não, eu estou Informado!" e que apresentei num Seminário de Reflexão que se realizou no Centro de Formação Profissional de Faro em dezembro de 2008. (P4).

... Colaborei na organização de uma ação de formação contínua de formadores denominada "Ação de Sensibilização para a Intervenção na Problemática das Toxicodependências" realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2007 no Centro de Formação ... (P4).

... Participação em vários PIEF's (Plano Integrado de Educação e Formação) (representante nas reuniões da equipa de coordenação local; representante nas Assembleias de Parceiros; colaboração na

organização das atividades realizadas pelos alunos do PIEF no Centro de Formação). (P4).

... Interlocutora Local do Programa Regional de Saúde dos Jovens ... programa que se desenvolveu entre 2006 e 2007 em parceria com a ARSC (Administração Regional de Saúde do Centro), cujo objetivo era a promoção da articulação efetiva e eficaz entre a saúde e a formação ...a função de Interlocutora no âmbito deste projeto, consistia na identificação, o mais precocemente possível de eventuais situações de risco e encaminhamento célere para os serviços de saúde. (P4).

Em 2011 e 2012, fui convidada a repetir a experiencia de ser Chefe de Equipa, no Campeonato das Profissões, realizados em Ponta Delgada e Faro, respetivamente ... (P4).

Este facto encontra-se, também, refletido nos resultados obtidos através do inquérito por questionário, uma vez que, os TSS inquiridos assumem que exercem outras atividades, para além das suas funções específicas, tais como a orientação de estágios do Curso Superior de Serviço Social da Escola Superior de Educação, referida por 1 TSS; a coordenação de ações de formação (Formação para a Inclusão, Português para Todos e Formação Modular de curta duração), mencionada por 3 TSS; a representação do Centro em projetos de âmbito social em parceria com outras instituições (Programas Integrados de Educação e Formação – PIEF's), referida por 2 TSS.

Há, ainda, a salientar o facto de alguns dos TSS dos Centros de Formação referirem o desempenho de atividades meramente administrativas, quer no âmbito do Serviço Social, tais como elaboração de termos de cessação dos contratos, notificações escritas aos formandos relativas às rescisões de contrato e à assiduidade, contactos escritos com a Segurança Social referentes a formandos subsidiados e beneficiários de RSI, mencionadas por 3 TSS; quer no âmbito do Sistema de Gestão da Formação (SGFOR), nomeadamente, encaminhamento de formandos, associação à ação e respetivos apoios, emissão de

contratos e anexos aos contratos, verificação dos mapas de processamentos dos apoios sociais e sinalização das retificações, início e encerramento de ações, inserção de avaliações dos formandos, referidas por 2 TSS. Reforça-se assim a tese que valoriza a vertente gestonária do Serviço Social e que singulariza a sua idiossincrasia, de acordo com o abordado no Capítulo I.

No que se refere à construção do espaço profissional, por parte dos Técnicos de Serviço Social, constatamos que existem dois aspetos comuns aos três períodos: o trabalho em rede desenvolvido pelos TSS e o reconhecimento desta valência técnica, por parte do IEFP. Salientam-se, também, o esforço desenvolvido pelos TSS. Ou seja, o primeiro período caracteriza-se pela atitude proposicional de funções; o segundo período pela adoção de posturas de assertividade na definição de regras de intervenção, atitudes proposicionais de métodos e instrumentos de trabalho, pela defesa conjunta da identidade profissional, pela procura de visibilidade e pela correção de formas de intervenção, através da apresentação de propostas de alteração da atuação dos Técnicos de Serviço Social, por parte da Coordenadora Nacional. Por sua vez, o terceiro período distingue-se pela defesa conjunta do modo de intervenção da valência de Serviço Social, tendo já como objetivo a consolidação desse mesmo espaço. Apesar de todo este esforço, nada impediu o vazio criado, no âmbito da coordenação Nacional e Regional desta valência técnica, que caracteriza a atualidade.

3.3.2. – Intencionalidade

Em segundo lugar, debruçámo-nos sobre o eixo da intencionalidade, isto é, sobre os objetivos do Serviço Social na formação profissional, onde procurámos refletir sobre duas dimensões. A primeira, sobre os objetivos desta valência Técnica, relacionados com os destinatários e com as diferentes modalidades de formação. A segunda sobre os distintos processos de tomada de decisão para a concretização desses objetivos.

3.3.2.1. – Objetivos do Serviço Social

Os relatos biográficos das TSS que aceitaram colaborar connosco nesta investigação permitem-nos identificar os objetivos do Serviço Social, ao longo dos três períodos. No primeiro período, no âmbito da Formação Profissional Acelerada, os objetivos do Serviço Social centravam-se nos seguintes aspetos:

a) Integração dos Estagiários, que consiste em promover a sua melhor adaptação, especificamente na ação de formação e no Centro, uma vez que a sua maioria se encontra afastada da sua residência:

Dá-se a conhecer o espaço do Centro e todas as normas internas, e detalhadamente os termos do Contrato com o Estado. (P1).

Pelo facto da cantina não ter a cozinha completamente instalada, foi a TSS que dinamizou a procura de soluções ... (P1).

... Jantar e fins-de semana para os formandos que permaneciam no Centro eram tomados num modesto estabelecimento da zona. Foi um sistema que vigorou muito satisfatoriamente por alguns anos. (P1).

O Centro possuía camaratas ... esta área era um dos grandes problemas e gerava tensões com que nos debatíamos quase diariamente. (P1).

... criar condições de bem-estar e de compensação pelos árduos esforços de adaptação físicos, mentais e relacionais que a FPA exige ... (P1).

... detetar e ajudar a resolver problemas que impedem ou dificultam a integração no Centro e na formação. (P1).

- b) Aproveitamento técnico e profissional dos Estagiários, fazendo cumprir as normas e regulamentos em vigor e mobilizando os recursos ao seu dispor:

... estava em causa a grande dificuldade em integrar determinados estagiários, fazê-los cumprir normas e regulamentos e conseguir o seu aproveitamento. (P1).

... condução e avaliação pedagógica, na aplicação de sanções e até nas rescisões de contrato... (P1).

(A TSS) ... deve fomentar o espírito de equipa no Centro e com cada Secção de Formação, de modo a conseguir que todos os elementos e acontecimentos, tanto de cada Secção como de ocorrências diversas, possam ser partilhados atempadamente, de modo a que a intervenção social seja oportuna. (P1).

- c) Ocupação dos tempos livres e recreação dos Estagiários, através da promoção de atividades lúdicas e de valorização dos mesmos:

... acresce o facto dos Estagiários se encontrarem afastados, por vezes, muito mais de cem quilómetros das suas famílias e comunidades de origem ... a vida dos estagiários alojados em camaratas nas instalações do Centro, era desanimadora. A partir das 6 horas estavam completamente entregues a si e a um guarda-noturno, numa periferia afastada mais de 5 km da cidade, sem transportes, e a maioria com pouquíssimo dinheiro... (P1).

A TSS ... propôs a dotação da sala de convívio, com um conjunto de jogos previstos num genérico para todos os Centros, organizou uma biblioteca ... dinamizou a instalação de um campo de futebol ... (P1).

... com o apoio da TSS ... eram organizados torneios de futebol salão, ... torneios de damas, dominó, xadrez, ping-pong e matraquilhos... (P1).

... para dinamizar a Festa de Natal todas as Secções eram solicitadas a colaborar com uma apresentação. Surgem diversas atividades organizadas, principalmente por Secção, exposições de trabalhos feitos pelos Formandos com o seu Monitor. Podem ser trabalhos que os Formandos realizem individualmente ou em grupo, pintura, escultura, fotografia, peças de teatro, etc. (P1).

... debate de temas e problemas: Educação para a Saúde, Educação Sexual, Segurança Social, Legislação Laboral, Ambiente, e mais tarde “Livre Circulação de Trabalhadores no Espaço Europeu ... (P1).

d) Observação em contexto de trabalho, através da promoção e organização de visitas de estudo a empresas da área profissional, que os estagiários frequentam:

Era também competência da TSS organizar Visitas de Estudo. Era normalmente uma função de apoio ao Monitor. (P1).

No segundo período, após a criação do IEFP e o surgimento das modalidades de Qualificação e do Sistema Aprendizagem em Alternância, onde o Serviço Social é chamado a intervir e, tal como constatado através dos relatos biográficos das TSS, os objetivos do Serviço Social recaem sobre:

a) Defesa dos direitos dos Formandos. O Serviço Social procura promover a defesa dos direitos dos formandos, garantindo que a informação veiculada no acolhimento foi interiorizada, assegurando a recolha da documentação indispensável à frequência da ação de formação e promovendo o alojamento seguro dos formandos e uma alimentação equilibrada:

(A TSS) ... é responsável pelo esclarecimento acerca das condições sociais durante a vigência do estágio: ... alojamento, alimentação, saúde, transportes, alguns esclarecimentos que caso a caso possam dever ser referidos. (P1).

... informar sobre os direitos e deveres, benefícios sociais, instalações e normas disciplinares do Centro, Contrato do Estagiário com o Centro. (P1).

O Delegado Regional do IEFP impõe o fechar das camaratas e o procurar alojamentos na comunidade envolvente do Centro ... contatei porta a porta com famílias e pessoas dos bairros envolventes do CFP... Alargou-se o Ficheiro de Quartos Alugados apoiando e esclarecendo os formandos e os donos dos quartos, ajudando a definir regras de relacionamento ... ajudando a tomar consciência dos direitos e deveres das partes, acautelando o direito de privacidade... (P1).

... mediação com os Serviços de Refeitório, que consistia na participação em reuniões com a empresa concessionária, em representação dos utentes. (P2).

b) Integração dos Formandos/Aprendizes. O Serviço Social continua a ter como objetivo a integração dos formandos e aprendizes na ação, no Centro de Formação, mas esta integração estende-se, neste período, à comunidade, em geral:

Cometia ao SS a organização de uma pasta, com toda a informação necessária: ... Regulamento do formando; horários e transporte; mapa da cidade; lista de alojamentos (credíveis e considerados seguros). (P2).

A intervenção do TSS visava o acolhimento e acompanhamento do aprendiz, a sua integração no Centro, na formação e na comunidade ... (P1).

c) Aproveitamento técnico e humano do Formando e aproveitamento técnico e escolar do Aprendiz e sua integração no posto de trabalho, através do acompanhamento no âmbito psicossocial, social e familiar, ao longo do processo formativo:

À época era dada grande importância ao acompanhamento dos formandos no âmbito psicossocial ... (P2).

A intervenção do TSS visava ... a articulação e apoio aos formadores e empresas das áreas em que se inserem os aprendizes. Assim a TSS participava no acompanhamento do seu percurso formativo, tanto no Centro como no Posto de Trabalho ... participava em Reuniões de Avaliação ... fazia Visitas às Empresas sempre que se tornava conveniente ... mais tarde tomou a iniciativa de enviar as notas de fim de período (quadrimestre) e de fim de ano aos Pais. (P1).

As reuniões mensais de acompanhamento da turma/ação constituíam-se como um momento chave de partilha de informação e definição de estratégias de acompanhamento, com formandos que mostravam dificuldades de aprendizagem, de integração, desmotivação, entre outros. (P2).

d) Aproximação da família do Aprendiz ao Centro de Formação. Uma vez que os aprendizes eram menores de idade, o Serviço Social, tinha a preocupação de envolver os seus representantes legais, no processo formativo:

A intervenção do TSS visava a ligação da família (do aprendiz) ao Centro e à Formação. (P1).

... a TSS...convocava e orientava Reuniões de Pais ... (P1).

... o SS em colaboração com o Coordenador de Turma promovia reuniões com os representantes legais dos aprendizes ... (P2).

e) Desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos Formandos, através da dinamização de atividades socioculturais/de formação complementar:

O TSS passa a ser responsável pela dinamização da Formação Complementar, não apenas como ocupação dos tempos livres dos formandos, mas no sentido do desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais. (P2).

f) Observação em contexto real de trabalho e sensibilização para o património natural, cultural e urbanístico, através da promoção e organização de visitas de estudo de carácter científico, técnico e de cultura geral:

Era também competência da TSS organizar Visitas de Estudo. Era normalmente uma função de apoio ao Monitor. (P1).

Organizámos Visitas Culturais a Museus: Machado de Castro, Ciência e Técnica, História Natural, Ruínas de Conímbriga e à Mata da Margaraça. (P1).

No terceiro período, podemos confirmar pelos relatos biográficos das TSS da época, que os objetivos do Serviço Social incidem sobre:

a) Defesa dos direitos dos Formandos. Os TSS mantêm, portanto, a sua preocupação com a defesa dos direitos dos formandos, através da gestão e atribuição dos apoios sociais:

Informação e atribuição dos apoios sociais aos formandos, através da elaboração de pareceres técnicos e propostas ... (P3).

b) Integração dos Formandos. É de salientar que este objetivo do Serviço Social, também, permanece, neste período, através da realização de uma sessão de acolhimento, onde são lembrados os seus direitos e deveres, horários e regras de funcionamento dos vários espaços do Centro, mas agora, centrada na cidadania e participação:

... sendo ... distribuído o Guia de Acolhimento do Formando, editado em 2005, com a compilação de toda a informação relevante (regulamento do formando, regulamento interno, planta do Centro, horários de funcionamento dos diversos serviços). (P3 e P4).

c) Capacitação dos Formandos para a permanência e aproveitamento na ação de formação, através do apoio social, psicossocial e sociofamiliar:

... em intervenções diretas (articulando com a equipa formativa e com a direção do centro), em intervenção em rede (promovendo a articulação entre o indivíduo, o IEFP e a rede de serviços local, através de encaminhamentos para serviços e instituições – Segurança Social, Saúde, Justiça, IPSS' s – e intervenções junto da família próxima e da família alargada – para apoio no controlo de situações de dependências, saúde, carência económica, etc., assegurando o desenvolvimento de uma intervenção social integrada. (P3).

... acompanhamento dos formandos ... no sentido de prevenir ou superar fatores de instabilidade pessoal/familiar; dificuldades de integração, de aprendizagem, desmotivação ... que possam comprometer o êxito do processo formativo ... (P4).

- d) Desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos Formandos. Contrariamente ao primeiro período e, tal como acontece no segundo, os TSS deixam de se centrar na ocupação dos tempos livres dos formandos, para investir no desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, promovendo a prática de uma cidadania ativa, através do desenvolvimento de atividades de formação complementar, tais como:

... atividades complementares à formação, para a promoção da cidadania, como a comemoração de dias temáticos, com o envolvimento de toda a comunidade formativa ... Comemoração do Dia D (prevenção da toxicodependência) ... Comemoração do Dia do Coração (promoção de hábitos saudáveis) ... Comemoração de datas festivas (Magusto, Natal, Santos Populares) ... Promoção de Semanas Abertas à Comunidade... (P3).

Dinamização de sessões de informação/ sensibilização para diversas temáticas como alcoolismo, tabagismo, violência doméstica ... (P4).

Promoção de visitas técnicas a empresas, instituições, feiras temáticas, exposições, etc. (P4).

No que se refere aos objetivos do Serviço Social, pelos relatos biográficos das TSS que temos vindo a acompanhar, confirma-se que existe um objetivo que permanece, ao longo dos três períodos, a integração dos formandos. No entanto, no primeiro período, afigura-se prioritária a integração na ação e no Centro de Formação, enquanto nos períodos seguintes, esta prioridade passa a incidir também na integração na comunidade em geral, ou seja, na sociedade, tal como se explicitou no capítulo I.

No segundo período, com a introdução do Sistema Aprendizagem em alternância, modalidade de formação dirigida a jovens, o Serviço Social assume como objetivo a aproximação da família do aprendiz ao Centro de Formação, o qual se acaba por esbater no terceiro período. O aproveitamento técnico/profissional/escolar dos

estagiários/formandos/aprendizes é um objetivo comum ao primeiro e segundo períodos, o qual, no terceiro período, dá lugar à promoção da capacitação dos formandos para a permanência e aproveitamento na ação de formação. A defesa dos direitos dos formandos/aprendizes surge, como objetivo, no segundo período e mantém-se no terceiro. Enquanto, no primeiro período, um dos objetivos consiste na ocupação dos tempos livres e na valorização dos estagiários, no segundo período, este objetivo transforma-se na promoção das competências pessoais e sociais dos formandos, que se mantém no terceiro período, tendo em vista a prática de uma cidadania ativa, onde passa a estar inserida a promoção de visitas de estudo, objetivo característico, também, do primeiro e segundo períodos.

Constata-se, portanto, que os objetivos do Serviço Social se transformaram concomitantemente com a evolução das políticas e contextos organizacionais já abordados no capítulo I. Compreende-se assim que, no primeiro período, a lógica fosse muito mais centrada no acompanhamento e enquadramento dos formandos nas regras da instituição, passando, no segundo, para uma ótica de direitos sociais e de acesso à integração. Enquanto, no terceiro período, o objetivo fundamental e norteador da atuação profissional do Serviço Social encontra-se já relacionado com a capacitação dos formandos para a permanência e aproveitamento na ação de formação, adquirindo, consequentemente, uma preocupação com a gestão do “não trabalho”.

3.3.2.2. – Processos de Tomada de Decisão

Ainda no âmbito do eixo da intencionalidade, refletimos, também, sobre os distintos processos de tomada de decisão dos Técnicos de Serviço Social. Esta reflexão permite-nos entender os princípios inerentes à decisão, que servem de base à concretização dos seus objetivos. Os relatos biográficos, referentes aos três períodos, permitem-nos concluir que os mesmos adotaram diferentes tipos de tomada de decisão, ao longo do tempo. No primeiro período destaca-se uma tomada de decisão colaborativa, isto é, de cooperação entre todos os participantes no processo formativo. Na prática, a existência de uma relação de teor conflituoso entre os TSS e os Monitores restringia-se especificamente a

uma divergência no que diz respeito às suas funções. Paradoxalmente, essa divergência não se refletia no funcionamento do processo formativo. Deste modo, os mesmos adotam:

...uma postura clara, correta e de colaboração com todos os intervenientes. (P1).

Mais do que relações humanas entre técnicos, o que qualificava a articulação eram os esforços conjugados para conseguir ajudar o formando em dificuldade a ultrapassá-la e progredir. (P1).

No segundo período, os mesmos assumem sobretudo uma tomada de decisão negocial personalizada, ou seja, os TSS, tendo em conta o perfil do destinatário/formando procuram negociar a sua decisão com os outros intervenientes no processo:

Atendendo a que os grupos eram grandes, nem sempre se tratava de um processo pacífico, competindo ao SS ... tentar integrar não só os que se perspectivavam menos problemáticos, mas também os formandos que, marcados pela vida e pelo passado, não tinham mostrado a melhor performance, junto do técnico de formação. (P2).

No terceiro período, tornou-se evidente a preocupação dos TSS em personalizar a relação com o formando, tendo em linha de conta a necessidade sentida de se poder adquirir quer um conhecimento sustentado do perfil do mesmo, quer da pertinência institucional em criar uma relação de proximidade, como meio de controlar comportamentos de risco. Por sua vez, a falta de coordenação Central e Regional conduz a que os TSS trabalhem sem rede institucional, o que os leva à adoção de uma decisão casuística, sem perder de vista os interesses dos formandos e o sucesso do processo formativo:

... fruto da profusão constante de diplomas legais e normativos internos ... que obrigam a constantes reformulações nas práticas diárias e gestão de situações idênticas, com respostas diferentes. (P3).

É importante salientar que, nos três períodos, embora se tenha destacado com mais premência uma forma de decisão, não significa que as outras deixassem de estar presentes. A adoção de uma decisão pode ser combinada, dependendo fundamentalmente das características da situação e das estratégias encontradas para conduzir o processo de intervenção.

3.3.3. – Processos de Ação

No eixo dos processos de ação, refletimos sobre tudo aquilo que se encontra relacionado com a forma de atuação dos Técnicos de Serviço Social, nos Centros de Formação Profissional. Para o efeito, tivemos em conta duas dimensões. Em primeiro lugar, as metodologias utilizadas e, em segundo lugar, as atividades exercidas comparativamente com as funções previstas, por esta valência Técnica.

3.3.3.1. – Metodologias Utilizadas pelo Serviço Social

Tal como se encontra refletido em todos os relatos biográficos das TSS que temos vindo a acompanhar, concluímos que os Técnicos de Serviço Social adotam metodologias quer de cariz individual, quer de cariz grupal, nos três períodos. No primeiro período, as metodologias de cariz individual consistem, no acompanhamento e na mediação/encaminhamento dos formandos, ao longo do processo formativo, quer por iniciativa do próprio, quer por iniciativa dos formadores, quer por iniciativa técnica:

Tem por função fazer o acompanhamento de cada estágio, fazendo prevenção de problemas e tentando ajudar à resolução dos que surjam. ... deve propor à Direção do Centro medidas que possam contribuir para o sucesso da formação e bem-estar de todos os intervenientes. (P1).

... deve fomentar o espírito de equipa no Centro e com cada Secção de Formação, de modo a conseguir que todos os elementos e acontecimentos ... possam ser partilhados atempadamente, de modo a que a intervenção Social seja oportuna. (P1).

... permitir e fomentar o diálogo. Este processo ... destina-se a esclarecer e/ou ajudar estagiários que manifestem necessidade ou desejo desse apoio... (P1).

O Estagiário vem pôr a sua dificuldade/obstáculo à formação e é animado a fazer uma caminhada, segundo um itinerário pessoal, descortinando recursos e encontrando a sua solução. (P1).

... se a solução depender de recursos externos ao formando e que ele não tenha possibilidade de acionar, a TSS ajuda com os recursos do Centro ou de outras instituições... (P1).

Este acompanhamento consiste em informar sobre alterações legislativas com reflexo na vida do Centro ou dos formandos... (P1).

O TSS intervém ... junto do Estagiário/problema, utilizando o método de Serviço Social de Caso. (P1).

Pela análise do relato biográfico da mesma TSS, podemos afirmar que as metodologias de cariz grupal podem incidir, quer no trabalho em grupo com os formandos, quer na monitorização, quer ainda, na mediação. O trabalho em grupo realiza-se sobretudo:

... fazendo reuniões de grupo com os Estagiários, na generalidade dos casos com os representantes das secções (delegados) ou ... com todos os formandos de uma secção com os objetivos mais diversos... (P1).

Por outro lado, como um dos principais objetivos do Técnico de Serviço Social consiste na integração dos formandos, como já foi referido, é habitual que este recorra à monitorização dos diferentes serviços do Centro com repercussões nos mesmos:

... auscultar e ouvir opiniões sobre aspetos da vida do Centro com reflexos nos formandos. (P1).

O mesmo pode, ainda, recorrer à mediação, uma vez que, por natureza, é um elemento conciliador, que procura mediar as relações entre formandos, entre os formandos e o próprio Centro, ou seja, entre todos os intervenientes do processo formativo:

Resolver conflitos do grupo, dos membros entre si, dos membros com o Centro ou com algum dos seus serviços ... (P1).

... Metodologia utilizada ... o Serviço Social de Grupo. (P1).

No segundo período, podemos também confirmar que, os Técnicos de Serviço Social adotam, como metodologia, o acompanhamento individual e grupal, apoiando os formandos e assegurando as condições indispensáveis à sua estabilidade pessoal, social e económica, através da superação de constrangimentos ao normal funcionamento do processo formativo:

Este acompanhamento ... era efetuado de forma sistemática, quer em atendimento individual, quer em grupo, por reporte dos formadores/técnicos de formação, quer por iniciativa do formando, ou por iniciativa técnica, pela análise de atitudes e comportamentos indicativos de desvios, dificuldades de integração ou outros. (P2).

No terceiro período, através dos relatos biográficos das TSS da época, podemos concluir que, face aos públicos da formação cada vez mais carenciados e desfavorecidos e, conseqüentemente, com maiores dificuldades em permanecer na formação, as

metodologias de cariz individual são utilizadas no atendimento/acompanhamento individual dos formandos, através da gestão de caso, bem como a mediação/encaminhamento, através da articulação com a família ou com a rede social local:

... com atendimentos individuais regulares a formandos com vários problemáticas associadas ... (P3).

... promovendo a articulação com a família do formando quando adequado e, encaminhando os formandos para outras instituições (Saúde; Justiça, Segurança Social) sempre que os processos de acompanhamento assim o exijam. (P4).

As metodologias de cariz grupal adotadas pelos Técnicos de Serviço Social, neste período, são o acompanhamento dos formandos e o trabalho em grupo com as equipas de formação, ao longo do processo formativo:

Assegurando o acompanhamento dos formandos ... no sentido de prevenir ou superar fatores de instabilidade (pessoal/familiar; dificuldades de integração; dificuldades de aprendizagem; desmotivação, etc.). (P3).

... promovendo a articulação com as equipas formativas na definição de estratégias e metodologias pedagógicas ... (P4).

3.3.3.2. – Funções/Atividades Exercidas pelos Técnicos de Serviço Social

Ainda no que diz respeito aos processos de ação, ponderámos, em segundo lugar, sobre as atividades exercidas pelos Técnicos de Serviço Social, nos Centros de Formação Profissional. Esta análise permite-nos conhecer os aspetos que se mantiveram ou se alteraram na intervenção do Serviço Social, ao longo dos três períodos, bem como

relacionar as funções previstas, com as atividades efetivamente realizadas por estes técnicos.

No primeiro período, no âmbito da Formação Profissional Acelerada, e tal como menciona o relato biográfico da TSS que exerceu a sua atividade nesta época, as práticas do Serviço Social incidem nos seguintes aspetos:

a) Integração/Acolhimento dos Estagiários que tem como objetivo a transmissão das informações necessárias à nova situação do Estagiário vivenciada no Centro e a identificação/resolução de problemas:

No início de cada ação de formação realizávamos uma sessão de informação ao grupo selecionado pelos Serviços de Emprego. Dá-se a conhecer o espaço do Centro e todas as normas internas, e detalhadamente os termos do Contrato com o Estado. (P1).

(A TSS) ... é responsável pelo esclarecimento acerca das condições de frequência ... alojamento, alimentação, saúde, transportes, alguns esclarecimentos que caso a caso possam dever ser referidos. (P1).

... detetar e ajudar a resolver problemas que impedem ou dificultam a integração no Centro e na formação. (P1).

b) Acompanhamento dos Estagiários, o que pressupõe uma ajuda direta junto destes, através de entrevistas e outros contactos, tais como visitas às oficinas, permanência nos locais de convívio, etc.:

Apoiar os Estagiários com problemas sociais que impedem o sucesso da formação, tentando mobilizar recursos dos próprios, do Centro e da Comunidade e Institucionais com vista à resolução/ultrapassagem

dos fatores impeditivos de uma boa integração e aproveitamento. (P1).

Fazendo reuniões de grupo com os formandos, na generalidade dos casos, com os representantes das secções (delegados de turma) ou noutras circunstâncias com todos os formandos de uma secção, com os objetivos mais diversos... (P1).

c) Criação e apoio ao funcionamento de instalações sociais (sala de convívio, biblioteca, campo de jogos, cantina e camaratas/alojamentos):

A TSS ...propôs a dotação da sala de convívio, com um conjunto de jogos, organizou uma biblioteca ... dinamizou a instalação de um campo de futebol ... (P1).

Pelo facto da cantina não ter a cozinha completamente instalada, foi a TSS que dinamizou a procura de soluções, extremamente difíceis e delicadas, dada a localização do Centro, muito afastado da cidade, com pouquíssimos transportes, o próprio Centro sem um único transporte, ... acabou com confeção feita por elementos dos funcionários e ementas organizadas por todos. (P1).

O Centro possuía camaratas ... esta área era um dos grandes problemas e gerava tensões com que nos debatíamos quase diariamente. (P1).

e) Organização dos tempos livres, tendo em vista a ocupação dos Estagiários, que na sua maioria se encontravam afastados das suas famílias e comunidades de origem e, em simultâneo, o desenvolvimento da sua formação integral:

... propôs a dotação da sala de convívio ... organizou uma biblioteca ... dinamizou a instalação de um campo de futebol ... (P1).

...com o apoio da TSS ...eram organizados torneios de futebol salão, ... torneios de damas, dominó, xadrez, ping-pong e matraquilhos... (P1).

Na Festa de Natal todos colaboram no programa, nos enfeites e são distribuídos os prémios dos torneios, com taças e medalhas. (P1).

... a seguir ao Natal tem que se seguir um Curso de Socorros Urgentes dado pelos Socorristas da Direção Geral de Higiene e Segurança ... (P1).

Do Programa da Formação Complementar constam várias áreas de debate de temas e problemas: Educação para a Saúde, Educação Sexual, Segurança Social, Legislação Laboral, Ambiente, e mais tarde “Livre Circulação de Trabalhadores no Espaço Europeu ... (P1).

e) Promoção de visitas de estudo a empresas da área profissional dos Estagiários, de forma a proporcionar o contacto direto com o contexto real de trabalho:

... A TSS organiza em colaboração com o Monitor duas visitas de estudo, por cada estágio. (P1).

Comparando a intervenção do Serviço Social, prevista entre 1968 e 1975, para os Centros de Formação Profissional Acelerada, descrita no Capítulo II, com o quadro 52 que sistematiza as atividades e perfis identitários que se encontram refletidos no relato biográfico da TSS que vivenciou este primeiro período (P1) constata-se que a reintegração socioprofissional do estagiário no final da formação não é mencionada, de onde se conclui que, apesar de prevista, não é desempenhada pelo Serviço Social,

eventualmente por falta de disponibilidade. As restantes atividades vão ao encontro do previsto, verificando-se, contudo, diferença na forma como são executadas, fruto do contexto e das dinâmicas institucionais, sobretudo no que se refere à integração/acolhimento e acompanhamento dos estagiários.

Quadro 52

Serviço Social dos Centros F.P.A. – Atividades e Identidades S.F.P. – 1968 a 1975

Atividades	Perfis Identitários
<p>Integração/Acolhimento dos Estagiários que tem como objetivo a transmissão das informações necessárias à nova situação do Estagiário, como as condições sociais de frequência da formação, instalações e normas disciplinares do Centro, contrato com o Estado e a resolução de problemas que impeçam ou dificultem a integração no Centro e na formação.</p>	<p>Perfil Assistencial e Integrador</p>
<p>Acompanhamento de Estagiários, o que pressupõe uma ajuda direta junto destes, a fim de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os Estagiários com problemas sociais que impedem o sucesso da formação, tentando mobilizar recursos dos próprios, do Centro, da Comunidade e Institucionais. • Resolver conflitos do grupo, dos membros entre si, dos membros com o Centro ou com algum dos seus serviços, fazendo reuniões de grupo com os formandos, na generalidade dos casos, com os representantes das secções, (delegados de turma) ou noutras circunstâncias com todos os formandos de uma secção. 	<p>Perfil Facilitador</p>
<p>Organização dos Tempos Livres dos Estagiários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização de atividades desportivas (torneios de futebol, damas, xadrez, ping-pong, matraquilhos). • Programação de atividades culturais (constituição de comissões de funcionamento da sala de convívio, dormitório, cantina). • Debates sobre diferentes temáticas (Educação para a Saúde, Educação Sexual, Segurança Social, Legislação Laboral, Ambiente, etc.). • Comemoração de datas festivas como o Natal. • Promoção de visitas de estudo. 	<p>Perfil Educativo</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Criação e apoio ao funcionamento de instalações sociais (sala de convívio, biblioteca, campo de jogos, cantina e camaratas/alojamentos). 	<p>Perfil Facilitador</p>

Fonte: Elaboração própria.

Podemos, portanto, constatar que, no âmbito da Formação Profissional Acelerada, o Serviço Social assume, predominantemente, uma identidade assistencial. Esta inclui práticas com perfis integrador, cuja finalidade se prende com a adaptação dos estagiários ao contexto formativo; facilitador que contribui para a resolução dos seus problemas e para a humanização das instalações sociais do Centro; e educativo, que se traduz na valorização integral dos estagiários (Cruz, Albuquerque, & Alcoforado, 2013).

No seu conjunto, toda esta atuação profissional está de acordo com os desafios e mudanças das políticas e contextos sociais, em que as mesmas se desenvolvem, como já foi abordado no capítulo I e II.

No segundo período, após a criação do IEFP, e de acordo com os relatos biográficos analisados, as práticas dos Técnicos de Serviço Social recaem sobre:

a) Seleção/Recrutamento dos Formandos quer, através de uma sessão de acolhimento/esclarecimento sobre os seus direitos e deveres, o estatuto e o contrato de formação, principais normas disciplinares do Centro quer, através da realização de uma entrevista individual e respetiva reunião final de avaliação. Este processo é designado como 2ª Fase de Orientação Profissional, tal como referido no Capítulo II:

(A TSS) ... é responsável pelo esclarecimento acerca das condições sociais durante a vigência do estágio: bolsas, alojamento, alimentação, saúde, transportes, alguns esclarecimentos que caso a caso possam dever ser referidos. (P1).

... informar sobre os direitos e deveres, benefícios sociais, instalações e normas disciplinares do Centro, Contrato do Estagiário com o Centro. (P1).

Competia ao TSS a preparação da semana ... competia ao SS a organização de uma pasta, com toda a informação necessária: cronograma da semana; regulamento do formando; horários e

transporte; mapa da cidade; lista de documentos a apresentar, se selecionado para a realização do contrato de formação e atribuição das regalias sociais; senhas de refeição e café; lista de alojamentos (credíveis e considerados seguros). (P2).

Após a realização da entrevista de âmbito psicossocial, ... a 2ª Fase de Orientação Profissional culminava com a realização da reunião de seleção, com todos os elementos da equipa. (P2).

b) Integração inicial que compreende uma breve sessão em grupo, onde os formandos eram lembrados dos principais aspetos regulamentares, transmitidos anteriormente, e recolha da documentação necessária à frequência da ação de formação:

O primeiro dia era com o SS, para sistematização da informação transmitida na semana anterior, recolha de documentação para atribuição dos Apoios Sociais aos Formandos e elaboração do contrato de formação. (P2).

c) Acompanhamento dos Formandos ao longo do processo formativo de forma a despistar, diagnosticar e tratar problemas que podiam vir a ter ou tinham incidência no aproveitamento dos mesmos, facilitando o acesso a recursos para a resolução de situações que os formandos não tinham condições para resolver, promovendo a sua inserção e adaptação:

O acompanhamento a formandos...era efetuado de forma sistemática quer em atendimento individual, quer em grupo, por reporte dos formadores/técnicos de formação, quer por iniciativa do formando, ou por iniciativa técnica pela análise de atitudes e comportamentos indicativos de desvios, dificuldades de integração ... (P2).

A obrigatoriedade de reuniões mensais de acompanhamento das ações de formação pela Equipa de Formação torna-se uma prática mais efetiva, o que permite aprofundar o acompanhamento sistemático da formação. (P1).

A coesão das equipas formativas ... foi um fator com impactos positivos, com repercussões no sucesso da intervenção ... (P2).

Também as redes de suporte local públicas ou privadas, a quem se recorreu, colaboraram ativamente. (P2).

O SS é responsável por fazer cumprir ... as normas disciplinares do Centro ... contribuindo para o espírito de grupo e valorização dos formandos. (P1).

d) Dinamização de atividades socioculturais, que consiste em proporcionar a cada grupo, a formação adequada às suas necessidades, aos seus gostos, experiências e expectativas, bem como o desenvolvimento de atividades lúdicas:

Esta formação é transversal ao grupo, de acordo com as modalidades de formação e ministrada à medida, de acordo com as características específicas de cada grupo. Como exemplo de ações podemos referir ... à medida e desenvolvidas por técnicos das redes de suporte local (Centro de Saúde, Hospital, Bombeiros Voluntários) ... Higiene e Segurança no Trabalho, Planeamento Familiar, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção de incêndios ... à medida e desenvolvidas pelo Serviço Social: desenvolvimento pessoal e social, assertividade, comunicação, alimentação saudável, toxicodependência, alcoolismo ... (P2).

...organização e acompanhamento de festas da época como o Natal, Páscoa e S. Martinho. (P2).

e) Promoção de visitas de estudo, que compreende o desenvolvimento do processo formal necessário à sua realização:

... contactos institucionais, transporte, alimentação, informação aos representantes legais dos formandos menores, e ainda, a formalização do pedido de autorização de visita ao Diretor, com toda a programação e previsão de despesas. (P2).

Organizámos Visitas Culturais a Museus: Machado de Castro, Ciência e Técnica, História Natural, Ruínas de Conímbriga e à Mata da Margaraça. (P1).

f) Criação e apoio ao funcionamento de instalações sociais, que engloba a biblioteca, a sala de convívio, o campo de jogos e os serviços de bar/refeitório:

Promoveu-se a abertura da biblioteca ... o que implicou o levantamento de necessidades bibliográficas e documentais, sua aquisição, equipamento do espaço, catalogação e registo informático. (P2).

Procedeu-se à abertura da sala de convívio, elaboração do regulamento do seu funcionamento e respetivo controlo. (P2).

Quando ... se construiu o Campo de Jogos, foi também o SS responsável pela elaboração do regulamento de funcionamento do espaço e pela sua gestão. (P2).

... competia ao SS a mediação com os Serviços de Refeitório, que consistia na participação em reuniões com a empresa concessionária, em representação dos utentes. (P2).

Comparando a intervenção do Serviço Social, nos Centros de Formação Profissional, prevista a partir de 1986, descrita no Capítulo II, com o quadro 53 que sistematiza as atividades e perfis identitários descritos nos relatos biográficos das TSS que vivenciaram este período (P1 e P2), constata-se que a principal diferença incide não nas funções, mas no modo como são desempenhadas, o qual está de acordo com a influência exercida pelas metodologias de intervenção definidas, em função das transformações que se vão colocando ao nível da realidade social e, ainda, da gestão das desigualdades sociais. É, no entanto, de salientar que a participação na avaliação da atividade desenvolvida pela Equipa de Formação e, uma vez mais, a reintegração socioprofissional do formando, no final do percurso formativo, previstas, mantêm-se por concretizar, muito provavelmente por falta de tempo.

Quadro 53

Serviço Social nos Centros de F.P. – Atividades e Identidades IEFP – A partir de 1986

Atividades	Perfis Identitários
<p>Seleção/Recrutamento dos Formandos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar na 2ª fase de Orientação Profissional - a fim de facultar à equipa de formação os aspetos relevantes da situação social do candidato e da sua perspetiva face ao processo de orientação em curso, através da realização de entrevistas no âmbito psicossocial e participação na reunião final de seleção. • Acolhimento dos Estagiários – Este envolve uma sessão informativa sobre: Estatuto do Estagiário (direitos e deveres). Contrato do Estagiário (formalização dos direitos e deveres). Instalações e normas disciplinares do Centro – Regulamento. Equipamento social da zona em que se insere o Centro. 	<p>Perfil Técnico e Funcionalizado</p> <p>Perfil Participativo e Promotor dos Direitos Sociais</p>
<p>Integração dos Formandos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematização da informação transmitida anteriormente. • Recolha da documentação para atribuição dos apoios sociais e elaboração do contrato de formação. 	<p>Perfil Integrador</p>

<p>Acompanhamento dos Formandos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões mensais de acompanhamento pela Equipa de Formação, que permitem aprofundar o acompanhamento sistemático da formação. • Acompanhamento dos formandos efetuado quer em atendimento individual, quer em grupo, por reporte dos formadores, quer por iniciativa do formando, ou por iniciativa técnica, pela análise de atitudes e comportamentos que possam vir a ter ou tenham incidência na motivação, integração ou aproveitamento do formando. • Promoção de reuniões com os representantes legais dos aprendizes menores, tendo em vista a ligação da família (do aprendiz) ao Centro e à Formação. • Facilitar o acesso a recursos para a resolução de situações que se apresentem ao Estagiário, o qual devido à sua estadia no centro, não tem, por si só, condições para resolver. • Inculcar e fazer manter uma disciplina de comportamento que concorre para o estabelecimento do espírito de grupo e para a valorização social. 	<p>Perfil Técnico e Funcionalizado</p> <p>Perfil de Acompanhamento</p>
<p>Dinamização de atividades Socioculturais – Tendo em vista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a cultura geral do formando nos aspetos cívico, intelectual e físico, estimulando a criatividade, o espírito de iniciativa e a participação, através da realização de trabalhos de grupo ou individuais, tais como: desenvolvimento de temas (Higiene e Segurança no Trabalho, Planeamento Familiar, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Prevenção de Incêndios, Alimentação Saudável, Toxicodependência, Alcoolismo, etc.); comemoração de datas festivas como Natal, Páscoa e S. Martinho; promoção do torneio de futebol e de visitas de estudo. 	<p>Perfil Desenvolvimentista</p>
<p>Criação e apoio ao funcionamento de instalações sociais (biblioteca, sala de convívio, campo de jogos, refeitório, etc.).</p>	<p>Perfil Facilitador</p>

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se, deste modo, que a partir de 1986, embora as singularidades das práticas profissionais anteriormente desenvolvidas se mantenham, nomeadamente o perfil integrador e facilitador, emergem novas identidades profissionais. A identidade participativa e promotora dos direitos sociais, que se reflete na consciencialização dos formandos, no que se refere às condições de frequência da formação profissional. Por outro lado, a identidade técnica e funcionalizada latente ao longo de toda a atividade promovida pelos TSS, que se traduz nas suas práticas executoras. Estes assumem, ainda, um perfil de acompanhamento, ao longo de todo processo formativo, tendo em vista o aproveitamento dos formandos e a conclusão da formação com sucesso. Quanto ao perfil

educativo, este foi substituído pelo perfil desenvolvimentista, o qual se destaca, especificamente, no âmbito do desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos formandos.

Estas características também são dominantes na problemática do Serviço Social em Portugal, nas outras áreas de intervenção, como já foi abordado no capítulo I.

No terceiro período, os Técnicos de Serviço Social assumem as seguintes atividades:

a) Seleção/Recrutamento dos Formandos, que reside na dinamização de uma sessão de acolhimento, em grupo, cabendo ao Serviço Social a transmissão da informação sobre as condições de frequência da formação e sobre os recursos sociais do Centro e do meio envolvente. Esta atividade envolve, também, a caracterização/diagnóstico social dos formandos, a visita às instalações do Centro e, ainda, a participação na respetiva reunião de seleção:

(A TSS) ... através de uma sessão coletiva de acolhimento aos candidatos, faz a explicitação das condições, através de instrumentos como o Estatuto do Formando, Regulamento do Formando, Circular Normativa do Regime de Apoios Sociais, seguindo-se uma visita guiada às instalações do Centro. (P3).

Caracterização/diagnóstico social dos formandos, através da realização de entrevistas individuais ... (P1 e P4).

Realização de entrevistas individuais de modo a recolher informações relevantes e facilitadoras da compreensão do candidato, com vista ao seu ingresso numa ação de formação ... (P3).

... participação na reunião final de seleção, com toda a EAT com o objetivo de constituir o grupo de formação final. (P3 e P4).

b) Acolhimento/Integração dos Formandos, que consiste na promoção de uma sessão de acolhimento, em grupo, onde é sistematizada a informação fornecida anteriormente, em relação às condições de frequência da ação de formação:

... através de sessão coletiva onde são lembrados os direitos e deveres, horários e regras de funcionamento dos vários espaços do Centro, (secções de formação, refeitório, bar, sector administrativo e financeiro). (P3 e P4).

... facilitação da integração dos formandos na ação de formação, através de apoio na procura de alojamento para os formandos deslocados da sua residência ou de desbloqueamento de vagas em equipamentos sociais para menores ou maiores a cargo dos formandos. (P3).

Prestar apoio social, colaborando na resolução de situações problema ... ajustamento com o sector do refeitório no caso de uma dieta específica, para formandos com problemas de saúde... articulação com a autarquia ... no caso do transporte de formandos residentes em zonas mais isoladas e sem acesso à rede de transportes públicos. (P4).

c) Colaboração no processo de admissão dos Formandos e na organização dos DTP, através da recolha dos documentos para organização dos processos individuais, designadamente:

... fotocópia dos documentos de identificação, certificado de habilitações, fotografias, número de identificação bancária ... (P3).

d) Atribuição dos apoios sociais, através do tratamento das petições apresentadas pelos formandos, para o efeito:

(Atribuição de) ... bolsas de material de estudo, profissionalização ou de formação, subsídio de refeição, despesa/subsídio de transporte, subsídio de acolhimento de dependentes a cargo e outros a título excecional... (P3 e P4).

e) Acompanhamento dos Formandos ao longo do processo formativo, prestando apoio social, psicossocial e familiar, em intervenções diretas e em colaboração com a rede social e com a família e, por outro lado, articulando com os elementos das equipas formativas, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento, em ordem à conclusão do processo formativo com aproveitamento.

... acompanhamento dos formandos ... prestando apoio social (encaminhamento para a obtenção de prestações sociais, como rendimento social de inserção, abono de família, fundo de garantia de alimentos devidos a menores); psicossocial (com atendimentos individuais regulares a formandos com várias problemáticas associadas, como violência doméstica, toxicodependência, dificuldades de relacionamento); e sociofamiliar (apoio na obtenção de respostas integradas de cuidados e apoio social para elementos do agregado familiar dos formandos ...crianças e jovens ... adultos dependentes, deficientes e idosos). (P3).

... acompanhamento dos formandos (individual e/ou em grupo) ... no sentido de prevenir ou superar fatores de instabilidade pessoal/familiar; dificuldades de integração, de aprendizagem, desmotivação ... que possam comprometer o êxito do processo formativo; promovendo a articulação com a família ...e encaminhando ... para outras instituições (Saúde, Justiça e Segurança Social), sempre que as situações assim o exijam. (P4).

... promovendo a articulação com as equipas formativas na definição de estratégias e metodologias pedagógicas ... (P4).

f) Coordenação/Dinamização de atividades de formação complementar, no sentido de promover as competências pessoais e sociais dos formandos, tendo em vista a prática de uma cidadania ativa:

... através de atividades complementares à formação, para a promoção da cidadania, como a comemoração de dias temáticos, com o envolvimento de toda a comunidade formativa ... Comemoração do Dia D (prevenção da toxicodependência) ... Comemoração do Dia do Coração (promoção de hábitos saudáveis) ... Comemoração de datas festivas (Magusto, Natal, Santos Populares) ... Promoção de Semanas Abertas à Comunidade ... (P3).

... Comemoração do Dia dos Namorados ... sessões de informação/sensibilização sobre “Estilos de Vida Saudável”, no âmbito da comemoração do Dia do Coração ... e realização de rastreios, envolvendo os formandos ... (P4).

Promoção de visitas técnicas a empresas, instituições, feiras temáticas, exposições, etc. (P4).

A análise documental realizada no âmbito do presente trabalho de investigação, refletida no Capítulo II, assim como os relatos biográficos das quatro TSS, comprovam que os principais eixos de intervenção do Serviço Social se vão mantendo, ao longo dos tempos, mas alterando a sua intencionalidade e nível de abrangência. Isto é, o recrutamento dos formandos, função característica do segundo e terceiro períodos, inclui a função de acolhimento própria do primeiro período.

A criação e apoio ao funcionamento de instalações sociais, que caracterizam o primeiro e segundo períodos, esbatem-se no terceiro período.

A organização dos tempos livres dos estagiários, própria do primeiro período, dá lugar à dinamização de atividades socioculturais e à coordenação/dinamização de atividades de formação complementar, características do segundo e terceiros períodos, respetivamente.

A integração/acolhimento dos formandos característica do primeiro período, evolui para a integração destes, após a constituição dos grupos de formação, no segundo período. Esta mantém-se, no terceiro período, repartida por três atividades: acolhimento dos formandos; colaboração no seu processo de admissão e organização do dossier técnico pedagógico; e atribuição dos apoios sociais.

Por sua vez, a promoção de visitas de estudo é transversal aos três períodos, embora nos segundo e terceiro períodos, esta função esteja integrada no âmbito das atividades socioculturais/formação complementar, respetivamente.

Este eixo de análise, mais especificamente no que se refere às atividades exercidas pelos Técnicos de Serviço Social, reveste-se de particular importância, na medida em que, para além de proporcionar a comparação ao longo dos três períodos e de permitir relacionar o conteúdo dos relatos biográficos com as conclusões extraídas da análise documental, como temos vindo a fazer até ao momento, permite-nos ainda aferir a sua relação com os resultados obtidos através do inquérito por questionário.

Deste modo, tendo por base o conteúdo dos normativos publicados em 2004 e 2009, referentes à intervenção do Serviço Social na formação profissional, refletidos no Capítulo II, constatamos que as práticas de acolhimento dos formandos, de colaboração no seu processo de admissão, assim como de informação/atribuição dos apoios sociais, encontram-se refletidas nos relatos biográficos das TSS, vindo confirmar os resultados obtidos, através do inquérito por questionário, ministrado aos TSS em exercício de funções, nos Centros de Formação Profissional, onde estas se afiguram como as principais atividades do Serviço Social, sendo as exercidas com maior frequência, por esta valência técnica.

A seleção/recrutamento dos formandos, que implica a sua caracterização/diagnóstico e a participação na reunião final de seleção; o acompanhamento dos formandos ao longo do processo formativo; a colaboração na resolução das situações problema; assim como a humanização da estrutura dos Serviços, a que fazem referência os normativos já elencados e os relatos biográficos apresentados, assumem o segundo lugar nas atividades desempenhadas com maior frequência, por esta valência técnica, como ficou testemunhado pelos dados obtidos através do mesmo instrumento.

Ainda no âmbito do acompanhamento, salientam-se a participação do Serviço Social na atividade das equipas formativas; na promoção da articulação entre o candidato/formando, o IEFP e a rede de suporte social; e na promoção da articulação com a família e /ou instituições, funções constantes dos normativos analisados e mencionadas nos referidos relatos, assumindo um papel importante na intervenção do Serviço Social, uma vez que detêm o terceiro lugar, no cômputo geral da sua atividade, sendo exercidas muitas vezes, como ficou demonstrado, através do inquérito por questionário.

O resultado alcançado, através deste instrumento, confirma também que o desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos formandos, atividade refletida nos relatos biográficos e exposta na documentação atrás referida, surgem em quarto lugar, no conjunto das atividades exercidas por estes Técnicos. Esta prática concretiza-se, nomeadamente, através da dinamização de atividades de formação complementar, sendo desenvolvida algumas vezes no contexto da sua atuação. Com a mesma importância/frequência surge a colaboração do Serviço Social na gestão e supervisão dos equipamentos sociais.

A participação e colaboração desta valência técnica na planificação anual da atividade dos Centros e na avaliação da atividade formativa, mencionadas no *Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional* (IEFP, 2004b), de acordo com os dados obtidos, através do inquérito por questionário, são desempenhadas algumas vezes pelos TSS, assumindo também o quarto lugar, no conjunto das atividades do Serviço Social. No entanto, não são referidas pelas TSS que aceitaram colaborar connosco nesta investigação.

É, ainda, de salientar que as funções de promoção e divulgação dos programas e medidas de formação junto dos parceiros e comunidade local, bem como de elaboração de estudos, propostas, pareceres técnicos e relatórios de progresso referidas no citado Manual, assumem o quinto lugar das atividades executadas pelo Serviço Social, nos resultados do referido instrumento de recolha de dados, sendo raramente exercidas. Facto que se encontra comprovado, pela ausência das mesmas nos relatos biográficos.

De acordo com os normativos analisados e mencionados até ao momento, a atuação do Serviço Social deveria, ainda, visar a (re) integração socioprofissional dos formandos,

independentemente da necessidade de maior atenção a este aspeto na fase final da ação de formação. Por outro lado, esta valência técnica deveria contribuir para a promoção de estratégias de reforço de representação dos Centros de Formação, bem como para impulsionar a rede social local no âmbito do desenvolvimento de programas / projetos especiais de formação, para a inserção de grupos socialmente mais desfavorecidos ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, conclui-se que nenhum dos relatos biográficos das TSS faz referência à concretização destas funções, situação que se confirma, através dos resultados obtidos através do inquérito por questionário, que demonstra que estas atividades são exercidas muito raramente por esta valência técnica, assumindo o último lugar entre as atividades desempenhadas pela mesma.

O quadro 54 sistematiza as atividades referidas pelas TSS que aceitaram colaborar conosco nesta investigação e que exerceram a sua atividade profissional, neste período (P3 e P4), refletindo as principais diferenças, atrás referidas, entre as funções previstas e os resultados obtidos através do inquérito por questionário, apresentando os perfis identitários que o Serviço Social passou a assumir.

Quadro 54

Serviço Social nos Centros de F.P. – Atividades e Identidades IEFPP – A partir de 2004

Atividades	Perfis Identitários
Acolhimento 1/ Recrutamento dos Formandos <ul style="list-style-type: none">• Informação sobre as condições de frequência da formação, designadamente sobre os direitos e deveres dos formandos, recursos sociais do Centro e do meio envolvente.• Diagnóstico socioeconómico dos candidatos, através da realização de entrevistas individuais.• Participação na reunião final de seleção, fornecendo à Equipa informação relevante sobre a situação social e económica do candidato, das suas condições para integrar a ação e respetiva avaliação do processo.	Perfil Participativo e Promotor dos Direitos Sociais Perfil Técnico e Funcionalizado

<p>Acolhimento 2 / Integração dos Formandos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o acolhimento dos formandos no Centro e na ação de formação, garantindo a informação sobre os seus direitos e deveres. • Apoio Social aos Candidatos no acesso à formação. • Prestar o apoio social necessário à integração do Formando, colaborando na resolução das situações/problema, através da mobilização de recursos internos e externos ao Centro e do trabalho em rede com outras instituições de suporte social. • Colaborar no processo de admissão dos formandos e na organização dos Dossiers Técnico-pedagógicos, designadamente, no que respeita aos apoios sociais. • Assegurar a atribuição dos apoios sociais aos formandos, elaborando as propostas e emitindo os pareceres necessários, nos termos dos normativos em vigor. 	<p>Perfil Integrador</p> <p>Perfil Facilitador</p> <p>Perfil Técnico e Funcionalizado</p> <p>Perfil Participativo e Promotor dos Direitos Sociais</p>
<p>Acompanhamento dos Formandos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o apoio social, psicossocial e sociofamiliar aos formandos, em intervenções diretas e/ou em rede, contribuindo para a sua capacidade de iniciativa e participação na resolução da sua situação/problema. • Promover e facilitar a articulação entre o Candidato/Formando, o IIEFP e a rede de suporte social, assegurando o desenvolvimento de uma intervenção social integrada. • Promover a articulação com a família e/ou instituições que intervenham no acompanhamento do Formando. • Participar na atividade das Equipas Formativas, colaborando no diagnóstico social dos formandos, na definição de estratégias e metodologias pedagógicas de suporte ao desenvolvimento do processo formativo, contribuindo para a manutenção e aproveitamento dos formandos na formação. • Promover a gestão e aplicação dos normativos e regulamentos em função das situações/problema de natureza pessoal, social ou organizacional dos formandos. 	<p>Perfil Capacitador</p> <p>Perfil de Acompanhamento</p> <p>Perfil Técnico e Funcionalizado</p>
<p>Coordenação/Promoção de Atividades de Formação Complementar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos formandos no âmbito da Formação para a Cidadania. • Dinamizar atividades de formação complementar, promovendo projetos e/ou atividades sociais, culturais, desportivas e de lazer, de acordo com os interesses/motivações e necessidades dos formandos. 	<p>Perfil Capacitador</p>

Fonte: Elaboração própria.

No terceiro período, apesar de se manterem as identidades técnica e funcionalizada, participativa e promotora dos direitos sociais, de acompanhamento, integradora e facilitadora, afirma-se a identidade capacitadora (Cruz et al., 2013). Esta propõe-se

habilitar os formandos, para a utilização dos recursos existentes, na resolução da sua própria situação/problema de inserção e adaptação social, que afeta o seu aproveitamento na formação tornando-os cidadãos mais responsáveis, capazes de responder, de forma consciente e positiva às mudanças sociais, culturais, económicas e políticas que se vão operando, na sociedade portuguesa, designadamente a gestão do “não trabalho”.

Nesta medida, podemos afirmar que a intervenção do Serviço Social na formação profissional assume, uma vez mais, os aspetos dominantes na problemática do Serviço Social, no período pós 90, em Portugal, descritos no Capítulo I, tal como já pudemos constatar no Capítulo II.

Por outro lado, as atividades exercidas pelo Serviço Social, ao longo dos três períodos, descritas nos relatos biográficos analisados, e que demonstram relevância no âmbito do inquérito por questionário, permitem-nos, também, concluir que estão intimamente relacionadas com os objetivos do Serviço Social, já elencados. No primeiro período, a função de acolhimento dos estagiários, onde é transmitida toda a informação necessária à frequência da ação de formação, bem como a organização do serviço da cantina e a intervenção e acompanhamento das camaratas/alojamentos, permitem concretizar o objetivo de integração dos formandos. Por outro lado, a organização dos tempos livres, e a promoção de visitas de estudo são, simultaneamente, objetivos e funções do Serviço Social.

No segundo e terceiros períodos, a seleção dos formandos, para além de proporcionar a informação ministrada no acolhimento, característico do primeiro período, permite a caracterização/diagnóstico social dos formandos, através de entrevistas individuais, bem como a participação na constituição do grupo de formação, tendo implícito o objetivo da defesa dos direitos dos formandos.

A integração inicial e o acolhimento dos formandos, atividades do Serviço Social nos segundo e terceiro períodos, são também o ponto de partida para a concretização quer do objetivo da integração dos formandos na ação, no Centro e na comunidade em geral, quer da defesa dos seus direitos.

A dinamização de atividades socioculturais/formação complementar, função característica do segundo e terceiro períodos, tem como objetivo a promoção das competências pessoais e sociais dos formandos, para o exercício de uma cidadania ativa.

No terceiro período, a função de colaborar no processo de admissão dos formandos, com vista a recolha dos documentos para a organização dos processos individuais, assim como a atribuição dos apoios sociais, através da elaboração de pareceres técnicos e propostas vem, mais uma vez, ao encontro da concretização dos objetivos do Serviço Social, quer no que se relaciona com a defesa dos direitos dos formandos, quer contribuindo para a sua integração. Por sua vez, a função de acompanhamento ao longo do processo formativo encontra-se relacionada com o objetivo da promoção da capacitação dos formandos para a permanência e aproveitamento na ação de formação, esboçando a sua preocupação generalizada com a gestão do “não trabalho”.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A profissionalidade, tal como é defendido por Alcoforado (2014), tem por base o exercício de um conjunto coerente de atividades, utiliza métodos e processos de trabalho próprios, possui uma linguagem comum e dispõe de condições adequadas, beneficiando de hipóteses para alargar, reforçar e valorizar o seu estatuto profissional e social comum. No âmbito da presente investigação, através da análise documental, do conteúdo dos relatos biográficos e do resultado dos inquéritos por questionário e, tendo em linha de conta a pergunta de partida: “Como se configurou e evoluiu a profissionalidade dos Técnicos de Serviço Social, ao longo do tempo, no sistema público de formação profissional, em Portugal, na perspetiva dos próprios Técnicos de Serviço Social?”, pode-se concluir que, quer a configuração, quer a evolução da referida profissionalidade resulta, não só das mudanças operadas, ao nível da instituição onde os referidos profissionais estão inseridos, mas também da influência externa da trajetória ideológica e operativa do Serviço Social português.

No âmbito da formação profissional, podem-se identificar três fases da profissionalidade do Serviço Social: a primeira, de emergência, a segunda, de construção e legitimação e a terceira, de reconstrução. Os elementos axiais associados ao contexto, às políticas, às ações e aos principais objetivos do Serviço Social assumiram-se como o substrato fundamental para a compreensão deste processo.

Na década de 60, em consonância com o preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), e à semelhança do que já vinha acontecendo, desde os anos 50, em toda a Europa, mais concretamente em França, foi implementado, em Portugal, o sistema de formação profissional contínua. Na sua génese esteve a criação do Instituto de Formação Profissional Acelerada, a funcionar, desde 1962, na dependência do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, o qual visava possibilitar um melhor conhecimento e estruturação da mão-de-obra nacional à luz da reorganização industrial em curso, no país. Em Portugal, as ações de formação profissional seguiam o método de formação

profissional acelerada, que permitia reduzir consideravelmente o período de aprendizagem e qualificar os trabalhadores adultos num curto espaço de tempo.

A necessidade de apoiar os indivíduos (jovens e adultos) com dificuldades económicas e sociais, que pretendem frequentar cursos de formação profissional, mas cujas situações de desfavorecimento afetam as suas possibilidades de aprendizagem e as suas ambições de qualificação leva ao aparecimento do Serviço Social, no Instituto de Formação Profissional Acelerada, em 1966, com uma intervenção específica, surgindo, assim, no sistema público de formação profissional, uma nova profissão, designada *Assistente Social*, tendo em vista o sucesso e aproveitamento dos estagiários. Nesta medida, esta profissão vai-se afirmando no âmbito da Formação Profissional Acelerada, o que explica o facto de, posteriormente, em 1968, ter alargado a sua intervenção, aos Centros de Formação Profissional Acelerada.

Neste primeiro período, estes profissionais, embora coordenados por uma chefia local, detêm uma dependência técnica relativa, que lhes permite o desempenho prático da sua atividade, com base numa relação de confiança. Ao nível Central, a sua relação com a chefia afigura-se funcional, mas distante e menos eficaz. Confirma-se, assim, que esta relação de confiança e autonomia relativa permitiu aos Técnicos de Serviço Social fazer uma simbiose entre o previsto nos documentos sistematizados no Capítulo II, norteadores da sua intervenção, e a sua própria iniciativa para atuar junto do seu público-alvo. Daí o facto de se verificar uma diferença, não no conteúdo, mas na forma de desempenhar as funções previstas para esta valência técnica, nos Centros de FPA. Como pudemos destacar no Capítulo II, assumem-se, desde logo, como principais eixos de intervenção a integração/acolhimento dos estagiários; o seu acompanhamento, ao longo do processo formativo; a ocupação dos seus tempos livres e a valorização dos mesmos, através da dinamização de atividades socioculturais; e a colaboração na criação e apoio ao funcionamento das instalações sociais dos Centros.

Quanto aos objetivos do Serviço Social, no âmbito da Formação Profissional Acelerada, os mesmos traduzem as suas funções, as quais se reproduziram, consoante as características das políticas públicas de formação profissional, afigurando-se apenas orientadoras da prática profissional dos Técnicos de Serviço Social. Assim se explica o

facto de, desde o aparecimento do Serviço Social na Formação Profissional Acelerada, estes Técnicos terem destacado, no seu agir profissional, um objetivo integrador dos estagiários, que se mantém até à atualidade. O Serviço Social assume, também, como objetivos, o aproveitamento técnico e profissional dos mesmos, fazendo cumprir as normas e regulamentos em vigor e mobilizando os recursos ao seu dispor, bem como a observação em contexto de trabalho, através da promoção/organização de visitas de estudo a empresas da área profissional que os estagiários frequentam e à sua recreação e valorização durante a ocupação dos seus tempos livres, através da promoção de atividades socioculturais. Estes objetivos influenciaram e determinaram a formação de uma tomada de decisão de cariz colaborativo, que se refletiu numa postura clara, correta e de cooperação com todos os intervenientes no processo formativo.

Pela análise desenvolvida ao nível do relato biográfico que retrata este período, é notória a ausência da definição formal de funções dos Técnicos de Serviço Social, o que provoca, uma relação de conflito com os Monitores. Esta advém não só da sobreposição de funções, mas também da luta destas duas categorias profissionais, por um espaço profissional específico e por um reconhecimento institucional.

Os Técnicos de Serviço Social, para ultrapassar esta ausência utilizam como estratégia, a adoção de uma atitude proposicional de funções, formulando e colocando à consideração superior propostas para a sua intervenção específica, com o intuito de as ver formalizadas, conseguindo, no entanto, que as mesmas venham a ser apenas aprovadas.

Em termos de identidades, no quadro da investigação desenvolvida, pode-se concluir que o Serviço Social, no âmbito da Formação Profissional Acelerada, assumiu essencialmente um perfil integrador, facilitador e educativo, influenciado pelo carácter assistencial. Compreende-se, deste modo, a adoção do Serviço Social de Caso e de Grupo, como metodologias dominantes de intervenção, exprimindo a tendência adotada pela profissão, no quadro dos diferentes serviços sectoriais públicos e privados de intervenção social.

Por conseguinte, assiste-se a uma evolução das competências dos Técnicos de Serviço Social, assim como a uma preocupação em adaptar as suas metodologias de intervenção, os seus métodos e técnicas, com o intuito de criar um espaço de atuação profissional que criasse a sua identidade e permitisse construir uma profissionalidade, a partir da qual se

articula o conhecimento com o saber fazer. A partir de então, a profissão passa a ter um novo significado, contribuindo assim para uma dinâmica profissional que a conduz a um processo de construção e reconstrução.

A partir de 1979, com a criação da nova entidade pública para a execução das políticas de emprego e formação profissional – Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), pretende-se encarar a formação profissional como agente essencial ao desenvolvimento e não como simples fator de ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, ou seja, o objetivo é que a formação profissional passe a ter um carácter idêntico ao do ensino técnico, cuja intervenção não se remete à conjuntura, mas se pretende permanente e estruturante da qualificação da mão-de-obra.

Deste modo, no âmbito das novas ofertas formativas disponibilizadas pelo IEFP, as “velhas” ações de Formação Profissional Acelerada, já reorganizadas, dão lugar às ações de Qualificação Inicial e Profissional, com a duração de nove meses. Surge também o Sistema de Aprendizagem em Alternância, com uma duração mais prolongada, o qual, para além de uma certificação profissional, confere, simultaneamente, uma certificação escolar.

Acompanhando esta evolução do sistema de formação profissional, o papel do Serviço Social continua a configurar-se como uma profissão essencial na afirmação dos desígnios sociais e profissionais dos formandos, permitindo aos Técnicos de Serviço Social manter a sua posição ao nível da estrutura orgânica local e central, ou seja, nos Centros de Formação Profissional, fazendo parte da Equipa de Apoio Técnico, que integra as valências de Orientação Profissional, Medicina do Trabalho e Serviço Social, encontrando-se na direta dependência do Diretor do Centro e, nos Serviços Centrais, através de uma coordenação, assegurada pelo Núcleo de Serviço Social, entre 1986 e 1991.

Fruto do reconhecimento da importância desta valência técnica, o IEFP publica, em 17 de setembro de 1990, o regulamento da Equipa de Formação, a qual integra o Diretor do Centro, o Formador, o Conselheiro de Orientação Profissional, o Técnico de Serviço Social e o Médico e/ou Enfermeiro (Medicina do Trabalho). Na sequência desta nova realidade institucional, os Técnicos de Serviço Social começam a colaborar no processo

de seleção/recrutamento dos candidatos, em parceria com os restantes elementos, adquirindo, também, a oportunidade de participar nas reuniões mensais de acompanhamento das ações de formação, tornando-se uma prática efetiva, o que permitiu, conseqüentemente, aprofundar o acompanhamento sistemático dos formandos.

À semelhança do período anterior, neste segundo período, o Serviço Social mantém a sua idiossincrasia e reforça a sua relação de confiança e liberdade relativa de ação, com a chefia local, que se traduz, em termos de atuação, na possibilidade de produzir uma articulação entre as linhas orientadoras da sua intervenção, emanadas pelo IEFP e o modo como na prática as executa, acrescentando aos seus principais eixos de intervenção, o recrutamento dos formandos e intensificando o acompanhamento dos mesmos, ao longo do processo formativo, fruto da publicação do referido regulamento, como pudemos constatar no capítulo II e pelos relatos biográficos.

A partir de 1986, a prática dos Técnicos de Serviço Social, na formação profissional, adquire, assim, uma identidade participativa e promotora dos direitos sociais dos formandos, mas em simultâneo técnica e funcionalizada. Ao longo do processo formativo, os mesmos adotam um papel facilitador e de acompanhamento dos formandos, assumindo uma configuração mais crítica. No que se refere à dinamização das atividades socioculturais, os Técnicos de Serviço Social adquirem um papel desenvolvimentista, de agente de mudança e de regulador do bem-estar.

No âmbito das novas modalidades de formação, para além da integração dos formandos/aprendizes na ação, no Centro e na comunidade em geral, verifica-se uma evolução dos objetivos do Serviço Social, que permanecem em consonância com as suas funções/atividades, seguindo, portanto, uma linha de orientação centrada na defesa dos seus direitos, no aproveitamento técnico e/ou escolar do formando/aprendiz e na integração deste último no posto de trabalho, bem como na aproximação da sua família ao processo formativo. Neste período, os Técnicos de Serviço Social ao promoverem/organizarem visitas de estudo de carácter científico, técnico e de cultura geral, procuram concretizar um objetivo mais abrangente relativamente ao período anterior, na medida em que as mesmas, para além da observação em contexto de trabalho, proporcionam a sensibilização para o património natural, cultural e urbanístico,

esboçando, já a sua preocupação com o desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos formandos. Estes objetivos conduziram a uma tomada de decisão negocial personalizada, ou seja, os Técnicos de Serviço Social, tendo em conta o perfil do formando procuram negociar a sua decisão com os outros intervenientes no processo.

O Serviço Social, no contexto da formação profissional, vai, portanto, ao encontro das políticas do governo, ou seja, a Revolução de 1974 fundou um novo sistema político que a todos reconhece os direitos de cidadania social (Barreto & Pontes, 2007). Assim, começa a tornar-se significativa a responsabilização política do Estado pela produção de serviços na área da saúde, habitação, educação e segurança social, (Hespanha et al., 2000; Mozzicafreddo, 2002; Santos, 1987).

Neste período, o Serviço Social assumiu-se como “ferramenta” profissional e simultaneamente de execução das políticas sociais. Ao enfatizar a sua vertente executora desenvolveu, simultaneamente, um papel de mediação de interesses e de regulação das desigualdades sociais (Santos, 1987).

Deste modo, a intervenção do Serviço Social reinventa-se, tendo em linha de conta dois parâmetros: o poder institucional, por parte das entidades empregadoras dos profissionais de serviço social, e a forma como, no quotidiano profissional, estes profissionais desenvolvem o seu saber, assim como as suas competências. Está, assim, criado o espaço para uma reformulação do seu agir profissional, tendo como referencial a reconceptualização do conceito de instituição social e a recriação das metodologias de intervenção profissional. Ou seja, o exercício profissional do Serviço Social centra-se na integração, como meio de se implicar num processo de mudança controlado das desigualdades, dos comportamentos e da gestão da cidadania como reforço da democracia.

Neste período, a persistência da ausência formal de funções cria equívocos na relação entre os Técnicos de Serviço Social e os Conselheiros de Orientação Profissional, gerando, também, uma relação de conflito. À semelhança do que aconteceu com os Monitores, esta relação deve-se, em parte a um não entendimento formal das competências específicas de cada uma destas categorias profissionais, e da importância que o Serviço Social assumiu, no âmbito social e sociocultural e, por sua vez, à conquista

encetada pelos três, no que diz respeito ao reconhecimento da respetiva importância pela instituição, bem como na diferenciação do desempenho das respetivas atividades profissionais, uma vez que em qualquer dos casos se trata de profissões novas que procuram construir o seu espaço e identidade profissionais, confrontando-se com a sobreposição de funções. No entanto, em ambos os períodos, os Técnicos de Serviço Social mantiveram sempre uma atitude de colaboração, quer com os Monitores, quer com os Conselheiros de Orientação Profissional.

Para ultrapassar este constrangimento, os Técnicos de Serviço Social envidaram esforços no sentido de se manterem como o único responsável pela promoção da formação sociocultural, uma vez que, têm consciência que esta função/atividade é fundamental para conquistar espaço profissional e reconhecimento institucional. Para o efeito, recorreram ao trabalho em rede/parceria, com outras instituições, nomeadamente com a Direção Geral de Higiene e Segurança, a Direção Geral de Desportos, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), e as extensões educativas da Gulbenkian. Posteriormente, promoveram a ligação aos Institutos de Serviço Social existentes, o que proporcionou ao Serviço Social a possibilidade de supervisionar estágios curriculares, dos estudantes finalistas, mas sobretudo sensibilizar os profissionais para a importância da investigação-ação, como meio de qualificar o seu saber-fazer.

No sentido de colmatar a ausência de formalização de funções, os Técnicos de Serviço Social adotam, também, quer posturas de assertividade na definição de regras de intervenção, através da elaboração de projetos de atuação, contribuindo para o enriquecimento do seu espaço profissional, quer atitudes proposicionais de métodos e instrumentos de trabalho, de forma a promover a uniformização de procedimentos, tendo em vista a organização coletiva da profissão. Durante a vigência do Núcleo de Serviço Social, entre 1986 e 1991, a Coordenadora adota posições de correção das formas de intervenção, através da apresentação de propostas de alteração da atuação dos Técnicos de Serviço Social, que se repercutiram positivamente na sua atividade. Neste período, o Serviço Social ficou, também, marcado pela defesa conjunta da sua identidade profissional, através da realização de um Seminário sobre “O Serviço Social no IEF”, que teve lugar a 16 e 17 de junho de 1997, o qual mereceu a publicação de um artigo, no

Boletim de Imprensa do IIEFP. Esta iniciativa partiu da necessidade sentida, de produzir uma reflexão atualizada sobre a profissão e reequacionar a sua intervenção no campo do Emprego e da Formação, de acordo com as novas orientações comunitárias.

Consequentemente, o Serviço Social alargou o seu espaço de intervenção, reafirmando as atividades já desenvolvidas e acrescentando outras que era necessário assegurar e que ainda não tinham sido assumidas por qualquer outro interveniente no processo formativo. Através desta estratégia de conquista de espaço e reconhecimento, foi adquirindo um significado profissional mais específico, tornando-se um dos elementos mais ativos no âmbito deste processo.

Deste modo, neste segundo período, pode-se considerar que a construção e legitimação da profissionalidade do Serviço Social, no âmbito da formação profissional, se caracteriza, não só por ser dinâmica, mas também por conseguir fazer reconhecer o seu saber-fazer. Pode-se considerar que ambas as fases, quer de emergência, quer de construção e legitimação da profissionalidade do Serviço Social se desenvolvem em concomitância com as transformações operadas no seio da instituição e, simultaneamente, assumiram-se como um alicerce, a partir do qual se foi validando institucionalmente o desempenho dos Técnicos de Serviço Social. Para esta construção progressiva de reconhecimento do papel destes profissionais, foram importantes a capacidade auto-organizativa e de classe profissional, manifesta sobretudo nos primeiros anos de criação do Serviço Social no Sistema Público de Formação Profissional, mas também a capacidade de conquista e demonstração de um espaço interventivo próprio por referência a outros profissionais entretanto enquadrados.

No que se refere ao processo evolutivo das políticas públicas de formação profissional, destaca-se a criação, em 1999, da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), à qual compete, por um lado, construir um sistema nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas pela população maior de dezoito anos, assim como desenvolver, apoiar e divulgar experiências, práticas, modelos e metodologias de Educação e Formação de Adultos, de forma a encontrar soluções transversais e integradas de elevação dos níveis educativos e profissionais (Alcoforado, 2012). Para a prossecução do referido programa, compete à

nova estrutura gerir uma oferta articulada de educação e formação de adultos, assente quer na implementação de uma rede de Centros de validação e certificação de saberes e competências informalmente adquiridos (CRVCC), quer no desenvolvimento de cursos de Educação e Formação de Adultos, de média ou longa duração, conducentes à elevação simultânea dos níveis escolares e profissionais. Este sistema pressupõe, pela primeira vez, na legislação portuguesa, a indissociabilidade destas duas vertentes, provocando um corte com a cultura vigente, no IEFP (Alcoforado, 2000).

Por sua vez, a ANEFA transformada, em 2002, em Direção Geral da Formação Vocacional (DGFV), deu origem, em 2005, à Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, I.P.), que veio, também, contribuir para ultrapassar a desarticulação entre a formação profissional, o sistema educativo e o mercado de trabalho, através da coordenação e dinamização da oferta de educação e formação profissional de jovens e adultos, garantindo o sistema RVCC e a homologação de cursos, tendo em vista a adaptação ao mercado de trabalho.

Com a Iniciativa Novas Oportunidades (INO), anunciada a 14 de dezembro de 2005, surgem dois pilares de atuação. O primeiro pilar dirige-se aos jovens, transformando o ensino profissionalizante de nível secundário numa verdadeira alternativa ao sistema formal de ensino. O segundo procura proporcionar aos adultos que entraram precocemente no mercado de trabalho, com baixos níveis de escolaridade, uma segunda oportunidade, para retomar, prosseguir e concluir os seus estudos.

Deste modo, no âmbito das novas ofertas formativas de dupla certificação, disponibilizadas pelo IEFP, surgem os cursos de Educação e Formação de Adultos e os cursos de Educação e Formação de Jovens, ambos de nível básico e secundário; e os cursos de Especialização Tecnológica (CET), mantendo-se em funcionamento os cursos do Sistema de Aprendizagem em Alternância, de nível secundário.

Neste terceiro período, a partir de 1999, data em que foram recrutadas as últimas Técnicas de Serviço Social para os quadros de pessoal do IEFP, a relação de conflito entre os Técnicos de Serviço Social e os Conselheiros de Orientação Profissional evolui para uma relação de colaboração, a qual veio facilitar o início de atividade dos Técnicos de Serviço

Social recém-contratados, nos Centros de Formação Profissional e a integração nas respetivas equipas.

Ao longo dos três períodos, o Serviço Social manteve, uma relação de colaboração, quer com a Medicina do Trabalho, quer com os restantes funcionários, uma vez que os Técnicos de Serviço Social sempre se esforçaram para serem identificados como elemento facilitador do funcionamento, quer das ações de formação, quer do próprio Centro, o que também contribuiu para o reconhecimento da sua intervenção, por parte dos restantes intervenientes no processo formativo.

Neste período, os Técnicos de Serviço Social começam a promover reuniões regionais tendo em vista a elaboração de um projeto de atuação do Serviço Social na formação profissional, assumindo, assim, a defesa conjunta do seu modo de intervenção.

Se por um lado, os Técnicos de Serviço Social investiram no seu saber-fazer, o qual se foi refletindo no reconhecimento das suas práticas, por outro, o próprio IEFP proporcionou um reforço do quadro de recursos humanos de Serviço Social nos Centros de Formação Profissional, sendo instituído um rácio de um Técnico por cada 100 formandos. Contribuiu decisivamente para este acontecimento a resolução do problema do estatuto profissional dos profissionais de Serviço Social, com a consagração da carreira específica de Serviço Social na administração pública, em 1990 (Branco, 2009a; Carvalho, 2010; Negreiros, 1999), que há muito vinha a causar constrangimentos a esta valência técnica.

Em agosto de 2000, é criado o Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional nos Serviços Centrais do IEFP, na dependência do Departamento de Formação Profissional, tendo sido nomeada uma Coordenadora Nacional e cinco Interlocutores Regionais, um por cada Delegação (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), os quais, através de uma articulação próxima, passaram a assegurar a coordenação do Serviço Social dos Centros de Formação Profissional. Neste período, a relação dos Técnicos de Serviço Social com as chefias Central e Regional clarifica-se, transformando-se numa relação de mediação.

Este grupo de coordenação, considerando a ausência da definição formal de funções desta valência técnica, que ainda persiste, elabora o *Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional* (IEFP, 2004b), o qual vem definir as normas, os

procedimentos e os instrumentos a adotar pelos Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, assim como a Circular Normativa 28/2004 (IEFP, 2004c) onde, face às disposições legais consagradas na Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2002 de 18 de maio, que restringe a contratação de pessoal para o Quadro de Serviços e Organismos da Administração Central e dos Institutos Públicos, propõe a possibilidade de contratação de profissionais de Serviço Social em regime de prestação de serviços. Estes documentos foram submetidos à consideração superior, tendo sido aprovados a 16 de abril de 2004. Estes diplomas são inéditos, no IEFP, uma vez que constituem os primeiros e únicos documentos publicados com força legal relativos, exclusivamente, à valência de Serviço Social, ao longo de mais de 50 anos de história na Formação Profissional. Este grupo de trabalho foi também responsável pela conceção e elaboração do *Guia de Acolhimento do Formando* e da Brochura *Uma Escolha com Futuro*, editados em março de 2005, assim como pela revisão e reedição dos mesmos, em janeiro de 2009. Estes normativos e instrumentos técnicos, para além de permitirem a conquista formal de funções do Serviço Social, proporcionaram a uniformização de procedimentos e instrumentos, a nível nacional, o que conduziu ao maior reconhecimento desta valência técnica, por todos os funcionários do IEFP. Confirma-se, deste modo, que a ausência de normativos relativamente à intervenção do Serviço Social, até ao momento, permitiu que os Técnicos de Serviço Social sistematizassem as suas práticas e a partir daí, conquistassem a formalização das suas próprias funções. Isto é, partiram da experiência para a teorização, contrariamente ao que se verifica na maioria das categorias profissionais do IEFP, onde a prática se confina a funções previamente formalizadas.

Em março de 2009, é publicada a Orientação Técnica 1/2009 que vem especificar a Metodologia de Intervenção da Equipa de Apoio Técnico no Acolhimento dos Candidatos e Formandos. Em maio do mesmo ano, é divulgado o Regulamento da Equipa Técnico-Pedagógica, que veio atualizar o modelo de funcionamento da antiga Equipa de Formação, tendo em conta as necessárias adaptações a introduzir face às mudanças operadas, em 2007, nos modelos organizativos da formação, com profundas implicações ao nível da gestão da formação, da estrutura e do modelo de funcionamento dos Centros

de Formação Profissional. Estes documentos vieram atualizar/complementar o conteúdo da Circular Normativa 28/2004, atualmente, parcialmente em vigor.

A partir de 2008, a Equipa de Apoio Técnico, da qual faz parte o Serviço Social, como já foi referido, deixa de depender diretamente do Diretor dos Centros de Formação, passando para a dependência da Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação e, a partir de 2012, torna-se dependente do Núcleo da Qualificação, os quais se situam na direta dependência do referido Diretor. No entanto, estas alterações, não se encontram refletidas nos relatos biográficos, pelo que podemos concluir que não produziram qualquer efeito na intervenção do Serviço Social, que manteve a autonomia anteriormente conquistada.

A atuação da valência do Serviço Social, após a publicação dos referidos normativos, afigura-se mais abrangente, designadamente, no que diz respeito à atribuição dos apoios sociais aos formandos, o que implica a emissão de propostas e pareceres, nos termos da legislação em vigor; bem como na coordenação das atividades de formação sociocultural/complementar. No entanto, as atividades que os Técnicos de Serviço Social têm vindo a desempenhar, até ao momento, como o recrutamento, o acolhimento e a integração dos formandos; o seu acompanhamento ao longo do processo formativo; e a promoção de atividades de formação complementar, permanecem as de maior relevância e inalteradas, ao longo do tempo. Com efeito, houve da parte destes técnicos, a capacidade de adaptar o modo de as executar a diferentes contextos e, conseqüentemente, a diferentes públicos, assumindo constantemente diferentes perfis identitários, e evoluindo de um papel meramente de cariz educativo, facilitador e integrador, para um perfil participativo e promotor dos direitos sociais, técnico e funcionalizado, de acompanhamento e desenvolvimentista, até um perfil capacitador, que melhor caracteriza a atualidade. Ou seja, neste terceiro período, os Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional, investem na capacitação dos formandos, através do acompanhamento social, psicossocial e sociofamiliar, ajudando-os a situar, participar e ultrapassar os seus problemas de inserção e adaptação social, que afetam o seu aproveitamento na formação. Deste modo, promovem a sua capacidade de comunicação, de iniciativa e de participação, enquanto indivíduos integrados em grupo, preparando-os

para aceitarem e enfrentarem as novas orientações económicas, sociais e tecnológicas, designadamente a gestão do “não trabalho”, assumindo uma atitude de acompanhamento, de ativação e de capacitação dos formandos, conquistando, portanto, uma identidade capacitadora. Para o efeito, estes Técnicos recorrem à gestão de caso e à mediação social e atuam numa perspetiva de intervenção sistémica, procurando promover e facilitar a articulação entre o indivíduo, o IEFP e a rede de suporte social, designadamente, no âmbito da Segurança Social, da Saúde e da justiça.

Os objetivos do Serviço Social evoluem, portanto, para um modelo de consciencialização e de capacitação dos formandos para a permanência na ação de formação, através do apoio social, psicossocial e sociofamiliar em intervenções diretas, e em rede. Contrariamente ao primeiro período e, tal como acontece no segundo, os Técnicos de Serviço Social deixam de se centrar tanto na ocupação dos tempos livres dos formandos, passando a investir mais no desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, promovendo a prática de uma cidadania ativa, através da coordenação/dinamização de atividades de formação sociocultural/complementar. Neste período, os Técnicos de Serviço Social adotam uma tomada de decisão casuística, resultado de uma análise que tem por base o pressuposto de que cada caso é um caso.

Os Técnicos de Serviço Social ao desenvolverem todo este conjunto de atividades centradas no contexto e circunstâncias existentes, adotando modalidades de aproximação a esse mesmo contexto, nomeadamente às necessidades manifestadas pelos formandos, adquirem uma ação situada espacial e temporalmente.

Confirma-se que, no terceiro período, uma vez mais, a intervenção dos Técnicos de Serviço Social na formação profissional, vai ao encontro das atuais políticas sociais, recorrendo às metodologias de intervenção adotadas pela profissão nos restantes sectores de atividade. A partir dos anos 90, como refere Branco (2009b), o grande impacto da crise do Estado Social e o problema do desemprego tornaram-se progressivamente no centro do debate sobre a transformação da pobreza. Ou seja, entre outros problemas sociais, o desemprego tornou-se no problema central, da sociedade contemporânea, assumindo-se, agora, como “desemprego de exclusão” (Branco, 2009b; Hespanha & Valadas, 2002; Wuhl, 1996).

Perante o novo desafio da gestão social do “não trabalho”, a intervenção individualizada com os utentes; a consideração do modo/meio de vida e particularidades/singularidades do utente; a ativação dos destinatários; e a reformulação da contrapartida são identificados, por Branco (2009b), como os quatro princípios ou orientações que presidem aos atuais dispositivos e medidas de política social, incluindo a ação social. Complementarmente, como refere Albuquerque (2010), a nova geração de políticas sociais faz emergir novas estratégias de intervenção profissional, que se traduzem na territorialização, aproveitando as potencialidades dos territórios locais; na inserção e ativação dos cidadãos, desencadeando o seu papel ativo, na resolução dos seus próprios problemas, recorrendo à contratualização de deveres para a efetivação de direitos; e por último, na singularização das capacidades e expectativas pessoais e sociais de cada indivíduo. Daí que se proceda, primeiramente, ao reconhecimento do indivíduo não como assistido, mas como cidadão ativo, com direito à utilidade social e à vivência em sociedade (Albuquerque, 2010; Castel, 1995); e posteriormente, à corresponsabilização, quer do cidadão beneficiário, quer da sociedade, na efetivação de um percurso de participação plena na sociedade (Albuquerque, 2010; Chopart, 2003; Roche, 1992).

Logo, exige uma mudança de atitude dos profissionais de Serviço Social, principalmente em relação à partilha do poder e ao reconhecimento das capacidades dos seus clientes. Sobressai, neste âmbito o *empowerment*, enquanto mecanismo de capacitação (Branco, 2009b).

De acordo com os dados obtidos, através do inquérito por questionário, conclui-se que o Serviço Social se foi afirmando de grande importância, tornando-se uma valência fundamental, quer pela sua especificidade técnica, quer pelo público-alvo da instituição, o qual se apresenta com défices pessoais, sociais, familiares e profissionais potenciadores da pobreza e exclusão social e profissional. Face a estas características, o acompanhamento dos formandos, por parte do Serviço Social, afigura-se, como o ícon principal no âmbito das suas atividades, garantindo uma intervenção multissectorial e interdisciplinar, durante todo o processo formativo.

Os resultados da pesquisa empírica, permitem-nos, ainda, confirmar que estrategicamente o Serviço Social adquiriu reconhecimento profissional para assumir outras funções, quer

de coordenação/interlocação, quer de participação/execução. No âmbito da coordenação/interlocação destacam-se, designadamente, ações de formação de curta duração; o Programa de Ação para a Sensibilização e Intervenção nas Toxicodependências no contexto da Formação Profissional (PASITForm) e o Programa Regional de Saúde dos Jovens, desenvolvidos em parceria com o Instituto das Drogas e Toxicodependências (IDT) e com a Administração Regional de Saúde (ARS), respetivamente. Por sua vez, destaca-se a sua participação/execução em vários Planos Integrados de Educação e Formação (PIEF's); em semanas abertas à comunidade; em visitas e/ou reuniões nos/aos Centros de Formação; no júri de exame final de curso, enquanto elemento representante do IEFP; no júri de seleção de colegas; na comissão de análise de propostas de empresas para fornecimento de serviços de refeitório/bar, por nomeação do Sr. Delegado Regional; como chefe de equipa em campeonatos regionais, nacionais e europeus das profissões; e em iniciativas comunitárias de âmbito transfronteiriço, desenvolvidas entre Portugal e Espanha.

No entanto, atualmente, torna-se evidente que os Técnicos de Serviço Social, em Regime de Prestação de Serviços são integrados noutras áreas de intervenção, para as quais não há possibilidade de contratar recursos humanos, deixando a valência de Serviço Social, desprovida de Técnicos suficientes para assegurar as suas funções específicas. Ou seja, o Serviço Social, nos Centros de Formação Profissional, está atualmente confrontado com uma nova realidade que encerra um profundo paradoxo para a sua intervenção. Ao mesmo tempo que os formandos exigem que as práticas dos Técnicos de Serviço Social invoquem a individuação e a construção de narrativas e projetos de vida com eles, que fomentem a sua participação e desenvolvam a sua autonomia, estes Técnicos aproximam-se, na prática, de atividades de cariz administrativo. Estas atividades são valorizadas quando as situações sociais identificadas, no âmbito do acompanhamento dos mesmos, apresentam uma crescente complexidade de diagnóstico e de intervenção, bem como uma maior necessidade de perdurabilidade do processo de ajuda (Amaro, 2012). A organização dos serviços em função desta necessidade veio orientar a ação dos Técnicos de Serviço Social, para a execução de outras atividades, nomeadamente, no que se refere ao processamento dos apoios sociais aos formandos, desvirtuando a finalidade da sua

intervenção. Deste modo, a natureza da prática do Serviço Social afigura-se crescentemente funcionalista e motivada pelos processos institucionais (Amaro, 2012; Bouquet & Garcette, 2005; Dustin, 2007).

Simultaneamente, a contratação destes técnicos, para exercerem funções específicas de Serviço Social trazem constrangimentos, quer para os Centros de Formação Profissional, na medida em que causa, uma grande rotatividade de técnicos, fruto das sucessivas contratações; quer para os próprios profissionais, uma vez que conduz à insegurança e instabilidade.

Muito embora o Serviço Social, desde 1968, possuísse uma chefia ao nível dos Serviços Centrais, a partir de 1977, este sector deixa de figurar no organograma dos Serviços, passando a localizar-se apenas nos Centros de Formação Profissional Acelerada, na direta dependência do Diretor. Na sequência da criação do IEFP, em 1979, e da publicação da respetiva Lei Orgânica, em 1982, é criado o Núcleo de Serviço Social da Formação Profissional, em 1986, na dependência do Departamento de Formação Profissional. Contudo, este Núcleo é, também, desativado no final de 1991, o que provoca um esvaziamento da coordenação nos Serviços Centrais. Esta coordenação passa a ser assegurada, a nível regional, pelas Direções de Serviço de Emprego e Formação. No entanto, esta a concretizar-se não teve qualquer repercussão na intervenção do Serviço Social dos Centros de Formação, uma vez que não consta de nenhum dos relatos biográficos analisados. Com a criação do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional, em agosto de 2000, o qual foi integrado, em 2008, no Núcleo de Apoio Técnico, o Serviço Social do IEFP situa-se, como já foi referido, pela primeira vez, a três níveis, central, dirigido pela Coordenadora Nacional; regional, nas cinco Delegações, representado por Interlocutores Regionais; e local, nos Centros de Formação Profissional, onde se encontram os profissionais do terreno. Porém, em 2012, assiste-se, mais uma vez, à desvalorização do Serviço Social, com a extinção do referido Núcleo, situação que se mantém até à atualidade, confirmando-se, portanto, uma instabilidade na posição que o Serviço Social foi ocupando, ao longo do tempo, na estrutura orgânica Central e Regional.

Por outro lado, de acordo com os resultados obtidos no âmbito do trabalho empírico, foram nomeados para exercer funções de Interlocutores Regionais, Técnicos com formação académica fora do âmbito do Serviço Social, os quais desconheciam o conteúdo funcional desta valência técnica e, dos três Interlocutores licenciados em Serviço Social, apenas um reunia condições para exercer esta atividade em pleno. Quer uma situação, quer outra, são reveladoras de um reduzido reconhecimento da profissionalidade conquistada pelo Serviço Social, no IEFP, I.P., e da manutenção de uma perspetiva apenas ligada à sua vertente assistencial.

Com efeito, podemos concluir que o Serviço Social, na estrutura local, isto é, nos Centros de Formação Profissional, é uma profissão reconhecida, no IEFP, I.P., que se mantém, em funcionamento desde a sua criação no IFPA, em 1966, até aos nossos dias, e cujas atividades desempenhadas, nos Centros de Formação Profissional, se tornaram de tal modo fundamentais, que leva esta instituição a recorrer, frequentemente, à contratação de Técnicos de Serviço Social, em regime de prestação de serviços. Ou seja, embora se confirme um reduzido reconhecimento do ponto de vista organizacional, esta valência técnica salienta-se, como basilar, do ponto de vista funcional, na concretização das políticas de formação profissional, desenvolvidas ao nível local. Este facto não desvaloriza a importância dos profissionais de Serviço Social, mas pelo contrário, reforça a substância da sua missão. No entanto, este reduzido reconhecimento organizacional dificulta a defesa conjunta da sua identidade profissional, que se traduz na falta de uniformização de procedimentos, metodologias e instrumentos técnicos utilizados, nos Centros de Formação, a nível nacional. Na verdade, a necessidade do IEFP, I.P. responder aos seus públicos e medidas, e a falta de recursos humanos para o efeito, está a conduzir a uma dispersão das atividades do Serviço Social que não são consideradas centrais, no exercício das suas funções. Além disso, o facto da grande maioria dos Técnicos de Serviço Social ser prestadores de serviços limita a sua capacidade de negociação, tornando mais débil o desenvolvimento e defesa da sua profissionalidade.

Através deste estudo, no que se refere ao Serviço Social, conclui-se que, a sua profissionalidade, no Sistema Público de Formação Profissional, em Portugal, emergiu, numa primeira fase, no âmbito da FPA; construiu-se e legitimou-se, numa segunda fase,

após a criação do IEFP; e reconstruiu-se, numa terceira fase, após a formalização das funções desta valência técnica. Esta evolução configurou-se sempre em paralelo com as políticas de formação profissional pensadas e implementadas, em diferentes contextos institucionais e ideológicos e temporalidades distintas, tendo em conta os respetivos públicos, e de forma estreitamente ligada com as transformações operadas ao nível das políticas sociais, graças à indubitável capacidade dos Técnicos de Serviço Social para se imporem como profissionais imprescindíveis na gestão do processo formativo, ao longo do tempo.

Relativamente à evolução do sistema público de formação profissional, o princípio da dupla certificação veio proporcionar o prosseguimento dos estudos. A progressão vertical, hoje, encontra-se mais garantida do que nunca, através da possibilidade de transição entre o secundário, o pós-secundário e o ensino superior. As diversas conjugações de percursos formativos e a contabilização das competências adquiridas e/ou de módulos de formação efetuados, designadamente, através dos processos de RVCC, Cursos de Educação Formação, Formações Modulares, Medida Vida Ativa e dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) vieram facilitar, também, a mobilidade horizontal.

Efetivamente, o IEFP, I.P., efetivamente, dispõe de uma diversidade de modalidades de formação, que procura responder às características do público-alvo da sua intervenção. No entanto, as mesmas nem sempre vão ao encontro das suas reais necessidades, interesses, motivações e condições de vida. A Educação e Formação de Adultos é uma modalidade que confere dupla certificação, escolar e profissional, e conseqüentemente de longa duração que, como o nome indica, se dirige a adultos sem escolaridade de nível básico ou secundário e sem qualificações profissionais, os quais caracterizam a maior parte da população portuguesa. No entanto, os candidatos à formação são cada vez menos porque os seus percursos de insucesso escolar anteriores são desmotivantes para a frequência da vertente escolar desta modalidade de formação. Estes, na sua maioria, são públicos muito fragilizados, com dificuldades de integração no mercado de trabalho, beneficiários de prestações de desemprego, social de desemprego ou do Rendimento Social de Inserção (RSI), que integram a formação, não por uma verdadeira motivação, mas para não verem cortadas as prestações sociais, que são a única fonte de rendimento

de que dispõem. A formação está, portanto, a funcionar como uma ocupação. Neste contexto, deixou de ser possível a realização de uma verdadeira seleção dos formandos, por parte dos Centros de Formação Profissional, reduzindo-se esta apenas à confirmação das condições indispensáveis para a frequência da modalidade de formação em causa. Por outro lado, a exigência, cada vez maior, do atual quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, faz com que as desistências dos formandos se repercutam, cada vez mais, no financiamento das ações, levando à permanência, na formação, formandos completamente desinteressados, com um elevado nível de absentismo, com falta de aproveitamento, uma vez que os seus conhecimentos académicos não lhes permitem acompanhar os domínios teóricos, sobretudo, as línguas, a matemática e as TIC's. Estes, logo que terminam as referidas prestações sociais, ou surja uma oportunidade de trabalho, mesmo que temporária, abandonam a formação, pois não dispõem de recursos económicos para permanecerem em percursos formativos tão longos.

As condições de frequência da formação, no que se refere aos apoios sociais, também não são atrativas, constituindo-se como um dos principais constrangimentos, uma vez que não asseguram o pagamento das despesas mínimas que os formandos têm, para permanecerem na formação.

Entre os poucos formandos que conseguem terminar com sucesso um percurso formativo de nível 2, a sua integração profissional depende muito da área profissional que procuram. Em áreas, nomeadamente, como a serralharia, eletromecânica, mecânica-auto, uma vez que a população portuguesa é, ainda hoje, caracterizada por níveis de escolaridade e qualificação baixos e a necessidade de profissionais qualificados, por parte das empresas, é muito grande, são lhes proporcionadas condições para a integração, quase imediata, no mercado de trabalho. Em contrapartida, em áreas, designadamente, como a hotelaria e restauração, os ex-formandos confrontam-se com dificuldades acrescidas, na medida em que as condições que lhe são oferecidas, nomeadamente, os horários a praticar (abrangendo o fim-de-semana), o vencimento e as dificuldades de transporte não são viáveis, para celebrar contrato de trabalho, voltando a integrar a formação, o que conduz a uma grande desmotivação.

No que se refere às modalidades, também, de dupla certificação, dirigidas aos jovens, o IEFP, I.P., a partir de 2012, deixou de apostar na Educação e Formação de Jovens, para reforçar o Sistema de Aprendizagem em Alternância. Como a escolaridade obrigatória passou para os 18 anos e houve um incremento muito grande dos cursos profissionalizantes, no Ministério da Educação, que conferem o mesmo nível de qualificação, os jovens preferem e/ou são pressionados para se manterem nos estabelecimentos de ensino, onde já estão integrados, havendo poucos candidatos para as ações de Aprendizagem em Alternância, ministradas nos Centros de Formação Profissional. Agrava esta situação o facto de uma grande parte dos destinatários desta medida, jovens até aos 25 anos, necessitarem da sua independência económica, pois já têm a sua vida organizada em termos familiares. Por outro lado, o IEFP encontra-se confrontado com uma oferta formativa muito maior e mais diversificada, por parte das entidades formadoras externas.

Relativamente aos públicos mais escolarizados e que podem integrar a Formação Modular, com uma duração máxima de 300 horas, sobretudo a que contempla formação prática em contexto de trabalho, durante três meses no mínimo, há uma maior receptividade, por parte das empresas, para a sua integração, disponibilizando-se para complementar as competências mínimas adquiridas, para o exercício de uma profissão, tendo em conta que estes possuem habilitações académicas que lhes permitem adquirir, mais facilmente, competências profissionais e transferi-las para os diversos contextos. Embora também estejam previstos percursos formativos mais curtos (entre 25 e 600 horas), com uma vertente apenas profissional, nas Formações Modulares Vida Ativa para desempregados, com a possibilidade de formação prática em contexto de trabalho, por um período mínimo de três meses, que podem ser frequentados por públicos pouco escolarizados, estes não têm competências académicas que lhes permitam consolidar conhecimentos suficientes para o exercício de uma determinada profissão, num tão curto espaço de tempo, enfrentando dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho. Podemos, portanto, concluir que as modalidades de formação disponibilizadas pelo IEFP, I.P. se afiguram mais adequadas aos candidatos já escolarizados e mais jovens. Quanto aos públicos pouco escolarizados e mais velhos, que pretendam adquirir apenas

uma qualificação profissional, de duração média, para uma integração imediata no mercado de trabalho, o IEFP, I.P. não dispõe de qualquer resposta estruturante, que lhes seja particularmente dirigida.

Face às conclusões referenciadas, é imperativo repensar a formação profissional em articulação com as mutações do mercado de trabalho, com os novos públicos e com as exigências decorrentes da crise económica e social, que hoje se vivencia. A formação profissional deveria, portanto, não só ser um meio de gestão do “não trabalho”, mas também um projeto social que multiplicasse as oportunidades de acesso a trabalho digno para todas as pessoas. Para além das modalidades de formação disponibilizadas, o IEFP, I.P. deveria investir em modalidades de média duração, que se centrassem na qualificação profissional, como resposta aos projetos de vida e de (re) construção da identidade dos desempregados e candidatos a emprego. Estas tornar-se-iam mais atrativas para os públicos com índices elevados de insucesso escolar, desempregados subsidiados e beneficiários de RSI. Deste modo, poder-se-ia aumentar o número de candidatos à formação, evitando o absentismo, as desistências/abandono da formação, a acomodação ao sistema subsidiário e, facilitaria o aproveitamento dos formandos no percurso formativo, proporcionando-lhes as competências suficientes para o exercício de uma atividade profissional, que por sua vez, promoveria uma integração mais rápida no mercado de trabalho.

Por outro lado, o IEFP, I.P. deveria criar uma política realista, que respondesse às necessidades de ordem económica dos formandos, no que se refere aos montantes dos apoios sociais, de forma a garantir o pagamento das despesas inerentes à frequência da formação.

No que se refere ao Serviço Social, e tendo em conta a necessidade sentida desta valência técnica, confirmada através da presente investigação, na área do Emprego, onde foi extinta, tornar-se-ia pertinente reequacionar a intervenção dos Técnicos de Serviço Social nos respetivos Centros, o que implicaria uma redefinição de funções.

Ao nível dos recursos humanos, recomendar-se-ia a integração dos Técnicos de Serviço Social em regime de prestação de serviços, no Quadro de Pessoal do IEFP, ou na sua impossibilidade, proporcionar a estes técnicos, formação inicial, aquando da sua

contratação, assim como formação contínua semelhante à disponibilizada para os Técnicos de Serviço Social do IEFP, I.P.

A investigação-ação deveria ser encarada como uma nova vertente de refundação da intervenção do Serviço Social que, simultaneamente, ao ser considerada como essencial à revitalização profissional, produziria efeitos positivos, na posição que o Serviço Social deveria ocupar na estrutura orgânica da instituição, sobretudo ao nível Central e Regional, o que implicaria uma coordenação e um maior reconhecimento institucional, conduzindo à uniformização da intervenção dos Técnicos de Serviço Social, ao nível Local.

Tendo em vista promover um acompanhamento sustentado dos formandos e respetiva preparação para o mercado de trabalho, seria pertinente a aplicação de um diagnóstico social, o qual se consubstanciaria na utilização de um instrumento técnico que, permitiria identificar as necessidades e competências dos mesmos, aquando da sua integração na ação de formação, a meio do percurso formativo e no final deste. Assim, poder-se-ia colmatar, em parte ou no todo, os défices identificados.

Tornar-se-ia, igualmente, importante repensar as práticas profissionais do Serviço Social, as quais, periodicamente, deveriam ser refletidas e analisadas pelo conjunto de Técnicos de Serviço Social, a nível local, regional e nacional, de forma a confirmar a fusão entre o conhecer e o saber-fazer. Este processo deveria ser complementado por uma supervisão profissional, conduzida através de profissionais externos, ao IEFP, I.P., tendo em linha de conta a necessidade de se ir atualizando, em termos de metodologias de intervenção, como a maioria das profissões.

O presente estudo compilou a opinião de um número considerável de Técnicos de Serviço Social, em exercício de funções (cerca de 50%). No entanto, a generalização dos resultados obtidos deve ser entendida com alguma moderação.

Optando-se por reunir quatro relatos biográficos de gerações diferentes, procurou-se compreender a evolução diacrónica da profissionalidade dos Técnicos de Serviço Social, no Sistema Público de Formação Profissional, em Portugal, ao longo do tempo, em detrimento de um aprofundamento dessa mesma profissionalidade na atualidade. Seria, por isso, pertinente produzir um estudo focado na experiência mais recente de um maior número de Técnicos de Serviço Social em exercício de funções.

Seria, também, oportuno fazer um estudo sobre a perspetiva que os Técnicos de Serviço Social dos Centros de Formação Profissional têm sobre a especificidade da sua intervenção e até que ponto se encontram disponíveis para participar na sua construção.

O Serviço Social deveria não só manter, mas sobretudo aprofundar o seu papel capacitador, junto dos formandos, desde o seu recrutamento, até à sua integração no mercado de trabalho. Para o efeito, deveria alicerçar a sua atuação no campo teórico e metodológico e com recurso a técnicas de intervenção que permitissem a definição de estratégias de atuação profissional sustentadas e reflexivas, poderia criar um espaço para constituir e integrar comunidades de aprendizagem, que atuassem, através de equipas multidisciplinares, protagonizadas designadamente por Técnicos de Serviço Social, Técnicos de Orientação Profissional e Mediadores, que interviessem numa fase de pré-formação, de forma a motivar, promover competências e capacitar os candidatos, para aceitar formação e/ou emprego. Esta intervenção passaria pelo desenvolvimento de um conjunto de atividades de grupo ou de comunidades para promoção de estilos de vida mais saudáveis, com reflexo nos seus hábitos de higiene, saúde e imagem; pela transmissão de regras de comportamento, promovendo a assiduidade e a pontualidade e o estar em sala; assim como de ensinamento de normas de relacionamento, tanto no Centro como na comunidade e na sociedade, potenciando a tolerância e a aceitação da perspetiva dos outros, e tendo em vista a criação de uma cultura de direitos e deveres e de responsabilização individual e social. Na fase final desta intervenção poderiam, também, integrar estas equipas os próprios formadores, numa perspetiva de divulgação da oferta formativa do IEFP, I.P.

No âmbito da sua atuação, os Técnicos de Serviço Social poderiam desenvolver estudos de caso ou de recolha de informação, que proporcionassem um conhecimento mais sistematizado do universo e das problemáticas concretas que mais se fazem sentir na formação, como as desistências e o abandono, e apresentar propostas de intervenção na ação, de carácter preventivo. Estas equipas poderiam, ainda, fornecer informação sobre o cumprimento ou não da finalidade da formação profissional, registando e debatendo em conjunto com os restantes elementos e, com os seus superiores hierárquicos, os problemas

que põem em causa a organização, o funcionamento e até o financiamento das ações de formação.

A ligação ao meio e à comunidade local deveria transformar-se num outro paradigma para o funcionamento institucional, sobretudo para os Centros de Formação, devido à necessidade de integração profissional dos formandos, após o percurso formativo. Neste contexto, tornar-se-ia pertinente a criação de comunidades locais para o emprego, constituídas por, para além dos representantes dos Centros de Formação, nomeadamente os Técnicos de Serviço Social, representantes das Juntas de Freguesia, Associações Industriais, Empresarias, Recreativas e Culturais e de outros organismos com impacto local. Estas comunidades teriam como finalidade dar conteúdo à relação de proximidade entre as instituições locais, tendo como objetivos concretos a construção de novas dinâmicas de intervenção social na área do trabalho, assim como o levantamento das potencialidades locais, e a emergência de projetos que pudessem abrir espaço no mercado de emprego, dando prioridade à integração profissional dos formandos. Agindo no seio destas comunidades locais, o Serviço Social desenvolveria condições para um exercício participativo e capacitador do desenvolvimento local que, por sua vez, teria impacto a nível regional e nacional, reduzindo os índices de exclusão social. Por outro lado, tornaria possível assegurar a consultoria aos (ex)formandos que optassem por criar o seu próprio emprego, como resultado do trabalho realizado pelas comunidades de aprendizagem, através de incubadoras de empresas dentro de áreas de trabalho carenciadas de investimentos, que assegurassem, quer a criação de emprego, quer a fixação de trabalhadores. Estabelecer-se-iam, assim, novas dinâmicas de trabalho, apoiadas e supervisionadas pelas equipas de profissionais das quais fariam parte os Técnicos de Serviço Social, com competências no âmbito do desenvolvimento comunitário e do apoio psicossocial. Nesta medida, o Serviço Social promoveria a sua identidade capacitadora, criando profissionais mais dinâmicos e capazes de partilhar protagonismos, bem como propor novas formas de atuação que permitissem cumprir com sucesso os desígnios institucionais.

A realização do presente trabalho de investigação permitiu a consciencialização de que “olhar” o presente implica conhecer o passado e que, por sua vez, o conhecimento do

presente é indispensável para refletir sobre o futuro. Deste modo, ao dar a conhecer a trajetória do Serviço Social, no Sistema Público de Formação Profissional português, desde 1966 até aos nossos dias, estamos a proporcionar, de uma forma clara e inequívoca, aos Técnicos de Serviço Social, em exercício de funções, nos Centros de Formação Profissional do IEFP, I.P., a possibilidade de repensar o seu desempenho presente, tendo em vista a melhoria da sua intervenção futura, numa sociedade que necessita de eliminar os seus anátemas, para poder acompanhar os processos de mudança.

BIBLIOGRAFIA

- Aballéa, F. (2003). Que futuro para as profissões sociais instaladas? In J. -N. Chopart (Org.), *Os novos desafios do trabalho social: Dinâmicas de um campo profissional* (pp. 107-119). Porto: Porto Editora.
- Aballéa, F., Ridder, G., & Gadéa, C. (2003). Processos em fase de reconhecimento e concorrências profissionais. In J. -N. Chopart (Org.), *Os novos desafios do trabalho social: Dinâmicas de um campo profissional* (pp. 203-221). Porto: Porto Editora.
- Alayón, N. (1992). *Assistência e assistencialismo: Controle dos pobres ou erradicação da pobreza*. São Paulo: Cortez.
- Albuquerque, C. (2010). Singularização da acção pública e acompanhamento social. *Direito e Cidadania*, 30 (Edição especial 2010), 67-85.
- Albuquerque, C. (2013). Acompanhamento social, capacitação e responsabilização. A “subjetivação” da intervenção social? In C. C. Santos, C. P. Albuquerque, & H. N. Almeida (Eds.), *Serviço Social: Mutações e desafios atuais* (pp. 65-85). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0769-6_2
- Albuquerque, C. P., Almeida, H., & Santos, C. (2013). Pensar o Serviço Social hoje: Entre mutações, constrangimentos e oportunidades. In C. C. Santos, C. P. Albuquerque, & H. N. Almeida (Eds.), *Serviço Social: Mutações e desafios atuais* (pp. 169-177). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0769-6_7
- Alcoforado, J. L. M. (2000). *Educação de adultos e trabalho* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra).
- Alcoforado, J. L. M. (2004). Políticas institucionais de Portugal, en materia de formación profesional e certificación no marco europeo. *Actas do V Congresso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formación para o Trabalho - Necesidades de Formación e Deseño Curricular por Competências*, 71-82.
- Alcoforado, J. L. M. (2008). *Competências, cidadania e profissionalidade: Limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos* (Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra). Consultado em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/7451>

- Alcoforado, L. (2012). Qualificar para novas oportunidades: Desafios e limites. In J. M. Silva (Coord.), *Iniciativa novas oportunidades: Teoria e práticas* (pp. 149-158). Leiria, Lisboa: IPL, ANQEP.
- Alcoforado, J. L. M. (2014). Desenvolvimento profissional, profissionalidade e formação continuada de professores: Possíveis contributos dos relatos autobiográficos profissionais. *Educação*, 39(1), 65-84. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644411343>
- Almeida, H. (2013). Gestão de caso e mediação social: Abordagens, processos e competências cruzadas na agenda do conhecimento em Serviço Social. In C. C. Santos, C. P. Albuquerque, & H. N. Almeida (Eds.), *Serviço Social: Mutações e desafios atuais* (pp. 15-64). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0769-6_1
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>
- Amaro, M. I. (2012). *Urgências e emergências do Serviço Social - Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Ander-Egg, E. (1994). *Historia del trabajo social*. Buenos Aires: Lúmen.
- Ander-Egg, E., & Aguilar, M. J. (1991). *Administración de programas de Acción Social*. Madrid: Siglo XXI.
- Andrade, M. (2001). *Serviço social e mutações do agir na modernidade* (Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) Texto policopiado.
- APSS. (2003, fevereiro). *Estatuto legal da carreira dos Assistentes Sociais – Proposta de diploma da APSS*. Proposta apresentada no I Encontro Nacional de Assistentes Sociais, Coimbra.
- Aristu, J. H. (2004). *Trabajo social en la posmodernidad*. Saragoza: Livros Certeza.
- Astier, I. (1995). Du récit prive au récit civil: La construction d'une nouvelle dignité? *Lien social et Politiques*, 34, 121-130. <http://dx.doi.org/10.7202/005046ar>
- Astier, I. (2007). *Les nouvelles règles du social*. Paris: PUF.
- Astier, I., & Duvoux, N. (2006). L'institution de la dignité dans la société contemporaine: Réflexions à partir du case français. In I. Astier, & I. Duvoux (Eds.), *La société biographique: Une injonction à vivre dignement* (pp. 15-31). Paris: L'Harmattan.

- Autès, M. (1999). *Les paradoxes du travail social*. Paris: Dunod.
- Autès, M. (2003). As metamorfoses do trabalho social. In J. -N. Chopart (Org.), *Os novos desafios do trabalho social: Dinâmicas de um campo profissional* (pp. 255-270). Porto: Porto Editora.
- Barreto, A., & Pontes, J. (2007). *Portugal, um retrato social*. Vol. 05 Cidadãos – Direitos Políticos e Sociais. Público – Comunicação Social, S.A.
- Beck, U. (1992). *The risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Bernardo, A. H. C. (1991). Gênese e emergência do Serviço Social português - O Instituto de Serviço Social de Lisboa (1ª Parte). *Intervenção Social*, 5/6, 9-20.
- Bertaux, D. (1978). *Destinos pessoais e estrutura de classes*. Lisboa: Morais Editora.
- Bertaux, D. (1979). Écrire la sociologie. *Information sur les sciences sociales*, 19, 7-25.
- Bertaux, D. (Ed.). (1981). *Biography and society: The life history approach in the social sciences*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Bertaux, D. (1991). From methodological monopoly to pluralism in the sociology of social mobility. In S. Dex (Ed.), *Life and work history analyses: Qualitative and quantitative developments* (pp. 73-92). London: Routledge.
- Bertaux, D. (2005). *Los relatos de vida: Perspetiva etnosociológica*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Bertaux, D., & Thompson, P. (2007). *Pathways to social class: A qualitative approach to social mobility*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Boavida, J., & Amado, J. (2008). *Ciências da Educação: epistemologia, identidade e perspetivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bouquet, B., & Garcette, C. (2005). *Assistante sociale aujourd'hui*. Paris: Maloine.
- Branco, F. (1996). A nova centralidade dos direitos sociais. *Intervenção Social*, 13/14, 41-53.
- Branco, F. (2009a). A profissão de assistente social em Portugal. *Locus SOCIAL*, 3, 61-89.
Consultado em
<http://snas.pt/artigos/aprofiss%C3%A3odeassistentesocialemportugal>

- Branco, F. (2009b). Acção social, individuação e cidadania - A construção do acompanhamento social no contexto do estado social activo. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 17, 81-91.
- Caeiro, J. M. C. (2008). *Políticas públicas, política social e estado providência*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Cardim, J. C. (1999). *O sistema de formação profissional em Portugal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Cardim, J. C. (2005). *Formação profissional: Problemas e políticas*. Lisboa: ISCSP.
- Carneiro, R. (Coord.), Valente, A. C., & Carneiro, P. (2008). *Estudo comparado de qualificações (skills audit)*. Lisboa: MTSS-DGEEP.
- Carreira, H. M. (1996). *As políticas sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Carvalho, A., & Mouro, H. (1987). *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha.
- Carvalho, M. I. L. B. (2005). *Problematização dos espaços de conhecimento e ação do Serviço Social* (Ensaio elaborado no âmbito da cadeira “Desenvolvimento do Pensamento e da Teoria em Serviço Social” no 1º programa de Doutoramento em Serviço Social, ISSSL e ISCTE, Lisboa).
- Carvalho, M. I. L. B. (2010). Serviço Social em Portugal: Percurso cruzado entre a assistência e os direitos. *Revista Serviço Social & Saúde*, 10, 147-164.
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Librairie Arthème Fayard.
- Castel, R. (1998). Du travail social à la gestion social du non-travail. *Esprit*, 241(3/4), 28-47. Consultado em <http://www.jstor.org/stable/24277052>
- Cauquil, G. (1994). Des compétences pour décider. *Informations sociales “Nouvelles missions, nouvelles formations”*, 38, 50-59.
- Chopart, J. -N. (2003). Do trabalho social à intervenção social. In J. -N. Chopart (Org.), *Os novos desafios do trabalho social: Dinâmicas de um campo profissional* (pp. 271-278). Porto: Porto Editora.
- Circular nº 1/75 de 19 de julho. Diário da República nº 158 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

- Clark, C. (2002). Identity, individual rights and social justice. In R. Adams, L. Dominelli, & M. Payne (Eds.) (2002), *Critical practice in social work* (pp. 43-50). London: Palgrave.
- Converse, J., & Presser, S. (1994). Survey questions: Handcrafting the standardized questionnaire. In M. S. Lewis-Beck (Ed.), *Research Practice* (pp. 89-161). London: Sage Publications.
- Comissão das Comunidades Europeias. (1993). *Fundos Estruturais Comunitários 1994-1999*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (2000). QCA: *Quadro comunitário de apoio III: Portugal 2000 – 2006*. Lisboa: Ministério do Planeamento, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Comissão Europeia. (2004). *Mais e melhor emprego para todos – A estratégia europeia para o emprego*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (2005). *Programa operacional Emprego, formação e desenvolvimento social - Revisão intercalar 2004*. Lisboa: Comissão de Gestão do QCA III, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Commission Européenne. (1998). *Le fonds social européen vue d'ensemble de la période de programmation 1994-1999*. Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- Conselho Permanente de Concertação Social. (1991). *Acordo de Política de Formação Profissional*. Lisboa: Conselho Permanente de Concertação Social.
- Conti, D. (2010). Uma abordagem do tema: Gestão social. *Revista Iuminart do IFSP*, 4(1), 1-10. Consultado em revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/download/85/90
- Correia, J. A. (1996). Formação e trabalho: Contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In A. Estrela, R. Canário, & J. Ferreira (Orgs.), *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho* (pp. 3-31). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Costa, A. A. (2008). O último fôlego do corporativismo – O plano de formação social e corporativa, lançado em 1956, falha em toda a linha. *Os Anos de Salazar*, 13, 66-77.

- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Coutinho, M. (1999). *A assistência social em Portugal 1965/71: Um período charneira*. Lisboa: Associação Portuguesa de Segurança Social.
- CRPG & ISCTE. (2007). *Modelização das políticas e das práticas de inclusão social das pessoas com deficiências em Portugal*. Gaia: Centro de Reabilitação de Gaia. Consultado em http://www.cprg.pt/estudosProjectos/Projectos/modelizacao/Documents/Metodologia_de_Avaliacao_de_Impactos.pdf
- Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Cruz, H. C., Albuquerque, C., & Alcoforado, L. (2013, fevereiro). *A formação profissional: Da qualificação à "gestão do não trabalho". Mutações nas trajetórias e identidade dos técnicos de serviço social no sistema de formação profissional português*. Comunicação apresentada no XXº Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE "Formação Profissional: Investigação Educacional sobre teorias, políticas e práticas", Lisboa.
- Cruz, H. C., Alcoforado, L., & Albuquerque, C. (2012, julho). *Identidade, funções e actividades dos técnicos de serviço social, enquanto membros das equipas pedagógicas do sistema português de formação profissional, entre 1966 e 1990*. Comunicação apresentada no IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação "Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares", Lisboa.
- Cruz, M. B. (1982). Notas para uma caracterização do salazarismo. *Análise Social*, 72-73-74, 773-794.
- DAFSE. (1992). *Fundo Social Europeu – Guia para o Utilizador Português*. Lisboa: DAFSE.
- Decisão do Conselho nº 71/66/CEE de 1 de fevereiro de 1971. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Nº L 28/15.
- Decisão do Conselho nº 77/802/CEE de 20 de dezembro de 1977. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Nº L 337/10.
- Decisão do Conselho nº 77/803/CEE de 20 de dezembro de 1977. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Nº L 337/12.
- Decisão do Conselho nº 85/568/CEE de dezembro de 1985. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Nº L 370/40.

Decisão do Conselho nº 2003/578/CE de 22 de julho de 2003. Jornal Oficial da União Europeia. Nº L 197/13.

Decreto nº 12477 de 12 de outubro de 1926. Diário da República nº 227/1926 – I Série. Ministério da Instrução Pública. Lisboa.

Decreto nº 19460 de 13 de março de 1931. Diário da República nº 60/1931 – I Série. Ministério da Instrução Pública. Lisboa.

Decreto-Lei nº 30135 de 14 de dezembro de 1939. Diário do Governo nº 291/1939 – I Série. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Decreto-Lei nº 30710 de 29 de agosto de 1940. Diário da República nº 201/1940 – I Série. Presidência do Conselho. Lisboa.

Decreto-Lei nº 30711 de 29 de agosto de 1940. Diário da República nº 201/1940 – I Série. Presidência do Conselho. Lisboa.

Decreto-Lei nº 35108 de 7 de novembro de 1945. Diário da República nº 247/1945 – I Série. Ministério do Interior. Lisboa.

Decreto-Lei nº 44506 de 10 de agosto de 1962. Diário do Governo nº 183/1962 – I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Decreto-Lei nº 44538 de 23 de agosto de 1962. Diário do Governo nº 193/1962 – I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Decreto-Lei nº 46173 de 23 de janeiro de 1965. Diário do Governo nº 19/1965 – I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Decreto-Lei nº 46731 de 09 de dezembro de 1965. Diário do Governo nº 278/1965 – I Série. Ministérios do Ultramar e das Corporações e Previdência Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 46872 de 15 de fevereiro de 1966. Diário do Governo nº 38/1966 – I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Decreto-Lei nº 47254 de 10 de outubro de 1966. Diário do Governo nº 235/1966 – I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Decreto-Lei nº 48275 de 14 de março de 1968. Diário do Governo nº 63/1968 – I Série. Ministério das Corporações e Previdência Social. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Decreto-Lei nº 484/73 de 27 de setembro de 1973. Diário da República nº 159/1973 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 203/74 de 15 de maio de 1974. Diário da República nº 113/1974 – I Série. Junta de Salvação Nacional. Lisboa.

Decreto-Lei nº 217/74 de 27 de maio de 1974. Diário da República nº 123/1974 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei nº 410/74 de 5 de setembro de 1974. Diário da República nº 207/1974 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 411/74 de 5 de setembro de 1974. Diário da República nº 20/1974 – I Série. Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 724/74 de 18 de setembro de 1974. Diário da República nº 294/1974 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 169-D/75 de 31 de março de 1975. Diário da República nº 75/1975, 3º Suplemento – I Série. Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 270/75 de 30 de maio de 1975. Diário da República nº 124/1975 – I Série. Ministério da Educação e Cultura. Lisboa.

Decreto-Lei nº 112/76 de 7 de fevereiro de 1976. Diário da República nº 32/1976 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 792/76 de 5 de novembro de 1976. Diário da República nº 259/1976 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei nº 197/77 de 17 de maio de 1977. Diário da República nº 114/1977 – I Série. Ministérios da Administração Interna, das Finanças e dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-lei nº 397/77 de 17 de setembro de 1977. Diário da República nº 216/1977 – I Série. Ministério da Educação e Investigação Científica. Lisboa.

Decreto-Lei nº 491/77 de 23 de novembro de 1977. Diário da República nº 271/1977 – I Série. Ministério da Educação e Investigação Científica. Lisboa.

Decreto-lei nº 288/79 de 13 de agosto de 1979. Diário da República nº 186/1979 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 396/79 de 21 de setembro de 1979. Diário da República nº 219/1979 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Agricultura e Pescas, do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 513-L/79 de 26 de setembro de 1979. Diário da República nº 296/1979, Suplemento – I Série. Ministério da Administração Interna e dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 519-A2/79 de 29 de dezembro de 1979. Diário da República nº 299/1979, 8º Suplemento – I Série. Ministério do Trabalho. Lisboa.

Decreto-lei nº 542/79 de 31 de dezembro de 1979. Diário da República nº 300/1979, 12º Suplemento – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 139/80 de 20 de maio de 1980. Diário da República nº 116/1980 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 170/80 de 29 de maio de 1980. Diário da República nº 124/1980 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e de Plano e dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 240/80 de 19 de julho de 1980. Diário da República nº 165 – I Série. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.

Decreto-lei nº 274/80 de 13 de agosto de 1980. Diário da República nº 186/1980 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Justiça e dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 60/80 de 10 de outubro de 1980. Diário da República nº 81/1980 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa.

Decreto-Lei nº 464/80 de 13 de outubro de 1980. Diário da República nº 237/1980 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto nº 89/81 de 14 de julho de 1981. Diário da República nº 159/1981 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 144/82 de 27 de abril de 1982. Diário da República nº 97/1982 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 193/82 de 20 de maio de 1982. Diário da República nº 114/1982 – I Série. Ministério do Trabalho. Lisboa.

Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro de 1983. Diário da República nº 46/1983 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais – Secretaria de Estado da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 164/83 de 27 de abril de 1983. Diário da República nº 96/1983 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.

Decreto-Lei nº 297/83 de 4 de junho de 1983. Diário da República nº 143/1983 – I Série. Ministérios das Finanças e do Plano e do Trabalho. Lisboa.

Decreto-Lei nº 102/84 de 29 de março de 1984. Diário da República nº 75/1984 – I Série. Ministérios da Educação e do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 158/84 de 17 de maio de 1984. Diário da República nº 114/1984 – I Série. Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 184/84 de 29 de maio de 1984. Diário da República nº 124/1984 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, do Plano e da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 20/85 de 17 de janeiro de 1985. Diário da República nº 14/1985 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Justiça, das Finanças e do Plano e do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 165/85 de 16 de maio de 1985. Diário da República nº 112/1985 – I Série. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 247/85 de 12 de julho de 1985. Diário da República nº 158/1985 – I Série. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 436/88 de 23 de novembro de 1988. Diário da República nº 271/1988 – I Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 79-A/89 de 13 de março de 1989. Diário da República nº 60/1989, 1º Suplemento – I Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de outubro de 1991. Diário da República nº 238/1991 – I–A Série. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 405/91 de 16 de outubro de 1991. Diário da República nº 238/1991 – I–A Série. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 95/92 de 23 de maio de 1992. Diário da República nº 119/1992 – I–A Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa.

- Decreto-Lei nº 205/96 de 25 de outubro de 1996. Diário da República nº 248/1996 – I Série A. Ministério para a Qualificação e o Emprego. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 119/99 de 14 de abril de 1999. Diário da República nº 87/1999 – I Série A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 387/99 de 28 de setembro de 1999. Diário da República nº 227/1999 – I Série A. Ministério da Educação. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 208/2002 de 17 de outubro de 2002. Diário da República nº 240/2002 – I Série A. Ministério da Educação. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de maio de 2006. Diário da República nº 99/2006 – I Série A. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 211/2006 de 27 de outubro de 2006. Diário da República nº 208/2006 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 213/2006 de 27 de outubro de 2006. Diário da República nº 208/2006 – I Série. Ministério da Educação. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 220/2006 de 03 de novembro de 2006. Diário da República nº 212/2006 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 213/2007 de 29 de maio de 2007. Diário da República nº 103/2007 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de dezembro de 2007. Diário da República nº 251/2007 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 68/2009 de 20 de março de 2009. Diário da República nº 56/2009 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 72/2010 de 18 de junho de 2010. Diário da República nº 117/2010 – I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 64/2012 de 15 de março de 2012. Diário da República nº 54/2012 – I Série. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 143/2012 de 11 de julho de 2012. Diário da República nº 133/2012 – I Série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.
- Decreto-Lei nº 13/2013 de 25 de janeiro de 2013. Diário da República nº 18/2013 – I Série. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Lisboa.

Decreto-Lei nº 167-E/2013 de 31 de dezembro de 2013. Diário da República nº 253/2013, 3º Suplemento – I Série. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa.

Despacho Conjunto nº 1083/2000 de 20 de novembro de 2000. Diário da República nº 268/2000 – II Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.

Despacho Conjunto nº 102-A/2001 de 01 de fevereiro de 2001. Diário da República nº 27/2001 – II Série – Suplemento. Secretário de Estado da Segurança Social – Ministério do Trabalho e da Solidariedade; Secretário de Estado do Trabalho e Formação – Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.

Despacho Conjunto nº 279/2002 de 12 de abril de 2002. Diário da República nº 86/2002 – II Série. Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.

Despacho Conjunto nº 453/2004 de 27 de julho de 2004. Diário da República nº 175/2004 – II Série. Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho. Lisboa.

Despacho Normativo nº 140-A/78 de 22 de junho de 1978. Diário da República nº 141/1978, Suplemento – I Série. Ministério da Educação e Cultura. Gabinete do Ministro. Lisboa.

Despacho Normativo nº 194-A/83 de 1 de outubro de 1993. Diário da República nº 243/1983, Suplemento – I Série. Ministério da Educação – Gabinete do Ministro. Lisboa.

Despacho Normativo nº 130/84 de 22 de julho de 1984. Diário da República nº 170/1984 – I Série. Ministério do Trabalho e da Segurança Social – Secretaria de Estado da Segurança Social. Lisboa.

Despacho Normativo nº 140/93 de 06 de julho de 1993. Diário da República nº 156/1993 – I Série B. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.) (2003). *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Dominelli, L. (2004). *Social work – Theory and practical for a changing profession*. Cambridge: Polity Press.

Donnay, J. -Y., & Verhoeven, M. (2007). Politiques de la subjectivité et insertion socioprofessionnelle. In F. Cantelli, & J. -L. Genard (Coords.), *Action publique et subjectivité* (pp. 103-115). Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence.

- Donzelot, J., & Roman, J. (1998). À quoi sert le travail social? 1972-1998: Les nouvelles donnes du social. *Esprit*, 241, 7-25.
- Drucker, P. (2004). *Introdução à Administração*. S. Paulo: Biblioteca Pioneira da Administração e Negócios.
- Dubar, C. (1996). *La formation professionnelle continue*. Paris: La Découvert.
- Dubar, C. (1997). *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Durão, S., & Cardoso, T. (1996). Os métodos biográficos: Uma aproximação aos fundamentos da história de vida. *Arquivos da memória*, 1, 95-123.
- Durkheim, E. (1984). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Dustin, D. (2007). *The MCDonaldization of social work*. Aldershot: Ashgate.
- Esping-Anderson, G. (2000). The three worlds of welfare capitalism. In C. Pierson, & F. Castles (Eds.), *The welfare state reader* (pp. 154-169). Cambridge: Polity Press.
- Erikson, F. (1989). Metodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In M. Wittrock (Ed.), *La investigación de la enseñanza (II): Métodos cualitativos y de observación* (pp. 195-301). Barcelona: Paidós-MEC.
- Faleiros, V. P. (1997). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Faleiros, V. P. (2001). Desafios do Serviço Social na era da globalização. In H. Mouro, & D. Simões (Orgs.), *100 Anos do Serviço Social* (pp. 313-349). Coimbra: Quarteto.
- FDMO. (1969). Serviço de Formação Profissional, Comunicação aos Monitores do SFP em 19/07/69 – Ação do Serviço Social nos Centros de FPA e no SNE. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1970). Serviço Nacional de Emprego – Sector Social, março de 1970 – Instrução SO/3, Articulação do Sector Social com os outros Sectores do SNE e Entidades Exteriores. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1971). Serviço Nacional de Emprego – Sector Social, 1971, Perspetiva Social dos Problemas de Emprego. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1972). Serviço de Formação Profissional, Informação nº1017/SO/1972, de 15 de março – Actividades circum - estágio nos cursos de qualificação a duas turmas. Ocupação de tempos livres. Lisboa: FDMO.

- FDMO. (1973). Serviço Nacional de Emprego, 20 de fevereiro de 1973 – Esquema Síntese da Atuação da Divisão Social (SO/SNE) de 23 de março de 1970 a 5 de dezembro de 1972. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1975). Serviço de Formação Profissional, Informação nº 230/SO/1975, de 11 de abril – Relatório de Atividade do Sector Social. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1977a). Serviço de Formação Profissional – “Serviço Social na D.S.F.P”, 28 de janeiro de 1977. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1977b). Serviço de Formação Profissional, 1977 – A Intervenção Social nos Centros de Formação Profissional. Lisboa: FDMO.
- FDMO. (1978). Direção de Serviços de Formação Profissional, 1978 – Papel do Serviço Social na Formação Profissional. Lisboa: FDMO.
- Félix, A. B. (1991). SNE: Uma ligação estreita entre o emprego e a formação profissional. *Emprego e Formação, 16 (número extra)*, 39-45.
- Ferrario, F. (1994). La dimensión del “entorno” en el proceso de ayuda. In E. Bianchi (Comp.), *El servicio social como proceso de ayuda* (pp. 37-52). Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Ferrarotti, F. (1988). Sobre a autonomia do método biográfico. In A. Nóvoa, & M. Finger (Orgs.), *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Ferrarotti, F. (2007). Las historias de vida como método. *Convergência. Revista de Ciências Sociais*, 44, 15-40. Consultado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10504402>
- Ferreira, C. (1999). *Integração sócio-profissional de jovens*. Comunicação apresentada nas Jornadas Integração Sócio-Profissional de Jovens em Risco de Exclusão, Coimbra.
- Ferreira, V. (1986). O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos: O inquérito na prática sociológica. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 165-196). Porto: Edições Afrontamento.
- Ferrera, M., Hemerijck, A., & Rhodes, M. (2000). *The future of social Europe: Recasting work and welfare in the new economy*. Oeiras: Celta Editora.
- Garnier, J. -F. (2000). Assistente sociale: pour la redéfinition d’un métier. Essai anthroposociologique sur le service social. *Formation Emploi*, 69, 73. Consultado em http://www.persee.fr/doc/forem_0759-6340_2000_num_69_1_3121_t1_0073_0000_5

- Geldof, D. (1999). New activation policies: Promises and risks. In W. O'Conghaile (Ed.), *Linking welfare and work* (pp. 13-26). Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- GEP/MTSS. (2005). *Plano Nacional de Emprego*. Lisboa: GEP, MTSS. Consultado em www.cite.gov.pt/cite/destaques/PNE%202005_2008.pdf
- GEP/MTSS. (2010). *Plano Nacional de Emprego (2008-2010) – Relatório de acompanhamento 2008*. Lisboa: GEP, MTSS. Consultado em <http://www.gep.mtss.gov.pt/estudos/pne.php>
- Gibson, J. J. (1986). *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Goffman, E. (1991). *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Gonçalves, J. A. (1997). A abordagem biográfica: Questões de método. In A. Estrela, & J. Ferreira (Orgs.), *Métodos e técnicas de investigação científica em educação* (pp. 91-114). Lisboa: AFIRSE, FPCE-UL.
- Green, J., & Thorogood, N. (2009). *Qualitative methods for health research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Grilo, E. M. (1992). *O sistema de formação profissional em Portugal*. Berlim: CEDEFOP.
- Guba, E. (1989). Criterios de credibilidad en la investigación naturalista. In J. Gimeno Sacristan, & A. Perez Gomez (Eds.), *La enseñanza: Su teoría y su práctica* (pp. 148-165). Madrid: Akal.
- Guerra, Y. (1995). *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Giuliani, F. (2006). La procédure de l'entretien individualisé dans le travail d'accompagnement: Quand les usagers et intervenants sociaux ont à organiser l'expérience de situations sans qualité. In I. Astier, & N. Duvoux (Eds.), *La société biographique: Une injonction à vivre dignement* (pp. 195-212). Paris: L'Harmattan.
- Habermas, J. (1990). *La crise de l'état-providence et l'épuisement des énergies utopiques* (Trad. Française). Paris: Les Éditions du Cerf.
- Hamzaoui, M. (2005). *El trabajo social territorializado: Las transformaciones de la acción pública en la intervención social*. Valencia: QUILES Artes Gráficas, SA.

- Hansen, H., & Hespanha, P. (1998). *Integration policies: A cross-national comparative study of views on inclusion and exclusion - comparative report*. INPART – TSER research project, work package 1.
- Hatzfeld, H. (1998). *Construire de nouvelles légitimés en travail social*. Paris: Dunod.
- Henriques, H. (2009). José Lopes Dias e a saúde escolar: Esboço de um pensamento. *Cadernos da Cultura - História da Medicina na Beira Interior Da Pré-História ao Século XXI*, 23, 63-69. Consultado em http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol23.pdf
- Hespanha, P., Monteiro, A., Ferreira, A. C., Rodrigues, F., Nunes, M. H., Hespanha, M. J., Madeira, R., Van den Hoven, R., & Portugal, S. (2000). *Entre o estado e o mercado - As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.
- Hespanha, P., & Valadas, C. (2002). Globalização dos problemas sociais, globalização das políticas: O caso da estratégia europeia para o emprego. In P. Hespanha, & G. Carapinheiro (Orgs.), *Risco social e incerteza: Pode o estado social recuar mais?* (pp. 123-171). Porto: Edições Afrontamento.
- Heylen, V. (1962). *Código de moral do Serviço Social*. São Paulo: Editora Herder.
- Howe, A. C. (1996). Development of science concepts within a Vygotskian framework. *Science Education*, 80, 35-51. [http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-237X\(199601\)80:1<35::AID-SCE3>3.0.CO;2-3](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1098-237X(199601)80:1<35::AID-SCE3>3.0.CO;2-3)
- Howe, D. (1996). Surface and depth in social-work practice. In N. Parton (Ed.), *Social theory, social change and social work* (pp. 77-97). London: Routledge.
- Hutchins, E. (1995). *Cognition in the wild*. Cambridge: MIT Press.
- Iamamoto, M. V. (1992). *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Iamamoto, M. V. (1996). O Serviço Social na contemporaneidade: Os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional. In A. Gil (Org.), *Metodologias e técnicas do Serviço Social* (pp. 9-17). Brasília: CNI/Sesi.
- Iamamoto, M. V. (2001). *O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (2000). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (13ª ed.). São Paulo: Cortez.

- IEFP. (1986a). Comissão Executiva, Informação/Proposta da Assessoria da Comissão Executiva de 11 de junho de 1986 – Competência do Serviço Social da Formação Profissional. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1986b). Comissão Executiva – Despacho da Comissão Executiva de 16 de julho 1986 – Competência do Serviço Social da Formação Profissional. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1986c). Serviço Social de Formação Profissional – Ata nº 1 – Reunião do Núcleo de Serviço Social de 11 de setembro de 1986. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1987). Informação 221/FP/SSc/1987 de 14 de dezembro – Atividades no âmbito do SS da F.P. para 1988 – Formação Complementar à Oficina. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1988a). Informação nº 192/FP/SCC/88 de 25 de novembro de 1988 – Pagamento antecipado do Subsídio de Alojamento. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1988b). Informação FP-SSc/88/EM-OPF/27 de 26 de abril de 1988 – Projeto de Regulamento da Equipa de Formação dos Centros de Formação Profissional. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1990a). Esquema de Intervenção do Serviço Social no Sistema de Aprendizagem, maio 1990. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1990b). Circular Normativa 7/90 de 17 de setembro de 1990 – Regulamento da Equipa de Formação. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1992a). Aprendizagem - Projeto de Intervenção - Serviço Social, 1992. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1992b). Relatório de Atividades do Centro de Formação Profissional de Coimbra 1992. Coimbra: IEFP.
- IEFP. (1997a). Seminário “O Serviço Social no IEFP” – Costa da Caparica 16 e 17 de junho 1997 – Programa. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997b). Técnicos discutem a Valorização do Trabalho Social. *Boletim de Imprensa* nº 8, de abril, maio e junho. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997c). “Atribuições Genéricas e Específicas do Serviço Social”, julho de 1997. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997d). Informação de 28 de julho 1997 – Criação da Coordenação Técnica do Serviço Social no IEFP. Lisboa: IEFP.

- IEFP. (1997e). DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 2, de 17 de outubro de 1997. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997f). DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 3, de 22 de outubro de 1997. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997g). DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 5, de 5 de novembro de 1997. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997h). DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 6, de 19 de novembro de 1997. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1997i). DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 7, de 10 de dezembro de 1997. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1998a). DFP – Direção de Serviços de Coordenação da Capacidade Formativa – Projeto/Intervenção do Serviço Social na Formação – Ata nº 10, de 4 de fevereiro de 1998. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (1998b). Orientação Técnica 3/98 de 18 de agosto – Metodologia de Intervenção da Orientação para a Formação Profissional. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2000). *Guia Organizativo – Percursos Formativos Qualificantes Baseados em Unidades Capitalizáveis*. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2004a). *Qualificação Profissional – Manual de Orientações e Procedimentos Técnico-Pedagógicos*. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2004b). *Manual de Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional* – março de 2004. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2004c). Circular Normativa 28/2004 de 16 de abril – Intervenção Técnica do Serviço Social na Formação Profissional. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2009a). Orientação Técnica 1/2009 de 31 de março – Metodologia de Intervenção da Equipa de Apoio Técnico no Acolhimento dos Candidatos e Formandos. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2009b). Orientação Técnica 2/2009 de 15 de maio – Regulamento da Equipa Técnico Pedagógica. Lisboa: IEFP.

- ISSS. (2004). *Guião operativo para o atendimento/acompanhamento social - Caderno B: Contratualização para a inserção*. Lisboa: ISSS.
- Jobert, G. (1993). Les formateurs et le travail, chronique d'une relation malheureuse. *Education Permanente*, 116, 7-18.
- Joseph, I. (1998). *Erving Goffman et la microsociologie*. Paris: PUF.
- Josso, M. C. (2004). *Experiência de vida e formação*. São Paulo: Cortez.
- Klein, J. -L. (1989). Développement régional et espace local: Vers une régulation territorialisée. *Revue internationale d' action communautaire*, 22, 22-61. <http://dx.doi.org/10.7202/1034028ar>
- Kovács, I. (Coord.). (1998). *Qualificações e mercado de trabalho*. Lisboa: IIEFP.
- Kovács, I., & Castillo, J. (1998). *Novos modelos de produção*. Oeiras: Celta Editora.
- Laburú, C. E., Carvalho, M., & Batista, I. L. (2001). *Controvérsias construtivistas*. Brasil: Universidade Federal Santa Catarina.
- Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- Lave, J. (1988). *Cognition in practice: Mind mathematics and culture in everyday life*. Cambridge, NJ: Cambridge University Press.
- Lavoue, J. (1986). Du "sens" des pratiques d'intervention et de changement chez les travailleurs sociaux. *Cahiers de la recherche sur le travail social "Les discours du social II"*, 11, 1-23.
- Lecomte, R. (2000). La nature du travail social contemporain. In J. -P. Deslauriers, & Y. Hurtubise (Dir.), *Introduction au travail social* (pp. 23-36). Québec: Presses de l' Université Laval.
- Lei nº 1998 de 15 de maio de 1944. Diário da República nº 102/1944 – I Série. Ministério do Interior. Lisboa.
- Lei nº 2052 de 11 de março de 1952. Diário da República nº 56/1952 – I Série. Presidência da República. Lisboa.
- Lei nº 2080 de 21 de março de 1956. Diário da República nº 60/1956 – I Série. Presidência da República. Lisboa.

- Lei nº 2085 de 17 de agosto de 1956. Diário da República nº 173/1956 – I Série. Presidência da República. Lisboa.
- Lei nº 5/77 de 1 de fevereiro de 1977. Diário da República nº 26/1977 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei nº 6/77 de 1 de fevereiro de 1977. Diário da República nº 26/1977 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei nº 56/79 de 15 de setembro de 1979. Diário da República nº 214/1979 – I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Lisboa.
- Lei nº 46/86 de 14 de outubro de 1986. Diário da República nº 237/1986 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei nº 7/2000 de 8 de agosto de 2000. Diário da República nº 182/2000 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei nº 32/2002 de 20 de dezembro de 2002. Diário da República nº 294/2002 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei nº 5/2010 de 05 de maio de 2010. Diário da República nº 87/2010 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro de 2012. Diário da República nº 252/2012, 1º Suplemento – I Série. Assembleia da República. Lisboa.
- Leney, T., & Deluca, M. (2000). *Trends of convergence and divergence in the systems of education and vocational education and training of the Member States of the European Union*. Thessaloniki: CEDEFOP. Consultado em <http://www.cedefop.europa.eu/en/files/bonnreaderen.pdf>
- Loi Debré du 31 juillet 1959. Journal Officiel de la République Française, 6 août 1959, 7830.
- Loi du 15 juillet 1919 relative à l'organisation de l'enseignement technique industriel et commercial (dite loi Astier). Consultado em <http://www.education.gouv.fr/cid101193/loi-relative-a-l-organisation-de-l-enseignement-technique-industriel-et-commercial.html>
- Loi nº 63-1240 du 18 décembre 1963 relative au fonds national de l'emploi. Journal Officiel de la République Française, 20 décembre 1963, 11331.
- Loi nº 71-575 du 16 juillet 1971 portant organisation de la formation professionnelle continue dans le cadre de l'éducation permanente. Consultado em

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000687666>

- Lopes, H. (Org.), Alves, N., Alves, P., Fernandes, A., Nicolau, I., Parente, C., & Veloso, L. (1998). *As modalidades da empresa que aprende e empresa qualificante*. Lisboa: IEFP.
- Lorenz, W. (1994). *Social work in a changing Europe*. London/New York: Routledge.
- McDonald, C. (2006). *Challenging social work – The contexts of practice*. New York: MacMillan.
- Macedo, L. (1994). *Ensaio construtivistas*. Brasil: Casa do Psicólogo.
- Maia, M. M. (1985). *Segurança social em Portugal evolução e tendências*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Maia, M. (2005). Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4, 1-18. Consultado em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1010/790>
- Martins, A. (1999). *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matthews, M. R. (1994). *Science teaching: The role of history and philosophy of science*. New York: Routledge.
- Matthews, M. R. (2000, março). *Constructivism and science education: an evaluation*. Comunicação apresentada no VII Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, Florianópolis.
- Maturana, H., & Varela, F. (1994). *L'arbre de connaissance*. Paris: Addison Wesley.
- Maurel, E. (2003). Da observação à tipologia dos trabalhos sociais. In J. -N. Chopart (Org.), *Os novos desafios do trabalho social: Dinâmicas de um campo profissional* (pp. 35-65). Porto: Porto Editora.
- Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.
- Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (1995). *Fundos Estruturais 10 Anos*. Portugal: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

- Ministério do Trabalho e Segurança Social. (1984). *Actividades do Fundo Social Europeu em 1983 por domínio de Intervenção*. Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu.
- Ministério do Trabalho e Segurança Social. (1986). *Legislação do Fundo Social Europeu e Textos Conexos*. Ministério do Trabalho e Segurança Social, DAFSE.
- Ministério do Emprego e da Segurança Social. (1994). *Guia para o Utilizador Português – Quadro Comunitário de Apoio 1994 – 1999*. Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu.
- Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (1995). *Fundos Estruturais 10 Anos*. Portugal: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Ministério do Planeamento. (2000). *Quadro Comunitário de Apoios – QCA III – Portugal 2000-2006*. Lisboa: Ministério do Planeamento.
- Ministério do Trabalho e Solidariedade (2000). *Avaliação das iniciativas Inserjovem e Reage. Relatório de síntese*. Lisboa: IEEP.
- Ministério do Trabalho e Solidariedade. (2001). *Plano Nacional de Emprego*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade.
- Mishra, R. (1995). *O Estado-Providência na sociedade capitalista: Estudo comparativo das políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália*. Oeiras: Celta.
- Mohan, B. (2005). New internationalism: Social work's dilemmas, dreams and delusion. *International Social Work*, 48, 241-250.
<http://dx.doi.org/10.1177/0020872805051702>
- Moniz, A. B., & Kovács, I. (1997). *Evolução das qualificações e das estruturas de formação em Portugal*. Lisboa: IIEFP.
- Moniz, A. B., & Kovács, I. (Coords.). (2001). *Sociedade de informação e emprego*. Lisboa: IIEFP.
- Monteiro, A. (1992). *A formação académica dos assistentes sociais: uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social em Portugal* (Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de mestre, Universidade Católica de São Paulo).
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Moulaert, F., & Demazière, C. (1996). Le développement économique local dans une Europe post-fordiste. In C. Demazière (Ed.), *Du local au global: Les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique* (pp. 53-76). Paris: L'Harmattan.
- Moura, J. (1991). *Fundamentos e origem dos Serviços de Emprego. Emprego e Formação*, 16, 13-14.
- Mouro, H. (1995). Breve apontamento sobre a trajetória sócio-histórica do Instituto de Serviço Social de Coimbra. *Interações*, 1, 81-88.
- Mouro, H. (2001). *100 Anos do Serviço Social*. Coimbra: Quarteto.
- Mouro, H. (2004). A investigação no Serviço Social: Os anátemas de uma velha questão. *Interações*, 7, 100-108.
- Mouro, H. (2009). *Modernização do Serviço Social: Da sociedade industrial à sociedade do risco*. Coimbra: Almedina.
- Mouro, H. (2012). Da promoção social ao desenvolvimento comunitário: Compreender o passado pelo presente. *Reletran*, 1, 18-28.
- Mozzicafreddo, J. (2002). *Estado-Providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Murray, Å., & Skarlind, A. (2005). A formação profissional tem importância para jovens e adultos no mercado de trabalho? *Formação profissional – Revista Europeia*, 34, 17-30. Consultado em www.cedefop.europa.eu/files/etv/Upload/Information.../409/34_pt_murray.pdf
- Negreiros, M. A., Queirós, M. J., & Andrade, M. (1992). *A construção do conhecimento do Serviço Social em Portugal: Período de 1974 a 1978* (documento 5). Lisboa: Estudos e Pesquisa.
- Negreiros, M. (1995). *As representações sociais da profissão de Serviço Social*. Lisboa: Investigar o Agir.
- Negreiros, M. (1999). Qualificação académica e profissionalização do Serviço Social – o caso português. In M. A. G. Negreiros, A. Martins, B. A. Henriquez, & J. Figueira-Mc Donough (Eds.), *Serviço Social: Profissão & Identidade, que trajetória?* (pp. 13-44). Lisboa e São Paulo: Veras Editora.
- Neves, A. (2005). *A implementação da nova fase da estratégia de Lisboa – Plano nacional de acção para o crescimento e o emprego (PNACE)*. Lisboa: IGFSE.

- Neves, A. O., & Figueiredo, A. (Coords.). (2009). *Contributo do fundo social europeu para a inserção e empregabilidade dos beneficiários*. Lisboa: IGFSE.
- Netto, J. P. (1992). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. S. Paulo: Cortez.
- Nicolas-Le Strat, P. (1996). *L'implication, une nouvelle base de l' intervention sociale*. Paris: L' Harmattan.
- Norman, D.A. (1993a). Les artefacts cognitifs. In B. Conein, N. Dodier, & L. Thévenot (Éds.), *Les objets dans l'action* (Raisons pratiques n.º 4) (pp. 15-34). Paris: Éditions de l'EHESS.
- Norman, D.A. (1993b). *Things that make us smart*. New York: Addison Wesley.
- Nóvoa, A. (1992). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora.
- Núncio, M. J. S. (2010). *Introdução ao Serviço Social - História, teoria e métodos*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Observatório do QREN. (2009). *Relatório Estratégico*. Lisboa: Observatório do QREN.
- OCDE. (1997). *Thematic review of the transition from initial educational to working life – Portugal: Background Report*. Paris: OCDE.
- Oliveira, A. C. G. (2005). *A mediação sociocultural: Um puzzle em construção*. Lisboa: ACIME.
- Oliveira, M. K. (1993). *Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione.
- Parton, N. (2004). *Constructive social work – Towards a new practice*. London: MacMillan.
- Payne, M. (2000). *Teorias do trabalho social moderno*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Payne, M. (2002). *Teoria do trabalho social moderno*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Pimentel, I. F. (1999). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, 34, 477-508. Consultado em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799127Z7uLZ4su1Vg14KQ1.pdf>
- Pinto, C. (1998). Empowerment: Uma prática em Serviço Social. In O. Barata (Coord.), *Política Social: 1998* (pp. 245-277). Lisboa: ISCSP.
- POEFDS. (2001). *Fundo Social Europeu*. Lisboa: POEFDS.

- Poirier, J., Clapier-Valadon, S., & Raybault, P. (1999). *Histórias de vida: Teoria e prática*. Lisboa: Celta.
- Ponticelli, M. D. P. (1994). Problemas de definición y referencias teóricas. In E. Bianchi (Comp.), *El Servicio Social como proceso de ayuda* (pp. 23-35). Barcelona: Ediciones Piados Ibérica.
- Portaria nº 333/84 de 2 de junho. Diário da República nº 128/1984 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Segurança Social e da Saúde. Lisboa.
- Portaria nº 656/86 de 4 de novembro. Diário da República nº 254/1986 – I Série. Ministério do Trabalho e Segurança Social. Lisboa.
- Portaria nº 268/97 de 18 de abril. Diário da República nº 91/1997 – I Série B. Ministério para a Qualificação e o Emprego. Lisboa.
- Portaria nº 989/99 de 03 de novembro. Diário da República nº 256/1999 – I-B Série. Ministérios da Economia, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Educação e do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.
- Portaria nº 637/2007 de 30 de maio. Diário da República nº 104/2007 – I Série. Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Portaria nº 817/2007 de 27 de julho. Diário da República nº 144/2007 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa.
- Portaria nº 230/2008 de 07 de março. Diário da República nº 48/2008 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa.
- Portaria nº 1497/2008 de 19 de dezembro. Diário da República nº 245/2008 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Portaria nº 128/2009 de 30 de janeiro. Diário da República nº 21/2009 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Portaria nº 289/2009 de 20 de março. Diário da República nº 56/2009 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa.
- Portaria nº 711/2010 de 17 de agosto. Diário da República nº 159/2010 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa.
- Portaria nº 1100/2010 de 22 de outubro. Diário da República nº 206/2010 – I Série. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Lisboa.

- Portaria nº 283/2011 de 24 de outubro. Diário da República nº 204/2011 – I Série. Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência. Lisboa.
- Portaria nº 216-C/2012 de 18 de julho. Diário da República nº 138/2012 – I Série. Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência. Lisboa.
- Portaria nº 319/2012 de 12 de outubro. Diário da República nº 198/2012 – I Série. Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego. Lisboa.
- Portaria nº 135-A/2013 de 28 de março. Diário da República nº 62/2013 – 1º Suplemento – I Série. Ministérios da Economia e do Emprego, da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social. Lisboa.
- Portaria nº 203/2013 de 17 de junho. Diário da República nº 114/2013 – I Série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.
- Portaria nº 204-B/2013 de 18 de junho. Diário da República nº 115/2013, 2º Suplemento – I Série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.
- Portaria nº 86/2015 de 20 de março. Diário da República nº 56/2015 – I Série. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª. Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013. (2010). Relatório anual do QREN II 2009. Comissão Técnica de Coordenação do QREN.
- Ravon, B. (2005). Vers une clinique du lien défait? In J. Ion (Ed.), *Le travail social en débat(s)* (pp. 86-103). Paris: La Découverte.
- Regulamento do Conselho nº 2396/71/CEE de 8 de novembro de 1971. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Nº L 249/54.
- Regulamento do Conselho nº 3093/78/CEE de 28 de novembro de 1978. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Nº L 369/21.
- Regulamento do Conselho nº 2052/88 de 24 de junho de 1988. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Nº L 185/9.
- Rein, M., & Rainwater, L. (1986). Introduction. In M. Rein, & L. Rainwater (Eds.), *Public/private interplay in social protection: A comparative study* (pp. vii-viii). New York: M. E. Sharpe.

Resolução do Conselho de Ministros nº 59/98 de 06 de maio. Diário da República nº 104/1998 – I Série B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2001 de 06 de agosto. Diário da República nº 181/2001 – I Série B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 97/2002 de 18 de maio. Diário da República nº 115/2002 – I-B Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 185/2003 de 03 de dezembro. Diário da República nº 279/2003 – I Série B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 192/2003 de 23 de dezembro. Diário da República nº 295/2003 – I Série B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 190/2005 de 16 de dezembro. Diário da República nº 240/2005 – I Série B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 166/2006 de 15 de dezembro. Diário da República nº 240/2006 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2012 de 9 de março. Diário da República nº 50/2012 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 26 de novembro. Diário da República nº 228/2012 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 91/2013 de 23 de dezembro. Diário da República nº 248/2013 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros nº 104/2013 de 31 de dezembro. Diário da República nº 253/2013 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Roberts, B. (2002). *Biographical research*. Buckingham: Open University.

Roche, M. (1992). *Rethinking citizenship: Welfare, ideology and change in modern society*. Cambridge: Polity Press.

Rodrigues, F. (1999). *A assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: CPIHTS.

- Rodrigues, F. (2002). Assistência social: Uma política reticente em tempo de globalização. In P. Hespanha, & G. Carapineiro (Orgs.), *Risco social e incerteza: Pode o estado social recuar mais?* (pp. 263-297). Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, S. P. (2009). *Guia de operacionalização de cursos de educação e formação de adultos*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.
- Roldão, M. C. N. (2005). Profissionalidade docente em análise: Especificidades dos ensinos superior e não superior. *Nuances: estudos sobre educação*, 13, 105-126. <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v12i13.1692>
- Rosanvallon, P. (1995). *La nouvelle question sociale: Repenser l'État-Providence*. Paris: Seuil.
- Saavedra, J. (1941). O problema da assistência social em Portugal. *O médico*, 8(8), 14-46.
- Sand, R. (1931). *Le Service Social à travers le monde: Assistance, prévoyance, hygiene*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Santos, B. S. (1987). O estado, a sociedade e as políticas sociais: O caso das políticas de saúde. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13-74. Consultado em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10798>
- Santos, C. C. (2008). *Retratos de uma profissão: A identidade do Serviço Social*. Coimbra: Quarteto.
- Santos, C. C. (2012). Organização da prática profissional do Serviço Social em modelos de intervenção social. *Intervenção Social*, 39, 121-144.
- Santos, C. C., & Nunes, V. (2013). Desafios da gestão social no Serviço Social. In C. C. Santos, C. P. Albuquerque, & H. N. Almeida (Eds.), *Serviço Social: Mutações e desafios atuais* (pp. 87-104). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0769-6_3
- Santos, M. I. R. (2009). *O discurso histórico sobre o Serviço Social em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para a investigação social*. Lisboa: Escolar Editora.
- Smale, G., Tuson, G., & Statham, D. (2003). *Problemas sociales y trabajo social: Hacia la inclusion y el cambio social*. Madrid: Ediciones Morata, S.L.

- Soulet, M. -H. (2003). Penser l' action en context d' incertitude: Une alternative à la théorisation des pratiques professionnelles? *Nouvelles pratiques sociales*, 16(2), 125-141. <http://dx.doi.org/10.7202/009847ar>
- Soulet, M. -H. (2007). L'individualisation des politiques sociales: une réponse à l'exclusion durable? In F. Cantelli, & J. -L. Genard (Coords.), *Action publique et subjectivité* (pp. 169-179). Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: Desafios à intervenção social*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Stalker, K. (2003). Managing risk and uncertainty in social work: A literature review. *Journal of Social Work*, 3(2), 211-233. <http://dx.doi.org/10.1177/14680173030032006>
- Suchman, L. (1987). *Plans and situated action*. Cambridge, NJ: Cambridge University Press.
- Sudman, S., & Bradburn, N. (1996). *Thinking about answers*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Teixeira, C. (1996). *Organização do trabalho e factor humano*. Lisboa: IEFP.
- Theureau, J. (1992). *Le cours d'action: Analyse sémiologique - Essai d'une anthropologie cognitive située*. Berne: Perter Lang.
- Theureau, J. (2000). Anthropologie cognitive et analyse des compétences. In J. M. Barbier, Y. Clot, F. Dubet, O. Galatanu, M. Legrand, J. Leplat, M. Maillebois, J. L. Petit, L. Quére, J. Theureau, L. Thévenot, & P. Vermersch (Eds.), *L'analyse de la singularité de l'action* (pp. 171-211). Paris: PUF.
- Theureau, J. (2002, Juin). *Cours d'expérience, cours d'action, cours d'interaction; Essai de précision des objets théoriques d'étude de l'activité individuelle-sociale*. 4^e Journées Act'ing, Nouan-Le-Fuzelier.
- Theureau, J., & Jeffroy, F. (1994). *Ergonomie des situations informatisées*. Toulouse: Octares.
- Tuckman, B. W. (1994). *Manual de investigação em educação – como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- UNESCO. (1975). *Para uma política da educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Van den Hoven, R. (2005). Teorias de intervenção e mudança social face à pobreza. In F. Rodrigues, T. Constantin, R. Van den Hoven, & M. H. Nunes (Eds.), *Pobreza e perspectivas europeias* (pp. 151-181). Frankfurt: Peter Lang.
- Varela, F. (1989). *Autonomie et connaissance - Essai sur le vivant*. Paris: Seuil.
- Vieira, B.O. (1981). *Serviço Social – Processos e técnicas*. Rio de Janeiro: Agir.
- Vieira, C. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: Questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 33(2), 89-116.
- Vieira, M. L. M. (2004). *Sistemas e metodologias de formação profissional em Portugal (1960-2003)*. Lisboa: CNFF.
- Viscarret, J. (2007). *Modelos y métodos de intervención en trabajo social*. Madrid: Alianz Editorial.
- Webb, S. A. (2006). *Social work in a risk society: Social and political perspectives*. New York: Palgrave Macmillan.
- Wuhl, S. (1996). *Insertion, les politiques en crise*. Paris: PUF.
- Zaniani, E. J. M., & Boarini, M. L. (2011). *Infância e vulnerabilidade: Repensando a proteção social*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

ANEXOS

TÉCNICOS SUPERIORES DE SERVIÇO SOCIAL

Questionário

1. Centro de Formação Profissional de _____

2. Idade _____

3. Tempo de Serviço no IEFP _____

4. Formação de Base _____

5. Carreira de Origem ao IEFP _____

6. Percursos Profissionais Anteriores ao IEFP _____

7. Das funções abaixo identificadas, indique a frequência com que são exercidas:

- Colaborar na promoção e divulgação dos programas e medidas de formação junto dos parceiros e comunidade local.

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- Impulsionar a rede social local no âmbito do desenvolvimento de programas/projetos especiais de formação, para a inserção de grupos socialmente mais desfavorecidos ou com maiores dificuldades da inserção no mercado de trabalho.

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Colaborar na humanização da estrutura dos serviços, promovendo um acolhimento facilitador da integração do Candidato/Formando no Centro e no meio envolvente.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Colaborar no processo de recrutamento dos Formandos.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Promover a caracterização/diagnóstico social dos Formandos.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Prestar o apoio social necessário à integração do Formando, colaborando na resolução das situações/problema, através da mobilização de recursos internos e externos ao Centro (ex: alojamento, equipamentos sociais para acolhimento dos filhos, outros) e do trabalho em rede com outras instituições de suporte social.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Assegurar o acolhimento dos Formandos no Centro e na acção de formação, garantindo a informação sobre os seus direitos e deveres, no quadro dos normativos e regulamentos em vigor.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Colaborar no processo de admissão dos Formandos e na organização dos Dossiers Técnico-pedagógicos, designadamente, no que respeita aos apoios sociais.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Assegurar a informação sobre os apoios sociais aos Formandos, elaborando as propostas e emitindo os pareceres necessários à sua atribuição, nos termos dos normativos em vigor.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Promover o acompanhamento dos Formandos ao longo do processo formativo, prestando apoio social, psicossocial e sóciofamiliar aos Formandos, em intervenções directas e/ou em rede.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Promover e facilitar a articulação entre o Candidato/Formando, o IEFP e a rede de suporte social, assegurando o desenvolvimento de uma intervenção social integrada, designadamente, no âmbito da Segurança Social, da Saúde e da Justiça.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Promover a articulação com a família e/ou instituições que intervenham no acompanhamento do Formando, nomeadamente, nos processos de reinserção socioprofissional.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Participar na actividade das Equipas Formativas, colaborando, designadamente, no diagnóstico social dos Formandos, na definição de estratégias e metodologias pedagógicas de suporte ao desenvolvimento do processo formativo e, ainda, na gestão e aplicação dos normativos e regulamentos em função das situações/problema de natureza pessoal, social ou organizacional dos Formandos.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Colaborar no desenvolvimento das competências sociais dos Formandos no âmbito da Formação para a Cidadania.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Dinamizar actividades de formação complementar, promovendo projectos e/ou actividades sociais, culturais, desportivas e de lazer, de acordo com os interesses/motivações e necessidades dos Formandos; bem como com a capacidade instalada, em termos de recursos do Centro e do meio envolvente.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Colaborar na gestão e supervisão dos equipamentos sociais do Centro.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Promover estratégias de reforço da representação do Centro na comunidade em geral e nas empresas em particular.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Colaborar na avaliação periódica e final da intervenção da actividade formativa.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Elaborar estudos, propostas, pareceres técnicos e relatórios de progresso, acompanhamento, avaliação e execução.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Apoiar, sempre que possível, a (re) inserção profissional dos Formandos, após a intervenção formativa, colaborando, designadamente, na resolução de situações/problema de natureza social, psicossocial ou sóciofamiliar.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

- **Participar e colaborar na planificação anual das actividades do Centro.**

Frequentemente Muitas Vezes Algumas Vezes Raramente Nunca

8. Para além das funções identificadas, desempenha outras funções, enquanto Técnico Superior de Serviço Social? _____ Quais? _____

9. Considera que os Técnicos Superiores de Serviço Social deveriam desempenhar outras funções? _____ Quais? _____

10. Na sua opinião qual a importância que o Serviço Social tem, hoje, no IEFP?

Obrigada pela sua colaboração.

INTERLOCUTORES REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Questionário

1. **Delegação Regional** _____

2. **Idade** _____

3. **Tempo de Serviço no IEFP** _____

4. **Formação de Base** _____

5. **Carreira de Origem ao IEFP** _____

6. **Percursos Profissionais Anteriores ao IEFP** _____

7. **Quantos Técnicos de Serviço Social existem na sua Delegação Regional?**

8. **Quantas vezes reúne, anualmente, com os Técnicos de Serviço Social da sua Delegação Regional?** _____

9. **Descreva sumariamente as funções que habitualmente desempenha, enquanto Interlocutor Regional de Serviço Social** _____

10. Indique outras funções que considera que poderia desempenhar, no âmbito do Serviço Social? _____

11. Desempenha outras funções para além de Interlocutor Regional de Serviço Social? _____ Indique-as resumidamente _____

12. Indique qual a importância que, na sua opinião, o Serviço Social tem hoje no IEFP, descrevendo alguns aspectos prioritários da actividade dos Técnicos de Serviço Social _____

Obrigada pela colaboração.